

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
TERRITORIALIDADES**

WAGNER PIASSAROLI MANTOVANELI

**REDE GLOBO E TERRITORIALIDADES: CONTROLE E
SOBREVIVÊNCIA SOB A ÓTICA DO PARADIGMA DA
COMPLEXIDADE**

VITÓRIA
2015

WAGNER PIASSAROLI MANTOVANELI

**REDE GLOBO E TERRITORIALIDADES: CONTROLE E
SOBREVIVÊNCIA SOB A ÓTICA DO PARADIGMA DA
COMPLEXIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Martinuzzo.

VITÓRIA
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Mantovaneli, Wagner Piassaroli, 1989-
M293r Rede Globo e territorialidades : controle e sobrevivência sob
a ótica do paradigma da complexidade / Wagner Piassaroli
Mantovaneli. – 2015.
274 f. : il.

Orientador: José Antonio Martinuzzo.
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Rede Globo de Televisão. 2. Controle social. 3. Sobrevi-
vência. 4. Comunicação. I. Martinuzzo, José Antonio, 1970-. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Títu-
lo.

CDU: 316.77

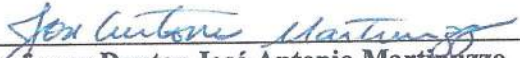
WAGNER PIASSAROLI MANTOVANELI


**REDE GLOBO E TERRITORIALIDADES: CONTROLE E
SOBREVIVÊNCIA SOB A ÓTICA DO PARADIGMA DA
COMPLEXIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 20 de Novembro de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA


Professor Doutor José Antonio Martinuzzo
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Orientador


Professor Doutor José Edgard Rebouças
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)


Professora Doutora Renata de Rezende Ribeiro
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Aos meus pais, Vítório e Zenaide

À minha irmã, Viviani

Ao meu orientador, José Antonio Martinuzzo

AGRADECIMENTOS

Devo inestimável gratidão ao meu orientador Professor Doutor José Antonio Martinuzzo, pela inspiração e ensinamentos que se espelham nestas páginas que seguem, resultado de inquietações que se arrastam desde os bancos da graduação. Sua companhia e apoio durante esses anos são matriciais para minha formação pessoal e intelectual.

Ao Professor Doutor José Edgard Rebouças, pela inspiração e ensinamentos que guardam neste projeto grande relevância. Liderado por ele, agradeço também ao Observatório da Mídia da Universidade Federal do Espírito Santo, pela disponibilidade de bibliografia e documentos que fazem parte desta pesquisa.

À Professora Doutora Renata de Rezende Ribeiro, da Universidade Federal Fluminense, pelos ensinamentos e generosidade em fazer parte do caminho que trilhei desde a conclusão do curso de Comunicação Social da Ufes.

Ao Professor Emérito Vincent Mosco, Ph.D., do Departamento de Sociologia da Queen's University, pela honra e pela generosidade de ter discutido comigo conceitos de sua autoria que guiam a presente dissertação, não obstante a indicação de valiosa bibliografia para seu desenvolvimento.

Ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades que, coordenado pela Professora Doutora Daniela Zanetti, presta à sociedade o importante papel de formação de pesquisadores em Comunicação Social, objeto indispensável ao conhecimento.

Ao Governo Federal que, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), viabilizou recursos que contribuiram na execução desta pesquisa.

“O poder está escondido e a comunicação é serva.”

Edgar Morin

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo investigar a relação entre a Rede Globo e o contexto da sociedade de controle. Para esse fim, descreveremos uma história das estratégias do comportamento da Rede Globo no âmbito político e econômico para que possamos situá-la no contexto pretendido sem, contudo, desfazeremo-nos do amplo processo histórico que nos leva a tal relação. Estudaremos esse objeto e sua relação com o contexto a partir de *uma* visão sobre o social, que é o da economia política. A partir de definição proposta por Vincent Mosco, decidimos analisar o social em termos de mútua constituição entre a reprodução social (economia) e o poder de controle social (política), capaz de nos levar a uma concepção de um todo dinamizado pelo processo histórico. Do início aos presentes dias em que atua a família Marinho, é evidente seu papel durante o processo de industrialização e na consolidação de uma sociedade brasileira moderna relacionada ao contexto das relações globais de sobrevivência. O sistema de comunicação nacional que ajudaria a montar em território nacional passaria, cada vez mais, a coadunar-se com o sistema mundial de comunicação, capitaneado pelos Estados Unidos, sobretudo. Nessa conjunção, chegamos à sociedade de controle, formada por territorialidade global e local em relação recursiva. Para estudar todo esse processo não nos vimos confortáveis, antes, sem saber lidar com a complexa teia que envolve o social. Saber lidar com essa complexidade é, em primeiro lugar, conhecer as possibilidades que o conhecimento tem para produzir um pensamento condizente com as múltiplas relações organizadas em determinado sistema metodológico. Buscamos no paradigma da complexidade de Morin uma saída para entender o conhecimento e torná-lo coadjuvante no entendimento do que se tece em conjunto em sociedade. Ver nosso objeto – a Rede Globo – como ator importante no grande jogo da sociedade de controle envolve pensar os sistemas territoriais onde negocia seu poder, produzindo e sendo produzido ao mesmo tempo pelas forças sociais. Pensar em tantas relações e relações de relações não nos leva senão a render-se a um paradigma de complexidade, ou seja, de um conhecimento capaz de lidar com uma realidade composta de ordem e de caos em mútua constituição.

Palavras-chave: Controle, Sobrevivência, Complexidade, Territorialidades, Rede Globo, Comunicação.

ABSTRACT

This research aims to investigate the relationship between Rede Globo and control society context. To this end, we describe a history of Rede Globo behavioral strategies in the political and economic framework so that we can place it in the desired context without, however, forgetting the extensive historical process that leads to such a relationship. We will study this object and its relationship to the context from a perspective of the social, which is the political economy. From definition proposed by Vincent Mosco, we decided to analyze the social in terms of mutual constitution of the social reproduction (economy) and the social control (policy), able to take us to a conception of a totality dinamized by historical process. From the beginning to the present day where Marinho family is still present, it is evident its role during the Brazilian industrialization process in the consolidation of a modern Brazilian society related to the context of overall survival relations. The national communication system that would help to aggregate the country would be, increasingly, consistent with the worldwide system of communication, led by the United States, especially. In this conjunction, we come to the society of control, consisting of global and local territoriality in recursive relationship. To study this process we could not find ourselves comfortable before knowing how to deal with the complex web involving the social. Dealing with this complexity is, first, to know the possibilities that knowledge has to produce a consistent thought with the multiple relations organized in certain methodological system. We found in Morin's complexity paradigm a way to understand the knowledge and make it a good tool to the understanding of what is woven together in society. Seeing our object - Globo - as a major player in the great game of control society involves thinking the territorial systems in which it negotiates its power, producing and being produced at the same time by social forces. Thinking of so many relations and relations of relations brings us to surrender to a paradigm of complexity, that is, a knowledge capable of dealing with a reality made up of order and chaos in mutual constitution.

Keywords: Control, Survival, Complexity, Territorialities, Rede Globo, Communications.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PARTE 1 – COMPLEXIDADE E TERRITORIALIDADE	31
1. COMPLEXIDADE.....	32
2. TERRITORIALIDADE.....	57
PARTE 2 – ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO	72
1. CONTROLE E SOBREVIVÊNCIA	73
2. ECONOMIA POLÍTICA E COMUNICAÇÃO.....	106
3. SOCIEDADE DE CONTROLE E TERRITORIALIDADES.....	124
PARTE 3 – REDE GLOBO E TERRITORIALIDADES.....	140
1. HISTÓRIA DAS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E SOBREVIVÊNCIA	141
CONCLUSÃO	246
REFERÊNCIAS	257
APÊNDICES	273
ANEXOS	284

INTRODUÇÃO

Ruídos são processados continuamente por sistemas que buscam viver e sobreviver. “Viver de morte, morrer de vida”, disse Heráclito: em um processo auto-eco-organizador, na linguagem de Morin (2011b), ou num processo autopoietico, na linguagem de Maturana e Varela (1997), cujo termo fora importante para o desenvolvimento da teoria dos sistemas sociais de Luhmann. As considerações acerca do processamento contínuo dos desvios, dos erros, do caos etc. nos sistemas sociais implicam uma nova espécie de saber que ainda engatinha e que é assolado por interpretações de outros sistemas de verdade. A ciência moderna, acostumada a revidar o caos e a complexidade inerente à vida, ao identificá-los como confusão ou mesmo “erro”, herda um tratamento científico que busca a “clareza” acerca do real. Ora, mas de qual “clareza” falamos aqui? Aquela que considera os desvios permanentes que a vida opera como algo ininteligível ou paradoxal? Não deveríamos justamente incluir o concorrente e o antagônico ao saber científico para termos uma visão de um todo real que se processa continuamente, permanece produzindo e se reproduzindo *apesar das* crises econômicas, do caos das guerras, dos conflitos de classes? Talvez não se trate apenas de “contradições”, mas da contingência inerente à complexidade vivida em quaisquer territórios e que deve ser absorvida ao saber científico sob risco de este ser mutilante, incapaz de lidar com complexidades.

Se continuamos a *viver* e a *sobreviver*, é porque buscamos o êxito em nossas tarefas, apesar das dificuldades. Daí que para *viver* e *sobreviver* os sistemas trabalham recursivamente com programas e estratégias. Buscamos uma performance “ótima”, independente das leis da natureza, muitas vezes, para tanto, causando caos para alimentarmos o mito da segurança. Os sistemas operam reduzindo complexidade ao diferenciar-se de seu meio, muito mais complexo (LUHMANN, 1989). A *diferença* (LUHMANN, 1989, p. 106) é uma realização deveras importante, pois permite aos sistemas, assim como no *ego*, selecionar o que incluirá e o que negará ao seu funcionamento. Os sistemas nos protegem ao máximo das contingências, do acaso, pois operam com base em *si* próprios, *autoproduzindo-se*¹. Falamos especialmente dos sistemas *vivos* (indivíduos, empresas, sociedades), pois os sistemas físicos, as máquinas cibernéticas, não têm o potencial de *autopoiese* inato, precisam do comando humano que lhes injeta um programa capaz de imitar a natureza. A autonomia presente nos sistemas vivos, pelo

¹ Sobre *si* e *autos*, Cf. MORIN, E. **Ciência com consciência**. 13. ed. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, pp. 311-322.

contrário, não é à toa, é uma condição de sobrevivência e também de controle, de possibilidade de *ordem*.

Negamo-nos, com base no paradigma da complexidade (paradigma, na linguagem moriniana, ganha um estatuto mais amplo que em Thomas Kuhn², próximo ao conceito de *episteme* em Foucault³), a quaisquer pretensões de refutar saberes, pois sabemos que todos eles constituem sistemas onde o choque entre poder e verdade é permanente, é vivo. A teoria crítica aqui, portanto, é altamente integrável na perspectiva sistemática da sociedade já que, ao conhecer a operacionalidade das organizações vivas em sociedade, pode conquistar arsenal para criticá-los em suas estratégias, em sua ética ao agir, em seu *dever-ser* legal, na destruição ocasionada em seu *oikos* para manter sua individualidade intacta.

Mas, e então? As crises se repetem, o sistema as processa e tudo permanece igual, como em um círculo vicioso? Absolutamente não. Sistemas são vítimas de “irritações” constantes, tanto para o “bem”, quanto para o “mal”, mas justamente pela contingencialidade com que necessitam lidar é improvável o êxito ao absorver tais “irritações” e retomá-las na forma de “ordem”. A pulsão da morte está sempre presente, apesar de a História não ter *fim*.

Nossa ideia de “controle”, aqui a ser moldada, está assentada no desenvolvimento da cibernética e da teoria dos sistemas, principalmente em Luhmann, a qual deu ao estatuto da autorreflexividade maior importância, isto é, entender que um sistema é uma *diferença* produzida pela relação com o seu ambiente/meio/*oikos*; não obstante, no paradigma de complexidade de Edgar Morin, que dialoga intensamente com tais teorias, entre outras, desde suas origens, em um viés epistemológico. O ambiente é onde permanece o caos, o incerto. Mas, o sistema é a *forma*, a *organização* do controle, onde encontramos tanto estruturas quanto processos de controle e, logo, *ordem*. A nossa ideia de controle está fundada, portanto, na teoria, pela ideia de sistemas autorreferentes (teoria moderna dos sistemas sociais). Na prática, são as territorialidades (SACK, 1983, p. 55-74) que permitem controlar, isto é, dar *materialidade* a estruturas e operações capazes de autorreflexão. Autorreflexão é a capacidade, uma *forma* de ver a si próprio. Na autorreflexão há a possibilidade de uma gestão probabilística de conflitos.

Tomando a *autorreflexão* como representante de uma possibilidade de controle (teórico e material), pensamos a evolução histórica em termos de transformações e não em termos de

² Cf. KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

³ Cf. FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

unilinearidade, isto é, de início e fim. As transformações históricas só são possíveis porque há meios em relação a sistemas, ou para simplificar, há “desordem” em operação permanente e contínua com “ordem”. É sempre bom lembrar que no paradigma da complexidade moriniano não há privilégio para uma epistemologia que parta da desordem ou da ordem. O paradigma da complexidade exalta a circularidade eterna e produtiva, querendo justamente escapar dos reducionismos que sempre desembocaram na preferência pela ordem dos sistemas e das coisas, em todas ciências, enquanto a desordem permanecia de fora da análise da realidade. Sistemas possuem seus *meios* próprios de controle, todos passando pela ideia de *comunicação*. Cabe definir, portanto, o que são esses meios e o que é comunicação, nessa teoria.

Na prática, temos de considerar a sociedade como um sistema constituído por subsistemas, nunca reduzindo estes àquele ou estes entre eles mesmos, mas tornando-os relacionais, dependentes e autônomos ao mesmo tempo. Há formas de controle também entre subsistemas, e entre subsistema e seu sistema circundante global, passando pela forma de autorreflexão. Mas, aí já passamos a considerar a presença de subsistemas e um sistema circundante (economia, política, educação dentro da sociedade, por exemplo), tudo em aspecto *relacional*. Considerar cada subsistema de um sistema é admitir a complexidade *sui generis*, nunca reduzindo um subsistema às operações de um sistema circundante, dado que, se são sistemas, englobantes ou englobados, cada um foi capaz de diferenciar-se e manter sua autonomia própria.

Aqui, neste trabalho, temos de adaptar essa técnica para conceber como a Rede Globo, uma empresa do Grupo Globo, um sistema, organiza-se para sobreviver em seu sistema mercadológico em determinados tempos e espaços e, especificamente, em determinados territórios (local e global) circunscritos em temporalidades próprias, mas dialógicas; ao mesmo tempo, como gerem tais territórios quando seu produto é a própria *comunicação* – sistema e conceito central, para Luhmann, sob o qual a sociedade é possível. Ou seja, temos de conceber um grupo empresarial como um sistema em relação a outros sistemas, isso dentro de um paradigma de complexidade. O diálogo entre Morin e Luhmann, mesmo que na vida dos autores nunca se mostrou evidente, tende a se tornar neste trabalho. Podemos considerar que o Grupo Globo, como um todo, é constituído por subsistemas, cruzando propriedades que constituem indústrias culturais com complexidades próprias: televisão, rádio, internet e impresso. Nosso foco é a Rede Globo, uma das empresas com sua complexidade específica, gestão, estratégias próprias.

Trataremos aqui também de sobrevivência. Sabemos que a atividade humana ou trabalho serve à sobrevivência de todos, mas, ao mesmo tempo, ao controle da classe dominante sobre a classe

dominada. Sobreviver, nesse sentido, é diferente de viver ou de conviver. Se a sobrevivência, vista dentro dos sistemas econômicos das sociedades, toma lugar, é porque o conflito também está presente. Um sistema não apenas vive, precisa sobreviver em relação ao seu meio, isto é, está em constante conflito com as irritações trazidas pela complexidade do seu meio. Controlar, visto no âmbito dos sistemas políticos, é tarefa executada para que determinado sistema, por intermédio de suas estruturas e processos, possa gerir a complexidade e se diferenciar do seu meio. O controle é tarefa própria dos sistemas que vivem e necessitam sobreviver. Há controle na ciência com o método de criação das verdades; na economia, com a fixação de preços; na política, com o *feedback* midiático que representa o espelho de uma “opinião pública”; na família, pela presença do pai como autoridade máxima; no direito, pela positivação das leis etc. São sistemas que estabelecem suas variadas formas de controle interno e que, também, interpenetram-se uns nos outros. Economia e política são sistemas que, ao serem conjugados, dão azo ao pensamento disciplinar da Economia Política. O que todas essas formas de controle têm em comum, seguindo a teoria luhmmaniana dos sistemas é, entretanto, a comunicação. Falar em Economia Política é falar necessariamente, portanto, de uma Economia Política operada por comunicações.

A pesquisa sobre as *estratégias* de uma *organização viva* nos permite compreender seus modos de *controle* e de *sobrevivência*, fundamentando esses conceitos no paradigma da *complexidade* de Morin, que abre a possibilidade de diálogo com a *economia política*, um campo que tenta dar conta do *todo* social, portanto, de uma *complexidade*. Encontramos amparo na economia política de Vincent Mosco (2009, p. 3), principalmente, ao definir esse campo em termos de *controle* e *sobrevivência* em sociedade. *Estratégias*, *controle* e *sobrevivência* são conceitos que, assim, ganham um estatuto teórico e epistemológico para que não sejam utilizados a ponto de equipará-los ao senso comum e a ponto de perdermos controle sobre o método de conhecimento. Aliás, o paradigma da complexidade, desenvolvido sobre o ferramental da teoria dos sistemas, teoria da informação, cibernética, permite que a quantidade dos conceitos aqui a serem utilizados ganhem esse estatuto teórico e também epistemológico (paradigma da complexidade).

As metáforas que utilizamos nas ciências para facilitar nosso entendimento acerca da organização dos fenômenos da vida surgem das mais diversas esferas. Assim, da noção de sistema, utilizaram-se a física, a biologia e a antropossociologia (termo usado por Morin ao longo de *O Método*), copiando o funcionamento do que nos é mais complexo, nossos sistemas biológicos (sistemas vivos, celulares, moleculares, nervosos, respiratórios, sanguíneos, todos

responsáveis pela circulação e organização de fluxos corpóreos) e físicos (sóis, estrelas, planetas, átomos, partículas) para fazer erigir as ciências do homem. A sociologia fundou-se sobre o conceito de sistema, muitas vezes inconscientemente, como acusou Morin (2013). Esses conceitos, entretanto, enraízam-se na cultura, e nas ciências, e fazem surgir dogmatismos que estagnam o princípio dialético inerente à vida humana e suas inter(ações) produtivas. A ideia de sistema, tornada foco novamente nos anos 1950 com o desenvolvimento da cibernética e das teorias dos sistemas, tornou-se alvo de redutivismos, de mutilações do conhecimento sobre a realidade e, portanto, do nosso conhecimento sobre a própria vida, dos acontecimentos, do devir que constrói sua dialética aberta e que comporta incertezas, assim como sempre ocorreu com a ordem eterna que sufocou a desordem na análise do tecido da realidade.

Nesse contexto, a introdução de novas metáforas, analogias, oxigenam o conhecimento científico de modo a colocar em movimento novamente o que se estagnou, por dependência própria de uma dialética que se perdeu e não sabe mais pensar sobre si mesma, vítima de um controle noológico inconsciente. As noções de territórios e territorialidades nos são dadas para pensar complementarmente o que há muitos anos atrás as ideias de sistema e ação, que trabalham juntas (com destaque na sociologia de Talcott Parsons, de onde Luhmann extraiu tal relação), em suas abstrações, permitiam-nos pensar. Sistema e ação são sempre frutíferos na medida em que se mantêm como conhecimentos abertos a incertezas e a críticas. No passo que se tornam doutrinas, a crítica acaba por ser eliminada constantemente desses sistemas então rígidos, onde ações são predeterminadas. Assim, a ideia de sistema capitalista, que muitas vezes é adotada sem consciência do porquê da metáfora “sistema”, tornou-se dogmaticamente enrijecida em sua utilização.

Oxigenamos a ciência, entretanto, ao pensarmos nos territórios capitalistas, em vez de sistemas rígidos; e nas territorialidades humanas, em vez de ações sufocadas por programas de dominação absolutos. Territórios são não apenas o que o mapa desenha ou circunscribe, delimita, mas rompendo com esse próprio positivismo geográfico, territórios são lugares materiais onde a vida humana acontece. Territorialidade é um apelo à materialidade da vida, à materialidade da qual a dialética recursiva se alimenta, materialidades que nos levam diretamente a pensar a vida *hic et nunc*. Territorialidades são todas as ações que acontecem nesses territórios, permeados por *imprintings*, mas também por lutas, discussões, críticas. Assim, territórios não são sistemas fechados condenados à segunda lei da termodinâmica, à entropia, já que suas ações redundantes internas tendem a um desgaste organizacional generalizado. Territórios são espaços abertos ao *oikos*, isto é, às intempéries, às influências do

meio, do ambiente onde se localizam. Podemos falar dos mais diversos territórios, assim como podemos falar dos mais diversos sistemas: território corporal humano, território ambiental, território cósmico, território solar, território capitalista, território científico etc. Realizamos aqui a comparação (não a redução de um a outro) entre esses termos (sistema e território) para notarmos que é necessário parar para pensar quando a ciência perde sua consciência e se comporta doutrinariamente, tanto nos sistemas que viraram máquinas cibernéticas programadas de fora, quanto nos territórios onde a geografia política só soube pensar o poder do Estado *sobre* a população e não relacionalmente. Território é material vivo, dado pelo espaço, um apelo à volta do entendimento sobre essa materialidade e sua organização, principalmente histórica. A geografia política, que procura se atualizar a um pensamento relacional de poder em autores contemporâneos, será utilizada neste trabalho, principalmente por meio de Raffestin, Sack e Soja, que tratam amplamente sobre território e territorialidades. Esse materialismo histórico ao qual pode nos remeter a ideia de território, não obstante, poderia ser tratado como um retorno consciente à importância de Marx (2007; 2010; 2011; 2012; 2013) e seus escritos. Assim, quando falamos enfaticamente em materialidade e sua realidade organizacional, estamos nos referindo não só ao *todo* e às *partes* que o compõem, mas à *relação recursiva* de ambos, a qual, esta sim, engendra a *forma* da organização.

As ideias centrais, frutíferas, dialéticas, que permeiam a relação de comunicação com a de sistema, são as mesmas que permeiam a de comunicação e território, isto é, organização, gestão, controle. Conceber a organização de um sistema/território é concebê-lo dialeticamente, considerar suas aberturas e fechamentos, certezas e incertezas, programas e estratégias etc. Se o território é o sistema onde atua o poder, é também onde atuam emergências das práticas culturais. Essa “atuação” é a *praxis* que conforma o que chama-se de territorialidade, ações e relações humanas que materializam esse poder e essa cultura, que são indissociáveis.

A ideia de *poder* se relaciona muito com a discussão da ideia de *controle* em nossos estudos. Parafraseando Morin, ao dizer que “a problemática da complexidade ainda é marginal no pensamento científico, no pensamento epistemológico e no pensamento filosófico”, afirmamos que a problemática do controle ainda também é marginal em todas essas esferas de pensamento, ancoradas pela noção de poder-sobre (dominação), pois este ordena a complexidade, antes tratada como “erro”. Assim como à complexidade que Morin desenvolveu, lembrando Gaston Bachelard (*O novo espírito científico*) e outros, sucederam-se as incursões subjugadoras do pensamento simplificador, reducionista, ordenador, este sim ainda um saber preponderante na Academia, sobre a palavra poder, que tornou supérfluo seu sentido de controle. A palavra

controle, seguindo entendimento do jurista Fábio Konder Comparato (2014), possui dois sentidos principais utilizados no Direito: o sentido da dominação e o sentido da gestão, da administração. Como ele nos afirma, o sentido da dominação, dentro das ciências jurídicas, entretanto, tornou-se um sentido majorado em detrimento daquele outro, por motivos óbvios: a dogmatização jurídica precisa dominar teoricamente para dominar a sociedade, ou, mais profundamente, pois o Direito nunca se deu ao luxo de pensar a desordem que o ordena. É o Direito um dos sistemas inerentes à ordem social.

Foucault (1999) já dizia que o poder tem de ser avaliado fora do modelo hobbesiano do Leviatã, ou seja, da homogeneização de todas as relações e redes de poderes que o compõem. Não se deve confundir e alocar o poder na instituição do Estado, do soberano, do rei. O poder deve ser analisado “como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia” (1999, p. 35). Jamais, portanto, está localizado. O poder funciona e se exerce em rede, onde indivíduos circulam em posições tanto de submissão ou de poder exercê-lo. “Jamais eles [os indivíduos] são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários”, ou melhor, “o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles” (1999, p. 35). O poder, portanto, não pode ser confundido com o modelo do soberano legitimado pelo direito. O problema da teoria do direito sempre foi de fixar a legitimidade do poder por intermédio da técnica jurídica. Problematicamente, as técnicas de dominação e sujeição restam mascaradas pela técnica jurídica, a qual edifica direitos legítimos de soberania e obrigações legais de obedecer. Logo, “o sistema do direito é inteiramente centrado no rei, o que quer dizer que é, em última análise, a evicção do fato da dominação e de suas consequências” (1999, p. 31).

Assim como o Direito em sua necessidade de doutrinarização/dogmatização, elegendo teorias “cabíveis” em detrimento de outras para regerem e fundamentarem o poder estatal por intermédio de normas cogentes, grande parte das ciências sofrem por essa necessidade de refutações teóricas em vez de diálogo entre verdades. A ciência moderna, em sua cobiça pela objetividade, transformou a razão cada vez mais na doença da racionalização (MORIN, 2011a), onde o erro é identificado e suprimido em decorrência de outra verdade que passa a ser absoluta.

O sentido da palavra controle, de gestão, de administração, o qual encontramos marginalizado nas ciências de modo geral, remete à complexidade e a um pensamento organizacional, conforme asseverado continuamente por Morin em sua imensa obra, principalmente em *O Método*. A palavra controle sofre o mesmo problema que a palavra poder, ambos interpretados, na maior parte das vezes, como controle-sobre e poder-sobre sob a ótica do paradigma da simplicidade, tonando-se controle e poder sinônimos, sob esse ponto-de-vista. Uma das razões

para a acepção de controle no sentido de dominação superar à de gestão, governo, administração, é justamente refletida pelas palavras que já dissemos, de estarmos ainda envoltos pelo modelo do Leviatã, onde o poder é somente o poder de dominação e não *também* o de governo, gestão, administração. Estamos em torno da ordem racionalizante, demencial, como acusa Morin em *O Método*. O poder de controle como dominação (controle-sobre) recusa e é cego para a concepção organizacional do poder, pois a “dominação” que este realiza e sua constatação já são necessárias para alimentar a antiga relação senhor/escravo que nos é herdada, mas nunca explicitada em termos organizacionais. Isto é, meias verdades, verdades mutiladas são sempre bem-vindas, pois são tachadas de simples, claras, mas o pensamento complexo é, entretanto, sempre rechaçado, resumido a confusão ou mesmo uma tentativa de completude e fechamento. Ora, a ideia de complexidade moriniana é justamente o contrário, de trazer para dentro das ciências a perspectiva da abertura associada com a perspectiva do fechamento. Quando entendemos os sistemas sociais, culturais, ideológicos, históricos, econômicos que nos rodeiam em sua abertura e fechamento, concebemo-los como sistemas vivos, e não máquinas. Pois estas suportam o fechamento absoluto por um programa central que ordena através do comando humano. Já as máquinas vivas não, estas agem gerindo tanto ordem como desordem. A desordem, ao contrário do que a ciência faz ao negá-la em nome de uma suposta “clareza”, faz parte da organização desses sistemas vivos complexos, abertos ao *oikos* e, ao mesmo tempo, produtores de *si (autos)*. Entendemos, portanto, que a marginalidade no problema do controle enquanto “governo, gestão, administração” em detrimento da acepção “dominação” possui raízes mais profundas do que imaginamos, decorrentes, inclusive, dos próprios processos de subjugação internos à produção científica. Inobstante, muitos tendem a preferir a ideia de controle-sobre a de controle-dentro, pois a explicação é mais “clara” e elimina, por esse motivo, possibilidades de refutações sob o manto de uma crítica que assume um ativismo “bem-intencionado”, mas, ao mesmo tempo, que mutila a paixão em torno da construção da verdade em sua complexidade.

Encontramos, devido a essa marginalidade, poucas obras destinadas ao tratamento do controle. A inquietação surge também em um pequeno texto de Gilles Deleuze chamado “*Post-scriptum sobre as sociedades de controle*”. Neste texto, Deleuze nos chama atenção pela ideia de controle incluída e surge a dúvida: neste texto, o controle é tratado como dominação ou como governo, gestão? O texto é responsável, portanto, por nos instaurar esse questionamento que gira em torno, inicialmente, de uma política do significado do vocábulo “controle” e partir para a procura de outros trabalhos interessados no tema “controle”, requisitando, inclusive, na ordem

epistemológica, auxílio para se pensar a inconsciência sobre nossos métodos de produção e viabilização do saber. Assim, conseguimos nos deparar primeiro com a obra de Norbert Wiener (*Cibernética, ou controle e comunicação no animal e na máquina*). Controle ganha nessa ciência moderna um destaque central pelo professor de matemática. Após Wiener, passamos a procurar a influência de sua ideia de controle sobre outros autores, e encontramos em: Beniger e Mulgan, por exemplo. Estes autores tratam a temática do controle de frente, muito mais no sentido de gestão do que de dominação, e ambos preocupados com problemas sociais intermediados pelo objeto *comunicação*.

Não se trata aqui de excluir a perspectiva da dominação, mas de torná-la relacional, para dar fôlego à paixão que move o cientista: a busca pela verdade. Isso quer dizer que não há dominação, mas apenas controle? Absolutamente não. Métodos de controle podem levar à dominação, à escravização, aos totalitarismos, às aberrações históricas como os campos de concentração. O problema é que o controle entendido como dominação, cegamente, induz ao tratamento simplificado de uma sociedade que se torna cada vez mais complexa. O que faz um vocábulo ter um significado tratado em privilégio de outro? Se “os limites de nossa linguagem significam os limites de nosso mundo”, como asseverou Wittgenstein (2010, p. 245), a preferência de um significado a outro, logo, refletiria uma escolha política, com raízes sociais profundas, então? O controle tratado como pura dominação recusa a própria dialética hegeliano-marxista, pois trata a história apenas estaticamente, isolada e desprovida de conflito. As análises puramente estáticas precisam retroagir ao dinamismo que anima os sistemas vivos. A dominação foi denunciada na relação senhor/escravo, assim como a estaticidade, a constância, permitiram ao homem conhecer a realidade das células, dos átomos, das moléculas, a hierarquia das leis. Mas todos esses remetem a sistemas que vivem e, portanto, não permanecem em constância. Assim, precisam se relacionar com o dinamismo inerente à vida. Esta necessariamente implica conflito, desordem, interretroações, estratégias, correções de rumo etc. Essas organizações e reorganizações próprias aos sistemas vivos estão ligadas a sua própria necessidade de sobrevivência e também de controle. O governo ou o controle de uma organização é que garante a sobrevivência dela. Portanto, entender a vida como controle, é buscar nela a materialidade de sua organização e, portanto, de sua sobrevivência, pois não há nada que sobreviva sem se organizar, seja lá qual for seu método de organização. Adentrar no *black-box* dos sistemas e por à mostra sua luta para gerir *inputs* e *outputs* é aqui nossa tarefa. Explicitar, também, a organização do capital, a organização das pessoas físicas e jurídicas. Aqui, nosso foco é na pessoa jurídica Rede Globo e sua luta para adaptação/readaptação em sua

genealogia histórica, sobretudo no momento em que enfrentam os desafios das concorrências estrangeiras frente a um mundo globalizado e digitalizado. Como a Rede Globo participa de uma sociedade de controle, identificada em um paradigma de complexidade? Ao identificarmos a sociedade de controle de Deleuze ao paradigma de complexidade de Morin, estamos nada mais do que interpretando que ambos autores pensam a partir da *relação*. Portanto, controle em Deleuze é interpretado aqui dentro da complexidade dialética dos sistemas vivos, dentro do paradigma de complexidade de Morin.

Ao mesmo tempo, temos que pensar que essa pessoa jurídica é uma das principais responsáveis pela gestão da comunicação social interna ao território brasileiro por intermédio da propriedade que concentra. No âmbito global, essa mesma pessoa também tem participação na gestão da comunicação global, cada vez mais concentrada. Nesse sentido, os problemas do objeto comunicação e do controle se encontram também no âmbito do estudo de caso. Ora, como se organiza a comunicação social em uma era global de técnica digital? Como nossa pessoa jurídica, aqui nosso objeto, tem feito para se organizar na dita “sociedade de controle”? Nessa fase de adaptação, as estratégias são muito mais comuns do que programas fixos, pois se trata ainda de explorar o aleatório que trouxe a era mundializada para os grupos de mídia locais. Nossa hipótese, a ser posta em teste, é de que a Rede Globo se organiza enquanto sistema vivo, reduzindo complexidades que lhe surgem de modo a garantir a continuidade de seus negócios e de sua propriedade. Para a consecução dessa redução de complexidade, há muitas relações a se considerar. Aqui, entramos nos estudos de economia política da comunicação, entendendo por economia política o que Mosco nos definiu (*sobrevivência e controle*) e fazendo autores dessa área dialogarem nesse sentido.

Nossos estudos guardam relações importantes com Marx. Pensamos, com Morin, que “devemos ultrapassar Marx, conservando-o” (2014, p. 97). Este já havia percebido, em seu método do materialismo histórico, que a burguesia, mesmo procurando para si a ordem, tinha ideia de que viveria rodeada por uma base anárquica e perturbadora. Sua dominação classista é relativizada, isto é, seu controle e suas estratégias para sobreviver estão no reconhecimento da “ameaça” socialista que seu próprio sistema fez crescer, como nos mostrou em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*⁴.

⁴ “A burguesia tinha a noção correta de que todas as armas que ela havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostataram dela. Ela *compreendeu* que todas as assim chamadas liberdades civis e todos os órgãos progressistas atacavam e ameaçavam a sua *dominação classista* a um só tempo na base social e no topo político, ou seja, que haviam se tornado ‘*socialistas*’. Nessa

A ideia de sistema que trataremos aqui não deve ser confundida com dogmatismos científicos, mesmo em Marx. É uma ideia, pelo contrário, que nos permitiu conhecer os mais diversos sistemas de pensamento e modificá-los de acordo com cada realidade contextual vigente. O próprio Marx em sua crítica contundente e irônica aos abstracionismos do que chamava de pensamento da pequena-burguesia alemã (*A ideologia alemã*), queria nos chamar atenção para a aparente essencialidade a qual se dirigiam os neo-hegelianos e outros filósofos alemães em conceitos desvinculados de sua base material. Esses alemães, nessa linha de pensamento criticada por Marx, acreditavam ter concebido um socialismo “verdadeiro”, apriorístico, para o qual o conceito de *sistema* era “dogmático-ditatorial”. Mas, com Marx, acreditamos que os sistemas refletem as necessidades do tempo em que surgem, marcam suas épocas. Assim, “o conteúdo propriamente dito de todos os sistemas que marcaram época corresponde às necessidades do tempo em que surgiram”. Na base dos sistemas “está todo o desenvolvimento progresso de uma nação, a conformação histórica das relações de classe com suas consequências políticas, morais, filosóficas e demais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 444-445). Nessa defesa, Marx se referia ao conteúdo dos sistemas comunistas, acusados por esses socialistas “verdadeiros” alemães de serem sistemas ou ordem sociais já prontas. Isto é, por ser esse sistema “já pronto”, o socialismo verdadeiro “naturalmente se furtou ao esforço de tomar

ameaça e nesse ataque, ela desvendou acertadamente o segredo do socialismo, cujo sentido e tendência ela avaliou com mais justeza do que o próprio assim chamado socialismo é capaz de fazer a seu respeito, o qual, por conseguinte, não consegue entender por que a burguesia se fecha a ele tão obstinadamente, quer ele se lamurie em termos sentimentais dos sofrimentos da humanidade, quer ele proclame em termos cristãos o reino milenar e o amor fraterno universal ou devaneie em termos humanistas sobre espírito, formação e liberdade ou imagine em termos doutrinários um sistema de mediação e de bem-estar de todas as classes. Porém, o que a burguesia *não compreendeu* foi a consequência de que o seu *próprio regime parlamentarista*, que a sua *dominação política* como tal, e agora também em moldes *socialistas*, necessariamente incorreria na sentença condenatória generalizada. Enquanto a dominação da classe burguesa não se organizasse totalmente, enquanto não adquirisse a sua expressão política pura, o antagonismo em relação às demais classes tampouco podia aparecer de forma pura, e, onde aparecesse, não teria como assumir aquela versão perigosa que transforma toda luta contra o poder estatal em luta contra o capital. Vendo em cada manifestação de vida da sociedade uma ameaça à ‘tranquilidade’, como ela poderia querer manter no topo da sociedade o *regime da intranquilidade*, o seu próprio regime, o *regime parlamentarista*, esse regime que, segundo a expressão de um dos seus oradores, vive na luta e pela luta? O regime parlamentarista vive da discussão; então, como poderia proibir a discussão? Cada interesse, cada instituição social é transformada por ele em ideia universal, tratada como ideia; como poderia algum interesse, alguma instituição afirmar-se acima do pensamento e impor-se como artigo de fé? A briga dos oradores na tribuna provoca a briga dos prelos, o clube de debates no Parlamento é necessariamente complementado pelos clubes de debates nos salões e bares, os representantes que constantemente apelam para a opinião popular autorizam-na a expressar a sua real opinião por meio de petições. O regime parlamentarista submete tudo à decisão das maiorias; como poderiam as maiorias que estão além do Parlamento querer não decidir? Se vós que estais no topo do Estado tocais o violino, por acaso não esperais que os que estão lá embaixo dancem?” (MARX, pp. 80-81, 2011). Marx trata aqui de, como ele mesmo disse, a burguesia pode sofrer com o golpe de Luís Bonaparte, o qual se tornara imperador. A presença do imperador, por outro lado, não enfraqueceu esta classe, mas permitiu que se desenvolvesse economicamente, pois ela mesma decidiu por apoiar o imperador frente às circunstâncias levadas pelo sistema parlamentarista. Acompanhando a dialética histórica de Marx, afirmamos que nenhuma sociedade vive apenas de ordem, normas; em sua base encontramos “uma espécie de anarquia de fato, em que as pessoas se desvencilham e trapaceiam, e a ordem superior só existe pela desordem inferior”; “é evidente que, para fazer funcionar o sistema que oprime, é preciso trapaceá-lo” (MORIN, p. 113, 2010a).

conhecimento dos próprios sistemas comunistas.” “De um só golpe”, Marx e Engels (2007, p. 444) continuam, “ele deixou para trás não só a Icária, mas também todos os sistemas filosóficos de Aristóteles até Hegel, o *systeme de la nature*, o sistema botânico de Lineu e Jussieu e até mesmo o sistema solar”. Ou seja, na ideia de sistema não há de se encarar um “dogmatismo-ditatorial” simplesmente por se tratar de “sistemas”. Os sistemas são base da vida, das territorialidades. Neles se inscrevem toda uma dinâmica da história das mudanças sociais.

Edgar Morin nos relata que um dos grandes desafios do século XXI será regenerar as nossas cidadanias locais e construir o que chama de “cidadania planetária”, na qual as diversas pátrias estarão enlaçadas com a “Terra-Pátria”⁵, local onde a humanidade e sua materialidade se constituem. Apesar de nos colocar esse desafio, logo nos esclarece que a realidade objetiva é outra: não temos sequer uma regeneração no quadro das democracias em âmbito local. Pensar a “cidadania planetária” nos coloca, portanto, anos-luz de uma realidade que sequer consegue ser nacional. Estamos ainda na “idade de ferro planetária” e na “pré-história do espírito humano”. “A estrada será longa” (2010b, p. 126), reconhece Morin, quem lembrará o conceito de *homem genérico* de Marx (*Manuscritos econômico-filosóficos*) para nos elevar do plano da individualidade e conceber a humanidade como característica que nos é comum. A partir desse conceito é que também estrutura sua noção de ética no último tomo de *O método: Ética*.

A vida humana, inobstante as incertezas de seu futuro, resiste, conserva, revoluciona permanentemente sua realidade para sobreviver. A civilização da Terra, as solidariedades entre pátrias que respeitarão suas diferentes culturas, mas viverão em unidade, em uma humanidade, requer o reconhecimento e o enfrentamento de longos percalços, riscos, incertezas na construção de uma arte política fundamentada no progresso e na sobrevivência da humanidade. “É isso que prolonga e transforma a ambição socialista original” (MORIN, 2010b, p. 126).

Pensar a sobrevivência das sociedades requer o cuidado na refundação de um pensamento capaz de conceber a complexidade que nos escancarou a mundialização. Ao mesmo passo, devemos conceber como se organizam os sujeitos para manterem vivas suas necessidades (desejos, paixões, ambições). O controle dos riscos que uma vivência incerta nos provê tem, portanto, lugar a ser pensado no âmbito dessa organização. O controle é condição para a sobrevivência e sobrevivência é indispensável para se continuar a controlar. No âmbito da economia política, o controle garantido pela arte política é indissociável da sobrevivência garantida principalmente

⁵ Cf. MORIN, E; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-pátria**. 5. ed. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

pela esfera da economia, mas não só por ela. Sobrevivência é um processo amplo que engloba as mais variadas esferas (cultural, política, econômica, ideológica, psíquica, mítica etc.) e que, portanto, não deve ser reduzido à economia. A economia mundializada não pode se tornar pretexto para reducionismo, no momento em que a entendemos como “estágio supremo da dominação do capital”, que é o que “fazem todos os que têm necessidade de reencontrar seu maniqueísmo, reencontrando, senão o proletariado redentor, pelo menos o capitalismo culpado, mas perdendo o espírito internacionalista que animava o socialismo” (MORIN, 2010b, p. 98-99). É preciso, seguindo Morin (2010b, p. 99) “abandonar toda lei da História, toda crença providencial no progresso e extirpar a funesta fé na salvação terrestre”, o que significa que a concepção de capitalismo de Marx deve ser conjugada com toda a complexidade técnica, sociológica, democrática, ideológica da história moderna. Essa complexidade nos permite compreender a rica ideia de sobrevivência e controle dentro de uma organização viva complexa, na encruzilhada dos mais variados fatores.

A sobrevivência em sociedade, que é um processo que envolve economia, mas não apenas ela, necessita do controle das ações das organizações vivas, de suas decisões. Quando pensamos o Grupo Globo como organização viva, dentro de uma dada sociedade, temos de pensar seu modo de sobrevivência a partir dos modos de controle não apenas operados por ela, delas emanados, mas também os modos de controle que são postos a ela por outros sistemas. Assim, não há de se pensar em um controle esmagador de uma organização que busca sobrevivência. Há de se pensar sua existência, em primeiro lugar, dentro de uma complexidade, onde controles dela emanam e ao seu redor são instaurados. Desse modo, não excluimos pressões populares, eventuais tomadas de consciência, fatos estrangeiros influentes, como, por exemplo, a Lei de Meios⁶ na Argentina, a imposição de regras de sobrevivência em um mercado globalizado. Pensar a organização desse grupo e sua permanente reorganização, é pensá-lo como ente concreto, vivo, que busca sobrevivência, antes de podermos, daí, extrair a crítica de decorrentes perigos de totalitarismos comunicacionais e interferências na democracia e na cidadania. A crítica é uma decorrência de uma análise complexa, de concorrências, de antagonismos e complementariedades, a qual, por sua vez, será colocada sob o escrutínio crítico. A crítica,

⁶ Apelidada de Lei de Meios, A lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, nº 26.522, foi sancionada em 10 de outubro de 2009 na Argentina. Em seu artigo primeiro, já evidencia seu objeto: “ARTICULO 1º — Alcance. El objeto de la presente ley es la regulación de los servicios de comunicación audiovisual en todo el ámbito territorial de la República Argentina y el desarrollo de mecanismos destinados a la promoción, desconcentración y fomento de la competencia con fines de abaratamiento, democratización y universalización del aprovechamiento de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación.”

Disponível em: < <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/158649/norma.htm> >

portanto, não deve ser epifenômeno de uma ciência mutilada, unilateral, cega. Nem a ciência deve ser mutilada por uma crítica imbecil. Ora, se tratamos do controle que um grupo exerce no século XXI, temos de analisar suas estratégias de dominação, de equilíbrio (*homeostasia*), de compensação de perdas e aplicação de ganhos. Não apenas isso, o controle que ele exerce sofre o controle de externalidades das mais diversas: *lobbies*⁷, pressão popular, movimentos sociais, lei dos meios na Argentina, mudança na política econômica nacional e internacional, o coronelismo eletrônico etc.

Não se pode criar e recriar “Leviatãs” que não existem de fato, no mundo material. Sabemos que todas organizações vivas, por mais abstratas que possam parecer no plano teórico, carregam materialidade e, portanto, não apenas exercem ações, como também são alvo, intencional ou não, de ações contrárias. É próprio da dialética da vida a existência de contradições, conflitos, que não levam a uma síntese perpétua, mas tão-somente provisória, um estado de homeostasia que, não se sabe, mais a frente, poderá ser abalado. Devemos abandonar a mutilação de saber em torno do Leviatã hobbesiano.

Os controles exercidos pelo Grupo Globo são os mais diversos: desde a astúcia empresarial dos gestores, passando por concentração de propriedade, aproveitando-se de influências políticas acumuladas de outras épocas (época militar), acordos empresariais que estendem sua propriedade e lançam o grupo em âmbito globalizado, até a criação de programas como o *Esquentar* na Rede Globo, no qual toda uma agenda política se reflete na construção da imagem do Grupo como sendo o que respeita e integra diversidades de classe, de cultura, de raça, de gênero, de orientação sexual. Tais maneiras de controle têm a concorrência, complementação e antagonia de outros controles: o governo petista, aparente solidário a questões de regulamentação da mídia; o direito de resposta garantido pela justiça; as pressões de um direito pós-moderno, com influência da Carta Magna de 1988; a implantação da Lei de Meios em solo latino-americano (Argentina), pondo em pauta o poderio do grupo; o furor dos movimentos sociais de junho de 2013; a concorrência com os meios alternativos, principalmente a Internet. São ruídos e irritações inexoráveis da organização e das estratégias do Grupo Globo para sobrevivência. Ruídos e irritações que, portanto, absorvidos devidamente pelo Grupo, podem voltar a lhe trazer a “segurança” que detinha.

⁷ Cf. REBOUÇAS, E. **Os atores sociais do lobby nas políticas de radiodifusão no Brasil**. In: BEZZON, L. A. C. *Comunicação, política e sociedade*. Campinas: Editora Alínea, 2005.

O que o objeto *comunicação*, produzido massivamente por esse Grupo, tem a ver com a ideia de sociedade de controle? Se por controle retomamos à cibernética e desenvolvemos uma teoria baseada nas organizações dos sistemas vivos de modo complexo, logo essa sociedade é também um sistema vivo, exposto a aleatoriedades, mas também em busca de estratégias de controle, envolta, portanto, pela ação política. Deleuze nos abre a toda uma complexidade que nos impõem as comunicações digitais a partir da década de 1950. O texto de Deleuze é aberto a diversas interpretações, apesar de a palavra “controle” carregar um viés semântico que nos leva ao campo da dominação. Há, a partir dessa reflexão, toda uma política de significado que nos remete ao campo da linguagem, esta, por si só, um código de controle. Costumamos encarar o controle sempre como o “controle-sobre”, uma herança que nos remete à polarização senhor/escravo, e também de um aparato de dominação abstrato, verdadeiros “Leviatãs” que nos rodeiam; mas nunca o “controle-dentro”, internamente a um sistema composto tanto por ordem, como desordem, tanto por vida, como por morte. O controle encarado como “gestão”, “administração”, leva-nos a uma teoria do poder relacional, pois considera as múltiplas relações de poder internamente em uma sociedade. Assim, podemos encará-lo dentro de organizações em permanente circuito recursivo, isto é, vivas. Uma teoria do controle social, talvez analisada com tais cuidados, pode ter chances de sintetizar a série de estudos que a envolvem, sobretudo: a opinião pública, a propaganda, as relações públicas, as comunicações de massa – todas girando em torno do signo *comunicação*.

Com o desenvolvimento hipercomplexo das sociedades, estamos cada vez mais convencidos de que o tratamento científico dos objetos deve também se dar de modo complexo. Assim, não se tratará aqui de analisar o capitalismo enquanto mera esfera econômica que subjuga cada vez mais o planeta, mas de uma organização viva complexa, artesanal, que trabalha com comandos, programas, estratégias, comunicações, está sujeita à abertura e ao fechamento, alimenta e é alimentado pelas mais diversas dimensões da vida, as quais também são organizações complexas. Quando falamos em organização viva, tendemos a analisar a maneira em que seus componentes se associam, são complementares e antagônicos ao mesmo tempo. Controle é um aspecto dessa organização viva, mas que participa de múltiplas relações, inclusive as comunicacionais. Não se deve pensar controle como o assujeitamento completo e irreversível de partes de um todo. Como diz Morin, o *todo* é, ao mesmo tempo, muito mais e muito menos a soma das *partes*. A luta epistemológica de Morin é contra os reducionismos em prol da complexidade de pensamento. Assim, retornando, controle não são apenas técnicas de assujeitamento, mas, na perspectiva de uma organização viva, é também neguentropia,

homeostase, liberdade, motivação, vida e morte. Controle não é apenas especialização, hierarquia e centralização, mas também é diversidade, polivalências, anarquia, conflito, antiespecializações, acentrismos, policentrismos. Controle é o reconhecimento da impossibilidade de se anular antagonismos, conflitos. A complexidade em torno da ideia de controle evoca, portanto, a necessidade de superarmos aporias. A da necessidade em se anular conflitos em uma dada sociedade é uma delas. A emancipação só nasce do conflito. E, isso vale não apenas aos macrossujeitos, mas aos microssujeitos, da biologia, no nível celular, à antropossociologia, no nível societal. Vale às organizações vivas, de um modo geral. Aceitando essa condição, estaremos aptos, portanto, não para lidar com problemas sociais naturalizando-os, mas buscando modos mais complexos de operar, o que parte necessariamente de um pensamento complexo, não totalitário, mas totalizante. Não há de se falar em emancipação, logo, pura e simplesmente pela técnica ou pelos movimentos sociais ou pela ação política. A emancipação só ocorre em conjunto com a consciência da complexidade sistêmica, de sua organização interna, como organização circularmente recursiva e produtiva, dependendo, para isso, do sujeito autorreflexivo. O poder que está escondido, deve aparecer; e a comunicação que é serva, deve ser comunicante. Assim como não há como conceber sociedade sem comunicação, não há como concebê-la sem controle. Este, em seu sentido de “gestão”, é condição *sine qua non* para o funcionamento daquela.

O grande problema das organizações vivas (e, para isso, portanto, que Morin tanto nos leva à física e à biologia, pois lá está a vida tanto como nas sociedades humanas modernas) não é apenas “funcionar”, mas também de enfrentar acasos, erros, incertezas, perigos. O erro e a desordem são inelimináveis, pois necessários à sobrevivência. Não há vida que prescindia do acaso, pois é este que permite viver e sobreviver. Assim, a vida está cheia de aptidões estratégicas que devem comportar ordem/desordem e, ao contrário, uma organização que comporta apenas ordem, considerando o erro algo a ser eliminado e refutado constantemente, um intruso com o qual não se vive, é uma organização de concepção puramente ideal, presente nos sonhos de ideólogos e tecnocratas (MORIN, 2011b). Eliminar o erro, mas com ele não operar, é, pelo contrário, objetivo que elimina a própria vida e a trata como máquina cibernética. Aliás, é nisso que a sociedade da informação tem criado ilusões: ilusões do pleno controle e dominação sobre processos propriamente vitais.

As sociedades históricas sofreram com a oposição violenta do “senhor e do escravo”, ou seja, da subjugação do homem pelo homem. O problema do senhor/escravo trouxe-nos um outro problema inerente ao ser vivo, em qualquer sociedade: o problema da emancipação na e à sua

própria sociedade, inclusive para transformá-la. O problema da emancipação, que surge com a introdução da questão senhor/escravo, revela-nos aporias que devemos superar em um pensamento complexo: não devemos considerar como solução emancipadora uma sociedade sem conflitos nem antagonismos internos. “Nada é mais obtuso, subjugador, sujeitante do que uma sociedade que pretende anular os seus conflitos e antagonismos” (MORIN, 2011b, p. 368). A sociedade que compreende o antagonismo e o conflito como um “mal” a ser extirpado, é uma sociedade que não conhece sua própria condição de sujeito, isto é, é uma sociedade assujeitada pela inconsciência. Os antagonismos e os conflitos devem ser considerados pelas sociedades de maneira complexa e não apenas de maneira subordinatória. A regressão das sujeições só é possível, todavia, no meio em que há amplo desenvolvimento das comunicações e confraternizações, na utilização plena das qualidades humanas estratégicas, inventivas, criativas, inibidas em nossas presentes sociedades.

Na presente dissertação, optamos por dividir os temas a serem descritos na lógica de três partes. Os temas são separados em partes, pois julgamos ser necessário, em primeiro lugar, elucidarmos a relação de territorialidades e complexidade. Para nós, entender as territorialidades de quaisquer objetos é indissociável de um pensamento complexo, este que nos permite um novo olhar sobre a teoria, desenvolvendo autorreflexão⁸⁹ sobre seu estatuto e produzindo conhecimento consciente de seus limites e controles. Uma sociedade de controle é, sob nosso ponto de vista, uma sociedade complexa, uma sociedade que opera ordem e desordem e, via interações, faz emergir suas organizações em forma de sistemas que controlam. Toda essa funcionalidade material da sociedade só nos é permitida conhecer, pois há um paradigma de complexidade que controla o conhecimento que produzimos. Entender, em primeiro lugar, como essas organizações em forma de sistemas são também formas de controle, gerando territorialidades, é formular, portanto, a base para o nosso entendimento contextual de uma sociedade de controle, onde as comunicações são elementos centrais da operação do controle. O pensamento complexo nos provê um aparato conceitual que estrutura o conceito de territorialidade: ação, interação, sistema, organização, controle, sobrevivência, estratégias, comunicação etc. são todos conceitos acolhidos por esse pensamento. Em uma segunda parte, produzimos uma aplicação disciplinar do pensamento complexo e da territorialidade na economia política da comunicação. Esta é uma disciplina que nos permite pensar o *todo* social

⁸ Cf. LOPES, M. I. V. de. **Pesquisa em comunicação**. 7ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 92.

⁹ Cf. MORIN, E. **Ciência com consciência**. 13. ed. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a., pp. 29-30.

de maneira complexa, onde controles atuam para garantir sobrevivências em sociedade e vice-versa, daí territorialidades são produzidas em territórios específicos. Em nossa terceira parte, e última, já temos a aplicação prática de uma economia política da comunicação sob um olhar complexo, ao analisarmos a empresa Rede Globo em suas estratégias de sobrevivência e controle, em uma sociedade de controle. As territorialidades a serem analisadas estão divididas nas lógicas local-global, na qual serão identificadas estratégias de sobrevivência, isto é, principalmente econômicas, e estratégias de controle, políticas. A análise de estratégias não se dissocia também da genealogia histórica da Rede Globo, sendo dela que buscamos fazer emergir fundamentos contundentes dos movimentos estratégicos da empresa junto a uma territorialidade específica. A ideia de genealogia histórica já alude a uma possível crítica da história da Rede Globo para confirmar uma análise complexa e autorreflexiva. A história de estratégias mostra que as ações de um sujeito imerso em uma territorialidade têm fundamento em ações passadas ligadas a ações futuras. Temos aqui, portanto, um conceito complexo de ação, em movimento, que nos leva às interações constantes em um dado território. Enfim, o pensamento complexo é o nosso controle para conhecer, sendo que, para ilustrar, as expressões “territorialidades complexas”, “economia política da comunicação complexa” e “sociedade de controle complexa” seriam apenas tautologias aqui para nós. Acreditamos, portanto, com essa estrutura, pensar as estratégias da Rede Globo que nos/a leva a uma sociedade de controle.

Após essa explanação, deixemos evidente a relação desta dissertação com a área de concentração deste programa de pós-graduação e a linha de pesquisa em comunicação e poder. As territorialidades, à luz do pensamento complexo, serão definidas em uma observação de segunda ordem, em termos de sistemas, organizações, interações, relações, controle etc. onde a comunicação social possui papel central como operador dessas relações de interações que compõem sistemas organizados e que conformam o controle material das territorialidades. Nosso trabalho é complementar também à linha de pesquisa na medida em que o poder é tratado como sendo exercido por meio das relações desses sistemas organizados e materializados em suas territorialidades. É do poder que emerge a habilidade de controlar.

Há uma ambição teórica, que desde já também deixamos evidente, nos principais autores das teorias que utilizamos e, conseqüentemente, em nosso trabalho. Morin descreve sua própria teoria da complexidade como ambiciosa, ao alçá-la como *paradigma*. Luhmann reconhece a sua ambição teórica ao convocar a Sociologia a pensar dentro dos parâmetros de uma teoria dos sistemas sociais criada por ele. A economia política da comunicação, querendo dar conta do *todo* na relação de suas *partes* (economia, política, cultura) mostra sua ambição, principalmente

em Mosco, quem confere tal característica a uma das definições da economia política, centrada no estudo do controle e da sobrevivência na vida social. Ao deixarem transparecer sua ambição, como esses autores que tratamos aqui, mostram também o difícil papel de lidar com o tecido da realidade e seu *continuum* assustador, apesar da insistente paixão pela verdade que move o pesquisador.

A motivação da presente pesquisa é múltipla. Em primeiro lugar, queremos evidenciar a necessidade da construção científica consciente, pautada no máximo controle possível sobre aquilo que nos controla: em especial, os *paradigmas*. Para tanto, resolvemos elucidar a difícil tarefa do cientista em conhecer as condições de possibilidade de produção de suas ideias, tendo Morin como um definidor do paradigma que utilizaremos aqui, intitulado de “paradigma da complexidade”. Este paradigma, além de possibilitar uma maior consciência do pesquisador sobre sua produção, é contraponto ao dominante paradigma da simplificação, presente desde sempre na física, na biologia e nas ciências sociais. Este paradigma, sendo responsável por uma série de conhecimentos importantes, com a objetivização da ciência e a separação de ciência e filosofia operada por Descartes, todavia, gerou uma mutilação em torno do saber, que não mais se conhece. O tecido da realidade, em seu *continuum*, sempre fora cortado independentemente das intensas relações sistemáticas e organizacionais que a vida social e humana engendra. O saber foi e tem sido mutilado por esse modo de fazer científico, que não concebe o relacional e trata o paradoxo como erro. O paradigma da complexidade é aqui uma de nossas motivações para fazer pensar de maneira consciente os limites e possibilidades de uma ciência em feixe, inter, multi, transdisciplinar.

Para além disso, queremos expor aos leitores um conhecimento profundo acerca do processo comunicacional, permeado por estruturas e processos, isto é, sistemas, organizações, interações, ordens, desordens, controles, vivência e sobrevivência. Conceitos que são usualmente tratados de forma tão intuitiva (e também inconsciente), merecem um resgate em teorias que lhes deram destaque para que possamos produzir não só conhecimento, mas um conhecimento do conhecimento.

Outra questão que nos move e motiva este trabalho é a necessidade de ampliar o conhecimento sobre aqueles que influenciam o processo de comunicação social, sistema central, segundo Luhmann, do *todo* social. A comunicação não é um mero produto das indústrias culturais, é um objeto muito mais amplo e que diz respeito à organização da vida social e, portanto, à sobrevivência e ao controle. Mas, amparados em nosso arcabouço de *dever-ser*, que conforma também nossas sociedades (Direito e a Moral também são sistemas), devemos pensar, ao

mesmo tempo, que a comunicação social é um assunto sério demais a ser deixado unicamente nas mãos das empresas de mídia. Falamos em sobrevivência e controle, aqui, em uma perspectiva sistêmica e complexa, porque acreditamos também na forte influência exercida por essas empresas na construção do processo comunicacional que anima a vida em sociedade. Daí que, em nossas democracias, a comunicação social deve ser alvo de constante conhecimento, escrutínio e controle público. Temos, com esta pesquisa, o compromisso de pôr à disposição da sociedade todo o debate e o conhecimento por nós pesquisado e aqui sistematizado, podendo servir de ferramenta para o esclarecimento daqueles interessados (que *deveriam ser* todos indivíduos em sociedade) nos movimentos operados pela Rede Globo em sua programação, organização proprietária, enfim, em suas estratégias de sobrevivência e controle que compõem o comportamento do processo comunicacional no Brasil e no planeta.

Por fim, nosso projeto tem a tentativa de forçar a abertura das empresas de comunicação a um controle social profícuo, no sentido de promover um diálogo que possibilite a sociedade estar consciente da sua participação no processo comunicacional em democracia. A ciência e os intelectuais, acreditamos, têm um papel importante na pressão e na promoção do debate sobre temas que articulam e fazem parte da materialidade da democracia.

Temos como objetivo geral aqui descrever como a empresa Rede Globo reage a uma sociedade de controle identificada em um paradigma de complexidade, isto é, produzir um conhecimento acerca do objeto capaz de se autorrefletir, que o estude, mas que estude o seu estudo ao mesmo tempo. Daí, entendemos que a divisão deste trabalho seja melhor em partes do que em capítulos. A lógica das partes é a de que cada uma sirva de observação e observação da observação dos temas abordados nos capítulos. Como integrantes de um único problema a ser descrito, as partes se relacionam a um todo paradigmático que os guia. Esse paradigma deve ser descrito em primeiro lugar, para só daí lançarmos mãos sobre um ponto de vista de análise do social, o da economia política da comunicação. Esse ponto de vista de análise do social é que ditará, por sua vez, a ideia de uma sociedade de controle na qual está contextualizada nosso objeto, a ser descrito ao final da segunda parte. O estudo de caso é, portanto, resultado de duas observações de observações: de que a ciência que se costuma fazer não é compatível com uma realidade complexa (Parte 1); e de que a análise da sociedade que parte do ponto de vista da economia política da comunicação tem condições de ser compatível com essa realidade complexa (Parte 2), levando nosso estudo de caso a ser resultado de ambas observações das observações (Parte 3), fazendo uma história de suas estratégias para se adaptar à sociedade de controle. Assim, de outro modo, a Parte 1 trata do conceito de complexidade, que é resultado de uma observação

das observações científicas tidas sob o paradigma cartesiano, criticando-o e propondo, no lugar dele, uma ciência mais satisfatória com relação à complexidade da vida: o paradigma da complexidade. A motivação para buscar um paradigma de complexidade reflete nossas indagações acerca da sociedade que estamos observando, uma sociedade propriamente de controle, onde a complexidade dos sistemas atingiu um nível que abrange o todo social e todas relações orgânicas. Sendo assim, julgamos que somente uma observação da observação pode ser capaz de fazer as partes retroagirem a um conhecimento do todo social por meio do pensamento complexo. Junto a essa mesma parte, já trataremos de um conceito capaz de materializar tal complexidade em referência a um determinado espaço. É na ideia de territorialidade, portanto, que se assenta a materialidade do complexo: que relacionará aqui a economia (reprodução social), a política (poder de controle social) e a comunicação em um todo orgânico, um sistema territorial, como veremos. A Parte 2 irá tratar de um ponto de partida para a análise do social (a economia política da comunicação), já que queremos estudar uma sociedade de controle como contexto. Ela se utiliza do conhecimento que a economia política da comunicação tem de si mesma para, a partir de uma definição própria, dar conta de nosso objeto em sua complexidade e territorialidades. A Parte 3 é o estudo de caso da Rede Globo e de sua criação de estratégias de controle e sobrevivência, em uma sociedade específica (em expansão pelo movimento de globalização), em seus sistemas territoriais local e global.

PARTE I

Complexidade e Territorialidade

1. COMPLEXIDADE

A complexidade é um tema enfrentado por poucos autores. Um deles é Edgar Morin, que construiu todos os seis tomos de sua obra *O Método* em torno da problemática do complexo, convocando as ciências a deixarem um pensamento redutor, simplificador e a pensarem a partir de um paradigma de complexidade, essencial para o tratamento dos problemas da modernidade e de quaisquer outros problemas que dizem respeito à vida. “A problemática da complexidade ainda é marginal no pensamento científico, no pensamento epistemológico e no pensamento filosófico” (MORIN, 2010a, p. 175). Do ponto de vista epistemológico, apesar disso, Morin destaca o filósofo Gaston Bachelard (*O novo espírito científico*), quem “considerou a complexidade como um problema fundamental, já que, segundo ele, não há nada simples na natureza, só há o simplificado”. Entretanto, Morin escreve que Bachelard não chegou a desenvolver a complexidade, permanecendo ainda como ideia isolada; e, “curiosamente, a complexidade só apareceu numa linha marginal entre a *engineering* e a ciência, na cibernética e na teoria dos sistemas”. O primeiro cientista a descrever a complexidade com grande destaque foi Warren Weaver (MORIN, 2010a, p. 175-176).

O *iter* histórico nas ciências que nos permite conceber um pensamento complexo, primeiro, desvela-nos conceitos que sempre estiveram sob a égide de um pensamento simplificador, este que opera com reduções e disjunções, notavelmente o cartesianismo. A descrição de uma maneira de fazer ciência que ainda domina nos dias de hoje é condição para estabelecer as diferenças que implicam pensar de maneira complexa. O complexo só se tornou assunto a ser debatido com ênfase juntamente ao aparecimento da cibernética, da teoria dos sistemas e da teoria da informação, como já dito. Warren Weaver, com seu artigo intitulado *Science and complexity* (1948), já nos adianta ligeiramente o que Morin e Luhmann desenvolveriam depois. Weaver foi também co-autor, junto a Claude Shannon, de *The mathematical theory of communication* (1949).

Weaver, nesse artigo publicado em 1948, pouco tempo depois do término da segunda guerra mundial, trouxe-nos sua visão sobre a relação entre ciência e o tema da complexidade. Diferentemente da física e da matemática anteriores ao século XX, interessadas em análises com reduzidas variáveis (duas, três ou quatro), o que se seguiu no decorrer do século XX foram cientistas ousados que se lançaram na empresa de criar métodos analíticos que pudessem lidar com quantidades imensas de variáveis. Os cientistas da física, da matemática, desenvolveram

técnicas poderosas de probabilidade e estatística capazes de ocuparem-se com problemas da ordem da “complexidade desorganizada”. Por complexidade desorganizada entende-se os problemas que carregam um número avantajado de variáveis em jogo, sendo que cada variável possui um comportamento difícil de ser determinado, dado sua mudança constante. A evolução nas técnicas científicas permitiu, entretanto, que médias, frequências pudessem ser estabelecidas, apesar da instabilidade sempre permanente dos acontecimentos. Assim, uma companhia de seguros pode sobreviver economicamente, buscando sua estabilidade econômica com base no cálculo dos riscos. Não se sabe quando o acontecimento da morte tomará lugar na vida de um indivíduo, mas se sabe que tal indivíduo é parte de uma territorialidade humana de onde é possível extrair parâmetros de constância a partir dos quais serão calculadas as frequências em que mortes ocorrem.

Por conseguinte, graças a esse desenvolvimento nas ciências, situações desorganizadas podem se tornar organizadas. Daí, portanto, o importante papel a ser destacado das *organizações*, sejam elas no território biológico, físico ou antropossociológico. Quando possuímos uma complexidade organizada, podemos tratar de problemas que “envolvem simultaneamente um número mensurável de fatores os quais estão inter-relacionados no interior de um todo orgânico” (WEAVER, 1948, p. 539). Com a organização, podemos analisar um *todo* ou um *sistema*.

Os problemas da complexidade organizacional podem demandar, assim, mais que um cálculo de médias, especialmente em momentos de crises ou de guerras. Trata-se de desenvolver, cada vez mais, com ajuda dos avanços tecnológicos, as habilidades estratégicas capazes de fazer um todo organizado permanecer funcionalmente operante em sua ordem. Em vista disso, Weaver previu que seria necessário à ciência estabelecer avanços para os subsequentes 50 anos da outra metade do século XX (1950 em diante) que acompanhassem o aumento da complexidade organizada e os problemas daí decorrentes nos campos da biologia, da psicologia, da economia, das ciências políticas.

Weaver já podia prever, à época em que escrevia o referenciado artigo, o desenvolvimento dos mais novos métodos especializados em processamento de informação com a invenção dos primeiros computadores para acompanhar os problemas de complexidade dentro de organizações. Observou que a partir da perversidade da guerra surgiram, além dos equipamentos de computação eletrônica, mais outros desenvolvimentos capazes de colaborar com as ciências para resolver problemas de graus elevados de complexidade, durante os anos que estavam à sua frente, destacando para o seguinte: grupos interdisciplinares que uniam

matemáticos, físicos, engenheiros, psicólogos, cientistas sociais dos mais variados campos surgiram sob a pressão da guerra. Esses *mixed-teams* objetivavam, em cooperação, resolver problemas de táticas e, mais amplamente, problemas estratégicos no período belicoso. A vida estava explicitamente em jogo, era precisa unir as forças. Os *mixed-teams* da guerra apresentavam suas pesquisas, recursos e direcionavam todas suas diferentes perspectivas a problemas comuns que deveriam ser contornados. “Percebeu-se, apesar das tendências modernas à intensa especialização científica, que membros de grupos tão diversos poderiam trabalhar unidos e formar uma unidade muito melhor que a mera soma de suas partes” (WEAVER, 1948, p. 542).

Depois de Weaver, poucos autores incluíam em suas pesquisas o problema da *complexidade*, das *organizações* ou dos *sistemas* e a relação disso com a ciência, a não ser em uma visão de maquinários artificiais, onde o homem era dissolvido. Iremos resgatar, cada um com suas peculiaridades no tratamento do tema, o francês Edgar Morin e o alemão Niklas Luhmann, ambos pensadores da complexidade dos *seres-máquinas* a partir de todo o ferramental produzido pelas teorias dos sistemas, a cibernética, a teoria da informação e da comunicação.

Ter em mente a relação ordem/desordem em Morin é primordial para começarmos o entendimento da complexidade sob seu ponto-de-vista. Aliás, é seu ponto de partida em *O Método*. Ordem/desordem controlam noções derivadas ou consequentes: por um lado, temos determinismos e necessidades ligados; por outro, temos, ao contrário, o indeterminismo, a imprevisibilidade do acaso e a liberdade que confere possibilidade de decisão e seleção. Para Morin, portanto, o “problema da relação ordem/desordem é radical ou paradigmático: a definição de tal relação controla todas as teorias, todos os discursos, toda práxis e, claro, toda política” (2013, p. 98).

Nessa relação intensa entre ordem e desordem, que não cessa na vida, surgem outras noções importantes como a de *interação* e a de *organização*. Essas concepções, em conjunto, dão azo ao famoso *tetrálogo* de Morin, onde desordem, ordem, organização e interações estão em constante diálogo *recursivo*. A *recursividade* é um elemento importante na concepção de complexidade em Morin e em Luhmann, pois dela entendemos a circularidade produtiva em organizações vivas, que mantém a ordem de uma organização, apesar das desordens. O vocabulário aqui a ser utilizado, é importante deixar de uma vez evidente, é derivado das teorias que já citamos (teoria dos sistemas, teoria da informação, cibernética e teoria da comunicação), sendo que muitas vezes lembram aspectos maquinais no sentido artificial do termo *máquina*. As máquinas, entretanto, referem-se tanto às máquinas artificiais, quanto às máquinas vivas, os

seres-máquinas, com a importante diferença de que nas máquinas vivas tais termos são levados ao extremo, já que a máquina viva tem a capacidade de gerar a *si* mesma: é o conceito de *autopoiesis* de Maturana e Varela (1997).

Antes de sermos levados ao circuito recursivo desse tetrálogo ordem-desordem-interações-organização temos de nos dar conta de que a criação dele, por Morin, é resultado de uma série de reflexões sobre o desenvolvimento das ciências e do modo de produção de verdades que acompanhou os séculos. Morin, para tanto, leva-nos por caminhos não apenas confortáveis no campo das ciências sociais, mas extrapola esses limites passando pela biologia e pela física, observando relações complexas, isto é, complementares, concorrentes e antagônicas entre campos que, à primeira vista, parecem ser tão distantes dentro da tendência moderna à especialização nas universidades.

É preciso, em primeiro lugar, portanto, entender que o pensamento da complexidade quer tornar o pesquisador consciente e aberto ao conhecimento em feixe, inter, multi, transdisciplinar. Isso, é claro, amparado tanto nos conflitos quanto nas possibilidades de complementariedade que orientam as interações de forma a organizar os conhecimentos sem fechá-los em uma ordem absoluta, isto é, tornando a desordem um elemento coprodutivo da relação tetralógica.

Deste modo, Morin nos leva a entender uma tradição de ciência simplificadora que ainda é dominante no campo científico, onde todo ruído, todo caos, toda desordem, majoritariamente foram desprezados das análises, dado que não foram vistos como elementos integradores da realidade, mas algo do qual o cientista deveria se afastar o máximo possível para conceber explicações “claras” e objetivas. O pensamento complexo, pelo contrário, inclui todo ruído, todo caos e toda desordem como parte de uma realidade a ser entendida, compreendendo que a ordem não é mais rainha, ela é apenas parte de um plexo onde as infinitas interações que compõem a realidade não permitem a certeza definitiva e a construção de verdades irrefutáveis. A refutabilidade científica, em um pensamento complexo, deixa de ser tão importante quanto era, já que, se a relação fundamental e contingente entre ordem e desordem é sempre levada em conta, caminhamos com pensamentos abertos a possibilidades que sempre dialogarão, independente se há complementaridade, concorrência ou conflito entre saberes distintos. O paradoxo, a *unitas multiplex*, desespero do pensamento disjuntivo e reducionista, é, no pensamento complexo, apreendido como parte de um sistema produtor de *si*. Vemos aqui que *sistema* também é uma noção importante, a ser considerada, para Morin; mas, não mais importante, em sua visão, que *organização*. Toda vida só é possível, pois se organiza. Isso nas

organizações vivas biológicas ou nas físicas, nas máquinas triviais criadas pelo homem para auxiliar a produção da qual depende toda vida.

Para conceber um pensamento complexo devemos, no entanto, tomar consciência da cegueira redutivista que nos assola. A Ilustração não permitiu de fato a exclusão dos mitos, das trevas, mas, pelo contrário, só permitiu que fossem virtualizados e atualizados em todas as épocas. Ainda hoje falamos dos mitos gerados na era digital.¹⁰ Sob a égide da razão dominante, acreditamos que a causa do erro está na falsa percepção ou na incoerência, na falta de lógica, quando, na verdade, sua causa é derivada do próprio modo de organização de nosso saber em um determinado sistema de ideias em forma de teorias, ideologias etc. Ao instrumental lógico-formal construído pela própria ciência é creditado todo o destino de uma humanidade. O que nos permite dizer que por uma indução, por exemplo, podemos produzir um conhecimento coerente, verdadeiro? Nada mais que a fé no instrumental lógico. A razão, a lógica, sempre foram nossos pontos de partida. Enquanto isso, não vemos a impossibilidade desse instrumental, sob o qual perdemos a consciência (e, portanto, passa a nos controlar), de conceber os limites da razão e a impossibilidade que possui de alcançar áreas distintas. Nessa fé na razão dominante, somos ameaçados, enquanto humanidade, “pelo progresso cego e incontrolado do conhecimento”, criadores das manipulações de todos os tipos, armas termonucleares, desregramentos ecológicos (MORIN, 2011a, p. 9).

Apesar dessa cegueira, somos amantes da verdade, incumbidos da tarefa de termos consciência do instrumental que torna exequível a produção de nossas verdades, em suas possibilidades e limites. Conceber, assim, apesar das operações necessárias de seleção, rejeitando ou incluindo dados, pertinentes à produção científica, “princípios ‘supralógicos’ de organização do pensamento ou *paradigmas*¹¹, princípios ocultos que governam nossa visão das coisas e do mundo sem que tenhamos consciência disso” (MORIN, 2011a, p. 10). Em Foucault, Morin lembra o termo *episteme*, mostrando que este possui um sentido mais radical e amplo do que o termo *paradigma* em Thomas Kuhn. *Episteme* é, para Foucault, “aquilo que define as condições de possibilidade de um saber” (apud MORIN, 2011c, p. 264-265). Morin, assim como Foucault fez com o termo *episteme*, utilizou o termo *paradigma* não só para o saber científico, mas para

¹⁰ Cf. MOSCO, V. *The digital sublime: myth, power, and cyberspace*. Massachusetts: The MIT Press, 2004.

¹¹ “Paradigma é um termo presente na obra *As estruturas das revoluções científicas* de Thomas Kuhn. “Um paradigma contém, para todo discurso sob a sua influência, os conceitos fundamentais ou as categorias essenciais de inteligibilidade, ao mesmo tempo que o tipo de relações lógicas de atração/repulsão (conjunção, disjunção, implicação e outras) entre os seus conceitos ou categorias” (MORIN, 2011d, pp. 211-213). Cf. Morin, *O Método IV: as ideias*.

todo e qualquer conhecimento, pensamento ou o que chama de “sistema noológico”¹². Um grande paradigma, para Morin, ou *episteme*, “controla não apenas as teorias e os raciocínios, mas, também, o campo cognitivo, intelectual e cultural em que nascem teorias e raciocínios”; “controla, além disso, a epistemologia, que controla a teoria e a prática decorrente da teoria” (2011c, p. 264-265).

A perda da consciência das condições de possibilidade de nossos saberes ou do que os controla deve-se, em grande parte, ao pensamento simplificador que reinou no Ocidente, principalmente após Descartes. Os princípios de disjunção, redução e abstração é o que Morin chama de “paradigma de simplificação”, que permitiu Descartes operar a separação entre “sujeito pensante (*ego cogitans*) e a coisa entendida (*res extensa*), isto é, filosofia e ciência” e também “colocar como princípio de verdade as ideias ‘claras e distintas’, ou seja, o próprio pensamento disjuntivo” (2011a, p. 11). Esse paradigma, “que controla a aventura do pensamento ocidental desde o século XVII”, também trouxe grandes progressos ao conhecimento científico e à reflexão filosófica, sendo apenas a partir do século XX, consoante Morin (2011a, p. 11), que as consequências nocivas da falta de autorreflexividade sob o conhecimento científico foram percebidas. Isto é, em torno de quatro séculos a humanidade produziu e foi afetada por conhecimentos objetivistas, onde o sujeito não incluso impossibilitava a autorreflexividade sob as condições de produção do próprio saber. À falta de autorreflexividade do saber, em sua disjunção filosófica, como veremos mais à frente, Heinz von Foerster contraporía uma *observação de segunda ordem* ou *cibernética da cibernética*, isto é, os sistemas que observam sistemas. As disjunções, portanto, que, “rareando as comunicações entre o conhecimento científico e a reflexão filosófica”, fizeram com que a ciência fosse incapaz de conhecer a si própria, além de isolarem os grandes campos do conhecimento: a física, a biologia e as ciências do homem (MORIN, 2011a, p. 11).

O pensamento simplificador foi incapaz, segundo Morin, de conceber a conjunção do uno e do múltiplo (*unitas multiplex*). Ou se unifica abstratamente, ou se anula a diversidade; ou, ao contrário, justapõe-se a diversidade sem conceber a unidade (MORIN, 2011a, p. 12). O tecido complexo da realidade não era concebido como tal, sendo que era (e ainda é) afirmada uma crença de que o corte arbitrário sobre esse tecido da realidade complexa se confundia com o

¹² A noosfera é “termo introduzido por Teilhard de Chardin, em *O fenômeno humano*, que designa o mundo das ideias, dos espíritos/mentes, dos deuses, entidades produzidas e alimentadas pelos espíritos humanos na cultura. Essas entidades, deuses ou ideias, dotadas de autonomia dependente (dos espíritos e das culturas que os alimentam) adquirem uma vida própria e um poder dominador sobre os humanos.” (MORIN, 2012b, p. 303). Cf. *O Método IV* de Morin para um conhecimento detalhado dos sistemas noológicos.

próprio real, quando, ao fazê-lo, mutilava uma realidade muito mais complexa sobre a qual o homem não se conscientizava. A ideia do corte científico permitiu, como já dito, muitas descobertas científicas, ao passo que também mutilou o conhecimento. As descobertas de moléculas, átomos, suas composições, só foram possíveis sob a égide desse tipo de conhecimento. Mas, em se tratando de conceber uma realidade complexa, de múltiplas relações, de contingência, esse pensamento é inútil e cego. Em nossas sociedades mundiais, onde o sistema de produção capitalista tem operação mundial, e a comunicação é um processo que se mundializa paralelamente, conceber sistemas fechados e abstraídos absolutamente da teia do real é muito menos importante do que elaborar constructos abertos a autorreflexão crítica constante. Nosso objeto, a Rede Globo, que será tratado, uma organização empresarial, tem de ser garantido por uma análise em sua abertura ao *meio*, não só para a incursão crítica dos que observam, e para que essa crítica faça parte do funcionamento dessa organização, mas para garantir sua *sobrevivência* em seu fechamento. Em outras palavras, a Rede Globo, nosso objeto observado, precisa incluir à sua ordem aquilo que pode vir a lhe prejudicar, como mostraremos na parte III a relação das empresas com a complexidade em Morin¹³ e a questão do processo de tomadas de decisões dentro de organizações (LUHMANN, 2005)¹⁴; a academia, por sua vez, com a atividade crítica, precisa incluir à sua ordem o paradoxo, os funcionalismos e os moralismos em circuito recursivo. Resumindo: “a sociedade moderna encontra em seus próprios paradoxos, e também na tentativa de solucioná-los, a capacidade de se colocar em funcionamento e seguir adiante” (LUHMANN, 2011, p. 177).

O objetivismo transformado na doença da racionalização fez com que chegássemos à inteligência cega¹⁵. O século XX é o século em que a dicotomia ordem/desordem fora questionada com ênfase. Antes disso, a ordem era a palavra-mestra da ciência clássica, estabelecendo leis que iam do átomo à Via Láctea. Tudo era uma questão de descobrir leis naturais que regiam a realidade física. “De Kepler a Newton e Laplace, ficou estabelecido que uma inumerável população de estrelas obedece a uma mecânica inexorável” (MORIN, 2013, p.

¹³ Cf. MORIN, E. **A complexidade e a empresa**. In: Introdução ao pensamento complexo. 4. ed. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2011a. pp. 85-93.

¹⁴ Cf. LUHMANN, N. **Organización y decisión**. *Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo*. Tradução de Darío Rodríguez Mansilla. Barcelona: Anthropos Editorial, 2005.

¹⁵ “A inteligência cega destrói os conjuntos e as totalidades, isola todos os seus objetos do seu meio ambiente. Ela não pode conceber o elo inseparável entre o observador e a coisa observada. As realidades-chave são desintegradas. Elas passam por entre as fendas que separam as disciplinas. As disciplinas das ciências humanas não têm mais necessidade da noção de homem. E os pedantes cegos concluem então que o homem não tem existência, a não ser ilusória. Enquanto os media produzem a baixa cretinização, a Universidade produz a alta cretinização. A metodologia dominante produz um obscurantismo acrescido, já que não há mais associação entre os elementos disjuntos do saber, não há possibilidade de registrá-los e de refleti-los” (MORIN, 2011a, p. 12).

51). As desordens no âmbito físico eram concebidas como escória que não interferia na “verdadeira realidade”. Esta é “ordem física, onde todas as coisas obedecem às Leis da Natureza; ordem biológica, onde todo indivíduo obedece à Lei da Espécie; ordem social, onde todo humano obedece à Lei da Cidade” (MORIN, 2013, p. 52).

Foi no século XIX, entretanto, que a desordem ameaçou o coração da ordem física, com o segundo princípio da termodinâmica. O primeiro princípio da termodinâmica viu na energia uma entidade indestrutível, que se transformava continuamente (energia mecânica, elétrica, química etc.). “Este princípio oferece, então, ao universo físico uma garantia de autossuficiência e de eternidade para todos seus movimentos e trabalhos” (MORIN, 2013, p. 53). O segundo princípio da termodinâmica, por sua vez, “esboçado por Carnot e formulado por Clausius (1850), introduz a ideia não de desperdício, que contradiria o primeiro princípio, mas de degradação de energia”. Percebeu-se que “toda transformação, todo trabalho libera calor, contribuindo para esta degradação. Essa diminuição irreversível da aptidão de se transformar e de efetuar um trabalho, própria do calor, foi denominada por Clausius de entropia” (MORIN, 2013, p. 52). A questão que se colocava a Clausius, todavia, era: “como a progressão irreversível da desordem poderia ser compatível com o desenvolvimento organizador do mundo material e o seguir da vida que conduz ao *homo sapiens*” (MORIN, 2013, p. 52)? Enquanto o segundo princípio se mostrava como um atentado à ordem cósmica, o homem continuava a estabelecer sua ordem, a contar moléculas, átomos, astros.

Foi no século XX, em 1900, que a *microfísica* trouxe novamente o problema da desordem de sua letargia, entretanto, com a noção de *quantum* de energia de Planck. “A partícula perde seus atributos mais certos da ordem das coisas e das coisas da ordem. Ela se agita, se dissocia, se indetermina, se polidetermina sob o olhar do observador. (...) Sua substância se dissolve, e o elemento estável vira o fato aleatório.” A partícula passa a não mais ter “localização fixa e inequívoca no tempo e no espaço”. Apesar de ver novamente que “um delirante mingau subatômico de fótons, elétrons, nêutrons, prótons desintegra tudo o que entendemos por ordem, organização, evolução”, a ordem novamente tratou de resolver o aleatório com a estatística (MORIN, 2013, p. 57-58).

Mas, o questionamento que a microfísica levantou era de que poderia haver uma desordem presente no microtecido de todas e quaisquer coisas, sistemas abertos ou fechados, a confirmação da existência da “matéria viva” de Bergson. Trata-se de uma desordem diferente daquela que nos trouxe o segundo princípio termodinâmico. “Não é uma desordem de degradação e de desorganização. É uma desordem constitucional, que faz necessariamente parte

da *physis*, de todo ser físico. Ela faz parte – mas como, então? – da ordem e da organização, mesmo não sendo nem ordem, nem organização” (MORIN, 2013, p. 58).

A desordem que fazia existir, a desordem *genésica*, sendo inconcebível para o paradigma de pensamento reinante, é deixada incomunicável à microfísica, afastada. Apesar disso, o problema da desordem perseguia nos subterrâneos das ciências nobres. “Em um século, a desordem se infiltrou aos poucos na *physis*. Partindo da termodinâmica, ela passou pela mecânica estatística e desembocou nos paradoxos microfísicos” (MORIN, 2013, p. 58). Esse embate entre ordem e desordem pode ser demonstrado por essa evolução nos acontecimentos da *physis* e também desde a mitologia grega que dissociou o caos (“pré-universo monstruoso em que um Urano furioso copula com sua mãe Gaia e destrói seus filhos”) do cosmos (universo organizado em que reina a regra e a ordem), além do pensamento grego clássico que, deixando Heráclito de lado, com seu pensamento que prenunciava a dialética, opunha logicamente *Ubris*, a louca desmedida, e a *Dike*, a lei e o equilíbrio (MORIN, 2013, p. 79). Tudo tende a mostrar que somos herdeiros desse pensamento dissociador, sempre deixando o *Caos* e *Ubris* de lado.

Apesar disso, a descoberta da desordem genésica deu azo à ideia de uma *desordem organizadora*, um aperfeiçoamento da termodinâmica, que teve como precursor Prigogine. Este autor vem para afirmar o seguinte: “não há necessariamente exclusão, mas eventualmente complementaridade entre fenômenos desordenados e fenômenos organizadores” (MORIN, 2013, p. 60). É quando se percebe que o desvio, a perturbação podem provocar a “estrutura”, isto é, a organização e ordem ao mesmo tempo. O Universo e as organizações vivas podem ser vistos na sua relação entre ordem e desordem, um gerando o outro recursivamente. Foi aí que von Neumann (*self-reproducing automata*, 1966) descobre ao longo dos anos 1950 “que a grande originalidade do autômato natural (entenda-se vivo) é de funcionar com desordem” (MORIN, 2013, p. 52). Já em 1959, von Foerster “sugere que a ordem própria à auto-organização (entenda-se a organização viva) se constrói com a desordem” (MORIN, 2013, p. 61-62). Von Foerster, apelidado de “Sócrates eletrônico”, havia desenvolvido o princípio da *order from noise*. Weaver abordou, como vimos, o tema da complexidade.

“A primeira aparição (termodinâmica) da desordem nos trouxe morte. A segunda (microfísica) nos trouxe ser. A terceira (genésica) nos trouxe criação. A quarta (teórica) liga morte, ser, criação, organização” (MORIN, 2013, p. 62). Aqui, já podemos retornar ao tetrálogo de Morin que citamos no início e que relaciona ordem, desordem, interações e organização por esses motivos de desenvolvimento no pensamento da *physis*. Toda essa viagem que Morin faz é para nos alertar que “a verdadeira mensagem que nos trouxe a desordem, em sua viagem

termodinâmica à microfísica e da microfísica ao cosmos, é de nos ordenar de partir em busca da complexidade”. Não obstante, também nos alerta que “a evolução não pode mais ser uma simples ideia: progresso em ascensão. Ela deve ser ao mesmo tempo degradação e construção, dispersão e concentração” (MORIN, 2013, p. 65).

Como percebeu Morin sobre a exclusão da desordem em sua relação recursiva com a ordem, Luhmann destaca que o funcionalismo estrutural, dirigido por “estruturas supostamente invariáveis”, impunha limitações teóricas. Assim como a não consideração da desordem é fator primordial para um paradigma de simplicidade, o funcionalismo estrutural “tinha dificuldade de integrar fenômenos que se descrevem, geralmente, com o conceito de desvio: disfunções, criminalidades, condutas desviantes” (LUHMANN, 2011, p. 37). Além disso, Luhmann percebe que tal teoria também não conseguia dar conta dos acontecimentos históricos, que modificavam constantemente os sistemas e suas estruturas.

Luhmann (2011, p. 38) já destacara que ao contrário do funcionalismo estrutural, a biologia já discutia a problemática da sobrevivência nos organismos. Assim, para tal ciência, um organismo tinha apenas na morte uma posição definitiva, e somente frente à morte é que tal sistema resolvia a sua identidade, já que “enquanto o organismo se erige sobre si mesmo, a vida o mantém em constante reprodução”. Com a Segunda Guerra Mundial e a expectativas de mudanças estruturais intensas, pelo contrário, o funcionalismo estrutural necessitou se apoiar em uma posição que pudesse racionalizar e se portar como um grande controlador em uma torre central, e, “controle”, nesta época, portanto, é tratado como dominação. Foi com essa debilidade teórica sob a qual se erigiu o funcionalismo estrutural que ele fora rechaçado temendo-se que “com tais pressupostos teóricos não se chegasse a uma crítica radical da sociedade contemporânea” (LUHMANN, 2011, p. 40). Assim, a teoria dos sistemas, inicialmente, que também acompanhou o funcionalismo estrutural, foi, com ele, esquecida, com medo que contribuísse para reforço de estruturas de poder, como nos mostra Luhmann (2011, p. 39-40), apesar de que, para este autor, tal rejeição “obedeceu mais a impulsos ideológicos, do que a verdadeiras abordagens teóricas” (LUHMANN, 2011, p. 40), fazendo com que a sociologia deixasse de desenvolver avanços interdisciplinares sob a base dos sistemas, mesmo que utilizando o termo inconscientemente, como nos mostrou Morin.

A partir dos anos 1950, entretanto, houve esforços no sentido de formular um panorama geral da teoria dos sistemas, principalmente com a contribuição de Ludwig von Bertalanffy, um biólogo. A partir desses esforços é que se pode posteriormente descobrir uma teoria geral dos sistemas de segunda geração ou *second order cybernetics* (cibernética de segunda ordem) ou

mesmo a teoria dos sistemas que observam (*observing systems*) (LUHMANN, 2011, p. 60). Nesse desenvolvimento, a partir de 1950, o segundo princípio da termodinâmica, como visto em Morin, também forçou a pensar nas condições de possibilidade de existência dos sistemas ante o problema da entropia. Segundo Luhmann, a física esforçava-se para afirmar que o universo era um sistema fechado em uma ordem, dissolvendo a lei da entropia dentro dessa ordem. Entretanto, Luhmann (2011, p. 62) nos alerta que o que o fechamento ordenador da física experimentava de um lado, a ordem biológica e social não reafirmava do outro, sendo que o fechamento físico do universo não poderia ser modelo para outras ordens, em outros campos disciplinares. Passou-se a imaginar a necessidade de considerar a abertura desses sistemas para que pudessem sobreviver, na tentativa de desenvolverem *neguentropia*. Neguentropia, como o nome já sugere, é a negação da entropia em um sistema vivo, isto é, uma operação que estrategicamente corrige o desvio e a desordem para manter a ordem do *autos* atuante. A neguentropia denunciava a necessária abertura dos sistemas vivos para que o aleatório fosse processado e tornado parte do sistema. Os sistemas fechados, como vimos em Morin, tendem a um máximo de entropia, de desgaste, por exemplo, em uma máquina que precisa de reparos, graxa, óleo, para continuar seu movimento circular e produtivo. A abertura dos sistemas, diz Luhmann (2011, p. 62), é “comércio com o meio, tanto para a ordem biológica como para os sistemas voltados para o sentido (sistemas psíquicos, sistemas sociais...)”. Essa troca, esse intercâmbio ou comunicação com o meio trata-se de uma necessidade por informação, nos sistemas de sentido, com que a organização de cada sistema precisa para sobreviver, ao contrário dos sistemas orgânicos que só trocam energia, segundo Luhmann. Os sistemas, portanto, precisam interpretar o mundo, aproveitando de sua abertura ao meio, de modo a programarem suas próximas ações e decisões organizacionais. A entropia, portanto, faz com que “os sistemas estabeleçam um processo de troca entre sistema e meio, e, conseqüentemente, por sua vez, que esse intercâmbio suponha que os sistemas devam ser abertos” (LUHMANN, 2011, p. 62). O encerramento operativo que os sistemas produzem para sobreviver, seu *autos*, está em constante troca de informações ou energia com o *oikos*. Portanto, na aparente contradição entre *encerramento operativo*, conceito tratado por Luhmann, e abertura ao meio não se deve ver paradoxo que imponha uma alternativa a ser excluída. Mas, em um pensamento complexo, ambos devem ser relacionados recursivamente, abertura e fechamento, na tentativa de conceber sistemas que vivem e sobrevivem em meio a complexidades. Em outras palavras, esses tipos de sistemas não podem ser totalmente isolados do meio, o que acarretaria exatamente a constatação do segundo princípio da termodinâmica, a

tendência a um máximo de desgaste energético levando à desorganização. Não é o caso dos sistemas autopoieticos, que se reproduzem com base em si mesmos.

Por outro lado, não há como um sistema responder às múltiplas possibilidades de estímulos provenientes do meio, ponto a ponto. Deste modo é que o sistema precisa de uma formação especial, diferenciada do meio, onde o tratamento da complexidade dentro dele obedeça à sua própria racionalidade. Desde as primeiras tentativas de uma formulação de uma teoria dos sistemas nos anos 1950 e 1960, deu-se ao sistema um estatuto de complexidade menor com relação ao seu meio, justamente por esses motivos. Assim, os sistemas operam com *redução de complexidade* ao se diferenciarem do meio e, ao mesmo tempo, produzem um *encerramento operacional* capaz de fazê-lo sobreviver. Ao enclausurar-se em si mesmo (lê-se: em suas operações) o sistema ignora aquilo que não poderia pertencer à sua ordem (LUHMANN, 2011, p. 178-179). Ao contrário do *holismo*, a ideia de sistema que surgia era de que o sistema não aspirava à perfeição, no sentido de todos os seus elementos estarem perfeitamente sincronizados e, desta forma, responderem a uma *irritação* externa vinda do ambiente. O holismo, em sua aspiração à perfeição, causava uma racionalidade demente. A teoria da complexidade da primeira etapa da Teoria dos Sistemas se concentrou na questão de como um sistema, portanto, reage à enorme complexidade do meio, estabelecendo uma diferença; entretanto, destaca Luhmann, nunca chegou a definir precisamente o que se entendia por complexidade (2011, p. 183).

Segundo Luhmann, a forma mais acessível de se compreender a complexidade é pensar, em primeiro lugar, no número possível de relações, de acontecimentos e processos. Nesse sentido, entende-se que há lugares em que há sempre um meio mais complexo em relação à capacidade de processamento de um sistema e, portanto, ao contrário deste, oferece um mundo maior de possibilidades de relações, acontecimentos e processos. Há um *gradiente* de complexidade entre meio e sistema, portanto. Quando se estabelece esse *gradiente* é que se deduz que um sistema deva operar de forma *seletiva* em suas estruturas e processos para garantir uma ordem. “Precisamente porque o sistema seleciona uma ordem, ele se torna complexo, já que se obriga a fazer uma seleção da relação entre seus elementos” (LUHMANN, 2011, p. 184). Destacamos desde já que Luhmann está interessado em descrever como *funcionam* os sistemas para sobreviver, independente se *para sobreviver* criem estruturas e processos imorais ou não correspondentes com o *dever-ser* em dada sociedade. Para ler Luhmann, é importante ter isso em mente. E isso, não necessariamente, torna-se um fardo ao pensamento crítico. Muito pelo contrário, a ideia da ampla teoria dos sistemas sociais proposta por Luhmann é descrever o

funcionamento de uma sociedade que lida com complexidades e contingências. A contingência sempre está presente, mas o sistema, para controlar e sobreviver, tem de buscar modos de contorná-la, não sendo necessariamente bem-sucedido em seu objetivo. O trabalho crítico, apesar de nunca cessar, nem mesmo dentro de uma perspectiva sistêmica, tem na teoria dos sistemas importante aliada, pois permite criticar a partir de análises compatíveis com a realidade que impôs a modernidade. A ideia de Luhmann com o ferramental da teoria dos sistemas sociais era de atualizar a Sociologia, com sua estrutura velha e que não consegue mais dar conta das complexidades da sociedade, ou ainda, com a qual deixou, à deriva, o sistema noológico controlar sua produção científica inconscientemente.

Em sua formalidade, o conceito de complexidade, define-se, conforme Luhmann, em termos de *elementos e relações*. Isso porque quanto mais elementos tiverem um sistema, mais possibilidades de relações terá e mais complexo será. Esse aumento de complexidade, devido ao aumento de elementos e relações, obriga o sistema a decidir, a selecionar como *devem* se relacionar tais elementos, comportando sua ordem. É nos fluxos comunicacionais em sociedade que conseguimos notar a seletividade operada pelo sistema. “Não é possível comunicar-se com todos, mas somente com determinadas pessoas, que, por sua vez, dão continuidade à comunicação” (LUHMANN, 2011, p. 184-185). Nesse fluxo seletivo de comunicação que opera o sistema, somos levados a imaginar quem participa de seu processo, em dada sociedade, em dada territorialidade; e, no âmbito do nosso objeto aqui a ser tratado, a Rede Globo, como ele contribui para o controle e é controlado nesse processo, de modo que a comunicação faça a sociedade permanecer se desenvolvendo. Acontece o mesmo em hierarquias institucionais, onde as possibilidades de comunicação dependem das possibilidades de seletividade entre quais níveis podem se comunicar com determinados níveis hierárquicos. Quando há conexão entre todos os elementos de um sistema, não se forma uma complexidade nos termos que propomos; no mínimo, uma “complexidade simples” como bem paradoxalmente colocou Luhmann (2011, p. 185). A complexidade (complexa) só ocorre, pois há *necessidade de seleção* e, logo, é nesse mundo de possibilidades e variações de seleções que surge a contingência inerente aos sistemas que lidam com complexidades. A contingência se refere a algo que pode ou não ser. Tanto *alter* como *ego* possuem muitas possibilidades de ação e a seleção de um é contingente à seleção do outro (ARNOLD e RODRÍGUEZ, 1991, p. 103). Daí uma *dupla contingência* entre sim/não. É daí, da contingência, que surge também o problema da improbabilidade da comunicação e da produção de *consenso*.

Ao contrário da complexidade, o paradigma do simples, expõe Luhmann, estabeleceu uma visão de mundo que reflete uma estrutura social em que se erigiu sobre a necessidade da segurança, indispensável frente ao instável. Tratava-se da necessidade “de fazer surgir uma ordem segundo um desenho que poderia seguir os traços da natureza, ou de uma intervenção divina mediante o ato da criação” (LUHMANN, 2011, p. 186). A complexidade que trouxe a modernidade, ao contrário, abalou toda a visão de mundo sobre a necessidade da segurança. Temos de nos perguntar, na contemporaneidade, até que ponto essa complexidade evoluiu e qual é a nossa noção de meio, frente a essa evolução. Para o lado de nosso objeto, como pensar as estratégias adotadas pela Rede Globo para lidar com um aumento de complexidade decorrente da evolução de elementos e relações contingentes no processo comunicacional sob o qual depende sua sobrevivência e controle? E, mais, como é possível a ordem, a racionalidade, o cálculo frente a condições de contingência? Esse é principal problema que nos põe a complexidade.

Como apontou Habermas, “Luhmann, inspirado em Maturana e outros, estendeu e flexibilizou a tal ponto os conceitos básicos da Teoria dos Sistemas, que conseguiu convertê-la em base de um paradigma filosófico capaz de competir com os demais” (1990, p. 32, apud NAFARRATE, 2011, p. 23). Portanto, toda a discussão científica em torno da complexidade parte da teoria dos sistemas, estudada a fundo por Luhmann, que acabou por nos fazer pensar e nos levar a discutir os sistemas em um nível epistemológico e tornar a *complexidade* inerente a tais sistemas. A complexidade talvez seja “a única verdade ontológica que ainda se pode expressar sobre a sociedade” (NAFARRATE, 2011, p. 23).

A teoria dos sistemas, alerta Luhmann, não proporciona por si mesma “nenhuma informação, mas sim uma técnica teórica ou uma estratégia que oferece a oportunidade de colocar à prova conceitos como os de encerramento operativo, auto-organização, autopoiesis, paradoxos” (2011, p. 203). Assim, frente a uma situação de crise em sua hegemonia, como se organiza a Rede Globo que, entretanto, *mantém* sua hegemonia? Destarte, ela precisa se encerrar operativamente, para se proteger, se auto-organizar, criando estratégias neguentrópicas, retomando sua autopoiesis frente a paradoxos. Mas *como* ela faz isso? Temos de acompanhar tais estratégias, junto a um conhecimento de funcionamento em torno da sobrevivência e do controle. Não há de necessariamente agarrar-se em discursos solipsistas que preveem a morte fatal da empresa frente às adversidades, como desejam os que mais questionam com base no dever-ser a atuação da empresa, procurando, unilateralmente, a “solução” nas guerrilhas digitais *via* redes sociais, por exemplo. O pensamento complexo está além de mero ativismo solipsista.

Tal estratégia teórica permite uma contraposição à linguagem clássica da sociologia, e, então, questionarmos se ela já não deveria ser substituída por modelos que permitam a melhor abordagem de problemas, com instrumental teórico que leve em conta, como é o caso da teoria dos sistemas, o problema da complexidade. Entendemos que a economia política, por sua vez, aliada a esse instrumental teórico da teoria dos sistemas luhmanniana, possa tratar melhor ainda o problema da complexidade nas sociedades. O grande problema que enfrentaremos, talvez, ao tentar aliar a economia política à visão “funcionalista” de Luhmann reside justamente na tendência de algumas linhas interpretativas do marxismo, muitas vezes, levarem à uma moralização dos acontecimentos sociais. Não que seja indevida, mas que possa acarretar em um dilaceramento da descrição das complexidades, apesar das boas intenções.

É importante, prosseguindo, destacar uma ênfase que Luhmann propõe à Teoria da Evolução e à própria ideia de evolução que complementa mais ainda o entendimento da complexidade. A partir de Darwin, a questão que se colocou, sob a visão de Luhmann, era a de entender como a vida pudesse ser capaz de tanta distinção e diferenciação a partir de um acontecimento único: a célula. A contribuição de Darwin à teoria dos sistemas está em categorias como *variação*, *seleção*, *estabilização*, consolidando, conforme Luhmann, o modelo dos sistemas abertos na teoria geral. O caráter aberto, portanto, “expressava de maneira patente a dimensão histórica e o desenvolvimento da complexidade estrutural contrário à lei da entropia” (2011, p. 63).

O esquema input/output derivado desses sistemas abertos, que ganham forma similar na psicologia behaviorista no esquema estímulo/resposta, não resultou satisfatório dado as acusações ideológicas de que se tratava de esquema tecnocrático. Não obstante, não se conseguia responder o que é o sistema para ser capaz de transformar um *input* em *output* (LUHMANN, 2011, p. 68). Com essas dificuldades, Luhmann nos leva ao esquema de *feedback* da cibernética criado a partir de exigências técnicas da guerra. Na guerra, a ideia, com esse esquema, era “a necessidade de automatizar um processo de bombardeio para, desse modo, torná-lo independente da limitada capacidade ocular do aviador” (LUHMANN, 2011, p. 68). O modelo do *feedback* servia para que fosse possível medir informações capazes de determinar a distância entre sistema e meio. Dois exemplos simples se manifestam no termostato para controle de temperatura e na necessidade de manter um nível constante de açúcar no organismo. Os sistemas, portanto, sempre reagem para obter estabilidade, que permite produzir uma distância considerável do meio. Assim, dependendo da necessidade, um mesmo sistema pode reforçar os desvios (*feedback* positivo - Maruyama), no sentido de promover mudanças suportáveis pelo sistema, apesar na necessidade de estabilidade, mas também poder minorar

distâncias ou desvios entre sistema e meio (*feedback* negativo). Segundo Luhmann (2011, p. 71), a Teoria da Evolução tende a mostrar exemplos de *feedback* positivo, onde mudanças realizam efeitos de distanciamento com relação ao meio que já não podem ser mais revertidas, em um ponto de vista causal histórico. É importante ficar atento para críticas ideológicas que levam a necessidade de estabilidade do modelo sistêmico, em sua operação de *feedback*, por uma interpretação de manutenção de *status quo* (2011, p. 72). Não se pode reduzir a necessidade de estabilidade de um sistema, para sua sobrevivência, a uma questão de manutenção de *status quo*, ou de dominação dos mais fortes. A crítica que se porta dessa maneira é estúpida, pois não leva em conta que o *feedback* é um elemento necessário aos sistemas vivos justamente para sobreviver, seja para o bem, seja para o mal. A análise do real que parte deste ponto de vista é muito mais completa e permite apontar o *feedback* que foge ao *dever-ser*, daí, sim, criticando-o, mas não de antemão destruindo toda uma teoria com críticas parciais. O sistema lida com uma complexidade enorme e tem de dar conta dos desvios que o meio lhe incumbe sendo que, para sobreviver, muitas vezes o *dever-ser* é atropelado. As soluções para os desvios com relação ao *dever-ser* devem surgir do próprio sistema, e não de uma crítica que ilusoriamente acha que está à parte desse sistema. Há toda uma complexidade interna ao sistema a ser considerada antes que decisões possam ser tomadas.

Dado que a abertura dos sistemas só pode ser considerada em termos de fechamento operacional de um sistema, de recursividades, de autorreferência e circularidade (LUHMANN, 2011) o sistema, nesse fechamento, produz sua *diferença* do meio, reduzindo complexidade em torno de sua organização. Quando falamos em *diferença* também falamos em *distinção*, claro, já que o sistema organizado e fechado em suas operações é uma diferença que permite a distinção entre ele e o meio. Ou, caso preferir, como escreve Raffestin (1993, p. 50), levantando a problemática em termos de poder (o que foge, mas complementa o “funcionalismo” de Luhmann, como veremos no próximo capítulo) “a dissimetria é o feito do poder”, sendo que o poder “é imanente a toda relação que é o teatro e o lugar do confronto”. Dentro de um sistema não há de se levar em conta uma diferença constitutiva entre sujeito e objeto, desde que ambos são partes das operações e estruturas dos sistemas que os encerram (LUHMANN, 2011, p. 76). Assim, “todos os fenômenos que o observador pode descrever (...) baseiam-se no fato de o próprio observador viver” (LUHMANN, 2011, p. 76). Com a condição do sistema a ser levada em conta, o sujeito passa também a ser parte de uma sistematização e “tudo aquilo que um observador descobre sobre o sistema, deve aplicar a si mesmo” (LUHMANN, 2011, p. 77). Assim, na nova geração de teoria dos sistemas (von Foerster, Gotthard Günter, Spencer-Brown

e Maturana) Heinz von Foerster foi quem elaborou a teoria da cibernética de segunda ordem, que já referimos aqui, como sendo a teoria dos sistemas que observam e, por isso, são capazes de auto-organização. Segundo von Foerster (apud ARNOLD e RODRÍGUEZ, 1991, p. 52), entretanto, o termo “sistema auto-organizador” não faz sentido algum “a menos que o sistema se encontre em estreito contato com um entorno possuidor de energia e ordem disponíveis”. Deste modo, a relação entre sistema e entorno em von Foerster é central, sendo que só nessa relação é que se consegue criar ordem e energia. As evoluções propiciadas por esses autores de segunda geração da teoria dos sistemas foi que, para Luhmann, tornou a teoria dos sistemas um sistema de auto-observação, recursivo, circular, autopoietico e que possibilitou equipará-la “às abordagens problemáticas que hoje se enunciam sob a noção de pós-modernismo” (LUHMANN, 2011, p. 79).

Além da relação ordem e desordem e a de sistemas, tanto em Morin quanto em Luhmann há mais conceitos importantes a serem destacados. Um deles é o de interações, intermediárias do tetrálogo moriniano, que se trata nada mais do que “ações recíprocas que modificam o comportamento ou a natureza de elementos, corpos, objetos, fenômenos em presença ou em influência” (MORIN, 2013, p. 72). Para que ocorra a organização, são necessários fenômenos organizacionais (associações, ligações, combinações, comunicações etc.), os quais, por sua vez, só ocorrem por conta dos encontros promovidos pelas interações e esta só existe pela agitação causada pela desordem (MORIN, 2013, p. 72). Interação é uma noção intermediária entre desordem, ordem e organização (MORIN, 2013, p. 73), ligando-os e tornando-os relacionais; um precisa da referência ao outro, pois estão consumados em uma relação complexa, isto é, complementar, concorrente e antagônica. Para Morin, sob o pensamento complexo, o conceito de ação não é apenas movimento com aplicação e um posterior efeito, mas é sempre visto de modo relacional, o que faz com que ação signifique interação, conseqüentemente (2013, p. 197). Assim, a interação sempre permite pensar de maneira organizacional e, não excluindo o princípio da ação, pensado por muitos importantes sociólogos, Morin apenas quer que a ação, tanto na ciência como na política, liberte-se da manipulação e da dominação, isto é, contribua para uma ciência que traz a possibilidade de autoconhecimento; Morin propõe “um princípio de ação que não ordena mas organiza, não manipula mas comunica, não dirige mas anima” (2013, p. 470).

Morin quer nos propor um conceito de ação que, além de ser decisão pura e simplesmente, isolada, seja também um desafio. “O exemplo da ação que simplifica tudo é o gládio de Alexandre que corta o nó górdio, que ninguém tinha conseguido desfazer com os dedos”

(MORIN, 2011a, p. 79). O “nó górdio” cortado com uma espada por Alexandre na pintura que Morin se refere, é usualmente utilizado por ele para se referir a problemas de complexidade. A ação, além de estar situada em uma ecologia na qual se perde, também se organiza em sistemas, comportando organização e complexidade inexorável. Em Luhmann podemos ver a relação de sistema e ação.

Saindo em defesa de Parsons, Luhmann considera que o autor americano não deva ser levado somente em termos de sistema ou em termos de ação. Ambas as teorias, ação e sistema, apesar de serem dissociadas pela sociologia pós-parsoniana, não devem ser separadas. Para Luhmann, a teoria parsoniana entende que uma ação só é possível sob forma de um sistema (2011, p. 42). E, deste modo, como analisou em *A estrutura da ação social* grandes autores (Durkheim, Weber, Marshal e Pareto), a ideia de Parsons era encontrar entre os clássicos um denominador comum (LUHMANN, 2011). A descoberta essencial, conforme Luhmann, foi a de que “a construção de estruturas sociais se realiza sob a forma de sistema, e a operação basal sobre a qual esse sistema se constrói é a ação” (2011, p. 42). Entretanto, “para Luhmann, a única operação capaz de basear o social de maneira autônoma é a comunicação. Ela deve ser o ponto de partida de uma reflexão social, já que ao ser a estrutura basal mais abarcadora, inclui a ação (no sentido de Weber), sem esgotar-se nela” (NAFARRATE, 2011, p. 19).

A ação, pensando mais além, para Morin, é estratégia. E, por estratégia, Morin não designa um programa predeterminado a ser aplicado no tempo. Estratégia se opõe a programa e o complementa. O programa não obriga a estar vigilante às inovações. A estratégia, pelo contrário, age sobre o inesperado, alterando o programa. “A estratégia permite, a partir de uma decisão inicial, prever certo número de cenários para a ação, cenários que poderão ser modificados segundo as informações que vão chegar no curso da ação e segundo os acasos que vão se suceder e perturbar a ação” (MORIN, 2011a, p. 79). Toda estratégia, assim, luta contra e se utiliza do acaso, buscando informação. “A estratégia aproveita-se do acaso e, quando se trata de uma estratégia em relação a um outro jogador, a boa estratégia utiliza-se dos erros do adversário” (MORIN, 2011a, p. 80).

Todos esses conceitos que acabam se entrelaçando ao de ação são para demonstrar que não existe a complexidade de um lado, separada, na forma de pensamento e reflexão e, de outro, um campo da ação, da decisão. A ação nos remete a um reino material e muitas vezes vital da complexidade. Este conceito de ação, que é interação em um sistema dotado de comunicações e estratégias, atrelado ao pensamento complexo, nos ajudará a pensar, mais à frente, o conceito de territorialidades.

“Os seres humanos, a sociedade, a empresa, não são máquinas triviais: uma máquina trivial é aquela da qual, ao se conhecer todos os *inputs* e todos os *outputs*, pode-se prever o seu comportamento” (MORIN, 2011a, p. 82). A oposição máquina trivial e máquina não trivial foi elaborada por von Foerster e dizem respeito às máquinas, respectivamente, que são confiáveis e previsíveis, enquanto as segundas possuem um comportamento errático e que não podemos prever (ARNOLD e RODRÍGUEZ, 1991, p. 52). O conceito de “máquinas” aqui, como perceptível, não diz respeito apenas às físicas, autômatos ou cibernéticas. Estas possuem programas pré-definidos e não produzem a si mesmas. As máquinas não triviais, pelo contrário, produzem a si mesmas, extrapolando a ideia de máquina física, dizendo respeito a toda organização viva que combina programas e estratégias para viver e sobreviver.

Na complexidade, como podemos perceber, a ideia de organização, para Morin, é fulcral. “Sabemos hoje que tudo o que a antiga física concebia como elemento simples é organização” (MORIN, 2013, p. 123). Apesar disso, a física manteve o conceito de organização, sob a égide da ordem reducionista, excluído de seu campo. Foi apenas com a entrada cada vez mais influente e insistente da noção de desordem, como vimos, que surgiu a importância da noção de interações e, apenas daí, pode-se perceber que, apesar das ordens, desordens, interações, transformações, havia também de se considerar uma organização.

A noção de organização é complementar à noção de sistema. A ciência clássica, fundada sob o signo da objetividade, isto é, “de um universo constituído de objetos isolados (em um espaço neutro) submetido a leis objetivamente universais” (MORIN, 2013, p. 125), homogeneizava o conhecimento acerca da realidade e impedia a concepção de sistemas ou organizações, principalmente os sistemas vivos e as organizações vivas, ou seja, aquelas não triviais, que por esse motivo se diferenciam de meros autômatos reprodutores. O positivismo do objeto e o reino da ordem tornava-o incólume à existência de um observador, o qual não refletia acerca de si mesmo (lembrando da disjunção filosófica de Descartes), e a de um meio natural, de um *oikos*, de um contexto. A reviravolta do século XX que ocorreu na física, como vimos, trouxe a crise da ordem e fez a desordem cada vez mais penetrar. Junto a ela, o objeto também entra em crise, dado que não se consegue mais isolá-lo de suas múltiplas interações. Os átomos da física, não mais isolados, passam a se tornar um novo objeto, um objeto organizado ou sistema “cuja explicação não pode ser mais encontrada unicamente na natureza de seus constituintes elementares, mas se encontra também em sua natureza organizacional e sistêmica, que transforma o caráter dos componentes” (MORIN, 2013, p. 128).

A ideia de sistema ganha adeptos em várias áreas, não apenas na física. Na biologia moderna, Morin destaca que o sistema ganha *vida* neste campo de saber, dando lugar a ideia de “matéria viva” e de “princípio vital” que “anestesiavam a ideia sistêmica incluída na célula e no organismo” (MORIN, 2013, p. 128-129). A ideia de “sistema vivo” podia conceber organizacionalmente a célula, o organismo. Na Sociologia, o mesmo ocorreu, sendo que desde a sua fundação, a sociedade havia sido considerada como sistema, “no sentido forte de um todo irreduzível e seus constituintes, os indivíduos” (MORIN, 2013, p. 129). A ideia de sistema, no entanto, nunca foi considerada em sua riqueza organizacional, sendo que, principalmente na Sociologia, usa-se e abusa-se do termo, concebendo, por exemplo, a sociedade como sistema, mas não se sabe explicar o que é um sistema (MORIN, 2013).

Tudo que era objeto tornou-se sistema, apesar de seu uso inconsciente. “Nosso mundo organizado é um arquipélago de sistemas no oceano da desordem” (MORIN, 2013, p. 129). Deste modo, o humano faz parte de “um sistema social, no seio de um ecossistema natural, que está no seio de um sistema solar, que está no seio de um sistema galáctico: ele é constituído de sistemas celulares, que são constituídos de sistemas moleculares, que são constituídos de sistemas atômicos” (MORIN, 2013, p. 129).

É somente com von Bertalanffy que a problemática dos sistemas é aberta de fato, deixando sua trivialidade, ao elaborar sua *Teoria geral dos sistemas* (1968). Este autor definiu o sistema como “um conjunto de unidades em interrelações mútuas” (1956) (MORIN, 2013, p. 132), destacando o caráter global juntamente com o aspecto relacional. Ferdinand de Saussure, quem Morin disse ser mais um sistemista que um estruturalista, também definiu o sistema, fazendo surgir o conceito de organização, coordenando-o ao de totalidade e ao de interrelação. O sistema, consoante Saussure (1931), “é uma totalidade organizada, feita de elementos solidários, só podendo ser definidos uns em relação aos outros em função de seu lugar nesta totalidade” (MORIN, 2013, p. 132).

A organização, que estava ausente na maioria das definições de sistema, passa a ser integrada, seguindo, agora, a definição de Morin: “o sistema como unidade global organizada de interrelações entre elementos, ações ou indivíduos” (MORIN, 2013, p. 133). Assim, sistemas e organizações, nesse conceito complexo, também não devem ser confundidos e reduzidos ao conceito de “estrutura” clássico.

Em uma primeira definição de organização, finalmente, Morin destaca a trindade sistema, organização e interrelações: “a organização é o encadeamento de relações entre componentes

ou indivíduos que produz uma unidade complexa ou sistema, dotada de qualidades desconhecidas quanto aos componentes ou indivíduos”. Continuando, a organização tem a capacidade de ligar de modo interrelacional “elementos ou acontecimentos ou indivíduos diversos que desde então se tornam os componentes de um todo. Ela assegura a solidariedade e solidez relativa a estas ligações, assegurando então ao sistema uma certa possibilidade de duração apesar das perturbações aleatórias” (MORIN, 2013, p. 134).

Ao associar sistema e organização, Morin destaca que “o sistema é o caráter fenomenal e global do qual se revestem as interrelações cuja disposição constitui a organização do sistema” (MORIN, 2013, p. 135). O sistema, unidade múltipla (*unitas multiplex*), dotado de organização por interrelações, permite compreender a relação todo-parte de uma forma recursiva e não redutora. Assim, o todo pode ser mais do que a soma das partes, já que pode produzir qualidades e propriedades novas emergentes da organização; mas também pode o todo ser menos que a soma das partes, já que, apresentando imposições, coerções, um sistema pode perder qualidades e propriedades. E, também, entende-se que o todo não é tudo, já que o aleatório e o desorganizado podem se situar no meio e interagir com o todo sistêmico a qualquer momento. A relação, portanto, entre sistema e sua diferença, é necessária ser concebida quando temos a contingência do meio irritando o sistema.

A diferença, ou como pensaram alguns, o conflito, é elemento constitutivo da ordem social. Isso Luhmann já detectara em seus estudos sociológicos afirmando que a ordem do sistema é uma diferença resultante do conflito entre sistema e meio. A novidade que traz a diferença para conceber os sistemas sociais à sociologia é que deixa-se de partir de uma unidade, ou com a categoria do ser, para partir-se, na teoria dos sistemas, da diferença. A diferença, portanto “pode constituir-se em explicação da ordem social” como afirma Luhmann ao estudar suas origens (2011, p. 83). Assim, o binômio sistema/meio só é possível pois baseado na distinção. O sistema descarta ao meio tudo o que não lhe serve e, para avaliar o que incluir e o que descartar, precisa se basear na diferença entre *si* e seu exterior, o meio. À autopoiese de um sistema vivo, portanto, que gera uma circularidade em que a vida produz a vida, segue a afirmação de que o que é vivo se organiza em uma circularidade que o mantém vivo, produzindo e se reproduzindo. E, nesse círculo virtuoso de produção da vida pela vida, a autorreferência que o sistema possui é essencial, fazendo com que nela se baseie as articulações anteriores com as articulações posteriores que darão circularidade na produção da vida, o que inclui, nesse movimento, a necessidade de exclusão ou descarte daquilo que não se refere ao sistema. Como, para Luhmann, a comunicação é operador central dos sistemas sociais, a relação da diferença

estabelecida entre um sistema social constituído por comunicação e seu meio deve ser deixada explícita. A operação realizada por um sistema, que só pode ser uma operação de comunicação, “efetua uma diferença, na medida em que uma operação se articula e se prende à outra de seu mesmo tipo, e vai excluindo todo o resto” (LUHMANN, 2011, p. 92). A comunicação, portanto, para Luhmann, é a única operação genuinamente social, pressupondo o concurso de um grande número de sistemas de consciência, o que, nesse concurso, provoca uma unidade que põe à mostra o fato de que consciência isolada não pode ser alvo de comunicação. A comunicação é social, pois “de modo algum pode ser produzida uma consciência comum coletiva, isto é, não se pode chegar ao consenso, no sentido de um acordo total” (LUHMANN, 2011, p. 91). Assim, a comunicação funciona para a identidade do próprio sistema, sendo que, fora desse sistema há um mundo muito mais complexo de acontecimentos que “só tem significado para o sistema no momento em que ele possa conectar esses acontecimentos à comunicação” (LUHMANN, 2011, p. 92). Nesse sentido, o sistema tem de estar vigilante, ter capacidade de auto-observação, para controlar as conexões que possa realizar com o meio com relação à comunicação, excluindo o que lhe “irrita”. Finalmente, “a comunicação tem a capacidade de se observar, principalmente quando já existe uma linguagem para a comunicação e um repertório de signos padronizados” (LUHMANN, 2011, p. 93).

Morin, por sua vez, para articular a unidade e a diversidade em vida social, alerta-nos para a necessidade de organização da diferença. Toda organização tem como traço fundamental a capacidade de transformar diversidade em unidade, sem, entretanto, anular a diversidade, além de poder fazer o contrário, criar diversidade na e pela unidade. É a complexidade que existe entre diversidade e unidade, evidenciando complementariedades, concorrências e antagonismos, que determina a aptidão de uma organização à sobrevivência. Assim, um sistema que sobrevive não tem somente uma ordem redundante e repetitiva ou uma diversidade absoluta, tal alternativa sufocaria o sistema em suas estratégias e o reduziria a uma máquina cibernética não viva. A complexidade só consegue se desenvolver na relação recursiva entre aumento de diversidade e aumento de unidade, contemplada pela intercomunicação. A intercomunicação é requisito para gerir a complexidade em uma organização. Toda organização de um sistema, segundo Morin, é a organização da diferença (2013, p. 150). É no estágio biológico que a organização da diferença tem seus desenvolvimentos originais com o desenvolvimento da especialização, diferenciação organizacional, anatômica, funcional dos elementos, indivíduos ou subsistemas. Para tal organização há necessidade de fortes imposições e, portanto, de aparelhos de controle (MORIN, 2013, p. 150). Além disso, o estágio biológico

também conheceu o desenvolvimento de competências e autonomia das individualidades que compõem o sistema, “o que ocorre junto com uma organização desenvolvendo as intercomunicações e cooperações internas” (MORIN, 2013, p. 150). Assim, ao passo que Luhmann afirma que o princípio de diferenciação é ponto de partida para uma Teoria dos Sistemas, sendo que o sistema não é meramente unidade, mas uma diferença, Morin busca relacionar recursivamente o diferente e a unidade. Os esforços de Luhmann são importantes, pois querem dar destaque ao fato de que as observações sobre um meio só podem ser realizadas no próprio sistema. Mas, ao destacar o encerramento operativo Luhmann não quer dar azo à ideia antiga de sistemas fechados, de isolamento termodinâmico que leva a uma entropia inevitável. O encerramento operacional que dizer que “as operações próprias do sistema se tornem recursivamente possíveis pelos resultados das operações específicas do sistema” (LUHMANN, 2011, p. 103). Assim, não se deve confundir a ideia de encerramento operativo com uma forma de garantir causalidades por intermédio de um sistema tecnocrático planejado engenhosamente. Luhmann, com a ideia de encerramento de operação, pretende poder distinguir entre sistemas técnicos (causalmente fechados) e sistemas abertos ao sentido, pois só o são devido ao encerramento operativo. Assim, “os sistemas orientados para o sentido têm a particularidade de poder estar referidos ao meio e de reproduzi-lo dentro de si mesmos (*re-entry*), sem que tenham de produzir efeitos causais” (LUHMANN, 2011, p. 106). A diferença de Luhmann entre sistemas técnicos e sistemas de sentido são formuladas também na terminologia de Heinz von Foerster entre máquinas triviais e máquinas não triviais já mostrada acima. O encerramento operativo faz com que o sistema se torne altamente compatível à desordem do meio, à sua falta de unidade. A diferença entre sistema e meio, resultante desse encerramento operativo e da *autopoiesis* de um sistema, “sobrepõe-se a um *continuum* de realidade, ao mesmo tempo em que o supõe” (LUHMANN, 2011, p. 122). A *autopoiesis* remete à complexidade da vida e afirma a necessidade de inclusão do observador nas observações, no sentido de uma observação da observação e não na busca de uma consciência da realidade, isto é “só podemos ter acesso às coisas objetivas do mundo pela informação, por meio do que os outros dizem e, certamente, do que nós dizemos” (LUHMANN, 2011, p. 150). O recurso à observação e à observação da observação permite que construamos uma ontologia complexa e não fundamentada em origens, em leis naturais, em achar o que já estaria dado. A vida é decorrente de interpretações. A observação de segunda ordem permite autorreflexão, regulação e controle sobre as operações. Assim, permite alcançar o “ponto cego” do observador, aquilo que o observador não pode observar. A observação de segunda ordem “evidencia a existência de um *ponto cego*, como característica específica da modernidade; mas também da

impossibilidade de resolver com visibilidade esse ponto de cegueira” (LUHMANN, 2011, p. 171-172). Resumindo: “a sociedade moderna está baseada em uma permanente observação da observação, como expressão da circulação do *ponto cego*; e isto não é senão expressão do estabelecimento da recursividade autopoietica da observação de segunda ordem” (LUHMANN, 2011, p. 172). No caso da política, por mais que seja descrita em termos de dominação ou soberania, “o certo é que desde o século XIX ela tem se orientado preferencialmente pela observação da opinião pública” (LUHMANN, 2011, p. 172) e, por sua vez, o sistema econômico se orienta sob a observação de segunda ordem no momento em que permanentemente está guiado pelos preços do mercado – por exemplo, observar os preços pode levar a fazer investimentos ou interpretar os ganhos do concorrente (LUHMANN, 2011). Digamos que a observação constante é requerida para dirimir a contingência inerente aos acontecimentos e ao improvável.

Em vez de nos situarmos em uma observação que procura em seu objeto leis constitutivas que regem seu funcionamento, origens, um excesso de ontologia, o modo de observação da modernidade é o da *observação de segunda ordem*. Assim, o observador se põe dentro daquilo que descreve por meio da visão epistemológica inaugurada por Maturana na biologia, com a noção de autopoiesis, isto é, produção de *si*. A produção de *si*, que força o observador a se por naquilo que descreve, é a assunção moderna da contingência inerente à vida e de que, para isso, ela forma sistemas egocêntricos que se encerram em si mesmos. Quando o observador se inclui nesses sistemas produtores de *si*, assume a contingencialidade inerente a todos os sistemas, inclusive o científico. Assim, sua descrição científica será aquela que tem consciência sobre os limites do lógico, do racional, da linguagem etc. para que justamente não veja nesses limites o erro ou a impossibilidade da verdade, mas suas condições de possibilidade. Tanto a vida moderna quanto a ciência que observa organizam-se sob a base da contingência e, para tanto, distinguem, organizam a diferença. Quando a sociedade moderna passa a ficar à espreita da contingência, dos riscos, à distância deles, é porque já não se questiona sobre isso, mas assume-se a contingência como aquilo que atravessa todos os sistemas, enquanto fecha-se em sua artificialidade operacional de modo a controlar a integridade de sua unidade. Não há mais que se preocupar com perfeição funcional, a busca da verdade absoluta, o poder do senhor sobre os escravos, se tudo torna-se contingente e a *diferença* tem de ser traçada. “O artificial, o mutável, o carente de constantes explicações, parece ser o que pode ser oferecido pelo modo de ser da modernidade” (LUHMANN, 2011, p. 173). É uma atitude típica da observação de segunda

ordem, na modernidade, por exemplo, quando autores falam sobre autores, escrevem livros sobre autores, exaltando-os ou criticando-os.

Quando o observador é integrado em sua observação há de se tomar precauções. A ideia é a análise complexa, não mais um pretexto para reduções. Não há aqui a tentativa do que fizeram nos anos 1980, colocando os sujeitos particulares no comando, mas apenas tornarem-nos parte do todo. Nessa década, valorizou-se o sujeito a tal ponto, colocando a ênfase no acontecimento, no ordinário, que podemos dizer, com Mattelart e Mattelart, do perigo em se fazer esquecer os grandes dispositivos do poder. “A recusa de sobrevalorizar a ‘estrutura’ pode ter seu reverso na utopia da autonomia da ‘resistência’”, mutilando novamente o saber para se construir, com boas intenções, uma espécie de “narcisismo do sujeito” “que se seguiria a um ‘narcisismo da estrutura’, como dizia Michel Pêcheaux, que via ali o risco de um ‘fantástico retrocesso aos positivismo e às filosofias da consciência’” (MATTELART e MATTELART, 2004, p. 107). Da mesma maneira, nosso trabalho aqui terá o esforço, junto ao estudo de caso da Rede Globo, de não sobrevalorizar nem o papel desse emissor, nem dos receptores, até porque, em um pensamento complexo, a recursividade torna receptores em emissores que selecionam informações. O pensamento simplificador emissor-receptor, herdado do modelo matemático de comunicação shannoniano, compromete a concepção de um pensamento complexo em torno da *organização*, já que emissores se comportam como receptores, e vice-versa, a todo momento, de modo que se relacionam com estruturas e processos comunicacionais. Assim, a Rede Globo não é apenas emissor, mas também receptor já que faz parte de um processo comunicacional em que controla e é controlada, em que observa e é observada.

A grande lição que podemos tirar disso tudo é que, assim como qualquer ser vivo que se organiza, seleciona, ordena, a desordem não se desata de sua sobrevivência, muito pelo contrário, ela gera sobrevivência. É só pela desordem que algum sistema vivo se permite viver, pois não há ordem sem distinção da desordem, não há sistema sem distinção com seu meio. Os grupos empresariais, as economias que sobrevivem, incorporam a desordem à ordem de seu funcionamento, controlando-a. Assim, a academia precisa incorporar a desordem ao seu funcionamento. A empresa e a academia são organizações vivas, que não mantêm unidade e controle de si mesmas se não têm noção de como reagir às irritações da desordem e às suas complexidades infinitas. É preciso observar as observações.

2. TERRITORIALIDADE

O pensamento complexo nos habilita, com todo seu suporte conceitual, a entrar no campo de outras ciências, utilizar seus conceitos e categorias, pois não nos permite apenas uma organização do conhecimento, mas, ao mesmo tempo, um conhecimento sobre a organização. Ao adentrarmos no *black-box* cibernético e, como observadores, observamos como um sistema funciona, deslindamo-nos da necessidade de buscar ontologias e partimos para entender como é possível organizar-se mesmo com a contingência que segue perturbando, como vimos com o exemplo da física em suas descobertas constantes, até chegarmos ao tecido da microfísica, do “tormento” da desordem.

As organizações vivas, máquinas não triviais, nos termos de von Foerster, trabalham com neguentropia, buscando estratégias para elidir a desordem provisoriamente, mesmo que a pulsão da morte, a contingência, estejam presentes. É a maneira de pensar da modernidade, como afirmou Luhmann, incluindo o paradoxo e se aproveitando dele. Assim, em contraponto a uma cibernética de primeira ordem, elevou-se uma de segunda ordem, onde o observador se integra no que observa e passa a perceber que há uma complexidade muito maior do que imaginava nas organizações vivas. Às dominações e à busca da perfeição, seguiu-se o pensamento sobre a *performance*, que comporta tanto acertos quanto erros. O erro, a ausência, o conflituoso não são eliminados, mas integrados ao funcionamento de um sistema que ordena.

Vimos em Morin a contemplação de ordem, desordem, interações e organização em um movimento recursivo não à toa. Essa base para um pensamento complexo nasce do coração da *physis* para encontrar na modernidade organizações que vivem sob a égide desse modelo de pensamento. Assim, toda e qualquer organização, as ciências, a sociedade, a economia, a política, são máquinas que operam performaticamente paradoxos via observações e estratégias.

Organização, interações, ordem, desordem, relações, elementos, sistemas, comunicação, ação, controle, sobrevivência etc. Vimos tantos termos que emergiram e ampliaram seu uso desde os primórdios da teoria dos sistemas, teoria da informação, cibernética e teoria da comunicação, estendendo-se das máquinas artificiais surgidas do período da segunda grande guerra mundial, como vimos em Weaver, aos seres-máquinas, *autopoiéticos* (Maturana). Não obstante, a teoria da evolução, nessa viagem, também teve seu lugar, como vimos em Luhmann, trazendo aspectos como a seleção, variação, adaptação. Chegamos num ponto de flexibilização dessas teorias que alcançamos um nível epistemológico, como resume bem Morin: “(...) sistemismo e

cibernética são como primeiro estágio de um foguete que permite o desencadear de um segundo estágio, a teoria da auto-organização, a qual a seu turno põe em combustão um terceiro estágio, epistemológico¹⁶, o das relações entre o sujeito e o objeto” (MORIN, 2011a, p. 39).

Com essas teorias e suas adaptações, umas às outras, percebemos que muito se atualiza do campo científico, tendo Morin (2011a, p. 53) proposto o complexo como uma forma de *scienza nuova*:¹⁷ “o que propõe a *scienza nuova* é simplesmente isto (...): o objeto não deve somente ser adequado à ciência; a ciência deve também ser adequada ao objeto”.

A questão da dominação, por exemplo, vai muito além (sem excluir, no entanto) o que nos propõe, a relação histórica senhor e escravo. Devemos pensá-la sob a ótica da complexidade. Isso requer entender que a dominação tem uma dinâmica, apesar de sua aparência estática. É, antes, controle (gestão), pois se o escravo se revolta, o senhor pode deixar de existir. A relação de escravo e senhor é, nesse controle, um mútuo reconhecimento. A formação das duas consciências – do senhor e do escravo – se dá com a relação que um estabelece com o outro, “visando impor-se ao outro como sujeito, mas, ao mesmo tempo, pressupondo o reconhecimento de sua própria identidade pelo outro, que considera assim esta consciência com que se relaciona, por sua vez, como objeto”. Essa relação de duas subjetividades que, ao mesmo tempo, tem o outro como objeto, “trata-se da luta de ‘vida ou morte’ (...) que, segundo Hegel, as consciências travam entre si” (MARCONDES, 2007, p. 126-135). Essa metáfora do senhor e do escravo, em Hegel, quer demonstrar como os papéis do que submete e do que é submetido se invertem a partir da perspectiva da relação que travam entre si. O senhor também precisa, segundo Marcondes (2007, p. 126), ser reconhecido como tal pelo escravo. Nessa relação formam-se consciências e também as próprias relações sociais em que um processo de submissão de um escravo tem como contrapartida consequências morais, degradando também aquele que procura submeter o outro (MARCONDES, 2007).

Desde os ditos antropólogos funcionalistas, Malinowski (*Argonauts of the Western Pacific*, 1922) e Radcliffe-Brown (*The Andaman Islanders*, 1922), que construíram estudos importantes sobre “sociedade primitivas”, temos a relação de sistema atrelada de modo a romper com uma antropologia fragmentária anterior a partir de concepções teóricas e metodológicas

¹⁶ “A epistemologia, é preciso sublinhar, nestes tempos de epistemologia policialesca, não é um ponto estratégico a ocupar para controlar soberanamente qualquer conhecimento, rejeitar qualquer teoria adversa, e dar a si o monopólio da verificação, portando da verdade. A epistemologia não é pontifical nem judiciária; ela é o lugar ao mesmo tempo da incerteza e da dialógica. De fato, todas as incertezas que consideramos relevantes devem ser confrontadas, corrigir umas às outras, entredialogar sem que, no entanto, se imagine possível tapar com esparadrapo ideológico a última brecha” (MORIN, 2011a, p. 46).

¹⁷ Cf. Morin, 2011a, pp. 48-51.

globalizantes (ARNOLD e RODRÍGUEZ, 1991, p. 33). Malinowski, em especial, ao escrever *Crime e costume na sociedade selvagem*¹⁸, já demonstrava a técnica de observação participante que objetivava descrever holisticamente a cultura dos nativos das ilhas Trobriand. Não apenas isso, Malinowski foi capaz de opor sua detalhada descrição das tribos às descrições atomizadas de antropólogos que julgavam, de longe, sem participação no objeto de pesquisa, que esses nativos tinham sua ordem garantida por conta de uma “submissão automática ao costume”, sendo que os costumes, segundo essa visão, era uma condição aceita automaticamente, denotando não ser algo criado e organizado pelos tribais em sua própria cultura. A técnica de participação e descrição do objeto permitiu Malinowski perceber que a ordem e a lei estão presentes até mesmo onde não imaginavam as descrições mais etnocêntricas. Ao observar de perto, através de sua pesquisa de campo, percebeu que os nativos melanésios tinham uma sociedade organizada, onde a troca e a mutualidade (*kula*) eram essenciais. Malinowski encontrou ordem ali onde parecia haver apenas desordem e selvageria. Não era necessário, portanto, um aparelho de Estado centralizante ali entre os melanésios para que houvesse organização e ordem. Era preciso quebrar essa visão etnocêntrica da organização da vida.

Na geografia política tivemos um outro movimento interessante, que vai desde a geografia política clássica de Ratzel à geografia do poder que propõe Raffestin, por exemplo. A geografia política clássica (SOJA, 1971, p. 1) era, na verdade, uma geografia do Estado e sua soberania¹⁹, sendo que o necessário era estabelecer uma crítica a esse viés clássico e propor uma problemática relacional (RAFFESTIN, 1993, p. 7). Ratzel, que fundou a geografia política, segundo Raffestin, racionalizando o Estado ao máximo, veiculava uma concepção totalitária de sua forma, dando fortificação à equação *Estado = poder*. Uma geografia verdadeira, para Raffestin, entretanto, só pode se localizar onde há poder. Assim, para revidar à geografia política clássica, Raffestin prefere o termo “geografia do poder”, o que caracteriza que pode atingir tanto ao Estado quanto a quaisquer comunidades. Há poder político, mostra Raffestin, seguindo Balandier (*Anthropologie politique*, 1967), “desde o momento em que uma organização luta contra a entropia que a ameaça de desordem” (RAFFESTIN, 1993, p. 17-18). Ou, melhor definindo, “para esta sociedade (moderna), o poder será definido como resultante

¹⁸ Cf. MALINOWSKI, B. *Crime e costume na sociedade selvagem*. Tradução de Maria Clara Corrêa Dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

¹⁹ “Em 1897, o alemão Friedrich Ratzel lança as bases da geografia política ou geopolítica, ciência do espaço e de seu controle. ‘O Estado é um organismo ancorado no solo’, e essa ciência toma por objeto o estudo das relações orgânicas que o Estado mantém com o território. Redes e circuitos, trocas, interação, mobilidade são expressões da energia vital; redes e circuitos ‘vitalizam’ o território. Nessa reflexão sobre a dimensão espacial da potência, o espaço volta a ser o espaço vital” (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 21).

da necessidade de lutar contra a entropia que a ameaça de desordem” (RAFFESTIN, 1993, p. 54). Ora, essa definição nos cai como uma luva neste trabalho, pois quer dizer que “o poder político é congruente a toda forma de organização”, em quaisquer quadros espaço-temporais (RAFFESTIN, 1993, p. 18), o que mostra que o fato político não está inteiramente refugiado no Estado.²⁰ E, mais, por estar presente em toda organização, nasce das interações ou relações. Assim, o “poder se manifesta por ocasião da relação” e mais: “é um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam”. Logo, “o campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações”. Se nasce da relação, “torna-se inútil distinguir um poder político, econômico, cultural etc.” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

As organizações, sejam entre os nativos das ilhas Trobiand ou de quaisquer comunidades com ou sem aparelho de Estado, são características que vimos fazerem parte da vida, dos seres-máquinas. A luta da organização contra sua tendência à desordem torna-a viva, apta a integrar suas ações e interações em torno de uma ordem que reduz complexidade em relação a um meio. Os territórios geográficos são assim o traçado de onde uma população está circunscrita e se organiza politicamente. Os territórios geográficos circunscvem sistemas onde o código central é o poder. Para que esse poder funcione e invista a organização política de ordem, é necessário que circule traçando diferenças entre seu sistema e o meio. A unidade da diferença sistema/meio político é o ponto de partida para uma análise do poder sob a perspectiva relacional, observando a seletividade do sistema (binarismo de código poder/não poder) para controlar sua organização e sua ordem. Pelo contrário, na análise da geografia política clássica, partiríamos do poder reificado na figura abstrata do Estado como fazia toda a tradição de geografia política derivada de Ratzel. No controle de sua ordem, o sistema se depara com o problema da complexidade.

Como Raffestin mesmo afirma, “a complexidade das relações é talvez o que torna tão difícil a abordagem relacional” (1993, p. 32), pois são relações multilaterais, na maior parte das vezes, o que torna relações bilaterais apenas uma maneira simplista de explicar um fenômeno muito mais complexo. A relação, além de seus participantes, também possui um conteúdo formal e material. Um exemplo é o da relação contratual. Visto no Direito de forma clássica como sendo uma relação bilateral entre uma parte passiva e outra ativa, revestido por uma formalidade a qual ambas partes devem respeitar, considerando a liberdade de contratar e a igualdade formal

²⁰ Cf. RAFFESTIN, 2003; LEFEBVRE, 1976; FOUCAULT, 2014.

das partes, não passa de uma definição redutivista. A teoria dos contratos no Direito tende a contemporaneamente levar em conta, entretanto, o caráter multifacetado do contrato, considerando que as relações ultrapassam a bilateralidade, no sentido de que o acordo firmado entre ambas partes atinge o âmbito social e deve com ele se equilibrar, além de que a relação sujeito passivo e sujeito ativo se complexifica, já que sujeito ativo é passivo ao mesmo tempo que o passivo é também sujeito ativo. Por exemplo: em um contrato de compra e venda onde o credor (parte ativa), ao vender um serviço ao devedor (parte passiva), tem a expectativa que ele pague o que deve, atuando como parte ativa desta vez, enquanto o credor é passivo ao pagamento, denotando o caráter cooperativo da relação contratual. Sob a égide do liberalismo burguês, não obstante, o contrato era exaltado pelo princípio da autonomia da vontade individual e da igualdade das partes contratantes. É claro, no liberalismo burguês, o contrato, visto dessa forma, visava a promover a circulação de mercadorias²¹ (trocas, comunicações financeiras) sem impedimentos do Estado. Com o Estado dirigista e constitucionalista a situação parece mudar, mas não é tão verdade, como vemos em Habermas (2011), em *Mudança estrutural da esfera pública*, dado que a política precisava, agora, atuar para que as desigualdades que a liberdade contratual trouxera à tona em forma de ideologia burguesa fossem novamente mascaradas por um Estado de assistência, permitindo a continuidade do sistema econômico capitalista que chegaria em sua fase de mundialização. A intervenção desse tipo de Estado foi necessária no sentido de que não havia mais como defender uma igualdade formal contratual em uma sociedade cada vez mais massificada, com contratos de adesão onde claramente o credor leva vantagens, pois expõe de antemão cláusulas já prontas por ele para que um consumidor tenha acesso a determinado bem ou serviço. Havia de se voltar mais para a gerência das desigualdades materiais que o formalismo contratual não demonstrava. Assim, surgiu, por exemplo, o código do consumidor, visando defender a parte fraca da relação jurídica; a positivação no código civil dos princípios da boa-fé objetiva e da função social do contrato. As relações contratuais, de uma forma geral, “permitem a extensão da sociedade para além dos imediatos laços de parentesco” (SOJA, 1971, p. 8). O exemplo do contrato, contribui, portanto, nessa extensão da sociedade, para uma compreensão dos mediadores que levam a uma organização social e política do espaço²² e, ao contrário, como a dimensão espacial tem o papel

²¹ Cf. ROPPO, E. *O contrato*. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

²² Cf. SOJA, E. W. *The political organization of space*. Washington, D.C., Association of American Geographers, 1971.

de organizar, gerir uma sociedade. No caso, como vimos, uma sociedade liberal, de intensos fluxos de mercadorias e decisões.

A ilustração das relações complexas que atingiram o mundo do Direito Contratual nos mostra que o problema da relação envolve, dentro de um mesmo território, não apenas o caráter sistêmico da política e da economia e seus códigos, processos e estruturas de funcionamento, além de suas interpenetrações, mas a própria evolução histórica. Essas organizações vivas vivem ao passo que lidam com o materialismo histórico e dialético, tendo de buscar estratégias de controle e sobrevivência. Tanto a política quanto a economia são sistemas que enfrentam a contingência histórica e precisam basear seu *autos* no cálculo estratégico para o risco e o inesperado. Os estrategistas, nesse momento, precisam tornar o problema da evolução histórica e das contingências do meio uma forma de reobter ordem, sendo que suas ações são programadas de dentro do próprio sistema e, portanto, calculadas *à distância*, senão não haveria como agir. A ação só é possível dentro de uma organização e, logo, para atender às irritações do meio precisa agir de acordo com o que observa, ou seja, uma representação. “O ‘estrategista’ não vê o terreno; mais ainda, só deve vê-lo conceitualizado, senão não agiria. É à distância que sua ação é possível e, desde então, essa distância é a única a criar o ‘espaço’: ‘o espaço estratégico não é uma realidade empírica.’” (...) “O estrategista não vê o terreno, mas a sua representação” (RAFFESTIN, 1993, p. 25).

Nessa ação *à distância*, o sistema procura, em seu fechamento operacional, reordenar o que as irritações ameaçaram rumo à entropia. Assim, economia e política traçam diferenças para se protegerem, e não há porque duvidar que no traçado dessas diferenças muito do moral e muito do imoral possa ocorrer, mas a questão moral foge dos nossos objetivos, por enquanto. Ao contrário de Marx, que nas equivalências forçadas entre valor de uso e valor de troca da economia política burguesa viu motivo para críticas e para ressaltar as relações de poder materiais, conflituais e assimétricas entre os utentes das relações socioeconômicas.

Para Raffestin (1993, p. 38), os elementos constitutivos de uma relação são: os atores, a política desses atores (suas intenções, seus fins), suas estratégias para alcançar esses fins, os mediatos (ou meios) da relação, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação. O poder atravessa todos esses elementos, sempre estando presente, sendo que aqui não deve ser tratado como elemento da relação.

O Estado, por sua vez, é uma organização. E, como organização, canaliza, bloqueia, controla, ou seja, domestica as forças sociais²³, como descreve Stourdéz (1973, p. 7, apud RAFFESTIN, 1993, p. 39). O Estado, como organização, precisa, portanto, “ver” o melhor possível, traçando fronteiras e abrindo vias de comunicação, como bem assevera Raffestin (1993, p. 39). Esse poder se esconde, entretanto, não quer ser visto, e torna a comunicação sua serva. Assim faz toda organização. Contra isso, o conhecimento das organizações vivas deve ser buscado por uma cibernética de segunda ordem, onde o observador observa as observações, descreve-as, ilumina as estratégias²⁴, as maneiras de sobreviver e controlar de tais sistemas ordenadores. O Estado, visto sob a denominação de organização, é como se fosse uma empresa, precisa codificar, quadricular, centralizar. Precisam do espaço, apoiando-se nele por meio do tempo. Assim, as organizações têm seu próprio espaço e tempo. Em uma análise relacional, o tempo e o espaço de uma organização integram, juntos, sua estratégia, condicionando a combinação energia-informação (RAFFESTIN, 1993, p. 49). Assim, estrategistas calculam e usam distâncias, durações, energia e informações necessárias para atingir seus objetivos estratégicos.

Em um Estado, sendo que o poder só é de fato perceptível na ocasião de um processo relacional, como Raffestin (1993, p. 64) assevera, a população é condição e entrave à organização. Pelas técnicas de recenseamento, o Estado pode calcular o número de indivíduos em seu território e, a partir daí, fazer erigir conhecimentos estatísticos, importantes para manutenção do poder. Ao mesmo tempo que homogeneiza a população, tem de se confrontar com suas heterogeneias referentes à língua, etnia, religião. Ter o “espelho” ou a “imagem” da população sempre foi necessário ao Estado, que via cada vez mais aumentar as circulações durante a história. Não só ao Estado, mas a muitas outras organizações que atuam em dado território. “A imagem ou representação da população é necessária à ação das organizações que vão manter relações múltiplas com a coletividade, para reforçar ou, ao contrário, diminuir, ou ainda estabilizar o ‘estoque humano’” (RAFFESTIN, 1993, p. 76). Todas essas organizações têm, portanto,

²³ Quando escreve que as organizações “‘canalizam’ quer dizer que obrigam a tomada de linhas de função determinada, quer se trate do espaço concreto, geográfico, quer do espaço abstrato, social; ‘bloqueiam’ significa que agem sobre as disjunções, para isolar e dominar; ‘controlam’, ou seja, têm tudo ou procuram ter tudo sob o olhar, criam um ‘espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto’. É a instauração de uma tecnologia política que Foucault designa como panoptismo. Domesticar é portanto encerrar numa rede, numa malha em que todas as partes estão debaixo do olhar. Mas por quê? Porque ‘toda organização é ameaçada, seja de dissolução interna, seja de regressão por causa da concorrência das outras organizações’” (RAFFESTIN, 1993, p. 39).

²⁴ “A despeito de suas indisfarçáveis conotações militares, a palavra ‘estratégia’ adquiriu uma aplicação bem geral, em particular na teoria de jogos, onde é tomada no sentido de ‘uma descrição completa do comportamento que teremos em presença de cada circunstância possível’. Definida em termos militares, a estratégia é ‘o uso do engajamento para fins de guerra’ (...) A diferença essencial entre o sentido militar e o sentido geral (...) é que no primeiro caso visa-se sempre – ou quase – a destruição, a derrota do adversário e de seus recursos, enquanto no segundo caso visa-se o controle, embora às vezes também à destruição, do adversário e seus recursos” (RAFFESTIN, 1993 p. 42).

necessidade de controle sobre a vida e a morte para assegurar o domínio sobre as múltiplas relações desse estoque humano²⁵.

Além da população, que nos remete às interações e ao exercício do poder em quaisquer organizações, temos o território, mais um elemento que nos acrescenta a geografia do poder de Raffestin. Primeiro de tudo, é importante indicar que existe uma diferença entre as concepções de espaço e de território. Não são termos equivalentes, seguindo Raffestin (1993, p. 143). O espaço é anterior ao território e este se forma a partir daquele. O território “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Deste modo, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Fica evidente, portanto, a relação entre espaço e território para Raffestin. É no território que o homem constrói redes, fluxos, comunicações e, portanto, é nele que projeta sua atividade, seu trabalho, dispendendo energia e gerando informação. É claro que não podemos nos satisfazer com essa definição de território sem acrescentar que, por todos esses motivos, mas principalmente por nele haver comunicações e atividade humana, é lá onde a relação evidenciará o exercício do poder. O espaço, para Raffestin (1993, p. 144), portanto, é a “prisão original”, enquanto o território é a prisão que os homens constroem para si. Não há porque se delongar, depois dessa definição, para podermos afirmar que é na demarcação de um território, de seus limites, que é possível o controle das muitas relações dali decorrentes, podendo ser calculadas por probabilidade.

Quando o território é demarcado e se organiza, podemos falar de *sistema territorial*. Como vimos em Luhmann, a produção de um sistema é também a afirmação de uma distinção, uma *diferença* entre sua organização egocêntrica e todo o resto, o meio. A distinção dos sistemas territoriais é uma prática muito antiga, e bem evidente quando se trata de territórios concretos, como nos mostra Gottmann²⁶: “Os povos civilizados parecem ter aspirado à universalidade desde muito cedo, porém sempre dividiram cuidadosamente o espaço a fim de se distinguir de seus vizinhos. Ainda que essa observação seja restritiva, uma vez que não se trata somente de separar, mas de diferenciar” (1973, p. 1, apud RAFFESTIN, 1993, p. 150). É no sistema territorial que a ordem será possível por controle, por observação, dentro da prática espacial. E

²⁵ “Aliás, no século XX o poder descobriu que, para atingir seus objetivos, algumas vezes era necessária a eliminação física em grande escala. A Revolução Industrial matou gerações inteiras para chegar às suas finalidades. Não falamos de genocídio, sem dúvida, mas aqui se trata da morte lenta de crianças, homens e mulheres nas fábricas. Há uma geografia da vida, como há uma da morte” (RAFFESTIN, 1993, p. 79).

²⁶ Cf. GOTTMANN, J. *The significance of territory*. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973, p.1.

é nessa prática espacial, na qual temos um sistema de ações e comportamentos, onde Raffestin também concorda com a centralidade da *organização*, como visto em Morin: “(...) nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação” (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

No território formam-se tessituras, nós e redes decorrentes de mais outra diferenciação, além da funcional que opera o sistema: a hierárquica. “Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído” (RAFFESTIN, 1993, p. 151). É notória, nesse sentido, a relação dos conceitos sistema, organização, controle e ordem. Não se trata da mesma coisa, mas um está recursivamente associado ao outro.

Bom, após todo esse quadro de noções que nos oferece Raffestin, podemos partir para o que nos interessa neste capítulo: as territorialidades. Não haveria como falar de territorialidades sem que antes se falasse de territórios, espaços, sistemas, organizações, ações etc. O problema das territorialidades, muito negligenciado pela geografia, como Raffestin mesmo nos coloca (1993, p. 158), é uma noção que nos veio dos naturalistas, a partir de suas preocupações com as “territorialidades animais” e que aparece em 1920 com o ornitólogo inglês H. E. Howard²⁷, definindo-as como “conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie” (apud RAFFESTIN, 1993, p. 159), sendo desenvolvida por outros autores após Howard também: John B. Calhoun, Karl von Frisch, H. Hediger, Konrad Lorenz (RAFFESTIN, 1993). É uma noção, portanto, que vindo das territorialidades animais, fora transposta para as territorialidades humanas, adentrando as ciências do homem. Muito interessante essa passagem entre as ciências naturais e humanas para podermos notar como há correlações com os conceitos vindos daquelas e que ganham um estatuto, não igual, mas adaptado às peculiaridades destas. É importante notabilizar essas transições para que, mais tarde, essas noções não se autonomizem a ponto de perderem o controle sobre a produção científica e produzirem catástrofes científicas deslindadas de quaisquer noções atinentes à complexidade do conhecimento humano.

Agora, já falando sobre as territorialidades humanas, tivemos na tradição estadunidense sua definição como “um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem” (SOJA, 1971,

²⁷ Cf. HOWARD, H. E. *Territory in bird life*. London: John Murray, 1920.

p. 19, apud RAFFESTIN, 1993, p. 159). Já não falamos apenas da *diferença* que aplica o território, mas acrescentamos “um fenômeno de comportamento” nessa diferença, nas relações de *alter* e *ego*. Esse fenômeno de comportamento está associado à produção dessa diferença na organização engendrada por ela dentro do sistema territorial. E, se a territorialidade diz respeito ao comportamento humano, vivido, na organização de um sistema resultante de diferenciação, todos os outros elementos antes citados também se relacionam nesse conceito: a relação, a ação, a interação, a comunicação, a troca etc. Assim, “cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem”, sendo que a territorialidade diz respeito a todas *relações* vividas em determinado território, o que Raffestin denomina de a “face vivida” da “face agida” do poder (1993, pp. 161-162). Daí o apelo à materialidade das territorialidades, que foge da abstração de uma análise de ação do poder, para materializá-lo nas relações e comportamentos interindividuais, o que as tornam propícias a uma análise amparada no método do materialismo histórico de Marx. Raffestin toca na problemática do controle, da comunicação e a relação desses conceitos com as territorialidades, o que será explicitado na próxima parte desta pesquisa.

Uma outra interessante definição que nos propõe Raffestin em um artigo (1984, p. 141) é de que “territorialidade é o sistema de relações de uma coletividade ou um indivíduo com a exterioridade e/ou alteridade por meio de mediadores”. Tais mediadores, segundo o autor, vem tanto do território “concreto” ou “abstrato”. Lembra, para tornar congruente à sua definição, como aqui já fizemos, Ludwig Wittgenstein em *Tractatus logico-philosophicus*, que escreve: “os limites do meu mundo são os limites de minha linguagem”, sugerindo que “os limites de minha territorialidade são os limites de meus mediadores”, propondo que tais mediadores são que possibilitam as condições para o exercício do poder relacional em um território ao mesmo tempo em que moldam limites de liberdade e autonomia.

Em linha próxima à de Soja, a territorialidade humana, para Sack (1983, p. 55), é uma estratégia para influenciar ou controlar, ou melhor, “a tentativa de afetar, influenciar ou controlar ações e interações (de pessoas, coisas e relações) reivindicando e tentando impingir controle sobre uma área geográfica”. Essa definição, segundo Sack, aplica-se a qualquer escala, de um cômodo à arena internacional. Deixa claro que prefere ver a territorialidade como uma “estratégia para o estabelecimento de acesso diferencial às coisas e às pessoas”, e não como um instinto ou propensão biológica. Há, portanto, forças moldando a organização espacial humana, dando ênfase à análise da propriedade, soberania política e à estrutura territorial de organizações. Mais uma vez, Sack (1983, p. 55) nos leva à ideia de *transmissão de energia* para que o controle

possa se efetuar, resumindo linearmente que “para x afetar, influenciar ou controlar y pressupõe-se a transmissão de energia entre x e y , onde x representa uma pessoa, grupo ou classe que influencia ou controla e y representa uma pessoa, grupo, classe ou recursos sendo influenciados ou controlados”. Após essa explicação, Sack (1983, p. 56) explicitamente define territorialidade como “a tentativa de um indivíduo ou grupo (x) de influenciar, afetar ou controlar objetos, pessoas e relações (y), delimitando e garantindo controle sobre uma área geográfica. Essa área é o território”. Essa “tentativa” que leva um indivíduo ou grupo a controlar o que quer que seja em determinado território é nada mais que uma estratégia, tornando a territorialidade “uma extensão da ação por contato” (contato direto e/ou indireto) que estabelece acesso *diferencial* aos recursos do território, que podem ser pessoas, objetos, relações etc. A ênfase da territorialidade, para Sack, passa a ser o controle, portanto. Em um dado território, temos uma organização diferencial do acesso aos recursos desse território, o que nos leva à constatação material do controle em um sistema territorial. Assim, onde há mais controle, há mais territorializações e, se considerarmos, como faremos, o processo comunicacional como central nessas operações de territorializações (como vimos em Luhmann) em dada sociedade, passamos a nunca separar os conceitos de comunicação e de controle, o que nos levará a uma descrição de uma sociedade de controle (segunda parte), permeada por comunicações permanentemente. Além disso, o conceito de comunicação interpenetrado ao de controle e ao de territorialidade nos permite relativizar a noção de *distância* geográfica. É bom deixar finalmente acertado que, para Sack, a diferença da territorialidade animal e da territorialidade humana parece residir no nível de desenvolvimento estratégico que ganha a territorialidade humana, sendo que na animal é notavelmente uma questão instintiva, antes de ser propriamente estratégica. Outro ponto importante que Sack nos leva é que a teoria da territorialidade necessita de contextos explicitados, para justamente apontar *quem* controla, *onde*, *para quê* etc., logo tem a necessidade de ser combinada com descrições contextuais ou teorias sobre poder ou influência. As nossas territorialidades a serem tratadas na terceira parte desta pesquisa se contextualizam no território local latino-americano e no global, de uma sociedade moderna no estágio mais avançado do capitalismo. A teoria do poder que utilizaremos tem coerência com a “filosofia da relação”, principalmente em Michel Foucault – quem revolucionaria, com isso, a Geografia, na visão apurada de Raffestin (1997, p. 136) – e ganha contornos específicos vindos da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann e nos desenvolvimentos de teorias funcionalistas que nos levam à teoria da complexidade em Morin, por exemplo.

Uma coisa importante, a qual Sack nos atenta, sobre as tendências que descreve para a teoria da territorialidade é que “os termos utilizados para descrevê-las podem se encaixar em um contexto social neutro, maligno ou benigno” (1983, p. 58). Assim, não há de se apressar e dar à territorialidade um estatuto de teoria tendenciosa ou não antes de localizá-la em um contexto social, já que essa teoria tende a usar conceitos e termos como o de *diferenciação*, *controle*, *classificação*, *reificação*, o que tende a levar o leitor, pela força política e ideológica em torno desses vocábulos, a achar que a teoria da territorialidade é propensa a uma falta de engajamento ou de crítica. Quando somos levados ao pensamento complexo, entretanto, vemos que as organizações produzem controles, diferenciações, classificações como modo de se manterem vivas, não havendo necessariamente um aspecto malévolo em torno desses vocábulos. Assim, as tendências para a teoria da territorialidade é que descreva, segundo Sack (1983, p. 58), formas de *classificação*; formas de *comunicação*; de garantia de *controle*; de *reificação* do poder (tornando-o visível, material, mesmo em suas potencialidades); os *disfarces* que opera o controle em uma relação ligada a um território; a possibilidade que a territorialidade tem de tornar relações *impessoais*; sua capacidade de se *neutralizar* na materialidade da vida (por exemplo, por meio do direito positivo de propriedade sobre a terra, o que mostra um forma de controle pela propriedade positivada); a faceta de *molde* aos eventos e às propriedades espaciais que as territorialidades possuem; as ideias de que territorialidades ajudam a criar uma ideia de *espaço vazio*; e, por fim, de que a *territorialidade engendra mais territorialidade*, o que mostra sua face de “poder vivido” como asseverou Raffestin. Assim, nessas tendências para se pensar as territorialidades, teorias organizacionais e de poder podem ser usadas, destacando as matrizes que partem de Weber e Marx (SACK, 1983, p. 65). Weber, no sentido do funcionamento dinâmico interno de organizações e, especialmente, das burocracias, e Marx em suas análises que envolvem o poder como manipulado pelas classes sociais. É claro que Sack mostra essas teorias apenas para ilustrar e sugerir tendências para o uso do conceito de territorialidades, havendo outras possibilidades. Aqui, em nosso trabalho, a matriz marxista nos ajudará a complementar as visões de Luhmann e Morin, que nos levará a um conceito amplo e complexo de economia política em seus termos de sobrevivência e controle (Segunda Parte). A partir de Weber, também veremos que a forma da impessoal da burocracia tende a se relacionar com tradições passadas.

O conceito de territorialidades, inobstante, ajudar-nos-á a pensar nas territorialidades locais e globais de nosso objeto de pesquisa, a Rede Globo, já que há estratégias de influência e controle que dizem respeito a ambos os contextos. As estratégias de controle, na economia política,

como veremos, ganham a ideia de controle *político*, mas são indissociáveis da noção de sobrevivência, principalmente por meio da *economia*, que produz e reproduz. Economia e política, nesse sentido, parecem apenas estruturas no interior de um controle mais amplo ainda, defendido no termo *territorialidades*, como vimos. Já a disciplina Economia Política parece querer ser tão abarcante quanto o conceito de territorialidades.

Soja, por fim, traz importantes considerações em seu artigo *The political organization of space* (1971) sobre as territorialidades. O título do artigo é sugestivo pois quer evidentemente nos mostrar como a organização política do espaço afeta a atividade e o comportamento humanos, dando espaço ao pensamento de produção de territorialidades, por conta de tal *afetação*. Como trata de organização *política*, por *funções* políticas, Soja entende três: 1) Controle, em um sentido administrativo; 2) Manutenção da ordem e 3) Legitimação da autoridade. Antes de nos levar às territorialidades, também faz considerações importantes (1971, p. 3). Uma delas é de que a atividade e o comportamento humano, muito frequentemente, são examinados como se fossem desprovidos de “espaço”, o que implica em uma análise que extrai o contexto do humano, o que não nos interessa, pois faríamos como a psicologia behaviorista do estímulo/resposta ou a teoria dos sistemas, em seus primórdios, preocupada apenas na mecanicidade dos *inputs/outputs*. Outra consideração diz respeito à tendência gregária do homem, de viver em sua grei e, dali, interagir. A interação de *alter* e *ego*, como vimos em Luhmann, produz a possibilidade de vivência, de controle e organização por meio de diferenciações. O homem precisa ter a referência das alteridades para extrair informação do meio, diferenciar-se e organizar-se, só assim podendo viver e sobreviver.

Territorialidade, por fim, para Soja (1971, p. 19) “é um fenômeno comportamental associado a organização do espaço em esferas de influência ou territórios claramente delimitados que são feitos distintos e considerados ao menos parcialmente exclusivos por seus ocupantes”. Soja, assim como Sack, estadunidenses, gostam de trabalhar com a ilustração da propriedade, pois define processos de diferenciação no espaço ao passo que é demarcada. Outra consideração que faz é que a territorialidade “opera em larga escala societal como forma de regular as interações sociais enquanto concentração da identidade de um grupo” (SOJA, 1971, p. 20). É claro que, como vimos em Luhmann, essa regulação diz respeito também a uma redução de complexidade em um sistema social, o que conseqüentemente produz ordem e também reduções de conflitos.

A territorialidade, conceitualmente, remete à complexidade do espaço vivido, às múltiplas relações ali acolhidas e que, juntas, constroem um fenômeno comportamental. Esse conceito, entretanto, quando aplicado a uma pesquisa que determina um contexto, naturalmente trará à

tona a materialidade desse fenômeno comportamental que congrega um *todo*. Nessa materialidade do todo, há detalhes em termos de controle do sistema territorial dos mais diversos, que nos levam a querer destituir esse todo e realçar suas *partes*. O que nosso estudo de caso propõe é que as partes que revelam o estudo de caso, especialmente em suas relações estratégicas, têm relação com o *todo*. Essa recursividade de *todo* e *partes* é essencial para tomarmos as territorialidades sobre o ponto de vista da complexidade. A grande máquina burocrática de Weber, com características próprias, não é possível sem as relações de poder que a compõem, a microfísica de sua organização. Isso não faz, todavia, essa microfísica ser mais importante que a macrofísica. É na recursividade de todo e partes que aqui estamos interessados, isto é, como uma busca no outro sua condição de possibilidade. Assim, global e local constituem sistemas territoriais e territorialidades específicos, mas que, entretanto, remetem a um todo, um sistema territorial ou territorialidade maior, que será nossa sociedade de controle.

O que as territorialidades nos ajudam a pensar com relação à complexidade é que não há de um lado, como dito anteriormente, a complexidade separada em forma de pensamento e reflexão e, de outro, um campo da ação. Essa dicotomia não existe para o pensamento complexo e conduz, logicamente, à ideia de práxis social, fundamental à economia política, como veremos. O tetrálogo moriniano na relação entre ordem, desordem, interações e organização demonstra que o funcionamento dessas variáveis constitui tanto um *modo de pensar* quanto a *materialidade* da própria vida. Se pensamento e realidade material comungam da mesma lógica, logo, a complexidade torna a práxis social consciente de si e não dependente unicamente de leis históricas, ou unicamente do acaso. A história que Marx descreve em seu método guarda tanto acasos quanto a estratégia e o controle do homem para sua reprodução. O que diferencia esse modo de pensar daquele que Morin ataca como um paradigma simplificador, é que esse não relaciona o caos com a produção da ordem. Quando o caos e a teoria do caos que dele emergiu entraram para o pensamento do filósofo do século passado, ele passou a ser um elemento integrador e coprodutor da ordem das coisas. Assim, uma história de estratégias é também uma história onde o homem precisa se defrontar com a tradição do passado que lhe é legada; e esse enfrentamento da realidade põe o homem para trabalhar em prol de sua sobrevivência com base na autorreflexão, pois é ali que encara a própria morte se não trabalhar, gastar energia e processar sua realidade. Isso quer dizer que mesmo na loteria não há somente loteria. Há uma complexidade, ou uma série de coisas tecidas em comunhão, que se comunicam, para que “a mágica” ocorra. Com isso, não estamos propondo que alguém necessite estudar como o acaso de ganhar dinheiro na loteria está ligado a toda uma lógica formal de probabilidade matemática

ou de um estado psicológico específico. O que queremos dizer é que não se pode desistir de compreender a racionalidade da realidade mesmo em face de sua irracionalidade, principalmente com relação ao espírito científico. A mágica jamais pode ser tratada como tal, em si, como fazia o vitalismo, especialmente no contexto contemporâneo, onde a irracionalidade individual sustenta uma racionalidade muito maior. “Desistir”, portanto, da “matéria viva” do vitalismo, é mostrar que nela estão a comunicação e controle de Wiener, por exemplo.

A distinção que traça uma territorialidade e seu sistema territorial só pode ser vista por um conhecimento do conhecimento. O sujeito que vive nesse sistema só pode entendê-lo por uma observação de outras observações, pois não conhece o mundo se não obtiver informação sobre ele. A obtenção de informação do mundo só surge a partir de sua organização mental para o pesquisador. Uma territorialidade é, assim, uma realidade complexa e, para entendê-la, temos de entendê-la em sua complexidade, o que só se torna possível se organizarmos o mundo material e extrairmos informação dele, construindo um conhecimento acerca dele. Construir o conhecimento de uma territorialidade em sua complexidade é condição para mudá-la, pois é do registro da informação e de sua comunicação que nasce a capacidade de controlar, incluindo o sujeito no seu próprio processo de mudança. Como disse Raffestin acima, o estrategista não vê o terreno, mas sua representação (informação). E, para entender a mudança, que nunca possui uma resolução final, não basta a observação do mundo. É necessária também a observação dessas observações, já que a linguagem que constrói o conhecimento é a mesma que faz circular o ponto cego. E é do ponto cego que os sistemas permanecem se reproduzindo, como veremos. O que não se vê é o que acaba por nos controlar. Assim, padecem tanto os cientistas que não conhecem os paradigmas, ou as condições de produção de seu saber, quanto o ator social que não conhece seu próprio sistema territorial. Devemos agradecer àqueles que perdem o tempo de vida observando o que já foi observado. Esses é que modificam as maneiras de pensar, pois as criticam. Como Morin afirmou acima, não é somente o objeto que deve se adequar à ciência, esta também precisa se adequar a ele.

PARTE II

Economia política da comunicação

1. CONTROLE E SOBREVIVÊNCIA

Não se pode falar de uma economia política da comunicação sem antes sabermos do que se trata a disciplina economia política. Assim Vincent Mosco constrói *The political economy of communication*, como vemos a partir do capítulo segundo (2009, p. 20) de seu livro. Desse modo, também torna-se essencial escolhermos uma definição aplicável a esta pesquisa, como veremos a seguir. Ao leitor, inobstante, é importante a atenção ante a tarefa que aqui nesta parte pretendemos desenvolver antes de partirmos ao estudo de caso. Esta parte é importante na medida que relaciona a economia política enquanto ciência capaz de lidar com uma realidade complexa às territorialidades escancaradas pela modernidade. Assim, ferramentas conceituais que a economia política nos proporciona são aqui tomadas em sua integridade como forma de nos conduzir a soluções postas pelo problema por esta parte suscitado: como podemos relacionar a economia política com um paradigma da complexidade? Como a economia política integra o conceito de territorialidade e se articula com outros que nos trouxeram teorias preocupadas justamente com a complexidade da modernidade, no início do século XX – a cibernética, a teoria dos sistemas, a teoria da informação, a teoria da comunicação etc.?

Estamos equiparando tais teorias – que tinham a empresa intelectual de relacionar a ciência e a complexidade dos tempos modernos, principalmente por conta da generalização das comunicações – à teoria da economia política, pois esta, assim como aquelas estão preocupadas com a criação de novas ferramentas conceituais capazes de lidar com os sistemas em suas complexidades e relações de interdependência em uma organização viva onde o elemento central é a comunicação, conforme veremos definição de Luhmann.

E onde há comunicação, há controle, pois a comunicação traz consigo o importante mecanismo de *feedback*, uma forma de controle da comunicação pela própria comunicação. Em uma sociedade de novas tecnologias da informação e da comunicação, ou *Capitalismo digital*, como cunha Dan Schiller (1999), é imaginável como tal controle se torna possível. Ainda, junto à análise do controle, perguntamo-nos quem/o que controla e por quais motivos. É impossível, diante da presente realidade social, e guiados pelo modelo de pensamento do paradigma da complexidade de Morin, dissociar processos de controle dos processos que os tornam possíveis e legitimados. Falamos dos processos inculcados por valores e mitos presentes em uma sociedade controlada por interesses econômicos. A economia torna possível a dependência do controle a processos de sobrevivência social, criados, conduzidos e justificados de várias

formas. Sobrevivência e controle, portanto, são indissociáveis na realidade. A economia depende de processos de controle, assim como a política não subsiste sem processos de sobrevivência. Como haveria de existir a política separada da economia? Seria o mesmo que dizer que há possibilidade de ordem sem organização. A organização social só é possível, portanto, conforme mecanismos de sobrevivência e controle se constroem mutuamente. A ideia de constituição mútua de controle e sobrevivência foi-nos reafirmada por Mosco (2015) em conversa conosco (ver Apêndice D).

Neste primeiro capítulo desta parte II trataremos de desenvolver a ideia de controle e sua relação com a sobrevivência, seja de máquinas, seja de seres vivos. De toda sorte, lidaremos com o fenômeno amplo da organização, já tratado na parte I. Em primeiro lugar, falaremos do que se trata o controle nessas organizações maquímicas e como ele está ligado ao fenômeno da sobrevivência delas próprias. Fenômenos importantes nascerão, serão deduzidos, da relação dialética entre controle e sobrevivência e, daí, seremos capazes de relacioná-la com o paradigma da complexidade. No decorrer do texto, já deixamos claro que ambos conceitos são metáforas para a política e para a economia na definição de Mosco. Entretanto, decidimos partir do entendimento do que nos aludem as próprias metáforas para depois aplicarmos esse conhecimento às definições de controle e sobrevivência de Mosco. Porque tratar das metáforas que traz a definição antes de tratar diretamente dela e dos cortes que a definem *a priori*? Essa é uma decisão nossa, estratégica, pautada no conhecimento de que a amplitude dessa definição necessita de teorias anteriores que a embasem, e que tais teorias são, entretanto, um bom começo para esclarecer a relação. Acreditamos, também, que antes de uma definição há um indivíduo e seus conceitos. Independente do indivíduo autor da definição, há também aquele autor da pesquisa que aqui se tenta aplicar, e tal definição tem de ter um sentido prático para a pesquisa em mãos. Uma definição não é uma resposta pronta, mas o delineamento de um conceito ou de uma ideia. A definição de Mosco é, assim, um delineamento amplo de economia política com ambição de abraçar toda a atividade orgânica da vida social. Tal definição não foge, entretanto, de pressupostos básicos já firmados pelo estudo da economia política, como veremos que são as características principais dessa disciplina. É necessário, logo, como dissemos, explicitar uma teoria existente que abarque a amplitude dessa definição, respeitando, apesar disso, esses pressupostos básicos.

Controle e sobrevivência são metáforas para o que hoje, respectivamente, referimo-nos como política e economia e, como dissemos, há uma mútua constituição de ambos, sendo que o controle social (política) e a reprodução social (economia) se constroem. Há, assim, sempre

elementos políticos na reprodução social e elementos econômicos no controle social. Portanto, é simples deduzir que para sua reprodução, uma sociedade não pode prescindir do controle sobre o que produz (senão, como explicar a sociedade e sua ordem?), assim como o DNA humano contém o programa genético que controla produção e reprodução e estas interagem, ao seu tempo, com o conteúdo daquele. O contrário também é verdade: o poder de controle e o controle do poder só são possíveis a partir de uma materialidade organizada, ou a partir de uma territorialidade, onde a atividade humana, seu dispêndio de energia por meio do trabalho se propõe à finalidade da reprodução de sua própria espécie, assim sobrevivendo. É a partir dessa materialidade organizada em sua complexidade que surge o epifenômeno que trataremos a seguir: a informação, sem a qual impossível seria falar de controle.

Aristóteles (2011) nos advertiu: a casa é fundamento da *pólis*. Logo, poderíamos inferir que a administração da casa precede a administração da *pólis*. Ao longo do tempo, apesar de qual nasce primeiro, por que não dizer também que a *pólis* passou a interferir na casa? A relação das duas dá-se conforme o processo de sobrevivência e de controle se desenvolvem, isto é, conforme a economia social se desenvolve e o poder de controle político se aperfeiçoa para gerir a complexa rede social na qual o poder, energia social vital, passou a percorrer durante o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista.

Devemos desde logo, portanto, atentar para o que destaca a obra de Beniger (1986): processamento de informação, controle e comunicação são processos centrais a todos sistemas vivos, inclusive a sociedade humana e o comportamento social. E isso quer dizer que a reprodução social só se torna possível se o poder de controle estiver presente. Ora, mas do que se trata o poder? E, talvez mais elucidativo, o controle? Esse elemento político presente na produção social é energia vital que organiza a ordem. Não há ordem sem poder. Assim como não há atividade humana que se sustente sem energia consumida. A necessidade do poder para a ordem, entretanto, não é tão elucidativa quanto a necessidade do controle para a ordem ou para a reprodução dessa ordem. É que o poder foi muitas vezes tratado como uma abstração, mas o poder de controle, mais palpável, trata-se do governo ou gestão de uma organização, aludindo à sua materialidade e aos conflitos presentes nos caminhos entre produção e reprodução. O controle é processo que nos liga diretamente ao processamento de energia, matéria e informação, levando-nos a destacar o papel da comunicação para a existência de um poder organizado, que controla, é controlado, produz e se reproduz.

Considerando os aspectos centrais da sociedade humana, o controle que depende de uma organização viva só é possível pois essa organização processa informação e se comunica.

Assim, o aspecto político, ou de controle, que diz respeito a uma organização interna de uma sociedade, sua distribuição de poder e sua consequente territorialidade, só é possível porque há processamento de informação, um epifenômeno do mundo material, que possibilita a comunicação. O que a obra de Beniger acrescenta essencialmente à definição de Mosco, portanto, é esse ponto de articulação entre economia e política, ou controle e sobrevivência: a comunicação. Esse é também o ponto cego do marxismo ocidental a que se referiu Dallas Smythe, à sua maneira, em artigo de 1977. A modernidade, como dissemos antes, na parte primeira, está baseada numa constante observação da observação, ou cibernética de segunda ordem, de modo que esse ponto cego circula sem que sua materialidade seja apontada. Os sistemas político e econômico têm suas formas de observação de segunda ordem, para se proteger da complexidade e da contingência. Daí, como vimos, as tarefas de observar a opinião pública e o sistema de preços para ambos sistemas, respectivamente, serem primordial à sobrevivência (reprodução) mútua. Se a observação da observação da modernidade evidencia a existência de um ponto cego, este obviamente não se trata de um ponto, mas de um sistema informacional e comunicacional que permite aos sistemas verem a si próprios. Como observar os preços e a opinião pública? Uma resposta é visível: pelo controle informacional e comunicacional. Por esse motivo, a informação e a comunicação não devem ser tratadas como entes abstraídos do mundo material, nem sequer devem ser consideradas abstrações, pois não existem sem controle e este requer uma materialidade (territorialidade) onde são possíveis os fenômenos comunicacionais. Assim, a revolução da informação não é uma revolução *na* informação, mas, antes, uma revolução no controle, no modo de processar matéria. A informação, portanto, “só adquire sentido dentro de um contexto particular (...) do contrário, a informação não possui sentido; é indiferenciável do ruído” (MULGAN, 1991, p. 10). Uma sociedade da informação é, sempre antes, uma sociedade do controle, onde o propósito é o de controlar por meio da obtenção de informação a partir de uma dada materialidade. Uma sociedade da informação alude a um sistema organizacional sem propósito, onde a informação circula indistintamente, onde técnicas da informação e da comunicação são apropriadas com propósitos vários, o que destrói o conceito de organização material de uma sociedade, esconde a organização e fragmenta os estudos já que a técnica é apropriada por quem quer que se seja, da forma que quiser. Assim agem os utópicos que veem na Internet a salvação do mundo: desprovidos de uma visão de quem *de fato* controla para preferir lutar por um ideal que não corresponde à realidade *hic et nunc*. Uma sociedade do controle põe logo a questão de início: *quem programa? quem dita a lógica? quem controla?* Há uma reprodução milenar de um sistema

de classes e, se ainda existe, é porque seus propósitos estão sendo alcançados continuamente. O sistema comunicacional é o ponto cego.

Apesar da acusação de Smythe de a doutrina marxista não ter se preocupado com a comunicação do modo devido, há autores marxistas que enfatizam o elemento comunicacional em Marx. Um exemplo é o Professor Christian Fuchs, quem já possui um trabalho extenso que relaciona marxismo e comunicação. Um dos artigos em que trata diretamente sobre o assunto é “*Some theoretical foundations of critical media studies: reflexions on Karl Marx and the Media*”. O subtítulo é sugestivo e visa a combater a visão de alguns autores em dizer que Marx não tinha nada a nos oferecer sobre o assunto das mídias, da comunicação e da cultura. Muito pelo contrário, o argumento central de seu artigo é de que “Marx deveria ser considerado como uma das figuras fundadoras dos estudos críticos de comunicação e da mídia e que seus trabalhos podem ser aplicados hoje em dia para explicar fenômenos como a comunicação global (...)” (FUCHS, 2009, p. 269). Um outro importante exemplo de trabalho já existente sobre a relação da obra de Marx e Engels e a comunicação é o de Yves de la Haye – *Marx & Engels on the means of communication* (1979), que trataremos separadamente logo mais.

É desde já importante salientar que as palavras em si não existem, mas apenas quando produzem sentido para seus utentes. Palavras “poder”, “controle”, assim, não são esclarecedoras em si. Elas só são compreendidas como articuláveis ao conceito de sobrevivência (reprodução social) na medida em que se compreende que quaisquer organizações humanas, para controlar, dominar, comandar sua produção e sua reprodução, precisam processar informação e buscar, a partir da comunicação, processos de *feedback* que permitam o sistema se realimentar. Daí a perplexidade de Beniger (1986): porque a informação foi um aspecto levantado apenas *agora* com a dita Sociedade de Informação? Sua perplexidade reside no fato de que todos e quaisquer sistemas vivos são capazes de se organizar, controlar-se: pois processam informação. O foco no controle, como nos mostra Mulgan, “representa um distanciamento do uso do conceito de poder como uma metáfora política dominante. Onde o conceito de poder é uma metáfora física, energizante e mecânica, controle é um conceito mais apropriado com um mundo consciente da importância da informação” (1991, p. 8). Como a discussão da realimentação, trazida pela cibernética ao centro de debate, traz novamente a dinâmica das organizações, e não mais sua estática, é, portanto, mais uma justificativa para um uso crescente do controle. “Controle inclui dentro de si os princípios de *feedback*, comando, estratégia e vigilância. Como um conceito da cibernética, ele move o foco das questões de ‘controle sobre’ para aquelas de ‘controle dentro de’ um sistema ou ambiente” (MULGAN, 1991, p. 8). O controle é assim como uma metáfora

que enxerga, portanto, um sistema enquanto sua organização para fins de reprodução (territorialidade). Assim, a vantagem dessa análise, nesses termos, é seu foco na materialidade do poder que antes se escondia e tornava a comunicação serva de seu sistema. Passa a considerar processo e estrutura em simbiose, uma referência a um poder materialmente vivo, efetivo, de carne e osso. “A virtude de uma análise de controle é, em outras palavras, seu reconhecimento de processo e estrutura e de que ‘poder’ efetivo, influência ou alcance depende da habilidade de formular estratégias e compreensões, e também de canais de comando, *feedback* e vigilância” *ad hoc* (MULGAN, 1991, p. 8). Não se quer, assim, negar as raízes profundas do poder social, como diz Mulgan (1991), apenas fazer emergir uma complementaridade que, inclusive, ajuda a enfatizar, junto ao controle, o problema da comunicação nas organizações vivas. Reposicionar uma análise do poder com a complementaridade do controle é por novamente no centro a importância da comunicação, seja para o próprio controle de uma organização social, seja para a sua reprodução. Assim, por exemplo, uma discussão de controle social e comunicação pode ser muito mais frutífera que de poder e comunicação. Quão importante é, por exemplo, o fenômeno das redes, antigas ou modernas, de informação e comunicação para manutenção de uma organização?

Daí que uma ciência como a Cibernética é útil ao marxismo. É nada mais que a ciência da comunicação e do controle no animal e na máquina. Apesar de Morin (2013) achar que Wiener subjugou a comunicação ao controle em suas análises, não tiramos da cibernética seu mérito: o de ter visto na tecnologia, que daria ao homem vencedor das guerras mundiais a continuidade de sua sobrevivência, o que faltava para ligar ciências humanas e naturais: mais uma vez, o problema da comunicação.

Em *Cibernética* (1970), o matemático estadunidense Norbert Wiener afirma em seu prefácio à segunda edição: “o papel da realimentação, quer no projeto técnico quer na biologia, veio a ser firmado” (p. 10). A centralidade da realimentação, ou *feedback*, é de importância ímpar e deve ser frisada. Quando a cibernética passou a se utilizar das noções de “informação estatística” e de “teoria do controle” para estudar a mecânica dos autômatos, jamais poderia imaginar que o que estava ali no cerne daquela ciência era o próprio fenômeno que dá à vida sua capacidade de produção e reprodução, apesar das contingências. O *feedback* resolve, digamos assim, tanto na máquina quanto no homem, os problemas que os sistemas enfrentavam com o anúncio da segunda lei da termodinâmica, conhecida pelo nome de *entropia*, uma morte térmica devido a incapacidade de um sistema fechado se manter produzindo organizadamente por muito tempo, e que já discutimos na parte I. Trata-se de máquinas que observam observações, e que *aprendem*

a partir disso. Acontece que os sistemas dos quais tratavam a segunda lei da termodinâmica são sistemas fechados, que não trocam energia com o meio, sendo inevitável o fenômeno entrópico. O que está no seio das máquinas cibernéticas, todavia, é aquilo que está na centralidade da própria vida: a capacidade de produzirem a si mesmas a partir do aprendizado com seus processos passados. Essas máquinas de aprender ligam passado e futuro estrategicamente, de modo a extrair dessa relação informações para prever suas ações futuras (sobrevivência). Para isso, é necessário que as informações sobre o histórico do sistema e seus processos sejam armazenadas no próprio sistema para que ele tenha parâmetros básicos de atuação futura; ou seja, o *feedback* liga passado e futuro e mantém a máquina se reproduzindo. De outra forma, o movimento de realimentação se observa pelo seguinte motivo: “quando desejamos que um movimento obedeça a um dado padrão, a diferença entre este padrão e o movimento realmente efetuado é usada como nova entrada para levar a parte regulada a mover-se de maneira a aproximar o seu movimento daquele fornecido pelo padrão” (WIENER, 1970, p. 31). A previsão só é possível, pois essas máquinas processam informação, sendo capazes de estabelecer a homeostase, ou equilíbrio térmico, para evitar a entropia. A perplexidade dos ciberneticistas frente às máquinas físicas de aprender está ligada à sua analogia com as máquinas humanas de aprender. Assim, a vida ganha uma analogia nas máquinas de controle automático criadas pelos humanos. A partir dessa analogia, a cibernética criava a potencialidade de um conhecimento que ultrapassava as barreiras da engenharia mecânica. Era na cibernética que as apostas de Wiener e de seu colega Dr. Rosenblueth estavam localizadas. Por anos, ambos compartilharam da convicção de que “as áreas mais fecundas das ciências eram aquelas que foram negligenciadas como terra-de-ninguém entre os vários campos estabelecidos”. Desde Leibniz, exemplifica Wiener, “talvez não tenha existido um homem que dispusesse do pleno domínio de toda a atividade intelectual de seus dias”. Desde então, “a ciência tornou-se cada vez mais tarefa de especialistas, em campos que tendem a estreitar-se progressivamente” (1970, p. 26). Wiener, que apostava na Cibernética como campo a oferecer múltiplas oportunidades ao pesquisador, parecia ver ali uma possibilidade de instituição de cientistas independentes “que trabalhassem juntos num desses sertões da ciência, não como subordinados a algum alto funcionário executivo, mas associados pelo desejo, de fato, pela necessidade espiritual, de entender a região como um todo, e de emprestar um ao outro a força deste entendimento” (1970, p. 27). É nessas regiões fronteiriças do saber que surgem as mais belas oportunidades de aprendizado. Esses “sertões da ciência” são hoje cada vez mais esmagados pela marcha da especialização científica; e entender as coisas “como um todo” hoje em dia é sinal de que se quer entender tudo, ser *deus ex machina*. Mas como Morin nos disse, “o todo não é tudo”. Não há de se confundir a empresa

daqueles interessados em unir em um conhecimento sistemático a busca pela compreensão do todo. A confusão, como vimos em Luhmann, é mais resultado de ideologias acadêmicas que tornam um saber esquecido por outros dominantes, como é o caso da teoria dos sistemas e da própria cibernética, do que de qualquer outro fator. A tarefa que é a da economia política, possibilitada, inclusive, pela definição que aqui tomamos como ponto de partida (*controle e sobrevivência* na vida social), visa a entender como um *todo* uma sociedade que precisa, mais do que nunca, ser conhecida como um todo, antes de ser uma sociedade da informação. O conhecimento das partes de uma sociedade de controle, apesar de ter seu valor prático, não é a mesma empresa daqueles que buscam entender o todo. Ambos, estudos das partes, precisam voltar a retroagir com um estudo do todo. Hoje a academia se perde em uma barbárie com a falta de consciência de si, como vimos em Morin, pela imprudência e inconsciência de cientistas na falta de uma busca pelo conhecimento de um todo que é deixado de lado, pois assusta aqueles incumbidos de sua tarefa. O medo do conhecimento, entretanto, deve ser o último a atormentar um pesquisador social.

Assim, foi-se deixando a tarefa complexa àqueles que produzem e reproduzem a vida: poderes econômico e político. A capacidade de *predição* é um problema que surge nas máquinas cibernéticas no encontro com a guerra e, nela, com a necessidade de aumentar a velocidade no processamento de informações. Os controladores (e os patifes) precisam controlar e precisam conhecer a comunicação para prever o futuro e estar sempre à frente dos controlados (e também dos otários). É claro que é o inimigo que conta com mais demora para obter informações que provavelmente pode sofrer com uma derrota. O disparo de um projétil por um avião, visando abater um inimigo, deve, pois, ser um disparo calculado, “de tal maneira que o projétil e o alvo possam juntar-se no espaço em algum momento futuro” (WIENER, 1970, p. 29). Essa necessidade de previsão, de cálculo, na guerra é necessidade concomitante ao desenvolvimento de altas velocidades pelas aeronaves. Assim, é difícil para o piloto, na velocidade em que está, calcular o momento correto em que deve disparar o projétil para que ele atinja o inimigo. Daí a necessidade de aparelhos de controle para realizar todas as computações de predição de posições e tempos necessários para o abatimento do inimigo.

A previsão do futuro de mensagens feitas pelas máquinas de aprender é um mecanismo, portanto, de operação computacional sobre o seu passado (WIENER, 1970). O *cogito ergo sum* de Descartes, torna-se o *computo ergo sum* para Morin, em que a subjetividade do sujeito está ligada à sua relação com a materialidade de *si* e do mundo e da informação que extrai e computa de lá. Técnicas de controle e comunicação são, portanto, indispensáveis nesse movimento de

realimentação; e não se separam, pois, para Wiener, estão centradas na noção bem mais fundamental de mensagem. A mensagem, para Wiener, “é uma sequência discreta ou contínua de eventos mensuráveis distribuídos no tempo – precisamente o que os estatísticos chamam série temporal” (1970, p. 33). O termo “mensagem” em Wiener leva-nos diretamente ao entendimento da informação e seu processamento, como veremos em Beniger. Para a técnica de comunicação, como Wiener nos coloca, “o significado do elemento estatístico é imediatamente evidente”, sendo que “a transmissão de informação é impossível salvo como transmissão de alternativas”. Assim, segundo Wiener, era necessário desenvolver uma teoria estatística da quantidade de informação, em que “a unidade de informação era aquela transmitida como uma decisão única entre alternativas igualmente prováveis” (1970, p. 35). É exatamente essa quantidade de informação que poderá medir o grau de organização de um sistema, ligando, portanto, seu conceito ao de entropia. “Assim como a quantidade de informação em um sistema é a medida de seu grau de organização, a entropia de um sistema é a medida de seu grau de desorganização; e uma é simplesmente a negativa da outra” (WIENER, 1970, p. 35).

Os problemas enfrentados pelas teorias da comunicação, do controle e estatística, seja na máquina ou no tecido vivo, levaram os cientistas à criação desse campo em particular, a Cibernética, justamente pela falta de unidade da literatura. O termo *cibernética* é um termo artificial neogrego que preenche essa lacuna, portanto, da falta de unidade nesse campo. Ao escolher o termo, não obstante, escreve Wiener, “quisemos reconhecer que o primeiro trabalho significativo sobre os mecanismos de realimentação foi um artigo sobre reguladores, publicado por Clerk Maxwell em 1868” (1970, p. 37). É, apesar de Maxwell, à Leibniz e seu predecessor Pascal que Wiener confere o interesse na construção de máquinas de calcular e ao futuro impulso intelectual que levaria ao desenvolvimento da lógica matemática para a mecanização ideal ou real dos processos de pensamento (1970).

As utilizações posteriores da cibernética nos campos da sociologia, antropologia e mais especificamente na economia, deram-se, sobretudo, na forma de encarar o sistema social como “uma organização, que, tal como a individual, é vinculada por um sistema de comunicação, e possui uma dinâmica em que processos circulares de *feedback* (realimentação) desempenham importante papel” (1970, p. 50). É lógico que a sociedade não pode ser reduzida a operações estatísticas de uma máquina cibernética, dado que “a vantagem de longos cursos de estatística sob condições amplamente variantes é ilusória e espúria”, como nos adverte Wiener sobre o problema da mudança no espaço e tempo das sociedades (1970, p. 51). A aplicação direta de

uma nova técnica matemática nas ciências humanas mostra, de acordo com Wiener, que são terrenos muito pobres para tal prática, devido a sua complexidade e variação constantes. A cibernética, infelizmente, foi entregue ao mundo daqueles que concentram o poder para si, como o próprio Wiener diz: “contribuímos para o início de uma nova ciência que, como dissemos, abarca desenvolvimentos técnicos de grandes possibilidades para o bem e para o mal. Só podemos entregá-la ao mundo que nos circunda, e êste é o mundo de Belsen e Hiroxima”. Ainda, para Wiener, nesse contexto, em aparente tom de pessimismo: “há os que alimentam a esperança de que o melhor entendimento do homem e da sociedade oferecido por êste nôvo terreno de trabalho possa antecipar e ultrapassar a contribuição incidental que estamos fazendo à concentração do poder”, que, segundo o autor, sempre se concentra nas mãos de seres inescrupulosos, por conta de suas próprias condições de existência. Apesar dessas esperanças na cibernética como um campo promissor, Wiener arremata: “Escrevo em 1947, e sou compelido a dizer que se trata de uma esperança muito tênue” (1970, p. 55).

A Cibernética deixa, apesar do pessimismo de Wiener frente às atrocidades de sua época, suas contribuições para observação da centralidade dos mecanismos de controle e comunicação, tanto nos sistemas físicos quanto nos vivos. Isso proporcionou o desenvolvimento posterior de contribuições contemporâneas para o campo filosófico (paradigma da complexidade de Morin) e sociológico (teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann), como vemos aqui. Este trabalho suspende por um momento o provável caráter inescrupuloso, individualista, todavia, de um sistema de controle e comunicação para entendê-lo, primeiramente, por outra via. Essas reflexões serão tratadas como base para a próxima parte no entendimento do contexto em que se desenvolve nosso objeto de estudo, sua essência, sua habilidade de comunicar, controlar, sobreviver. No contexto do estudo de caso, ser e dever-ser, entretanto, combinam-se, sem poder atribuir-se prioridade a um ou a outro.

James Ralph Beniger (1986), procurando compreender a centralidade da informação para a vida material dos dias de hoje, já inicia sua grande obra – *The Control Revolution* – nos convidando a pensar o porquê, como já demos sinal anteriormente, dentre as muitas coisas que os seres humanos valorizam, de a informação ter sido aquela que dominaria as maiores e mais avançadas economias do mundo. Por que agora os computadores, as máquinas cibernéticas, que processam informação? A informação não haveria de se tornar bem e serviço à toa. Simplificando: por que *informação*? Por que *agora*? Resposta: Por conta de uma revolução na forma de o controle social operar. Isto é, a Revolução do Controle se trata de “um complexo de rápidas mudanças nos arranjos econômicos e tecnológicos pelos quais a informação é coletada, armazenada,

processada e comunicada e pelos quais decisões programadas ou formais podem afetar o controle social” (p. vi). A história apenas, sozinha, argumenta Beniger (1986), não consegue explicar porque é a informação que passa a ser tão crucial à economia e à sociedade. O cérebro mecânico que operaria e controlaria esse novo processo de informação na era da cibernética só existe por conta da centralidade dada à teoria da informação. Isto é, matéria não se confunde com informação, mas uma depende da outra. “O cérebro mecânico não secreta pensamento ‘como o fígado faz com a biliar’, tal como pretendiam os primitivos materialistas, nem o externa sob a forma de energia, como o músculo externa sua atividade”. Assim, “informação é informação e não matéria ou energia. Nenhum materialismo que não o admita pode sobreviver hoje em dia” (WIENER, 1970, p. 171). O caminho descrito pela cibernética para pensar um “cérebro mecânico” abriu outros para pensar os mesmos processos em todos os sistemas vivos, o que faz com que a informação tenha sua contrapartida e fundamento de validade naquilo que há de mais complexo nas ciências: a própria vida. A resposta, assim, deve ser buscada “na natureza de todos sistemas vivos – em última análise, na relação entre informação e controle” (BENIGER, 1986, p. vi). A razão disso é simples e complexa ao mesmo tempo: a vida já implica controle, em células e organismos, não menos do que em economias nacionais ou qualquer outro sistema finalista (*purposive system*) (BENIGER, 1986).

Sociedades são sistemas de processamento de matéria e esse papel se tornava mais claro na medida em que a Revolução Industrial aumentou o ritmo e a velocidade com as quais a matéria se tornava processada. Houve um momento em que a necessidade de um processamento mais rápido ultrapassou as possibilidades humanas, sendo necessários novos avanços econômicos e tecnológicos com vistas em se criar ferramentas propícias ao processamento daquilo de que sempre precisou a vida: informação. A razão da informação também é clara: a necessidade de controle se tornou cada vez maior. Controle sempre gera controle e, nisso, a velocidade para controlar ultrapassou o ritmo humano nos momentos próximos e posteriores à Revolução Industrial, necessitando de extensões para controlar o próprio controle e, como consequência, para processar informação e comunicação. Entender a economia da informação em expansão como meio de controle parece ser apenas um modo diferente de olhar as coisas. Apesar disso, as pretensões de Beniger são maiores: propor uma *síntese* dos conhecimentos parcelares sobre as sociedades de informação, trazendo todas as verdades produzidas dentro de outras que abarquem o todo (1986). Assim, criamos uma série de teorias com termos diferentes (ver Anexo A ao final deste trabalho referente às páginas 4 e 5 do trabalho de Beniger, como exemplo) que, a fundo, referem-se a uma verdade em comum: necessidade de controle, daí a Revolução do

Controle. Controle tem raízes no biológico, no físico e no antropossociológico, compondo um pondo de partida importante para realização de um pensamento complexo. O termo “revolução”, explica Beniger, é um termo emprestado da astronomia que somente apareceu no discurso político na Inglaterra do século XVII, referindo-se à “restauração de uma forma prévia de governo”, sendo somente com a Revolução Francesa que a palavra ganhou um significado oposto até hoje utilizado: “de mudança abrupta e frequentemente violenta” (1986, p. 7). No estudo de Beniger, esse cuidado com a etimologia implica dizer que seu trabalho encara a palavra revolução na combinação dos dois sentidos, não somente no popular, pois a Revolução à qual Beniger se refere também tem seu sentido de restabelecimento de uma ordem que se encontrava em crise – é o que ele chama de “crise do controle”, iniciada com a Revolução Industrial e que levou mais tarde à Revolução do Controle, o que podemos encarar como uma sobrevivência por meio do controle do sistema capitalista. Até mesmo a palavra “crise” pode passar a ganhar uma autorreflexão nesse contexto, sendo levada às suas origens na medicina como sinônimo de um ponto máximo de adoecimento de um sistema que, passado esse momento por meio das realimentações vitais para combater seu enfraquecimento, voltaria à sua homeostase; ou não, à sua morte. Isso é, entretanto, muito complicado para dizer sobre os sistemas complexos humanos na forma de sociedades. Há quem diga que estamos em crises constantes. Mas, esse não é nosso ponto aqui, já que controle absoluto é improvável e não deve ser encarado no trabalho de Beniger, nem neste, como uma forma de absoluta dominação. A renovação constante da crise é uma forma dialética de ver a mudança social, de acordo com sua necessidade de manutenção de controle sobre a vida.

No trabalho de Beniger, como escreve, “a palavra controle representa sua mais geral definição, influência proposital direcionada a um objetivo predeterminado” (*purposive influence toward a predetermined goal*) (1986, p. 7). A ideia de controle como “influência” é uma possibilidade que confirmamos com o estudo etimológico da palavra feito por Comparato (2014). A origem do termo do Latim, entretanto, oferece-nos mais informação importante. A palavra controle deriva do verbo do Latim medieval *contrarotulare*. Beniger interpreta o verbo como “comparar algo contra os rolos” (rolos tem o sentido de “registro”), cilindros de papel que serviam como registros oficiais nos tempos antigos. Essa própria origem latina já é explicativa do processo de controlar algo, comparando os *inputs* de determinados sistemas a seus programas armazenados, registrados. Assim, o programa de um sistema serve como o registro da história do sistema com o qual o insumo que adentra o sistema será comparado. Logo, inseparáveis do conceito de controle são as atividades de processamento de informação e comunicação recíproca, centrais

para realização do controle. O processamento de informação, segundo Beniger, “é essencial para toda atividade com um propósito, que são por definição direcionadas a um objetivo (*goal*) e devem, portanto, envolver a contínua comparação dos estados atuais aos fins futuros, um problema básico de processamento de informação” (1986, p. 8). Junto à comparação entre *inputs* e *objetivos*, uma interação comunicacional mútua entre controlador e controlado deve também ocorrer, “não apenas para comunicar a influência daquele para este, mas também para comunicar de volta os resultados dessa ação (daí o termo *feedback*, por conta do recíproco fluxo de informação de volta ao controlador)” (BENIGER, 1986, p. 8). Daí, portanto, a centralidade do processamento de informação e da comunicação mútua entre controlador e controlado. Não apenas essa concepção influenciou Wiener em sua definição de Cibernética, mas também, conforme Beniger, os pioneiros da teoria matemática da comunicação, Shannon e Weaver. Para estes, conforme Beniger, a comunicação era um controle proposital, ou o conjunto de procedimentos pelos quais uma mente pode afetar a outra. Eles notaram que “ou a comunicação afeta um comportamento ou não possui qualquer efeito discernível ou provável” (BENIGER, 1986, p. 8).

Pondo tal conceito de controle, inseparável das atividades de processamento de informação e comunicação, ao nível de uma sociedade, Beniger (1986) nos afirma, portanto, que a habilidade dessa sociedade em manter controle, em todos os níveis (do interpessoal ao das relações internacionais), será diretamente proporcional ao desenvolvimento de suas tecnologias de informação. Nem a palavra “tecnologia” aqui foge à autorreflexão de Beniger, pois não a concebe no sentido estrito de uma ciência aplicada ou prática, “mas no sentido mais geral de qualquer extensão intencional de um processo natural, isto é, do processamento de matéria, energia e informação que caracterizam todos os sistemas vivos” (BENIGER, 1986, p. 9). Como exemplo, a respiração é um processo natural, mas a habilidade do homem de respirar sob a água já implica uma extensão (BENIGER, 1986).

O processamento de informação, explica Beniger, pode ser mais difícil de apreciar do que o processamento da matéria e energia, como é simples perceber com o processamento tanto do carvão, da energia à vapor e dos tecidos em algodão pelos inventos que levaram à Revolução Industrial. Isso ocorre, pois, ao contrário do processamento de matéria e energia, a informação é *epifenomenal*, ou seja, “deriva da *organização* do mundo material no qual ela é inteiramente dependente para sua existência” (BENIGER, 1986, p. 9, grifo nosso). Aqui, precisamente, lembramos as palavras de Wiener: de que não há materialismo que se sustente sem sua relação com a informação. Apesar de ser derivada da matéria e da energia que constituem esse mundo

material, a informação está ligada diretamente aos sistemas vivos que necessitam de organização, de ordem e de poder. Resumindo, com Beniger: “todos os sistemas vivos precisam processar matéria e energia para se manter contra a entropia, a tendência universal da organização rumo ao colapso e à aleatoriedade” (1986, p. 10). E como já vimos, sendo o controle necessário para tal processamento, a informação é, por sua vez, essencial ao controle. Em decorrência, o processamento da informação e a comunicação mútua, enquanto elementos que diferenciam os sistemas vivos do universo inorgânico, são elementos que definem a vida, “excetuados alguns artefatos recentes de nossa própria espécie” (1986, p. 10).

A crise do controle, que levaria à Revolução do Controle, é encontrada por Beniger na descrição de Émile Durkheim sobre o processo de industrialização das sociedades. A industrialização, assim, de acordo com Durkheim (apud BENIGER, 1986), tende a quebrar barreiras para transporte e comunicação que isolam mercados locais, chamados por ele de “tipo segmentado”, estendendo a distribuição de bens e serviços para o “tipo organizado” de mercado, que se trata de mercados em âmbito nacional e global. Quando ocorre isso, há uma quebra de equilíbrio sob o qual a produção é regulada por intermédio de comunicação direta entre produtor e consumidor. Essa descrição de Durkheim, presente no livro *Da divisão do trabalho social*, é a descrição do que Beniger caracteriza como “crise de controle”. A saída da crise seria solucionada com novos meios de comunicação com a finalidade de controlar economias organizadas em níveis mais complexos que o do mero tipo segmentado, localizado. Há, como diz Beniger, uma crescente “sistemização” (“*systemness*”) da sociedade, na qual a capacidade de comunicar e processar informação está diretamente ligada ao que funcionalistas estruturalistas como Durkheim chamaram de “problema de *integração*” (BENIGER, p. 11), ou seja, “a crescente necessidade de coordenação de funções que acompanham a diferenciação e a especialização em qualquer sistema” (BENIGER, p. 11). Para Beniger, o que Durkheim descreve como uma crise de controle no âmbito social tem sua contrapartida no âmbito da psicologia individual. A “anomia” de Durkheim surge, portanto, do colapso de normas que governam o comportamento grupal e individual. A anomia é um estado patológico do comportamento, exceção da própria regra de Durkheim que via o aumento da divisão do trabalho diretamente associado a uma integração normativa e de solidariedade social. Todavia, o estado de anomia não decorreria primeiramente dessa mudança na estrutura da divisão do trabalho social, mas do colapso da comunicação entre os setores sociais cada vez mais isolados. Assim, tanto o problema da integração econômica quanto o da anomia, resultam da incapacidade de comunicação. O que Beniger segue mostrando em todo seu livro são

exatamente os esforços tecnológicos e econômicos para que a comunicação se tornasse possível.

Para Beniger, principais respostas tecnológicas à essa crise de controle estão em Weber, quem primeiro analisou o rápido crescimento da burocracia formal na virada do século XIX para o XX (BENIGER, 1986), mais notavelmente em *Economia e Sociedade*. A burocracia é a tecnologia que controla outros inventos tecnológicos capazes de cuidar dessa organização complexa trazida pela crise do controle. Apesar do apelo à formalidade da burocracia nesse novo momento histórico, não se deve atribuir novidade ao fenômeno. Os antigos estados-nação da Mesopotâmia e do Egito necessitavam de administrações centralizadas, sendo daí que surge o aparato burocrático, o qual continuou a ser utilizado e aperfeiçoado atingindo os impérios pré-industriais de Roma, China e Bizâncio (BENIGER, 1986). As organizações burocráticas, sintetiza Beniger, “tendem a aparecer qualquer que seja o local em que uma atividade coletiva necessite ser coordenada por muitas pessoas em direção a objetivos explícitos e impessoais, isto é, ser *controlado*”. Assim, “burocracias têm servido como meios generalizados de controle a qualquer sistema social amplo na maior parte das arenas institucionais e das culturais desde sua emergência em torno de 3.000 a.C.” (BENIGER, 1986, p. 13, grifo nosso).

Por conta dessa pervasividade da forma burocrática, a história e seus historiadores, segundo Beniger (1986), tendeu a discutir com superficialidade o seu papel no último século XIX como uma grande tecnologia de controle. É na sua forma moderna, sobretudo, que a burocracia atinge o grau de tecnologia de controle e também de sobrevivência, isto é, tanto em termos políticos como em econômicos. Com ajuda de novos meios de comunicação que entrariam como parte desse aperfeiçoado objeto de controle, a sobrevivência de toda uma economia social se tornara possível, juntamente com o lucro visado por particulares detentores do poder econômico cada vez mais centralizado. O aparato estatal, é claro, bem mais evidente inclusive que o econômico, aproveitou-se dessa nova organização do mundo material, podendo aplicar a força da lei com a ajuda de meios de controle tentaculares como a burocracia. A burocracia é, assim, um constituinte, ao mesmo tempo, econômico e político na modernidade, dela se apropriando o *imperium* para aplicar suas leis e controlar a ordem social, e a economia para permanecer sobrevivendo, inclusive mantendo padrões antigos de exploração. A burocracia não pode deixar de ser vista como um meio de comunicação maior que organiza outros menores. Se a comunicação, enquanto objeto, está situada nessa encruzilhada de controles, como podemos falar de comunicação “livre”, em “*free*” *flow of information*? Assim, como o poder não mostra sua materialidade com facilidade para a sociedade emergente, estando “escondido” em uma

rede de controle e sobrevivência, podemos dizer que a comunicação que ali circula só pode dele ser serva. A afirmação de Morin de que o “poder está escondido e a comunicação é serva” é corolário do pensamento de que à organização do controle e da comunicação não se tem dirigido tanta atenção. Aliás, o seu pensamento complexo evidenciou que a forma organizacional das coisas não pode estar imiscuída em um *black-box* onde os processos não são vistos e reduzidos ao esquema input-output das máquinas triviais. Controle e comunicação, em sua relação, só se tornam temas novamente postos em discussão, mesmo assim marginalmente, com a Cibernética, quando exatamente o homem tem o aparelho ou a máquina em suas mãos para analisá-lo e controlá-lo, observando nele os fluxos de comunicação e de controle; caso contrário ele não controlaria a máquina, mas esta acabaria por controlá-lo.

A burocracia, então, como máquina organizadora de fluxos, jamais poderia ser vista em sua humanidade para efeitos do poder sistêmico. Mas qual o motivo da impessoalidade das burocracias? Por que esconder a matéria humana por detrás de seu funcionamento? Como diz Beniger, “qualquer tentativa de humanizar essa maquinaria burocrática, Weber argumentou, seria minimizada através de uma clara divisão do trabalho e definição de responsabilidade, autoridade hierárquica e funções especializadas de decisão e comunicação” (1986, p. 14-15). A força ou trabalho humano tornam-se eles próprios responsáveis pelo controle e pela sobrevivência; mas o trabalho humano não pode enxergar a si próprio dessa forma, correndo o risco de que a impessoalidade desse poder possa ser posta em jugo e tomada por interesses particulares, que é o que acontece de fato na relação de alienadores e alienados, uma expropriação daqueles da força de trabalho destes, sendo suas vidas determinadas por aqueles que têm de fato o controle do controle. Assim, a impessoalidade e a hierarquia são dogmas a serem observados e respeitados, mas impossibilitados de serem alvos de crítica, pois, quando o são, desrespeitam o funcionamento de todo um sistema e de suas autoridades máximas, pondo em risco as funções políticas e econômicas de uma sociedade organizada.

Junto à burocracia, uma outra ampla tecnologia de controle é-nos destacada por Beniger: a *racionalização*, também atribuída a Weber. A ideia central de racionalização, para Beniger, é de que: “o controle pode ser aumentado não apenas aumentando a capacidade de processar informação, mas também diminuindo a quantidade de informação a ser processada”. A racionalização pode ser vista com o nome também de “pré-processamento”, ou “destruição ou ignorância de informação de modo a facilitar o processamento” (1986, p. 15). A partir de então, podemos abrir nossa mente ao vasto poder de racionalização da técnica digital, hoje tão presente tanto na economia, quanto na política. Um computador tem a capacidade de processar muito

mais informação em maior velocidade devido à linguagem que arquiteta seu modo de processamento: a linguagem digital, que racionaliza as informações que antes ocupavam folhas e mais folhas de papel dentro das burocracias quaisquer em dígitos de 1 e 0. Mas o computador e a linguagem digital são apenas exemplos atuais de racionalização. Muito se fez antes para racionalizar informação. Um simples exemplo é o desenvolvimento de formas padrões do uso do papel, tanto em seu formato, quanto em seu conteúdo (daí formulários, memorandos, cartas oficiais etc, onde apenas a informação *útil* é registrada, seguindo padrões de pré-processamento). Trazendo o assunto para o âmbito desta pesquisa, o que dizer das normas que aqui utilizo para padronizar a visualidade desta pesquisa? Imagine se cada pesquisador utilizasse sua própria forma para registrar a pesquisa? Esta, portanto, seria muito mais difícil de ser processada e analisada devido às particularidades de cada pesquisador. O que dizer do respeito aos direitos autorais? Fora da imposição de normas, eles poderiam ser evidentemente postos em risco. Resumindo, a ligação da tecnologia da racionalização com a da burocracia é intrínseca, pois é complemento desta para pré-processar informação antes de esta ser processada. Para ilustrar, a invenção do *lead* no campo jornalístico, ao final do século XIX, derivou “das necessidades de comunicação dos jornalistas para cobrir a Guerra de Secessão nos Estados Unidos” (NOBLAT, 2003, p. 97-98, apud MARTINUZZO, 2013). Conforme Martinuzzo, “em função das limitações de uso dos telégrafos, os operadores estabeleceram que as matérias deveriam ser enviadas em blocos de parágrafos, começando com aquele que reunisse o mais importante de cada narrativa” (2013). Assim, com técnicas de hierarquização de informações, das que são mais para as menos importantes, os textos se tornariam mais diretos e objetivos, uma verdadeira forma de pré-processamento da informação. No Brasil, a técnica do *lead* chega em 1950, adotada pelo Diário Carioca, conforme Noblat (apud MARTINUZZO, 2013).

Voltando ao assunto da impessoalidade e da objetividade da burocracia, a racionalização mostra sua pervasividade no momento em que a sociedade moderna tende a querer regular as relações interpessoais nos termos de um conjunto de critérios impessoais e objetivos. A subjetividade de tais relações é pré-processada pela imposição de normas jurídicas, que dizem como se deve agir perante determinada situação. Beniger (1989), assim, lembra Saint-Simon, que mesmo tendo vivido apenas os primeiros estágios da industrialização, observou tal racionalização como um movimento que vai “do governo dos homens à administração das coisas”.

Com o grande desenvolvimento dessas amplas tecnologias, a racionalização e burocratização, na metade e final do século XIX, tivemos uma sucessão de novas tecnologias de processamento

de informação e comunicação. São inovações que, em seu conjunto, possibilitaram conter a crise de controle da sociedade industrial em todas as áreas da atividade econômica: produção, distribuição e consumo de bens e serviços (BENIGER, 1989). Grande parte das mesmas inovações que ajudaram a reorganizar o poder econômico, ajudaram a reorganizar o poder político, ficando claro, mais uma vez, a mútua constituição de controle (política) e sobrevivência (economia). É claro que por trás de tais inovações temos os elementos centrais aos sistemas vivos que já citamos: processamento de informação, comunicação mútua e controle. E, junto a tais características centrais, temos ainda o humano e seu ávido interesse por um poder diferenciado, pela distinção de seu sistema territorial. A questão é que esse interesse, muitas vezes, ultrapassa o âmbito do *dever-ser*, seja moral ou jurídico, de uma determinada sociedade, possibilitando sua crítica. Assim, os elementos políticos e econômicos de uma sociedade não possuem apenas conteúdos “puros” de controle e sobrevivência, mas também de interesses de poder político e poder econômico que ultrapassam o *dever-ser*. Em outras palavras, quem controla e sobrevive não necessariamente deveria fazê-lo da maneira que faz.

As metáforas propostas por Mosco para economia e política na forma de sobrevivência e controle devem incluir, com risco de pôr a perder a análise complexa – o que diz respeito ao que quer a própria economia política – de referidos sistemas, a crítica a essas maneiras de controlar e sobreviver. Controle e sobrevivência devem possuir conceitualmente, ao mesmo tempo, uma extensão de significado que abranja teses e antíteses, pois ao mesmo momento em que afirmamos que existe controle (organização interna do poder social) e que existe sobrevivência (reprodução social), também nos perguntamos quem controla e quem sobrevive. Ao humanizarmos a constituição mútua de sobrevivência e controle, é evidente que há incluídos e excluídos desse processo, relação que nasce no próprio interesse de distinção. Assim funcionam os sistemas, por diferenciação com o seu meio, como vimos em Luhmann. E esses sistemas, claramente, podem ser fundados na imoralidade ou ilegalidade. A análise sistêmica de controle e sobrevivência não é, entretanto, uma análise puramente da ação dos inclusos, mas, logicamente, dos que conseqüentemente são excluídos. Pois não há inclusão no ego sem exclusão. A contestação de que o trabalho como o de Beniger é um trabalho “apolítico”²⁸ tem

²⁸ Assim Andrew L. Shapiro se refere ao trabalho de Beniger em livro de título homônimo, *The control revolution: how the Internet is putting individuals in charge and changing the world we know* (1999, p. 236, *os primeiros grifos são nossos*): “O foco de Beniger foi novel e a explicação de detalhes históricos em seu livro foi impressionante. Mas sua análise foi bastante apolítica. Ele discutiu os mecanismos de controle com pouca ou nenhuma atenção a quem decidia como eles eram usados. As tecnologias de transporte e comunicação estavam nas mãos de governos, corporações ou indivíduos? Eles foram empregados de maneiras democráticas ou autoritárias? Mesmo deixando de lado o diferente contexto de seu estudo, entretanto, a revolução do controle de

sua parcela de verdade, pois não parece se preocupar com o dever-ser nas transformações tecnológicas e econômicas que levaram à Revolução do Controle; não inclui a “crítica” a esses processos (necessitaríamos de uma reflexão sobre a ideia de crítica a partir de um pensamento complexo). De modo inverso, podemos dizer que seu trabalho atentou para pontos que a crítica como muitas vezes é feita jamais conseguiria ver. Nossa escolha pela obra “apolítica” de Beniger, como se referiu Andrew Shapiro, não tem a ver com a construção de uma economia política apolítica, o que seria um absurdo. Tem a ver com a construção de um pensamento complexo, que só nasce da observação de observações, que é o que faz Beniger com muita lucidez a partir de uma reflexão sobre a era da informação. Sua síntese não é possível sem observação desse ponto cego que necessita de iluminação – a informação. O próprio livro de Beniger (1986) é indicado na obra de Mosco (2009), como dissemos, como um trabalho aproximado à sua definição de economia política. A escolha de Beniger, inobstante, e não da visão assumidamente otimista de “revolução de controle” de Shapiro, é um ponto de partida que consideramos mais seguro, pois visivelmente preocupado com uma história material do controle, em sua complexidade, servindo-nos muito mais como baliza para o desenvolvimento da definição de Mosco do que visões que se comprometem, em primeiro (e, talvez, em único lugar), com um posicionamento político. A ciência do complexo não é uma escolha de qual lado estar – do otimismo ou do pessimismo –, mas de um compromisso com uma ciência adequada ao objeto, em primeiro lugar. O trabalho de Beniger não deixa de ser uma genealogia histórica das transformações sociais em termos de controle, aspecto esse deixado de lado por muitos historiadores. Qual o resultado político, ao contrário do que pensa Shapiro, seria possível por meio da interpretação de um trabalho complexo como o de Beniger? Assim, uma crítica construída sobre a base de uma história *a priori*, que massacra aspectos tão importantes, como é o do controle à existência da organização, poderia ser uma crítica legitimamente *crítica*, já que ela desconsidera aspectos teóricos centrais que só poderiam ser descobertos por uma crítica da própria crítica? O materialismo histórico que desconsidera a existência de informação deve, portanto, ser alvo de críticas. Daí o trabalho da autorreflexão ter sua utilidade, pois ele sempre põe em transformação a teoria, que passa cada vez mais a ter consciência de si e a servir de maneira profícua à *práxis* social. É claro que essa extensão de significado ao controle e à sobrevivência, pondo em circuito recursivo ser e dever-ser, é uma tarefa que parece beirar o impossível. Entretanto, esse é o horizonte do pensamento complexo, lidar com a realidade em sua complexidade, ou seja, com sua complementaridades, concorrências e antagonismos. A

Beniger é bastante distinta daquela que eu estou discutindo aqui, a qual é especificamente uma mudança em *quem* controla a informação, experiência e recursos, não apenas *como* esses aspectos da vida são controlados.”

parte III deste trabalho tratará de um exemplo concreto das ações de uma organização de comunicação em busca de controle e sobrevivência, sendo ela ao mesmo tempo produto e produtora dessa economia política; uma indústria cultural, para usar termo de Adorno e Horkheimer, que será tratada mais como uma indústria do controle. Nisso, há muito que se *descrever* e muito que se *prescrever*.

Continuamos a análise de Beniger sobre as transformações em três âmbitos da economia – produção, distribuição e consumo –, causadas pelo advento de tecnologias diversas de controle, com destaque para Herman Hollerith, que estendeu os cartões perfurados de Jacquard por volta de 1890 para a tabulação de dados de recenseamento da população dos Estados Unidos, berço das técnicas de controle. Essa era “uma tecnologia de processamento de informação que sobrevive até os dias de hoje devido em grande parte à corporação que o invento de Hollerith deu vida, a *International Business Machines (IBM)*” (BENIGER, 1986, p. 17). Uma lista imensa de inventos é considerada por Beniger como sendo responsável pelas mudanças que trouxeram a revolução do controle na economia, inclusive a *administração científica* de Frederick Winslow Taylor (1911), a moderna linha de montagem de Henry Ford (depois de 1913) e o controle de qualidade estatístico (anos 1920), entre outros. Dentro disso, também podemos citar o aperfeiçoamento das técnicas do direito, em especial do direito econômico e contratual. Essas tecnologias que influenciavam diretamente a produção de massa, consequentemente influenciavam toda a cadeia econômica, necessitando de inovações no âmbito da distribuição e do consumo. Na distribuição, nota-se crescentes infraestruturas de transporte, incluindo redes ferroviárias, linhas de navio a vapor, sistemas de tração urbanos, “dependentes de controle em uma correspondente infraestrutura de processamento de informação e telecomunicações” (telégrafo, por exemplo) (1986, p. 17). A coevolução de telégrafo e redes ferroviárias, segundo Beniger (p. 17), levaram “ao desenvolvimento de outra infraestrutura de controle de distribuição em massa e consumo: os sistemas postais (correios)”. Em torno da produção em massa surgiram meios de controle para a demanda e o consumo. Tais tecnologias iam daquelas que necessitavam comunicar informações sobre bens e serviços para estimular o consumo (propaganda, rádio, televisão) até aquelas que, de modo inverso, proporcionavam a coleta e armazenamento de informação sobre as preferências e os comportamentos do público consumidor, verdadeiras ferramentas de *feedback* que traziam de volta ao controlador aquilo que necessitava para controlar um consumo que a industrialização fez expandir do âmbito local ao nacional e global, como por exemplo, as pesquisas de mercado (*marketing*). Fica claro, assim, que os meios de massa, por si só, não são suficientes para efetivar

o controle, sendo necessário um monitoramento constante dos hábitos do consumidor. Apesar da ênfase dessas tecnologias de controle se mostrarem no mercado, pelo estudo de Beniger, ele mesmo diz que uma força paralela do estado foi necessária para controlar todos esses controles: “enquanto a burocracia corporativa começou a controlar cada vez mais mercados maiores na virada deste século (Beniger escrevia em 1986), seu poder passava a ser de modo crescente verificado pelo crescimento paralelo da burocracia estatal” (p. 20).

Lembrando Weaver, que citamos no início da primeira parte (Capítulo 1), ambas burocracias se utilizaram do que Daniel Bell, em *O advento da sociedade pós-industrial*, chamou de “tecnologia intelectual”, aquela capaz de lidar com problemas de “complexidade organizada”, isto é, “a administração de sistemas de larga escala, com grande número de variáveis interagindo, mas que necessitam ser coordenadas para atingir determinadas finalidades” (apud BENIGER, p. 21). Assim, uma tecnologia intelectual é aquela que se utiliza de algoritmos (regras de resolução de problemas) internalizados em programas de computar, por exemplo, de modo a lidar estatística e logicamente com tais problemas de “complexidade organizada”.

O aumento do uso de tecnologias de controle pelas burocracias do mercado e do governo fez, como consequência, estender tais tecnologias na forma de serviços de dados e, inclusive, na forma dos computadores pessoais, que invadiram a casa de cada consumidor (BENIGER, 1986) perpetrando mais uma ferramenta, logo após seu casamento com a Internet, bem mais tarde, de controle e monitoramento dos rastros dos consumidores. O resultado da revolução do controle não poderia ser outro senão aquele que hoje nomeamos com as mais diversas expressões; mas Beniger fica, tanto para complementá-la quanto para criticá-la, com o de “Sociedade de Informação”, iniciada nos Estados Unidos, mostrando ser apenas um *produto* de tal revolução, e não um ponto de partida.

A infraestrutura de controle que talvez mais nos preocupe em um trabalho centrado na economia política da comunicação, como resultado dessa revolução, é aquela onde convergem todas principais tecnologias de informação: mídia de massa, telecomunicações e computação (BENIGER, 1986). Difícil de ser delineada, por sua complexidade, tal infraestrutura, que se situa em um nível macro, pode ser alcançada apontando quais estruturas e pessoas estão envolvidas, na forma de empresas, por exemplo, nesse empreendimento. Manuel Castells e Amelia Arsenault fizeram um estudo desse tipo (2008), que está também presente em seu livro *Communication Power* (2009). Essas estruturas são tão cambiantes, por conta da linguagem digital que as codifica, e por conta das facilidades dadas pelos estados à tendência do mercado livre, além do aparato jurídico, que o estudo de Castells deve ser considerado apenas uma

fotografia estática da condição parcial desse conjunto ao tempo da pesquisa. Comentamos aqui o estudo feito por Castells, pois ele põe à mostra parte da materialidade dessa infraestrutura de controle e, para nossa pesquisa, em específico, ela é uma figura interessante de reflexão a partir do momento em que começamos a imaginar qual o papel de nosso objeto na construção dessa infraestrutura convergente de poder. É muito difícil subtrairmos dessa infraestrutura total de orgia entre grandes empresas o mapa de atuação de nosso objeto, pois as Organizações Globo Participações (OGP) S.A., como consta de sua razão social, identificada sob CNPJ nº 03.953.638/0001-35, que é a *holding* que controla todas os ramos de negócios da família Marinho, trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado e, portanto, suas ações são inteiramente divididas entre os três filhos de Roberto Marinho e não negociadas no mercado de capitais. Caso contrário, poderíamos coletar informações disponíveis na rede sobre essa infraestrutura. Mas a rede nem sempre colabora sem que aqueles que concentram o poder disponham e tornem possível a disposição nela de informações sobre si. Mesmo se o fizessem, acreditamos, como vemos em Mulgan (1991), que as comunicações informais e obrigações informais obtidas entre as empresas que a compõem dificultam a apuração da coleta de dados. Trata-se de informações estratégicas que, como na guerra, caso fornecidas, podem trazer vantagens ao “inimigo” oligopolista.

A Sociedade da Informação, onde tudo converge e o poder se concentra, será tratada por nós aqui, pelos motivos já expostos e pelos motivos que serão explicitados, primeiramente como Sociedade de Controle, uma sociedade genuinamente de processamento, racionalizante, ao final desta parte. Antes, devemos, a partir dessas explanações iniciais, começar a desenvolver a relação de controle e sobrevivência diretamente a partir da definição de Mosco, mas já com os conhecimentos obtidos em Beniger.

Para o estudo da economia política da comunicação, Vincent Mosco (1996; 2009) elaborou duas definições que capturam a grande variedade de abordagens para a economia política: uma no sentido estrito e outra no sentido lato. A primeira não nos interessa separadamente neste estudo, apenas nos sentidos em que ela contribui para, em contrapartida, ajudar a definição de controle e sobrevivência em vida social. Nessa definição, a economia política é considerada como “o estudo das relações sociais, particularmente as relações de poder, que mutuamente

constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo recursos de comunicação” (2009, p. 2). Essa definição, segundo o autor, direciona a economia política para o entendimento da operação do poder, “um conceito que considera como pessoas conseguem o que querem mesmo quando outros não querem que elas o consigam” (2009, p. 2). A definição estrita está ligada, em primeiro lugar, como a própria definição nos sugere, ao estudo das relações sociais, e, por isso, não parece levar-nos, prioritariamente, em busca de processos gerais que conformam e são conformados por tais relações sociais. Parece mesmo estar preocupada em entender operações específicas do poder ligadas à produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os comunicacionais. Bom, isso já é muito. Mas como Mosco escreve, é uma definição com um valor mais *prático*, que não guarda a ambição da definição ampla em querer descobrir processos gerais de controle e sobrevivência, e como economia e política se constituem mutuamente, estando indissociáveis no tecido da realidade. Mas por que querer descobrir processos mais gerais, que parecem, à primeira vista, fugir ao alcance da análise de relações sociais? Da realidade dessas práticas, em verdade, esses processos não fogem. Eles estão presentes na prática das relações sociais, mas são difíceis de serem percebidos e organizados teoricamente se não forem abstraídos delas e sistematizados. E qual a utilidade de abstrairmos dessas diversas relações sociais um grande sistema unitário de controle e sobrevivência? Em primeiro lugar, o próprio Mosco nos mostra tal utilidade: “o ponto forte dessa definição é que ela proporciona à economia política a amplitude para circunscrever ao menos toda a atividade humana e, sem dúvidas, todos os processos atinentes à vida” (p. 3). Em segundo lugar, estamos com Edgar Morin em sua luta pela criação de um paradigma da complexidade, que une em circuito recursivo a possibilidade das áreas mais diversas da ciência conversarem – a física, a biologia e a antropossociologia –, pondo em prática o sonho de Marx de que um dia ciências humanas e naturais seriam uma só. Não apenas isso, o paradigma da complexidade de Morin nos alerta para a possibilidade dialógica de saberes complementares, concorrentes e antagônicos existir. Para tanto, as ciências devem buscar a relação de suas ordens com as próprias desordens que excluem de seus planos objetivos, corroborando para a construção de uma realidade aliada a um método que se realimenta daquilo que ele mesmo exclui, dissocia. Assim, todo e partes estão em relação recursiva, um não existe sem o outro. Mas um não se limita ao outro necessariamente (o todo pode ser mais que a soma das partes, assim como pode ser menos que a soma de suas partes, dando a entender que do todo, respectivamente, nascem o emergente, tanto como o reprimido) nem o todo se confunde com tudo: “o todo não é tudo” (MORIN, 2013, p. 160). Em terceiro lugar, partilhamos com Comparato e Salomão Filho (2014) a visão sobre a marcha da aceitação do poder econômico,

através de visões indulgentes e incapazes de conceber, ao contrário de filósofos unitários como Kant e Hegel, o mundo como unidade global, ou seja, sem distinção entre *ser* e *dever-ser*, entre ética e realidade, entre ordem e desordem. Ao menos na filosofia, destaca Comparato e Salomão Filho, “ética e realidade não se devem separar”, sendo “exatamente essa característica que faz a grandeza de sistemas globais como os de Kant e Hegel”; mas, ao inverso, é essa mesma característica que “é criticada por utilitaristas e pragmáticos, por um lado, e por filósofos do poder, de outro” (COMPARATO e SALOMÃO FILHO, 2014, p. 4). Partilhamos com esses autores que “a prevalência desses críticos e de suas ideias conduzirá à decadência do movimento filosófico contemporâneo” (COMPARATO e SALOMÃO FILHO, 2014, p. 4). Pior, segundo os autores há teorias éticas que colocam o indivíduo e o poder de sua vontade ao centro da reflexão sobre o dever-ser: “é o que ocorre com Nietzsche, para quem os princípios éticos são aqueles derivados para o comportamento de seu super-homem” (p. 4). Para Comparato e Salomão Filho, “essa ética individualista, que glorifica o indivíduo e sua vontade, é apenas mais um passo (eticamente bastante extremo) no sentido de individualismo metodológico”, preparando-se o terreno, portanto, para o pragmatismo do poder econômico, não obstante, sobretudo, para o poder político totalitário (2014, p. 5). “O estudo dos porquês últimos e a perspectiva de análise crítica da realidade, para a qual a conjugação entre causa última e causa final ou entre ser e valor são fundamentais, retrocede cada vez mais para um segundo plano” (COMPARATO e SALOMÃO FILHO, 2014, p. 5). A combinação do *descritivo* e do *prescritivo* é, portanto, essencial para retomarmos um pensamento unitário da vida que, aliás, desde sempre esteve presente no seio da economia política (MOSCO, 2009), daí a importância da economia política aliada aos estudos da comunicação social, estes que evidenciam o fator essencial – a comunicação –, junto ao elemento controle, da realização de uma economia política.

Essa definição ampla – de economia política como controle e sobrevivência na vida social – foi sugerida a Mosco por Dallas Smythe, uma das figuras fundadoras, junto a Herbert Schiller e outros, da economia política da comunicação, em uma entrevista para a primeira edição do livro de Mosco, *The political economy of communication* (1996). Desde esse momento, Mosco (2009) nos escreve que essa definição tem sido desenvolvida por outros economistas políticos que estão preocupados pelo modo como os humanos estão relacionados ao nosso cada vez mais ameaçado meio ambiente. Mosco nos dá o exemplo de John Bellamy Foster, professor de Sociologia na Universidade do Oregon, em seu livro *Ecology against Capitalism* (2002). Mosco também relaciona a definição a “visões similares” que estão sendo desenvolvidas

principalmente com o rápido desenvolvimento do campo dos estudos em ciência e tecnologia (STS), exemplificando com os casos de Donna Haraway (que lançou *Simians, Cyborgs, and Women: the reinvention of nature*, em 1991) e de Bruno Latour (que lançou *Reassembling the social*, em 2005). Aqui, não nos utilizamos desses autores, mas, sobretudo, da obra *La Méthode*, de Edgar Morin, e dos ensinamentos de Niklas Luhmann para propor um desenvolvimento teórico que parta diretamente da definição de Vincent Mosco. Este autor, por outro lado, já nos mostra o que considera uma desvantagem de sua definição ampla de economia política: “ela pode levar alguém a negligenciar o que distingue a economia política humana, principalmente nossa consciência ou percepção, de processos gerais de controle e sobrevivência na natureza” (2009, p. 3). Ao contrário, a desvantagem deixa de existir se o modelo teórico se preocupar em relacionar tais processos gerais de forma dialética aos processos materiais presentes nas territorialidades humanas. E isso é possível com ajuda do pensamento da complexidade. O *computo ergo sum* de Morin é uma prova disso, pois associa o processo de pensamento à ideia de computar, fazendo a materialidade do indivíduo que pensa ser indissociável daquilo que está em seu entorno. Um produz o outro, mundo complexo e indivíduo com pensamento conscientemente complexo. Esses processos gerais de controle estão enraizados na própria materialidade física das coisas e biológica do ser humano. A consciência, como veremos em Luhmann, é um sistema que não se confunde com a comunicação, mas dela se alimenta continuamente. Essa visão de segunda ordem é o que permite colocar a comunicação como ponto cego entre a materialidade da vida e a consciência humana. Sem esse conhecimento não se produz uma ciência complexa.

A definição em sentido lato, que Mosco chama de “uma definição mais geral e ambiciosa de economia política” (2009, p. 3), trata esta disciplina como “o estudo do controle e sobrevivência na vida social” (p. 3) como já vimos. Junto a essa definição, o autor já delimita o que seria o controle e a sobrevivência. São, primeiramente, metáforas para os processos políticos e os econômicos (MOSCO, 2015) que, juntos, conformam a disciplina e que nos permitem um alcance de sentido mais abrangente que na definição estrita. O controle significa especificamente “como uma sociedade se organiza, conduz seus problemas e se adapta ou não às inevitáveis mudanças que todas as sociedades enfrentam”. O controle, portanto, “é um processo *político* porque molda as relações dentro de uma comunidade”. Sobrevivência, por sua vez, significa “como as pessoas produzem o que elas necessitam para se reproduzir e manter o andamento da sociedade”. Assim, sobrevivência “é principalmente um processo econômico porque envolve o processo de produção e reprodução” (p. 3). A constituição mútua de controle

e sobrevivência é a tarefa mais interessante a se observar, isto é, como poder social e reprodução social se imbricam.

Outro modo, segundo Mosco (p. 3), de descrever a economia política é ampliar seu significado para além das definições, realçando características centrais que a caracterizam. Para isso, a economia política tem como pressupostos básicos: 1) Entender a *mudança social* e a *transformação histórica*; 2) Examinar o *todo social* ou a totalidade das relações sociais que conformam as áreas econômicas, políticas, sociais e culturais da vida. Segundo Mosco, “a economia política sempre acreditou existir o todo de uma sociedade e que nós deveríamos tentar entendê-lo” (p. 4). Mosco ainda vai mais longe ao dizer que fazer uso do todo social não requer essencialismos ou reducionismos. “Na verdade, como Marx, e intérpretes do século XX como Gramsci e Lukács nos lembram, o pensamento dialético nos leva a reconhecer que a realidade é compreendida de partes e do todo, organizados na totalidade concreta de integração e contradição que constitui a vida social” (2009, p. 31). Isso requer, é claro, como vimos, a abertura a uma totalidade contingente, considerando os novos desenvolvimentos da teoria dos sistemas abertos; 3) Ter o compromisso com a filosofia moral, isto é, procurar entender o *dever-ser* na forma de valores, princípios e normas morais e legais capazes de constituir e também mudar o comportamento social; 4) Executar o pensar e o fazer em unidade, o que constitui a ideia de *práxis social*. Essas quatro características, portanto, colaboram para o entendimento da relação controle-sobrevivência na vida social para além da própria definição, pois destaca elementos que são pressupostos centrais da própria economia política. Assim, ao tempo em que descrevemos a relação da distribuição de poder em uma organização social e de sua reprodução, não devemos nos esquecer de que tal definição está atrelada à compreensão de mudanças sociais, que se relacionam com um todo social, que processa mutuamente *ser* e *dever-ser* e que, por isso, dá azo a uma *práxis social*. É importante que essas quatro características primordiais fundamentem epistemologicamente o desenvolvimento da definição ampla, para que não partamos, nesse desenvolvimento, de quaisquer critérios que não reflitam as características básicas dessa ciência, o que caracterizaria uma possível infidelidade ou rompimento com sua produção.

Na conclusão de *Political economy of communication*, Vincent Mosco também nos deixa claro algumas tendências para as quais a economia política da comunicação pode ajudar a construir. Vemos no conceito de controle e sobrevivência um ótimo ponto de partida para ajudar nessas tarefas, que são: 1) construir pontes com ajuda dos estudos da ciência e tecnologia; 2) um projeto maior, que ajudaria a unir o amplo programa das ciências sociais e humanidades, das

quais a economia política, os estudos culturais e estudos de política são parte e o programa de ciências, principalmente a física, a química e a biologia, que se arroga quase completa autoridade na vida intelectual de hoje. Obstruir essa separação, segundo Mosco, é um desafio enorme, porém vital (2009). Ora, tanto a primeira ponte, quanto a segunda, a economia política da comunicação pode ajudar a construir a partir da definição da qual partimos aqui neste estudo, utilizando, como complementação de sentido a perspectiva da complexidade de Edgar Morin, que nada mais requer, dentre outros desafios, a religação de saberes hoje afastados na Academia, sobretudo criando uma relação circular virtuosa, como diz, e não viciosa, entre física, biologia e antropsociologia (p. 31-31, 2013). A questão que se coloca é que o estudo do todo social que busca a economia política pode ser alcançado pela definição de controle e sobrevivência na vida social e, a essas poderosas metáforas, encaixamos tanto o programa das ciências sociais e humanidades, quanto o programa da física e da biologia, onde se desenvolveram as perspectivas do organismo humano como todo que trabalha sistematicamente através de circulações, das quais fazem parte a informação e, conseqüentemente, a comunicação. Esse todo orgânico trabalha para um fim que, em primeiro lugar, é o da sobrevivência. Para tanto, utiliza as atividades de comunicação como forma vital de controle de suas atividades, daí o desenvolvimento das ferramentas de *feedback*, de forma a poder conectar o passado desse organismo com a prospecção de ações futuras. Assim, quaisquer sistemas vivos são capazes de adiar sua morte. Porém, não mais como a perspectiva organísmica antiga, essa perspectiva que propomos é a da possibilidade de se criar uma economia política ambiciosa o bastante para cumprir com a tarefa que Mosco nos propõe.

A economia política da comunicação atinge um estágio ambicioso, como Mosco nos coloca, se seguirmos essa tendência. A ideia não é, portanto, a de retomar perspectivas antigas, mas de retornar a elas, por um estudo crítico da epistemologia e da história das ciências, e delas avançar nesse projeto de construção de uma economia política coerente com a complexidade inerente ao conhecimento da vida desde sempre, e também desvelar truísmos que a humanidade moderna inocentemente codificou por detrás de conceitos meteóricos e também por conta de sua perplexidade ante a novidade do aparato tecnológico que rapidamente construiu. Assim, é importante não só reestabelecer o conhecimento que lentamente foi se acumulando, mas de expô-los criticamente na forma de uma economia política que dê conta da complexidade cada vez mais mistificada pela ignorância e pela influência do pragmatismo decorrente da marcha de aceitação do poder econômico. Para uma história da economia política, podemos sempre partir de dois pontos comumente utilizados, conforme Mosco (2009): 1) Período da Grécia

clássica, o que permite um ponto de partida pela análise etimológica do termo; 2) Período dos filósofos escoceses da moral iluminista do século XVIII, culminando em Adam Smith. Não é difícil perceber que em sua raiz grega, a economia política que hoje discutimos na forma de ciência referia-se àquilo que nos evidencia a etimologia da palavra economia, uma junção de *oikos* (casa, ambiente, meio) e *nomos* (lei, organização, controle), isto é, a lei ou organização da casa, que na contemporaneidade nos soa muito mais como o controle do meio, por conta da *Revolução do Controle*, conforme James Beniger. Pela *Revolução do Controle*, podemos inclusive ver que nossa barbárie do pensamento se encontra no fato de só agora alguns pararem para pensar na complexidade de nossa sociedade, uma evolução que nos remonta à organização política de toda uma economia, que deixa de ser familiar para ser controlada por um estado. Política originou-se, por sua vez, do termo grego *polos*, para cidade-estado, “a unidade fundamental da organização política no período clássico” (MOSCO, 2009, p. 23). Economia política se origina, portanto, na organização da casa familiar e da casa propriamente política. A etimologia nos atenta que o termo “economia política” nada mais é que o estudo de uma economia adjetivada por características políticas, isto é, a organização de um meio politizado. Aristóteles é certo, ao início de seu opúsculo “Econômicos” ao nos dar uma síntese do que discutimos como economia política, a partir de uma diferença básica: “a arte de administrar uma casa e a de administrar uma *pólis* diferem entre si não apenas na medida em que a casa e a *pólis* também diferem (uma vez que aquela é o fundamento desta), mas ainda no fato de a administração da *pólis* envolver muitos governantes e de a administração doméstica depender somente de um” (p. 5, 2011). Unindo à análise da etimologia do termo, podemos encontrar como pilar do Iluminismo, no qual se baseava a economia política clássica, o que tanto aqui criticamos como contraponto de um paradigma da complexidade: a visão de racionalidade de Descartes (MOSCO, 2009, p. 38). Descartes é assim fundamento, como observamos em Morin, de toda uma ciência que dissocia *res extensa* e *ego cogitans*, que busca esforços de uma objetividade como que separada da interferência do sujeito pensante. É óbvio que a economia política clássica, derivada desse paradigma cartesiano, não poderia ser outra em suas primeiras figuras, com destaque para Adam Smith. As preocupações dessa economia política giram muito mais em torno de um equilíbrio social por meio de um mercado de livre conduta, o qual, pela concorrência acirrada de seus constituintes, trataria naturalmente de se autorregular. A influência cartesiana na economia política continuou com as tentativas de fundamento da economia enquanto ciência, principalmente na obra *Principles of Economics* (1890) de Alfred Marshall. Assim a economia normativa preocupar-se-ia apenas com questões de ordem puramente econômica, descrevendo forças em equilíbrio. “Em resumo”, escreve Mosco (2009,

p. 48), “a legitimidade matemática e científica veio com um preço substancial: deixou de lado a economia política e a integração de história, todo social, filosofia moral e práxis dentro de um significado de pesquisa e vida intelectual”. Ao contrário da visão dialética e crítica de Marx da economia política clássica, essa visão estática tendeu a afastar a história para tratar das mudanças sociais e a tornar, cada vez mais, a economia uma ciência matemática, que buscasse uma objetividade científica, acima de quaisquer outras características (MOSCO, 2009). Um retorno da economia política, no âmbito marxiano e marxista, pode ser interpretado como uma tentativa de retorno do caos ao seio da ordem objetivista das ciências. Como vimos, a segunda lei da termodinâmica e o conceito de entropia abalou o mundo newtoniano da física que, quase sempre, tentava não tornar o caos uma questão a ser tratada. Como vimos em Morin, uma ciência complexa não deve se por entre uma alternativa de ordem ou caos, mas do circuito recursivo de ambos. O conceito de *order from chaos*, que surgiu a partir de ciências físicas modernas, nada mais representa a relação que faltava a ambos, isto é, entender que o caos é também criador de ordem e este, conseqüentemente, produz aquela. Essa relação, pensamos nós, está tentando surgir no retorno constante ao interesse pela economia política crítica que, por uma definição ampla como a de Mosco, de controle e sobrevivência em vida social, nada mais é apreendido que economia e política se constituem mutuamente em uma ordem que se alimenta de desordem, já que não existe controle político de uma organização social sem realimentações (*feedback*) que implicam tanto ordem quanto desordem. Como conseqüência, não há de se falar em sobrevivência ou reprodução social sem que a relação recursiva de ordem e desordem seja posta *sob controle*. Assim, vemos nessa definição nada mais que a realização teórica do paradigma de complexidade de Edgar Morin.

Sobrevivência e controle retomam o conceito de história e trabalho de Marx, no sentido de que não há reprodução social sem a organização do poder social; e essa organização implica uma organização do trabalho social para que possa ser controlada. A história, para Marx, “significava, acima de tudo, como as pessoas produzem a si próprias por meio do trabalho” (MOSCO, 2009, p. 42). Nossa visão de trabalho está aqui inclusa na visão de processamento de energia e matéria para constituição de uma organização social. Neste sentido, não se diferencia substancialmente da de Marx, entendendo que a sobrevivência na vida social se dá principalmente na economia social como um processador de matéria, energia e conseqüentemente informação, o que possibilita a produção e a reprodução social, construindo um curso histórico sob o qual, vale sempre lembrar, não tem uma finalidade em si, mas no qual os homens podem interferir e prever circunstâncias futuras a partir do controle e da

comunicação que circula em sociedade. Assim, lembrando célebre passagem de Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”, e, portanto, o passado torna-se um problema constante para aqueles que desejam sobreviver, e isso inclui previsão sobre a insegurança que aguarda o futuro: “a tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (MARX, 2011, p. 25).

A vantagem que o conceito amplo de economia política que Mosco nos proporciona é a de poder atrelar a história à sistemática das mudanças sociais sem, contudo, entendermos por essa “sistemática” a apreensão de um sistema fechado, que não concebe o caos. Muito pelo contrário, nossa primeira parte já nos dá condições de dizer que um sistema processa tanto ordem quanto caos, e é disso que a economia política precisa para entender que, apesar das resistências, o controle permanece. Isto é, apesar do caos, a vida segue ordenada. Entender isso não é o mesmo que entender que se trata *ou* de ordem *ou* de caos. Absolutamente não. O circuito recursivo entre ordem e desordem nos propõe a análise dinâmica e, logo, acrescentar algo à análise estática, de que o que produz a vida é um conjunto dos dois e, jamais, um pode prescindir do outro. A ordem não se faz sem conhecer o que exclui, assim como o Eu só existe na medida em que se aproveita daquilo que exclui no outro. Não há como ser puramente, sem se aproveitar das realimentações daquilo que conhecemos no decurso da vida. É, assim, da mesma maneira, que a vida não é puramente devir, pois se não há uma ordem que prescreva o necessário para um sistema ter capacidade de predição, ele não sobrevive. Assim fica evidente a relação entre controle e sobrevivência na vida social, a definição de Mosco para economia política. Enfatizando, Mosco, fora do panorama que estabelece em *Political economy of communication* (2009), volta a definir economia política nesses termos: o “controle se refere especificamente à organização interna de membros individuais ou grupais, enquanto a sobrevivência dedica-se aos meios pelos quais eles produzem o que é necessário para se reproduzir” (p. 25). Por essa definição de Mosco, podemos dizer que os fins dessa sistemática são tanto econômicos ou políticos, já que sobreviver e controlar podem ser fins em si. Entretanto, o interessante é notar a mútua constituição de economia e política, isto é, do controle e da sobrevivência, formando uma sistemática una. Mosco continua a especificar os processos de controle e os de sobrevivência, sendo que aqueles “são amplamente políticos já que envolvem a organização social de relações dentro de uma comunidade”. Estes, por sua vez, “são fundamentalmente econômicos, pois eles dizem respeito à produção do que uma sociedade necessita para se

reproduzir” (p. 25). E volta a dizer, o autor: “a força dessa definição é que ela dá à economia política a amplitude para circunscrever ao menos toda a atividade humana e, indiscutivelmente, todos processos orgânicos”. A expressão “processos orgânicos” nos interessa aqui, pois nos leva à interessante obra de James Beniger, quem Vincent Mosco identifica como um possível exemplo dessa visão de um todo orgânico que controla e sobrevive. Dizemos “possível” exemplo, pois o próprio Mosco nos diz que “não existem muitos exemplos explícitos dessa visão na pesquisa em informação e comunicação” (2009, p. 25). Cita também o exemplo de Dallas Smythe, que, como vimos, sugeriu essa definição a ele. Conforme Mosco, “considerando a complexidade e a resposta social de controle e sobrevivência, Smythe (1991) baseou-se em teorias de sistemas complexos ou teoria do caos para entender a relação dialética de comunicação e informação em sistemas vivos” (2009, p. 25). A referência de Smythe de 1991 trata-se de uma “carta ao autor” (a Mosco), que data do dia 4 de Dezembro. Outro exemplo é o de Shelton Gunaratne, nascido no Sri Lanka e agora cidadão americano, professor emérito de comunicação na Universidade do Estado de Minnesota, que também se utilizou da teoria do caos para desenvolver seus trabalhos sobre sistemas globais de comunicação e poder (p. 25).

Com essa definição ampla, entendemos ser importante aos estudos em comunicação sua observação. Em primeiro lugar, a pouca importância dada à história pelos estudos de comunicação é patente: “os estudos de comunicação sofrem profundamente da visão que a história acontece quase exclusivamente no Ocidente e se inicia com o advento do telégrafo” (MOSCO, 2009, p. 25). Em segundo lugar, acreditamos, juntamente com Mosco, que, não obstante as limitações que podem decorrer da visão ampla de economia política, a ampla leitura dessa disciplina “nos lembra que qualquer que seja nosso ponto de entrada ou foco de análise específico, ele está inextricavelmente ligado a uma longa história e a uma vasta totalidade orgânica” (2009, p. 25).

E, novamente, qual a utilidade de um trabalho como o de Beniger? Uma poderosa ilustração de como compor o cenário para um paradigma de complexidade. Beniger revitaliza, mais materialmente que Edgar Morin, a possibilidade de relacionar a economia política com o mundo das ciências nobres e delas extrair não apenas metáforas, mas o entendimento de processos e mudanças sociais. Uma economia política, nesses moldes, serviria não só para por em cena o paradigma da complexidade, mas para tornar de vez a comunicação um processo central da vida e para encerrar de vez as fragmentadas disciplinas das ciências em um pensamento unitário em torno da comunicação. Pois, de modo contrário, qual utilidade teriam disciplinas isoladas dentro de um sistema educacional? A do saber especializado? Se a universidade não controla sua

própria produção de saber, quem o controla? Assim, o nascimento de uma Sociedade de Informação expôs a centralidade do processamento de informação, comunicação e controle a todos os aspectos da sociedade humana e do comportamento social (BENIGER, 1986). São por esses três principais conceitos, assevera Beniger, “que nós cientistas sociais devemos por esperanças em reduzir nosso conhecimento sobre a estrutura e processos sociais que permanece se proliferando, mas ainda se encontra largamente não sistematizado” (p. 436). A falta de uma sistematização do saber, devido, em grande parte, à objetividade científica baseada em Descartes, é hoje mais importante do que nunca para evitar o controle da Universidade por alguém que não ela própria, em primeiro lugar, referindo-nos aqui ao poder de influência do discurso pragmaticista do poder econômico dentro das compartimentadas ciências sociais, sobretudo. A preocupação com o todo passa a ser, assim, não uma preocupação com tudo, pois impossível seria, mas com um saber que guia e que sabe o que o guia. Esse autoconhecimento permitiria a esse tipo de conhecimento a abertura do todo a suas emergências a suas supressões. A ciência consciente de si é proposta melhor ao controle social do que seu atual estágio de fragmentação, mais preocupado com conquistas parcelares.

A relação de controle e comunicação aqui é óbvia, principalmente em autores como Mulgan, com livro de título homônimo ao subtítulo de *Cibernética de Wiener (Communication and control)*, utilizando conceitos importantes como o de realimentação, mas com foco na materialidade atual, como expressa o subtítulo da obra de Mulgan: *Networks and the new economies of communication*. A importância às redes de comunicação é central para o entendimento do controle informacional em economias e em sociedade. Redes são a materialidade por onde percorrem informação e comunicação, dando lugar à territorialidade de um controle político.

Essa materialidade das redes está demonstrada no que Mulgan chama de “economia de controle”: “o conjunto de técnicas, instituições e pessoas preocupadas com coordenação, tomada de decisões e comando” (1991, p. 17). As técnicas de informação e comunicação, as instituições burocráticas e todas as pessoas que influenciam sobremaneira o manejo de técnicas e instituições são elementos culturais que evidenciam, conceitualmente e em pesquisa, a mútua constituição de economia e política. Técnicas, instituições e pessoas constroem a territorialidade da qual participam reprodução e poder social. O mapa do controle produzido por esse conjunto é dificilmente adquirido com absoluta perfeição. Apesar da possibilidade de descrição de tal conjunto por meio da observação, muitas das variáveis do controle não podem ser quantificadas, fazendo Mulgan (1991) acreditar que são exatamente essas variáveis que

determinam a prática do controle, como, por exemplo, a autoridade e a legitimidade, redes informais e relações oralizadas. O controle provido pela força da autoridade e a legitimidade que impõe as redes informais e as decisões tomadas na relação comunicacional oral são todos exemplos do controle do qual o registro só tem acesso as consciências privilegiadas. Assim, decisões estratégicas são tomadas entre quatro paredes, sem necessidade de câmeras ou gravações, entre os donos de determinado negócio para decidir rumos importante do futuro de uma economia. Do mesmo modo, pelo carisma adquirido popularmente a autoridade ganha sua legitimidade sem necessidade de convenções políticas formais. A comunicação oral se esvai e dela se aproveitam estrategicamente grandes líderes, para tomar decisões que fujam ao vigilantismo digital atual. São muitas as possibilidades de se esquivar do registro dos olhos inconvenientes. E, como consequência, as provas factuais para qualquer pesquisa que nesse mundo mergulhe são dificilmente conseguidas. Cabe ao pesquisador a tarefa de debater com o que tem em mãos, aproveitando-se da astúcia de suas ilações. O fato é que, mesmo assim, assuntos como esses não podem deixar de ser debatidos, pois eles tornam sempre viva a questão de *quem* controla ou, uma mais profunda ainda, atribuída há mais de vinte séculos por Juvenal: *Sed quis custodiet et ipsos custodes?* (Como controlar o controlador?) (COMPARATO e SALOMÃO FILHO, 2014).

A tarefa de analisar o controle em um determinado contexto, como o da Sociedade da Informação, vai além de estabelecer os inventos tecnológicos que, de uma forma ou de outra, cuidam da informação e da comunicação nessa sociedade (tarefa feita por Beniger com detalhamento impressionante), mas de discutir o controle que ultrapassa o da tecnologia, pois esse também determina a materialidade de uma territorialidade. Assim, códigos de cavalheiros (baseados na confiança), contratos informais, retaliações econômicas, recurso a uma legitimidade e autoridade costumeiramente adquiridas, são possibilidades de um controle privativo daqueles que têm posição privilegiada em determinado jogo econômico.

2. ECONOMIA POLÍTICA E COMUNICAÇÃO

Definimos o que se entende por sobrevivência e controle, ou economia e política, no tópico anterior, baseados em influências do ferramental da cibernética, da teoria dos sistemas, teoria da informação, da comunicação e também do paradigma da complexidade de Edgar Morin (2011a; 2013), que aqui nos guia para a construção de um conhecimento amplo o bastante para pôr em circularidade os programas das ciências físicas, biológicas e antropossociológicas. Não apenas isso, o paradigma da complexidade nos faz pensar a economia política não como um dado *a priori*, mas como algo a ser permanentemente aprimorado pelo pesquisador, isto é, criticando suas próprias bases para construir um saber que conheça seus modos de produção. Sobra-nos aqui a tarefa de acrescentar o elemento comunicacional à análise de controle e sobrevivência para, logo mais, entendermos do que se trata uma economia política da comunicação. Mosco (2009) nos deu o exemplo primeiramente de Beniger (1986) e Smythe (1991) para entender como a pesquisa em comunicação se desenvolve a partir dessa noção ampla. De Beniger (1986), e também de sucessores como Mulgan (1991), retiramos a relação entre processamento de informação, comunicação mútua e controle como sendo a natureza do funcionamento de sistemas vivos. De Wiener (1954; 1970), principalmente, destacamos a importância da realimentação para que o controle seja efetivo. De Smythe (1977), retiramos o ponto cego da análise da economia política, especialmente no que diz respeito ao marxismo ocidental: a comunicação. Não fica complicado entendermos como uma economia política, em termos de poder e reprodução sociais, irá encaixar o elemento comunicacional no centro de sua análise: pelo fato de que só há uma organização interna do poder social (controle) e reprodução social (sobrevivência) se, tanto para o controle quanto para a sobrevivência houver o elemento comunicacional em comum. A sociedade, vista como um processador contínuo de matéria e energia, é também a mesma que processa sem parar informação. O entendimento da centralidade da informação, de seu processamento e, de uma forma geral, da comunicação, só pode ser obtido por uma análise que destaque esse elemento na complexidade do ser vivo, para o que a história convencional não se atentou. Muito se pode dizer que não precisamos de uma teoria dos sistemas para entendermos a centralidade da comunicação, já que a Escola de Frankfurt, ao revisar os estudos marxistas, já o teria feito. Cabe-nos provar o que este tipo de teoria de economia política tem a acrescentar à Escola de Frankfurt, principalmente na ideia de ideologia. A palavra “controle” seguindo muito da crítica marxista denotaria um aspecto de dominação e manipulação, um caminho único do controlador para o controlado. Tais ideias não

são substituídas pela de controle, mas o controle visto como a organização interna de uma sociedade foca na *relação* controlador e controlado que, claro, pode levar a um controle daquele sobre este em um sentido forte, ou seja, de dominação. A teoria crítica se baseia muito nesse sentido forte atribuído ao controle, o que pode prejudicar a busca por uma análise da organização desse controle. Uma das materialidades que buscamos para estudar o controle não como dominação no sentido forte, mas como organização intencional de uma dada sociedade, é o estudo de estratégias de empresas midiáticas, como exemplo a do nosso objeto. A grande preocupação dos marxistas é a de sermos levados a uma análise acrítica do controle e de podermos ser atraídos por uma onda conservadora de pensamento. Assim, há quem veja um perigo de uma noção como esta de controle ser “politicamente perigosa” e levar a uma “forma de fetichismo”. Nosso objetivo aqui é de incluir os estudos críticos, e não de omiti-los por meio de nossa definição. A inclusão dos estudos críticos de Frankfurt nesse conceito de controle é possível na medida em que nos comprometemos com uma análise complexa da realidade, e não com escolhas políticas, em primeiro lugar. A Academia, entendemos, é lugar da razão, do debate e do comprometimento com o rigor científico. A negação disso, mesmo com escolhas políticas intencionalmente boas, pode levar a uma perda de independência da Academia em razão do instrumental mercadológico, por exemplo. A análise de Sokal e Bricmont (2010) é uma verdade, na medida em que entendemos os discursos pós-modernos como aqueles que levam o nível de relativismo a um extremo tão absurdo que a “macaquice” científica, as firulas sem sentido e a sensação de que tudo está para ser construído tomam lugar e o controle sobre a produção científica passa a ser dominado por aqueles que se interessam e se aproveitam do caos para criar ordem. E a análise de Morin nos leva a uma preocupação em como descrever a realidade sem cairmos em qualquer fetichismo ou messianismo. Uma tarefa difícil a da complexidade, que inclui honestidade intelectual e rigor, mas que encaramos como, no atual estágio que nos encontramos, acadêmica e politicamente falando, a melhor das melhores intenções.

Temos a tarefa aqui de, como Mosco, em *Political economy of communication*, buscar uma definição para a comunicação, concernindo especialmente a ampla definição de economia política. Atentando à cibernética de um sistema autopoietico, que sobrevive na clausura para diminuir a complexidade do mundo, Luhmann, para construção de uma teoria dos sistemas sociais, partiu da comunicação como operação fundamental para que esse sistema exista. A comunicação de Luhmann “é uma realidade emergente, uma situação *sui generis*” (1992, p. 252). A comunicação, como uma “situação *sui generis*”, não há de ser confundida, portanto,

com o sistema psíquico humano, onde opera a consciência. Sistemas social e psíquico, assim, são coisas, apesar de suas relações na realidade fática, diferentes. Este último está ligado à operação da consciência e aquele primeiro, o social, às operações de comunicação. Há um entendimento corrente de que são indivíduos ou sujeitos que comunicam. Como uma situação, a comunicação não pode estar ligada ao ato de um indivíduo, pois trata-se de um sistema em sua complexidade, em primeiro lugar. Dessa maneira, o conceito de comunicação não é atribuído à ação individual, a qual faz parte da realidade comunicacional, mas não pode ser encarada como aquela que comunica. Nesse sentido, para Luhmann, somente a comunicação pode comunicar e é somente dentro dessa rede de comunicação que está o que entendemos a ação criada. A comunicação é assim um sistema de complexa organização. Se fôssemos definir apenas a comunicação enquanto realidade emergente, a definição de Luhmann nos é esclarecedora: “a comunicação surge por meio da síntese de três seleções diferentes, a saber, seleção de informação, seleção de expressão ou modo de emissão (*utterance*) dessa informação e seleção do entendimento ou desentendimento dessa expressão ou da informação” (1992, p. 252). Esses três componentes só podem criar comunicação em sua síntese e não separados. Assim, a seleção da informação em conjunto com a seleção do modo de expressá-la e do decorrente entendimento ou desentendimento dessa informação, ou de seu modo de expressar, constituem a síntese que faz emergir a comunicação enquanto situação complexa. A comunicação ocorre, portanto, “somente quando a diferença de expressão e informação é entendida”, e isso quer dizer que comunicação é diferente da mera percepção do comportamento dos outros. Ambos, o comportamento expressivo e a informação, apenas formam a situação comunicacional, pois “são experimentados como *seleção* e, *por esse modo*, distinguidos” (LUHMANN, 1992, p. 252). “Em outras palavras”, resume Luhmann, “alguém deve ser capaz de assumir que a informação não é auto-compreendida, mas requer uma decisão separada. Isso também é verdade quando o enunciador enuncia algo sobre ele mesmo”. Assim, “enquanto essas distinções não são feitas estamos lidando apenas com mera percepção” (LUHMANN, 1992, p. 252). A distinção de percepção e comunicação é sempre necessária ser feita para o entendimento da definição de Luhmann: “o que alguém percebeu não pode ser confirmado nem repudiado, ou questionado nem respondido. A percepção permanece fechada dentro da consciência e opaca ao sistema de comunicação assim como para outra consciência” (1992, p. 253). Um sistema de comunicação é, para Luhmann, “um sistema completamente fechado que cria componentes dos quais ele surge por meio da própria comunicação”. Nessa visão cibernética de comunicação, Luhmann quer nos dizer que a comunicação é um sistema autopoietico e que não existe informação nem controle fora desse sistema de comunicação.

Assim, as atividades de processamento de informação, comunicação mútua e controle são possíveis de ser separadamente descritas, mas mesmo em Beniger vimos que todos os sistemas vivos mantêm as três inter-relacionados, sendo que um não existe sem o outro. A visão de Luhmann é estritamente voltada ao sistema social e não aos sistemas vivos de uma forma geral, daí sua ênfase na comunicação como a situação ou a rede de onde a informação e o controle são possíveis existir. Seja lá o que for que os participantes desse sistema entendem no fechamento de suas consciências, “o sistema de comunicação elabora seu próprio entendimento ou desentendimento. E, para esse propósito, ele cria seu próprio processo de auto-observação e auto-controle”. O processo de entendimento ou desentendimento é uma condição de autopoiese do próprio sistema, pois é pelo entendimento ou desentendimento que há uma conexão com comunicação posterior dentro do sistema de comunicação (LUHMANN, 1992, p. 253). Quem quer que seja pode comunicar sobre entendimento, não compreensão ou mal-entendido, mas dentro das condições de autopoiesis do sistema de comunicação (LUHMANN, 1992). Mesmo quando alguém diz não entender, a comunicação procura resolver o problema por intermédio dela mesmo, uma comunicação sobre a comunicação.

Comunicação, que enlaça em um sistema as três seleções – informação, expressão e entendimento –, não pode ser também considerada simplesmente uma *transmissão* de mensagens, informações ou expectativas de compreensão (LUHMANN, 1992, p. 254). A seleção (e o fluxo comunicacional decorrente) é, portanto, uma situação emergente da própria comunicação, não podendo se falar, inclusive, de comunicação fora da comunicação. Com a criação de sistemas de processamento de informação, seja pela invenção da escrita, ou seja pela invenção da imprensa, do telégrafo, do rádio, da televisão, do computador etc., a formação desse sistema autopoietico só se tornou mais complexo com grande consequência para a estrutura social, para a semântica, para a linguagem (LUHMANN, 1992). Assim, a própria seleção da qual depende a atividade comunicacional é afetada pela própria comunicação. As escolhas da informação, da expressão dessa informação e de seu entendimento (ou não) são afetadas pela situação comunicacional do sistema. Assim, como um sistema fechado (isso inclui o convergente, o concorrente e o contraditório), a comunicação produz a si própria (*autopoiesis*), produzindo e reproduzindo tudo que funciona como uma unidade para o sistema por meio do próprio sistema. Neste momento que a crítica deve entrar, ao analisar quem tem maior influência sobre esse sistema que produz e se reproduz e se esse sistema está de acordo ou não com determinados valores sociais, por exemplo, os das democracias. Assim, a produção da comunicação por ela mesma depende de um meio e de restrições desse meio para ser

efetivada (LUHMANN, 1992). Um crítico pode entrar e perguntar: mas *quem* impõe as restrições, *quem* controla o meio? Essa, todavia, é tarefa que distingue Luhmann ao fazer sua teoria dos sistemas sociais.

Sejam quais/quem forem seus elementos, o sistema de comunicação, por ele mesmo, em sua autorreferência, cria seus próprios elementos e estruturas. Assim, “o que não é comunicado não contribui nada para o sistema” (LUHMANN, 1992, p. 254), sendo visível que a falta de quaisquer uma daquelas seleções que definem a comunicação não gera comunicação. Assim, na torrente informacional que invade a sociedade da informação, é fácil entender que a confusão, o ruído e o caos dentro da ordem das estruturas dos sistemas sociais (econômicas e políticas) surgem em algum momento pela não-seleção e, portanto, descontinuidade do processo comunicacional que só pode ser revertida se a seleção for feita, isto é, se a *diferença* se realizar. Daí a importância da troca de sentido dentro de uma sociedade, para reforçar a ordem social pela própria comunicação que a produz e que a reproduz. O sistema social produzido e reproduzido pelo da comunicação, entretanto, é processado pelas operações comunicacionais até que encontre os limites para o processamento, que devem ser resolvidos pela própria comunicação, pondo em relação recursiva ordem e desordem. A não resolução do limite comunicacional implica a morte do sistema social, o que, entretanto, não nos aconteceu até hoje, como vimos com a Revolução do Controle, de Beniger. A dificuldade do sistema em se comunicar, devido à expansão social levada pela industrialização, tanto no âmbito político como no econômico, foi resolvida pela própria comunicação, por novos meios de *feedback* (*marketing*, pesquisa de mercado, técnicas de recenseamento, sondagem de opinião etc.).

A ideia de fechamento autopoiético do sistema, como o próprio Luhmann nos diz, não é fácil de aceitar (1992). Isso é devido ao fato de que quem lê a ideia de fechamento autopoiético sem ter o contexto da teoria dos sistemas e da cibernética, que são, aliás, como já dissemos, teorias afogadas por outras dominantes, logo pode encará-lo com um idealismo ou essencialismo. Isso não é verdade, pois toda teoria do sistema tem como fundamento de validade as características complexas que formam os sistemas vivos, e daqueles artefatos que os imitam (a *autopoiesis* é esse elemento central para Luhmann e o *feedback* para a cibernética das máquinas). Não há fundamento de validade mais complexo do que buscar no funcionamento da própria vida e no da física processos gerais que contemplem seja controle, seja sobrevivência nos dias de hoje. Somos sistemas vivos, é claro, diferentes e com suas peculiaridades na máquina, ou nas espécies de animais. Mas temos em comum a comunicação e o controle para a sobrevivência. O que não nos é comum, como a imoralidade dos homens e seus interesses espúrios, deve, no entanto,

obedecendo ao paradigma da complexidade, ser posto em circuito recursivo com o que nos é. Por que negar que tudo que é vivo processa informação, comunica, tem sua organização? Esses processos gerais, portanto, que foram descobertos por um tipo específico de tradição teórica tem com o que contribuir e não devem, portanto, ser afogados no balde dos idealismos, onde os marxistas ortodoxos jogam aquilo que julgam não lhes servir.

A autopoiese da sociedade como um sistema operado por comunicações só pode ser explicada, em sua continuidade de produção e reprodução, se considerarmos que a comunicação, enquanto elemento que cria a realidade social, força sua própria continuidade, portanto. Assim, a comunicação, como diz Luhmann (1992, p. 255), bifurca a realidade, cria uma versão para a qual se deve dizer “sim” e uma versão para a qual se diz “não”, o que leva forçosamente a uma seleção e, portanto, a uma continuidade da comunicação pela própria comunicação. O acontecimento é forçado a ocorrer pela comunicação, seja lá esse acontecimento envolto da racionalidade do consenso ou do dissenso. Assim, inclusive, rebate Luhmann a teoria da racionalidade da ação comunicativa de Habermas, construída sobre a premissa do consenso, ou da concordância (1992). A indagação de Luhmann sobre Habermas é simples: por que não pensar que o conflito ou o dissenso também podem ser procurados? No lugar do consenso, a visão de Luhmann põe a decisão, isto é, “a comunicação leva a uma decisão se, sim ou não, uma informação expressa e entendida será aceita ou rejeitada” (1992, p. 255). O risco da rejeição está sempre presente aqui. O que nos leva à compreensão de que a contingência de um sistema social operado por comunicações é ineliminável e, portanto, lida constantemente com o caos. É devido ao risco que, segundo Luhmann (1992), instituições são criadas para garantir ao máximo a aceitabilidade, mesmo em vista da improbabilidade comunicacional.

A separação de sistemas psíquicos dos sistemas sociais é para mero entendimento teórico da autopoiese que constitui cada sistema. Isso não quer dizer que Luhmann não acredite que inexistam interrelações de consciência e comunicação, o que traria morro a baixo a horda de críticos de plantão para pronta contestação. O que Luhmann pretende é mostrar que, enquanto sistemas, eles se reproduzem por si próprios, mas esse fechamento operacional não quer dizer que no mundo do ser ambos não sejam interdependentes. Logo, a afirmação de que um sistema social não pode pensar e o sistema psíquico não pode comunicar é uma afirmação verdadeira, caso considerarmos os pressupostos da teoria dos sistemas. Um sistema encerrado operacionalmente “não significa que não exista reciprocidade ou que interconexões não possam ser observadas e descritas por um observador”. Para que essa reciprocidade seja analisada, é necessário, entretanto, para Luhmann, deixar “que a situação inicial de fechamento autopoietico

entre na descrição” (1992, p. 257). Assim, ao sistema de comunicação a consciência apenas acrescenta ruído e vice-versa (LUHMANN, 1992). Mas isso também não quer dizer, entretanto, que o ruído não tenha correção ou compensação, senão jamais esses sistemas poderiam se correlacionar em algum momento. Um ruído, aliás, não caracteriza um estado patológico do sistema, pois é a medida do que o sistema pode receber em sua capacidade, isso psiquicamente ou socialmente (LUHMANN, 1992). Quando se ultrapassa a medida do ruído, o sistema não pode corrigir a interferência, entrando em estado de caos, ou em anomia, lembrando o conceito de Durkheim.

Encarando a visão de Luhmann do sistema comunicacional como aquele em que a comunicação, produzida por seleções, gera a própria comunicação, e entendendo os processos de controle e de informação com gerados pela própria comunicação, nasce daqui uma possibilidade de tratar o sistema social a partir da perspectiva da economia política que aqui utilizamos. Se a organização do poder social e a reprodução social dizem respeito a uma economia política, a decorrência disso para o entendimento de uma economia política da comunicação, considerando visão de Luhmann sobre o sistema social e comunicacional, seria de que tal disciplina, como corolário desta que acabamos de tratar, leva em consideração *a comunicação e o sistema comunicacional, suas estruturas e processos em relação permanente com a mútua constituição da organização do poder (política ou controle) e da produção e reprodução sociais (sobrevivência ou, principalmente, economia)*. Assim, podemos organizar a definição de Mosco de controle e sobrevivência em vida social relacionada à visão comunicacional de Luhmann, baseada em uma teoria dos sistemas sociais. Nesses moldes, partindo de tal definição, devemos também considerar os pressupostos básicos que delineiam toda economia política, como vimos em Mosco, para que possamos aumentar o alcance da relação comunicação-economia política: a história e transformação sociais, o todo social, a relação de ser e dever-ser e também a práxis social.

A economia política da comunicação, de acordo com Vincent Mosco (2009, p. 81), “desenvolveu-se em resposta a muitas mudanças sociais e desafios intelectuais”. É claro que a utilidade da economia política estaria ligada, para os intelectuais, à análise do crescimento das firmas de mídia e da forma transnacional que ganhavam. Em contrapartida, intelectuais se

ocupavam com um “contexto de crescimento do governo e de debates sobre a necessidade de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação para compensar as disparidades globais”. De uma forma geral, “a economia política se desenvolveu em parte para considerar um putativo advento de uma Sociedade da Informação” (MOSCO, 2009, p. 81), ou seja, em resposta à nova infraestrutura de informação e de comunicação global que emergia, unindo estruturas e processos econômicos e políticos pela comunicação em uma complexidade que desafiava o pensamento daqueles preocupados com questões sociais, legais e axiológicas. A promoção de um sistema econômico de sobrevivência global levava os interessados a questionamentos sobre os efeitos políticos desse sistema sobre a sociedade e sua governança: quem tem efetivamente o poder político de controle sobre uma sociedade de informação? Essa era uma preocupação patente nos estudos de economia política da comunicação, com destaque a um de seus fundadores, Herbert Schiller.

Podemos buscar, portanto, em autores líderes na economia política da comunicação a contribuição para uma análise de sobrevivência e controle em uma roupagem diferente daquela que aqui estamos preocupados, mas que, de forma alguma, deixam de constituir de maneira essencial a revisão de literatura do que já foi produzido na área para se ter uma base de raciocínio. A economia política é, como vimos em Mosco, uma saída para a análise do social, inclusive em sua abordagem ampla. Se fôssemos partir de uma figura líder da economia política da comunicação para tratar do problema do controle e sobrevivência, em primeiro lugar, seria Herbert Schiller. Em *Mass Communications and American Empire* (1971), Dallas Smythe, prefaciando a obra de Schiller, escreve-nos: “pela primeira vez em um tratamento compreensível, a estrutura e política das comunicações de massa nos Estados Unidos são criticamente examinadas em relação a suas mais importantes funções: a econômica e a política” (Smythe, p. viii). E, logo no início do capítulo primeiro de seu livro, Schiller já nos mostra a preocupação entre economia e controle por meio da informação: “(...) a fusão da força econômica e o controle da informação ou do processo de formação de imagem, da opinião pública, ou seja lá como vocês queiram chamar isso, é a nova quintessência do poder, internacional e doméstico” (1971, p. 1). Isso, entretanto, considerando a economia estadunidense como ponto de partida, sendo que a rede imperial emergente dessa economia “utiliza os meios de comunicação para sua defesa e entrincheiramento onde quer que ela já exista e também para sua expansão a locais onde ela deseja se tornar ativa” (SCHILLER, 1971, p. 3). A preocupação com o controle já se mostra no primeiro parágrafo dessa obra e durante todo o livro, assumindo controle (*to control*) em sua acepção mais corrente, ou seja, poder de

dominação, mas também, em vezes, como “influência dominante”. Esse “império”, portanto, ao qual se reporta Schiller não é apenas um formalmente estabelecido, mas aquele que opera informalmente, por meio do livre comércio e estados enfraquecidos, na era pós-colonial: “as oportunidades para controle informal com interesse principal nas mais novas nações independentes são irresistíveis para o vigoroso complexo americano de poder” (1971, p. 8). O *free flow of information* seria, nada mais, para esse complexo de poder norte-americano do que “o canal pelo qual estilos de vida e sistemas de valores possam ser impostos sobre sociedades pobres e vulneráveis” (SCHILLER, 1971, p. 8). Os fluxos comunicacionais passam, assim, a ser considerados elementos no controle internacional e, para Schiller, “é necessário uma compreensão talvez mais sofisticada para entender os benefícios materiais que resultam para a nação transmissora a partir de mensagens e informações intangíveis processadas para sociedades receptoras mais fracas” (1971, p. 9). Por intermédio desses complexos comunicacionais, a forte nação americana se aproveitaria para exercer sua autoridade, ou como queremos, para controlar sua hegemonia enquanto império a partir da doutrina do livre fluxo, sobretudo. Com a apropriação de novas tecnologias da informação, as soberanias nacionais estariam desafiadas a manter seu próprio controle territorial frente à integração e racionalização da consciência humana por intermédio da produção cultural industrial de massa. Em seu livro *Information and the crisis economy* (1986), Schiller trata também do que chama de “formas secundárias de controle social”, verdadeiros instrumentos “para ‘dirigir’ o processo democrático” (1986, p. 137). Para, então, saber se a comunicação trazia seus resultados no meio comercial, era necessário desenvolver ferramentas de *feedback*. Foi daí que se iniciaram as pesquisas mercadológicas, além das pesquisas de sondagem de opinião, registro da resposta dos consumidores e cidadãos para serem utilizados como realimentação de todo um sistema de economia política que necessitava sobreviver, tanto para criar ou manipular demandas mercadológicas ou eleitorais. Junto a isso, Schiller também destaca o desenvolvimento das relações públicas e mecanismos eleitorais que passam a funcionar sem descanso na economia moderna “para formular opiniões, criar textos e elaborar definições para que o público creia que são suas próprias ideias” (1986, p. 138). Ora, já vimos em Beniger que os resultados dessas técnicas são devidos a uma revolução na forma de o controle operar, pois o sistema econômico, em sua expansão, necessitou acrescentar ao aparelho burocrático técnicas específicas para processamento de informação e *feedback*. Isto é, a comunicação, de uma forma geral, produzia mais comunicação para que o sistema social pudesse se reproduzir.

Schiller, assim como muitos autores que tratam a palavra controle sobre o viés de dominação ou influência dominante, não estão preocupados com uma história do controle antes de usá-lo como forma de se referir ao domínio de um determinado sistema sobre o outro, assim como Schiller quis demonstrar pelo domínio do império americano e seu complexo sistema de comunicações sobre as demais nações soberanas. Nosso interesse sobre a etimologia da palavra e uma história material do controle é condição primordial, certamente, para tratarmos com profundidade de sua relação com a sobrevivência orgânica. Nossa justificativa principal para isso é a afirmação de que o controle é característica de quaisquer organizações, sendo, portanto, essencial a uma ciência como a economia política que deseja ter uma noção ampla da totalidade social, que o situe o controle como característica própria dos sistemas organizacionais que necessitam sobreviver. Controle, deste modo, não deve ser um termo convidado a fazer parte apenas das preocupações erigidas por uma dita “Sociedade da Informação”, mas um termo que diz respeito à economia política de quaisquer organizações, de quaisquer sociedades, em qualquer tempo e espaço. A economia política como disciplina que visa a conhecer o todo social deve situar o controle no centro de suas discussões. Mesmo se considerarmos a família como anterior ao surgimento do Estado, devemos da mesma maneira não apenas falar ali de sobrevivência (economia), mas também de controle, pois o poder de controle se mostra em ambos: na autoridade patriarcal e na figura “abstrata” do Estado. A família destituída de estado não vive sem organização própria, muito pelo contrário, é condição para o surgimento do Estado como o conhecemos, conforme asseverou Aristóteles. Assim como o controle imposto pelo Estado tem sua contrapartida anteriormente nas famílias, estas têm seu fundamento de controle na própria organização que necessita qualquer ser vivo, do mais simples ao mais complexo, para poder sobreviver. É o que um trabalho como o de James Beniger vem nos demonstrar: os sistemas vivos têm em comum o controle e, para efetivação desse, no mesmo grau de importância, o processamento de informação e comunicação mútua agindo retroativamente. O que falta a uma economia política da comunicação para atingir a noção ampla de Mosco, portanto, é a consideração de que a sociedade da informação traz a preocupação do controle, mas não é nela que o *problema do controle* surge. Assim, uma economia política de amplo calibre deve ter em mente uma história das relações políticas e econômicas, sempre atenta ao ponto cego: a comunicação. A cibernética é o ponto de inflexão científico onde os elementos, principalmente o controle e a comunicação, unem-se e reverberam em todas as áreas do conhecimento. Essa ciência, não tomada ao pé da letra, mas como reflexão filosófica e como contribuinte na construção de uma epistemologia interdisciplinar, encontra na Economia Política da Comunicação novas possibilidades de discussão e de observações das observações

já proferidas pela Escola de Frankfurt e pela Economia Política da Comunicação. As observações das observações são, assim, uma ferramenta epistemológica inaugurada por ciberneticistas, para analisarmos o que constrói e guia a economia política da comunicação enquanto ciência, quais são suas condições de produção de conhecimento? Quais potencialidades podemos encontrar a partir dessas observações de segunda ordem? A nossa aposta, especialmente nesta dissertação, é de usar autores que beberam de todas essas fontes – a cibernética, a teoria dos sistemas, da informação e da comunicação – para pensar um paradigma da complexidade, aquele que, para nós, melhor se enquadra nos anseios de uma ciência que tem a ambição do todo social e, se não bastasse, incluir o papel da comunicação nele. O paradigma da complexidade, opositor a um paradigma de simplicidade pautado no cartesianismo (como vimos, fundamento da economia política clássica), vem para mostrar o caminho da observação das observações que não cessa, pois sempre critica, por isso, seus modos de produção.

Dan Schiller, filho de Herbert, hoje professor emérito da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, em sua análise do que cunhou de “capitalismo digital”, apesar de reconhecer a afirmação de que o capitalismo sempre foi um sistema internacional, afirma: “as redes estão diretamente generalizando o alcance social e cultural da economia capitalista como nunca antes (...) esse é o motivo pelo qual eu me refiro a essa época como a do capitalismo digital”. Essa preocupação de Schiller desemboca novamente na questão de controle, especialmente com relação à principal dessas redes, a Internet: “De fato, a Internet abrange nada menos que a produção central e a aparelhagem de controle de um sistema de mercado cada vez mais supranacional” (p. *xiv*). Com relação à indústria das telecomunicações, que teve de se adaptar ao mundo digital, Schiller afirma que o que está em jogo nas telecomunicações dirigidas por forças mercadológicas (neoliberais) “não são nada menos que a base de produção e a estrutura de controle de um capitalismo digital emergente” (1999, p. 37). A indústria da telecomunicação, como vemos, constitui a base de controle desse capitalismo, pois ela une a essa base, com a linguagem digital, mídia e empresas de computação em uma escala de ambição totalizante, constituindo, nessa convergência, o que críticos como Ignácio Ramonet (2010) chamam de “tirania da comunicação”. Uma inteira rede de controle, cada vez mais tendente à concentração nas mãos dos que têm acesso privilegiado ao poder, apesar de dissipar uma patente diversificação e variedade de produtos no âmbito doméstico, constitui a cibernética que une comunicação e controle capaz de observar, registrar e influenciar comportamentos em toda parte do mundo. Nada mais necessitava o capitalismo em sua expansão industrial para resolver

a crise do controle: não apenas técnicas, mais uma burocracia imensa de controle supranacional capaz de pôr sob suas rédeas as soberanias nacionais. Essa rede de controle é a cibernética de primeira e segunda ordem dos poderosos. Nela, comunicação e poder de controle estão intimamente relacionadas.

Robert W. McChesney, também professor da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, reúne em seu livro *The political economy of media* uma série de pesquisas que dizem respeito ao campo, tendo deixado claro, desde o início, que o termo “economia política da mídia” é para ele considerado um sinônimo para a “economia política da comunicação”. No livro, destaca uma série de problemas que persistem na definição do passado, presente e futuro de uma economia política da mídia²⁹. McChesney é um crítico ferrenho do sistema de mídia comercial neoliberal, para o qual os economistas políticos, incluindo ele, dirigem questionamentos que ultrapassam o senso comum de que esse é um sistema natural, inevitável ou impossível de mudar, mas sim um sistema que é “o resultado de políticas feitas em nome do público, mas frequentemente sem o consentimento informado desse público” (2008, p. 12). McChesney é influenciado, dentre autores como Bagdikian, por Noam Chomsky e Edward Herman, com referência principal a obra desses intitulada *Manufacturing Consent*, a qual McChesney destaca como sendo a obra principal que influenciou “uma geração inteira de progressistas a uma posição crítica com relação ao jornalismo tradicional” (2008, p. 83). McChesney destaca a importância de Chomsky para a crítica de um neoliberalismo que tem como subproduto um cidadania despolitizada: “É apropriado que Chomsky seja a figura intelectual líder no mundo de hoje na batalha pela democracia e contra o capitalismo” (2008, p. 287). Chomsky, e talvez George Orwell, é quem para ele destaca melhor o disparate que subjaz a relação de capitalismo e democracia. E é de Chomsky que McChesney retira uma afirmação que aqui ainda nos é mais útil: “governos são centrais para o sistema capitalista moderno” (2008, p. 288). Caso contrário não haveria de se manter a mitologia do mercado “livre” e da competição entre mercados que raramente existe, já que o que se verifica é que poucos acabam exercendo controle sobre eles,

²⁹ Esses problemas persistentes no campo, incluem, segundo McChesney (2008, p. 14): “a natureza do jornalismo e sua relação com as práticas democráticas; *como firmas e mercados de mídia operam*; entender a propaganda, de governos, interesses comerciais e partidos privados; a mídia comercial e a despolitização da sociedade; a relação de mídia com desigualdades raciais, de gênero e econômicas; a relação da mídia com a política internacional dos Estados Unidos e com o militarismo; o papel específico da publicidade em moldar mercados de mídia e de conteúdo; o processo de elaboração de políticas de comunicação; regulações e políticas de telecomunicações; *a relação da comunicação com o capitalismo contemporâneo e global*; a natureza do comercialismo e seu impacto sobre a cultura; radiodifusão pública e o estabelecimento de sistemas e instituições de mídia alternativas; a relação da tecnologia com a mídia, e com a política e a sociedade; a relação da mídia com os movimentos sociais populares”. Os grifos são nosso e representam os temas persistentes que mais dizem respeito à problemática desta dissertação.

concentrando as atividades sobre seu domínio. Além disso, essa mitologia também mantém os governos como instituições ineficientes que não podem enfatizar ingerências sobre o curso livre desse mercado. Pelo contrário, apesar de os governos estarem com as burocracias maiores do que nunca, pois também seguiram a revolução do controle, como vimos em Beniger, nesse estágio, eles são convidados a apoiar os interesses mercantis. Não há como uma doutrina de mercado livre e sem fronteiras permanecer se os governos não mitigarem as rédeas, por intermédio de regulamentações econômicas, concorrenciais, contratuais frouxas, que permitem o direito ser utilizado da melhor forma por aqueles que controlam o sistema econômico, ou como preferem dizer, por intermédio das *desregulamentações*, um termo, nesse sentido, impreciso, pois não há dúvidas que a formalidade da técnica jurídica da qual se utiliza o Estado possa apoiar, em normas de ampla interpretação e possibilidades, a legalidade de um mercado ideologicamente livre. O que deve ser atacado é, entretanto, a imoralidade dessas normas que apoiam o mercado neoliberal, principalmente por intermédio dos princípios constitucionais democráticos de cada nação, além daqueles que se ligam ao âmbito internacional como a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Assim, como McChesney (2008) destaca em Chomsky, a relação do sistema de mercado global e dos governos não se trata de uma conspiração, pois *não precisa ser*. Além das técnicas jurídicas, “por intermédio de uma variedade de mecanismos institucionais, sinais são mandados a intelectuais, especialistas e jornalistas levados a crer que o *status quo* é o melhor dos mundos possíveis” (MCCHESENEY, 2008, p. 289). Com o neoliberalismo, logo, a humanidade teria atingido seu mais alto nível. O que faltava era fabricar um consenso para a aceitação e legitimidade desse mito. Não falta mais.

Mais outra afirmação que nos interessa em McChesney (2008) é a que diz respeito ao sistema de comunicação nas sociedades modernas. Para ele, “é axiomático em quase todas variantes de teoria política e social que o sistema de comunicação seja o pilar das sociedades modernas”. Em termos políticos, “o sistema de comunicação pode servir para elevar a democracia, ou para negá-la, ou alguma combinação dos dois”. Em termos econômicos, “o sistema de comunicação surgiu como uma área central para fins lucrativos em sociedades capitalistas modernas” (p. 305). A relação disso tudo junto, que é o que fazemos aqui em termos de controle e sobrevivência, é enfatizada por McChesney (2008) ao dizer: “*um grande esforço de pesquisa é, portanto, realizado para avaliar a relação de comunicação enquanto uma atividade privada com os mais amplos e necessários deveres políticos e sociais que também são operados pelos mesmos sistemas de comunicação*” (p. 305-306). Para McChesney, esse é um ponto central e

recorrente nos estudos de mídia. “*A vida dupla do sistema de comunicação, de uma só vez o pivô da economia global emergente e também um alicerce da democracia política, constitui a tensão vital no cenário mundial*” (2008, p. 306). Essa relação da economia global contemporânea e da democracia política já é uma materialidade de onde podemos deduzir a definição de controle e sobrevivência em vida social atrelando o ponto cego: o sistema de comunicação, no qual se baseiam tanto política (organização interna do poder de controle) e economia (reprodução social). O sistema de comunicação, apontado por McChesney, é o mesmo que “compreende as bases institucionais indispensáveis para a deliberação social – discussão, debate e tomada de decisão – para além dos fóruns de elite” (2008, p. 336). A dualidade do papel do sistema de comunicação na reprodução social é essencial, portanto, para ligar economia e política em uníssono.

Outras questões tratadas por McChesney, a partir do capítulo 15 de seu livro são aqui de nosso interesse com relação ao controle e à reprodução social, mas preferimos tratá-las diretamente no estudo de caso das estratégias do objeto de estudo. São questões atinentes ao debate e à falta dele sobre a propriedade, estrutura e controle da mídia na vida política. Veremos que, para o direito econômico, há uma mudança de paradigma da questão de separação da propriedade e do controle da propriedade a partir dos estudos de Berle e Means (1987). As sociedades anônimas passam a ter de atender à sua função social e à obedecer a parâmetros objetivos das leis. Mesmo assim, veremos que, como no nosso estudo de caso, a propriedade familiar e o recurso a estratégias como a criação de *holdings*, dificultam que a função social se cumpra efetivamente, sendo que a responsabilidade de uma empresa de comunicação em produzir conteúdo de qualidade fica todo a critério e controle de poucas personalidades. Outro aspecto importante considerado por McChesney é o controle exercido pela mídia na vida política, levando os líderes e autoridades políticas ao medo da retaliação, pois esta mesma mídia controla, de alguma forma relevante, o fluxo de informações e o processo comunicacional que leva à deliberação política. Assim, na visão de McChesney, “considerando a extraordinária importância da mídia e da comunicação em nossa sociedade, eu acredito que o tema de como a mídia é controlada, estruturada e subsidiada deveria estar no centro do debate democrático” (2008, p. 427).

Mais um exemplo de uma possível relação entre economia política próxima aos termos que estamos propondo, parte de livro recente do autor da própria definição que aqui utilizamos. Vincent Mosco lançou em 2014 o livro *To the cloud* para propor uma economia política do que propagandisticamente veio a ser chamado de “a nuvem”. Assim, novos sistemas para processar,

armazenar e trocar informação são tratados em sua materialidade, para que o mito da nuvem dê lugar às empresas e às redes complexas que as permeiam, apontando não para as nuvens, mas para os atores que pagam por isso e que controlam essas redes. Muito mais do que isso, a propaganda da nuvem nos cega para a decisão que temos de tirar de nossas mãos a gerência e o controle sobre nossos próprios dados e conferi-los a uma empresa como a Amazon ou a Microsoft. Porque temos a confiança de que nossos dados (muita gente confia nos serviços de e-mails, por exemplo, para armazenar e cuidar de informações importantes que dizem respeito aos mais variados âmbitos de suas vidas) estão seguros nas mãos de outros que não nós mesmos? Há, assim, por detrás de nossa confiança no meios digitais, na verdade, a criação de um mito, onde o pesado aparato do poder dos processadores, cabos, computadores, se esconde por detrás da leveza e imaterialidade das nuvens. “A decisão de dar suas próprias informações ou a organização dessas informações para uma companhia de computação em nuvem é uma decisão significativa e companhias que promovem a tecnologia teriam compreensivelmente o foco nos benefícios decorrentes” (MOSCO, 2014, p. 5). Essa decisão de lançar seus dados na nuvem está sendo tomada por muitas outras companhias e também pelas “forças armadas que planejam e executam estratégias de batalhas nas nuvens, pelas escolas e universidades que estão usando as nuvens para transformar a educação e por indivíduos que estão armazenando traços de suas identidades nas nuvens” (MOSCO, 2014, p. 4). Como essa decisão, como podemos ver, acaba envolvendo a decisão das vidas de toda uma territorialidade social, é importante o trabalho de Mosco no sentido de que economistas políticos se perguntem quem tem controle sobre essas “nuvens”, quem se aproveita delas? As principais firmas globais que Mosco identifica como controladoras do grande volume de dados (*big data*) são, principalmente, as gigantes Amazon, Microsoft, Google, Apple e Facebook na atualidade. Grandes problemas que surgem, como decorrência da crítica às nuvens, são relativos à privacidade, segurança e vigilância. Uma das principais preocupações de economistas políticos como Mosco é de que a nuvem dá aos seus controladores um recurso essencial para negociar informações sobre os signatários e consumidores com empresas de publicidade. Ou seja, em termos de sobrevivência, por exemplo, uma empresa como o Facebook jamais poderia se manter se não tivesse “a habilidade de exercer vigilância cerrada sobre seus 1.3 bilhão de usuários” (2014, p. 10). Não somente o mercado se utiliza da nuvem, mas o Estado também, que quer exercitar a vigilância e o controle sobre os cidadãos e sobre outras nações. A nuvem, portanto, é elemento constante tanto para o poder de controle político quanto para a produção e reprodução de uma sociedade. Cabe nos perguntar como nosso objeto se aproveita dessa benesse, em específico. Dissemos “em específico”, pois o nosso conceito de comunicação envolve aquelas que podemos

classificar como “fomais” e também as “informais”. Estas últimas devem merecer atenção devida, como vimos em Mulgan.

Uma democracia do controle só pode ser o resultado de um estado e um mercado de controle. No lugar do conceito de sociedade democrática como sendo “aquela em que o público tem os meios para participar de uma maneira significativa na gestão de seus próprios assuntos contando com informação aberta e livre”, Chomsky contrapõe a noção prevalente e estranha de Democracia na qual vivemos, isto é, “aquela em que o público deve ser barrado de gerir seus próprios assuntos e os meios de informação devem ser mantidos estrita e rigidamente controlados” (2002, p. 9-10). Esse é o conceito de democracia legitimado e imposto goela abaixo por jornalistas, publicitários, intelectuais, governantes, classes que concentram o poder econômico. É ele, inclusive, que contribui para que o poder de controle social e a reprodução social se construam mutuamente.

De importância para a área da economia política da comunicação, extraindo detalhadamente de Marx e Engels uma importante visão da comunicação, temos o autor Yves de la Haye (1979). Na introdução de seu *Marx & Engels on the means of communication*, que é a parte em que o autor interpreta e, portanto, interfere nos trechos de Marx e Engels sobre o papel das comunicações na mudança social, mostrou a importância que o estudo aprofundado de Marx e Engels pode ter aos estudos das comunicações e, principalmente, no que diz respeito ao nosso interesse aqui, a relação da comunicação no controle e produção e reprodução sociais. A comunicação é assim determinante na produção de relações sociais e forças sociais. Logo de início, de la Haye diz que Marx e Engels não trataram a questão do fenômeno comunicacional *per se*, mas na sua relação com a produção, com o Estado, com as classes, na dicotomia cidade-campo, com a circulação monetária, com as formas de realização de valor, com a “segurança” pública, entre outros. Não analisar a comunicação desgrudada dessa história *mainstream* de influência dominante marxista, entretanto, acreditamos ser uma perda para uma interdisciplinaridade e uma autorreflexividade maiores no seio das disciplinas. Não se trata de analisar a comunicação *per se*, mas de analisá-la por ângulos que, como disse Beniger, a história como tal não poderia fazer. Trazer as relações cibernéticas de todos os sistemas vivos é parte importante para uma reflexão epistemológica, de como conhecemos determinado objeto e de como podemos tornar seu conhecimento aprimorado.

De la Haye destaca que “durante o desenvolvimento do modo capitalista de produção, o sistema de comunicação, que não era mais do que um fenômeno periférico e desorganizado na sociedade feudal, tornou-se um elemento central” (1979, p. 16). Os meios de comunicação não

passam a ser apenas fatores na circulação de mercadorias e de manutenção da indústria moderna, mas o seu papel passa a ser também como “a condição geral de aparecimento da figura de um novo homem: o capitalista” (DE LA HAYE, 1979, p. 25). O nascimento de um mercado mundial do qual o capitalista seria a base dependeu de mudanças no processo social de produção e reprodução, das quais participavam os meios de transporte (ferrovias) e comunicações (telégrafo), mas também a presença incontestável do Estado no estabelecimento dessas condições gerais de produção. O Estado serve à burguesia em vários motivos, com o uso de sua autoridade para regular salários, coordenar a transformação dos modos de troca e também “para gerir contradições decorrentes do desenvolvimento desigual dentro da formação social” (DE LA HAYE, 1979, p. 43). Não é uma questão apenas de um interesse de classe que dirige o Estado, mas de interesse ao próprio Estado nos meios de comunicação e transporte. O Estado, como de la Haye coloca, é agente para criar o consenso necessário para a hegemonia, “como um agente que coagula a formação social dentro das fronteiras nacionais” (1979, p. 43). A questão comunicacional é interessante, em termos de soberania, inclusive, pois também diz respeito à administração de seu território, de suas forças armadas, de sua polícia, inteligência (DE LA HAYE, 1979, p. 43-44). A comunicação passa a ser também uma utilidade pública na medida em que não só conduz a vida dentro de um território, mas também é fator essencial para decidir sobre a continuidade dessa vida em um território, principalmente em momentos de guerra, onde a defesa da soberania e da população correm risco. Como vimos, inventos importantes da comunicação também surgem em momento de guerra, impulsionados pelo investimento em pesquisa e desenvolvimento estatal. O Estado, em momentos de crise, é quem carrega a legitimidade sobre o monopólio da força e precisa utilizar essa força não só para manter a coesão da produção e reprodução sociais, mas também a defesa e controle de seu território e territorialidades. Para de la Haye, “as forças armadas, de um lado, e a indústria, de outro, devem ser considerados as matrizes históricas reais do setor da comunicação” (1979, p. 46). E esta afirmação nos basta para perceber, mais uma vez a relação de mútua constituição de controle e sobrevivência e o papel do sistema de comunicação. Assim, a comunicação não pode ser simplesmente “resumida como uma vasta superestrutura industrial”. A “‘comunicação’ como uma atividade social compreende o conjunto de formas sociais pelas quais as relações sociais são expressas, materializadas e modificadas”; a “comunicação estabelece a moldura, os limites e as implicações dessas relações sociais, seja lá uma questão de nações, classes, mercados ou impérios” (DE LA HAYE, 1979, p. 55). Essa afirmação complementa, portanto, a noção de comunicação de Luhmann, um sistema fechado que produz a si mesmo e operador central do sistema social. A *autopoiesis* do sistema comunicacional se confirma na

materialidade do sistema social, que possui múltiplas *formas* responsáveis, como diz de la Haye (1979), a dar expressão, materialidade e a modificar as relações sociais. A comunicação é uma atividade social que estabelece os próprios limites dessa atividade. Uma economia política da comunicação, como dissemos, deve relacionar poder e reprodução sociais por meio desse sistema autopoietico: a comunicação social. A comunicação, pensamos, deveria não ocupar o lugar, mas ter considerado um grau de relevância equiparado ou, talvez, maior que os estudos de ideologia, seguindo a esteira de la Haye: “‘comunicação’ enquanto uma atividade social não pode ser restringida à pura ideologia, ao comércio de mensagens ou às relações individuais e sociais, como faz a dominante sociologia da comunicação” (1979, p. 55).

3. SOCIEDADE DE CONTROLE E TERRITORIALIDADES

Se o controle é um processo central, como vimos em Beniger, e seguindo sua orientação de que poderíamos criar uma grande síntese entre as diversas sociedades que descrevemos, cada qual especificando diferentes aspectos – Sociedade Pós-industrial, Pós-fordista, do Conhecimento, da Informação etc. –, por que não criar um que vá diretamente ao encontro da Revolução do Controle, mostrando seu resultado, isto é, uma Sociedade de Controle? Sociedades de Informação e de Comunicação já foram enfatizadas, seguindo pesquisa de Beniger. Mas por que uma Sociedade de Controle não? Ora, se processamento de informação não se desvincula da atividade de controle, como vimos em Beniger, a mudança de uma Sociedade de Informação para uma Sociedade de Controle seria meramente uma questão de palavras? Controle e informação são coisas diferentes. O controle é atividade dependente da informação, mas ele evidencia a observação de um ator, humano ou não, no estabelecimento da comparação entre programa e estratégia. O controle, assim, põe no cerne da questão o *quem* e/ou o *que* controla. Informação e comunicação sozinhas não compõem um sistema em sua ordem. São necessários os três processos. Um foco no controle, todavia, é essencial a partir do momento em que informação e comunicação se tornam elementos centrais dos sistemas sociais.

O tipo de sociedade que gostaríamos de tratar aqui como resultado da Revolução do Controle de Beniger é a própria Sociedade da Informação, mas com ênfase no controle e não na informação. Apesar de termos visto que informação, comunicação e controle formam a tríade que constitui os sistemas vivos, uma ênfase na informação alude apenas ao que essa sociedade *processa*, como resultado da organização de seu mundo material, para sobreviver a uma expansão que se iniciou na revolução industrial. As sociedades são assim grandes processadores de matéria, energia e informação. Entretanto, essas sociedades não ganham sistemicidade e, portanto não se reproduzem, meramente por meio de informação. A sobrevivência desses grandes processadores só existe com a comunicação mútua resultante dessa informação processada e o que consideramos aqui o mais fundamental a ser enfatizado: a operação de controle. O *feedback*, como vimos na cibernética, é o movimento de informação do controlador ao controlado, mas fundamentalmente deste àquele. Os controlados precisam cooperar com o sistema para que ele desenvolva capacidade de resposta (*responsiveness*). A ênfase no elemento de controle não apenas mostra o porquê essas sociedades se reproduzem (sobrevivência), mas também enfatiza o caráter *analítico* e crítico com o qual devemos analisá-las. A metáfora do

poder, com o elemento do *feedback* nela inserido, passa a ser melhor compreendida pelo termo controle, não só porque este tem um fundamento material no estudo das máquinas e dos animais enquanto sistemas vivos, mas porque o controle eviscera a dinâmica de um poder efetivamente *relacional*. Essa organização chamada sociedade não sobrevive se as relações sociais que a compõem não produzem a si próprias. A *autopoiesis* desse sistema se revela na realimentação do sistema que permite o controle. Como vimos também, todo sistema tem seu programa e sua memória, e sem o registro dessa no sistema não é possível ter parâmetros passados para prever o futuro e, portanto, controlar. A memória de uma sociedade está refletida em seu sistema cultural. Nele se registram e se renovam incessantemente a atividade do sistema social. O sistema cultural é um mundo de normas de comportamento que identificam o programa social. Tal programa, por sua vez, só é possível em sua existência pois o sistema possui estratégias negentrópicas, que realimentam sua ordem. Esse movimento constitui o poder de controle de um sistema social.

Segundo Comparato (2014, p. vi), o autor a utilizar pioneiramente a expressão “controle”, na língua inglesa (*to control*), foi Thomas Hobbes, em algumas passagens do *Leviatã*. “Assim, por exemplo”, nos escreve Comparato, “no capítulo 21 da segunda Parte, ao lamentar que os modernos, ao lerem as obras dos pensadores políticos gregos e romanos sem se darem conta de que estes viviam em Estados ‘populares’, adquiriam desde a infância, sob a falsa aparência de liberdade”, segundo Hobbes, “o hábito de favorecer tumultos e de licenciosamente controlar as ações de seus soberanos; e novamente de controlar aqueles controladores com o derrame de muito sangue”.

Se retornarmos à filosofia contemporânea, o autor a enfatizar a importância do registro (ou, aqui para nós, do controle como decorrente desse registro) para manutenção do poder foi Michel Foucault. Este autor, trouxe, em *Vigiar e punir*, a estrutura cibernética do Panopticon projetado pelo filósofo utilitarista Jeremy Bentham. O próprio título do livro já traz uma novidade: a importância da *vigilância* constante, sobretudo para a manutenção da disciplina na era industrial. Em nossa opinião, inobstante, Foucault representa um paradigma central nos estudos do poder, pois estuda a fundo sua materialidade. A ideia dos registros que percebera na sociedade disciplinar para controlar o mundo do trabalho nas fábricas fazia emergir um conhecimento do qual o poder se realimentava. A mesma prática de controle social resultante do conhecimento do comportamento individual foi analisada por Foucault em outras instituições como o asilo, a escola e a prisão. Dentro dessas instituições, o conhecimento sistematizado do indivíduo permitiu que o poder de controle pudesse se realimentar

constantemente. Assim, política e economia dependiam da força desse conhecimento institucional como forma de comunicação, já que ainda não havia meios de comunicação capazes de tornar esse controle disciplinar generalizado. Daí a importância dos “muros” das instituições na era disciplinar: eles impunham os limites para uma comunicação efetiva entre controlador e controlado. Com a expansão social causada pela revolução industrial, como vimos em Beniger, novas formas de comunicação, tanto para a manutenção da soberania estatal quanto a da reprodução econômica, foram necessárias para se ter registro sobre o comportamento individual. E não mais se poderia confiar nos muros institucionais para fazer valer a autoridade estatal e econômica; era preciso generalizar a todo o mundo tais autoridades: uma tarefa que só se tornaria possível com novas ferramentas de processamento de informação e comunicação. A nova sociedade dita “de informação”, não mais necessitava dos limites impostos pelos muros institucionais, pois tanto o Estado, quanto o capitalismo, alcançaram a possibilidade de exercer controle ao nível social amplamente. É se aproveitando de toda a perspicácia de Foucault em perceber essa revolução no controle do comportamento que o filósofo Gilles Deleuze, fazendo uma observação da observação de Foucault (possui um livro chamado *Foucault*, onde trata dessas questões), deu o nome de Sociedade de controle a essa em que a disciplina se generalizou. É claro que junto com a expansão social e das formas de controle também estão inclusas novas possibilidades de sanção. A economia precisa como nunca do Estado para punir os que põem em risco a ordem global de sobrevivência.

O conceito de Sociedade de Controle foi posto por Deleuze (2013) em *seu Post-scriptum sobre as sociedades de controle* e desenvolvido mais a fundo por Hardt (1996) e também Hardt e Negri (2000). Alguns preferem tratar essa sociedade em termos de vigilância (LYON, 2011; BAUMAN, 2013), mas consideramos a palavra controle com maior profundidade teórica, de acordo com o que já vimos na biologia, na cibernética, na sociologia, na filosofia etc. Continuando o pensamento de Foucault sobre as sociedades disciplinares, e lembrando Burroughs, Deleuze trouxe ao conhecimento a crise generalizada institucional de espaços tradicionais de construção subjetiva como a escola, a família e a fábrica. É como se “os muros das instituições” estivessem “desmoronando”. Portanto, sem barreiras rígidas ou restrições, a livre circulação do poder hegemônico global tem a habilidade de ser ubíquo e, portanto, o controle sobre o comportamento. As instituições passam a estar constantemente se corrompendo. Esta característica que as torna muito próximas do que quer a mais complexa fase do capitalismo: sua habilidade de se esfacelar, pois sem essa flexibilidade o poder de controle social não se torna efetivo. O dispositivo de construção subjetiva do indivíduo

controlado por uma sociedade mundial de controle só pode ser aquele em que as comunicações estejam presentes vinte e quatro horas por dia. Assim, o tempo livre do trabalhador é também tempo de trabalho. No seu próprio lazer, o indivíduo tem seu comportamento registrado, avaliado e alimentado na grande máquina. Isso é simples de ver com a utilização da propaganda massiva, tanto por governos quanto por mercados, e também outros elementos simples de estímulo da demanda social e retorno comportamental como as pesquisas de mercado, as relações públicas. Verdadeiras indústrias da consciência, como lembrou Dallas Smythe.

Deleuze, para retratar a passagem da disciplina ao controle, equipara os dois momentos respectivamente, aos “túneis estruturais da toupeira” e às “ondulações infinitas da serpente”, fazendo referência aos moldes pré-definidos da disciplina e à modularidade reajustável do controle. Tal metáfora se refere basicamente às novas ferramentas de realimentação do poder social. O espectro eletromagnético, por exemplo, que é o que nos mais remete às ondulações infinitas dessa serpente, para não causar abstrações exageradas, passa a ser um elemento de disputa com a invenção do rádio, tanto pelo Estado, como pelo mercado. Ora, o controle desse elemento ubíquo, nada mais é que o controle sobre a informação em momentos de guerra que põem em risco a soberania estatal e o controle sobre a demanda para o mercado. A família e a fábrica não podem dar mais contas sozinhas, em seus muros, de uma demanda de controle global. A família e a fábrica tradicionais precisam se corromper o máximo possível para dar lugar ao controle ubíquo da população e das demandas, que precisam ter suas subjetividades produzidas e reproduzidas no mesmo ritmo da expansão populacional e industrial.

O mercado mundial, os Estados e suas ligações a instituições transnacionais formam hoje instâncias globais que ditam a nova ordem mundial. Elas surgem, em sua maioria, dos Estados Unidos. Chega-se ao império, após a crise do imperialismo colonialista, conforme Hardt (1996). O poder não possui mais limites claros e não respeita fronteiras, mas possui origem material bem clara: os países industrializados e detentores de *know-how* e tecnologias de ponta. A fluidez exigida pelos mercados na contemporaneidade solapou a concepção da “soberania moderna”. A delimitação de locais é substituída por fluxos que não permitem mais, segundo Hardt, estabelecer os contornos de um espaço “de fora”. O dentro e o fora cada vez mais se tornam hibridizados e confusos. A construção das civilizações, agindo constantemente sobre a natureza humana, reprimindo seus instintos em nome da ordem, alcança seu ápice nessa nova era. A artificialidade da ordem civil chegou a um extremo onde o natural não é mais reconhecido, pois se hibridiza com a estrutura que foi construída pelo humano. É como que se anunciassem o fim da natureza, para Hardt. Entretanto, nosso trabalho, ao passo que é uma descrição de uma

Sociedade de Controle, é também uma alternativa a ela pelo estudo de sua complexidade e da compreensão de sua necessidade para que uma consciência possa de fato efetuar mudanças na realidade social.

Hardt também nos informa sobre a privatização dos espaços tidos antes como públicos. Há aí também uma evidente tendência à hibridização ou de quase eliminação do “fora”. Por isso, entende-se que há um déficit do pensamento político na sociedade de controle. Separar, portanto, “um dentro de um fora – o natural do social, o privado do público” é tarefa complexa no abstracionismo da sociedade de controle. Mulgan (1991, p. 243-261), nesse sentido, levamos a repensar o que seria o controle público e a ideia de “interesse público”, especialmente em um contexto democrático. Se a comunicação é privada e pública ao mesmo tempo e se subjeta ao processamento social de reprodução, qual o espaço ético a ser buscado? O espetáculo de Debord, utilizado pela mídia hodiernamente, é nada mais que estratégia que desemboca nas fusões pós-modernas, onde o mercado se confunde com a cultura (JAMESON, 2001).

O “fim da história”, em Fukuyama (apud HARDT, 1996), introduz o reino da paz. Isso porque não cabe mais à potência soberana confrontar diretamente o “fora”. A ideia é de extensão de seus domínios não mais pela força, mas pela persuasão. O “lugar da soberania” é indistinto e o soberano se impõe difusamente. Na arquitetura do poder panóptico foucaultiano, a disciplina mostrava sua estrutura. Na sociedade controlada, o mercado mundial instala seu poder de tal forma que não mais é possível conceber seu lugar e sua estrutura. “O planeta inteiro é seu domínio” (HARDT, 1996, p. 361). Assim, não existe algo que possa ser chamado de espaço de “fora” para o mercado mundial, tal como existia para o poder na era disciplinada. “Nesse espaço liso do império, não há mais lugar do poder: ele está em todos os lugares e em nenhum deles. O império é uma utopia, ou, antes, um não-lugar” (HARDT, 1996, p. 362).

A visão de Hardt e de Hardt e Negri devem ser complementadas pela ideia de complexidade em Morin. A não existência de um fora deve ser interpretada como a crescente sistemização das sociedades em torno de um mercado mundial. Deve-se tomar muito cuidado, pois a falta de conhecimento do que é um *sistema*, pode levar um a achar que a não existência do fora é uma realidade. Mas não é. O que o sistema faz é fechar-se operacionalmente para reduzir complexidade e controlar. Durante essa operação contínua, que envolve o processamento de informação e comunicação mútua, os sistemas processam também ruídos, caos. Estes são informados por *feedback* e os limites reajustados de acordo com o conhecimento deles pelo sistema. Esse sistema cibernético não se iguala a uma máquina fechada, pois diz respeito à complexidade social. A realidade social é um jogo de reprodução que encontra, para tal

finalidade, conflitos que determinam os próprios limites dessa reprodução e que são resolvidos para que o sistema não morra. Dizer que não existe um fora, é uma visão unicamente que parte do ponto de vista interior ao sistema, mas que não diz respeito à realidade complexa.

As estratégias do poder na era controlada evidenciam sua realidade amorfa e moldável. São as estratégias de reorganização de empresas na concepção de um mercado mundial que trarão à mostra esse “não-lugar”. A descoberta ou a ilação do caminho do poder contribui para evidenciar as diferenças entre era disciplinar e era do controle e, ainda, contribui para afastar a ideologia persuasiva que a todos cega. A “desdiferenciação” entre o dentro e o fora, para usar terminologia de Jameson, na sociedade de controle, não obstante, vem interferir diretamente na construção da subjetividade dos indivíduos. A fluidez que diluiu as barreiras entre instituições provoca uma intensificação do contato dos indivíduos com elas e, conseqüentemente, uma intensificação na produção de subjetividades. Segundo Hardt, o lugar de cada instituição foi estendido a todo campo social. Disso se depreende que os indivíduos não deixam de participar das instituições, mas se perde a limitação que era inerente a todas elas.

A relação das desregulamentações institucionais com o capitalismo é essencial para explicar o mundo em que vivemos. “Assim como o capitalismo, quanto mais elas [as instituições] se desregam, melhor elas funcionam” (HARDT, 1996, p. 369). A lógica do capitalismo está em seu esfacelamento ou corrupção, como nos mostra Hardt. É se aproveitando da corrupção da subjetividade, portanto, que o capitalismo se aperfeiçoa. O controle é, assim, uma intensificação e uma generalização da disciplina, em que as fronteiras das instituições foram ultrapassadas, tornadas permeáveis, de forma que não há mais distinção entre fora e dentro. Dever-se-ia reconhecer que os aparelhos ideológicos do Estado também operam na sociedade de controle, e talvez com mais intensidade e flexibilidade do que Althusser jamais imaginou (HARDT, 1996, p. 369).

A sociedade de controle, consoante conclusão de Hardt (1996), conforma um “ponto de chegada” do capitalismo. Há a constituição de uma nova “axiomática social” que contempla uma “soberania propriamente capitalista”. Chega-se, logo, à sociedade genuinamente capitalista que Marx definiu como “sociedade da subsunção real” (apud HARDT, 1996, p. 372). É de grande importância, portanto, sublinhar o que esclarece Dênis de Moraes (1998, p. 251). A diversidade de ofertas e os grandes fluxos de informação proporcionados pela era digital contribuem para modificar a lógica entre mídia e público. O que existe de diferente entre a mídia atual da mídia pré-digital, com relação ao controle, é que hodiernamente não se pressupõe uma atuação disciplinar clássica, baseada na coerção. “A antiga disciplina era de longa duração,

infinita e descontínua. As novas práticas de controle social passam a ser de curto prazo, com rotação rápida e contínua” (MORAES, 1998, p. 251). Embora o modelo disciplinar clássico não desapareça, aquele que impõe a informação, justamente por saber que esta emana dele e apenas dele, o modelo atual de controle social, segundo Moraes, conduz essa disciplina através de “modelos discursivos, fluidos e sugestivos”. É uma (aparente) contradição perigosa que emerge nessa nova era: de um lado megacorporações condicionando o mercado simbólico; de outro, a (aparente) diversidade de oferta de informação.

Nesse espaço de controle onde não há mais fora, é necessário, mais do que nunca que a Universidade, para manter sua autonomia de pensamento, construa um paradigma de complexidade, onde, por observação de segunda ordem, seja capaz de ordenar o saber de uma humanidade acima de quaisquer concepções “de dentro”. A Universidade precisa encontrar seu espaço “de fora” em uma sociedade de controle, construindo críticas das críticas, ou como Morin já fez, a natureza da natureza, a vida da vida, o conhecimento do conhecimento, a humanidade da humanidade e, só assim, descontaminando a palavra e a verdade. É assim fulcral a revisão do paradigma de simplicidade cartesiano que separa filosofia e ciência, o que impossibilitou a autorreflexividade sobre o saber objetivado. A contribuição da Universidade, portanto, para uma Sociedade de controle tem no cartesianismo sua condição. O pensamento objetivista deixou de lado a reflexão sobre seu próprio método de produção, desconsiderando o sujeito também parte do sistema de conhecimento. Não só reconhecer os paradigmas, mas torná-los autorreflexivos, conscientes da produção científica. A complexidade vê, para além disso, a necessidade de buscar recursos inter, multi, transdisciplinares, para que a Universidade reconheça sua autonomia e possa se alimentar dela mesmo, impedindo, nessa recursividade, a tomada pela lógica mercadológica, que enfatiza o saber fragmentado e especializado, desprovido de reflexão sobre si.

A economia política é, portanto, como vimos, excelente ponto de partida para, com ajuda de sua autorreflexividade, proporcionar um conhecimento que critique, mas que também critique sua produção, autonomizando-se do processamento social. A autonomia da ciência sobre seu próprio conhecimento é o retorno dos seus pés em sua própria materialidade, o domínio controlado do cientista não apenas de seu sistema territorial, mas de sua organização interna: sua territorialidade. A percepção da territorialidade é tarefa complexa, pois não parte da mera observação, mas, em nosso caso, da observação da observação. Sejam quais forem as aplicações de uma teoria, no nosso caso a da economia política da comunicação, é importante que dela o pesquisador tenha conhecimento daquilo que a determina, para criticar sua produção contínua.

Na economia política de nosso estudo de caso, temos a tarefa de observar estratégias de controle e sobrevivência nessa sociedade de controle, que é o resultado de um processo histórico. As territorialidades locais e globais da qual fazem parte nosso objeto devem ser capazes de refletir as estratégias de sobrevivência e controle do objeto nesse novo tipo de sociedade e de contribuir para a reflexão da construção de uma territorialidade acadêmica autônoma, capaz de conhecer as realimentações do poder e, assim, neles interferir por meio da *práxis social*. Nessa mútua constituição de controle e sobrevivência, a comunicação é elemento que ocupa as áreas cinzas. O que observamos com o desenvolvimento da reprodução e do poder sociais em sua complexidade é o crescente sistemismo das sociedades. Mais do que nunca, política e economia se cruzam em uma rede de liberdade comunicacional sem restrições. Esta parte mostra, assim, que existe um *controle do controle* para a prática de um paradigma de complexidade, que confirma a existência de uma sociedade de controle.

É complexo se periodizar quando surge uma sociedade de controle em sistemas territoriais globais e locais. Complexo, pois, a partir do momento em que o global e o local passam a se tecer em conjunto *mais intensivamente*, análises restritivas se tornam perigosas. O controle não é uma atividade nova das sociedades. Como vimos, é parte do ser vivo biológico e de quaisquer sistemas vivos. Ele é elemento central para explicar a existência e a ordem. Uma sociedade de controle, portanto, é apenas a confirmação de um processo que se iniciou e deu pistas há muito tempo atrás. Ora, mas a sociedade, em se tratando de ser uma *sociedade*, onde todos buscam uma forma de convivência não é, desde o seu início, uma sociedade de controle? Como pode haver convivência, relações humanas, sem controle? Se a sociedade é sempre formada por comunicações, logo o é também por controle. Deduzimos, daí, portanto, que toda sociedade é uma sociedade de controle, independente do nível de suas técnicas de informação e comunicação. A comunicação oral tem suas formas de controle. A invenção da escrita foi uma grande revolução do controle, pois permitiu que os interlocutores se comunicassem sem estarem face a face. Poderíamos dizer que sociedade de controle ou de comunicação são meras redundâncias.

Mas toda sociedade, que é sempre de controle, possui seu sistema territorial e, para ser analisado, necessita de um contexto e de um olhar sobre esse contexto. A sociedade de controle

à qual nos referimos como resultado de uma crise no controle anunciada pela revolução industrial (BENIGER, 1986), é uma sociedade mundial, no estágio mais avançado das relações econômicas e políticas. Essa sociedade de controle a que nos referimos, portanto, tem início no final do século XIX, sobretudo na economia norte-americana. O desenvolvimento dos avanços tecnológicos e do poder de influência decorrente das guerras foram aos Estados Unidos o que faltava para buscar uma demanda e hegemonia global. Com esses processos, sua economia interna se expande ao restante do mundo acompanhada por sistemas de comunicação e *feedback* globais. Seu desenvolvimento é face do subdesenvolvimento e da dependência de países como o Brasil para conseguirem acompanhar as pressões de expansão mundial da economia estadunidense. Como veremos com ajuda de Celso Furtado, a Sociedade de Controle pode ser analisada quando vista de dentro de um país subdesenvolvido, que é o nosso caso, sobretudo se levarmos em consideração o desenvolvimento endógeno da tecnologia na economia norte-americana e o aplicarmos, com ajuda de um método histórico, ao momento em que a expansão mundial ocasionada tem reflexos no Brasil. Sistemas local e global se explicam em uma relação inextricável nesse contexto, principalmente com o desenvolvimento de um sistema global de comunicações.

Portanto, devemos unir a revolução do controle mundial à nossa revolução do controle, em nível local, que só ocorreu intensamente a partir de 1929, isto é, nosso processo de industrialização e de subsunção a um sistema mundial de comunicações. Esse é o nosso contexto que leva a uma sociedade de controle específica, pós revolução industrial. Essa é a territorialidade, portanto, que devemos destacar neste trabalho a partir da próxima parte, que tratará de uma história das estratégias de controle e sobrevivência da Rede Globo. Nos processos de adequação a uma economia global, muito do local permanece a ser destacado, mas a relação não permite que se faça tábula rasa do global. Na Sociedade de Controle do contexto que culmina no chamado Neoliberalismo a partir da década de 1970, temos Estado e economia se constituindo mutuamente como nunca. Assim, a expressão “Estado mínimo” é apenas um aspecto de um momento de relação com o mercado forte que, num próximo momento, exige um Estado máximo para que as crises econômicas sejam reguladas.

Junto ao desenvolvimento dessa constituição mútua entre mercado e Estado, são sempre necessários os três elementos que compõem a ordem do ser vivo: processamento de informação, comunicação e controle. Como dissemos, e iremos especificar na próxima parte, um sistema de mídia global é essencial à economia capitalista que se expande mundialmente, pois é ele que generaliza, por meio da comunicação, a autoridade institucional e disciplinar. Aos Estados

Unidos não seriam mais necessárias guerras físicas, principalmente após a guerra fria, mas dar fluxo aos seus valores por meio da infraestrutura mundial de comunicações que se formava acompanhada do sistema mundial de sobrevivência e controle ou de economia política. A matriz axiológica que daria ao indivíduo de todas as partes do mundo sua base para decidir o que é o bem/bom ou o que é o mal/mau se desenvolveria a partir dos valores entregues pelo sistema mundial de comunicações. Nesse sentido, as constituições federais passaram a perder em soberania, pois sua base axiológica está situada, no caso do Brasil, na solidariedade humana pautada em uma economia nacional de função social. A influência desse sistema global constitui os Estados e com eles mesmos se esbarram, em um processo de negociação contínua. Haveria de existir democracias neoliberais? Segundo autores como Chomsky e McChesney sim, mas destacam sua perversidade, já que a democracia se flexibiliza em suas bases valorativas para dar espaço a uma economia global. “O sistema de mídia global suporta”, segundo McChesney (1999, p. 110), o que poderíamos chamar “de democracia ‘neoliberal’, isto é, a cultura política amplamente vazia que existe nas nações de democracias formalmente dirigidas por forças do mercado no mundo. (...) O neoliberalismo opera não apenas como um sistema econômico mas *também* como um sistema político e cultural” (ênfase nossa). Fica claro em McChesney, portanto, que o neoliberalismo dá possibilidade a essa sociedade de controle que aqui nos referimos, que é uma mútua constituição de sistema político e econômico, sendo que o controle está presente ao mesmo tempo na política, mas também na economia.

É nessa dupla confrontação que o poder encontra sua estrutura. O poder, como afirma Raffestin, não pode encontrar no sistema social referências de como se exercer, se nessa sociedade não se impõe limites ou fronteiras. “Na famosa fórmula ‘dividir para reinar’, encontra-se essa preocupação. O exercício do poder implica a manipulação constante da oposição continuidade versus descontinuidade”. Assim, “o jogo estrutural do poder conduz a assegurar ora a continuidade, deslocando limites, ora a provocar a descontinuidade, criando novos limites” (1993, p. 169). É assim que se mantém a ordem em um sistema, ele se reorganiza permanentemente por meio de suas estruturas. Se antes os muros das instituições eram os limites do poder disciplinar, obtendo no confinamento dentre eles o controle sobre o comportamento individual, a revolução industrial revelou ser necessário encontrar novos limites, que se dariam por meio do controle das comunicações em amplo espaço mundial. A esse controle não se dá a forma de uma paranoia, pois não há necessidade. As comunicações que acompanham o sistema de sobrevivência mundial reproduzem seus valores por meio da própria comunicação, daí a centralidade do *feedback*. Os limites determinam as condições da

reprodução social em uma dada territorialidade. Se esses limites se dão via comunicação vinte e quatro horas por dia, há de se encontrar na própria comunicação a existência desses limites. Ora, como vimos em Wiener, a comunicação permite a previsão de uma ação estratégica com base em um registro informacional passado. A isso são necessários elementos de *feedback*, ou seja, que realimentem ao sistema a informação necessária para que mantenha sua diferença com relação com meio ambiente. Como o próprio Raffestin assevera, os limites “fazem parte do nosso jogo de reprodução social: produção, troca, consumo”. Para isso, o *feedback* é o elemento que resolve os limites com eles próprios, comunica, por meio de informações o necessário à reprodução social. A reprodução social não é “nada mais do que a territorialidade, pois os limites são vividos, consumidos”. “É exatamente porque são vividos que os limites participam das territorialidades” (RAFFESTIN, 1993, p. 170). O *feedback*, portanto, a informação realimentada no sistema, resolve os limites a partir deles mesmos. Assim se organiza a vida, a máquina cibernética, a sociedade de controle. Esta, com sua economia mundial, utiliza-se da informação constante sobre o comportamento da demanda, para aperfeiçoar seus limites. São limites inteligentes que se formam nessa sociedade, por isso às vezes denominados de “fluidos”. Sobre a crise do controle de Beniger, Raffestin pode complementar com os dizeres: “todo período de crise, toda insurreição, toda revolução se traduzem por modificações mais ou menos fortes nos sistemas de limites. Isso se torna a nova quadriculação na qual se instaura, por bem ou por mal, uma nova territorialidade” (p. 170).

O caráter central da reprodução social está no movimento de seus limites e isso só é possível por meio da realimentação sistêmica (*feedback*). A informação passa por todas as barreiras físicas, como lembra Raffestin: “as barreiras em volta dela não servem para nada”. E Raffestin lembra Wiener em *Cibernética e Sociedade* ao dizer que “gozará de maior segurança o país em que a situação da informação e da ciência for apropriada para satisfazer as eventuais exigências – o país no qual se constatar que a informação interessa na qualidade de um processo contínuo, pelo qual observamos o mundo exterior e agimos eficazmente sobre ele” (p. 220). A fusão do entendimento de Raffestin com o de Wiener não poderia se dar da melhor forma. Como vimos em Beniger, a informação é derivada da organização do mundo material, ela não existe per se. E o próprio Beniger resolve a questão, também inspirado na cibernética: em todo sistema vivo, processamento de informação, comunicação mútua e controle trabalham juntos. Não se separa a informação que temos do mundo da comunicação e nem do controle, senão não constituímos um sistema, mas uma desordem. Como disse Raffestin, a segurança de um país (para nós, um sistema vivo) está diretamente ligada ao processo contínuo de informação, que só existe, pois

os sistemas se utilizam dessas informações para realimentarem um sistema que se comunica e que se controla.

A sociedade é um todo conflituoso que, para obter homeostase, como em sistemas menos complexos, precisa de informação constante. Não é a mesma visão dos economistas que defendiam e defendem a livre competição como forma de equilíbrio social: “de que num mercado livre o egoísmo individual dos transacionadores (...) resultará ao fim em uma dinâmica estável de preços e redundará no maior bem comum”. Para essa visão, “o empresário particular, buscando favorecer seu próprio interesse, é de alguma maneira um bem-feitor público e merece assim as grandes recompensas que a sociedade o cumulou. Infelizmente, a evidência, tal como ela é, coloca-se contra esta teoria simplória” (WIENER, 1970, p. 201). Para Wiener, “o mercado é um jogo, que na verdade recebeu um simulacro no jogo familiar do monopólio” (p. 201). Essa visão do mercado como “jogo” leva Wiener a afirmar que o melhor modelo que da cibernética brotou para se aplicar a uma sociedade complexa como a nascente pós-1950, que faria dos seus limites sua própria condição de sobrevivência, é o da teoria dos jogos de von Neumann e Morgenstern (*theory of games*), presente no livro *Theory of Games and Economic Behavior* (1944). Os jogos refletem as situações sociais em uma similaridade não acidental: é comum que padrões de comportamento social sejam reproduzidos em jogos diversos. Segundo Deutsch (1966, p. 52), analisando a teoria dos matemáticos e economistas Neumann e Morgenstern, os jogos refletem as situações da vida real particularmente em três aspectos: 1) Eles lidam com as condições de “recompensas/retornos” ou “interesses” para os diferentes jogadores, que são recompensados ou penalizados naquilo que parece ter valor para eles ou ainda naquilo que diz respeito às condições de permanência no jogo; 2) As penalidades ou recompensas dos jogadores dependem do resultado conjunto de seus próprios movimentos e dos movimentos feitos pelos outros jogadores; isso permite uma análise mais clara da interdependência de decisões entre diferentes atores numa situação de conflito ou cooperação ou da mistura dessas duas situações; 3) Finalmente, em muitos dos mais interessantes jogos os jogadores devem agir sob condições de incerteza e de incompletude sobre a informação; isso faz a análise de tais jogos relevantes para problemas de tomada de decisão sob condições de incerteza. “Todos esses problemas – de como reconhecer o interesse de alguém e agir em sua busca; como tomar ciência sobre as ações prováveis de possíveis aliados e adversários; e de como agir prudentemente sob condições de incerteza e ignorância parcial – são básicos na teoria política e na prática” (DEUTSCH, 1966, p. 52). A sobrevivência que é base desse jogo nem sempre é compatível, entretanto, com os valores: “quase toda cultura ou sistema político assume tacitamente que seus valores são

compatíveis com sua sobrevivência continuada, mas a história registra que no passado tais assunções provaram alguma vez estarem enganadas” (1966, p. 60). O sistema de sobrevivência nem sempre está ancorado em valores comuns, o que leva ao fato de tais sistemas poderem tender ao bem e ao mal. A teoria dos jogos, entretanto, como mesmo fala Deutsch é uma forma complementar de se entender o comportamento de atores em determinados sistemas ou “jogos”. O que a teoria dos jogos faz é criar uma teoria geral em Neumann e Morgenstern que complementa análises complexas, mas não são suficientes. Como disse Deutsch, o humano é um ser de múltiplos jogos, nada garante que permanecerá fazendo o mesmo jogo do sistema, daí a contingência como fator sempre a ser considerado nos sistemas. Mas o jogo dos patifes, que comandam a sociedade de controle, é um jogo que considera o humano estratégico e consciente da sua necessidade de fazer o sistema sobreviver. Os tolos não participam desse e, muitas vezes, sua tolice se vira contra o próprio sistema em forma de “contra-poder”. A teoria dos jogos para analisar o comportamento do mercado “baseia-se na suposição de que cada jogador, a cada estágio, à vista da informação que dispõe no momento, joga de acordo com uma política inteiramente inteligente, que lhe assegurará ao termo a maior expectativa possível de recompensa” (WIENER, 1970, p. 201). O homem da teoria dos jogos é o que, portanto, faz reproduzir a sociedade e tem consciência disso. Esses homens são levados, na grande maioria das vezes, a formar coligações que sempre espreitam a incerteza, a traição, o vira-casaca e a decepção como é típico nos altos negócios, como lembra Wiener. “A longo prazo, mesmo o mais brilhante e inescrupuloso especulador deve esperar a ruína”. Nesse jogo, considerando o ponto de vista da constante incerteza, “não há homeostase de qualquer tipo”, nós “estamos metidos nos ciclos comerciais de alta e baixa, nas sucessões da ditadura e revolução, nas guerras que todo mundo perde, que constituem uma característica dos tempos modernos” (WIENER, 1970, p. 201-202). Assim o retrato que von Neumann faz do jogador como uma pessoa completamente impiedosa e inteligente, “é uma abstração e uma perversão dos fatos”. É raro, como diz Wiener, “encontrar um grande número de pessoas cabalmente espertas e inescrupulosas disputando juntas uma partida. Onde os velhacos se reúnem, haverá sempre tolos e onde os tolos comparecem em número suficiente, oferecem um objeto mais rendoso de exploração para os velhacos” (p. 202). A “psicologia do otário” acaba se transformando em um assunto digno da atenção dos patifes. “Em vez de procurar seu próprio interesse final, segundo o modelo dos jogadores de von Neumann, o tolo opera de um modo que, em conjunto, é tão previsível quanto os esforços de um rato em um labirinto”. Assim, pode ser que “*esta* política de mentiras – ou antes, de afirmações irrelevantes para a verdade – levá-lo-á a comprar determinada marca de cigarros; *aquela* política induzi-lo-á, assim espera o partido, a votar por

um candidato particular – qualquer candidato – ou a aderir a uma caça política à feiticeira. Não só isso, “uma determinada mistura de religião, pornografia e pseudociência venderá um jornal ilustrado. Uma certa combinação de lisonja, suborno e intimidação conduzirá um jovem cientista a trabalhar em mísseis teleguiados e na bomba atômica”. E “para determinar isso, temos nossa máquina de avaliação do fã-club de rádio, de prévias de votação, de consultas de opinião e outras investigações psicológicas, tendo o homem comum como seu objeto; e existem sempre estatísticos, sociólogos e economistas disponíveis para vender seus serviços a tais empreendimentos” (WIENER, 1970, p. 202). Wiener escrevia na década de 1940 e dizia que “felizmente para nós, tais mercadores de mentiras, exploradores de credulidade não chegaram ainda a um tal grau de perfeição, a ponto de disporem das coisas inteiramente a seu modo. Isso acontece porque nenhum homem é totalmente tolo ou totalmente patife” (p. 202). Hoje, com a Sociedade de Controle que Deleuze colocou, o perigo dos homens totalmente tolos e, do outro lado, dos totalmente patifes, parece estar à vista. Wiener, prosseguia: “somente nas comunidades maiores, onde os Senhores-das-Coisas-como-Elas-São se protegem da fome pela riqueza, da opinião pública pela reserva e anonimato, da crítica privada por meio de leis de injúria e pela posse de meios de comunicação, que a implacabilidade pode atingir seus níveis mais sublimes”. E enfatizava: “de todos esses fatores anti-homeostáticos na sociedade, o controle dos meios de comunicação é o mais efetivo e o mais importante”. Terminava sintetizando a grande lição de *Cibernética* ligada ao problema do controle comunicacional: uma das lições do presente livro, segundo Wiener, é que todo organismo se conserva unido em sua ação devido à posse para a aquisição, uso, retenção e transmissão de informação. “Em uma sociedade demasiado ampla para o contato direto de seus membros, tais meios são a imprensa, quer no referente a livros, que no referente a jornais, rádio, sistema telefônico, telégrafo, correios, teatro, cinema, escola e igreja” (1970, p. 203). Mas esse sistema em nossa sociedade atual não é neutro, não é um organismo. Antes fosse, pois a homeostase, o equilíbrio de forças e a igualdade estariam garantidos. “Aquele sistema que, acima de todos, deveria contribuir para a homeostase social é atirado diretamente nas mãos dos mais interessados no jogo do poder e do dinheiro, os quais, como vimos, constituem um dos principais elementos anti-homeostáticos na comunidade” (WIENER, 1970, p. 204). Mas em nossa sociedade, esses gatos predadores não têm guizo para avisar que estão próximos, como diz Wiener. Quem irá pô-los?

Com essa visão do mundo Wiener termina o livro dizendo que seus colegas puseram demasiada esperança sobre os meios de pensamento que saíam da guerra. “Estão certos de que nosso controle sobre o ambiente material superou de longe nosso controle sobre o ambiente social e

entendimento dêste”, assim esses colegas, demasiadamente otimistas, pensam que no futuro a tarefa seria de estender aos campos da sociologia, da antropologia, da economia os métodos das ciências naturais, “na esperança de alcançar uma igual medida de êxito nos domínios sociais” (1970, p. 205). Para Wiener, seus colegas “denotam excessivo otimismo e mau entendimento da natureza de tôda conquista científica” (1970, p. 205). As máquinas que aprendem, que preveem o comportamento futuro haveriam de servir mais aos gatos ou aos ratos? O grande problema das ciências naturais, que é também a fonte de seus êxitos, é que as descobertas científicas são resultado de um isolamento do fenômeno em relação ao observador. Nas ciências sociais o fenômeno e o observador são muito difíceis de se separarem. “De um lado, o observador é capaz de exercer considerável influência sôbre os fenômenos que chama a sua atenção.” Assim, Wiener refere-se a seus amigos das ciências sociais: “Com todo o respeito que tenho pela inteligência, perícia e honestidade de propósito de meus amigos antropólogos, não posso conceber que qualquer comunidade por êles pesquisada jamais seja inteiramente a mesma, em seguida” (1970, p. 206).

As preocupações de Wiener na década de 1940 seriam melhoradas, posteriormente, pelos colegas da cibernética de segunda ordem e da teoria dos sistemas. Hoje temos em Morin e em Luhmann exemplos recentes de pensadores preocupados com a complexidade, apesar do aparato funcionalista que lhes dá base. O funcionalismo oriundo das ciências exatas e naturais foi posto em relação com a realidade denunciada pelo historiador e isso trouxe benefícios para a compressão da complexidade. Apesar de o modelo de Neumann da teoria dos jogos ser aparentemente “estático” pois considera um jogo específico com jogadores específicos, ele traz elementos que retroagem ao discurso narrativo “não-científico” do historiador e lhe dá a capacidade de responder à questão: “como é possível a ordem?”. Junto aos conflitos, às incertezas, ao caos, há os homens que lutam pela sobrevivência, para o bem ou para o mal, e, logo, recorrem à redução das incertezas para viver. Isso é possível compreender por via das ideias de sistemas, de informação, de comunicação e controle, advindos das ciências naturais que, junto a elas, proporcionam ao cientista social uma observação de segunda ordem, isto é, buscar ver aquilo que ninguém viu ainda, o ponto cego. A sociedade de controle é uma observação de segunda ordem aqui para nós e ela revela o mundo dos patifes ou dos sobreviventes que não tem uma resolução final, uma síntese; apenas representa um estado das coisas que é estático e dinâmico ao mesmo tempo. A estática tem recurso no dinamismo social e as análises funcionais, portanto, tem recurso nas que se propõem dialéticas, constituindo um todo que podemos chamar aqui de territorialidades, onde a vida é devir, mas também é ordem.

Só há complexidade e análises complexas que considerem tal relação, como vimos desde o início: ordem e desordem.

Nossa economia política aqui é um ponto de partida para análise social e ela considera a mútua constituição de controle e sobrevivência em vida social. Amparados em uma visão complexa, não temos de nos deixar levar por um controle puramente estático ou livre de valores e, do mesmo modo, por uma sobrevivência puramente dinâmica. Nossa tarefa, desde a primeira parte até este ponto, é demonstrar que quaisquer análises do social devem guiar-se pela complexidade e isso se refletirá nos estudos de nosso objeto, onde faremos uma história de sua complexidade com relação aos sistemas econômico e político em expansão após a revolução do controle.

PARTE III

Rede Globo e Territorialidades

1.HISTÓRIA DAS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E SOBREVIVÊNCIA

“O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” – Daniel Herz, em seu *História secreta da Rede Globo* (1987), resultado da sua dissertação de mestrado apresentada em 1983 à Universidade de Brasília, já havia registrado a existência do bordão (p. 16). Repetida recentemente em manifestações pelo país, especialmente a partir de junho de 2013, a frase ganhou eco nas gerações presentes e se tornou novamente viva desde seu destaque no movimento Diretas-já, de importante papel para a redemocratização do país. O bordão suscitava a desconfiança dos manifestantes com relação à lisura da Rede Globo frente ao processo político.

Apesar da suspeição que a frase põe em alerta, Daniel Herz, em seu papel de pesquisador, logo faz questão de provocar o leitor: “mas a análise crítica da Globo tem que sair do terreno da suspeita, da mera desconfiança de que há interesse em ‘fazer o povo de bobo’”, pondo em destaque claramente a sua atitude que reforça o rigor atribuído ao conhecimento em análise, que ultrapassa o mero senso comum. E completa: “a população tem que ser armada com referências sólidas, tem que ser municiada das certezas do ‘porquê’ a Rede Globo deve vir ‘abaixo’” (p. 16).

Herz já nos leva a fazer a relação da análise crítica com referências “sólidas”. O papel do pesquisador, ao organizar uma trama de informações e trazer à tona conhecimento relevante para a sociedade, tem relação direta e dialética com a produção crítica. Golding e Murdock (2000) já nos alertam que a perspectiva crítica, especialmente dentro de uma economia política da comunicação, é necessariamente ligada às pesquisas verificadas no campo empírico, isto é, o trabalho crítico não deve ser confundido com falta de precisão analítica, ou um lado diametralmente oposto ao trabalho empírico. Essa visão dual entre crítica e trabalho empírico (*administrative reseach*) é equivocada, já que a crítica deve partir de uma visão empiricamente constatada, não sendo dela dissociada.

A relação recursiva do trabalho empírico e da crítica, para além da economia política, eleva-nos a um plano epistemológico, que diz respeito a como conhecemos e como devemos conhecer o mundo que observamos. A recursividade, aqui já enfatizada em Edgar Morin, é a proposta do autor para a construção das bases de um pensamento complexo, isto é, o fundamento de validade de um conhecimento tem sua afirmação com recurso a outros conhecimentos, trazendo o complexo a ser tecido em conjunto dentro do conhecimento proposto e desmantelando o pensamento disjuntor presente no cartesianismo. Assim, não apenas análise empírica e crítica

estariam em recursividade. Para evitar o pensamento redutor, a mentalidade complexa deve unir em anel recursivo o próprio conhecimento que dá base à análise empírica à crítica com outros conhecimentos. Essa atitude é crítica, portanto, não só com relação ao conhecimento que produz a crítica, mas com relação às condições de possibilidade do próprio conhecimento produzido.

O trabalho do pesquisador frente à suspeita posta pelo bordão “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” é de rigor para com a construção de um conhecimento que traça sua linha de diferença do mero senso comum. Conhecer a Rede Globo, portanto, com respeito ao pensamento complexo, ultrapassa as histórias postas, as críticas definitivas, e nos alça à compreensão de um todo do qual ela é parte. Assim, da mesma forma, esta dissertação aqui descrita é apenas um ponto de partida para ao próximo pesquisador, que tem o dever de criticá-la e aprimorá-la.

O limite de nosso todo é o da sociedade de controle. A parte que nesse todo está contida e que também o contém é a Rede Globo. A aproximação dessa sociedade se torna possível pelas proposições da economia política da comunicação que, por sua vez, levar-nos-á diretamente à análise de uma indústria de informação, comunicação e controle específica em determinados sistemas territoriais.

Beniger já, em sua síntese histórica, levou-nos, por meio de uma mentalidade complexa, aos elementos que caracterizam quaisquer sistemas vivos: o processamento de informação, a comunicação mútua e o controle. Essa espécie de funcionalismo que traz à mostra os constituintes de tais sistemas deve ser articulada a um posicionamento materialista para apontar sujeitos operadores, de influência julgada maior, dentro da sistemática. O apontamento de sujeitos e a escolha daqueles que possuem mais influência deve ser, ao pesquisador, viabilizada com fundamentação pertinente. Pois, dizer quem é mais influente em um jogo é dizer que ele controla mais do que o outro. E, se ele controla mais, é porque tem mais acesso à informação e influi com maior grau no processo de comunicação. E isso já traz a análise de Beniger para dentro de uma economia política, onde ser e dever-ser se articulam recursivamente. Por a influência maior sobre determinado ator em um jogo social envolve um pesquisador diretamente afetado por valores que, por sua vez, fundamentarão e decidirão a escolha daquele que controla mais. Assim, o controle da informação e da comunicação em determinada territorialidade nunca é igualitário, pois depende dos valores do sujeito que analisa. Os valores do pesquisador não devem ser, entretanto, algo inconsciente, pois prejudica a consciência sobre suas escolhas. Um pesquisador liberal, por exemplo, pode não ter os mesmos fundamentos axiológicos que um pesquisador socialista. Essa dicotomia, entretanto, está muito abaixo do

pensamento complexo, pois sua tarefa não é, em primeiro lugar, a de defender um lado, mas a de reconstruir um todo disperso. A escolha de valores, por sua vez, fundamenta-se no próprio pensamento complexo, que a põe em confronto consigo mesma.

Devemos aqui iniciar, em respeito aos fundamentos do ponto de partida para análise do social que escolhemos, a economia política, por uma análise da história e de suas mudanças onde a Rede Globo se inscreve e que a leva a uma sociedade de controle. Nossa história, antes de ser uma história da Rede Globo, precisa ser uma história orientada pelas transformações estruturais nos sistemas econômico e político no âmbito mundial e no âmbito local, pois sem o conhecimento dessas transformações estruturais não há como se tratar, ao fim, de estratégias de controle e sobrevivência dessa empresa em uma sociedade de controle. As estratégias de uma empresa, uma organização, que tem como produto a comunicação são relativas a fundamentos inextricavelmente lógicos de um passado que conforma relações mútuas entre territorialidades locais e globais, mas também com vistas a um futuro proposital. Se uma empresa torna hoje o seu produto a própria comunicação, dela extraindo mais-valia, é porque ela, considerando que todo sistema vivo depende de comunicação própria, não mais usa a comunicação apenas para sobrevivência própria, mas vende o excedente a quem necessitar. Esse estágio em que o processo comunicacional é comercializado dentro de uma sociedade guarda raízes profundas em uma história de controle e reprodução social. Hoje vendemos o que nos é próprio, seja na máquina seja no animal: a comunicação. Mas por quê? Controle é a resposta. Materialmente falando, o que os meios de comunicação vendem, ao vender a comunicação, é também seus utentes, a demanda, os indivíduos ou o público (SMYTHE, 1977) a ser atingido por esse processo comunicacional, que envolve seleções e, portanto, é sempre contingente, mas que a história mostra sempre ter dado “certo”. A integração econômica em caráter mundial é, como vimos em Beniger, resposta à uma crise de controle, que eleva o controle ao nível societário. A comunicação é o sistema básico dessa sociedade que produz a si própria, como vimos em Luhmann. A sociedade de controle, como consequência lógica, é um “ponto de chegada” do sistema econômico e de sobrevivência social que guarda respostas a partir de um passado que precisa ser conhecido. Em outras palavras, a sociedade de controle é uma sociedade de controle social, ou seja, que controla a si própria. Assim, tecnologias de controle, que envolvem processamento de informação e comunicação, como vimos, as burocracias, os métodos de racionalizações, as ferrovias, os correios, o telégrafo, o rádio, a televisão, o *marketing*, a opinião pública, o computador, a Internet etc. são meios apropriados para o controle social, pois estimulam populações, demandas, a ordem de uma forma geral, e trazem, por meio do *feedback*,

a realimentação de volta ao controlador. Daí a reprodução social.

Se há um autor brasileiro que, ao analisarmos, orientados sob o prisma da complexidade, pode nos ajudar a compreender essa história de transformações estruturais política e econômicas, esse autor é o economista Celso Furtado. Como estamos analisando uma empresa local, de um contexto econômico subalterno na construção de uma sociedade de controle, o autor brasileiro nos ajuda a entender a complexidade que configura a relação de dependência resultante das duas faces de uma mesma moeda: desenvolvimento e subdesenvolvimento. A articulação entre local e global é uma estratégia muito importante para análise econômica e política, principalmente, não obstante, no que diz respeito aos mercados de comunicação dentro do Brasil, que apresentam “peculiaridades”. Mas essa articulação para ser complementar e, ao mesmo tempo, considerar peculiaridades, exceções, não pode ser baseada senão em um paradigma de complexidade, onde a ordem das coisas é também reflexo de sua desordem. Assim, Celso Furtado, especialmente em *Raízes do subdesenvolvimento*, presenteia-nos com uma síntese lúcida que relaciona o desenvolvimento econômico e político global com o local, uma relação que implica uma lógica de transformações históricas, econômicas, políticas, tecnológicas que diz respeito ao que aqui chamamos de Sociedade Controle, que é sempre mundial, como vimos em Hardt (1996), mas que se materializa com suas especificidades em território local. Isto, entretanto, jamais pode ser motivo para desconsiderar o todo – este da Sociedade de Controle – pois é por ele que nos permitimos pensar as partes. Todo e partes, que são nossas considerações ao nível epistemológico, são aqui, já em uma análise do social sob o ponto de vista da economia política (complexa), transmudados em global e local, que conformam um todo relacionado permanentemente entre suas partes, duas territorialidades e dois sistemas territoriais que possuem relações não mais passíveis de desconsideração no nível de complexidade social em que chegamos, correndo o risco de por a Academia em situação de ingenuidade e de não compreensão das transformações históricas. A complexidade, aqui, tem papel, portanto, óbvio ao estruturar este trabalho: é estratégia para, ao compreender a compreensão humana, não se deixar levar pela confusão em lugar da complexidade. Não há mais confusão. Há complexidade. Esse mantra deve acompanhar a astúcia da inteligência humana, que não desiste de querer entender.

Para compreender, em primeiro lugar, a territorialidade global, que constitui o todo de nossa sociedade controle, devemos analisar aspectos econômicos e políticos, assim como o faremos na análise local. O controle social era e é o ponto estratégico a ser pensado nessa nova sociedade mundial que surgiria como resultado da crise de controle que a revolução industrial gerou, como

vimos em Beniger. Ter o controle da sociedade é ter o controle de previsão sobre processos políticos e econômicos. Esse *feedback*, como vimos, foi possibilitado pelo desenvolvimento da teoria da informação, da comunicação e da cibernética, introduzindo novas possibilidades tecnológicas de processamento de informação para efetivação do controle. Se formos passar a indicar *a quem* interessou mais esse controle, temos nos Estados Unidos tal materialidade. Esta nação, aproveitando-se de seu desenvolvimento técnico, de sua posição política no pós-guerra e do desenvolvimento de sua indústria interna, tratou logo de coordenar estratégias que viabilizassem a segurança do sistema de produção e reprodução capitalista, principalmente por meio do uso da informação no período de guerra fria e da ameaça do potencial militar que detinha (bomba atômica). A informação e seu processamento, possibilitada pelo avanço tecnológico cibernético, trazia o recuo cada vez maior da necessidade de um belicismo físico, sendo na e pela informação que as negociações de paz passariam a ser tratadas. O monopólio da bomba atômica e de um imenso poder militar físico, é claro, era o fundamento de possibilidade de encontrar na informação a capacidade de controle. Sem o porrete físico de fundo, para conter a “ameaça” global comunista, a informação provavelmente não seria tão eficaz. Pelo mesmo elemento, a informação, o aumento da esfera de influência econômica do capitalismo e da expansão dos pressupostos valorativos da sociedade estadunidense a um nível global tornaram-se possíveis. A estrutura do sistema telemático que se formava permitia o alcance de mercados consumidores e do *feedback* deles. Confirmando essa ideia, Furtado (2011) considera a guerra fria um mito que funcionou como arma de difusão ideológica do capitalismo, não havendo, de fato, riscos reais de uma guerra total: “excluída a hipótese de guerra entre grandes protagonistas como instrumento para alcançar os fins da política, a verdadeira confrontação passa a ter lugar na área tecnológica e da informação” (p. 27).

O problema para os Estados Unidos, segundo Celso Furtado, na segunda metade do século XX, era o de sua “segurança” – ou seja, “a forma de organização mundial que prevaleceria como decorrência da revolução tecnológica que os americanos pretendiam fosse compatível com a preservação do *american way of life* em seu território e com a defesa de seus crescentes interesses econômicos além de suas fronteiras” (2011, p. 36). Sua segurança, de seu território, de seus valores e de seu interesse econômico, significava um crescente interesse em também intervir na política dos territórios vizinhos para que pudessem contar com estabilidade social suficiente para entrada de suas grandes empresas de capital concentrado e também para o controle da segurança de seu próprio território. É de se imaginar que a nação mais poderosa do pós-guerra fosse se preocupar em controlar o seu entorno como forma de computar estratégias

de produção e reprodução. Os problemas de política interna nos países próximos, especialmente na América Latina, eram de extrema relevância para o controle dessa estabilidade social que requeriam os Estados Unidos, sendo necessária a ação tutelar direta e a intromissão na política dos povos vizinhos. Para o Brasil, ao passo que o problema dos Estados Unidos era com sua segurança, a questão a ser enfrentada era a do “desenvolvimento”, isto é, “abrir caminho”, segundo Furtado (2011, p. 36), “de acesso aos frutos da revolução tecnológica em curso”. Não há como, para o projeto de “segurança” estadunidense, obter estabilidade social com estagnação econômica. Caberia às empresas privadas norte-americanas o papel no desenvolvimento latino-americano. Essa doutrina, de “ajuda” que as empresas estadunidenses proporcionariam aos países latino-americanos, “tem raízes na própria evolução estrutural do capitalismo americano, no qual o poder econômico tende a concentrar-se ao mesmo tempo que a estrutura da grande empresa se diversifica funcional e geograficamente” (2011, p. 37). Já estava implícito no próprio modelo de capitalismo americano a tendência à crescente concentração do poder nas mãos de grandes empresas que dominariam mercados diversos (diversificação funcional) e estendidos por várias áreas geográficas. As grandes empresas estadunidenses formavam assim, como diz Furtado, verdadeiros centros de decisões, capazes de administrar atividades econômicas diversas em múltiplos territórios. A concentração do poder na mão dessas empresas, por meio do processo de conglomeração, já evidenciava a necessidade não de aparente economia internacional, mas uma economia de controle, onde os preços pudessem ser administrados. O conglomerado representa o verdadeiro centro de decisão política e econômica da sociedade de controle. Pelas diversas atividades que coordena por meio da integração vertical e horizontal de sua propriedade, tais empresas têm o controle sobre sua própria reprodução. Poder vender produtos diversificados, que muitas vezes demandam diferentes tecnologias, demonstra a concentração do poder financeiro dessas empresas. Possuem capital suficiente para gerir a sobrevivência de uma sociedade e de gerir a própria sobrevivência, pois ao passo que a demanda de um produto tende a lhe causar prejuízo, a demanda do outro diversificado pode crescer e compensar as perdas. A diversificação presente nos conglomerados mostra como eles são centros poderosos de decisões da reprodução social, pois mantêm-se independentemente dos prejuízos ocasionados por uma demanda específica.

Essa realidade de concentração de poder que se evidencia da própria estrutura societária dos Estados Unidos é uma de nossas bases históricas para compreender o desenvolvimento da economia mundial de controle. As grandes empresas que representam essa concentração econômica seriam os principais intermediários da política de “ajuda” dos Estados Unidos. Essa

característica influenciará diretamente a formação das territorialidades latino-americanas, sobretudo o Brasil, pois são essas empresas que “ajudariam” os países que não tiveram o mesmo processo endógeno de concentração de riqueza a produzirem seu processo de industrialização, só revelado tardiamente. As grandes sociedades anônimas norte-americanas, que dirigiram o sistema econômico nascente, eram a forma das grandes burocracias privadas capazes de, em seu próprio sistema de decisão, exercerem influência pública, logo, influenciando a sociedade estadunidense no momento em que são integradas à sua composição (FURTADO, 2011). Essa grande firma não possui a mesma relação que possuíam as estruturas religiosas e corporativas de séculos anteriores, lembra Furtado, citando Andrew Hacker (p. 39). Ao contrário dessas estruturas, a grande firma não se integra racionalmente aos propósitos de uma sociedade política pluralista, não há fundamento racional capaz de ligar a sua responsabilidade pública ao seu poder e objetivos (HACKER apud FURTADO, 2011). Essas empresas que começam a controlar a economia de toda uma população em seu território soberano passam, logicamente, a controlar o processo de sobrevivência social, a produção e sua reprodução, sem necessariamente se vincular à política territorial de uma nação. Citando Berle, Furtado lembra que “a direção de uma grande sociedade anônima não deriva o seu poder de ninguém, senão dela mesma: ‘é uma oligarquia que automaticamente se autoperpetua’” (2011, p. 39). Não há, portanto, legitimidade ao poder que essas sociedades anônimas passam a ter, lembra Furtado, sendo de importância política a discussão dos poderes sobre a sociedade que elas promovem. Na mesma linha, como culpar a família Marinho pelo seu poder e sua possível falta de responsabilidade social? Essa culpa só pode ser buscada se essas empresas passarem a ser submetidas ao jugo da constituição principiológica das sociedades, isto é, se, por força da lei, forem coagidas a respeitar valores que liguem seu desmedido poder à sua responsabilidade, só assim regulando-o.

Se às próprias sociedades em que nascem tais empresas que concentram tanto poder já causam preocupação com relação ao poder político e à sua superinfluência na nação, para além de estruturas tradicionais, é de se imaginar, no momento em que essas empresas levam “ajuda” ao território latino-americano, com suas especificidades sociais e culturais, o que causam na organização sociocultural dele. Ao penetrarem em uma economia subdesenvolvida, trazendo o progresso tecnológico de maneira exógena aos países vizinhos que as apoiariam com muitos privilégios, as grandes empresas norte-americanas “provocam efeitos semelhantes aos de certas grandes árvores exóticas introduzidas em determinadas áreas: drenam toda a água e ressecam o terreno, provocando um desequilíbrio na flora e na fauna, com o surgimento de pragas e

congêneres” (FURTADO, 2011, p. 40). Os desequilíbrios estruturais nas economias latino-americanas seriam óbvios, sobretudo por conta do poder de controle reduzido dos governos nacionais, levando a uma acentuação de desigualdades e conflitos sociais.

As concentrações do poder econômico dessas grandes firmas não se observaram na maneira clássica do monopólio, segundo Furtado. A forma anterior do monopólio se traduziu em oligopólio não por acaso, mas porque a concentração na forma do oligopólio é compatível com uma “política de preços administrados”. Tal política além de ser capaz de condicionar o comportamento do consumidor, controlando-o, é compatível com a legislação. Ser “compatível” com uma legislação não é necessariamente ser compatível com fundamentos morais maiores, a aspirações de uma coletividade. O controle judicial do problema das concentrações se torna um problema, segundo Furtado. Outras formas de se concentrar o poder também se disseminam conforme a legislação, mas não conforme valores coletivos, o que ocasiona uma rediscussão das formas tradicionais de controle pelo Direito, mais bem identificado no âmbito dos princípios constitucionais que amalgamam o verdadeiro DNA capaz de controlar uma sociedade justa.

As formas sofisticadas de concentração, entretanto, em um Direito ainda conjugado a um paradigma liberal, de ênfase no respeito à propriedade e na liberdade contratual, tenderiam a se alastrar. Sob o paradigma constitucional, onde a propriedade ganhava função social, no entanto, tais empresas tiveram que se ajustar, mas, mesmo assim, produziram meios de escapar ao controle judicial, não obstante o crescente poder político que pressiona o controle judicial a não ser exercido. Como se exerce o controle de uma sociedade se as estruturas políticas e judiciárias estão aparelhadas pelo poder econômico concentrado em grandes empresas? Daí que um estudo do controle social na complexidade moderna deve considerar com extrema importância o desenvolvimento da industrialização norte-americana, de onde surgem, de fato, o problema da concentração do poder como conhecemos hoje em territórios onde operaram essas forças. Um estudo do controle social que não leve a história norte-americana em consideração está fadado à cegueira, mesmo com a tendência atual que se verifica ao policentrismo na operação do controle mundial, com atuação de outras nações que passaram a ganhar autonomia com seus próprios desenvolvimentos tecnológicos.

A forma da concentração de poder financeiro moderno, manifesta-se principalmente por meio de diversificação e conglomeração, como nos mostra Furtado (2011). Eliminar concorrência para garantir monopólio não é mais um feito essencial à concentração moderna. Isso não quer dizer que o monopólio deixe de existir, mas que a concentração ganha novas maneiras de se

mostrar. O fenômeno que nos permite observar essas novas maneiras é o da conglomeração. Conglomerados econômicos, segundo Furtado, são “firmas que controlam múltiplas atividades produtivas não relacionadas” (2011, p. 45-46), sendo o seu método corrente de crescimento “a absorção de outras firmas em operação” (2011, p. 46). É, de outra maneira, “uma amálgama de capacidade gerencial-administrativa e controle de uma massa crítica de recursos financeiros” (p. 48). Para Furtado, do ponto de vista da teoria econômica convencional, “o conglomerado poderia parecer uma aberração, porquanto não se apoia nem nas economias de escala, nem nas conhecidas vantagens da integração vertical: redução de estoques, sincronização de fases complementares de um processo produtivo, etc.” (2011, p. 46). É o conglomerado, todavia, que constitui a forma predominante de organização da produção, baseando-se, segundo Furtado, em dois princípios: “investir em múltiplos setores com o mínimo de inter-relação é reduzir o coeficiente de risco; na luta pelo controle de um mercado é mais importante dispor de poder financeiro do que de uma elevada participação nesse mercado” (2011, p. 46). Aqui reside a racionalidade do conglomerado, portanto: quanto maior o poder financeiro, maior o controle do mercado. Assim, se um conglomerado produz produtos A, B, C e D diversos, têm o risco que teria em um mercado apenas, caso não fosse conglomerado, mas apenas uma empresa especializada, pulverizado por todos os outros processos produtivos que controla. Se a demanda de A provoca prejuízo, B, C e D podem compensar. Assim, ser grande é o objetivo, mas para sê-lo e controlar cadeias produtivas diversas é necessário poder financeiro, isto é, uma grande acumulação de riqueza nas mãos de alguns proprietários. Esse mesmo poder financeiro é que ditará uma economia de preços administrados, pois esses conglomerados, com tantos mercados sob seu controle, são capazes de pensar estratégias de maneira muito mais eficiente. São verdadeiros centros de decisão. O conglomerado, “atuando simultaneamente em muitos mercados e armado de grande poder financeiro, (...) dispõe de excepcional capacidade de manobra, podendo sempre escolher a frente em que lhe convém tomar a iniciativa”. Desse modo, “na confrontação com outros conglomerados, sua capacidade estratégica é, evidentemente, muito superior à de uma firma especializada” (FURTADO, 2011, p. 47). A firma especializada, entretanto, pode ajudar a própria tarefa de concentração, já que, dependendo de seu potencial inovador em um determinado mercado, pode ser adquirida por um conglomerado. A firma especializada, juntamente ao mercado de capitais, “tendem a ocupar posições secundárias nas economias capitalistas, ao mesmo tempo que se ampliam as possibilidades de concentração do poder econômico” (FURTADO, 2011, p. 49).

Sendo a conglomeração um mecanismo “destinado a encontrar aplicação para um fluxo de

recursos que ele mesmo cria de forma permanente” (FURTADO, 2011, p. 49), está evidente a sua característica de autorreprodução, já que dispõe de meios gerenciais para direcionar tais fluxos. Não apenas o controle de fluxos crescentes de recursos líquidos, mas também a possibilidade de controlar o comportamento do consumidor tem o conglomerado por via dos meios de comunicação de massa e customizados, retroalimentando, a partir do comportamento observado, suas ações estratégicas.

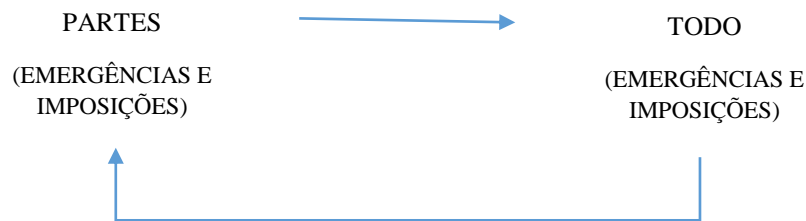
Não apenas se diferenciam funcionalmente os conglomerados, mas também por meio de dispersão geográfica (FURTADO, 2011). Diferenciação funcional e geográfica podem se combinar em um único conglomerado. Da mesma forma que o conglomerado funcional que controla diversas atividades produtivas diferenciadas, a diferenciação geográfica por dispersão em espaços econômicos diversos adquire vantagens com relação ao competidor local. “As vantagens da dispersão geográfica são particularmente grandes, pois a experiência obtida em certa linha de produção em uma determinada área pode ser utilizada em outras” (FURTADO, 2011, p. 50), contribuindo para o trabalho de pesquisa e desenvolvimento, por exemplo. A combinação da multifuncionalidade e da multinacionalidade dos conglomerados é, para Furtado, “a forma superior de organização da economia capitalista” (2011, p. 50).

“A penetração dos conglomerados norte-americanos nas indústrias manufatureiras da América Latina é fenômeno posterior à grande depressão dos anos 1930”, sendo a partir da Segunda Guerra Mundial que “essa penetração atinge maior intensidade, particularmente naqueles países, como o Brasil, que já haviam passado por uma primeira fase de desenvolvimento industrial” (FURTADO, 2011, p. 51-52). A infiltração indiscriminada desses conglomerados nas regiões latino-americanas não acompanhou, entretanto, o grau de desenvolvimento alcançado nessas nações, o que acabou afetando “a formação de uma classe de empresários de nítido sentido social” (FURTADO, 2011, p. 52). Os empresários capazes a acompanhar esse ritmo dos conglomerados, todavia, foram incorporados secundariamente à nova classe gerencial a serviço dos conglomerados. Expandindo-se absurdamente a forma do conglomerado norte-americano pela América Latina, Furtado nos leva a pensar: “até que ponto é adequado utilizar o conceito de sistema econômico nacional na análise de tais economias?” (2011, p. 51). Ora, os conglomerados estabelecem estratégias com base em finalidades de crescimento próprias, destacada sua dispersão funcional e/ou geográfica, sendo complicado dizer a compatibilidade da realidade do conglomerado, uma aberração, em relação a um sistema econômico nacional, baseado ainda em estruturas burocráticas rígidas. Um sistema econômico nacional “supõe uma unificação das decisões em função de interesses específicos de uma coletividade” (FURTADO,

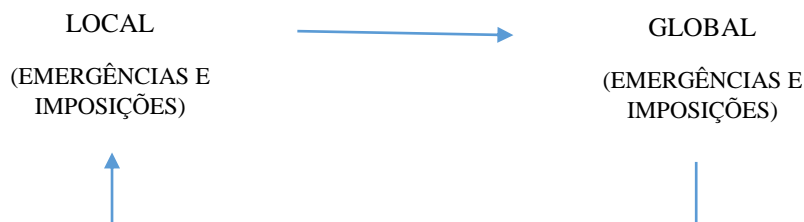
2011, p. 51), em contraste com a natureza do conglomerado como próprio centro de decisões voltadas a finalidades próprias, e não de uma coletividade, daí o desligamento do seu poder e de sua responsabilidade para com o Estado-nação. Assim, a estrutura multinacional dos conglomerados com centro hegemônico partindo dos Estados Unidos, ao ingressar nas economias latino-americanas, provocam um duplo processo de integração: “a integração da região das filiais dos conglomerados e integração do conjunto da região com a economia norte-americana” (FURTADO, 2011, p. 52). Forma-se, assim, uma verdadeira “estruturação de um sistema de decisões” (para nós, de controle), muito mais do que apenas nos revela a ideia de uso racional de recursos produtivos (FURTADO, 2011, p. 52). Ao empresário nacional coube filiar-se a esse processo, correndo o risco de, ao não fazê-lo, perder a capacidade de captar o comportamento do conjunto desse sistema complexo. A dependência do empresário nacional a esse centro de decisões norte-americano levou a uma conseqüente perda de autonomia na maturação do capitalismo local. A tarefa de enfraquecimento dos Estados locais não é, para Furtado, portanto, uma tentativa de fortalecer a iniciativa privada, mas, antes, de “renunciar à formação de um sistema econômico nacional, isto é, um sistema de produção articulado em função dos interesses da coletividade nacional” (2011, p. 53). Os Estados têm soberania para decidir, contanto que não atrapalhem a sistemática tentacular criada pelas grandes empresas.

O papel estratégico dos Estados nacionais está reservado a estabilizar as economias nacionais com uso de políticas monetária e fiscal. Assim, nesse capitalismo que Furtado (2011) chama de “pós-cíclico”, o Estado passa a sofrer mudanças em suas funções econômicas, mas, atrelado a isso, também a natureza da empresa como centro de decisões e o processo de concentração do poder econômico. A nova economia reforça a constituição mútua de controle e sobrevivência sociais. Há, assim, claramente elementos de reprodução social (econômicos) dentro da organização do controle político (política), representados por essas novas políticas monetárias e fiscais, e também o inverso, elementos de controle político (política) dentro do processo de reprodução social (economia), ao evidenciarmos que as novas grandes empresas conformam grandes centros de decisões que suplantam a soberania nacional e nela passam a influenciar e pressionar para que seus fins sejam alcançados. Mais do que nunca, a mútua constituição de economia e política está imbricada de uma forma complexa que não permite separar processos locais e globais, sendo que ambas as territorialidades conformam parte e todo em uma visão complexa – isto é, o todo não é tudo, e as partes refletem o todo, mas nunca somadas são iguais ao todo, pois possuem emergências e imposições que lhes são próprias, sendo que o todo é, ao mesmo tempo, mais e menos que a soma das partes. Esse tecer em conjunto de todos e partes,

que evidencia também emergências e imposições, dá lugar ao pensamento complexo, seja para pensar territorialidades locais e globais, seja para analisar a constituição mútua de economia e política. A organização das territorialidades locais conforma e não conforma ao mesmo tempo a organização das globais. Isto é, o global tem sua própria sistemática, com emergências e imposições e o local também. Isso significa, por exemplo, que apesar de nossa dependência com a sobrevivência global, esta também depende da nossa. É uma questão complexa: “a inter-relação que liga a explicação das partes à do todo e vice-versa é de fato um convite a uma descrição e a uma explicação recursivas: a descrição (explicação) das partes depende da do todo que depende da das partes” (MORIN, p. 159, 2013). O circuito é recursivo e é nele que se forma a descrição ou explicação. O primeiro modelo é adaptado do modelo de Morin (2013, p. 159).



Daí, deduzimos:



Nessa mútua organização de economia e política, surge um todo que aqui chamamos de sociedade de controle. Essa sociedade é uma sociedade que controla a si mesma, graças ao avanço do processo de sobrevivência em âmbito global junto aos de controle. Novas técnicas de decisão e gerenciamento, baseadas no processamento de informação, permitem a grande empresa diversificar-se funcional e geograficamente, mantendo a eficácia econômica, conforme

Celso Furtado (2011). O novo sistema econômico internacional “é muito menos um fenômeno de *comércio internacional* que de controle de decisões econômicas numa área multinacional” (FURTADO, 2011, p. 61). O controle constantemente enfatizado por Furtado nos leva diretamente a Beniger e a confirmar sua observação de que em torno do processo de expansão da economia mundial há sempre os elementos de processamento de informação e comunicação como base, não importando o aspecto parcial que consideremos dessa sociedade – se se trata de uma sociedade de conhecimento, de informação, do imaterial, do pós-fordismo etc. Esses dois elementos nos levam a um outro fator dinâmico, que evidencia a finalidade da informação e da comunicação, isto é, o controle. Isso é claro para Beniger em quaisquer sistemas vivos, do celular, no nível biológico, ao nível de quaisquer sociedades.

A tese de que a hegemonia americana perde sua força num posterior quadro de reestruturação da economia, principalmente devido ao avanço da tecnologia militar, tem o seu lugar válido no que diz respeito às economias desenvolvidas, que tendem, com isso, a ganhar força com seus sistemas nacionais de decisão. Assim, nos sistemas econômicos já estruturados (países industrializados da Europa Ocidental e Japão), “a interiorização das grandes companhias americanas foi rapidamente identificada como um aspecto de desenvolvimento da economia internacional, devendo como tal ser considerada”, sendo que “colocaram-se de imediato o problema das *vantagens e desvantagens* dessa interiorização, e a questão de saber até que ponto a coerência de um sistema nacional de decisões é fator indispensável ao desenvolvimento nas condições do mundo contemporâneo” (FURTADO, 2011, p. 76). Esse posicionamento crítico das nações desenvolvidas frente ao avanço norte-americano em suas nacionalidades trouxe essas nações para uma clara ênfase na proteção da economia nacional, “considerada essencialmente um sistema de decisões” (FURTADO, 2011, p. 76). No Brasil, o pensamento era diverso, isto é, focado não na economia nacional como um sistema de decisões, mas baseando sua proposta de desenvolvimento na proteção da indústria, que poderia ser controlada de fora ou de dentro do país, isto é, considerada “isoladamente como atividade produtora e fonte de emprego” (FURTADO, 2011, p. 76). Ao contrário, países como Japão e Grã-Bretanha, explica Furtado, “submeteram a estrito controle a instalação de novas empresas estrangeiras, o financiamento de sua expansão ou a aquisição de uma companhia nacional por grupo estrangeiro” (2011, p. 77). Os países que impuseram tal proteção aos seus sistemas nacionais, na verdade, tinham consciência de que a autonomia de decisões, principalmente no que diz respeito ao financiamento público de tecnologias de vanguarda, era importante para atuar nos mercados internacionais (FURTADO, 2011). Sem essa autonomia de decisões, as grandes

empresas que surgiram nesses países não atuavam, na contemporaneidade, lado a lado com as gigantes americanas, numa espécie de policentrismo que diminuiu a influência hegemônica norte-americana. O que se deu na América Latina foi a impossibilidade de adoção do modelo que via a economia nacional enquanto sistema a ser protegido estrategicamente para atuar no mercado mundial com capacidade de decidir os próprios rumos. O modelo de proteção da indústria era mais coerente com o momento de substituição de importações, “na suposição de que *qualquer* indústria instalada no território nacional coopera *igualmente* para a prosperidade do país”. É por essa razão que a implantação de filiais norte-americanas realizou-se com extrema rapidez no território latino-americano, devido a toda uma complexidade que já punha de antemão nossa territorialidade em sistema de dependência. O problema do desenvolvimento, olhando a experiência da América Latina, ou seja, do outro lado da moeda, é, portanto, “menos um problema de investimentos que de criação de um sistema econômico articulado e capacitado para autogerir-se” (FURTADO, 2011, p. 81). A autodireção, mais uma vez, leva-nos ao problema do controle. Visto que os países latino-americanos não se preocupavam com seu controle enquanto economias nacionais sólidas, restou a outros a tarefa de lhes controlar e de aumentar a capacidade de controle de seus sistemas de decisões, por conta da diversificação funcional e também geográfica, como vimos. Em resumo, para a América Latina, “a ‘estratégia de ajuda’ do governo norte-americano mediante a criação de privilégios para as grandes empresas e o controle preventivo da ‘subversão’ contribuiu para preservar as mais retrógradas formas de organização social”. Não obstante, contribuiu também para “esvaziar os Estados nacionais como centros de decisão e instrumentos de mobilização das coletividades para as tarefas do desenvolvimento” (FURTADO, 2011, p. 82). Os centros de decisão funcionam como “intérpretes dos interesses substantivos das coletividades humanas” (FURTADO, 2011, p. 82). Nos países da América Latina, conforme Furtado, “as tentativas de *integração* de economias nacionais desarticuladas e incapacitadas para autogerir-se limitam-se a uma justaposição dos interesses das grandes empresas estrangeiras que atuam na região e servirão apenas para aumentar os custos e fazer mais remota a adoção de autênticas políticas de desenvolvimento” (2011, p. 83). Os espaços econômicos nacionais, ainda, segundo Furtado, desempenham marcas definidoras dos critérios de valor que atenderão toda uma coletividade. Se eles não podem se autogerir, o que se tem é a definição de critérios de valor controladas por grandes firmas estrangeiras.

A economia, como resultado de uma especialização das ciências sociais, não pode ser o mero estudo dos *mecanismos econômicos*, como o próprio Furtado coloca. A relação de dependência

dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos só pode ser entendida em sua complexidade, isto é, não se pode separar tais mecanismos dos atores que lhes trazem vida, pois o comportamento destes está condicionado por fatores de ordem social e cultural. *Quem* movimenta os mecanismos econômicos, introduz neles as imposições e emergências de seus próprios comportamentos resultantes de um contexto próprio. A economia política, diferentemente da análise purista da economia positivista, deve ter como objeto o *todo* social, sendo que o todo tenha como critério de valor o da complexidade e não o de mera soma de partes. Sobrevivência e controle social são faces de uma mesma realidade que se tece em conjunto. Assim, para descrever e explicar a sobrevivência deve-se necessariamente recorrer ao controle social e este, por sua vez, à sobrevivência. Sobrevivência está no controle e controle está na sobrevivência. Como um recorre ao outro, é o que constitui a descrição de sua mútua constituição na realidade. Para descrever uma Sociedade de controle, deve-se buscar auxílio na recursão entre partes e todo.

Da mesma forma, há uma relação recursiva entre o subdesenvolvimento latino-americano e o desenvolvimento. O subdesenvolvimento só pode ser explicado pelo desenvolvimento e vice-versa. Como Furtado nos demonstrou, ambos “devem ser considerados como dois aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna” (2011, p. 88). Assim, para entender o subdesenvolvimento devemos, como fizemos, recorrer à história do desenvolvimento, pois é nela que são evidenciados: 1) o processo adiantado de revolução industrial nesse número pequeno de nações e 2) o caráter endógeno da criação de técnicas de controle. Isto é, a raiz histórica da industrialização e do controle evidencia o próprio subdesenvolvimento. Do estudo da história do controle, que aqui olhamos basicamente nos aspectos econômicos e políticos, deriva-se a própria descrição da sociedade, sendo que descrevê-la é necessariamente ter de descrever seu autocontrole.

O desenvolvimento é não apenas resultado da concentração de riqueza em termos puramente econômicos. Essa concentração que gera desenvolvimento tem um sentido provocado por atores sintagmáticos e é só dessa relação que o sentido emerge. O desenvolvimento é, mais do que isso, “a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade em função de objetivos que se propõe alcançar essa sociedade” (FURTADO, 2011, p. 103). Os objetivos por essa sociedade dirigida por autoridades reais a serem alcançados se resumem na ideia de controle, mas não pode ter nela reduzida a sua complexidade. A descrição da sobrevivência, isto é, da produção e da reprodução sociais, tende a destacar o aspecto material, enquanto a do controle, o aspecto funcional. Uma territorialidade, portanto, só pode ser resultado das relações materiais

de sobrevivência que conforma e daquelas funcionais, voltadas para o controle da sua própria organização. A organização social esconde, portanto, uma materialidade histórica permeada por controle, traduzindo-se em territorialidade. Territorialidade é um fenômeno comportamental resultado de um processo histórico onde o controle e a influência do sistema territorial só são possíveis pois há informação e comunicação colaborando para reproduzir a ordem. A comunicação, em uma territorialidade, é, ao mesmo tempo, produtora e subalterna ao sistema territorial. Para entendermos a natureza subalterna da comunicação, é necessário entender a natureza do sistema que vai, como vimos, do interior do ser vivo ao âmbito internacional.

O processo de autonomia do desenvolvimento que possuem os países com revolução industrial já madura nos fins do século XIX está basicamente ligado ao progresso tecnológico. As indústrias e as grandes empresas que surgiram posteriormente são reflexos de avanços tecnológicos que unem capacidades de controlar específicas. Os países que alcançaram um desenvolvimento autônomo, portanto, como simplifica Furtado, têm como ordenação dos fatores primários de impulsão, em primeiro lugar, o progresso tecnológico que nasce da inventividade, criatividade humana. Assim o esquema seria, para essas nações, o seguinte: 1) progresso tecnológico; 2) acumulação de capital; 3) modificações estruturais decorrentes de alteração no perfil da demanda. Um desenvolvimento dependente tem como fatores de impulsão o inverso, sendo: 1) modificações estruturais decorrentes de alteração no perfil da demanda; 2) acumulação de capital; 3) progresso tecnológico (2011, p. 106). O papel tecnológico, como nos mostra Furtado, é subalterno nestas economias. Os países latino-americanos foram tomados por um processo a partir da alteração da curva da demanda, que é o fator dinâmico, segundo Furtado, que levou à industrialização brasileira. Com a modificação da demanda provocada pelo desenvolvimento guiado por países que tiveram o progresso tecnológico endógeno, coube aos países dependentes a tarefa de se integrar nesse processo a partir de suas estruturas primárias e de tecnologia pouco avançada. Nossas indústrias de produtos agrícolas permaneceram exportando para esse mundo de demanda crescente, mas sem uma modificação em suas estruturas tecnológicas, pois tais indústrias não necessitavam de tanto avanço tecnológico.

O processo de industrialização no Brasil, segundo Furtado (2011, p. 108), compreende duas fases bem definidas: 1) a primeira vai de fins do século XIX até 1929 e teve como fator dinâmico, decorrente do aumento das exportações de produtos primários, a elevação do nível de renda; 2) na segunda fase, que vai de 1929 até 1960, teve como fator tensões estruturais devido ao declínio da capacidade para importar, o que levou ao sistema de substituição de importações. O que motiva essa segunda fase de industrialização no país não foi apenas o

declínio da capacidade de importar, o que estimulou a indústria interna, mas a ação governamental, “fonte de amplos subsídios aos investimentos industriais, através da política cambial e de crédito” (FURTADO, 2011, p. 113-114). Em 1949, segundo Furtado, o processo de substituição de importações já tinha levado a praticamente substituir bens de consumo correntes. A partir daí, até 1964, o processo de integração da economia nacional pelo avanço da industrialização foi aumentando, sendo que se reduziu drasticamente a participação de importações para produtos intermediários e de bens de capital (2011, p. 114). A assimilação do progresso tecnológico, só realizada quando a integração alcança em 1964 seu ápice, é ponto reflexo da causa do aumento de uma demanda produzida majoritariamente por outros atores, e não a razão que leva ao desenvolvimento. É nessa segunda fase de industrialização que os investimentos na indústria se realizam também sem dar importância à formação de uma economia nacional enquanto autônoma em suas decisões – isto é, diferentemente dos países desenvolvidos, o que se verificou no Brasil é que grande parte dos investimentos industriais são decorrentes da implantação no país de filiais de empresas estrangeiras, “que anteriormente controlavam o mercado através de exportações” (FURTADO, 2011, p. 115). Deste modo, Furtado conclui que “a industrialização assumira a dupla forma de diferenciação do sistema produtivo e de implantação de empresas, cujo centro de decisões estava no exterior” (2011, p. 115).

Esse processo de expansão das grandes economias em torno de uma demanda global jamais se faria sem o progresso tecnológico endógeno das nações de industrialização pioneira. Em primeiro lugar, pois são tais técnicas que permitem o rearranjo de uma indústria capaz de sustentar uma demanda de tal porte. Em segundo lugar, pois dessas técnicas surge a possibilidade não só de tornar a produção ótima, mas também de integrar globalmente, junto a essa produção, os processos de distribuição e de consumo em torno de grandes centros de decisões, como vimos em Furtado. Controlar uma demanda global, onde as distâncias importam, depende basicamente de novas técnicas de processamento de informação e comunicação. São técnicas, por outro lado, propriamente de controle social. Como vimos em Beniger, essas técnicas de controle da demanda por meio de *feedback* constante surgem também em território norte-americano. O processo geral de expansão dos conglomerados destacado por Furtado (2011) inclui certamente os conglomerados de comunicação e de propaganda, o uso

das relações públicas, do *marketing* etc. É possível se fazer uma história tanto de formação dos conglomerados norte-americanos e do crescimento das demais técnicas de processamento de informação e comunicação. Esse trabalho já foi feito por Beniger. O sistema americano acompanhou progressivamente um desenvolvimento que podemos, com Beniger, reconsiderar o trabalho de Weber que observa a transformação de uma sociedade tradicional em uma moderna e racional. Seguindo Beniger (1986), a análise de Weber que considera essa transformação de sociedades que vai daquela baseada em relações familiares e comunitárias para uma de ajustes de interesses racionalmente motivados (sociedade moderna) não só depende de mudanças ideológicas e religiosas, mas de desenvolvimento de meios alternativos de controle. Os mercadores que na virada do século XIX dependiam totalmente de meios tradicionais de controle, como as parcerias em família, o “código de cavalheiros” sulista, as relações comunitárias entre fazendeiros e comerciantes, passaram a contar com novos meios de controle que envolviam o desenvolvimento de tecnologias de processamento informacional, de transporte e de comunicação. Essas novas técnicas possibilitariam uma visão materialista de Weber, considerando os impactos econômicos e sociais na religião de ética protestante que ele enfatizou. O cálculo econômico passaria a integrar a tradicional irmandade familiar e comunitária.

Uma reconsideração de Weber deve provocar cautela no pesquisador latino-americano, pois apesar desse movimento que vai do tradicionalismo ao racionalismo econômico impulsionado pelo avanço tecnológico ser observado também nos países subdesenvolvidos, ele ocorre com complexidade própria e em momentos diferentes das nações desenvolvidas. No Brasil, a segunda fase de industrialização destacada por Furtado trouxe aberrações para o sistema econômico. O Brasil dos anos 1960, põe Furtado, “com seu considerável parque industrial, apresentava uma pauta de exportações similar ao do Brasil do começo do século, mera constelação de exploração agrícola” (2011, p. 196). Assim, o processo de substituição de importações fez com que essas importações acompanhassem a evolução estrutural, mas não as exportações. Muito se diz também que a falta de uma mentalidade industrial também traria impactos no desenvolvimento, cabendo às firmas estrangeiras a introdução das grandes unidades industriais. Entretanto, Furtado (2011) destaca que essa mentalidade pode não ter sido encorajada em razão de obstáculos mais profundos, incapacitando o crescimento da indústria nacional. Nosso sistema industrial se diversifica nessa segunda fase de industrialização, “mas está incapacitado para integrar-se nas correntes de exportação” (2011, p. 198). Não obstante o problema da concentração aumentado pela industrialização, outro colabora para sua existência:

a estrutura fundiária, que desde a época colonial é comandada por uma minoria. Formou-se, desde lá, uma massa de trabalhadores rurais, “de pessoas ligadas ao proprietário da terra por um vínculo de emprego ou dependência” (FURTADO, 2011, p. 156-157). O capitalismo de grandes unidades, protagonizado por nações desenvolvidas, é pautado não mais apenas sob a ideia de flexibilidade, mas de controle. “A característica principal desse novo tipo de capitalismo é o controle dos setores mais importantes da produção por um pequeno número de empresas, que trabalham simultaneamente em vários mercados.” Tais empresas, continua Furtado, “planejam a sua produção a longo e médio prazos e concorrem entre si mediante inovações de processos e produtos” sendo que “a concorrência de preços é relegada a segundo plano, pois dificilmente se concilia com o planejamento, com a rigidez dos custos que caracterizam empresas altamente capitalizadas, e com salários irredutíveis”. Portanto, “a flexibilidade de preços, que caracterizava o capitalismo clássico e estava na base do desemprego periódico, foi substituída pelo planejamento dos preços, os quais são administrados pelas grandes empresas e seguidos pelas médias e pequenas” (FURTADO, 2011, p. 166). A realidade dessas grandes empresas que contribuíram para o desenvolvimento dependente do Brasil é destoante da indústria exportadora de matriz agrária presente no território, do domínio do latifúndio e da massa de trabalhadores dependentes tanto deste quanto dos baixos salários das indústrias urbanas. Essa mistura de elementos de desenvolvimento e dependência trouxe à tona uma economia que nos é própria, uma mistura do tradicionalismo agrário com a racionalidade tardia do cálculo econômico. Entre esse tradicionalismo e a modernização das estruturas econômicas e políticas, estruturas tradicionais que já tinham sido há muito ultrapassadas pela preeminência da industrialização nos países desenvolvidos, como a presença de intermediários que supriam a falta de tecnologia para o controle da demanda, permanecem no Brasil com um frescor atual decorrente de nossa industrialização tardia e dependente. A informalidade do tradicionalismo não está excluída nem em âmbito global, nem em local. Está imiscuída na racionalidade das sociedades modernas, não podendo delas serem dissociadas, principalmente em um contexto de complexas comunicações e de seu controle. Como vemos em Mulgan (1991), a utilização da comunicação informal, baseada ainda nos códigos de cavalheiros, é também método de controle mesmo entre grandes empresas contemporâneas.

Considerando esse quadro de subdesenvolvimento brasileiro, de mescla de tradicionalismo com o pesado aparato dos grandes centros de decisões desenvolvidos, como poderíamos dizer, na visão ampla de economia política de Mosco (2009), que se dá a constituição mútua do controle social e reprodução social no Brasil? Se fôssemos fazer uma história específica da localidade,

sem a presença da formação de um real sistema de comunicação no Brasil, integrado à segunda fase de industrialização brasileira (pós 1929, como vimos em Furtado), a ideia de controle social se voltaria aos intermediários que faziam o papel da generalização das comunicações no Brasil, ligando política e economia, como, por exemplo, a figura dos coronéis que ligavam pelo mandonismo a massa de trabalhadores rurais que deles dependiam às escolhas políticas que deviam retribuir ao governo. Essa massa rural, pouco instruída e totalmente dependente desses grandes latifundiários, tinham no coronel uma espécie de *medium* entre sua própria sobrevivência e o poder político. É lógico que o coronel e muitos outros fatores influenciavam o controle social, mas esse nos é um traço interessante, principalmente a se começar pela relevância dada ao tema e sua extensão no campo da comunicação. A obra do jurista Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, um clássico de 1949, mostra que, mesmo com um regime representativo, coexistem “os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado”. O coronelismo era uma troca de favores entre o poder público, cada vez mais forte, e a decadente influência social dos chefes locais, sobretudo os senhores de terras. Essas manifestações do poder privado, ainda existentes no interior nos dias de hoje, explicam-se “justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável” (LEAL, 2012, p. 44). Ainda hoje discutimos a influência dos coronéis como meios de comunicação entre o poder econômico e o político. Só que os coronéis não precisam tanto da figura presente, para impor sua simpatia e autoridade se eles passam a obter concessões de rádio e televisão do governo. Essa nova espécie de extensão do poder do latifúndio, transforma até hoje o antigo coronelismo em uma espécie de “coronelismo eletrônico” (CAPARELLI e SANTOS, 2005) nos interiores. O controle do coronel, em suma, era um controle que dependia da informalidade, das comunicações orais, da autoridade e simpatia dessas figuras. O que as comunicações fizeram, principalmente em rede, foi generalizar essa autoridade política. Essa, entretanto, é só uma peculiaridade de como nosso objeto se inclui na sociedade de controle, devendo ser relacionada a outros fatores. Há muito a se considerar antes. Um autor como Raymundo Faoro (2000) não considera o coronel, entretanto, uma peculiaridade brasileira. Há de se tomar cuidado, pois há muita complexidade por detrás dos aparentes localismos. Segundo Faoro, “a caracterização sociológica do fenômeno coronelista ainda não mereceu tratamento sistemático. Não raro é ele apresentado, ilegitimamente, como singularidade brasileira”. Para tirar o ranço de peculiaridade da figura do coronel, trata o poder de forma ampla, lembrando Hobbes: “o poder, assinalava Hobbes, se exerce de modo *original*, de homem para homem, ou através de uma estrutura *instrumental*, com a impessoalidade derivada dessa intermediação institucionalizada” (FAORO, 2000, p.

633). O *ou* de Hobbes deve ser, nos tempos modernos, trocado pela relação das duas formas de poder, que coexistem. O coronelismo “trata-se de um poder de homem a homem, não racional, pré-burocrático, de índole tradicional. O mecanismo estatal, na percepção dos homens do campo, lhes parece, na sua composição jurídica e impessoal, o longínquo mistério de sombras”. Assim, “essa dominação, implantada através da lealdade, do respeito e da veneração, estiola no dependente até mesmo a consciência de suas condições mais imediatas de existência social, visto que suas relações com o senhor apresentam-se como um consenso e uma complementaridade”, sendo que “a proteção natural do mais forte tem como retribuição honrosa o serviço que, consensualmente, é exercido para o bem...” (FAORO, 2000, p. 634). O ponto cego das relações de poder representadas na caricatura do coronel são as comunicações que tornam possível controle e reprodução sociais.

A relação de constituição mútua de controle social e reprodução social em uma sociedade de controle só pode ser considerada no Brasil após essa segunda fase de industrialização, quando temos de fato um primeiro sistema de comunicações instalado no Brasil. Isso não quer dizer que política e economia deixavam de se relacionar antes disso. A história do controle e da sobrevivência é a própria história das sociedades. O nosso foco, entretanto, é a mútua constituição de controle e sobrevivência a partir dos sistemas de comunicação, que possibilitam a intensificação da relação de mútua produção entre política e economia. Seria interessante, não aqui, mas em outro trabalho, pensar como política e economia se relacionam em contextos de comunicações puramente face-a-face. É o sistema de comunicação moderno que, de fato, dá o tom de generalidade do poder disciplinar a nossa sociedade contemporânea. Sistemas de comunicação sempre existiram, basta pensar como o Império Romano controlava todo o vasto território simplesmente com base no poder autoritário, de homem a homem. O nosso sistema de interesse aqui é o que leva a uma sociedade de controle. É ele que generaliza o coronel e sua personalidade. É claro que um controle social profícuo de uma sociedade se dá com o aperfeiçoamento histórico das técnicas e de seu *feedback*, unindo demandas e populações em um controle sistemático. Daniel Herz (1987) nos dá um panorama bem amplo da história da radiodifusão que vai da introdução da tecnologia necessária no Brasil, passando pelo primeiro sistema nacional de comunicações, sua internacionalização e globalização. O panorama de Herz é um esforço de síntese que aqui nos permite situar o desenvolvimento dos meios eletrônicos de comunicação juntamente com a evolução econômica, política e cultural da sociedade brasileira e mundial. Furtado, anteriormente utilizado por nós, é base para o entendimento de Herz que, assim como aquele, vê na dependência externa um elemento geral importante para se

descrever a sociedade brasileira na virada do século XX para frente. “O principal motivo que leva a balizar a história da radiodifusão com a evolução da dependência externa”, segundo Herz (1987, p. 75), “é a decisiva determinação que as relações internacionais exercem na configuração da comunicação de massa no Brasil”, considerando que “a pressão das potências internacionais gerou no Brasil uma tendência ‘modernizadora’ das relações capitalistas, com a imposição de um perfil empresarial, tecnológico e político para as empresas de comunicação”. A organização dos meios de comunicação, conforme Herz, refletirá, portanto, nosso quadro de dependência externa.

A tecnologia de radiodifusão no Brasil foi importada, claro, sendo que, no ano de 1919, Herz (1987) identifica o surgimento da radiodifusão brasileira, com a criação da Rádio Clube de Pernambuco. Nos primórdios da radiodifusão brasileira, Herz destaca que, diferentemente dos Estados Unidos, onde a radiodifusão foi desde logo utilizada para fins comerciais (o que aqui nos é óbvio, pois como vimos em Furtado, o desenvolvimento econômico de nações desenvolvidas parte de um processo de inovação tecnológica endógeno com objetivos direcionados ao atendimento de uma demanda que por eles mesmo foi estimulada), a radiodifusão brasileira se iniciou com objetivos culturais. Evidente que num período que ainda não identificamos um momento de forte desenvolvimento econômico industrial no Brasil, um meio de comunicação dificilmente se vincularia a objetivos comerciais, por isso a ênfase cultural. Nos Estados Unidos, todas as técnicas que surgiram a partir da Revolução Industrial, são técnicas que, como vimos em Beniger, visam a conter uma crise de controle, isto é, uma crise ligada diretamente ao sustentamento de uma economia nacional integrada e de sua expansão para um âmbito mundial. O que prova, portanto, que a natureza dos meios de comunicação é a do controle, seja político, seja comercial é uma ferramenta de *feedback* utilizada pelos controladores para se ter registro sobre o comportamento dos controlados: assim funciona um mercado que precisa administrar uma demanda ou um governo uma população, ambos em vertiginoso crescimento.

Esse momento cultural do rádio, entretanto, é breve no Brasil. Já que, como vimos em Furtado, temos uma primeira fase de industrialização identificada dos fins do século XIX até 1929, com a exportação de produtos agrícolas e o acúmulo de renda, é nessa mesma fase que levemente temos traços do início de uma dinâmica comercial, apesar de restrita a setores pouco dinâmicos como o alimentício. A partir de 1925, todavia, em torno de três décadas após nosso início do processo de industrialização identificado por Furtado, é que Daniel Herz situa o momento em que a publicidade comercial se generaliza “como meio de financiamento e as emissoras

passaram a desenvolver suas potencialidades econômicas atuando como estimuladoras do mercado” (1987, p. 76). A radiodifusão passa a se integrar com espírito comercial ao sistema produtivo. Como diz Herz, as rádio-sociedades e as rádio-clubes haviam se tornado empresas. É a partir daí, com essa redefinição das bases econômicas de sustentação das emissoras, que começa a haver influência direta na programação que passava a se popularizar de modo a atingir em maior número cada vez mais as audiências (HERZ, 1987). “O mercado publicitário em expansão atraiu, já em 1928, a penetração das subsidiárias das grandes agências estrangeiras de publicidade com a instalação da *N. W. Ayer and Son*, representando os interesses da Ford” (p. 77). No início da década de 1930 já temos outras duas gigantes representadas em território nacional, “a *J. W. Thompson* e a *McCan Erickson*, sempre atendendo as contas de grandes empresas estrangeiras” (1987, p. 77). Herz, apontando a importância das agências de propaganda que aqui situamos como meios de controle, diz-nos: “muito mais do que simples produtoras de anúncios publicitários, as agências estrangeiras atuaram como programadoras de uma ‘economia política’ da radiodifusão e da imprensa” (1987, p. 77). As agências permitiam assim, “captando e distribuindo criteriosamente as verbas publicitárias”, estimular “um modelo político para a imprensa e a radiodifusão, e viabilizavam-no economicamente” (HERZ, 1987, p. 77). Esta observação de Herz nos diz muito sobre a ampla visão de economia política de Mosco, isto é, ao se instalarem em território brasileiro, as empresas de propaganda internacionais permitiam a políticos e empresários observar na imprensa e na radiodifusão um potencial de controle político por meio da propaganda, confirmando mais uma vez que a dupla constituição de controle político e de reprodução social se dá por meio da comunicação. A propaganda, ao passo que estimula um comércio que reproduz um tipo de sociedade, permite observar estímulos, medi-los com ferramentas próprias (estudos de mercado), e de dar retorno (*feedback*) a uma prevista ordem social por meio dela mesma. Assim, tanto controle social quanto sobrevivência tendem a se constituir mutuamente no momento em que a propaganda adentra território nacional. E é quando exatamente começa a arquitetura de um primeiro sistema nacional de comunicações (entre 1930 e 1945). É nesse momento que temos de fato o início da formação de uma territorialidade *moderna* brasileira, onde o fenômeno comportamental de toda uma sociedade passa a ser passível de controle e de perpetuação pelos agentes políticos e econômicos por intermédio da comunicação sistematizada. O sistema territorial confunde-se com o sistema de comunicação, que é controle e reprodução social ao mesmo tempo.

O primeiro sistema nacional de comunicações surge na segunda fase de industrialização brasileira que já identificamos em Furtado: de 1929 a 1960, caracterizando-se por uma

debilidade na capacidade de importação brasileira. Com a crise do capitalismo de 1929, gerando retração do mercado internacional, o setor exportador agrário brasileiro foi diretamente afetado. “O novo golpe no modo de produção de base agrário-exportadora”, explica Herz (1987, p. 77), “atingiu duramente as oligarquias rurais que sustentavam uma dependência estrutural da economia brasileira ante o capitalismo mundial”. Como nesse período já tínhamos um setor burguês industrial com base em empresas norte-americanas atuante, sua reação, “aliada a setores trabalhistas e de classe média, contra o domínio das oligarquias”, conta Herz (1987, p. 77), “pressionou a adaptação do sistema produtivo a uma base urbano-industrial, capaz de permitir o enfrentamento das crises continuamente importadas do exterior” (1987, p. 77). Essas tensões sociais levam à revolução de 1930 e, especialmente após o golpe que levou ao Estado Novo (1937), o governo “passou a servir como intermediário nas negociações sobre a política econômica” (1987, p. 77). Aqui a ligação de constituição mútua entre economia e política, mais uma vez reforçada: a espécie de “nacionalismo” que identificou essa revolução levou o Estado a agir no sentido de dirigir “perdas e ganhos entre os diversos estratos e grupos de classe capitalista” (1987, p. 77). O setor industrial, coloca Herz, “passou a ser o centro da atividade planificadora” e a regulamentação do trabalho, a política cambial e os investimentos em infraestrutura “destinaram-se prioritariamente à sua expansão” (1987, p. 77-78). Isso não quer dizer que esse novo modo de acumulação excluía a nossa matriz agrária, mas adaptava-se a ela de maneira que ao novo modo de acumulação industrial pudesse ser dado ênfase.

É junto a essas transformações econômicas e sociais que se forma um sistema nacional de comunicação, resultado de duas forças atuantes que, aqui para nós, unem-se em uma economia política em termos de controle e sobrevivência social: forças do mercado e forças do Estado. Herz nos mostrará exatamente isso em sua síntese, que junto a uma maior integração entre emissoras e sistema produtivo, cada vez mais acelerado, havia, concomitantemente, um Estado retirando proveito do mesmo sistema nacional que tomava conta de uma territorialidade moderna. Criou-se, nessa época, segundo Herz (1987, p. 78), o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), “que estabelecia as normas de censura e distribuía as verbas da publicidade oficial, conformando um papel político para a radiodifusão, orientado para o fortalecimento do ‘poder central’”. Não há dúvida que esse ponto cego, a comunicação, e o controle sobre o seu processo, interessam tanto mercado quanto a Estado, que unem interesses na medida do possível. A reprodução social dependerá não apenas de um sistema econômico em desenvolvimento, mas também de um punho estatal forte o bastante interessado tanto em apoiar esse sistema econômico, pois é ele que permite o dinamismo de toda a territorialidade, quanto

em produzir para si próprio, por meio da comunicação, ferramentas de reafirmação de sua soberania. A confusão de público e privado que ocorre é decorrente dessa dialógica alimentada pela comunicação enquanto arma para generalização de um poder de controle. Um mercado e um Estado fortes precisam um do outro para manter controle de si próprios e do grande sistema territorial que os circunda.

Não há de se ver apenas contradição com o estabelecimento da censura pelo DIP, mas *também*, complementaridade. A censura aberta de antigamente é e continua sendo censura nos dias de hoje (RAMONET, 2010), só que não mais regulamentada por um departamento de governo, pois não há mais necessidade. O ponto de vista da censura deve ser enriquecido pela abordagem ampla do controle social para que a realidade não seja vítima de simplismos. O início de um sistema de comunicações de mercado e Estado tem como preocupação primeira a permanência de sua segurança enquanto sistema, oferecendo o Estado, assim, com o monopólio de sua força, o silenciamento das ameaças a esse sistema. Pela simples observação de que onde há comunicação, há controle, não há porque duvidarmos que esse controle se processe em forma de censura indireta ou explícita. Com a capacidade de observar o sistema territorial com maior velocidade de resposta, Estado e mercado têm como se realimentar dos ruídos e, estrategicamente, excluí-los. Junto à criação do DIP, por exemplo, foi criado a Hora do Brasil, como nos lembra Herz, que diariamente divulga atos oficiais por todas transmissoras de rádio no território nacional. Ora, o nosso princípio de *publicidade* que tanto remete à transparência e à possibilidade de controle popular nos governos de hoje não pode esconder que sua origem, em território nacional, foi para tornar a lei conhecida pela população em nome de um Estado forte e, com isso, evitar-se ruídos com a ameaça de censura. Esse órgão oficial de nosso Estado moderno possui nele, em comum com nossa economia industrial, a utilização da comunicação para gerar ordem no sistema. Uma ordem, entretanto, a ser negociada por classes que estavam no jogo do poder econômico e político ao mesmo tempo.

É por isso que em 1931 já tínhamos um modelo institucional para a radiodifusão brasileira “cujas bases, no fundamental, permanecem até nossos dias” (1987, p. 78). Herz fala do Decreto nº 20.047 de 27 de maio de 1931 que regula a execução de serviços de radiocomunicações no território nacional, e também de seu regulamento, o Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932. Nesse modelo, segundo Herz, “os serviços de radiodifusão são executados por entidades públicas e privadas, mediante a concessão do Executivo outorgada em caráter precário”, considerando que “esse regime jurídico especial dava ao Estado o pleno poder de arbitrar sobre as concessões, com critérios aparentemente técnicos, mas que no fundamental são políticos”

(1987, p. 78). A presença de Getúlio Vargas no governo não foi suficiente para manter o caráter nacional autônomo de nossa economia, nossa cultura e a nossos valores. O Golpe Militar de 1945 seria uma resposta de uma necessidade por instalar um governo “mais afinado com as potências imperialistas, especialmente com os Estados Unidos”. Mesmo com a ideologia nacionalista do Estado Novo, a territorialidade nacional estava fundada em falácias populistas que queriam não deixar entrever a evolução de um sistema capitalista urbano e industrial no cerne de nosso território e que as comunicações são parte central dessa nova sociedade moderna que liga o poder político e o econômico, em mútua constituição, às classes subalternas. Com o golpe militar de 1945, passados 16 anos desde a crise mundial de 1929, ocorreria um momento de aumento da dependência externa.

Mesmo com o retorno de Vargas em 1950, o avanço imperialista, principalmente no pós-guerra e durante a guerra fria, fez com que os Estados Unidos interferissem diretamente no jogo político e econômico interno do território brasileiro, para construir a segurança que seu sistema capitalista em expansão deveria obter, dado que influências ideologicamente nacionalistas só poderiam atrapalhar. O aparelho que substituiria as guerras para apaziguar o território dominado é aquele desenvolvido graças à inovação e ao desenvolvimento tecnológico nos Estados Unidos. Os meios de comunicação eletrônicos serviriam como estrutura para um novo poder econômico que precisaria transformar as sociedades nacionais em sociedades abertas ao mercado mundial. O que o intervencionismo de Getúlio fez entre 1951 e 1954 foi apenas intensificar as estratégias do imperialismo norte-americano para corroer as bases do Estado e fazê-lo se ajustar. As campanhas midiáticas promovidas nessa época contra o governo trouxeram uma série de problemas, como a deposição do ministro do trabalho, João Goulart. Empresas como O Estado de São Paulo, O Globo e o Correio da Manhã, acusa Herz (1987, p. 82), foram remuneradas “pela publicidade estrangeira para moverem campanhas contra a nacionalização do petróleo, conforme investigou em 1957 uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal”. Dentro do próprio território brasileiro, claro, as forças imperialistas tinham como aliada a burguesia que concentrava o poder e via na expansão industrial uma importante forma de acumulação de poder financeiro. No meio dessa burguesia estava aquela detentora dos meios de comunicação no território brasileiro que se aliara às forças imperialistas no sentido de dismantelar os governos que ameaçassem o intervencionismo que atrapalhasse seus negócios. Com a ascensão de Juscelino Kubitschek à Presidência, o desenvolvimento interno, a partir de 1954, passou a ser dirigido por uma estratégia de sobrevivência com menos intervencionismo do Estado, intensificando o desenvolvimento tecnológico interno e modernização das indústrias

com apoio estrangeiro. As empresas de comunicação, na mesma esteira, e diretamente associadas à sobrevivência do sistema produtivo, também se aproveitaram do capital estrangeiro para sua modernização: “financiadas direta e indiretamente pelo capital estrangeiro, essas empresas passaram a atuar como estrutura de poder que mediava os interesses do imperialismo e da burguesia associada” (HERZ, 1987, p. 82). Desde o início da implantação em território nacional da televisão, é nessa época que esse meio, em específico, começa a ter crescente importância na captação de verbas publicitárias. Muito mais do que isso, as experiências em rede começaram a se firmar e em 1957 chegou ao Brasil o *video-tape* “que revolucionaria o modo de produzir televisão, embora só tenha sido amplamente difundido a partir do início da década de 60” (HERZ, 1987, p. 83).

O projeto nacionalista, como mesmo escreve Herz (1987), “mais uma vez ficou demonstrado que (...) dependia crescentemente dos setores populares e menos do capital nacional”. Não fosse os setores populares esse projeto jamais teria possibilidade de articulação, já que à burguesia industrial interna os interesses não eram de formar uma economia nacional baseada em critérios axiológicos de vínculo com essa coletividade. O desenvolvimento industrial do Brasil, por sua dependência tecnológica só fora possível com o apoio do imperialismo já que nosso processo de industrialização não partiu, como vimos em Furtado (2011), de inovações tecnológicas endógenas, mas diretamente dependentes dos países que as desenvolveram. A expansão da classe burguesa só haveria de se aliar aos interesses imperialistas como própria forma de sobrevivência, produzindo e reproduzindo o social. O imperialismo dava às mãos da burguesia industrial brasileira as novas possibilidades de controle da produção, distribuição e demanda, mas, como decorrência, a dependência seria a contrapartida. Mas como um Estado aliado aos interesses de nacionalistas poderia sobreviver frente ao avanço imperialista? A resposta se encontra na própria comunicação. Um Estado que não controla sua própria comunicação, jamais poderia vencer a guerra contra o imperialismo. A comunicação, como vimos em Luhmann, enquanto sistema, produz a si mesma e as relações sociais, sendo que quem está no seu comando é que consegue produzir efeitos sociais em seu favor. Um país de dependência externa com relação à tecnologia e de infestação das comunicações oriundas dos Estados Unidos jamais poderia, mesmo com boas intenções nacionalistas e grupos de oposição, reverter essa condição estrutural pela simples ação de um governo populista. O sistema social depende de sua constante reprodução, e se um Estado não se ajusta à tecnologia que permite tal reprodução, ele acabará por ser forçado a se adequar. A separação de controle e sobrevivência em qualquer contexto só gera desordens, para o bem ou para o mal. Um Estado só pode gerir seus conflitos

se entender que o seu controle depende da sobrevivência social e vice-versa. O problema do Brasil é que, como vimos em Furtado (2011), nossa possibilidade de controle nunca esteve atrelada a uma autonomia de decisões que levasse a um processo de reprodução social territorial também autônomo. A falta de integração entre controle e sobrevivência social gerou tensões em território latino-americano que até os dias de hoje são postas em pauta. Nosso controle interno se misturou ao de fora de uma maneira que a sobrevivência interna, como consequência, só poderia também fazê-lo. E, se não o fizesse, as potências encarregadas pelo novo modelo de sobrevivência mundial, fariam-no, pressionando os governos populistas e intervencionistas pela artilharia de guerra comunicacional, acelerando conflitos internos e mudanças a serem processadas por centros de decisões externos (as comunicações imperialistas).

Em 1961 já começaram a ser elaborados os contratos entre as Organizações Globo e o grupo norte-americano Time-Life, como acusou Herz (1987, p. 84). Esse acordo, que levou ao surgimento da TV Globo, aproveitaria, mais tarde, após 1964, das condições econômicas e institucionais mais favoráveis que levariam ao desenvolvimento “de um sistema de telecomunicações e de radiodifusão compatível com as novas exigências do capitalismo internacional” (HERZ, 1987, p. 84). É que nos pós-64, o modelo econômico levou a um afinamento com os investimentos públicos em telecomunicações. É no período militar que, portanto, controle e sobrevivência social passam a se rearticular e promover uma ordem muito benéfica para alguns e pavorosa para toda uma coletividade baseada em valores nacionais próprios. É por isso também que, para os setores dirigentes e mais conservadores, a ideia de golpe militar de 1964 não passa de farsa. Se voltaram a ter em uníssono política e economia, porque chamaríamos isso de golpe e não de retorno da ordem, de vencimento da entropia? O sistema passa novamente a se realimentar, graças ao *feedback* adequado ao programa, por mais imoral que tal realimentação fosse. Esses, entretanto, que partem da visão puramente da ordem, assim como os que partem daquela puramente desordeira, não comungam da complexidade da vida. Sua base de valores que dá condições ao seu agir é parcialmente voltada a excluir um dos dois lados, e não de uni-los. À classe conservadora que detinha poder financeiro concentrado, o golpe era, na verdade, um retorno aos trilhos, independente das utopias que aspiram uma coletividade. A ascensão do militarismo é a ascensão da ordem que à força não quer mais ver e deixar entrever aquilo que a constitui. A ditadura capitalista do pós-64 é a face primitiva da sociedade de controle que logo mais teria uma contrapartida em território nacional, mas não mais com a necessidade de “pulso firme” no comando, já que a própria democracia daria o jeito de conviver com o capitalismo, em uma contradição que muitos acusam, mas que vem trazendo

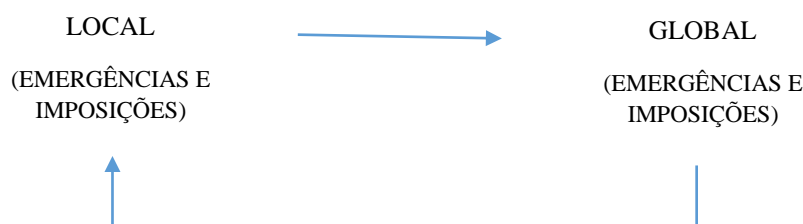
ordem a um sistema global de controle social. A usurpação do Judiciário e do Legislativo pelo golpe, concentrando no Executivo seus poderes, “facilitou as relações com os centros do capitalismo mundial, criando-se as condições institucionais favoráveis à reprodução do capital em altas taxas” (HERZ, 1987, p. 85). O golpe traz a possibilidade de, concentrando os poderes em suas mãos, voltar a trabalhar em uníssono com o sistema de sobrevivência social em expansão. Obviamente, conter um Judiciário e um Legislativo de suas funções é distanciar a possibilidade de ruídos por valores aqueles que não sejam o do próprio capitalismo. Legislativo e Judiciário hoje não mais precisam, entretanto, de um golpe, passados mais de 40 anos. O sistema de sobrevivência mundial consegue sobrepujar as soberanias nacionais que se adaptam às suas exigências sem contestações senão as populares e marginais. Não há mais governos populistas para atrapalhar a frieza do cálculo econômico. Hoje, em qualquer ameaça de desordem, o sistema trata de mover todo seu aparato comunicacional para corrigí-la e manter-se reproduzindo.

É nessas condições que um sistema global passa a ser assimilado em território nacional, no período de 1964 a 1987. À expansão e modernização do sistema produtivo no Brasil seguem-se, lado a lado, a evolução de tecnologia de comunicação e *feedback* capazes de ligar o Brasil aos centros dominantes do mundo. Comunicação e controle passam a trabalhar, cada vez mais, conjuntamente, trazendo os países subdesenvolvidos à ordem de sobrevivência mundial. O caminho, daí para a frente, rumo à uma sociedade de controle e à integração dos países subdesenvolvidos nela daria-se de maneira mais facilitada. Assim, dentro do processo de expansão e modernização do sistema econômico no Brasil, “foi instalado um gigantesco sistema nacional de comunicações, composto por uma avançada infraestrutura de serviços de telecomunicações e por dezenas de emissoras de televisão, centenas de emissoras de rádio e dezenas de milhões de receptores de rádio e televisão” (HERZ, 1987, p. 85-86). A oligopolização neste período aumenta, portanto, dado a tendência de concentração identificada na própria história de desenvolvimento do capitalismo norte-americano e que aqui traria seus efeitos, devido nossa situação de dependência tecnológica, neste momento. A radiodifusão, assim, nas palavras de Herz, “é, ao mesmo tempo, causa e efeito desse modelo de desenvolvimento” (1987, p. 86). A comunicação se situa nas áreas cinzas de uma sociedade, pois ela permite controlar. Não se controla nem política, nem economicamente sem a presença de comunicação, seja a oral nos tempos antigos, seja a midiaticizada nos tempos modernos. A midiaticização, entretanto, não deve cegar para o fato de que a comunicação informal, oral ainda possui importante papel nas decisões de controle e sobrevivência sociais (MULGAN, 1991),

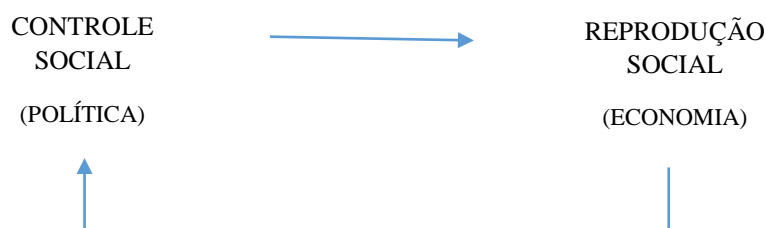
principalmente com a volta da democracia. Em 1985, com o fim da ditadura, apesar do avanço democrático, temos “inalterado o predomínio da burguesia no plano econômico”, além de, junto a isso ter sido mantido “intacto o sistema de comunicação de massa resultante dos vinte anos de ditadura militar” (HERZ, 1987, p. 86).

Após termos feito esse panorama de desenvolvimento da relação dos sistemas de comunicação nacional e global em uma visão onde buscou-se enfatizar, em síntese, o processo histórico que nos permite, em conjunto com isso, ver a relação de constituição mútua entre reprodução e controle social, tanto na territorialidade local quanto no global, passaremos a identificar nesse processo um ator nacional – a Rede Globo – em suas estratégias para adequação a essa realidade econômica e política tão complexa. Para não ficar confuso ao leitor o que na verdade é complexo, propomos, nos termos de Morin, um modelo recursivo para a representação dessa realidade complexa. Vamos por parte. Para descrevermos o local e o global em sua complexidade, precisamos descrever como o nosso foco de análise, o local, depende, para sua explicação, do global e o global do local. Essa recursividade nos mostrou a relação de dependência entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, sobretudo. É claro que para descrever essa recursividade, utilizamo-nos de um ponto de vista para a análise do social, a da economia política em seu sentido de reprodução e controle social em mútua constituição. Economia e política, portanto, são dois aspectos a serem ressaltados, em sua relação, dentro de outra relação: a de recursividade de local e global.

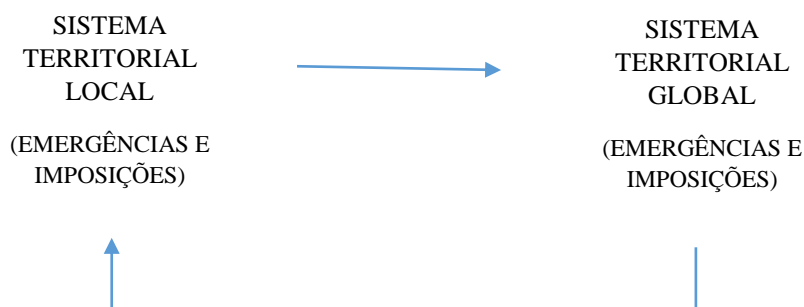
Partimos da recursividade:



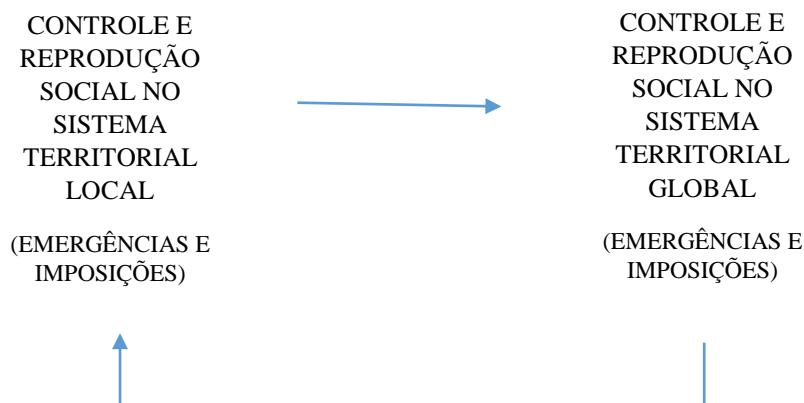
Destacamos da recursividade acima, a recursividade abaixo:



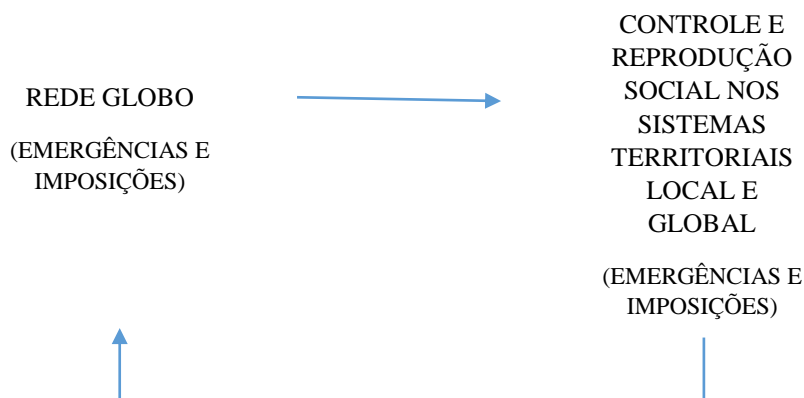
De ambas recursividades, extraímos os sistemas territoriais (territorialidades) local e global em relação mútua, a partir da consequência da análise do controle e reprodução em sociedade, também em circuito recursivo:



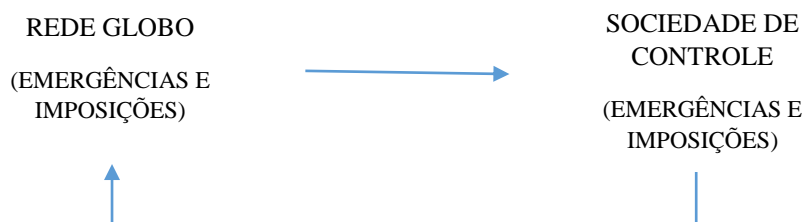
Em um esforço de síntese, unimos os três processos em uma única análise. Ou seja, o sistema territorial local e o global formam a descrição-resultado de uma análise que tem como partida um ponto de vista para o social formado da relação local-global. Como nossa análise explica o social nos termos amplos de economia e política (reprodução e controle social), nosso mero local e mero global se transformam em sistemas territoriais locais e globais que são constituídos da relação mútua de reprodução e controle social. Assim, em resumo, teremos uma economia política da territorialidade local em relação recursiva com a global. Como tratamos de uma economia política *da comunicação*, enfatizamos como esse elemento é central a essas relações. O contexto que dirige a relação de ambos sistemas territoriais é o de sociedade de controle, explicada no último capítulo da parte anterior.



Essa relação das relações é base teórica para descrevermos a participação de nosso objeto de estudo – a Rede Globo – na construção dessa realidade social complexa. Daí:



Como controle e reprodução social nos sistemas territoriais local e global são o conjunto de relações que descrevem nossa sociedade de controle, daí temos, finalmente, a relação recursiva do objeto de estudo e do contexto, o todo social. Lembrando que ambos, objeto e contexto, têm em comum a comunicação como elemento de controle e sobrevivência.



A partir das relações recursivas anteriores esquematizadas, depois de relacionarmos sistema territorial local e global por meio da comunicação, cabe-nos analisar, por meio da relação, como uma empresa, um sistema organizacional, ajusta-se a uma sociedade de controle, onde sistema territorial local e global são recursivamente dependentes por meio dos sistemas de comunicação. A análise, mais uma vez, partirá da perspectiva da relação de controle social e reprodução social para termos *uma* (que não é a única) descrição dessa sociedade de controle onde se situa nosso objeto. Como a Rede Globo é atingida e reage a essa sociedade em termos políticos (controle social) e econômicos (reprodução social)?

Há de se fazer, portanto, toda uma história do surgimento da Rede Globo destacando sua relação na mútua constituição entre controle e reprodução social. O surgimento da Rede Globo, em uma visão latíssima, pode ser atribuído como corolário do movimento de concentração de capitais iniciado dentro das nações de inovação tecnológica endógena, como é o caso dos Estados Unidos, como vimos. Quando dizemos isso, estamos querendo nos referir ao fato de que uma indústria cultural (ou melhor, aqui para nós, uma “indústria do controle”) é resultado de um processo histórico com começo, meio e *fim*. O *fim* não é o fim da história, como proclamaram alguns, mas a finalidade desse sistema de controle mundial, que é a de poder sobreviver ao passo que tem condições de controlar (ferramentas de *feedback*) a própria reprodução social. A sociedade de controle é uma aberração que imita a reprodução da vida biológica: descobriu a potência da realimentação, ou seja, como pode observar a si mesma, e daí autocontrolar-se, sem precisar recorrer aos céus para que um futuro incerto lhe traga mais vida. A sociedade de controle prediz o futuro pela realimentação de si. E, para se ver, muitas ferramentas de informação, comunicação e controle surgiram após a revolução industrial. O homem que processa informação é o mesmo homem que processa controle. Se para controlar é necessário ter informação e comunicação, não há de se espantar que vivamos hoje em uma sociedade de informação. A demanda global e as possibilidades de soberania estatal nunca precisaram tanto observar observações. É preciso observar o que circula em sociedade em um processo fundamental: o da comunicação. A capacidade de observar os processos de comunicação “de cima” só foi possível com o advento dos meios de comunicação. Os jornais, as televisões, os telefones, todos estão sobre as mesas tanto da burocracia estatal quanto da burocracia mercadológica. A combinação dos meios e do poder de controle institui o que muitos chamam de puro caos, mas é apenas a complexa organização do poder na modernidade.

Dado isso, o surgimento de indústrias de controle por todo o mundo é um resultado *lógico*. Esse processo latíssimo tem sua contrapartida na territorialidade local, principalmente no Brasil. Nosso processo de dependência externa é também um passo necessário ao capitalismo do controle social. É no meio desse processo de dependência, e de vínculo com o capital em expansão, que temos o seu subproduto: a Família Marinho. Tratamos da família, primeiro, pois não há como, nessa perspectiva ampla, falar das ambições de Roberto Marinho sem antes falar das ambições de seu pai, Irineu Marinho, o DNA do conglomerado de mídia da família nos dias de hoje. Em livro encomendado pela Editora Globo para registrar a trajetória de Irineu Marinho, a socióloga Maria Alice Rezende de Carvalho trata de, com riqueza de detalhes e fotografias, reavivar os passos de Irineu Marinho, principalmente no início do século XX, quando temos a primeira fase de expansão de nossa industrialização como vimos em Furtado. A história de Irineu, como os próprios filhos de Roberto Marinho – Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho – escrevem na apresentação do livro, é um importante relato que explica, por meio dos aspectos da vida do avô, “a trajetória de nossa família e de seus valores” (2012, p. 5). Assim, não se pode explicar Roberto Marinho sem seu pai Irineu, tanto quanto não se pode explicar a industrialização brasileira em curso sem recurso à industrialização norte-americana. No recurso ao passado, encontramos matrizes axiológicas importantes que dizem respeito ao eu atual e virtual de certos sujeitos e sistemas. Escrevem os filhos de Roberto Marinho: “para nós, é surpreendente e gratificante confirmar em dados históricos que o que somos hoje, como um conglomerado de mídia, e os princípios que sustentamos já estavam presentes lá atrás, como semente, em Irineu Marinho” (CARVALHO, 2012, p. 5).

Os irmãos destacam a “paixão por comunicação” como o que moveu Irineu: “em primeiro lugar, sobressai a paixão por comunicação, de maneira integral e abrangente: criou os jornais *A Noite*, que revolucionou o jornalismo brasileiro quando do seu surgimento em 1911 e *O Globo*, que seguiu os seus passos e o superou”. Não obstante, Irineu também foi dono “de uma produtora cinematográfica, com a realização de filmes que marcaram a sua época, e abriu uma editora de livros e revistas” (CARVALHO, 2012, p. 5). Como escrevem os irmãos, os jornais foram as únicas iniciativas que vingaram, apesar de estas últimas iniciativas já mostrarem a intenção de Irineu em expandir seus negócios. O filho de Irineu, Roberto Marinho, seguiu, entretanto, as intenções do pai, com a criação da TV Globo, rádio, editora, revistas etc. Roberto Marinho dá continuidade aos valores de seu pai em busca de crescimento nos negócios em comunicação, “uma paixão” da família, como dizem os irmãos. Com a morte de Roberto Marinho, os valores

permanecem com os três filhos que escrevem que a obstinação que fora do avô, que passou a Roberto Marinho “agora é nossa, e de nossos filhos, com os desafios de nosso tempo, a internet e os novos meios: temos a mesma paixão por comunicação, o mesmo entendimento de que esta é uma atividade essencial para o desenvolvimento do ser humano” (CARVALHO, 2012, p. 5). E continuam os filhos a se referir a história de seus valores: “quando lemos os Princípios Editoriais das Organizações Globo, por nós formalizados em documento em 2011 (Anexo K), fica mais claro por que ali dissemos que aquele conjunto de normas sempre foi seguido de maneira intuitiva, aos longos dos anos”: “porque começou a nascer longe, pelas mãos de Irineu Marinho” (CARVALHO, 2012, p. 5). Os filhos saúdam, portanto, o avô e seus valores que hoje foram firmados objetivamente, no papel. Mas de que valores eles falam? Todo valor jamais se desvincula de um fato social. Os valores da liberdade de imprensa e da independência econômica das oligarquias que, dizem os filhos de Marinho, sobreviverem ao tempo por conta da “paixão pela comunicação” têm, na verdade, como fundo fático uma sociedade de crescente acumulação de capital, de industrialização dependente do capital estrangeiro, de aumento das exportações de produtos primários e da crescente burguesia industrial que se firmava. Ora, os valores da liberdade de imprensa e da promoção cultural que dizem mover a paixão da família têm como contrapartida um fundo de fatos de desenvolvimento cada vez mais acelerado do capitalismo. Até que ponto poderemos dizer que esses valores estão vinculados a uma paixão pela comunicação e não pelos fatos do desenvolvimento econômico que tomava o país na virada do século XX? Talvez nossa tradicional modernidade que surgia confundia tal paixão com a frieza do cálculo econômico, cegando a família aos fatos que verdadeiramente motivaram os valores de sua família: a economia em sua primeira fase de industrialização no Brasil, de fins do século XIX até 1929. Ora, o fato de *A Noite* surgir em 1911, em meio a esse processo, é nada mais que evidência cabal de que havia desenvolvimento econômico no Brasil, pois onde há comunicação há controle econômico e político. Talvez isso fosse mais claro aos norte-americanos que criaram os mecanismos de comunicação *ad hoc*. Um empresário norte-americano pode dizer com clareza: “Ora, comunicação? É um investimento!”. O brasileiro, ao contrário, pode dizer: “Comunicação? Uma paixão...”. Nossa dependência e a conseqüente mistura de nosso tradicionalismo com a modernidade são fatores nebulosos para os empresários que surgiam e que talvez sequer tinham a noção do que significava ser um empresário, de quais valores estão a defender, em nome de quem praticam seus atos. Ou talvez os valores tradicionais impunham uma barreira para se assumir de peito e alma a ética protestante do capitalismo. Para a família Marinho poderia ser paixão. Aqui, para nós, vai muito além disso, como já dissemos. Irineu Marinho, todavia, era uma figura interessante, unia ambos aspectos em um homem só,

era um “homem de seu tempo”. Como bem resume Carvalho: “Irineu Marinho se moveu em um contexto de transição (...). Mantinha valores compatíveis com o século XIX (...), investindo, simultaneamente, em um mundo novo, de máquinas e artefatos que não guardam *aura*, característicos da nascente sociedade de massa” (CARVALHO, 2012, p. 21). Irineu, apesar de ser um homem de seu tempo, soube bem internalizar o espírito dessa nova época, não condizente com o tradicionalismo que conhecia no século passado (XIX). A imprensa que criara era diretamente voltada ao povo, às massas, contradizendo sua própria condição social. O que Irineu tinha visto, talvez, era o poder de governo da comunicação.

No Rio de Janeiro, à época, cidade portuária, centro político e administrativo do país, o jornal *A Noite* tinha sido criado por Irineu, seguindo uma estratégia comercial diferenciada que “introduziu um tipo inédito de linguagem jornalística, misto de informação e ficção, que prendia o leitor” (CARVALHO, 2012, p. 14). *A Noite* seguiu estabelecendo um momento de modernização da imprensa brasileira, segundo Carvalho, onde máquinas da Europa e dos Estados Unidos eram importadas e, com elas, “pode ter favorecido a circulação de profissionais e de certos procedimentos, padrões estéticos, recursos comunicativos que, fruto das reformas democratizantes da imprensa de lá, tenderam a ser adaptados às nossas condições e aos costumes daqui” (2012, p. 14). Como empresário, Irineu, “filho de imigrante português de modestos recursos, (...) encarnou um exemplo de ascensão de portugueses, ou seus descendentes, no Rio de Janeiro, baseado em grande esforço próprio, mas contando sempre com boa ajuda dos patricios” (CARVALHO, 2012, p. 9). Tal ajuda a que Carvalho se refere foi importante para a fundação de *A Noite*, em 1911. Irineu, assim como muitos portugueses nessa época, exerciam grande influência na economia e na sociedade do Rio de Janeiro na virada do século XX, como explica Carvalho (2011).

Apesar do poder econômico e do espírito empresarial, Irineu Marinho não tinha boas relações com a política da época. “Foi perseguido por Hermes da Fonseca, preso por Epitáfio Pessoa e partiu para o autoexílio sob a presidência de Artur Bernardes” (CARVALHO, 2012, p. 14). Em 1925, havia retornado ao Brasil e, com ajuda dos donos do jornal *A Nação*, Leônidas de Rezende e Maurício de Lacerda, começou a traçar a estratégia de fundar *O Globo*. A imprensa carioca no começo do século XX, alerta Carvalho (2012, p. 15), geralmente está ligada a duas conclusões: a subordinação dos empresários da imprensa ao Estado e ao surgimento “de sessões de cartas e de ‘queixas do povo’ nos grandes jornais, tanto para atrair novos leitores quanto para domesticar opiniões e práticas dos segmentos mais pobres da população” (2012, p. 15). Carvalho já nos mostra aqui um fato interessante, pois, apesar de o governo ainda subordinar o

empresariado de mídia, esta, por outro lado, já desenvolvia mecanismos de *feedback* importantíssimos que, mais tarde, trariam a política a perceber a importância desse setor para o controle nacional, principalmente na ditadura. Mesmo subordinados ao governo, os empresários percebiam a força da imprensa, seu poder de controle social. *A Noite*, principalmente, tinha um vínculo forte com as classes populares, o que estrategicamente favoreceu sua dominação por meio da cultura e da exploração do conflito social, ao dar destaque de como as classes subalternas respondiam às transformações sociais no início do século XX. Músicos e repórteres, destaca Carvalho (2012, p. 15), eram mediadores que cortavam transversalmente diferentes públicos e a isso a autora credita o favorecimento da expansão territorial do samba, do carnaval, “que evidenciam o desafio em que consistiu a afirmação de uma concepção estrita de urbanidade burguesa” (p. 16). Irineu Marinho, assim como outros empresários, tinham o que Carvalho chama de perfil “norte-americano”, pois aderiam pouco ao Estado, tornando-se “ricos e prestigiados a partir de uma posição inicial próxima aos setores médio-inferiores” (2012, p. 17). A zona social e política do tipo de empresário que Irineu pertencia, após sua ascensão, não seria “recoberta pelo universo moral e material das oligarquias”, o que os fez entrar em declínio em meados dos anos 1920, na crise que levaria ao cume em 1929. O Estado tornar-se-ia central no Brasil para o desenvolvimento, principalmente nessa segunda fase de industrialização, com a queda da capacidade de importação.

Após a perda de *A Noite*, que se convertera em Sociedade Anônima, para seus sócios, Irineu Marinho, que havia passado por uma prisão decorrente de acusações de colaboração com o movimento tenentista, lança um novo jornal em 1925: *O Globo*. No mesmo ano de lançamento de *O Globo*, morre de enfarte, deixando o legado para o comando de seu filho, Roberto Marinho. Roberto Marinho trataria de, assim como o pai, investir em suas ambições com os mesmos valores que dele herdara, do empreendedorismo estilo norte-americano. Roberto Marinho, entretanto, ao contrário do pai, contou com uma relação política melhor com os governos, principalmente no momento em que a segunda fase de industrialização pedia integração econômica e, para isso, era necessário ir além de *O Globo*, aproveitar a novidade do Rádio e incorporar a tudo isso, mais à frente, a TV Globo. É nesse processo que se forma o conglomerado que hoje conhecemos. O momento da radiodifusão, para Roberto Marinho, só se daria, entretanto, na década de 1940. Sendo assim, de 1925 a 1940 o foco permanecia na imprensa com o sucessor de *A Noite* – *O Globo*.

A história da incursão das estratégias empreendedoras das Organizações Globo³⁰ na radiodifusão tem origem nas investidas habilidosas, econômicas e políticas, de Roberto Marinho, filho de Irineu Marinho, na década de 1940. Havia comprado, nessa década, a frequência 1180 kHz, faixa PRE-3, com objetivos de fundar a então Rádio Globo. A compra partiu da percepção de Marinho ao ver que nessa década começavam a surgir grandes figuras, principalmente da música, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

A visão de Roberto Marinho era de expandir seu negócio herdado do pai no jornal *O Globo*, assim como o próprio pai, como vimos, fazia sob o comando de *A Noite*. A ideia era vincular à produção do jornal uma rádio. É importante acentuar, entretanto, segundo Calabre (2005, p. 289), que durante “as décadas de 1930 e 1940 era muito comum que as empresas jornalísticas, principalmente as de grande porte, possuísem também emissoras de rádio”, como, por exemplo, o grupo dos jornais associados de Chateaubriand, que possuía emissoras em todo o país. Não obstante, é importante aduzir que “(...) a administração de emissoras de rádio como empresas lucrativas foi um processo que teve início no Brasil na década de 1930, mais especificamente após a promulgação do Decreto-Lei 21.111, em 1932, que permitiu a irradiação de mensagens publicitárias através do rádio” (CALABRE, 2005, p. 290). O decreto, como vimos em Herz, era a regulamentação de anterior, surgido logo após a crise de 1929, já numa segunda fase de industrialização no Brasil. A presença estrangeira, nesse momento, acentuar-se-ia e Roberto Marinho, um dos empresários que representavam a classe do estilo norte-americano, ao contrário dos latifundiários de vínculos tradicionais, acompanharia esse movimento para ajudar a construir uma estrutura de comunicações interna que fosse adequada ao desenvolvimento econômico.

Foi então, nesse contexto, bem após a promulgação de tal decreto, que Marinho comprou a referida frequência da Rádio Transmissora Brasileira, posteriormente transformada em Rádio Globo, que na época pertencia ao Chile. Por conta de a rádio ser transmitida em uma frequência que pertencia ao Chile, isso impossibilitava transmissões de longa distância ou a ampliação da potência do transmissor, como nos esclarece Calabre (2005, p. 290). O fato de a faixa pertencer ao Chile, entretanto, não foi barreira para expandir o negócio. Roberto Marinho tinha contato direto com o presidente do Chile, Gonzalez Videla, que havia sido embaixador do Brasil, com

³⁰ “Dentro desse importante conglomerado existem dois importantes grupos setoriais: o dos jornais, que tem como carro-chefe *O Globo*, e o das emissoras de rádio, que tem como principais representantes a Rádio Globo AM do Rio de Janeiro e a Rede CBN. Assim como a Rede Globo de Televisão tem sua origem na TV Globo, canal 4, do Rio de Janeiro, o Sistema Globo de Rádio tem como empresa inicial a Rádio Globo AM” (CALABRE, 2005, p. 287).

quem negociou em um encontro pessoal e conseguiu aumento da potência de 10 kW para 50 kW. Não só conseguiu com êxito o aumento da potência muito facilmente, como também logo comprou a estação que mais tarde viria a ser a Rádio Globo.

A exata data da estreia da Rádio Globo foi em 1º de dezembro de 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, onde Roberto Marinho proferiu seu discurso de inauguração: “Não é propriamente uma estação de rádio que hoje inauguramos. É uma nova modalidade dos serviços d’O Globo à nação, que agora se ampliam” (MEMÓRIA ROBERTO MARINHO, SGR). No dia seguinte ao da inauguração começaram as transmissões regulares da Rádio, com programas de radioteatro, notícias, esportes e música.

Como já dito, “desde o início, ficava clara a estreita relação entre a Rádio Globo e o jornal O Globo” (MEMÓRIA ROBERTO MARINHO, SGR). Tanto é que por muito anos, desde 1955, a rádio se localizava no mesmo endereço do jornal O Globo. Havia, no mesmo edifício, o jornal, um restaurante, a rádio e, logo acima, um local onde se acomodava o empresário Roberto Marinho. A concentração da rádio e do jornal no mesmo local tinha objetivos claros de facilitar a dinâmica do grupo Globo. Como exemplo de concentração estratégica dos serviços, temos que ao longo de toda a história da Rádio foram criados programas que tinham vínculo com o veículo impresso: *O Globo no ar*, *O Seu Redator-Chefe* e *Correspondente Globo*.

Nas transmissões regulares, a Rádio Globo investiu nos programas de dramaturgia, competindo com a então Rádio Nacional e contratando dela o novelista Amaral Gurgel para ser diretor das radionovelas a serem veiculadas. Já na área do radiojornalismo, destacamos a cobertura política na era Vargas e no contexto de Segunda Guerra Mundial. Os conflitos da Guerra eram noticiados direta e diariamente no programa *Correspondente de Guerra*, pelo jornalista enviado de O Globo no *front* italiano, Egydio Squeff. Não obstante, também se dava cobertura política dos momentos históricos do governo de Vargas, como a transmissão de notícias sobre o líder comunista Luiz Carlos Prestes, os pronunciamentos polêmicos contra o governo de Vargas do deputado Carlos Lacerda³¹, até o momento do suicídio do presidente.

Com relação às transmissões das falas de Carlos Lacerda na Rádio Globo, garantia-se de um lado audiência da população e, de outro, insatisfação do governo de Vargas. Roberto Marinho acabou por ser pressionado pelo governo a afastar o deputado para que não desse mais pronunciamentos. Em vez de afastá-lo, entretanto, Roberto Marinho pediu para que os discursos

³¹ Carlos Lacerda (1914-1977), político brasileiro, destacou-se pelo partido UDN e por suas oposições ao governo de Getúlio Vargas.

do deputado fossem “moderados”. Ao acolher o deputado em seus pronunciamentos, Roberto Marinho e a Rádio Globo acabaram sofrendo retaliação da população no momento em que Vargas havia se suicidado. Aos discursos de Lacerda vincularam o trágico fim de Vargas, chegando ao momento em que a Rádio Globo, vítima da revolta decorrente, foi cercada e seu patrimônio depredado (MEMÓRIA ROBERTO MARINHO, SGR).

A Rádio Globo, em seus primeiros 20 anos de funcionamento, expandiu-se a ponto de se tornar líder de audiência. Já em 1953, a Rádio Globo, sob orientação do radialista Luiz Brunini, passou por várias modificações estruturais na sua programação. Utilizou-se do modelo estadunidense de rádio, adotando o tripé música, esporte e notícia. Outro investimento ocorreu na formação do setor jornalístico, com apoio da equipe do jornal *O Globo*. Locutores passavam a utilizar tom mais coloquial, o que aproximava os ouvintes. Nota-se que a utilização da informalidade como linguagem é estratégia que já começa com Irineu Marinho, em *A Noite*. Além disso, com a “participação direta do público, inovações nas transmissões de grandes eventos esportivos, e programas que abriam os microfones de rádio para celebridades” (MEMÓRIA ROBERTO MARINHO, SGR) levaram a Globo a ser líder de audiência em 1964, apesar de enfrentar momentos censórios durante sua trajetória. Um marco para a emissora, em 1966, foi quando iniciou suas transmissões do Repórter Esso, veiculado pela Rádio Nacional desde 1941. De 1966, o Repórter Esso ficou no ar até 31 de dezembro de 1968, “quando o locutor Roberto Figueiredo se despediu, chorando, dos ouvintes que haviam acompanhado por quase três décadas o célebre noticiário” (MEMÓRIA ROBERTO MARINHO, SGR).

Paralelamente à criação da Rádio Globo, mais um grande empreendimento havia sido visado por Roberto Marinho. Após a revogação do pedido de concessão de uma estação de radiotelevisão no governo Vargas em 1953, o presidente Juscelino Kubitschek, em 30 de dezembro de 1957 liberou tal concessão que seria o embrião da TV Globo, inaugurada por Roberto Marinho e indo ao ar pela primeira vez em 26 de abril de 1965. O crescimento do número de empreendimentos – impresso, rádio e TV – só aumentava.

O êxito com a audiência na década de 1960³², as inovações e o espírito empreendedor de Roberto Marinho fizeram com que nesta mesma década o empresário ambicionasse expandir

³² O sucesso com a audiência, é importante salientar, aconteceu no seguinte contexto, conforme Calabre (2005, p. 293): “O período de expansão das empresas radiofônicas do grupo Globo é também o do declínio da Rádio Nacional. Até 1964, a Rádio Globo se manteve no terceiro lugar da audiência, seguida pela Mayrink Veiga, em segundo, e pela Nacional, em primeiro. O Golpe Militar de março de 1964 atingiu imediatamente a Rádio Nacional. Nas mudanças realizadas logo após o Golpe estava a nomeação de um novo diretor para a emissora, o afastamento de 67 funcionários e a colocação sob suspeição de mais 81 profissionais. O processo final resultou em uma lista

sua propriedade. Em 1965, comprou as rádios paulistas Excelsior e Nacional, das Organizações Victor Costa.

Não bastasse, à sua propriedade, mais tarde, foi incorporada a compra da Rádio Mundial, da antiga EldoPop FM (mais tarde, passou a ser a BEAT98). Inobstante, houve a criação de outras rádios como a BH FM, a Globo FM e da CBN, e a incorporação de afiliadas em todo o país, operações que levaram ao atual Sistema Globo de Rádio que conta hoje com “11 emissoras próprias e 61 afiliadas que levam notícia e entretenimento para todo o Brasil” (MEMÓRIA ROBERTO MARINHO, SGR). “Em 4 de janeiro de 1958, foi inaugurada a Rádio Eldorado AM, com um transmissor de 50 kW localizado na Serra do Mar. A compra dessa emissora por Roberto Marinho é considerada o ponto inicial da formação do Sistema Globo de Rádio. A nomenclatura SGR, no entanto, só passaria a ser utilizada nos primeiros anos da década de 1970” (MEMÓRIA ROBERTO MARINHO, SGR).

No início dos anos 1970³³ ocorreu a passagem da AM para FM, sendo que em 1971 a Rádio Eldorado FM foi inaugurada. Era a primeira rádio FM do Rio de Janeiro que, mais tarde, em 1974, teve seu nome modificado para Eldo Pop, na frequência 98 MHz FM. Em 1978, com programação popular voltada para todas as faixas etárias, transformou-se em 98 FM. Será apenas em 2008 que a então 98 FM passará por uma série de mudanças: seu nome muda para BEAT98 e passa a transmitir sucessos internacionais juntamente com os populares.

A Globo investia em pessoal também, trazendo novos talentos para enriquecer seu quadro de funcionários e dar destaque à empresa. Em 1977, à Rádio Globo de São Paulo, foram trazidos comunicadores como Osmar Santos, que contribuiu para a linguagem das narrações esportivas, Ulisses, Loureiro Junior e Fausto Silva, que ficou conhecido como “Faustão”.

É em 1970 que Roberto Marinho transfere a Rádio Globo para a sede atual, na Rua do Russel, bairro da Glória. Segundo Calabre (2005, p. 296), “a antiga sede, no quarto andar do prédio do jornal O Globo na Rua Irineu Marinho, já não comportava as instalações das emissoras que vinham sendo modernizadas de forma que respondesse ao crescimento da audiência”. A ideia era buscar um espaço exclusivo para instalações físicas e técnicas. Em 1975, ordenou que fosse instalado um transmissor de 100 kW de potência na Ilha do Pontal, em São Gonçalo, agrupando neste local os transmissores das rádios Mundial, Globo e Eldorado.

de 36 demitidos pelo Ato Institucional nº 1. [...] Em 1965, através do mandado de segurança nº 16.132/65, expedido por ordem do presidente da República Castelo Branco, a Rádio Mayrink Veiga foi fechada.”

³³ “A década de 1970 foi marcada pelo crescimento das rádios FM. A primeira emissora brasileira a operar em frequência modulada (FM) foi a Rádio Imprensa, fundada em 1955” (CALABRE, 2005, p. 297).

A iniciativa de gerar programação nacional a ser transmitida para as afiliadas em rede ocorreu em 1985, na Rádio Globo. A rede proporcionava que uma programação simultânea fosse transmitida, além da participação de comunicadores de rádios distintas e da interconexão com correspondentes no Brasil e no exterior. O início das transmissões via satélite, em 1991, proporcionou mais ainda que programações locais, produzidas pelas afiliadas, e nacionais fossem unidas. Tudo isso foi propiciado pela linguagem digital que instaurava novo paradigma técnico.

Foi em 1991 também, 1º de Outubro, que a CBN (Central Brasileira de Notícias) iniciou suas transmissões. A ideia da CBN era ser uma emissora *all news*, isto é, que transmitia jornalismo 24 horas por dia. A CBN era um produto novo, que foi criado em um contexto de abertura política, primeira eleição direta. Com conhecimentos adquiridos nos Estados Unidos, José Roberto Marinho, tomou a iniciativa de criar esse produto, pioneiro no país, o qual se encaixava no momento político do Brasil, da CPI de PC Farias e do *impeachment* de Fernando Collor, demandando grande volume de informações para uma audiência crescente. Um *slogan* foi criado, sendo compatível ao conceito da nova rádio – “CBN, a rádio que toca notícia” –, não obstante os grandes investimentos publicitários voltados a consolidar a CBN como uma rádio diferenciada das demais devido ao seu conceito *all news*.

Em 1997, a CBN reformulou a grade de programação para dar força ao conceito de rede nacional, além do fato de, no mesmo ano, ter sido inaugurado o primeiro satélite nacional de net-escuta de notícias em tempo real, possibilitando à audiência interação com a programação, mandando *e-mails*, sugestões e comentários sobre as reportagens transmitidas.

A *Internet* foi um adicional importante para os negócios da radiodifusão. Não apenas integrando as rádios em rede nacional, houve a preocupação de criar em junho de 1998 o site Globo no ar, que trazia informações sobre a programação das emissoras do Sistema Globo de Rádio. No atual site Globoradio.com (antigo RadioClick), todas as rádios são acessíveis, além de várias outras temáticas voltadas a públicos específicos (anos 70, 80, *reggae*, *axé*, *bossa nova*, *hip hop* etc). Nas rádios da *Internet*, “os ouvintes podem fazer programações individuais ou optar por gêneros específicos pré-selecionados” (CALABRE, 2005, p 289). A *Internet* possibilita, ademais, que conteúdos sejam disponibilizados via celular para os consumidores, por aplicativos, além de levar a vasta programação musical aos assinantes de TV paga.

Nos dias de hoje, o Sistema Globo de Rádio é formado pela Rádio Globo, com emissoras próprias no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, mais 34 afiliadas; a CBN, com suas

emissoras no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, além das 27 afiliadas; BEAT98, localizada no Rio de Janeiro; e BH FM, em Belo Horizonte (MEMÓRIA ROBERTO MARINHO, SGR).

A acumulação de impresso, rádio e TV evidencia, cada vez mais, lado a lado, a importância das comunicações para a sustentação dos poderes econômico e político, cada vez mais em mútua constituição, apesar da “censura” que sofreriam no período militar. Não há como fazer uma história da Rede Globo sem obter recurso em seu passado, que vai de *A Noite*, passa pelo Rádio e chega no momento de sua inauguração. A razão é simples aqui para nós: uma história recortada da Rede Globo de todo o contexto histórico que levou à sua construção pode impossibilitar o pensamento complexo, cegar o leitor ao processo histórico de construção de uma realidade da qual os investimentos da Família Marinho colaboram intensamente para que o controle social e a sobrevivência dessa sociedade possam se nutrir um do outro. E esse processo de mútua constituição entre economia e política brasileira não pode ser distanciado de uma história dos empreendimentos em comunicações em território nacional, especialmente aqueles que dizem respeito aos momentos de modernização do território nacional. Podemos, então, começar a tratar da Rede Globo e sua história, que surge em meio aos investimentos do rádio, como vimos. Sem sabermos do rádio, sem sabermos de *A Noite*, podemos sim conhecer a Rede Globo, mas não a conhecer sob um paradigma de complexidade. Sua relação é recursiva com o Rádio e o rádio, por sua vez, com O Globo e *A Noite*. A raiz do que a Globo é está em Irineu Marinho, fonte de valores para o que hoje ainda é praticado pela Rede Globo. Irineu Marinho, por sua vez, é resultado de todo um contexto de transição do século XIX ao XX, da sociedade de massa. E assim, pelo recurso à *relação*, chegamos à origem, em uma ambição pelo conhecimento que desmascara qualquer tentativa redutora. Junto a isso, o pensamento complexo nos leva a nossos próprios limites e nos faz refletir sobre eles mesmos. Para o nosso caso, não é apenas de sua história que precisamos, mas de, com ela, relacioná-la à constituição mútua de controle e reprodução social. Ao reconstruirmos essa história, é necessário refletir sobre ela própria e situarmos seu desenvolvimento no contexto econômico e político que nos leva a uma sociedade de controle.

É certo que em 1950 o Brasil já contava com a televisão, poderosa máquina de estímulo das demandas e de controle social. Estímulo de demanda e controle social não se dissociam, já que a televisão contempla fonte de informação e, pela análise do comportamento social que ela mesma contribui para gerar, pode reajustar sua estratégia, para acelerar ou atenuar conflitos. Em 5 de janeiro de 1951, logo no final do mandato presidencial, como conta na Memória

Roberto Marinho (CONCESSÃO, 2015), “a Rádio Globo fez um pedido de concessão de um canal de televisão ao presidente Eurico Gaspar Dutra”. O pedido, entretanto, só haveria de ser assinado no governo de Juscelino Kubitschek, em 11 de julho de 1957. O sucessor de Eurico Gaspar Dutra, entretanto, Getúlio Vargas, havia aprovado em 13 de março de 1951 um requerimento de um canal de TV para a Rádio Globo que, entretanto, dois anos depois de sua posse, indeferiu o pedido, em 24 de janeiro de 1953 (MEMÓRIA ROBERTO MARINHO, CONCESSÃO, 2015). Esse problema com o Governo Vargas se deu, segundo a mesma fonte, como uma forma de retaliação de Vargas por conta das críticas que passou a sofrer pela Rádio Globo, principalmente por meio de Carlos Lacerda, como vimos. Passado esse problema, o governo Kubitschek, muito menos imbuído do nacionalismo de Vargas, cessou a negação da concessão e, em 30 de dezembro de 1957, o Conselho Nacional de Telecomunicações publicou oficialmente o decreto que outorgaria à Rádio Globo o Canal 4 do Rio de Janeiro. O contexto do governo Kubitschek, como vimos, é muito mais marcado pela simpatia com os imperialistas e sua influência com o processo de industrialização brasileiro. À ideologia desenvolvimentista de Kubitschek, diferentemente daquela com requintes nacionalistas de Vargas, seguiu-se uma liberalização muito maior da economia. A Rede Globo, enquanto importante instrumento de estruturação do sistema econômico nacional dependente, que já possuía impresso e uma rádio em expansão, só poderia ajudar. O contrato firmado com a Time-Life é prova desse contexto político, que passaria por cima de qualquer interpretação constitucional em prol do desenvolvimento. Pois, sem tal desenvolvimento, não há possibilidade de controle social, nem de reprodução social.

A TV Globo, que só se inauguraria em 25 de abril de 1965, quando Roberto Marinho já estava com seus 60 anos, enfrentaria, todavia, essa “pedra no sapato” (a Constituição e seus valores ainda imaturos e reféns do ideal liberal), com a instauração de uma CPI a respeito de sua relação com a empresa norte-americana Time-Life. A família Marinho, como vimos, desde Irineu é movida por essa espécie de “paixão pela comunicação”. Mas é curioso que aquilo com que somos apaixonados pode conter a razão de nossos próprios medos. Como retrata a própria Memória Roberto Marinho (UM HOMEM DE VISÃO, 2015), o mesmo Roberto Marinho que tinha a televisão em seu coração era aquele que afirmara: “sou de temperamento retraído e as luzes e as câmaras da TV me assustam. Estou, aliás, montando uma emissora de televisão, a TV Globo, que espero dirigir... a uma prudente distância”. Deixemos a interessante reflexão ao leitor.

Grande pesquisador sobre esse momento da Globo é Daniel Herz, que documentou em minúcias em sua *História Secreta da Rede Globo o caso Time-Life*. Herz acusa com base em fatos documentados que em 1961 “surgiam os contratos elaborados inconstitucionalmente entre as Organizações Globo e o grupo norte-americano Time-Life, que iriam transformar aquele grupo empresarial brasileiro na maior potência econômica na área da comunicação na América Latina” (1987, p. 84). Como já se sabe a política de desenvolvimento econômico de Juscelino Kubitschek tem relação recursiva com o desenvolvimento do capitalismo internacional. Não se trata de mera coincidência, mas de uma relação forçada, já que o populismo de Getúlio só gerava ofensivas imperialistas por meio da própria comunicação nacional. Como diz Herz, “a forte presença do capital estrangeiro no Brasil desde o final da década de 50 foi consequência tanto do modelo de desenvolvimento econômico adotado por Juscelino Kubitschek (1955-1960) quanto do quadro de reordenamento do capitalismo internacional” (1987, p. 89). A relação de capitalismo internacional e do governo Kubitschek tem como ponto estratégico a comunicação. Não há melhor meio de se obter tal relação. Porque, como vimos, jamais existe controle sem comunicação. Assim ocorre também nas relações sociais. A invasão de empresas norte-americanas, sobretudo, nos países periféricos faz parte de uma política de projeção do capitalismo, sistema de sobrevivência mundial, que vê nessa projeção uma possibilidade de controle, pois onde o capital dessas empresas de países desenvolvidos está, está também a comunicação que faz o papel de transporte de ideias, valores por meio principalmente da propaganda. O capital estrangeiro, afirma Herz, inicialmente, “começou a intervir nas empresas de comunicação através da publicidade, maciçamente distribuída pelas empresas estrangeiras e quase sempre gerida por agência de publicidade também estrangeiras” (1987, p. 89). Entretanto, e isso aqui nos é interessante, a comunicação entre empresas estrangeiras e empresas de comunicação brasileiras era sempre feita discretamente, deixando poucos registros. Isso não era assim à toa, como diz Herz, já que as restrições legais, mesmo em época de desenvolvimento econômico, vedavam expressamente que estrangeiros detivessem a propriedade ou interferissem intelectual ou administrativamente em empresas de comunicação. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946, propunha em seu artigo 160, no Título V, “Da ordem econômica e social”: É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas Jurídicas, excetuados os Partidos Políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, nºs I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa. Apesar dos preceitos constitucionais, o

capital estrangeiro e o mercado nacional se aliavam e isso se tornava evidente no mercado editorial, em primeiro lugar.

Não só ao mercado editorial, entretanto, “essa avalanche de capital estrangeiro (...) dirigia-se também às emissoras de radiodifusão”. À época que a Time-Life havia procurado as Organizações Globo, elas já detinham sob seu controle o jornal *O Globo*, a editora Rio Gráfica e a Rádio Globo, sobretudo. À Globo atribuía-se a acusação de mover campanhas contra a nacionalização do petróleo por meio de suborno do capital estrangeiro (HERZ, 1987, p. 93). A associação com a Time-Life deu-se nesse contexto para que a gigante norte-americana ajudasse, com sua experiência, na edificação da TV Globo, já que a experiência que a Globo tinha acumulada até então estava apenas voltado ao jornal e à rádio. Foi em 1962 que a Globo assinou dois contratos milionários com a Time-Life. A base da relação que constituía o contrato, mesmo com o dispositivo constitucional de fundo, mora no prestígio que já usufruía Roberto Marinho sob o comando de *O Globo* na época. Junto com o prestígio, vinha sua autoridade e conseqüentemente o medo de retaliações que podiam por em risco todo um sistema nacional de sobrevivência já em processo de constituição. De maneira direta, o prestígio de *O Globo* e o medo que impunha tinha mais eficácia que o artigo 160 da Constituição Federal. Melhor que este, *O Globo* adquiriu força de um mecanismo de governo da economia e da política nacional, sendo que quem se atrevesse a entrar no caminho de seu desenvolvimento, poderia sofrer com as conseqüências de uma máquina que a própria Constituição apoia, sob os preceitos da liberdade de iniciativa privada e da proteção à propriedade privada. Weber tem aqui mais uma utilidade para ajudar a explicar a constituição de uma territorialidade que mistura o poder do prestígio pessoal, escondido por detrás da capa da liberdade individual. O problema é que a comunicação esconde por detrás de seus benefícios econômicos, políticos, sociais e culturais a realidade do controle, e este remete sempre a um *quem*. Quem produz a comunicação em posição privilegiada tem condições de produzir a própria sociedade.

Os dois contratos assinados em Nova York no dia 24 de Julho de 1962 pela TV Globo tratavam, segundo Herz, do seguinte: “o primeiro, denominado contrato principal, era uma conta de participação, uma ‘joint venture’” e “o segundo era um acordo de assistência técnica que tinha algumas de suas cláusulas vinculadas ao contrato principal” (1987, p. 106). Só em julho de 1965, relata Herz, é que o Conselho Nacional de Telecomunicações tomaria conhecimento desses documentos. De lá até este momento em diante, todavia, a Globo continuava a receber assistência e dinheiro estrangeiros. Em 1966 e, portanto, após o golpe militar, seria instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as ligações da Globo com a Time-

Life. No dia 22 de Agosto, a CPI condena a Globo com base no artigo 160. Apesar disso, a Globo, por meio dos recursos do Judiciário havia conseguido um pedido de reconsideração que passou das mãos do governo Castelo Branco para o do marechal Costa e Silva. O aceite da reconsideração baseou-se em cláusulas contratuais do acordo com a Time-Life que expunham expressamente as proibições das normas contidas na Constituição Federal e em outros dispositivos legais. A liberdade de iniciativa privada, mais uma vez, conseguiu se sobrepor a outros valores constitucionais, tanto pelo prestígio de Roberto Marinho, quanto pela situação socioeconômica do país, mas também pelas influências liberais na interpretação do Direito em território nacional, onde um contrato e suas cláusulas conseguem se sobrepor ao deficitário controle constitucional de uma sociedade burguesa. Nos sites Memória Roberto Marinho e Memória Globo, é possível encontrar a manifestação da empresa se dirigindo ao caso Time-Life como “acusação falsa”, já que não haveria de ter ingerência da Time-Life nos termos que a lei proibia, apenas uma “assistência técnica”, conforme confirmou Joe Wallach, americano enviado pelo grupo Time-Life para dar a tal consultoria técnica. Independentemente de quem esteja certo ou errado, nossa visão é de que o problema da querela judicial transcende a própria letra da lei. O mundo da interpretação das normas extraídas dos textos legais é ainda escravo das decisões de sujeitos individualizados por paradigmas dominantes de determinada época. Um direito em que as autoridades decidem sob a égide dos valores do liberalismo em detrimento dos constitucionais e democráticos é um direito que não representa uma coletividade, pois pautado em matriz axiológica liberal e que, conseqüente, influenciará nas decisões tomadas por autoridades judiciárias. A desconfiança nas autoridades (e nas comunicações) é sempre péssima do ponto de vista do sistema, pois influencia os motins e sua autodestruição. A guerra é, entretanto, contra o próprio sistema, que nem o direito consegue ordenar. É refém da desordem democrática e de seus valores defendidos pelos setores progressistas, capazes de dar tom às transformações sociais.

A TV Globo estreou oficialmente às 11h da manhã do dia 26 de abril de 1965 (MEMÓRIA ROBERTO MARINHO, ESTREIA, 2015). Pouco tempo após, portanto, do golpe de 1964. Em 1964, como vimos em Furtado, é que a assimilação do progresso tecnológico alcança seu ápice. Mas a assimilação tecnológica é só um último passo para nossa efetiva industrialização, sendo derivada de um aumento de demanda que foi produzida por atores hegemônicos. Nosso desenvolvimento interno tornou-se dependente dos que realmente controlam as demandas e o progresso tecnológico foi um resultado do desenvolvimento de países como os Estados Unidos. Foi dada pouca importância à formação de uma economia nacional enquanto sistema de

decisões articulados em torno de valores coletivos. A indústria nacional era dependente da inovação e do progresso tecnológico alienígena. E a política nacional, no pós-64, não se envergonharia disso, muito pelo contrário, utilizaria tal estratégia para fortalecimento próprio do governo em termos de controle social. Nossa ditadura só foi possível pelo nível de desenvolvimento tecnológico já alcançado e, principalmente, pela percepção do importante papel da propaganda e dos meios de comunicação para controlar. O apoio técnico contratual com a Time-Life era um apoio com recurso na própria ditadura. O desenvolvimento da Globo, com apoio norte-americano, tem, logo, um papel econômico e político mais intenso (e de controle, pois). “Ninguém conseguia ver que, além de qualquer papel político, a Rede Globo inseria-se perfeitamente no modelo econômico que os governos pós-64 começavam a implementar.” O papel político da Rede Globo “era uma função complementar ao seu decisivo papel econômico” (HERZ, 1987, p. 200). Mais uma vez lembrando Aristóteles: a casa nasce antes da *pólis*. A economia que a Rede Globo conseguiu integrar formava um sistema de sobrevivência e, logo, de reprodução social perfeito, seja para uma ditadura, seja, mais tarde, para um governo democrático capitalista. A política se alimentou constantemente dessa territorialidade econômica, movida por transporte e comunicação, de canto a canto no Brasil, para ajustar à sua burocracia os mesmos meios de controle. Nossa *pólis* capitalista pós-64 já começa a anunciar os preparativos para uma sociedade de controle. O pulso firme dos militares serviria apenas como disciplinador de uma nova ordem mundial. Não haveria mais necessidade de conspiração ou sequer de golpe. O sistema de reprodução social já estava formado e a Globo soube seguir, como ninguém, os passos desse sistema de reprodução. “Nem Lacerda (...) conseguiria entender naquela época que a instrumentalização política da TV Globo era apenas a função imediata da empresa de Roberto Marinho”. A função essencial da Rede Globo “seria a de fazer a mediação entre os interesses financeiros-industriais multinacionais e associados e o mercado nacional que se constituía com a concentração de renda” (HERZ, 1987, p. 200-201). A Rede Globo se torna, ao mediar tais interesses, porta de entrada para o sistema de sobrevivência mundial, onde a reprodução social e, também o controle, dar-se-iam em âmbito global. “A Rede Globo ocuparia um lugar de destaque na economia brasileira, oferecendo funcionalidade ao modelo econômico de aprofundamento capitalista, segundo a expressão de Guillermo O’Donnel” (HERZ, 1987, p. 201). Ainda segundo Herz, “a conexão da implantação da Rede Globo como ‘o eixo de uma conspiração dentro da outra’ – vista por Lacerda em 1966

– recebeu evidência empírica na consagrada obra *1964: A conquista do Estado*, de René Armand Dreifuss³⁴ (1987, p. 201).

Dreifuss, como interpretado por Herz, muito nos interessa aqui. A “influência” (que também é um sentido da palavra controle) que os grupos empresariais vinham ganhando com o desenvolvimento econômico interno trazia a esses grupos um poder de decisão que suplantaria a soberania estatal, ao passo que se aliassem aos imperativos do capital transnacional. O elemento político é constituinte, portanto, do poder econômico que tem condições de manipular o conjunto da produção e da reprodução social. O Estado, por sua vez, é centro de disputa de interesses de classe, sendo necessário que à classe dominante o Estado dê o aval, por meio de sua autoridade soberana, para influência política. Esse aval é implícito e jamais oficializado. O poder de controle é pervasivo e passa despercebido a olhos nus. A visão do todo, de mútua constituição de política e economia passa a ser, portanto, imprescindível para os estudos de poder. O recurso da economia na política é uma relação. Assim sendo, a economia só é o que é, pois reconhece na política sua condição de ser. Da mesma forma, a política só é o que é, pois reconhece na economia a sua também condição de existência. A reprodução social (economia) ocorre buscando informação sobre si mesma no mundo do controle social (política) para se autoconstituir e vice-versa. Isso prova, também, que economia e política são sistemas encerrados operativamente, mas que só existem em *relação* um ao outro. O mundo da relação deve, entretanto, ser acoplado ao da luta de classes, onde alguns tiram maior proveito da relação do que outros. E, mais, a comunicação deve ser enfatizada como elemento que, junto com a informação, permite que a relação se faça. Informação sozinha não reproduz a sociedade, ela precisa comunicar um sentido. A comunicação se torna elemento basal, junto à informação, para obtenção de controle como vimos em Beniger. A relação de economia e política só é possível pois a informação que uma busca na outra traz sentido por meio da comunicação. A organização interna de uma sociedade só o é, pois busca recurso na produção e na reprodução social, ou seja, na sua economia, e vice-versa: não há produção e reprodução social que não dependa das comunicações feitas com a organização interna da sociedade, ou seja, da política de uma sociedade. Ao passo que acompanhamos historicamente os detalhes dessa relação na

³⁴ Segundo Herz, Dreifuss analisa minuciosamente a derrubada de Goulart e a ocupação do Estado. “Dreifuss propôs com esse trabalho uma revisão das análises que atribuem aos políticos e burocratas um papel exageradamente privilegiado de mediação de poder entre o Estado e a sociedade. Ele aponta para um aspecto negligenciado: há muito – especialmente desde o governo Vargas – os empresários vêm tomando a ‘influência empresarial’ como um dos principais ‘trampolins para se tornarem políticos’ (lideranças de partidos, prefeitos, governadores) e também ‘vêm ocupando regularmente os centros e setores chaves da formulação e tomada de decisões econômico-políticas do Estado’ (HERZ, p. 201). Cf. DREIFUSS, R. A. 1964: *A conquista do Estado*. Petrópolis, VOZES, 1981.

territorialidade local, percebemos que dizem respeito também recursivamente à territorialidade global, em uma complexidade que exige esforços intelectuais.

Assim, quando se percebe a crescente privatização dos órgãos estatais por empresários no pós-64, não deve se ter em mente a pura dominação destes sobre o Estado. Essa é uma visão pouco complexa e que carece da relação. A privatização do público só o é, pois no público há também o privado. É na relação que se constitui o controle social e não na pura dominação. É da relação que surge, aí sim, a “dominação” de classes. Citando Dreifuss, Herz lembra: “O fato de se ter, finalmente, recorrido à intervenção militar para desferir o golpe final contra o governo de João Goulart apenas enfatizou que a ‘classe dominante, sob a proteção do Estado, possuía vastos recursos (...) para impor seu peso sobre a sociedade civil” (p. 203). Não há de se complicar a complexidade. A relação estado-economia traz à tona uma ordem das coisas, classes controladoras, classes controladas. Não se pode conferir aos agentes econômicos a culpa de sua capacidade de identificação com o Estado. Estado e agentes econômicos são cúmplices de uma relação só. O estudo das “lutas” de classes não pode jamais esconder a relação, até porque só existem classes pois é traçada uma diferença a partir de uma relação. Não se pode conferir um “culpado” pela relação, mas um culpado pela perversão da relação, aí já evidenciando o sujeito pautado em valores próprios. Antes de o observador acusar, é preciso estabelecer uma profundidade de análise onde veja que a relação de Estado e economia é, antes de ser uma perversão, uma relação confirmada pela história. Isso impede o pesquisador de conhecer apenas lados da história, pois constantemente a relação pede que ele reflita sobre sua própria observação. O conhecimento não parte, assim, apenas da moral do observador. Parte da relação recursiva de moral e ser. A ênfase em qualquer um dos dois é uma escolha do observador, mas não pode esconder a relação de ambos.

A implantação da Rede Globo é resultado de uma relação, portanto, econômica e política entre o sistema territorial local e sistema territorial global. No pós-64, é a Globo que permite que essas relações sejam funcionalizadas, pois ela produz comunicação. Pela comunicação, ela estimula um mercado unificado local-global e também estimula o controle político do comportamento social amplo. A relação estado-economia se dá com ajuda das vias de comunicação que a Globo produzia, não havendo como distinguir um público separado de privado. As vias do dinheiro são as mesmas vias do controle, da influência. Aqui para nós tal relação é sempre recursiva, de acordo com Morin. Não obstante, a tecnologia que a Globo implantou “impôs um padrão de televisão com inovadores recursos de linguagem e com níveis

de qualidade técnica que fundaram um novo modo brasileiro de produção de televisão” (HERZ, 1987, p. 206).

Não só fundou um novo modo brasileiro de produção de televisão como influenciou no uso dos recursos naturais como é o caso do espectro eletromagnético, em especial o radiofônico. O seu uso e a influência da constituição da Globo estão na base da política brasileira de radiodifusão, segundo Herz (1987). O Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117, de 26 de agosto de 1962) e a legislação que inclui sobre a radiodifusão, de acordo com o autor, é demasiada ambígua, muito técnica e atribuidora de competências, e carente de princípios norteadores para guiar a extração da norma do texto da lei. Em síntese, “o Código omite-se na definição de princípios que orientem o uso privado desse recurso natural de domínio público” que é o espectro radiofônico. Um espectro reúne a faixa total de frequências que podem ser empregadas. Pelo uso da generalidade e da imprecisão, como bem coloca Herz, a lei e seus regulamentos fazem uma mistura de público com privado que permite múltiplas interpretações, não ficando claro os princípios que norteiam as normas. O artigo terceiro do Decreto nº 52.795, de 31 de Outubro de 1963, que regula os serviços de radiodifusão, no Capítulo II, “Da finalidade dos serviços”, reza: Os serviços de radiodifusão têm finalidade educativa e cultural, mesmo em seus aspectos informativo e recreativo, e são considerados de interesse nacional, sendo permitida, apenas, a exploração comercial dos mesmos, na medida em que não prejudique esse interesse e aquela finalidade. Ao se misturar a exploração comercial com a finalidade “educativa” e “cultural”, o que amplia o sentido para o lado que bem se desejar, dá-se cartas brancas para a própria exploração comercial que pode criar os conteúdos e dizer que todos atendem a interesses nacionais, com finalidade educativa, cultural, informando e divertindo etc. Aliás, de que se trata esse “interesse nacional”? Daí a necessidade de que as autoridades que operam o direito serem guiadas pelos princípios constitucionais expressos e não expressos. Para isso, entretanto, haveria de ter um consenso sobre tais princípios e de remover grande parte da imoralidade que os retorcem para o bem privado. A democracia, infelizmente, não depende apenas de princípios constitucionais e da letra da lei, mas também de pessoas honestas, com valores que se coadunam. A confusão do público com o privado não haveria de ter problema se ambos tivessem como baliza a mesma moral. O que acontece é que o conteúdo veiculado pelas detentoras privadas do espectro magnético são passíveis de contestação quanto à sua qualidade e quanto ao desrespeito aos princípios democráticos. O espectro, como recurso público, mas de autorizado uso privado, reúne uma série de atividades. Dele depende: “a transmissão de rádio e televisão, os sinais de satélite e de micro-ondas, *radiopagers*, sistemas de rastreamento e

comando militares, controles remotos de televisões e garagens, operações de espionagem e vigilância, redes de celulares, redes de navegação aeronáutica e marinha, assim como a radioastronomia e também a rádio amador” (MULGAN, 1991, p. 203). Sem o uso social, entretanto, o espectro não pode ser viabilizado, sendo melhor definido como “um meio socialmente criado que pode ser usado para estabelecer circuitos de comunicação” (MULGAN, 1991, p. 204). Ele é produzido por uma combinação de tecnologia, estruturas legais e econômicas. O espectro, portanto, situa-se enquanto elemento comunicacional e, logo, de controle. Se é elemento de controle, é constituinte tanto da reprodução social quanto da organização interna do controle social, como podemos perceber pelos exemplos. Apesar de Mulgan afirmar que a preocupação “por segurança e pelo poder especial de mensagens de longo alcance levou o espectro a ser possessão exclusiva dos governos em quase todos os países no mundo, sendo licenciados a transmissores, firmas e exércitos, os quais por sua vez se tornam dependentes do governo para a renovação” (p. 204), as tendências liberalizantes com a revolução industrial tenderam a levar o espectro, assim como o uso do meio impresso, a ser uso de toda uma economia social, que dele passaria a sobreviver. Essa fragmentação do uso do espectro permitiu a confusão do público e do privado, que não seria um problema se ambos partilhassem dos mesmos valores em prol da organização social. Não apenas isso, um espectro livre a quem quiser e tiver os meios para comunicar para muitos é o verdadeiro estado de natureza, onde vence o mais forte que, por sua vez, controlará a organização da produção e da reprodução social. O espectro liberalizado e sem controle sobre seu uso é um dos fundamentos da Sociedade de Controle, onde a comunicação cria a si própria e mantém o indivíduo em permanente atualização de valores, justamente por não haver controle axiológico a guiar ações privadas e públicas em relação contínua.

Segundo Herz (1987, p. 213), “estima-se que em 1950 a radiodifusão captava cerca de 24% do montante de verbas publicitárias (exclusivamente para o rádio). Em 1965, essa percentagem elevou-se para 52,3% (rádio 19,5% e TV 32,8%)”. Em 1975 avalia-se que “a participação da radiodifusão chegava a 62,7% (rádio 8,8% e TV 53,9%)” e, em 1980, “esse total chegava a 65,9% (rádio 8,1% e TV 57,8%)”. O que se percebe, nesse quadro levantado por Herz, é que houve uma tendência de aumento da participação da radiodifusão desde 1950 no total das verbas publicitárias investidas, principalmente por conta do surgimento da televisão. “A participação da televisão cresceu de modo particularmente intenso após a instalação no país da moderna infraestrutura de telecomunicações, iniciada na segunda metade da década de 60” (HERZ, p. 213). O restante das verbas que não vão para a televisão e para a rádio estão nos jornais, revistas

e outros (Cf. HERZ, 1987, p. 213). Em 1965, foi criada para estruturar e modernizar a radiodifusão a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) conforme determinado pela lei 4.117 que “atribuiu ao Estado a responsabilidade principal na implantação e operação dos serviços públicos de telecomunicações” (HERZ, 1987, p. 214). O investimento público nas telecomunicações aqui é clara estratégia para, portanto, integrar um mercado nacional, onde informações e produtos possam circular para as demandas. Em 1969 já tínhamos comunicação via satélite, com o funcionamento da estação terrena de Tanguá, no Rio de Janeiro. Foi neste mesmo ano que os serviços da EMBRATEL se alastraram, inaugurando em 26 de março o Tronco-Sul, que ligava Curitiba a Porto Alegre. Em 1969, “o Brasil já integrava a rede mundial de televisão que acompanhou a descida do primeiro homem na lua, no dia vinte de julho. No mesmo ano, a Rede Globo iniciou a produção em *network* (operação em rede, tal como ocorre nos Estados Unidos) com o Jornal Nacional” (HERZ, 1987, p. 214). Em 27 de outubro de 1972 será concluída a rede básica do Sistema Nacional de Telecomunicações “com a inauguração do tronco Porto-Velho-Manaus, na Amazônia”. “A infra-estrutura de telecomunicações dinamizou sobremaneira a operação em rede nacional, iniciada pela TV Globo, que disparou na audiência, praticamente monopolizando o mercado nacional” (1987, p. 214). A TV Globo reunia e ainda reúne um potencial enorme de controle sobre o mercado nacional. Concentradora de grande parte das verbas de publicidade, a Rede Globo, que se aproveitaria da estrutura telecomunicacional implantada pelo Estado, privilegiada pelos principais anunciantes, foi capaz de, desde o início desse sistema de telecomunicações, “operar a estimulação do mercado nacional, disperso geograficamente e reduzido em termos populacionais” (1987, p. 215). Daniel Herz nos alerta que a concentração de investimentos da Rede Globo é bem superior à sua participação na audiência geral. O que significa que a empresa era a principal beneficiária da rede de circulação de mensagens montada durante o período militar. “A existência da Rede Globo, afetando de tal maneira a distribuição das verbas publicitárias, condiciona não apenas a organização da televisão brasileira (...), possibilitada pela rede, mas todo o modelo brasileiro de radiodifusão e de comunicação de massa” (HERZ, 1987, p. 215). O suporte publicitário melhorado com as redes aumentou os custos para veiculação das publicidades, o que tendeu a acelerar a concentração econômica no Brasil e a derrocada de um modelo competitivo, como nos sonhos dos economistas clássicos. Podemos afirmar, com Herz (1987, p. 216), que “o atual conceito comercial de rede de televisão é produto de uma economia dominada por oligopólios”, onde o pequeno e médio empresário tende a ser engolido ou participar minimamente de um mercado que só quem tem amplo poder financeiro tem condições para se firmar solidamente.

O empreendimento em radiodifusão da família Marinho foi que garantiu, portanto, o sucesso e os primórdios do processo de conglomeração que afirmaria a hegemonia da Rede Globo pelos anos seguintes. O acordo com a Time-Life trouxe benefícios concorrenciais à rede de televisão montada pela Globo. Murilo Ramos (2005, p. 67) destaca que o dinheiro e a tecnologia da Time-Life foram “a semente que faria da Globo a principal beneficiária da infraestrutura de telecomunicações que, nos anos 1970, seria erguida pelo regime militar.” É do acordo também que o desenvolvimento do negócio de televisão da Globo pode se destacar dos concorrentes com relação à qualidade técnica da programação: “ela se tornou monopolista em um sistema oligopólico tecnologicamente fechado, monopólio que até hoje não conseguiu romper completamente” (RAMOS, 2005, p. 68).

Ramos destaca ainda que a Globo era principal aliada dos governos militares, gozando de liberdade criativa de programação, com as telenovelas que produzia, tornando-se, em 1980, a principal exportadora latino-americana, por exemplo. Por conta também de sua influência política e econômica, nem mesmo a divisão das concessões da empresa de Chateaubriand, resultando na Rede Manchete e no SBT, foi capaz de dividir o poder da Rede Globo. A política de integração nacional, com investimento em telecomunicações, favorecia a Rede Globo na medida em que essa se comprometia em uma relação de reciprocidade com o governo, o qual, por sua vez, beneficiava-se do poder ideológico da mídia. O seu poder político, como assegura Ramos (2005, p. 68), foi capaz até de torná-la coadjuvante de uma alegada fraude eleitoral para governador do Rio de Janeiro, evitando a vitória de Leonel Brizola, não obstante tentar esconder da população brasileira a mobilização popular pelas eleições diretas para presidente da República.

Após a ditadura militar, o poder de pressão das Organizações Globo permitiu que influenciassem no processo de formulação da Constituição de 1988, estando à frente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert. Ramos (2005, p. 69) especifica os efeitos de seu poder na constituinte, mostrando que o capítulo referente à Comunicação Social (artigos 220 a 224) acabou surgindo com absurdos normativos³⁵.

³⁵ “A transformação do que seria um órgão regulador autônomo – o Conselho de Comunicação Social – em decorativo órgão auxiliar do Congresso Nacional; a exigência de que as outorgas de rádio e televisão, para serem efetivadas, teriam que ser aprovadas, sucessivamente, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal; a exigência de que a cassação de uma concessão de rádio e televisão só se daria mediante a aprovação de dois quintos dos membros do Congresso Nacional, em votação nominal; a constitucionalização dos prazos de duração das outorgas de rádio, 10 anos, e televisão, 15 anos, renováveis indefinidamente” (RAMOS, 2005, p. 69).

Em especial, um desses absurdos, – a constitucionalização dos prazos de duração das outorgas de rádio, 10 anos, e televisão, 15 anos, renováveis indefinidamente – segundo Ramos, tem seu fundamento explicado no fato de que as concessões públicas terem sido postas como algo essencialmente privado, com prazos já estipulados na Constituição, ao invés de serem determinados por meio de contrato administrativo. O traço determinante da concessão pública, segundo o autor, é sua reversibilidade, ou a capacidade do Estado de reaver o que foi concedido por instrumento contratual.

Outro caso que ilustra seu poder de pressão está na aprovação da Emenda Constitucional nº 36, de 2002, que “dá nova redação ao art. 222 da Constituição Federal, para permitir a participação de pessoas jurídicas no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens”. O Projeto, segundo Ramos (2005, p. 71) havia sido enviado em 1995 pelo deputado Laprovita Vieira (antigo PPB) com intenções de “resolver a situação legal das concessões outorgadas a pastores”. Esses mesmos pastores tinham ligação com a Igreja Universal do Reino de Deus, a qual controla a Rede Record de Televisão. Anexada a essa mesma emenda, o deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB – São Paulo) colocou outra emenda de sua autoria acrescentando ainda “a possibilidade de até 30% de capital estrangeiro na composição do controle das empresas jornalísticas de rádio e televisão”. A emenda fora rejeitada no Congresso por pressão das Organizações Globo, com objetivo claro de que seus competidores não se fortalecessem, utilizando como discurso a defesa da cultura nacional. Entretanto, como descreve Ramos, no final de 2001 e início de 2002, a Globo mudou de discurso e fez aprovar a emenda constitucional com apoio até mesmo do Partido dos Trabalhadores (PT). Seu interesse, agora, estava em buscar uma alternativa para a dívida que sua holding Globopar contraía por conta dos investimentos em televisão por assinatura.

Por último, Ramos explica a polêmica da Ancinav – Agência Nacional do Cinema e Audiovisual que, depois de alguma tentativa, permaneceu apenas como Agência Nacional do Cinema – Ancine. O fato se explica, mais uma vez, pela pressão que as Organizações Globo fizeram para que a norma de formação de fundo de fomento à atividade cinematográfica, com percentual de faturamento recolhido das emissoras de televisão, fosse retirada. Tanto no governo de Fernando Henrique Cardoso quanto no de Luís Inácio Lula da Silva, as tentativas sucumbiram frente às fortes reações das Organizações Globo, que lograram êxito.

Mattos e Simões (2005, p. 41) relatam que o inchaço que a Rede Globo sofreu após seu surgimento, em 1965, não foi impedido pelo CBT, o qual “nunca teve a finalidade de ser um

marco regulatório entre as três pontas clássicas da regulação econômica – sociedade, empresa exploradora de serviço público e governo”. Assim, a finalidade do Código era basicamente de controle político. Devido, não obstante, à falta de cultura de competitividade e às relações clientelistas proporcionadas pela natureza do CBT, a hegemonia da Rede Globo estava garantida. “No vácuo de regras que inibam a ausência de competitividade, surgem as concentrações oligopolistas” (MATTOS e SIMÕES, 2005, p. 42).

A falta de um ambiente normativo claro e específico no Brasil, a respeito da atuação dos empresários de mídia, propiciou que a Rede Globo gozasse de ótima liberdade para montar seu império e, portanto, para surgir como aparelho hegemônico nacional, conseqüentemente reforçando seu poder de pressão e influência política no Brasil. A lei, no estado em que se encontrava e ainda se encontra até hoje, foi fator primordial para a conquista do empresariado de mídia no Brasil, pois jamais foi capaz de atingir seus interesses estratégicos (RAMOS, 2005, p. 66).

Foi a partir de 1970 que a Rede Globo se estrutura como Rede Nacional. Esse é o momento, para Bolaño, que o mercado passa a se concentrar com maior vigor e se tornar oligopolizado, deixando de ser concorrencial. Os governos militares facilitaram o uso da infraestrutura da Rede Nacional de Telecomunicações para a Rede Globo, que, em 1969, inaugura o Jornal Nacional, primeiro programa de televisão brasileira em rede nacional. Mattos e Simões (2005, p. 43) explicam ainda que as operações em rede podem ser explicadas pela literatura econômica como a possível forma que gera a sua concentração.

O caráter nacionalista dos governos militares permitiu que se investisse em alguns setores estratégicos da economia, através de uma política de integração nacional, como é o caso das telecomunicações. De 1965 a 1972 foram criadas a Embratel, como vimos, e ainda o Ministério das Comunicações e o Sistema Telebrás. A interconexão de grande parte do território nacional foi devido ao investimento e a ação do Sistema Telebrás em, primeiramente, uma rede de micro-ondas, seguidas por satélites nacionais e, tempos depois, por ligações físicas de fibras ópticas. Isso propiciou um desenvolvimento da comunicação massiva com redes de televisão nacionais (CAPARELLI, RAMOS e SANTOS, 1999, p. 11, apud CAPARELLI e SANTOS, 2005, p. 79).

A operação em rede e os produtos televisivos de horário nobre (telejornal e telenovela) são os fatores que para Mattos e Simões explicam o crescimento da Rede Globo com expressão nacional e, conseqüentemente, sendo constantemente almejada como espaço publicitário e

preferência da audiência nacional. Sua abrangência nacional acaba sendo um instrumento político de interesse e de preocupação para a manutenção dos preceitos democráticos no Brasil. Esse momento é representado inicialmente pela década de 1970, que solidificou a Rede Globo como grupo hegemônico na oligarquia dos grupos de mídia brasileiros até os dias de hoje.

O grande “susto” à hegemonia da Rede Globo vem, entretanto, no contexto do surgimento de novos preceitos capitalistas. No governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, esse abalo é sofrido especificamente por meio da abertura ao mercado estrangeiro e da privatização das telecomunicações. Como verificado em Fadul (1998), o momento das desregulamentações globais em prol do movimento neoliberal e decorrente da crise do capitalismo na década de 1970, faz efeito direto na mídia brasileira com a entrada da TV segmentada e da privatização das telecomunicações no decorrer de 1990, já que o sistema brasileiro de TV aberta já era pautado no modelo comercial, diferentemente do que se verificava na Europa.

O advento da Internet no final da década de 1960 e de sua comercialização nas décadas posteriores contribuíram mais ainda para impactar a hegemonia do grupo e forçá-lo a empreender movimentos estratégicos que, de acordo com a modificação capitalista sentida, trazia a necessidade de atuação em redes globais de poderes. O que acontece no novo paradigma da técnica digital e do capitalismo financeiro é que empresas tradicionais de mídia como a Rede Globo tendem a buscar uma nova lógica de reformular suas bases em prol de uma nova forma de controle. A certeza da hegemonia essencialmente disciplinar de outrora fora abalada com a incerteza dos fluxos financeiros facilitados com as novas tecnologias da informação e da comunicação. O processo de retomada desse controle pode ser explicado por meio da análise das estratégias alçadas pelo grupo nos anos em que são sentidas as mudanças econômicas em âmbito global.

O que privilegia a Globo em seu cenário de hegemonia, mesmo com a presença estrangeira, está ligado a sua condição histórica de mídia de massa que funciona como “âncora do poder econômico, político e simbólico das oligarquias nacionais e locais”. O que vai diferenciar, portanto, segundo Venício de Lima (2005, p. 104), a Rede Globo de Televisão de outras redes privadas e comerciais, é “não só sua centralidade na construção das representações sociais dominantes, mas o grau de interferência direta que passou a exercer como ator decisivo em vários momentos da história política do Brasil nas últimas décadas”.

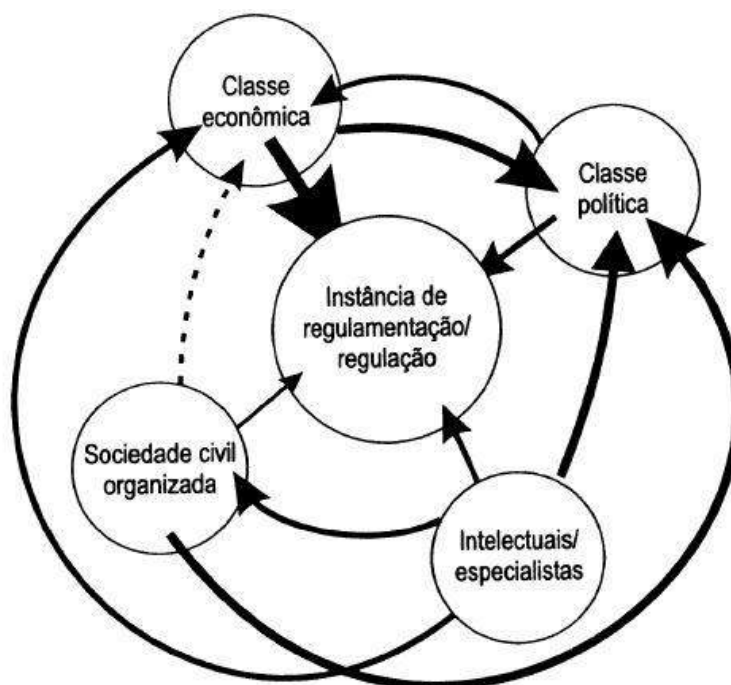
As mudanças trazidas pela alteração tecnológica, levando à segmentação da audiência e a ubiquidade da Internet nos lares, e das consequentes privatizações, não alteram o quadro de poderio da Globo (BOLAÑO, 2005, p. 23) já que, além de sua representatividade política e simbólica no país, continua a ocupar esses novos terrenos midiáticos representados pela TV por assinatura e pela Internet. Venicio de Lima (2005, p. 126) também concorda com tal representatividade política e simbólica no país como fator central para manutenção de seu poderio, apesar da queda da audiência da TV generalista e da crise financeira sofrida pelas Organizações Globo especialmente na área de TV a cabo. Indica que seu poder político ainda é existente, fato provado, por exemplo, com as pressões que levaram à aprovação da Emenda Constitucional nº 36 e a polêmica em torno da Ancinav, como já exposto.

A internacionalização do sistema de comunicações é definida por Herz, como já vimos, no intervalo temporal que vai de 1945 a 1987. Às pressões à constituinte de 1946 em prol da liberalização com a deposição de Vargas seguir-se-iam as pressões de 1988, como vimos. O processo de formulações de políticas em geral, mas das comunicações em específico, traz à tona a influência dos sujeitos privados na constituição do público. Entre as duas constituições, ao compararmos com o intervalo de tempo para a internacionalização das comunicações dado por Herz, estão simultaneamente o início de um processo de internacionalização do sistema de comunicações brasileiro e o “final”, ou sua fase madura, onde as territorialidades locais se conjugam recursivamente às globais em um sistema global de comunicações. Isso prova que o político está constituído por elementos de reprodução social e esta, por sua vez, depende dos elementos de organização do controle social para continuar produzindo e reproduzindo. As constituições, assim como o Direito, são resultados do processo social recursivo entre economia e política, ou sobrevivência e controle social. O momento de internacionalização do sistema comunicacional brasileiro, do início ao fim, é correspondente ao processo de conjugação da revolução do controle que teve início nos Estados Unidos, como vimos em Beniger, com o desenvolvimento industrial dos países dependentes. Essa conformação e hibridização de sistema nacional e global levam ambas territorialidades a um todo chamado Sociedade de Controle, de comunicações sistematizadas em toda parte do mundo. As constituições federais selam esse movimento, do início ao fim, com o aparato normativo que deixa de ter um modelo

restritivo de interpretação, para ter um modelo generalizante de interpretação. A abertura dos sistemas legais em sua interpretação protege a própria abertura de um mercado que precisa se expandir. Fica configurada, novamente, a perfeita relação de comunicação e controle. Mesmo que esses processos sejam pautados em lutas de classes, o elemento comum que se retira do início ao fim do processo de internacionalização do sistema comunicacional é a sua ciberneticização, que une a sociedade inteira em um sistema de comunicação só, para controlar demandas e populações. Por trás das nuvens comunicacionais, dos balões de diálogo, está uma imensa rede de controle do comportamento individual. E a tarefa de nosso objeto – a Rede Globo – é se incluir nesse processo de observação das observações. Por um delicado e breve olhar na história, pautados principalmente na recursividade que subjaz o pensamento complexo, conseguimos trazer à tona a materialidade das nuvens.

A relação de lei e de classe econômica e política está representada, em outros termos, no estudo do Professor Edgard Rebouças, *Os atores sociais do Lobby nas políticas de radiodifusão no Brasil* (2005), que reflete o estudo presente em sua tese de doutorado apresentado à UMESP, em 2003: *Grupos de pressão e de interesse nas políticas e estratégias de comunicações: um estudo de caso dos atores sociais no Brasil e no Canadá*. Naquele estudo (2005, p. 179) propõe como objetivo “tentar entender os comportamentos dos atores sociais – empresários de comunicações, políticos, sociedade civil organizada e especialistas/intelectuais – em relação às instâncias de regulação/regulamentação das comunicações”. Nesse estudo, já leva em consideração todo o cenário histórico que aqui já descrevemos onde fica evidente a relação desigual do acesso às decisões políticas desses atores citados, “apesar de os discursos governamentais dizerem ter como princípios as comunicações voltadas para o interesse público” (REBOUÇAS, 2005, p. 179). Seu estudo, assim como o nosso, considera a comunicação serva de privilegiados no controle social por meio das decisões políticas que são conformadas no âmbito das instâncias de regulamentações/regulações. Utiliza uma representação gráfica onde vetores mais largos e mais estreitos indicam a influência de cada grupo no processo de consolidação das políticas. Baseado no princípio básico que aqui já nos referimos da economia política, a relação de ser com o dever-ser, Rebouças utiliza vetores dimensionalmente diferentes justamente para, além de demonstrar o ser dessas relações entre grupos, acusar aqueles que, consoante a base axiológica democrática, contraditoriamente têm acesso privilegiado às políticas, evidenciando tal desigualdade: “não é possível compreender *como* os processos ocorrem, sem ter uma visão clara de *quem* está envolvido e em que contexto está inserido”. O diagrama-modelo, esboçado por Rebouças, dos atores sociais envolvidos e os

vetores que os ligam ao órgão regulador e entre si, está reproduzido abaixo (REBOUÇAS, 2005, p. 180):



A ideia de Rebouças, especificamente neste trabalho, é-nos útil para ajudar a perceber como a complexidade entre política e economia se desenha. A mútua constituição de um sistema e do outro pode ser percebida ao passo que nomeamos os elementos materiais que formam a base de um dado sistema territorial. O vetor mais largo que vai da “classe econômica” ao único nó que centraliza todo esse sistema, que podemos nomear de uma representação de um sistema de controle social, destaca a influência maior da economia e também de suas classes no processo de sobrevivência social. Produção e reprodução social são elementos constitutivos, portanto, da própria organização interna da sociedade, que é representada pela lei e suas estruturas representativas. O que o esquema de Rebouças nos acrescenta, sobretudo, é a ênfase no elemento *dever-ser*, já que a base valorativa de uma sociedade democrática impede a influência desmedida de um grupo sobre outros na formação das normas de comportamento de uma dada sociedade. O princípio da igualdade social objetivado nas constituições resta desmascarado por um esquema de reprodução social ditado por classes. E qual o papel da comunicação nisso? A comunicação é o ponto cego de todo esse sistema, pois ela é o constituinte básico e central de toda uma sociedade. Portanto, se alguém detém a comunicação em privilégio de outros, o

sistema social é reproduzido segundo valores não constituintes, mas valores classistas. O sistema de sobrevivência social só é um sistema de reprodução social, pois ele torna a comunicação sua serva e transmite sua influência por intermédio dela. Daí que simples aparelhos de televisão, propagandas, pesquisas de mercado, sondagens de opinião, são instrumentos de controle social e não meios neutros. Por ali circula a comunicação da qual só tem controle os comandantes de máquinas cibernéticas que conformam o sistema mundial de informação e comunicações.

Temos no governo Fernando Henrique Cardoso um ponto de chegada, de encontro total do sistema mundial de comunicação com o sistema nacional. Ali está a totalização de um “projeto” que se inicia dentro da economia norte-americana, ao final do século XIX, como vimos em Beniger, e tem seu sentido completo mundialmente na territorialidade local, no Brasil, após 1987. Podemos dizer que o intervalo de um século foi necessário, portanto, para a formação de uma Sociedade Mundial de Controle com a participação nacional. Um ano após, em 1988, no Brasil, tínhamos promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, que no Preâmbulo registra as seguintes palavras: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”. Ao estarmos protegidos por Deus, logo, não tínhamos de temer que à Constituição se sobrepusesse um poder de controle que queira ser fundamento da própria Constituição, no lugar de Deus. Quem se atreveria a querer buscar influência em algo protegido por Deus? A grande máquina cibernética representada na Sociedade de Controle é uma máquina de sobrevivência em que Deus não mais é fundamento de validade da constituição de uma sociedade, mas a tirania do dinheiro e da comunicação.

A Rede Globo da década de 1990 até os dias de hoje tenta fazer parte dessa tirania a seu modo, de acordo com o lastro histórico e social que carrega. Nossa descrição comportamental do grupo é uma observação da observação. A partir de informações que o próprio mundo midiático nos dá, temos de ter a astúcia de organizá-las, com base em toda uma história de fundamento complexo, para conformar uma outra observação, que aqui se descreve nestas linhas.

No âmbito da complexidade que aqui defendemos é difícil fazer um corte na história e dizer que a partir de 1990 temos um neoliberalismo no Brasil. O que temos, a partir daí, é o funcionamento de uma sociedade de controle em seu ápice de conformação histórica sentida em território nacional. Apontar a datas como representantes de uma “nova” fase de capitalismo a ser inaugurada é por demasiado perigoso se desconsiderarmos o desenvolvimento histórico do capitalismo desde suas raízes. A data ajuda a pensar, mas empobrece a relação, pois realiza cortes. Lembrando Chomsky (2002, p. 9), o Neoliberalismo, ou “Consenso de Washington”, deve-se ao fato de os Estados Unidos e as instituições financeiras internacionais a ele ligadas investirem em um conjunto de princípios básicos que, na verdade, remontam às ideias liberais clássicas presentes em Adam Smith. Todos esses princípios passaram a influenciar a ordem global em curso, modificando as relações econômicas dos estados nacionais e entre eles. As tendências que, para Noam Chomsky (2002), definem resumidamente o neoliberalismo, são: “liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado ('ajuste de preços'), fim da inflação ('estabilidade macroeconômica') e privatização”. Em meio a essas tendências verifica-se, mais ainda, a necessidade da flexibilização do poder relativo às instituições estatais, que, segundo o autor, acabam por refletir a distribuição de poder existente na sociedade de uma maneira geral. Quanto à influência dos poderes exercidos pelos agentes econômicos, Chomsky (2002) destaca, entretanto, que, desde Adam Smith, era identificável, na Inglaterra, a influência dos comerciantes na formação de políticas em seu favor. O Estado acabava por servir aos seus interesses e, visto o ciclo vicioso que tal situação engendrava, enfim, é notável perceber que a ideia de “interesse nacional” possuía e possui caráter ilusório, pois dentro da sociedade era possível detectar conflitos de interesses que desmistificavam toda a unidade presente na concepção de um interesse comum no seio da nação. Assim, “[...] no interior da ‘nação’ existem agudos conflitos de interesse, de modo que para se compreender a política e seus efeitos, é preciso saber com *quem* está o poder e *como* é exercido, assunto que mais tarde veio a ser denominado ‘análise de classes’” (CHOMSKY, 2002, p. 9, grifos nossos). O que para a gente é uma data – 1990 – não pode se transformar em um corte no *continuum* da realidade complexa. O neoliberalismo pode ser empregado como termo contanto que o pesquisador esteja consciente que há uma relação desse neoliberalismo com o que o precede, sendo ele apenas mais um produto da relação.

No Brasil, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que talvez possamos situar a ideia de “desregulamentações” em seu maior impacto. Desregulamentações é, entretanto, um nome que consideramos impróprio e perigoso para um sistema de sobrevivência que necessita da força

normativa institucional para que sua liberalização seja efetiva. A atuação normativa é intensa, mas no sentido de afrouxamento de regras (mantendo a existência delas) para ser compatível com o modelo econômico global. O sistema de comunicações de massa será confrontado com maior intensidade com a entrada do capital estrangeiro, por meio da privatização das telecomunicações. O Estado, até antes desse acontecimento, “controlava a política de inovação no seu conjunto, seja assumindo diretamente a iniciativa, como nas telecomunicações, seja definindo regras para o mercado, como na informática” (BOLAÑO, 2005, p. 21). É aqui que o papel estatal começa a experimentar uma notável subtração com relação às políticas da comunicação. Esse movimento que desvela um mundo “desregulado” não é simples nem ao economista para ser entendido, já que as bases de sua própria ciência se encontra muitas vezes imprópria para pensar a situação do capitalismo mundial pós-1970. Da incapacidade da ciência de conhecer o seu mundo, surge a inépcia das ações sobre ele: “Repete-se com frequências em nossos dias que, mais do que uma crise econômica, vivemos uma crise da ciência econômica. Se não somos capazes de compreender o mundo em que estamos inseridos, como agir racionalmente sobre ele?” (FURTADO, 2006, p. 247). Um sistema econômico “não é uma simples constelação de mercados cuja lógica possa ser explicada com base na teoria do comportamento de agentes individuais”. Acima disso, “ele pressupõe a existência de um quadro institucional e um poder regulador capaz de arbitrar os conflitos que se manifestam a todo momento em torno da apropriação e da alocação de recursos escassos”. É devido, portanto, à institucionalização desse poder regulador que se permitiu criar um espaço de diálogo “entre agentes representativos de forças sociais crescentemente organizadas, o que conduziu à formação de uma ampla área de consenso e *a fortiori* a uma maior eficácia na utilização dos recursos” (FURTADO, 2006, p. 249). Essa territorialidade regulada por instituições, com arbitragem de interesses e consenso, só pode ser entendida sob o aspecto social, onde se conjugam os subsistemas. Trata-se de uma nova sociedade, não apenas de uma nova economia.

O regime neoliberal, é importante sempre deixar claro, não pode ser motivo para empalidecer o fato histórico da liberdade da qual sempre usufruíram as empresas de mídia no Brasil. Nem mesmo nos Estados Unidos e na Europa, explica-nos Murilo Ramos (2005, p. 66), a tendência de desregulações e privatizações foi capaz de superar a liberdade comercial reconhecidamente histórica da qual o empresariado de mídia explorou no Brasil. O fato de “diminuição do Estado” está ligado a uma característica neoliberal, mas a história da mídia brasileira revela que seu papel quase sempre se mostrou liberal no desenvolvimento dos grupos de mídia em território nacional. Como vimos em Furtado, o modelo adotado por países

desenvolvidos para sua industrialização era o de coadunar tal desenvolvimento com um sistema econômico nacional. O que se deu no Brasil foi o desenvolvimento industrial sem se dar importância a quais sujeitos desenvolviam a indústria interna. Nossa falta de inovação tecnológica fez os grupos dominantes pressionarem sempre em prol de uma liberalização para se aliarem a grupos industriais estrangeiros, fonte de tecnologia para o desenvolvimento. A política interna muitas vezes recuou, pois via nesse progresso a formação de um sistema de sobrevivência necessário e inevitável.

Caparelli e Santos (2005, p. 98) nos mostram que, no Brasil, o novo paradigma de mercado baseado em conceitos neoliberais e de convergência tecnológica surgem ainda atrelados e dependentes em parte, apesar dos governos populares, do que eles chamam de “coronelismo eletrônico”, o que representa uma barreira central às novas evoluções estruturais. Os coronéis eletrônicos representam uma forma de evolução política dos antigos coronéis que tinham base do seu poder no latifúndio. Com a mídia de massa cobrindo grande parte do território nacional, essa lógica se estende às redes de comunicação. A adoção do ideário neoliberal ocorre de forma cautelosa, explica-nos os autores. “A flexibilidade da regulamentação, bem como a livre competição dos mercados, limitam-se ao espaço que não altere os domínios dos coronéis eletrônicos”. O que os autores parecem querer dizer com isso é que, diferentemente do que ocorre no âmbito de outras sociedades, no Brasil a realidade da convergência tecnológica e da competição entre indústrias distintas, como de conteúdo e distribuição, não funciona vigorosamente em uma lógica de modularidade como nas economias desenvolvidas. As características que surgem com os novos paradigmas ainda estão “longe de se tornar uma realidade hegemônica no Brasil”. O coronelismo eletrônico é mais uma peculiaridade que emerge dos jogos de poderes da história brasileira e se radicaliza profundamente nas estruturas aparentemente modernas do Estado contemporâneo, instaurando um modelo disciplinar mais flexível e invisível aos olhos daqueles que, consentidos, formam a massa necessária de manobra e manutenção do autoritarismo estabelecido nas estruturas do país. Enfim, trata-se de um neoliberalismo à brasileira, adaptado à nossa cultura. Acreditamos que os traços de tradicionalismo estão presentes, todavia, em quaisquer territórios nacionais, independentemente de seu grau de desenvolvimento. O coronelismo no Brasil é um traço nosso, porém cada cultura, independente da homogeneização dos valores do mercado global, tende a manter seus próprios traços herdados do passado na medida em que eles passam a negociar com os novos atores no interior das mudanças sociais. Tradição e modernização devem ser vistos, portanto, em circuito recursivo, sendo que o espaço de um é condição do espaço do outro.

As privatizações coordenadas à “fase da multiplicidade da oferta” (BRITTOS, 2000), a chegada da Internet comercial e a consolidação da TV segmentada (a partir de 1995) marcam um novo momento de entrada do estrangeiro no país, o qual esbarra novamente na hegemonia do maior grupo multimídia: as Organizações Globo. Nesse momento, sua hegemonia é contestada, mas estratégias são formuladas no sentido de compensação às perdas sofridas. A Globo, enquanto grupo empresarial dominante do sistema nacional brasileiro de comunicação, não haveria de deixar de negociar com os estrangeiros ou de impor limites à sua entrada. Não se trata de uma “invasão”, mas de um momento de cruzamento de sistemas territoriais. O sujeito estratégico considera todas as possibilidades em vista e elege a que melhor lhe couber, caso contrário agiria aleatoriamente.

A TV por assinatura no Brasil só se tornou realidade na década de 1990, com o monopólio que se seguiu entre duas empresas, a Globo e a Abril. Nos Estados Unidos, todavia, essa tecnologia já estava presente desde a década de 1970 (FADUL, 1998, p. 86). Esse momento, da entrada da TV por assinatura, representa formalmente, por meio da Lei 8.977 de 1995, segundo Fadul, a abertura das comunicações no Brasil. A TV paga a cabo foi enquadrada como telecomunicações e não radiodifusão. “Liberou as empresas para o capital estrangeiro, no limite de 49%. Foi por essa brecha legal que o grupo Abril conseguiu associar-se à Viacom para transmitir a MTV Brasil” (MORAES, 1998, p. 109).

Essa mesma lei, que dispõe sobre serviço de TV a cabo, votada após intenso debate e aprovada durante a era Cardoso, foi alterada por outra lei no governo da presidente Dilma Rousseff, a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. A nova lei “reduz a restrição da participação estrangeira em empresas do setor, estabeleceu cotas de conteúdo local na programação paga e permitiu a entrada de empresas de telefonia nesse mercado” (G1, 2012). Aprovada pela Anatel, a nova lei “reabre o processo de concessão de outorgas para empresas interessadas em prestar o serviço via cabo, que estava suspenso desde 2003” (G1, 2012). A autorização para prestação de serviço será concedida mediante pagamento de taxa no valor de R\$ 9 mil, mais documentos. Antes, as outorgas eram concedidas por intermédio licitatório. As licenças permitirão que as operadoras possam prestar serviço de TV a cabo em todo o país utilizando a tecnologia que mais achar adequada, seja ela cabo ou satélite. A nova lei deve levar, nas palavras do membro do Conselho Diretor da Anatel, Rodrigo Zerbone, “à expansão do serviço de TV por assinatura no país” sendo que “a entrada de novas prestadoras vai trazer mais competição, redução dos preços e aumento da qualidade [do serviço de TV paga no país]”. O que não é necessariamente uma verdade, já que a concentração econômica se evidencia em nível estrutural, sendo a

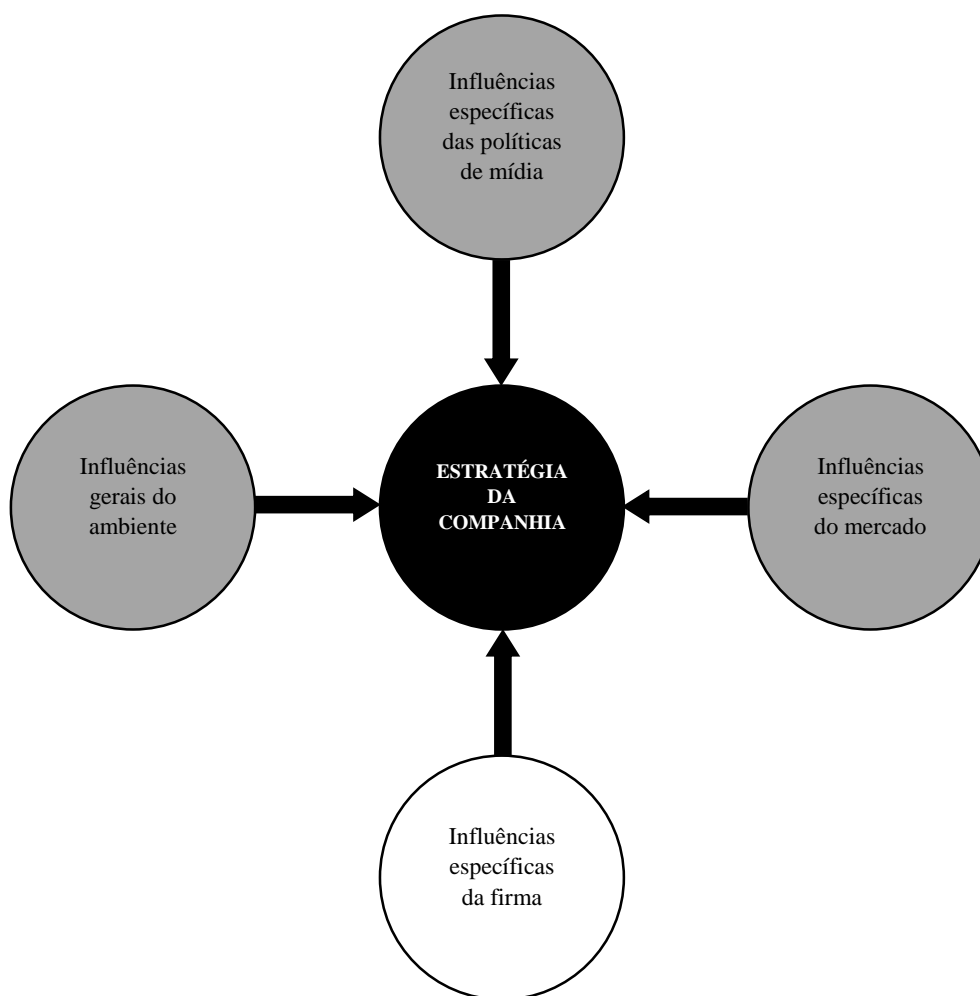
“competição” apenas um aspecto ilusório de um todo muito mais complexo, que se dá em nível mundial, por meio de redes de grandes conglomerados. E o aspecto da qualidade, como sempre, pode e deve ser questionado. Mas de que qualidade falamos?

As negociações entre os atores hegemônicos nacionais e os de origem estrangeira serão refletidas em uma reorganização social que, no caso do nosso objeto de estudo, vai da organização de sua propriedade à esfera do conteúdo que transmite. A produção do grupo busca recurso nas mudanças sociais e as mudanças sociais, por sua vez, podem ser observadas e descritas em decorrência da produção do grupo. A organização proprietária do Grupo Globo tem a ver com o estudo do nosso objeto – Rede Globo – na medida em que não só o conteúdo e a ideologia que propagam as telas da televisão têm capacidade de controlar e de reproduzir o social, mas o caráter material que representa o poderio financeiro tem em sua organização o reflexo de uma nova estruturação social de controle. O estudo conteudístico da rede globo tem sua recursividade na organização de sua propriedade. As estratégias de que se utiliza a Rede Globo não podem ser analisadas separadas de uma realidade ampla em que está inclusa. A forma do conglomerado, que hoje é atribuída ao Grupo Globo, é um produto social da concentração do poder financeiro, onde a Rede Globo é seara indispensável à sua existência. Os questionamentos que Robert McChesney faz sobre a falta de debate sobre a propriedade, estrutura e controle da mídia na vida política (2008), em seu caso, dos Estados Unidos, é, em verdade, extensível a toda a Academia. A análise que ganha em especificidade precisa retornar ao todo. Do discurso dos atores das telenovelas da Globo à forma de controle empregada pelo grupo empresarial enquanto parte vital de uma sociedade de controle. Um trabalho acadêmico que se afunda na especificidade e esquece de relacionar o contexto amplo não pode ser um trabalho complexo. A luta da complexidade de Morin se reflete nesse sentido. O estudo do objeto não pode ser mais uma parte perdida nas estantes das bibliotecas. Ele deve, em si mesmo, refletir sobre sua conformação em um todo e como busca nele recursividade, razão de ser.

Um importante autor que nos permite ter uma ampla visão das estratégias das firmas de mídia em meio a mudanças ambientais (externas) e propriamente mercadológicas (internas) é Robert Picard³⁶. Em livro de 2004, Picard nos ajuda a entender como as companhias de mídia mundo

³⁶ Em seu website temos informações sobre o autor: “*Robert G. Picard is a specialist on media economics and policy and the business challenges facing media in the digital age. He is affiliated with the Reuters Institute at the University of Oxford and the Information Society Project at Yale Law School. He regularly works with media companies, media associations, and governments worldwide to improve performance and respond to challenges in the media environment.*” Disponível em: <<http://www.robertpicard.net/index.html>>. Acesso em: 2. Mar. 2015.

afora estão lidando com tais mudanças e se ajustando estrategicamente para sobreviver em um sistema mundial de crescente complexidade. Criou, nesse livro, um recurso gráfico que demonstra as influências sobre a formulação de estratégias nas companhias de mídia. Reproduziremos abaixo e explicaremos cada item, conforme o autor (2004, p. 2, tradução nossa):



As influências que estão nos círculos cinzas “refletem preocupações relacionadas àquelas da escola de estratégia do ambiente externo que se iniciou nos anos 1980 e foi altamente influenciada por Porter” (PICARD, 2004, p. 1). São influências externas ligadas a fatores mais amplos que geram vantagens e barreiras comparativas e competitivas, segundo o autor. O círculo branco, por sua vez, refere-se a influências internas “relacionadas às capacidades da companhia, competências e necessidades que refletem as preocupações da escola baseada em

recursos de pensamento estratégico”. Nesta escola, o autor cita os exemplos de Wernerfelt, Prahalad & Hamel, Barney e Miller & Shamsie (PICARD, 2004, p. 1). Uma a uma, conforme Picard (2004, p. 3-12):

1. Influências gerais do ambiente. São elas, segundo Picard: **a) o desenvolvimento do capital global e de instituições financeiras**, que dão estrutura para as trocas globais, reduzindo complexidade e custos de transações; **b) desenvolvimento nas infraestruturas de comunicações**, principalmente por meio da convergência de três indústrias de comunicações: a de produção de conteúdo, computadores e *software* e telefonia. Essa convergência, pautada na linguagem digital, está “mudando como a comunicação ocorre, o que é comunicado, quem pode comunicar e a velocidade da comunicação” (p. 5); **c) o alcance global do mercado**, além do regional. Como bem explica Picard, o que parece ser o caso do nosso objeto, a estratégia regional permanece com empresas de pequeno, médio porte, além daquelas que estão nas tentativas de incursão nos mercados estrangeiros. Segundo o autor, as firmas de mídia tendem a internacionalizar “por meio de exportações diretas, concessão de licenças, *joint ventures* e investimento estrangeiro direto” (p. 6). Apesar de ser uma firma de segundo escalão, de grande porte, mas de menor porte que as de primeiro escalão, nosso objeto se utiliza dessas estratégias de apego ao regional, mas ao mesmo tempo de tentativas de internacionalização com a exportação de telenovelas e demais conteúdos. O acúmulo de produtos audiovisuais tem levado a adotar a estratégia de redifusão para países do estrangeiro, que tem altos índices lucrativos, como veremos; **d) melhoras nas condições humanas**, como é o caso da América Latina, com aumento do consumo. Não obstante, a crescente urbanização, tanto em nações desenvolvidas como em subdesenvolvidas, concentrando grande quantidade de pessoas em torno de infraestruturas que proporcionam serviços de água, eletricidade, saneamento básico e também serviços de telecomunicação, como nos mostra Picard (2004). A urbanização, portanto, torna a discussão em torno do espectro eletromagnético, por exemplo, uma questão de utilidade pública, pois é ele que permite a comunicação e a diminuição de distâncias, o que torna a já concentrada população urbana ainda mais integrada em um sistema territorial de controle e sobrevivência envolto de política e economia que se utilizam das comunicações para gerenciar populações e demandas. Assim como a água e a eletricidade, o espectro passa a ser uma questão de utilidade pública e de disputa de interesses como podemos ver em Mulgan (1991). Por fim, o aumento da renda e do tempo livre são também melhoramentos na condição humana, segundo Picard. Mas não podemos deixar de dizer que esse aumento de renda e tempo livre ocorre *paripassu* a uma economia em expansão que tem nas firmas de mídia um importante preposto

de seus negócios. As empresas de mídia precisarão, portanto, como o próprio Picard retrata, desse consumidor com “condições humanas aprimoradas” (aspas nossas), já que os produtos midiáticos dependem de tempo e dinheiro gastos por consumidores a doar sua atenção com a finalidade última de reproduzir o mercado e a sociedade. O tempo livre está, portanto, em relação recursiva e dialética com o tempo do trabalho (ADORNO, 2002), inclusos em um mesmo sistema de sobrevivência, isto é, de produção e de reprodução.

2. Influências específicas das políticas de mídia. Destaca o autor: **a) barreiras reduzidas à entrada de competidores de mídia**, especialmente por meio de operações via satélite, cabo e radiodifusão, o que aumenta a quantidade de oferta e também competição, apesar da concentração dos negócios nas mãos de grandes empresas domésticas e estrangeiras; **b) promoção dos negócios em produtos de mídia**, feita pelos governos regionais, que encoraja e apoiam tanto para fins econômicos quanto para culturais; **c) promoção de empresas pequenas**, principalmente na Europa, como destaca Picard; **d) regulação de consolidação e concentração**, decorrente das regras de competição de mercado e dos limites à propriedade da mídia, como podemos ver com a já citada Lei de Meios na Argentina.

3. Influências específicas do mercado. São elas, segundo Picard: **a) competição rapidamente crescente**, decorrente do aumento nos tipos de mídia e sistemas de comunicação; **b) desenvolvimento da economia da atenção**, que, devido a esse aumento de possibilidades de mídias e de aparelhos de comunicação leva a uma escassez da atenção enquanto um recurso a ser explorado por publicitários e produtores de conteúdo, o que veremos logo mais em Martinuzzo (2014); **c) mudanças das escolhas de publicidade**, também resultado dessa crescente avalanche de possibilidades de mídia e de disputa de atenção, o que leva os publicitários a reconsiderar seus gastos e a pensar em novas combinações ótimas de veiculação publicitária por meio das várias mídias, causando uma preocupação dos donos das mídias, o que não é o caso de nosso objeto que, ao possuir propriedade cruzada e concentrar grande poder econômico e de influência política, consegue pensar e administrar estrategicamente maneiras de direcionar e atrair as verbas publicitárias nos mais variados veículos que possuem. Como vimos em Furtado, as grandes empresas que concentram têm capacidade de se tornarem centros de decisão, administrando todo um mercado.

4. Influências específicas da firma. Tratam-se daquelas que são próprias das firmas e do resultado de mudanças do ambiente e mercados, assim como operações e escolhas no interior da firma.

Todas essas influências, que produzem mudanças no mercado (e também no sistema de sobrevivência, de um modo geral) afetam, portanto, as estratégias das empresas de mídia, representadas pelo círculo preto, ao centro. Tanto companhias de primeiro ou de segundo escalão (neste está nosso objeto), segundo o autor, tendem a possuir mais recursos internos para atividades estratégicas, dado a concentração de recursos que é tendência para muitas indústrias de uma forma geral. A estabilidade passada das indústrias da mídia já não é mais tão bem-vinda em um mercado com novos competidores, tecnologias diversas, globalização e financeirização das atividades econômicas. A estabilidade anterior das mídias, já que não se encontravam nesse contexto, segundo Picard (2004), requeria pouco pensamento estratégico. De forma abrupta, as unidades estratégicas dessas firmas e uma nova inteligência dos negócios da organização passaram a ser implementadas de forma a dar conta do novo contexto. A estratégia de uma companhia é definida, então, conforme Picard (2004, p. 2), como “o resultado de planejamento e decisões para sustentar padrões de alocação de recursos de forma a enfrentar desafios no mercado”.

Tal formulação de estratégias, como reporta o autor, estão centradas em dois conceitos importantes: a complexidade do mercado e a turbulência do mercado (PICARD, 2004). Como a própria complexidade que tratamos aqui também significa uma necessidade de a ciência adequar suas ferramentas para tratar de objetos complexos, com o mercado não é diferente. Para enfrentar um mercado complexo, as empresas de mídia precisam de mecanismos estratégicos aptos a lidar com um número maior de variáveis e possibilidades de relações (mais competidores, segmentos de mercado etc.). A turbulência do mercado, como o próprio Picard nos diz, “levanta incertezas sobre os resultados das atividades dos negócios e rejeita informação e direção necessárias para reduzir riscos em decisões” (2004, p. 3). Ligado ao fator complexidade, a incerteza fica sempre à espreita dos sistemas, como vimos, que reduzem complexidade para sobreviver às múltiplas variáveis e probabilidades. Reduzir riscos é também pre-processar informação. Assim, ter uma estrutura empresarial centralizada, com setores estratégicos, é uma forma de pre-processar o mundo de informações que adentram o sistema das empresas de mídia para melhor decidirem. Como veremos logo mais, a Globo passou a investir em uma estrutura empresarial mais burocratizada até chegarmos ao ápice de centralização e burocratização com a atual gestão dos filhos. Hoje o Grupo Globo conta com os seguintes comandos que compõem o quadro de executivos do grupo (ver Anexo D): 1) Antônio Cláudio Netto, comandando a Diretoria Jurídica; 2) Cláudia Falcão, à frente da Diretoria Corporativa de Recursos Humanos; 3) Cristiane Delacrode, com a Diretoria

Corporativa de Planejamento e Controle; 4) Paulo Tonet Camargo, vice-presidente de Relações Institucionais; 5) Renata Frota Pessoa, com a Diretoria Corporativa de Integração Digital e Tecnologia; 6) Sérgio Marques, à frente da Diretoria de Finanças e Relações com os Investidores; 7) Jorge Nóbrega, vice-presidente Executivo; e os três irmãos encabeçando o quadro de executivos: 8) José Roberto Marinho, vice-presidente de Responsabilidade Social; 9) João Roberto Marinho, vice-presidente Institucional e Editorial; 10) Roberto Irineu Marinho, Presidente.

A formulação de estratégias de Picard não se tratam de esgotar as possibilidades. Conforme o autor, “as estratégias disponíveis para firmas de mídia não são universais. As opções estratégicas para firmas de comunicação e mídia estão relacionadas à estrutura institucional na qual elas operam (...), aos seus recursos e a suas capacidades”. Dessa maneira, Picard coloca: “as estratégias precisam ser individualmente construídas e regularmente reavaliadas” (2004, p. 12). As estratégias apontadas por Picard, portanto, podem ser mais ou menos aplicáveis ao nosso objeto, que tem percurso histórico próprio em um contexto local que, aos poucos, entrelaçou-se com o contexto global, como vimos. Podemos começar a falar da concentração objetivada por meio de conglomerados e outras técnicas, já que nosso grupo concentra grande poder financeiro.

A forma do conglomerado, como vimos em Furtado, é uma aberração moderna ocasionada por ações econômicas, políticas e inovações tecnológicas. Ele não surge do nada. Ele é resposta à crise do controle, em escala global, a que se referiu Beniger (1986). Nosso objeto de estudo – Rede Globo – é parte de um grupo que reúne diversas atividades empresariais. O atual Grupo Globo se intitula como “grupo de mídia” em seu site (www.grupoglobo.globo.com). Em entrevista aos 50 anos da TV Globo dada ao Valor Econômico (empresa resultado da parceria da Globo com o Grupo Folha) Roberto Irineu diz: “Hoje o Grupo Globo é gerido por uma empresa *holding*, a OGP, sociedade anônima de capital fechado, e todas as ações pertencem a membros da família Marinho”. A OGP, de acordo com balanço publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 9 de Abril de 2015, são as Organizações Globo Participações S.A., inscrita sob o CNPJ nº 03.953.638/0001-35. Nas informações dadas na barra inferior do balanço também se diz: “Organizações Globo Participações S.A. (‘Companhia’) e suas subsidiárias (de forma conjunta ‘Grupo OGP’) é uma empresa *holding*. A companhia possui, através de suas controladas e controladas em conjunto, como principais negócios: um grupo de emissoras de televisão aberta; empresas de jornalismo; negócios de internet; negócios de programação e distribuição de TV por assinatura, e publicação de revistas”. A OGP (ver Anexo C e D),

portanto, controla todos os negócios citados, esse ‘grupo de mídia’. No site do Grupo Globo é mais clara a estrutura dos negócios desse grupo do que no balanço publicado, apontando todas as empresas: Infoglobo, Sistema Globo de Rádio (SGR), Editora Globo, TV Globo, Som Livre, Globosat, Globo.com e o ZAP (ver Anexo E). Portanto, a partir do site, vemos que são oito grandes empresas que se ramificam e se cruzam de várias formas. Ao leitor, entretanto, é interessante saber do que se trata uma *holding*, que é a empresa que controla todas essas subsidiárias. Segundo Comparato e Salomão Filho (2014), a *holding*³⁷ é uma técnica institucional de organização do controle interno. As vantagens empresariais da sociedade *holding* são para os autores (2014, p. 142): 1) controle centralizado com uma administração descentralizada; 2) gestão financeira unificada do grupo; 3) controle sobre um grupo societário com o mínimo investimento necessário. A *holding* é uma resposta à necessidade de integração, portanto, de várias empresas por intermédio de uma outra. Nos EUA, em 1904, a forma *holding* gerou polêmica dado as disposições do *Sherman Act*, no sentido de considerá-la propícia ao abuso monopolístico de uma empresa com grande poder financeiro que ditaria as regras do mercado em relação a seus concorrentes com menor poder financeiro. Após a Primeira Guerra Mundial, a *holding*, no entanto, difundiu-se na Europa. Mas as dúvidas no mundo jurídico eram quanto à legitimidade dessa forma: “O grande Vivante, por exemplo, sustentou que a *holding* representava mera duplicação do mesmo patrimônio, nada mais sendo, portanto, que uma sociedade fictícia” (COMPARATO e SALOMÃO FILHO, 2014, p. 143). Comparato e Salomão Filho (2014, p. 147) nos escrevem que “a *holding* como organização do controle do conjunto de várias pessoas reproduz, de certa forma, a mesma problemática de relações de poder das demais sociedades, notadamente a questão da proteção da minoria”. A questão que se coloca é que essa proteção da minoria tem amparo legal, aqui no Brasil, na lei que dispõe sobre as sociedades por ações, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Governo Ernesto Geisel). No art. 2º, segundo Comparato e Salomão Filho, a *holding* pura fica amparada legalmente: Art. 2º Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes. § 3º A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades; ainda que não prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais. “O problema fundamental do poder de

³⁷ “A difusão das *holdings* coincidiu com o grande movimento de integração vertical de empresas do final do século passado, nos Estados Unidos, levando à criação de um mercado nacional de bens de consumo. Até então, as empresas dependiam de agentes comissários, para a aquisição de matérias-primas ou para a comercialização de produtos acabados, fora da localidade onde estavam instaladas. Com a legalização das *holdings*, tornou-se possível a criação de companhias satélites, especializadas no aprovisionamento e na distribuição, sob o controle das empresas industriais” (COMPARATO e SALOMÃO FILHO, 2014, p. 142).

controle na sociedade anônima, segundo nos parece, não será doravante o de sua legalidade que, bem ou mal, já foi reconhecida; mas o de seu fundamento axiológico, isto é, o problema da legitimidade” (COMPARATO e SALOMÃO FILHO, 2014, p. 473). A questão da legitimidade, segundo os mesmos autores, “é inerente a todo e qualquer fenômeno de poder, assim como o da justiça em relação às normas jurídicas, por mais que o positivismo insista em enxotar uma e outra do campo científico” (p. 473). A democracia que convive com o capitalismo em sua fase mais avançada tem seus fundamentos axiológicos embaçados: “perante a ascensão irresistível da ideia democrática, na História contemporânea, o poder autocrático ainda encontrou um meio inteligente de sobrevivência: foi o de procurar transmudar os seus comandos em decisões populares”. Isso se reflete dentro das organizações chamadas sociedades anônimas: “da mesma forma, na sociedade anônima, durante muito tempo o controlador tentou abrigar-se na autoridade da assembleia-geral e no princípio da personalidade jurídica para dissimular as suas prerrogativas de soberano” (COMPARATO e SALOMÃO FILHO, 2014, p. 474). A legitimidade do controle, hoje, com o advento da lei 6.404, está fundada na propriedade acionária, da mesma forma que a justificativa do poder empresarial se funda na propriedade dos meios de produção (COMPARATO e SALOMÃO FILHO, 2014, p. 474). É a assembleia-geral de acionistas, que hoje representa a face “democrática” da empresa de antigamente, que tem o poder de decisão sobre todos os negócios relativos ao objeto das companhias, ganhando a maioria absoluta de votos (obedecendo à equação $1 \text{ ação} = 1 \text{ voto}$). O problema que a Constituição coloca, em contrapartida, ao controle que se confunde com bastardia, é que o poder econômico se trata de uma função social, de serviço à coletividade, “do qual todos nós dependemos”. Não pode ser assim, “apenas, nem principalmente, a produção e partilha de lucros entre proprietários ou capitalistas; não deve ser, tampouco, assegurar ao empresário um nível de elevada retribuição econômica e social” (COMPARATO e SALOMÃO FILHO, 2014, p. 476). Nos princípios gerais da atividade econômica, a Constituição Federal reza: “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: “II - propriedade privada; III - função social da propriedade”. O termo propriedade aqui, segundo Comparato e Salomão Filho, “deve ser interpretado como se referindo, antes de tudo, a bens de produção, e significa, portanto, poder sobre outrem” (2014, p. 476). Vale o mesmo para a sociedade anônima em sua lei de 1976, que “explicita esse princípio (...) em relação ao titular do poder econômico, que é o controlador, atribuindo-lhe deveres e responsabilidades próprias” (2014, p. 476). É preciso reconhecer, porém, explicam Comparato e Salomão Filho (2014, p. 476), “que a efetivação dessas responsabilidades próprias

do controlador, para com os trabalhadores e a comunidade em geral, implica a edição de regras adequadas e remédios jurídicos apropriados, não bastando o enunciado do princípio”. Continuando, a concepção econômica tradicional, da era liberal, baseava-se no simples fato de que “se o mercado era organizado em função do consumidor, todo ato de produção seria, em princípio, benéfico à coletividade” (COMPARATO e SALOMÃO FILHO, p. 476). O que, para nós, depois do advento do Estado do bem-estar social, soa como um absurdo. A ideia de sobrevivência (economia) social era simplesmente confiada ao empresário que produzia em prol de uma coletividade. Mas como dizem Comparato e Salomão Filho (2014, p. 476) “a consciência pública rejeita, atualmente, essa ideia simplista. A História adverte que todo poder, livre de peias, degenera, naturalmente, em pura força, a serviço do seu titular”. Assim, o fundamental é que, nos dias de hoje, “compete, pois, ao Estado intervir no jogo econômico para evitar a degradação da função social das empresas” (COMPARATO e SALOMÃO FILHO, 2014, p. 476). Muito é-se indagado em termos de “função” social, como a qualidade dos produtos e serviços prestados (código do consumidor) e têm-se dado ênfase muito grande ao equilíbrio ecológico, como defesa do meio ambiente. Com relação ao controle do controlador, para verificar se está atendendo às suas responsabilidades sociais, deve não só o Estado agir por meio do Ministério Público, como nos dizem os autores. Deve competir a *qualquer um do povo* a vigilância da função social dos agentes econômicos. O controle que não respeite tal princípio é antijurídico, sendo devida a perda de tal controle como forma de sanção (COMPARATO e SALOMÃO FILHO, 2014, p. 478). Expropriar o poder de controle dos agentes econômicos que agem inconstitucionalmente é dever do Estado e de qualquer um do povo interessado, portanto. “O direito, como ciência de prescrição de comportamentos, é necessariamente finalístico. Fins confusos geram meios imperfeitos; e meios perfeitos, não utilizados para a consecução de fins, são perfeitamente inúteis” (COMPARATO e SALOMÃO FILHO, 2014, p. 479).

Cabe-nos indagar, portanto, depois desses breves ensinamentos dos exímios juristas que citamos, *quem* são os controladores (agora, no sentido jurídico) dessa *holding* que engloba nosso objeto de conhecimento, em primeiro lugar; e quais são suas *finalidades*, em segundo lugar, se compatíveis com um estado democrático de direito, legal e legitimamente. Sabemos que a Globo é uma empresa familiar, assim como muitas são ao redor do mundo, construindo, nesse modelo, seu “império”. Bem simplifadamente, fomos aqui de Irineu Marinho, que deixaria a seu filho, Roberto Marinho, seu legado e este, por sua vez, após falecimento, deixaria seu já grande império aos três filhos. Vale lembrar que aqui estamos destacando o poder

econômico do Grupo Globo, sendo que o que mais que a família Marinho tiver para incrementar seu poder econômico também influencia nesse poder, mas aqui não será tratado, por falta de evidências concretas. A única que temos foi do livro de Herz, que diz que além das atividades em comunicação, “o grupo econômico encabeçado por Roberto Marinho inclui ainda empresas envolvidas em diversos outros ramos: indústria de bicicletas, indústria eletrônica, indústria de telecomunicações, negócio imobiliários, agricultura e pecuária – destacando-se fazendas na Amazônia -, mineração, distribuidoras de títulos e valores, entre outras atividades econômicas” (1987, p. 21), que mais tarde seriam vendidas pelos irmãos para focar apenas na produção de conteúdo, como veremos. Mas não se trata de julgar o poder econômico do grupo, que sabemos que é grande. A Forbes elegeu a família Marinho como a mais rica do Brasil em 2014, com uma fortuna de US\$ 28,9 bilhões, seguidos pelo Banco Safra, o Grupo Votorantim, Unibanco, Camargo Correa etc. (VALOR ECONÔMICO, 2014). Com relação à territorialidade global, o Grupo Globo é considerado o 17º maior conglomerado de mídia do mundo, conforme relatório publicado pela ZenithOptimedia em 2015 (O GLOBO, 2015).

A concentração de poder econômico e a existência da *holding* devem ser assimilados pelo leitor como parte de um processo que se deu início nos Estados Unidos após a revolução industrial, sobretudo, que permitiu que o poder econômico disperso pudesse cada vez mais se concentrar, modificando a visão da empresa privada que tinham os economistas clássicos. Hoje, precisamos pensar na moderna sociedade anônima, em que são identificadas a separação de propriedade privada e do controle. A atenção a essa condição da nova forma de empresa, que se concentrava na forma de sociedades anônimas, foi levantada por dois economistas estadunidenses, Adolf A. Berle e Gardiner C. Means. No clássico *The modern corporation and private property* (1932), ambos autores propunham que conceitos como o de propriedade privada, competição, riqueza, entre outros, deveriam ser revistos em autores clássicos como Adam Smith. A moderna corporação, ou a sociedade anônima moderna, advertem os autores (1987, p. 33), “deixou de ser apenas um dispositivo legal através do qual as transações comerciais privadas dos indivíduos podem se realizar (...). A sociedade anônima tornou-se de fato uma forma de manter a propriedade e um meio de organizar a vida econômica”. A sociedade anônima, com o desenvolvimento tecnológico e controle sobre as demandas, passou cada vez mais a manter controle, conseqüentemente, sobre a produção e reprodução sociais. O poder econômico passou a ser exercido com influência crescente dessas empresas dado a capacidade gerencial e de influência política. Tornou-se, assim, a moderna Sociedade Anônima, ao lado da família, da Igreja e do Estado, uma das principais instituições sociais. A dispersão geográfica e funcional

dessas sociedades, devido ao acúmulo do poder financeiro, necessitou, cada vez mais, por outro lado, de poderes centralizados, capazes de formarem verdadeiros centros de decisões. A questão que se colocava era que com tanto poder em mãos, todavia, como mantê-lo, como perpetuá-lo? O sistema acionário (positivado pelo próprio Estado) respondeu por essa questão e trouxe forma de organizar a riqueza de maneira eficiente e ao mesmo tempo segura. Haveria de se ter um controle da riqueza para além da propriedade multifuncional e multigeográfica. O controle confere às figuras dos acionistas majoritários a maior capacidade de voto e de decisão de forma centralizada.

A empresa tradicional se tornou um organismo tão grande e influente que sua gestão ou possui um Pai todo-poderoso, capaz de manter a ordem com base no respeito de sua figura, ou se dá de forma burocrática e impessoal, isto é, instrumentalizada. Essa espécie de controle instrumentalizado, que parece (mas só parece) extinguir a tradição de sua existência está na base de formação da moderna sociedade anônima que nasce no seio da economia norte-americana. “Essas grandes companhias constituem a verdadeira estrutura da indústria americana. O indivíduo tem de entrar em contato com elas de forma quase permanente. Pode ter interesse em uma ou várias delas, pode estar empregado por uma delas, mas, acima de tudo, está sempre recebendo seus serviços” (BERLE e MEANS, 1987, p. 46). O poder concentrado de controle evidencia, por outro lado, um organismo social onde se inserem essas empresas e onde aplicam esse controle contratando empregados, vendendo ações no mercado, controlando o comportamento do consumidor etc. Essas empresas montam um sistema absurdo de controle que, do ponto de vista social, muitas vezes é diverso e fragmentado. Mas a estrutura da empresa permanece, ainda existem pessoas que controlam e locais de controle. O controle, se de um ponto de vista parece difuso e inalcançável, do ponto de vista da estrutura da moderna e concentrada sociedade anônima está cada vez mais possível de ser apontado e a pressão social sobre essas figuras, como decorrência, pode ser cada vez maior, dado que, uma vez identificado o poder de controle em suas mãos, é perceptível o grande impacto social que podem ter as decisões de tais empresas, em termos de empregados, consumidores, acionistas etc. A mão invisível de Adam Smith está cada vez mais visível, pois os mecanismos econômicos que regulariam a economia segundo Smith se concentram nas mãos de alguns poucos influentes e suas decisões são alvo de vigilância contínua. Um poder muito concentrado passa, então, a ser questionado: está a serviço *de quem?* No âmbito do controle, do conselho de administração e dos altos executivos com maioria acionária, sempre devem constar os elementos *confiança* e *lealdade*. Esses colegas que passam a partilhar as decisões sobre a riqueza de um determinado

indivíduo ou família devem ser confiáveis o suficiente para obter um consenso que sirva de efetivo controle.

O nosso estudo de caso não se encaixa *perfeitamente* no caso da grande sociedade anônima americana, entretanto. A moderna sociedade anônima que Berle e Means se referem é principalmente aquela em que o acionista não se confunde necessariamente com a figura do controlador. O acionista, que é o proprietário, renuncia ao controle do que é seu para grandes ditadores de decisões e normas presentes no conselho de administração. Para Adam Smith, propriedade e controle constituíam uma unidade. O que Berle e Means destacam é que essa unidade se desfez. A propriedade passiva, conjunto de ações ou títulos, “dá a seus possuidores uma participação na empresa, mas praticamente não lhes proporciona nenhum controle sobre ela, nem envolve qualquer responsabilidade”. A propriedade ativa, por sua vez, formada pela unidade de produção, a clientela, a organização etc., que é o que constitui a empresa em si, “é controlada por indivíduos que, quase invariavelmente, só têm nela um interesse minoritário”. Entretanto, “quando as relações da propriedade ativa e da propriedade passiva são exercidas pelo mesmo indivíduo ou grupo, temos a propriedade privada da forma concebida pelos economistas mais antigos” (BERLE e MEANS, 1932, p. 270). A sociedade anônima organiza enormes grupos de indivíduos, trabalhadores, fornecedores de capital, consumidores sob a liderança dos controladores, “ditadores da indústria” (BERLE e MEANS, 1932, p. 271). As relações de propriedade ativa e passiva do nosso estudo de caso são exercidas pelos mesmo indivíduos, praticamente: os três irmãos que estão no conselho de administração da OGP (ver Anexo), sociedade anônima, formam ao mesmo tempo, junto a outros membros da mesma família, os acionistas, ou seja, os proprietários. A pergunta que nos fica é: mas por que então essa organização, a Globo, que não é a mesma dos moldes que Berle e Means se referem, do contexto estadunidense, organiza-se como tal? Em outras palavras, porque ela utiliza a mesma organização das empresas estadunidenses que separam controle e propriedade se, de fato, ambos não estão separados, dado que controladores se confundem com proprietários – os herdeiros de Roberto Marinho?

Uma primeira resposta pode nos ser oferecida por Berle e Means, na medida em que consideramos que não se trata de um conglomerado nos moldes norte-americanos, mas têm em comum com eles a *concentração de riqueza*. “Uma concentração tão grande de poder e uma diversidade tão grande de interesses levantam a difícil questão do poder e de sua regulamentação – do interesse e de sua proteção. Há uma guerra constante entre os indivíduos que exercem o poder (...) e aqueles que estão sujeitos a esse poder” (BERLE e MEANS, 1932,

p. 275-276). O desejo permanente pelo poder é ao mesmo tempo confrontado com a vontade de tornar esse poder servo de grande parte dos indivíduos afetados por ele. A pressão dos diversos setores sociais em torno do poder, ao passo que se concentra, também aumenta, tendo que os controladores dar constantes satisfações aos indivíduos que podem sofrer esse impacto social. Assim se comporta a moderna empresa frente ao empregado, ao acionista e ao consumidor, passando uma visão, pela comunicação integrada, una e responsável de suas ações. A exigência de um poder responsável, por um lado, tem sua contrapartida na ação das empresas com suas políticas de comunicação, seus discursos de transparência e de responsabilidade social, assumindo funções antes de tutela exclusiva do Estado. É assim que transmite confiança, por intermédio da comunicação com seus controlados. Assim também está representada a necessidade de “função social” da propriedade privada nas constituições contemporâneas. Já que nosso objeto é acionista e controlador ao mesmo tempo, podemos nos indagar se ele cumpre sua função social, independente de seu discurso que o protege? Isto é, comercializa serviços de comunicação de “qualidade”, ou seja, que atendam a base axiológica das leis e da constituição da sociedade em que reside?

A segunda resposta à nossa questão é que atender à estrutura da moderna sociedade anônima norte-americana é mais eficaz para se posicionar em um mercado globalizado, onde são justamente as empresas norte-americanas que comandam. Obter esse traço de burocratização mesmo em uma corporação que ainda detém um tradicionalismo a gerenciar, é essencial para sobrevivência estratégica, dado a futuras necessidades de parcerias, além de, é claro, ao adotar o modelo de governança corporativa moderno, passar confiança e credibilidade aos possíveis futuros parceiros, que são globais. Essa mistura de tentativa de estabelecer uma “tecnocracia neutra” nos quadros gerenciais dessa companhia concentrada é apenas resposta a um novo momento socioeconômico onde o estrangeiro é sempre uma possibilidade de se aliar com a abertura do poder de controle no mercado, ou mesmo um inimigo a quem se deve afastar com ajuda da influência tradicional em território nacional, chamando o Estado e sua soberania à interferência. Deve-se prestar atenção a essa mistura de burocracia e tradicionalismo na estrutura proprietária do Grupo Globo: ela demonstra que os filhos estão preparados para receber um futuro cheio de incerteza, mas, mesmo assim, mantendo e concentrando o controle sobre sua propriedade, nos moldes antigos. Na localidade brasileira, esse híbrido de estrutura empresarial do Grupo Globo é compatível com a própria sociedade local, uma mistura de tradicional e moderno decorrente de seu processo de dependência histórico aos países desenvolvidos. De uma forma geral, para Berle e Means, a sociedade anônima moderna é a

instituição dominante no mundo moderno, pois ela controla uma organização social assim como fez a Igreja e já não faz tão bem o Estado. Isso é evidente em cada tempo histórico, onde os homens lutam pela máxima concentração de poder. Durante a Idade Média, a Igreja exercia o poder sobre os espíritos, dominando uma sociedade em que poder político e econômico ainda se apresentavam dispersos. Com o surgimento do Estado moderno, este passa a concentrar o poder político desafiando o poder espiritual das Igrejas. Na modernidade, é a empresa que faz o mesmo papel. Antes dispersa em seu poder, ao concentrá-lo agora compete em pé de igualdade com o Estado. Nessa disputa, ambos tendem a se interpenetrar em suas funções: empresa fazendo papéis antes do Estado e este privatizando sua soberania (o que não significa que ele a perde por isso), ficando evidente que existe política dentro da empresa e também existe reprodução social dentro do poder político.

Aqui, para nós, não é objetivo traçar quadros de propriedades e participações que a todo momento mudam, pondo o trabalho científico em risco de se desatualizar da noite para o dia. Tem de haver uma discussão da finalidade dessas grandes propriedades, independente dos acordos que façam. O papel do pesquisador da economia política, pensamos, é, acima de tudo, ser guardião de um *dever-ser*, e não de se deter pura e ingenuamente a um *ser* que se esconde e que torna qualquer análise um instrumento sem utilidade. O que quisemos demonstrar é que identificado o simples fato da existência do artifício da *holding*, já é sinal suficiente do poder econômico concentrado, reflexo do desenvolvimento da economia norte-americana, e da existência da necessidade de controlar. Essa *holding* a que nos referimos – a OGP – data de 2002, em um momento em que já estavam praticamente sanadas dificuldades financeiras anteriores. As “boas práticas de governança” começam a ser enfatizadas na década de 1990 no Brasil, com o movimento de privatizações e da abertura do mercado nacional. Essas boas práticas incluem a ideologia da transparência, responsabilidade social e igualdade dentro da administração das organizações. “Com o passar do tempo, verificou-se que os investidores estavam dispostos a pagar valor maior por empresas que adotassem boas práticas de governança corporativa e que tais práticas não apenas favorecessem os interesses de seus proprietários, mas também a longevidade das empresas” (IBGC, ORIGEM DA GOVERNANÇA CORPORATIVA). Assim se verificam empresas que apresentam balanços de suas atividades como meio de transparência e publicidade, e mantêm portais com investidores com dados

financeiros, como é o caso do nosso objeto: *www.globoir.globo.com*³⁸. Todas essas práticas são resultado de uma evolução que tem início na economia norte-americana. A grandes empresas nacionais como o Grupo Globo, coube ajustar-se para dar resposta a esse cenário ao passo que mantivesse segura sua propriedade e sua influência em território nacional.

Em um trabalho como o de Valério Cruz Brittos (2000), que é anterior à criação da OGP, percebemos que haviam outras *holdings* que a antecederam. Brittos destaca que o panorama mundial, principalmente a partir dos anos 1980, é de proliferação de inovações tecnológicas e de abertura para os capitais privados. No Brasil, esse movimento, segundo Brittos, começa a ser sentido a partir da década de 1990, “permitindo a definição de um novo período do mercado brasileiro de televisão, a chamada Fase de Multiplicidade da Oferta” (p. 58). Esse movimento tem início em 1995, com o aumento do número de canais disponíveis, provocando concorrência entre emissoras. Outras redes crescem, chegando a hegemonia da Rede Globo ser contestada. Entretanto, como o próprio Brittos destaca, essas perdas que a Globo tem em audiência, com a presença de meios alternativos como a Internet, inobstante, são compensadas de outras formas pela empresa. Mudanças na gestão e na programação são feitas, busca de novos talentos, investimento em tecnologias etc. O fato é que, mesmo nesse cenário, o Grupo Globo já tinha poder financeiro suficientemente o bastante para compensar as perdas que teria com a entrada do capital estrangeiro em uma época dita “neoliberal”. Para eles, é uma questão apenas de ajustes, sendo que até hoje, seja na presença de gigantes como o Google, a Amazon, o Facebook, sua hegemonia é mantida em território nacional. Fenômeno que se explica tanto por conta do poder financeiro que tem para manipular o mercado interno, quanto da influência majoritária sobre as políticas de comunicação. A adequação administrativa da empresa Globo para conter esse cenário e se adaptar a ele começa no final da década de 1980 com a criação de uma *holding* chamada Globopar, o que significa “o início do processo de domínio do setor administrativo-financeiro sobre as áreas artísticas e de jornalismo, com priorização da rentabilidade” (2000, p. 62). Antes mesmo da OGP e da Globopar, uma *holding* existia desde 1973, controlando os vários setores das Organizações Globo: chamava-se Central Brasileira de Produção e Empreendimentos Ltda (BRITTOS, 2000). Ora, não é pela história da criação de *holdings* que fazemos um levantamento do poder de controle *de fato* da Globo, e sim pela sua relação com os sistemas econômico e político em mútua constituição. A *holding* aqui é apenas um aspecto

³⁸ No portal: “Bem-vindo ao nosso website de Relações com Investidores, estamos muito satisfeitos em seu interesse na nossa empresa. Esse site não está escrito em português, pois é dedicado exclusivamente aos investidores, possíveis investidores e analistas do mercado internacional de capitais.” Acesso em: 20. Set. 2015.

de sua necessidade de controle sobre seus negócios, cada vez mais complexos. É um detalhe da economia política que conforma. A novidade da Globopar, segundo Brittos, era “centralizar o dinheiro e realizar operações de caixa não só de suas subsidiárias majoritárias e minoritárias, mas também das emissoras de TV e demais companhias pertencentes e controladas pela família Marinho” (2000, p. 62). A Globopar não se confunde com as Organizações Globo, hoje Grupo Globo. Trata-se apenas de um artifício legal de centralização da complexidade desse conglomerado cada vez mais diferenciado e com múltiplas frentes de negócio. Trata-se, em síntese, de uma estratégia administrativa para que, como vimos em Comparato e Salomão Filho, os múltiplos gestores desses negócios estejam submetidos ao controle dos acionistas que, por meio da assembleia-geral, deliberam e sancionam as ações internas das Organizações Globo. A Globopar representa, de outra forma, a burocratização dessa gigante que nascia, transformando-a em um ser menos humanizado e mais impessoal e racionalizado, de acordo com critérios da complexificação do capitalismo. Para não perdermos de vista, o processo de internacionalização do sistema de comunicações brasileiro começa em 1964 e vai, segundo periodização de Daniel Herz, até 1987, quando já temos uma Nova República e a promulgação no ano seguinte, 1988, da Carta Magna brasileira. A criação da Globopar se enquadra exatamente ao final desse período.

A presença da multiplicidade trazida pela oferta de canais pagos, fez a Globo mover-se por conta da perda de audiência que isso ocasionou na televisão aberta. “Diante da inevitabilidade de conquista de parte da audiência da televisão aberta pela TV por assinatura, as Organizações Globo partiram para ações nesta área ao longo dos anos 90” (BRITTOS, 2000, p. 66). “No fim dos anos 1980 e início dos anos 90, ao verificarmos o crescimento da TV fechada em diversos países do mundo, identificamos o potencial para esse investimento no Brasil”, como afirmou João Roberto Marinho (VALOR ECONÔMICO, 2015). Assim foi criada a Globosat, primeiro como um departamento da Rede Globo, sendo operado por satélite e programando canais. Segundo Brittos, “isto revelou um erro estratégico, pois, além de não constituir uma empresa independente da televisão aberta, misturou na mesma estrutura as atividades de operação (distribuição de conteúdos) de TV paga, bem como apostava no satélite, quando a tecnologia principal é o cabo” (p. 66). Conforme o mesmo autor, “tais acertos foram corrigidos em 1993 com a constituição, juntamente com a RBS e a Multicanal, da Net Brasil, que ficou com a distribuição e operação de televisão por assinatura, diretamente ou através de franqueados, enquanto a Globosat permaneceu com a programação de canais” (p. 66). Houve várias

estratégias³⁹ desenvolvidas pelo grupo como forma de terem hoje liderança no mercado. Apesar das parcerias estrangeiras para o desenvolvimento dessas novas estratégias, a Globopar contrai uma dívida enorme que leva a uma crise financeira em 2002, pressionando a TV Globo a vender sua participação em emissoras da rede em várias regiões do país, além de fazer a Globopar vender “a maior parte das ações e o controle das operadoras de TV paga Sky, por satélite, e Net por cabo” (VALOR ECONÔMICO, 2015). Segundo Roberto Irineu, a decisão de vender ativos da família para colocar dinheiro no caixa da empresa foi parte da estratégia de reestruturação financeira: “vendemos participações em operações regionais, a casa do papai em Angra dos Reis, os aviões, fazendas, terrenos, um hotel, um banco de investimento, uma seguradora, empresas de celular, as ações da SIC portuguesa e vários projetos imobiliários” (VALOR ECONÔMICO, 2015). Segundo Roberto, “a Globopar devia em 2002 US\$ 1,7 bilhão, com garantias da TV Globo” (VALOR ECONÔMICO, 2015). A crise financeira foi explicada por Roberto Irineu: “quando o real começou a perder valor em relação ao dólar, ficou impossível pagar a dívida sem negociá-la. Nossos negócios, principalmente a TV Globo, eram lucrativos: a crise financeira foi causada por um descasamento entre os investidores na Globocabo e Sky, que demoravam a dar retorno, a alta do dólar e a recessão econômica de 2002”. Em outubro de 2006 a dívida seria sanada, “e sem uso de recursos do BNDES ou de bancos estatais”, segundo Roberto Irineu (VALOR ECONÔMICO, 2015). É em 2002 também que ocorre a polêmica do artigo 222 da Constituição Federal. O caso é o da aprovação da Emenda Constitucional nº 36, de 2002, que “dá nova redação ao art. 222 da Constituição Federal, para permitir a participação de pessoas jurídicas no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens”. O Projeto, segundo Ramos (2005, p. 71) havia sido enviado em 1995 pelo deputado Laprovita Vieira (antigo PPB) com intenções de “resolver a situação legal das concessões outorgadas a pastores”. Esses mesmos pastores tinham ligação com a Igreja Universal do Reino de Deus, a qual controla a Rede Record de Televisão. Anexada a essa mesma emenda, o deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB – São Paulo) colocou outra emenda de sua autoria acrescentando ainda “a possibilidade de até 30% de capital estrangeiro na composição do controle das empresas jornalísticas de rádio e televisão”. A emenda fora rejeitada no Congresso por pressão das Organizações Globo, com objetivo claro de que seus competidores não se fortalecessem, utilizando como discurso a defesa da cultura nacional.

³⁹ “O grupo desenvolveu várias estratégias expansionistas no setor: entre 1993 e 1994 adquiriu concessões de cabo e MMDS; em 1995 uniu-se à News Corporations, TCI, e Televisa para formar o consórcio Sky, operador de TV por assinatura via satélite através do sistema direct to home (DTH); e em 1997 assumiu o controle da Multicanal” (BRITTOS, 2000, p. 66).

Entretanto, como descreve Ramos, no final de 2001 e início de 2002, a Globo mudou de discurso e fez aprovar a emenda constitucional com apoio até mesmo do Partido dos Trabalhadores (PT). Seu interesse, agora, estava em buscar uma alternativa para a dívida que sua *holding* Globopar contraía por conta dos investimentos em televisão por assinatura. Aqui, portanto, o reflexo político, da reestruturação financeira da Globo em 2002 e seu poder de influência.

A partir desse momento de reestruturação econômica e logo após ele muitas foram as estratégias para não só ultrapassar a crise, mas também se adaptar aos novos hábitos do consumidor, passar a perceber melhor o seu comportamento. Para isso, são necessárias ferramentas de *feedback*. Com a enxurrada de possibilidades de mídias dentro da fase de globalização do nosso sistema comunicacional, o que passa a estar no centro do jogo, segundo José Antonio Martinuzzo (2014), é a *atenção*. Para o autor, “além de ser o ponto de partida de qualquer ação consequente ou racional, a atenção merece destaque pelo fato de que, em ambientes de comunicação cada vez mais abundantes, ela, que já é limitada, torna-se cada vez mais disputada – e, por isso, escassa” (MARTINUZZO, 2014, p. 19). Junto à fase de multiplicidade de ofertas enunciada por Brittos, destacamos aqui um conceito mais amplo tratado por Martinuzzo, o da “economia da atenção” (2014, p. 18-22). “Em linhas gerais”, destaca Martinuzzo (2014, p. 20), “trata-se da aplicação da lei da oferta e da demanda, essencial na teoria econômica: à medida que a quantidade de informação disponível cresce, aumenta a demanda por atenção, insumo indispensável ao consumo das mensagens informacionais”. A atenção e a percepção, aqui para nós, baseados em Luhmann (2011), são partes do sistema da consciência, que é diferente do sistema social, formado por comunicações. A relações dos dois mora no fato de que a atenção do público só pode ser controlada na medida em que ela é informada ao controlador, passando do sistema da consciência ao social. Quando a atenção passa a ser registrada, portanto, pelo controlador, ela se torna utilizável como elemento de *feedback* e o incremento em novas mídias e estratégias passam a ser maiores e mais eficientes a todo o sistema de sobrevivência. A atenção só se relaciona com a sociedade por meio do processamento da informação e da comunicação. Os controladores, por sua vez, utilizar-se-ão da informação sobre o comportamento do consumidor e passarão a se realimentar estrategicamente dessas informações para produzir comunicações efetivamente direcionadas a “prender atenção”, que deve ser um processo de controle contínuo sobre o comportamento do consumidor via comunicação. As ferramentas de *feedback* da percepção do comportamento do controlado de volta para controlador passam a ser necessárias e, ao mesmo tempo, mais possíveis nas mãos de uma empresa como a Globo, que

tem poder financeiro o suficiente para investir em sua expansão por intermédio de outras mídias. A conexão com o consumidor tem que ser atualizada a todo momento, como mesmo afirma Roberto Irineu: “as pessoas querem mais flexibilidade para consumir mídia, em horários e equipamentos diferentes. O que não podemos é nos desconectarmos das pessoas e das mudanças pelas quais elas passam continuamente” (VALOR ECONÔMICO, 2015). Mesmo com a presença da TV pela Internet e de empresas como a Netflix, Amazon TV e Youtube, João Roberto Marinho trata como oportunidade e não como ameaça. “Acreditamos que é a relevância do conteúdo que gera audiência”. A Internet, a Netflix, a Amazon TV e o Youtube, para João Roberto, “são plataformas de distribuição que necessitam de conteúdo para distribuir”. Para ele, “o que está mudando são os canais de distribuição, não a essência do que produzimos. E o público valoriza o conteúdo. É o que engaja, emociona, informa, entretém. É o que fideliza o relacionamento. Ou seja, a proliferação de plataformas de distribuição só valoriza quem produz conteúdo de qualidade” (VALOR ECONÔMICO, 2015). É claro que a aposta no conteúdo para atrair a atenção dos públicos, para a Globo, tem como contexto seu enorme poder econômico, em várias frentes, o domínio de um mercado nacional e seu poder de influência política. Por detrás do conteúdo de qualidade, está toda uma história de hegemonia em território nacional a que viemos dando referência.

Juntamente com a resolução da crise da Globopar, a emenda que alterou o artigo 222 possibilitou a criação da *holding* que atua nos dias atuais centralizando as finanças do grupo – A OGP. A OGP é uma pessoa jurídica, com CNPJ, como mostramos, que foi permitido graças à emenda 36, que não só solucionou as dívidas da Globopar, mas permitiu a criação da OGP. A propriedade de todas as empresas do grupo, passa a ser dessa nova sociedade anônima, onde os acionistas são todos da família Marinho. Para Reichstul, ex-presidente da Petrobrás que já estava à frente da reestruturação do grupo desde o início do ano 2002, “o ganho principal proporcionado pela nova legislação é que os grupos de mídia passam a ter acesso ao mercado de capitais. Poderão financiar o crescimento e ter acesso aos mesmos instrumentos que existiam para as empresas dos demais segmentos da economia” (VALOR ECONÔMICO, 2015). A ideia da *holding* é atrair investimentos. “Quanto a negociações com possíveis sócios estrangeiros, Roberto Irineu Marinho ressaltou que os grandes grupos de mídia são muito poucos no mundo e ‘casamentos corporativos às vezes implicam mais em limitações do que em soma’. E acrescentou: ‘nossa ideia é buscar sócios pulverizados no mercado e parcerias estratégicas para as empresas’” (VALOR ECONÔMICO, 2015). A fala de Roberto Irineu pode ser representativa do medo de perder o controle hegemônico em território nacional, já que os vínculos cultural e

político podem ser diminuídos ao se associarem a um conglomerado de primeiro escalão que podem, realmente, trazer essas “limitações” a que Roberto Irineu fala. Ao ser questionado se pode competir com as gigantes que atuam pela Internet e pela TV paga, Roberto Irineu respondeu: “Eu acho. Os americanos têm uma sabedoria e ganham muito dinheiro, sabem produzir um produto internacional. É praticamente impossível competir com americano para fazer um produto *blockbuster*. Eles sabem produzir (...) filme internacional de grande sucesso, seriados também. Nunca seremos um *blockbuster* no exterior porque produzimos para o Brasil. Se queremos ser um *blockbuster* no exterior, temos que aprender a fazer produto internacional. Aí perdemos um pouco do público brasileiro” (VALOR ECONÔMICO, 2015). Por fim, perguntado se pretende abrir o capital do grupo ou de alguma das empresas, Roberto Irineu respondeu: “no futuro poderemos pensar em abrir parte de nosso capital no Grupo Globo com a família mantendo o controle, mas isso não faz parte dos nossos planos a curto prazo. Entendemos que um grupo de mídia, ao ser fechado, preserva grande vantagem competitiva. Podemos planejar o futuro e fazer apostas a longo prazo sem ter que mostrar bons resultados a cada trimestre” (VALOR ECONÔMICO, 2015). Segundo o Valor Econômico (2015), “os membros das novas gerações da família se tornam acionistas da *holding* de controle, a OGP, quando têm 25 anos. Hoje são dez acionistas. Há um programa de formação e carreira para os que pretendem trabalhar no grupo. Dois membros da quarta geração cumpriram o programa e são executivos de empresas do grupo”. A entrevista completa faz parte deste trabalho na sessão Anexos tanto para consulta como para documentação dos 50 anos da história da Rede Globo pelas palavras de seus próprios donos, o que é uma novidade em termo de uma empresa como a Globo.

Desses trechos que intencionalmente destacamos, desejamos explicitar o caráter de controle e sobrevivência estratégico da TV Globo por meio daqueles que a controlam. Disso podemos inferir: 1) O caráter familiar deverá ser mantido, com a empresa com seu capital fechado, sendo os controladores e acionistas todos da família Marinho; 2) Não demonstra interesse em se tornar um *blockbuster*, já que o conglomerado tem grande influência nacional, podendo permanecer um conglomerado de segundo escalão, mas mesmo assim gozando de controle local e global enormes. Essas duas características – a familiar e a de permanência enquanto conglomerado de segundo escalão – explicaremos.

Como diz Ben Bagdikian em seu *The new media monopoly* (2004), os conglomerados de mídia não são as únicas indústrias cujos donos se tornaram monopolísticos na economia americana. O movimento de concentração vale para indústrias dos mais variados setores (petrolífero,

alimentício etc.). Entretanto, “os produtos da mídia são únicos em um aspecto vital. Eles não produzem porcas e parafusos: eles produzem um mundo político e social” (p. 9). Entretanto, não devemos confundir o movimento de concentração com o controle social a que nos referimos. São coisas que se relacionam, mas são diferentes. A concentração do poder econômico nas mãos de pessoas que produzem mídia, é claro, leva em vezes a pensar que a concentração da mídia é o grande problema que nos assola socialmente e sua resolução seria a resolução dos problemas de toda a sociedade. Devemos lembrar, como Bagdikian disse, que os conglomerados de mídia só são o que são, pois um movimento muito maior da economia e da política em termos históricos permitiu essa concentração. O problema da mídia concentrada é, antes, um problema da economia como um todo concentrada, daí a necessidade de se conceber a origem da concentração da riqueza antes de se discutir a concentração da mídia. Assim, discutimos o controle social em termos políticos e econômicos amplos para depois enfatizar o papel da mídia concentrada. Com a grande capacidade que a mídia possui de produzir comunicação e controlar uma sociedade, em vezes o debate se afunila apenas para termos midiáticos e da concentração dos bens de produção da comunicação. Como bem enfatiza Eli M. Noam, um economista, sobre as falsas expectativas atribuídas à reforma da mídia por meio de sua desconcentração, as quais tendem a igualar reforma da mídia com a reforma social, algo muito mais amplo. A desconcentração aumenta a diversidade, mas não pode ser pensada como um atalho para resolver os problemas de uma sociedade (NOAM, 2009). A reforma da mídia não é a reforma social. Não se trata da mesma coisa. Como vimos, a economia política é um ponto de vista sobre o social, onde as comunicações são elemento central para o controle social. É por esse motivo também que devemos encarar o controle social de maneira relacional, assim como encaramos a metáfora do poder. Ele não surge da mídia concentrada e domina a sociedade, nem do grande Estado soberano e domina as relações sociais como pensava a ciência política tradicional. O controle social está relacionado a uma complexidade que tece a si própria, feita principalmente de economia, política e comunicação.

Os cinco conglomerados de primeiro escalão que Bagdikian se refere em seu livro – Time Warner, Disney, News Corporation, Viacom e Bertelsmann -, “*the Big Five*”, são influentes peças na alteração do cenário político estadunidense. “Eles foram capazes de criar novas leis para aumentar a sua dominação corporativa e permiti-los abolir regulações que inibam seu controle. Sua maior conquista foi o Telecommunications Act de 1996” (BAGDIKIAN, 2004, p. 10). Outro fato interessante colocado por Bagdikian é que apesar desses cinco grandes conglomerados serem corporações multinacionais com estruturas operacionais e financeiras

complexas, “membros da família de cada presidente da firma sentam-se na administração. Ou os diretores são amigos que também são executivos corporativos. Em um gesto marginal de relações públicas, de tempo em tempo o conselho corporativo inclui algum nome associado com alguma atividade filantrópica” (p. 51). É mister notar, portanto, que nem mesmo nos conglomerados de primeiro escalão analisados por Bagdikian escapam relações informais e tradicionais com vistas a incrementar todo a forma burocrática e impessoal da burocracia empresarial. Mais uma pista aqui, portanto, que há um circuito recursivo de tradicionalismo e racionalismo econômico no seio dessas empresas e no seio da sociedade de controle. Não há, portanto, de se espantar que conglomerados de segundo escalão, como a Globo, utilizem da mesma recursividade. Ben Bagdikian já notava a presença do localismo na produção midiática norte-americana quando escrevia *The infomation machines*. Nesse livro, dizia ele na página 176 (1973): “a ênfase norte-americana quanto às raízes locais para as notícias influi não apenas em seu conteúdo mas na natureza de sua propriedade. Em geral iniciada como uma operação local, exprimindo o modo de ver de um homem que possuía uma pequena empresa, um jornal tende a ser propriedade de uma família ou de uma pequena sociedade limitada”. Isso ele observou até mesmo nas empresas de capital aberto: “mesmo quando os jornais vendem ações ao público em geral, o controle operacional via de regra fica com os parentes ou herdeiros dos primeiros proprietários das empresas” (1973, p. 177). E nos explica que isso faz parte de uma “mitologia do ramo”: “a manutenção da imprensa escrita como uma empresa de família detém um lugar especial na mitologia do ramo. Continua existindo a lenda de um proprietário benemérito, cujo principal objetivo é o aprimoramento cívico e para quem o lucro pessoal é tão sem importância a ponto de correr eternamente o risco de uma falência pelo bem da virtude jornalística” (p. 177). Qualquer semelhança com a figura de Roberto Marinho não é mera coincidência. Lendas à parte, Bagdikian acrescenta motivos racionais para a presença da família na propriedade do jornal. São duas razões, segundo ele: 1) Uma família radicada no local ou que seja parte de uma comunidade (proprietários não absenteístas) é mais suscetível e sensível às exigências sociais e informacionais do local a que pertence o jornal; 2) Algum fator, além da convencional ambição empresarial em geral, motiva o dirigente à excelência profissional: esse fator é o orgulho pessoal e a associação da família com o jornal. Apesar das pressões empresariais modernas começarem a desgastar a direção pessoal e controle familiar dos jornais, como Bagdikian escrevia, ainda acreditamos que essa informalidade no conduzir dos negócios, como vimos em Mulgan, são fatores que concorrem para a construção da realidade contemporânea das empresas tanto de primeiro quanto de segundo escalão. Conglomerados de primeiro e segundo escalão têm uma relação que conforma um todo na produção do controle político em

uma organização social. Deixando os grandes conglomerados, McChesney (2008) faz uma boa análise do que significa um conglomerado de segundo escalão para o exercício do controle e da sobrevivência. Segundo o autor, não devemos subestimar o poder dessas firmas de segundo escalão, que não passam de 100, a maioria localizada nos Estados Unidos. Conforme McChesney, “algumas vezes essas companhias controlam mercados de nicho” e costumam exercitar poder de influência sobre as políticas domésticas (p. 318). Não obstante, assim como os conglomerados de primeiro escalão, “as corporações de segundo nível percebem a necessidade de ir além das fronteiras”. Eles praticamente seguem o mesmo mantra: crescer ou morrer. Também, as firmas de mídia de segundo nível têm a característica, segundo McChesney, de dificilmente fazer oposição ao sistema global, ou seja, integram-se a ele, à sua forma. “A Televisa no México, a Globo no Brasil, o Clarin na Argentina e o Grupo Cisneros na Venezuela, por exemplo, figuram entre as 60 ou 70 maiores corporações de mídia no mundo”. Tais firmas, relata McChesney (p. 319), “tendem a dominar seus próprios mercados de mídia nacionais e regionais (...) e possuem alianças e *joint ventures* com as maiores corporações transnacionais de mídia assim como com bancos de investimentos da Wall Street.” Conforme o autor, “na América Latina, por exemplo, as firmas de segundo escalão trabalham em conjunto com as gigantes dos Estados Unidos e dividem a participação no mercado de mídia entre eles mesmos”. “Televisa ou Globo podem oferecer a News Corporation, por exemplo, dominação local dos políticos e o efeito de controle local sobre seus *joint ventures*” (p. 319). Essas firmas secundárias tendem também a estabelecer operações globais, especialmente em países que falam a mesma língua, como é o caso da Globo em Portugal. Ao terem uma agenda política pró mercado e apoiarem a expansão do mercado de mídia global, tais empresas tendem a se colocar vez ou outra em desacordo com grandes seguimentos das populações em seus países de origem. Juntas, empresas de primeiro e segundo escalão, controlam grande parte da comunicação do mundo, elas engendram a grande máquina que move a sociedade de controle, não apenas controlando seu poder financeiro, mas as comunicações que atingem amplos públicos e tem a capacidade de reproduzir a própria sociedade.

Assim, visto essas observações, não há porque pensar que um grupo como a Globo, um conglomerado de segundo escalão, tenda a querer perder a sua influência local construída a tanto custo no decorrer da história brasileira. De dentro, a Globo tem controle sobre a entrada estrangeira melhor do que eles possuem sobre nós, já que o vínculo político e social é produto de nossas relações históricas. O caráter familiar, como os próprios irmãos Marinho afirmam em entrevista, será mantido, tanto por uma questão mitológica ou de orgulho de produzir o

elemento que constitui a própria sociedade local e mundial – a comunicação –, quanto por uma questão de controle financeiro sobre um negócio que só tende a crescer. Não há de se iludir que o capital de uma empresa como a Globo será aberto ao público e que a função social de tal propriedade será, portanto, cumprida. Como vimos em Comparato e Salomão Filho (2014), mesmo em empresas de capital aberto, os acionistas minoritários tendem a ser silenciados por aqueles que detêm grande parte das ações e, portanto, maior poder de voto e decisão. O mesmo imobilismo societário que ocorre em empresas de capital aberto, onde o acionista minoritário nem comparece às deliberações da assembleia-geral por saber que não possui influência no processo, é o imobilismo que se reflete na estrutura social democrática, onde mandam os que controlam, isto é, os que tem mais capital e maior poder para investir em sua comunicação por meio das mídias e pesquisas de opinião. O caso do acionista minoritário é reflexo de uma sociedade imobilizada pelos que controlam, pelos que influenciam, em um híbrido de tradicionalismo e racionalidade burocrática fria. O poder se esconde no véu da democracia axiologicamente anulada pela despolitização, produto da sociedade de controle. A comunicação, que move essa sociedade, é mercantilizada e, portanto, tornada serva em meio a um embuste histórico.

É em todo esse contexto, portanto, que devemos analisar as demais articulações estratégicas e o conteúdo da mídia. A diferença do estudo das estratégias neguentrópicas na organização da máquina ou do animal é mais simples que o estudo das estratégias de um conglomerado de mídia no contexto de uma sociedade de controle. Isso porque a observação daquelas estratégias depende apenas da observação do sujeito, mas a observação destas depende, além da observação, da disponibilidade de dados oferecidos por esses atores sociais e de sua confiabilidade. Isso porque o poder que se esconde, muitas vezes, quer permanecer escondido e, como na guerra, como já falamos, anunciar sua estratégia é abrir possibilidades de controle ao “inimigo”. O jogo social é diferente e muito mais complexo que o das organizações de máquinas ou de organismos animais, como vimos em Wiener. Nosso levantamento de estratégias aqui é basicamente uma observação da história em termos de concatenação de controle e sobrevivência, sendo que nosso objeto é ator principal dessa conjugação, como

viemos mostrando. Entretanto, nosso objeto existe e tem seus meios de relação com a Academia. Foi assim que, além de dependermos da observação histórica, e da observação das observações de várias autoridades no assunto dentro das ciências sociais por metodologia bibliográfica, buscamos tentar mais recursos informacionais diretamente com nosso objeto de estudo. Em 17 de dezembro de 2014 nosso e-mail que pedia uma entrevista (ver Apêndices A, B e C) com responsáveis da Rede Globo foi respondido pela Globo Universidade, setor responsável pelo relacionamento da empresa com o meio acadêmico, de uma forma geral. Nele, havia anexo um formulário de auxílio à pesquisa onde deveríamos colocar todos nossos dados e juntar uma série de documentos referentes ao nosso projeto. Inclusive, deveríamos anexar um documento com a proposta de entrevista e já quem desejaríamos entrevistar. Foi o que fizemos. Em 14 de março de 2015, enviamos a documentação. Algum tempo após, recebemos a notícia, via celular, de que nossa entrevista havia sido aceita pela Globo Universidade. Depois dessa fase, foi nos enviado um contrato onde deveríamos nos comprometer com os dados da entrevista para seu uso estritamente acadêmico, e que tais dados seriam transmitidos logo após esse termo assinado por nós chegasse às mãos da Globo Universidade, o que se deu na primeira semana de junho de 2015. No mesmo dia recebemos um arquivo PDF com as respostas da entrevista dadas pelo setor de responsabilidade social. Queremos ressaltar que, desde março, passada a aprovação, até o dia em que recebemos a entrevista em mãos, em junho, passou-se um processo de conversa com a Globo Universidade, via telefone, principalmente, onde o departamento nos orientava quanto às perguntas que estávamos fazendo e sobre a quem as direcionávamos. Foi-nos dito que a perguntas de caráter estratégico da empresa seriam difíceis de se obter resposta. Ao fim das negociações, tivemos grande parte do conjunto de perguntas retiradas para conseguirmos obter alguma resposta da empresa. No Apêndice, colocamos desde o primeiro estágio das perguntas e entrevistados sugeridos até o último estágio, aquele que recebemos. Notamos que nossas perguntas não foram respondidas em sua totalidade, como o leitor pode perceber, e que perguntar sobre estratégias foi uma impossibilidade. Em vista disso, aproveitamos e documentamos no Anexo B deste trabalho, como já dissemos, entrevista concedida pelos filhos de Roberto Marinho ao Valor Econômico relatando aspectos interessantes da história dos 50 anos da Rede Globo. Acreditamos que uma análise orientada histórica e criticamente unida à posição oficial dos dirigentes máximos da empresa pode ser de grande proveito ao pesquisador que deseje não se arriscar apenas em ilações sobre estratégias a partir da observação de fontes secundárias que, muitas vezes, é insuficiente para percebê-las. Apesar disso, a entrevista que nos foi dirigida e respondida pelo setor de responsabilidade social nos leva a reflexões e críticas a serem destacadas.

Na primeira resposta dada, fica claro que a responsabilidade social da empresa está diretamente ligada ao engajamento nas redes sociais como resposta (*feedback*) aos programas sociais operados pelo setor de responsabilidade, principalmente por intermédio da Fundação Roberto Marinho. No site do Grupo Globo, há um espaço reservado para falar da responsabilidade social da empresa que diz o seguinte: “O Grupo Globo tem a responsabilidade social intrínseca à sua própria atuação pelos serviços que presta no entretenimento e no jornalismo. Além disso, tem como diretriz de responsabilidade social para suas empresas a promoção da educação e cultura brasileiras. Também, em função desse objetivo, é mantenedor da Fundação Roberto Marinho. Abaixo é possível conferir mais informações sobre alguns dos projetos de responsabilidade social conduzidos pelas empresas do Grupo Globo.” Logo abaixo são dados os sites que direcionam às áreas que atuam nesse sentido: A Fundação Roberto Marinho, a Infoglobo, a Editora Globo e a Rede Globo, todas com projetos de responsabilidade social específicos a cada empresa. O nosso objeto, a Rede Globo, possui quatro sites que tratam das ações sociais da empresa: O Relatório Social, o Criança Esperança, o Globo Educação e o Ação Global. Esses projetos, entretanto, não nos interessam para analisar a responsabilidade social com relação aos serviços de comunicação e sua qualidade na constituição da cultura brasileira. O Grupo já se coloca frente à sociedade dizendo que sua responsabilidade é “intrínseca à sua própria atuação pelos serviços que presta no entretenimento e no jornalismo”. A resposta esteve aquém de nossas expectativas de pesquisa. Mas somos da opinião que o discurso deixa evidências e que o silêncio também é eloquente. Mesmo assim, cabe a nós, pesquisadores, por um ponto de interrogação nessa afirmativa empresarial e fazer o papel de criticar sua função social com base em *princípios constitucionais*, em não com base em ações de *marketing*. O controle público sobre a qualidade da comunicação ofertada à população brasileira, sobre a função pública da propriedade da Globo, não são ainda meios que a empresa oferece e põe à disposição da população de maneira profícua. Os seus ajustes empresariais se dão por meio do *feedback* de um público que sequer sabe a importância da comunicação na constituição da sociedade brasileira e que sequer sabe que está dando tal *feedback*, realimentando uma máquina de reprodução. A empresa não se põe claramente aberta à crítica pública, apenas se aproveitando de suas deixas e utilizando a estratégia do silêncio como “resposta”, o mesmo que a Carta Magna reserva aos acusados nos tribunais: permanecer no direito de ficar calado. Não há controle público sobre a comunicação, só há o controle da comunicação (da empresa) sobre a própria comunicação que ela mesmo fabrica, em um sistema onde não se escrutiniza se a moral constitucional se aplica à comunicação nos moldes em que se dá hoje. Os limites morais acabam

sendo ditados pelo dono do próprio veículo, controlador e proprietário, inobstante o imobilismo social que ele mesmo contribui para criar.

A próxima resposta que nos foi dada, completamente desmontada do conjunto de questões que elaboravam seu sentido na segunda proposta de entrevista, restringiu-se a afirmar que o conteúdo reflete a sociedade com exemplos de programas, novelas etc. Quando perguntamos dos protestos contra a Rede Globo, sobre a democratização da mídia, na proposta anterior, estávamos sugerindo ao entrevistado que ele só reflete a pauta política da maneira que não lhe prejudique ou da maneira que possa significar o alcance estratégico de novos públicos. Mas nossa hipótese é que enquanto por detrás de programas como o *Esquenta* e a adoção da pauta da homossexualidade temos um reflexo político do social estrategicamente pensado para ganhar audiências e atrair publicidade, de outro lado, todavia, temos pautas silenciadas e combatidas com escudos retóricos⁴⁰ que advêm da própria interpretação amoral e assistemática da constituição federal: o da liberdade de imprensa acima de qualquer coisa. Assim, os protestos contra a empresa e a influência da lei de meios no país vizinho – Argentina – são reflexos políticos que se dissolvem na pauta da Rede Globo, claramente não interessantes para sua sobrevivência. Destacamos aqui o papel *seletivo* do agente comunicacional ligado à sua condição historicamente influente na sociedade para perpetuar o imobilismo social através de seu controle pela própria informação: as que são aceitas pelo sistema comunicacional, e as que são “negadas” por ele.

A próxima resposta, mais uma vez, não direcionou o termo “contradições” à lógica empresarial, mas às contradições sociais, como se a Rede Globo fosse um ente descolado dessa realidade e como que sua produção comunicacional não contribuísse para essa contradição. A resposta nos traz reflexões importantes: a de que, sobretudo, contradição é algo que a empresa representa sem problemas na tela da TV e diz contribuir para resolver, mas ela própria se descola dessa realidade, distanciando qualquer crítica da sua relação com a sociedade. As contradições que os jovens ecoam ao dizerem “abaixo a Rede Globo, o povo não é bobo”, não interessam, são negadas pelo sistema. Responde como um presidente da República, neutro e acima de qualquer suspeita: “entender os anseios da Juventude, conhecer o comportamento e as características dessa importante parcela da população é hoje fundamental para compreender os caminhos e as demandas que o país terá pela frente”. Ora, e a demanda da empresa? Estamos perguntando

⁴⁰ Cf. REBOUÇAS, E. Estratégia retórica dos “donos” da mídia como escudo ao controle social. *Líbero*. Ano IX, nº 17. Jun, 2006.

para uma empresa ou para um agente público? Trata-se claramente da economia fazendo política no discurso, sem dúvidas. Liga a necessidade do conhecimento do comportamento da juventude diretamente a um problema elevado ao âmbito do país, mas não um problema que a própria empresa tem de resolver para ajustar seus conteúdos e direcioná-los a um público para obter lucro a partir disso. Mais uma vez, o seu discurso desconsidera a lógica perversa empresarial, cabendo ao pesquisador apontá-la e deixando que cada um tire suas próprias conclusões.

Percebemos, portanto, que o método da entrevista nos ajudou na medida em que refletíamos sobre as respostas dadas, que são sempre respostas vagas e que nunca relacionam a Rede Globo a uma organização empresarial, que visa o lucro, mas um ser “à parte”, completamente comprometido com o social, usando como exemplo diversas ações benéficas que produz, mas que nunca são associadas ao seu lado mercadológico. Evidencia-se aqui que a responsabilidade social da empresa é a própria estratégia para distanciamento crítico, resultado da decadência do Estado de bem-estar social, que conferiu às empresas os papéis que não conseguiu cumprir. Hoje, o Estado tem nessas empresas um aliado ao desenvolvimento de uma coletividade distante de valores constitucionais.

A par de nossas reflexões a partir da entrevista concedida, continuemos utilizando os fragmentos históricos disponibilizados pelas empresas para destacar suas estratégias, além daquelas que dizem respeito ao âmbito do discurso, como é o caso da responsabilidade social. Um dos momentos importantes para a Rede Globo, além daqueles que já destacamos, após a Constituição Federal de 1988, foi a construção do Projac ou Central Globo de Produção (CGP) e sua inauguração em 2 de outubro de 1995. O Projac é um elemento de racionalização na produção de conteúdo da Globo. A TV Globo, antes, possuía muitos endereços, gerando custo financeiro demasiado alto. “Antes do Projac, as gravações das novelas e dos demais programas da Globo eram espalhadas por diversos cantos da cidade”, alugando estúdios e espaços diversos (MEMÓRIA ROBERTO MARINHO, PROJAC).

A década de 2000 para a frente foi a época em que a Globo apostava nos discursos da credibilidade, isenção e transparência, principalmente com o estreitamento de relações entre TV e Internet. São os anos de proposições de novos modos de governança, inclusive. “Sites de notícias (G1), sobre Esportes (Globoesporte), de Entretenimento (Gshow) e sobre a história da Globo (Memória Globo) foram lançados e transformaram a Globo.com em um dos portais e provedores mais acessados no Brasil” (MEMÓRIA ROBERTO MARINHO, DÉCADA DE

2000). A partir de 2000, na dramaturgia, Roberto Marinho privilegiou novas linguagens narrativas e integrou campanhas sociais às novelas de forma a se aproveitar do discurso de responsabilidade social, como vimos na entrevista. *Laços de Família* (2000), que estimulou a doação de medula óssea; *O Clone* (2001), que discutiu a cultura islâmica, clonagem humana e dependência química; *Mulheres Apaixonadas* (2003), que denunciou os maus-tratos contra os idosos, favorecendo a aprovação do Estatuto do Idoso no Senado Federal, inobstante a abordagem da violência contra a mulher; *Em América* (2005) discutiu-se a inclusão social de deficientes; *Da Cor do Pecado* (2004) incluía a primeira protagonista negra de uma novela contemporânea e urbana, na figura de Taís Araújo; *Dois Caras* (2007) mostrava preconceitos ao homossexual etc. (MEMÓRIA ROBERTO MARINHO, DÉCADA DE 2000). O discurso da responsabilidade social, ou seja, daquilo que o Estado não faz, mas a empresa, como redentora do país, toma iniciativa de fazer, ganha rumo cada vez maior. A responsabilidade social “assumida” por empresas como a Globo foi a cereja no bolo. O circo estava montado. A televisão produz e reproduz o social permanentemente, com a empresa e a economia que representa fazendo “política”.

No Jornalismo, a participação e a pluralidade deram o tom do discurso organizacional. Não parece ser mais necessário amigos ou inimigos. A liberdade de expressão vira a verdadeira teologia da Rede Globo, acima de qualquer outra. “Quando foi convidado para a direção da CGJ, Evandro (Carlos de Andrade) ouviu de Roberto Irineu e João Roberto Marinho: ‘você está sendo convidado para sinalizar que nós vamos fazer um telejornalismo absolutamente isento, imparcial, sem amigos, sem inimigos, sem assuntos vetados, sem recomendações, sem preconceitos de nenhuma natureza. Obediente à lei, respeitoso da lei, dos direitos das pessoas. Isso é que nós vamos fazer’” (MEMÓRIA ROBERTO MARINHO). A recomendação nos deixa a dedução de que antes de Evandro tudo isso ocorria. Ela fora dada a Evandro na década de 1990 e seguiu-se pelos anos 2000 como mantra, parecendo ser até hoje a estratégia do Grupo. A consolidação da Internet, permitindo a participação do telespectador nas redes sociais, com certeza, influenciou a nova estratégia. A ideologia da transparência cada vez mais penetrou o telejornalismo para mostrar que o olho que antes via e não era visto agora pode ser visto por quem quiser. E é justamente do *feedback* do telespectador nas redes sociais que esse grande observador permite observar novos comportamentos e se rearticular de forma a parecer transparente e imparcial. Parece impossível, em uma época de tantas tecnologias de comunicação, alguém do público perceber que somente o boicote ao *feedback* representa o real perigo para os poderosos, pois se não há informação sobre o próprio comportamento, há a

quebra do controle contínuo e a falência das estratégias. Mas como impedir as pessoas de se comunicarem? Sequer elas sabem o que significa comunicar. Na era digital, credibilidade, ao lado da isenção e da transparência, também passou ser parte do discurso. Como diferenciar-se de tanta informação disponível? Ora, apontando fontes alternativas como não confiáveis, aproveitando do próprio poder de influência que possuem para persuadir o leitor que lê o *blog* A, B, C ou D, a ler o Globo.com, pois o *blog* A, B, C ou D não apura “corretamente”. Traçam novamente a diferença entre o seu sistema, que comunica e tem o poder de reproduzir uma sociedade, e o ambiente, que não comunica, que vive aos berros, sem resposta.

No entretenimento, a década de 2000 também foi marcada por *reality shows* como No Limite e o Big Brother Brasil, parceria com a empresa holandesa Endemol. Em 2007, a realidade estava cada vez mais “real” com a presença da TV digital que aumentou a definição, a mobilidade e a portabilidade, ao lado da fibra ótica (que aumentava a qualidade da imagem), já utilizada na empresa em 2001. Foi nessa década também que morre Roberto Marinho, em 6 de agosto de 2003, aos 98 anos, vítima de embolia pulmonar.

É importante destacar a estratégia de internacionalização da Globo desde a década de 1970, principalmente por meio da venda de telenovelas. Renato Ortiz (2000, p. 16) explica que a internacionalização “se refere simplesmente ao aumento da extensão geográfica das atividades econômicas através das fronteiras nacionais”, destacando que isso não é um fenômeno novo. Já a globalização da atividade econômica é qualitativamente diferente. Explica que esta é uma forma mais avançada e complexa que aquela, implicando um certo grau de integração funcional entre as atividades econômicas dispersas. O conceito se aplica, portanto, à produção, distribuição e consumo de bens e de serviços, organizados a partir de uma estratégia mundial, e voltada para um mercado mundial. Ele corresponde a um nível e a uma complexidade da história econômica, no qual as partes, antes internacionais se fundem agora numa mesma síntese: o mercado mundial.

Cabral (2006, p. 4) nos mostra que a internacionalização da comunicação é um assunto bastante trabalhado quando se refere às novelas da Rede Globo e a internacionalização dos grupos de mídia. Diz ainda que a preocupação dos pesquisadores brasileiros atualmente está não tanto com o fluxo de informações vindas do estrangeiro, mas sim com o contra-fluxo, ou seja, “o envio de produções de um país em desenvolvimento para os desenvolvidos”. Isso se deve ao fato de que a teoria do Imperialismo Cultural, analisada na América Latina com ênfase nos anos 1960 e 1970, fora surpreendida pela nova realidade do desenvolvimento dos grupos de mídia

em nosso território (STRAUBHAAR, 1984). O imperialismo cultural de Schiller não deve ser anulado, mas apenas incrementado com o fato de que com o momento de industrialização do território brasileiro, principalmente naquele em que há substituição de importações, como vimos em Furtado, com empresas estrangeiras se instalando no Brasil e auxiliando a Globo a se desenvolver enquanto rede de TV (caso Time-Life) com auxílio tecnológico, as condições para criação de um produto nacional seriam bem melhores, mas tudo decorrente da dependência estrangeira e do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo mundial, o que nos faz fatalmente a ter sempre de buscar recurso em Schiller. A ênfase no local sempre deve estar relacionada recursivamente com o global para que a história não sofra cortes simplistas.

O crescente poderio atribuído às indústrias culturais em contínuo crescimento na América Latina, segundo Cabral (2006, p. 4), seguiu-se de um processo de internacionalização que começou a ser articulado estrategicamente pelas indústrias locais. O grupo Diários e Emissoras Associadas foi o primeiro a tentar se infiltrar em outras nações. “Somente na década de 70 com a Rede Globo, vendendo telenovelas para a América Latina, Europa e depois para o restante do mundo, é que se tem a mais clara estratégia de internacionalização” (CABRAL, 2006, p. 4).

As tentativas pioneiras na atividade de internacionalização, destaca Fadul (1998, p. 29), remontam aos anos 1950 “quando o grupo Diários e Emissoras Associados decidiu criar uma edição internacional de sua mais importante revista, O Cruzeiro”. Na década de 1960, outra tentativa na área de ficção televisiva foi empreendida, “com a distribuição e venda de telenovelas na América Latina”. Mas é somente na década de 1970, explica Fadul, que a internacionalização nessa área fora ampliada, entrando outras emissoras nesse intercâmbio, com destaque para a Rede Globo. Hoje, a telenovela brasileira é o produto cultural, ao lado da música popular brasileira, mais conhecido internacionalmente (FADUL, 1998, p. 87). Assim, foi em 1970 que a Globo começa seu processo de relações internacionais com a exportação de telenovelas. Brittos (200, p. 69) nos dá uma ampla visão de sua experiência internacional nessa época. Segundo o autor, a primeira novela negociada nesse processo foi *Véu de Noiva*; em 1972, foi a vez de *Irmãos Coragem*, que foi vendida “para a TV porto-riquenha de Nova Iorque, além de países da América Latina”; *O Bem Amado* foi comercializado para 17 emissoras da América Latina; a novela *Gabriela* “foi adquirida pela Radiotelevisão Portuguesa (RTP), em 1977, e logo pelos países africanos de língua portuguesa”. O reconhecimento internacional da Rede Globo veio em 1979, quando a National Academy of Television Arts and Sciences, dos Estados Unidos, concedeu-lhe o troféu Salute (BRITTOS, 2000, p. 70). Em 1985, continua Brittos, as novelas da Globo já tinham chegado aos territórios dos países comunistas da época, como a

Polônia, Hungria e China Popular, passando pela África do Norte, Líbano e Macau. Isso depois de já ter conquistado a América Latina e a Europa capitalista (MELO, 1988, p. 39, apud BRITTOS, 2000, p. 70).

A concorrência da Rede Globo, em termos de exportação de telenovelas, principalmente, segundo Brittos (2000, p. 70), é com a Televisa, do México; a Cisneros, da Venezuela e a Telefé, da Argentina. Nesta disputa, antes da Globo posiciona-se a mexicana Televisa, tendo, em 1997, faturado US\$ 138 milhões, no mercado internacional. Seus custos de produção são R\$ 60 mil por capítulo; já os da Globo, R\$ 100 mil (BRITTOS, 2000, p. 70). O êxito internacional da Globo fez com que a empresa buscasse expansões mais ousadas. Explica Brittos (2000, p. 71) que em 1985 a Globo adquiriu controle sobre a Tele Monte Carlo, “situada no Principado de Mônaco, no sul da França, mas voltada à Itália, transmitindo para mais de 80% das cidades deste país”. O Estado italiano vende a TV Monte Carlo e ainda participava dela com 10%, num “negócio de oportunidade, apadrinhado pelos democrata-cristãos, que bancaram a venda para atingir o gigante da comunicação italiana Berlusconi” (HERZ, 1987, p. 23, apud BRITTOS, 2000, p. 71). O empreendimento na Itália não vigorou, contraindo a Globo um prejuízo de cerca de US\$ 50 milhões. Ele foi vendido ao grupo Ferruzzi, em 1994 (BRITTOS, 2000, p. 71). Fadul (1998, p. 87) explica que o principal argumento para o fracasso desse tipo de empreendimento das empresas brasileiras é que elas não possuem capital, no momento, para investir no exterior.

Em meio a essa grande perda, a Globo “já estava envolvida com a operação de outra emissora de televisão aberta no exterior, a Sic, em Portugal, onde detém 15% do capital” (BRITTOS, 2000, p. 71). O presidente da Sic, Francisco Pinto Balsemão (BRITTOS, 2000, p. 71), confirma que na montagem da emissora, “a Globo auxiliou principalmente na escolha de equipamento, organização comercial e treinamento de pessoal”. A Sic começou a funcionar em 1993 e, desde 1995, segundo Brittos, “detém a exclusividade de exibição dos produtos globais na TV aberta portuguesa”. Brittos não deixa de citar uma relação importante feita por Helena Souza, que compara a participação da Globo na Sic com a do grupo Time-Life na época da construção da Rede Globo, “num caso de reexportação da lógica televisiva norte-americana”.

Em 24 de agosto de 1999, de acordo com Brittos (2005, p. 138), foi lançada a TV Globo Internacional, “um dos mais ambiciosos projetos de internacionalização das Organizações Globo”. A TV Globo Internacional está voltada para a televisão por assinatura, só que em âmbito mundial. Ela transmite, via satélite, “parte da programação da emissora, para 63 países, sendo os maiores mercados formados por Estados Unidos, África (com destaque para Angola

e Moçambique) e Japão”. A emissora é controlada pela Divisão de Negócios Internacionais (DNI) da Rede Globo, uma das porções da TV Globo, “à semelhança da Central Globo de Produção (CGP), da Central Globo de Programação (CGPG), da Diretoria Jurídica (Dijur) e da Diretoria de Orçamento e Controle (DOC), entre outras” (BRITTOS, 2005, p. 139).

A DNI foi resultado da fusão entre “Diretoria de Vendas Internacionais com a de Parcerias Estratégicas, em 2000”. O objetivo de tal união, segundo Brittos, foi de “formular estrategicamente os negócios no exterior” (2005, p. 139). Tal estratégia tem o objetivo de buscar uma relação mais intensa com o mercado internacional e abrir caminho para outras novas estratégias como a produção e distribuição de produtos específicos feitos para emissoras do exterior (BRITTOS, 2005). O resultado de todas essas experiências, que se iniciaram na década de 1970, é uma inegável potencialização do poder simbólico da marca Globo pelo mundo. Isso contribuiu plenamente para preparar o terreno para melhorar as estratégias do grupo no mundo globalizado. A exportação de telenovelas, a interação com a Monte Carlo, e depois com a Sic, permitiram que o grupo tivesse experiências compatíveis com a situação global dos negócios, traçando novas estratégias de expansão e compensação dos vínculos perdidos com a emergência da crise do modelo tradicional no setor das comunicações.

O capital simbólico da Globo, segundo Brittos (2005, p. 151), foi construído ao longo da história “primeiro com base em sua atuação no mercado nacional e, num segundo plano, diante dos relacionamentos e resultados construídos em seus antecedentes internacionais, enfaticamente através da venda de programas, na sua esmagadora maioria telenovelas”. Isso nos remete à importância dos protocolos de comunicação nos dias de hoje. A marca é um protocolo de comunicação. Segundo Castells (2009, p. 126), os protocolos “referem-se às práticas e suas plataformas organizacionais de apoio que tornam possível o compartilhamento de significado entre os campos culturais de uma sociedade global em rede”. São práticas transversais que se relacionam com quatro padrões culturais identificados por Castells: consumismo, individualismo em rede, cosmopolitismo e multiculturalismo.

Em nossa sociedade, “os protocolos de comunicação não estão baseados no compartilhamento de cultura, mas na cultura do compartilhamento”. A construção da marca é um protocolo que “estrutura o relacionamento entre o individual e o coletivo ante padrões culturais diversos”. É mais vantajoso construir uma marca “em condições de integração vertical de produtos midiáticos, facilitada pela globalização e a operação em rede de indústrias culturais” (LASH e LURY, 2007, apud CASTELLS, 2009, p. 126). Todo esse poder simbólico construído interna

e externamente nos faz concluir que “há uma demanda pelo produto Globo” (BRITTOS, 2005, p. 151), e isso se dá especialmente com os vínculos obtidos em Portugal com sucesso. Sem esse poder simbólico reconhecido a emissora enfrentaria muitos obstáculos com seus novos empreendimentos e, conseqüentemente, a TV Globo Internacional, como explica Brittos, não conseguiria coadunar seus produtos com as televisões por assinatura e, portanto, concretizar acordos interfirmas, o que se torna vital no mundo globalizado.

A DNI é uma das divisões da TV Globo e agrega os negócios da TV Globo Internacional, lançada em 24 de agosto de 1999. Trata-se de um movimento de adaptação ao mercado internacional que a Globo passou a almejar. Possui objetivos claros de expandir internacionalmente a marca Globo, além de buscar criar novos canais de distribuição de suas produções pelo globo, o que abre espaço para criação de novas estratégias, incluindo, como nos explica Brittos, a criação de produtos específicos para emissoras do exterior.

Consoante Brittos (2005), são seis as áreas que compõe a DNI, as quais o autor define de seguinte forma:

- a) **Vendas Internacionais:** comercializa no mercado internacional os conteúdos Globo (novelas, séries, minisséries, documentários, musicais, notícias, entre outros).
- b) **Distribuição Internacional:** distribui internacionalmente os canais Globo. Seus papéis são a formulação das políticas de negócios internacionais; prospecção, negociação e gestão de parcerias em televisão mundialmente (incluindo o Brasil); distribuição de produtos Globo e Globosat no exterior; desenvolvimento das estratégias de produção e coprodução internacional; realização de programas, programação e canais para o mundo; identificação de oportunidades para atuação global; e promoção da imagem e da marca Globo no exterior.
- c) **Direção Artística e Pós-Produção Internacional:** adapta e promove o controle de qualidade dos programas Globo no exterior, com o apoio dos diretores do núcleo e dos autores. Também é responsável pelo desenvolvimento de projetos de produção e coprodução mundial, em parceria com outras áreas de criação da TV Globo, além da própria DNI.
- d) **Marketing Internacional:** provê informações sobre o mercado internacional de televisão, a atuação dos concorrentes e o desempenho dos produtos Globo no exterior, com o objetivo de apoiar as demais áreas da DNI na definição e execução de suas estratégias de atuação (em termos de estabelecimento de preços e prioridades). Também promove e

desenvolve o *marketing* dos produtos Globo mundialmente, assim como organiza a participação da DNI em eventos internacionais de televisão.

e) **Desenvolvimento de Negócios:** acompanha os movimentos dos grandes *players* mundiais em televisão e em outras mídias, avaliando o impacto dessas mudanças. Apoia igualmente o desenvolvimento e a operacionalização de negócios envolvendo parceiros internacionais, tanto no Brasil como no exterior.

f) **Operações Comerciais:** controla os processos de contratação, tráfego e faturamento dos programas e canais comercializados no exterior.

O que proporcionou a criação de tal divisão para os negócios voltados ao exterior, foi a experiência positiva adquirida pela Globo com relação às práticas internacionais que já vinha executando. O exemplo maior desse aprendizado está, segundo Brittos, na atuação da empresa em Portugal, o que fez com que a Globo Internacional passasse a “ser vislumbrada depois da ótima aceitação da parceria com a SIC, em Portugal” (SOARES, 1999, apud BRITTOS, 2005, p. 141).

A TV Globo Internacional (TVGI) foi criada a partir de tal experiência, voltando-se a brasileiros, portugueses e lusófonos espalhados pelo globo. De acordo com o *site* da TV Globo Internacional, ela oferece mais de quatro mil horas de programação em português e está presente em 115 países. Trata-se de “um canal Premium *à la carte* transmitido 24 horas por dia via satélite, cabo e IPTV” e “possui mais de 500 mil assinantes nos cinco continentes: África, América, Ásia, Europa e Oceania”. Para acessar o canal, conta-se com a viabilização dos operadores locais. A programação da TV Globo Internacional é “composta de noticiários em tempo real, esportes ao vivo, novelas, minisséries, programações infantis e de variedades”. A transmissão do canal é feita por dois sinais de satélite: “o primeiro abrange a Europa, o Oriente Médio e a África, com sinal customizado para a TV Globo Portugal, e o segundo cobre a região das Américas e Oceania, com customização para o Japão”.

A Globo Internacional também aposta em negócios voltados aos esportes direcionados ao público do exterior. Exemplo disso é a Globo TV Sports, lançada em 2006, que se trata, segundo *site* institucional da Rede Globo, de uma “unidade de negócios responsável pela distribuição de eventos esportivos brasileiros no exterior, incluindo campeonatos de futebol, Stock Car, Futsal, vôlei de praia e maratonas”.

Segundo Brittos, a TVGI é canal étnico, pois voltado prioritariamente a brasileiros residentes no exterior, mas também a portugueses, graças às semelhanças linguísticas, sem as quais as estratégias não alcançariam tal sucesso. “A Globo estima que existam hoje 5,6 milhões de falantes do português fora dos países em que essa é a língua oficial, dos quais 1,2 milhão são brasileiros e 1 milhão, portugueses, somente nos Estados Unidos. Por isso o mercado norte-americano, ao lado do japonês, outra grande concentração de brasileiros, desperta tanto interesse” (BRITTOS, 2005, p. 143).

As estratégias contemporâneas de racionalização da produção para sobrevivência no mercado competitivo conduzem a TV Globo Internacional a se aproveitar de estratégias de redifusão de seu conteúdo já produzido e acumulado. Os produtos audiovisuais já prontos fazem a TV Globo Internacional diminuir seus custos, não necessariamente tendo que produzir novos produtos para o exterior. Aproveita-se do aparato técnico existente para diminuir os custos retransmitindo os produtos já existentes, alguns sofrendo apenas algumas alterações, “estejam eles em exibição no Brasil ou já tenham sido apresentados”. As grades de programação são montadas, portanto, sem grandes custos de produção, já que são pautadas na redifusão. Essa estratégia, segundo Brittos, é a mesma das organizações de mídia dos Estados Unidos, “que transmitem internacionalmente bens televisuais já pagos no mercado interno, otimizando seus custos e aumentando sua rentabilidade”. Há também a estratégia das coproduções, conforme nos descreve a Memória Roberto Marinho⁴¹.

⁴¹ “A primeira coprodução da Globo (com participação majoritária) com emissoras estrangeiras foi a novela *Lua Cheia de Amor*, de Ana Maria Moretzsohn, Ricardo Linhares e Maria Carmem Barbosa, exibida no Brasil em 1990. A história foi coproduzida com a Radio Televisión Española (RTVE) e a Radiotelevisione Svizzera Italiana (RSI), antiga Televisione Svizzera di Lingua Italiana. Além do apoio às gravações em Madri, a RTVE transmitiu a novela na Espanha, com o título *Dime Luna*, dois meses após o início da exibição no Brasil. *Vale Todo*, adaptação da novela *Vale Tudo*, de Gilberto Braga, foi a primeira parceria entre a Globo e a Telemundo, rede americana voltada para o público hispânico. A produção, exibida em 2002, reuniu atores latino-americanos de diversos países, e foi rodada no Rio de Janeiro.

Em 2010, estreou *El Clon*, versão da novela *O Clone*, de Gloria Perez, coproduzida pela Globo com a Telemundo. O *remake* contou com a supervisão da autora e do diretor, Jayme Monjardim. Em 2013, a Globo e a Telemundo fizeram nova parceria, lançando a novela *Marido em Alquiler*, adaptação de *Fina Estampa* (2011), de Aguinaldo Silva.

Em 2010, foi lançada *Laços de Sangue*, primeira coprodução da Globo com a emissora portuguesa SIC. O autor Aguinaldo Silva supervisionou o texto do autor português Pedro Lopes. A produção venceu o Prêmio Emmy de melhor telenovela, concedido pela Academia Internacional de Artes e Ciências de Televisão, dos EUA. *Laços de Sangue* foi fundamental para a SIC voltar a ser líder de audiência no país.

Também em 2010 estreou *Entre el Amor y el Deseo*, coprodução da Globo com a mexicana TV Azteca. A história foi baseada na novela *Louco Amor*, de Gilberto Braga. Além da sinopse original, a Globo ofereceu o *know-how* criativo, participando da pré-produção e do acompanhamento de todo o processo produtivo que ficou a cargo da emissora mexicana.

Em 2012, a Globo e a SIC coproduziram o *remake* da telenovela *Dancin' Days* (1978), de Gilberto Braga. A nova versão foi escrita pelo autor português Pedro Lopes. Dois anos depois, em setembro de 2014, estreou *Mar Salgado*,

Esta última década, de 2010, investimentos em talentos e em novas narrativas parece continuar. É nessa década que programas como Encontro com Fátima Bernardes, Esquenta, Na Moral, The Voice Brazil passam a ser implementados. Outro fato que chama a atenção na Memória Roberto Marinho (UMA APOSTA NOS TALENTOS, 2015) é que a Rede Globo se tornou um reduto de profissionais da área jornalística e artística que viam na empresa uma possibilidade de estabilidade financeira para as próprias vidas. “As outras emissoras não ofereciam contratos longos, segurança. Dr. Roberto proporcionou essa tranquilidade ao profissional brasileiro. A gente tem que tirar o chapéu” (UMA APOSTA NOS TALENTOS, 2015). Hoje, entretanto, é fato notório que a Globo não vem privilegiando contratos longos de profissionais que estão fora do ar (UOL, 2014). Não apenas isso, na mesma seção da memória, encontramos o depoimento de Octávio Florisbal, que atualmente está no Conselho de Administração das Organizações Globo, lembrando que a atuação de Roberto Marinho foi decisiva para o incentivo do mercado publicitário no Brasil. “O empresário apoiou várias iniciativas que foram fundamentais para o desenvolvimento da publicidade no Brasil, como o apoio à criação do Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária”. Para Florisbal, “Dr. Roberto via o mercado publicitário como fonte de receita para o crescimento dos veículos de comunicação”, por “ter a percepção de que todo veículo precisa de independência econômica para ter independência editorial e, assim, fazer a defesa do livre pensamento e da livre iniciativa”. A visão de Florisbal sobre Roberto Marinho demonstra seu caráter liberal, onde a interferência estatal só é bem-vinda quando convidada. Tal discurso de independência econômica, vinculando empresas para anunciar em seus veículos de comunicação, proporcionando, assim, independência editorial e livre pensamento leva a uma falácia que até os dias de hoje vem sendo repetida. Correlacionar livre pensamento com independência econômica é perigoso na medida em que quem passa a definir as regras do que será veiculado é o jogo econômico de empresas de comunicação e anunciantes, sendo a responsabilidade social uma decorrência incerta desse jogo, considerando que o Estado não possa interferir para averiguar a situação dos negócios entre essas empresas e o consequente impacto social.

Na década de 2010 houve muitos outros impactos na organização interna da Rede Globo. Em 25 de agosto de 2014, as Organizações Globo anunciavam sua mudança de logomarca para

terceira parceria entre a Globo e a SIC, assinada pela autora portuguesa Inês Gomes. Com a novela, a SIC voltou a alcançar a liderança de audiência em Portugal.”

Grupo Globo (ver Anexo). A mudança da logomarca⁴² reflete uma série de desenvolvimentos na empresa que giram em torno da ideia de integração, racionalização produtiva. “Queremos promover uma visão cada vez mais integrada do público, do mercado anunciante e da sociedade, sem abrir mão da autonomia de gestão empresarial de cada empresa”, afirma o vice-presidente executivo do Grupo, Jorge Nóbrega (GRUPO GLOBO, 2014). A mudança espelha as estratégias de cooperação e alinhamentos entre as empresas do grupo: “o Grupo espera estimular uma troca de experiências e as sinergias entre as empresas Globo em diferentes áreas, tais como tecnologia, produção e conhecimento do consumidor” (GRUPO GLOBO, 2014). A integração, marca do novo “Grupo Globo”, representa a autonomia de cada empresa ao passo em que todas trocam informações entre si, claramente uma estratégia de racionalização, para diminuir custos e também para estar mais preparado a mudanças repentinas do ambiente multiplataforma. Anteriormente ao anúncio da reformulação da marca das Organizações Globo, a Rede Globo já anunciava também uma mudança de identidade visual: “A Globo está em movimento para acompanhar a vida, o mundo, vocês”, disse Carlos Henrique Schroder (MEIO&MENSAGEM, 2014). A mudança da identidade tanto da Rede Globo quanto do Grupo Globo está nos Anexos desta dissertação (Anexos H e I, respectivamente).

Em 2014, João Roberto afirmava que o foco na comunicação é primordial, com acentuada promoção na qualidade e estética. Assim, segundo João Roberto Marinho, o Grupo se desfez de todos os negócios que não fosse de mídia e produção de conteúdo. “Não temos nenhum outro interesse que não seja mídia. Se olhar para trás, já investimos na área imobiliária, na telefonia celular. Tivemos banco, seguradora, operadora de televisão por assinatura. Não temos mais nada, nenhum outro negócio que não seja mídia” (VALOR ECONÔMICO, 2014). Além disso, João Roberto destaca que por detrás das mudanças para o Grupo Globo está também a perda da forte personalidade que representava o pai. As Organizações Globo, assim, “era uma empresa em que o dono era a referência de todo mundo. Para onde ele apontava, todos iam” (VALOR ECONÔMICO, 2014). Os irmãos afirmam que querem ter uma atitude mais discreta que a do pai, não ter uma imagem pública forte como ele possuía. “Decidimos que formaríamos um conselho de administração. Trabalharíamos os três sempre juntos e decidiríamos tudo juntos”, segundo João Roberto. João Roberto diz que o irmão, Roberto Irineu, por possuir mais

⁴² “A logomarca: a nova logomarca preserva a força do nome Globo, existente há 80 anos, agora precedida do prenome Grupo. É uma assinatura que integra as duas palavras: ‘Grupo’, escrita de forma suave, e ‘Globo’, de forma mais sólida, em uma transição caracterizada por uma breve curva segmentada, representando simultaneamente alinhamento e inovação. ‘A essência e a identidade Globo, presentes em cada uma das empresas, são fortalecidas pelo prenome ‘Grupo’, que lhes dá amplitude’, conclui Jorge Nóbrega.” (GRUPO GLOBO, 2014).

habilidade empresarial e de planejamento estratégico, assumiu a presidência do conselho; João Roberto, por sua vez, por ter mais afinidade com o jornalismo desde sua atuação em O Globo e na TV Globo, ficou responsável pela linha editorial e relações institucionais; o irmão José Roberto, por fim, ficaria a cargo da Fundação Roberto Marinho, das relações comunitárias e com o terceiro setor. Estes dois últimos são vice-presidentes do conselho de administração. (VALOR ECONÔMICO, 2014). O Grupo Globo forma uma estrutura corporativa que centraliza as áreas jurídica, de planejamento e controle e financeira. “Essa estrutura, sob comando de Jorge Nóbrega, apoia o processo de decisão no conselho de administração enxuto. É formado pelos três irmãos, Nóbrega, o ex-diretor geral da Rede Globo, Octávio Florisbal e o executivo com longa trajetória no grupo, Pedro Carvalho” (VALOR ECONÔMICO, 2014). A estrutura corporativa com a imagem dos gestores pode ser vista nos Apêndices C e D. A nova “Essência Globo”, com foco na produção conteudística, conforma uma visão, uma missão e princípios que também estão presentes nos Apêndices F e G desta dissertação.

A integração do Grupo também esteve presente quando da consolidação em 6 de agosto de 2011 dos Princípios Editoriais do Grupo Globo, que visam a formalizar o que antes teria sido praticado de forma intuitiva, com base na autoridade de Roberto Marinho. A positivação de princípios é uma técnica utilizada para reafirmar controle ao passo que também se posiciona diante da sociedade como empresa transparente e responsável de seu papel. Os Princípios também estão documentados no Apêndice, ao final.

A estrutura do entretenimento da Rede Globo foi descentralizada, com a criação de diretorias especializadas por gênero. Desde 2008 o entretenimento era comandado por Manoel Martins, que se aposentou no fim de 2014. “O processo de reestrutura apoiado pela consultoria Strategy&, ex Booz & Company, teve início em 2013 e foi acompanhado por Manoel Martins. Os fóruns de criação, implantados no início do ano, já fizeram parte do novo modelo e permanecem como importante ferramenta de gestão para a avaliação de novos projetos, tendências e performances. Eles funcionarão ligados diretamente aos líderes dos gêneros de entretenimento” (G1, 2014). As diretorias especializadas por gênero serão: 1) Dramaturgia diária, liderada por Sílvio de Abreu; Dramaturgia Semanal, comandada por Guel Arraes; e Variedades, liderado por Boninho (diários e *realities*) e Ricardo Waddington (noites e fins de semana). Inobstante, farão parte da estrutura as duas atuais diretorias de Produção, comandada por Eduardo Figueira; e Desenvolvimento Artístico, liderada por Monica Albuquerque (G1, 2014). Esse modelo de entretenimento visa ao foco, mais uma vez, no conteúdo especializado para uma audiência cada vez mais customizada.

Hoje, a Rede Globo, segundo site do Grupo Globo, conta com a estrutura de cinco emissoras próprias e 118 afiliadas (ver Anexo J). “São mais de 12 mil funcionários diretos e milhares de indiretos, produzindo seis horas diárias de jornalismo e 2.400 horas de entretenimento por ano – como se fossem feitos 1.200 filmes de longa-metragem todos os anos. Tudo isso proporciona à Globo o título de uma das maiores redes de televisão do mundo e uma coleção de prêmios internacionais. Ao todo, a Globo já recebeu oito prêmios Emmy®, entre eles, os de Melhor Telenovela (O Astro e Caminho das Índias), Melhor Série de Humor (A Mulher Invisível) e Melhor Reportagem (Jornal Nacional). Os programas da Globo são assistidos em 116 países, e o canal internacional distribuído por mais de 70 operadoras ao redor do mundo. Com participação na audiência de mais de 40% (no horário das 7h às 24h), a Globo é líder no mercado brasileiro, e também na Internet, com seus portais de notícias (G1), esportes (Globoesporte.com) e entretenimento. Atenta às evoluções tecnológicas e de comportamento, tem investido em múltiplas plataformas com soluções que a aproximam cada vez mais do público. A Globo não perde de vista ainda a responsabilidade de contribuir de maneira permanente para a transformação social do país, por meio do apoio a diversas iniciativas cidadãs da sociedade e de projetos próprios, como o compromisso Globo Educação e o Criança Esperança – sempre em parceria com reconhecidos órgãos nacionais e internacionais, como Unicef e Unesco. A emissora também leva para o vídeo discussões e temas de interesse público e de grande relevância social. Assim, a Globo trabalha pela educação, pois acredita que a educação pode transformar o país.”⁴³ Esses dizeres finais do Grupo e as evidências anteriores são patentes para se mostrar como a política, os assuntos que interessam a toda uma nação, é também material constitutivo da economia. A influência dos particulares na educação é de longa data. Entretanto, devemos pensar se essa influência contemporânea é compatível com os valores que constituem nossa época, para além das boas intenções e dos discursos.

⁴³ Disponível em: <http://grupoglobo.globo.com/tv_globo.php>. Acesso em: 23. Set. 2015.

CONCLUSÃO

“O poder está escondido e a comunicação é serva”, disse Edgar Morin. O controle fez desaparecer a riqueza da organização comunicacional. A informação, do mesmo modo, ocultou a problemática dos aparelhos (MORIN, 2013). Essa visão simplista das coisas destruiu o reino da organização e de sua complexidade. E se não fosse serva a comunicação? “Pode-se imaginar, conceber, esperar uma organização em que a comunicação comanda, ou seja, uma comunidade da comunicação?” (MORIN, p. 312, 2013). Morin trata de nos advertir: “saibamos desde já que toda esperança é tola, se ignora que, por trás da comunicação social, há o comando por aparelhos, ou seja, a ligação confusa e desconhecida entre comunicação e dominação”. Ao mesmo passo, não deixa de considerar as emergências: “saibamos também desde já que é no desenvolvimento cada vez mais existencial e subjetivo da comunicação que aparece esta emergência antropossocial: o amor. (...) O amor faz comunicar e une o que, de outro modo, não se encontraria jamais...” (MORIN, p. 312, 2013). Mas enquanto organizada por sistemas de sobrevivência e controle sobre os quais não se tem consciência, a comunicação tende a permanecer serva desses sistemas. Estudar a realidade desses sistemas torna-se essencial para a memória de uma comunidade; ao passo que ajustar uma ciência para entender as organizações de comunicação e dominação dentro desses sistemas também é vital para o presente e o futuro com alguma aplicação concreta. Não se pode mais conhecer os sistemas que aparelham baseados no modelo senhor/escravo. Devemos buscar a relação recursiva que a própria cibernética fez emergir com sua centralidade do *feedback*. Esses sistemas só permanecem em sua ordem pois são realimentados, o que implica uma relação eterna do senhor com o escravo, sendo que ambos tendem a ocupar o polo passivo e ativo da relação ao mesmo tempo. A dominação não é um movimento só de ida. Em sua volta, ela traz informação própria para a sobrevivência e permanência da ordem. É um controle (gestão) de subjetividades por meio da percepção do comportamento do outro. Para ocorrer tal controle, a informação e a comunicação são igualmente essenciais, sendo que garantem o jogo de continuidade e descontinuidade dos limites desse controle, conhecendo-os e, ao mesmo tempo, ajustando-os. Isso implica ordem, mas desordem também dentro dessas organizações. Não há de se crer que o controle é um movimento fluido, como uma mão invisível. O controle implica sempre uma situação. E nessa situação estão postos sujeitos em relação recursiva, em um contexto. Toda relação dentro de um contexto é estriada, pois lida com a gestão de ordem e desordem ao mesmo tempo.

Por esse motivo, precisamos de observações de observações, de um pensamento complexo, sobretudo quando as estratégias negentrópicas do poder não podem ser vistas com clareza. O pensamento complexo é capaz de, por uma cibernética de segunda ordem, traçar a astúcia que mantém a ordem dos sistemas. Em uma sociedade de controle, identificada pela presença de comunicações vinte e quatro horas por dia a serviço do poder de controle e da reprodução social, não há de se ter dúvida da realidade cativa da comunicação, apesar da contingência ineliminável acerca de todos os sistemas sociais. Assim, nem mesmo uma sociedade de controle consegue eliminar o caos de sua coprodução. E, para atingir suas finalidades, enquanto sistema social, os atores que controlam e fazem parte do grande jogo social tendem a buscar estratégias próprias que são resultado de um processo histórico movido a ordem e desordem. O ser que joga não pode apenas depender da desordem; precisa ter capacidade de prever o futuro, intervindo no presente com base na memória deixada pelo registro passado.

Mais do que nunca, precisamos entender que comunicação e controle são dois processos que sempre trabalham lado a lado em quaisquer sistemas vivos. Eles evitam estrategicamente a tendência física desses sistemas à entropia. Não se pode achar que a comunicação tem condições de ser analisada separada do poder de controle. Seria de grande ingenuidade e de pouca complexidade fazê-lo. O que a cibernética de Wiener veio nos afirmar é que a comunicação trabalha em prol de um sistema que se realimenta constantemente para evitar a morte. Se essa comunicação não é feita serve, o sistema não se reproduz. Assumir isso é condição para um segundo passo: o de revelar, por meio do conhecimento rigoroso e comprometido com uma educação que precisa se educar, as estruturas desse poder que fabrica comunicação e a própria sociedade. Isso implica sempre manter a desordem como parte da realidade, pensando nos limites de controle e reprodutibilidade nos sistemas sociais.

Falamos de educação que precisa se educar, pois os modelos atuais de conhecimento parecem estar cada vez mais frágeis perante a realidade complexa entre poder e comunicação. O poder que produz a sociedade por meio da comunicação utiliza-a como forma de se esconder. O controle social se esconde hoje sobre a infraestrutura de convergência entre computação, mídia e telecomunicações, que invadem territórios e constroem territorialidades sem que se tenha consciência disso. E os estudos de comunicação e controle estão abandonados às traças dentro da Universidade. A onda do momento, em campos como o da comunicação, onde a ilusão de que tudo está sempre por ser criado permanece, é o sujeito empoderado pelas novas mídias, que dizem construir sistemas alternativos e de contra-poder. A esses sujeitos atribui-se, em vezes, a tarefa de um messias a salvar a terra, desconsiderando que eles são parte de uma relação

contínua com máquinas de poder. Assim, não há de se estudar um sujeito separado em uma lógica à parte desprovida de relação com seu meio. Isso não existe, é mutilar a realidade. Contrapoderes e poderes se constituem mutuamente, sendo que, mesmo lutando por valores diferentes, possuem um confronto que produz uma realidade social que é estática e dinâmica ao mesmo tempo.

Os grandes sistemas que têm tradição acadêmica em seu estudo, o político e o econômico, que se enlaçam há séculos produzindo-se mutuamente, foram aqui considerados neste estudo por meio da visão da economia política, que nos dá acesso ao social. Assim, para demonstrar como a Rede Globo é parte de um processo histórico de mútua constituição de política e economia, estudamos os fundamentos de sua razão de ser em relação a uma sociedade de controle, onde o poder de controle do social está presente constantemente na vida do sujeito que trabalha, consome serviços, vota em seus futuros líderes, mas sempre dentro de um grande quintal onde o teatro da vida ocorre. Grandes empresas e o Estado estão a todo momento em contato com o indivíduo por meio de comunicações. Mesmo com a contingência de seletividade no processo comunicacional, o sistema social se reproduz, pois tem a capacidade de observar a si mesmo, isto é, observar o comportamento das interações que o compõem, dos indivíduos. É daí que respondemos à pergunta: como é possível a ordem social?

Nosso estudo de caso mostra que desde a virada do século XIX para o XX, o território nacional já contava com um descendente de portugueses que, com a ajuda dos patrícios da sociedade carioca, haveria de contribuir no desenvolvimento da sociedade brasileira em prol do controle e da reprodução social. Talvez ele não soubesse disso. Irineu Marinho fundou *A Noite* e expandiu seus negócios pela perspicácia em notar que o território nacional passava por um momento de modernização, que já tivera início há séculos antes em nações desenvolvidas. O mesmo haveria de acontecer no Brasil. Esse era o sentimento: o de inevitabilidade do progresso tecnológico.

Aos passos de Irineu, o filho Roberto Marinho deu seguimento, com os mesmos valores e estilo norte-americano, em pleno território brasileiro. Expandiu, como de vontade de seu pai, os negócios da família para além do impresso. Criou rádios, como vimos, que se aproveitariam da experiência do impresso e com ele se cruzaria para ampliar a influência dessa máquina de produção social que evoluía *pari passu* ao desenvolvimento da industrialização brasileira, de sua modernização. Ora, não há coincidência. As comunicações, principalmente a radiodifusão, vieram para território nacional sempre como apêndice importante de um mercado mundial.

Com a expansão da grande sociedade anônima norte-americana, que demonstrava seu poder econômico cada vez mais concentrado, a demanda mundial se modificava, exigindo dos países um processo de adaptação que requeria adentrar em condições tecnológicas, econômicas e sociais propícias à expansão do mercado mundial capitaneado pelas grandes empresas norte-americanas. Assim, no Brasil seguiram-se duas fases de industrialização, como vimos. Ambas cada vez mais dependentes da política de “ajuda” dos Estados Unidos, principalmente no que concernia à tecnologia que permitia, junto ao mercado, torná-lo dinâmico e comunicá-lo às populações nacionais. Tal era o papel das tecnologias de informação e comunicação que adentravam o território brasileiro para que o local pudesse, à sua forma, ajustar-se política e economicamente ao novo tipo de sociedade que nasceria. Roberto Marinho, após iniciar a expansão de seus negócios na radiodifusão com a introdução de rádios, logo também ampliou suas ambições, na década de 1950, ao requerer ao governo uma concessão para transmissão de informação via televisão.

Esse já era um momento em que o Brasil se encontrava num dinâmico processo de industrialização e, para isso, dependia de governos que ampliassem o seu papel político para além das fronteiras nacionais. Assim se desenvolveu a economia nacional, com base em uma política industrial que aceitava a investida estrangeira para fins de modernização, deixando, com isso, aos verdadeiros centros de decisões a capacidade de influenciar e manejar regras dentro do território brasileiro. Roberto Marinho esteve a par desse processo e, com simpatia dos governos militares, ganhou investimento de um grande conglomerado estrangeiro para expandir seus negócios com o que mais tarde seria a Rede Globo, atingindo quase a totalidade do território brasileiro em uma relação óbvia com o mercado interno crescente e à política de integração nacional dos governos militares.

Como vimos, a Rede Globo passou a ser parte de um conglomerado cada vez mais influente econômica e politicamente. Tornamos importante a análise da gestão do conglomerado como um todo ao passo que também da Rede Globo enquanto sua parte, já que com a concentração desse negócio de mídia, cada vez mais tornava-se necessário a Roberto Marinho obter estratégias de administração de sua influência e de seu poder econômico. O que a Rede Globo possui em sua reorganização de gestão própria e da grade de programação é apenas reflexo de uma gestão maior de um poder cada vez mais concentrado. Foi assim que vimos a criação de *holdings* como a Globopar e a OGP, interessadas em organizar esse poder de maneira eficiente. Com muitos trabalhadores, público amplo, investidores, acionistas era necessário cada vez mais se adequar à burocratização das empresas ao estilo norte-americano, que foi o que a Família

Marinho sempre fez, como vimos desde Irineu Marinho. Mudanças políticas e econômicas (pressão de leis, informacionalização, relações com o exterior) levam a um necessário ajuste empresarial que gira em torno de uma intensa organização e reorganização proprietária, burocratização e racionalização da produção, distribuição e consumo junto à criação de constantes sistemas de *feedback* para realimentação das estratégias da máquina empresarial.

A criação do Projac para a Rede Globo e da OGP para o conglomerado como um todo refletem alguns dos aspectos que evidenciam a necessidade de centralização de grandes negócios. Após a morte de Roberto Marinho, os três irmãos herdeiros parecem adotar um estilo menos personalista que o do pai e preferem burocratizar a gestão cada vez mais. Apesar disso, ainda é clara a confusão da figura do proprietário (acionista) com a do controlador, em termos financeiros. Os três irmãos reafirmam o caráter familiar do seu negócio local, não obstante darem pistas que estão cada vez mais dispostos e abertos à investimentos e negociações com possíveis parceiros. A estratégia, como vimos, não é ser um *blockbuster*, um conglomerado de primeiro escalão, mas permanecer como conglomerado de segundo escalão, até que as condições históricas tornem essas condições não estáveis. Vimos as vantagens de se permanecer um conglomerado de segundo escalão. É evidente ao leitor que uma grande firma com uma história nacional de grande influência econômica e política não se arriscaria no mercado global sem se afirmar constantemente como mantenedora de uma cultura brasileira, onde fizeram a trajetória do Estado e do mercado modernos cada vez mais se entrelaçarem. A Rede Globo e os grandes negócios do qual fazem parte são ponte para o controle social por meio da economia e da política na sociedade contemporânea.

Faz-se necessário, entretanto, tomar cuidado com as palavras e seus sentidos. O controle social não é apenas um processo de cima para baixo. O controle de uma sociedade, que só se faz possível por meio da comunicação, é uma complexa realidade que envolve principalmente a conjunção histórica entre política e economia. Analisar esse amplo aspecto é analisar o próprio processo de controle social, ou ainda, é fazer uma economia política em seus termos amplos de controle e sobrevivência como viemos utilizando aqui.

Inobstante a relação histórica entre economia e política, o processo de globalização nos faz cada vez mais ficar atentos à relação entre o que chamamos de sistemas territorial local e global. Ambos contidos um no outro de forma recursiva, como demonstramos graficamente. Ter cuidado com essas duas denominações no decorrer da história da humanidade é ter cuidado com o tecimento dos plexos culturais que, apesar de serem próprios a cada Estado nacional,

passam a montar com o conjunto global, impulsionado pela política e mercado norte-americano, sobretudo, uma unidade complexa. *Unitas multiplex*, como vimos em Morin. A unidade múltipla que parece encerrar uma contradição e não merece atenção da razão humana tem muito a dizer em termos de relação. A unidade de uma sociedade de controle que se formaria com o confronto dessas territorialidades jamais seria possível sem o recurso à multiplicidade dos territórios e de seus sujeitos. O processo de dominação é muito mais complexo do que aquilo que dá a entender a própria palavra. Chegamos em um ponto que dizem ser o ponto de chegada do capitalismo. A sociedade de controle seria como um objetivo alcançado de um projeto de conspiração há muito tempo esboçado. Deve-se tomar cuidado com essas perspectivas. A sociedade de controle não pode sofrer dos mesmos simplismos que a sociedade da informação.

A mente humana, em momentos que nos levam a pensar os extremos, deve se educar sempre à complexidade, àquele modelo de pensamento que, apesar de a todo momento flertar com as possibilidades de redução, simplificação e de ponto final, subverte e questiona as aparências, pondo a relação das coisas novamente em funcionamento, renunciando aos maniqueísmos e à salvação. O papel da razão, e do intelectual, pensamos, é de promover uma educação capaz de se sustentar por si mesma, seja lá quais forem as técnicas, a política e a economia que a circundam. A autonomia do pensamento só se realiza quando ele aprende a produzir a si próprio: é ser, mas também é norma. Sem pensar nos limites e nas dependências deles decorrentes, não há sociedade, nem ciência capazes de serem autônomas. Isso, como vimos, é próprio de tudo que é vivo e que se reproduz.

O paradigma da complexidade de Morin nos trouxe muito mais que o desafio de concluir um projeto, respondendo a uma pergunta-problema, e a cumprir certos objetivos. Trouxe-nos, acima disso, o aprendizado da autorreflexão, que nos põe em confronto com aquilo com que nos relacionamos. Nosso objetivo principal aqui era mostrar que nosso objeto – A Rede Globo – é parte de um fenômeno territorial chamado de Sociedade de Controle. Como para analisar quaisquer fenômenos precisamos de um ponto de vista, elegemos a economia política como estratégia. Isso porque um dos pressupostos de tal ciência é a análise do *todo social*. Como a Sociedade de Controle forma um *todo* a que se credita ser um verdadeiro totalitarismo, resolvemos refletir melhor, por meio da história, como se dá tal formação. A história sozinha, entretanto, não satisfaz quando estamos realizando a análise de um objeto. Isso porque no objeto sempre está uma história ainda a ser contada, do ponto de vista de um sujeito, incluso nessa própria história. O objeto de análise nos faz defrontar com a história que nos contam e a recontar à nossa maneira. Essa relação intensa que temos com o objeto nas ciências sociais, que não é a

mesma que possuem os cientistas nobres, que dizem ser capazes de descrever seu objeto em condições de isolamento total de influências externas, é resultado da constante reflexão do sujeito sobre aquilo que representa por meio da linguagem, a partir de suas observações. Mas suas observações, no caso das ciências sociais, são quase sempre observações de observações já feitas. Não se pode ter acesso ao mundo sem a informação, resultado direto da organização do mundo material. Na construção representativa de um objeto por meio da linguagem, temos de unir observações das observações mais diversas, fragmentos de informações que, no conjunto, produzem um sentido que comunica ao leitor uma mensagem.

Não se pode, todavia, comunicar e não se ter controle sobre o que foi comunicado. A separação de comunicação e controle desorganiza qualquer relação, seja na vida social, seja na produção científica. Isso porque a informação que se processa, comunica mutuamente e controla é capaz de dar azo à constituição de um sistema. Todo sistema, como vimos em Luhmann, nasce de uma diferença entre ele e o meio ambiente. Essa diferença ocorre, pois o sistema não consegue dar conta da complexidade da vida, mas apenas de um *todo* que lhe diz respeito e que faz sentido pra si. A complexidade organizada passa a ser a condição de possibilidade do sistema e da própria vida. Não há de se dizer que um trabalho acadêmico, que visa a representar uma complexidade dada, seja diferente de um sistema. O que o trabalho acadêmico faz é tornar o sujeito, que o produz, apto a conhecer o objeto por via de um percurso do qual ele mesmo é consciente – um método. Entretanto, não há de se imaginar que o método consiga representar toda a complexidade que o sujeito observa, pois seus recursos são limitados. A própria linguagem que utiliza já é um limite. Mas é justamente pelo reconhecimento e consciência de seus limites que o cientista deve se aperfeiçoar na busca da verdade e buscar representar a melhor complexidade organizada que lhe é possível. Assim como tudo que vive e faz sentido, o trabalho acadêmico tem de ser um próprio sistema que se autorreflita, traçando a diferença daquilo que não faz sentido ao seu sistema. Mas como pode compreender um sujeito que não sabe o que é compreender? Como pode fazer ciência um sujeito que não sabe o que é ciência? Como pode se livrar da complexidade eterna o sistema que não se conhece?

Assim, a ciência que organiza a complexidade é a mesma que, para tal, necessita conhecê-la. Mas o que é o complexo? O que se tece em conjunto, em relação mútua, recursiva. Daí imaginamos que fazer ciência fosse muito além do que juntar informações dispersas. Fazer ciência passava a ser conhecer a própria ciência. Destarte, a união do fenômeno e o objeto do caso não é apenas resultado de uma reunião de informações de fontes dispersas. A união de ambos pode ser resultado da loteria, mas nenhum sistema que pretende ser vivo depende apenas

de sorte. Todo sistema depende de organização e de controle sobre sua organização. Assim, para um projeto sobreviver ao tempo, necessita de um método que atribua segurança à sua existência. É apenas com e pelo método que o trabalho acadêmico se conhece e se mantém vivo. Manter-se vivo é estar apto a relações a todo momento. E é disso que a Academia carece. A dispersão e fragmentação dos saberes dentro da Universidade só colabora para a perda de autonomia. E quanto um sistema perde sua autonomia, ele é absorvido pelo ambiente ou por outros sistemas aptos a gerenciá-lo e incorporá-lo ao seu funcionamento. A Universidade com saberes dispersos perdeu a capacidade de refletir sobre o *todo* que é a razão de sua existência. Física, Biologia, Sociologia não recorrem mais um a outro para conhecer o mundo (MORIN, 2013), e isso é um amplo sinal do que ocorre no dia a dia de cada especialidade.

De momento em momento a Academia, todavia, dá sinal de vida. E lá dos recônditos da matemática, no início do século XX, surge um Wiener que se relaciona com temas que se referem à sociedade, à biologia e à vida inteira. Mas esse saber é novamente abafado pelo “entendidos”, pelos “especialistas” que chegam e determinam: “não tem nada a ver uma coisa com a outra”. A cibernética foi, como disse Wiener, um desses sertões da ciência onde os mesmos que contribuíram para as grandes máquinas de destruição em massa das guerras, contribuíram para trazer ao cerne da ciência a reflexão de si. A realimentação, central aos processos cibernéticos, era o que faltava à própria ciência para voltar a pensar em si. As reflexões epistemológicas trazidas pela cibernética extrapolaram todos os campos – da física, passando pela biologia e chegando à sociologia. O homem que inventou máquinas mortais de guerra, capazes de responder ao estímulo do ambiente, foi o mesmo que pôs a ciência para pensar em si novamente. Mas, afinal, estamos a serviço de quem?

O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo – foi com este bordão que iniciamos o estudo de caso. Ele remete aos gritos da rua que desconfiam constantemente da postura de um grupo empresarial que diz produzir cultura em nome de todo um povo. Essa desconfiança tem fundamento na desconfiança com a própria comunicação, que produz e reproduz a sociedade. É uma desconfiança que pode levar à razão, ao conhecimento do amplo controle de um grupo que negocia o social entre a economia e a política, ou entre a reprodução e o poder sociais. À desconfiança sobre o processo comunicacional pode seguir o desastre de toda uma ordem sistemática preestabelecida, ou mesmo a sua reconstituição em outras formas, o que é mais provável considerando o passado da evolução histórica da economia capitalista e da política.

Para provocar a mudança, o povo precisa de argumentos e de uma educação sólida, que conheça a complexidade social na qual está inserido. Creditamos no paradigma da complexidade de Morin uma forma de reeducar a educação e de torná-la meio de atingir a compreensão do todo que se tece em conjunto a suas partes. Frente a esse desafio, temos o grande jogo social. O grande circo está montado. Nele, atuam os jogadores, patifes e tolos. Chegamos à sociedade de controle, roupagem nova do velho. E sem uma educação complexa, esse grande circo não pode ser visto de cima e pensado por mentes autônomas. Se ensinamos desde cedo que a corrida é pela especialização, a compreensão do todo está fadada ao fracasso.

O ensino da Comunicação Social deve, pelo seu próprio objeto, desmistificar o controle social, pois todos em sociedade, em suas relações, contribuem a esse processo. O conceito de territorialidade, como vimos, de origem biológica, põe-nos questões profundas sobre a existência da ordem, da sobrevivência e da necessidade de controle. Há de se pensar se talvez a sua relação com a Comunicação não é um convite ao entendimento do complexo. A comunicação é objeto central de constituição das sociedades e, ao seu lado, sempre há o controle. Não há sociedade que sobreviva sem controle de si. Quando adicionamos um contexto às sociedades que pensamos, passamos a lidar com a presença dos sistemas sociais, onde comunicação e controle estão presentes como constantes da economia, da política, da cultura. Pensar uma territorialidade é pensar, portanto, em um fenômeno comportamental contextualizado. Dentro de toda territorialidade passamos a ter um sistema territorial e todo sistema, como vimos, é resultado de uma diferença traçada. A partir dessa diferença, a vida ocorre em determinada ordem, a comunicação serve ao sistema e o poder se esconde em formas estruturantes. Para um estudo dos sistemas, das organizações, das relações, da ordem, da desordem etc., como vimos, temos como base o próprio paradigma da complexidade.

Sob essa base pensamos uma própria forma de pensar: a economia política. Apesar da acusação de Rosa Luxemburgo, em 1925, de que “por mais incrível que possa parecer, é um fato que a maior parte dos especialistas em economia política apenas têm noções confusas sobre o verdadeiro objeto de seu saber” (p. 35), acreditamos que a economia política não é outra coisa senão uma própria tentativa de compreensão de uma complexidade, de algo que se tece em conjunto, de um todo que se relaciona com suas partes, ou como estudamos, da relação da sobrevivência e do controle em vida social. A economia política nos deu um ponto de vista sobre a sociedade e com ele partimos para pensar um objeto no contexto de uma sociedade de controle, apenas um estado presente das coisas que possuem um processo histórico longo. Junto à complexidade, passamos a pensar o todo pretendido pela economia política também em

termos de territorialidade, onde atua um sistema territorial. À Sociedade de controle demos o estatuto de todo que compõe sistemas territoriais/territorialidades que aqui deixamos no papel de representar a relação local-global dentro desse processo histórico.

Além de lidar com tantas variáveis, vimos a necessidade de ao passo que estudamos um determinado objeto, refletirmos sobre os modos que se conduzem esse estudo. Daí a necessidade de, em muitos momentos, interrompermos a descrição para descrever a própria descrição. Assim, a premissa de que todos os sistemas só o são, pois precisam sobreviver frente às incertezas, serve também para o próprio estudo que deseja se conduzir por um método consciente de si.

Em alguns momentos também nos vimos na necessidade de pensar sobre a relação de ser e dever-ser na construção do complexo. É inevitável não só à economia política, mas a qualquer saber que queira ser complexo atuar na recursividade de ambos, tornando sempre o leitor consciente de que o sujeito que escreve toma decisões com base em valores que modificam o estudo do que é observado. Assim, a descrição de um objeto – a Rede Globo – recorreu à nossa base axiológica democrática, onde residem os princípios que, ao nosso ver, devem guiar os pesquisadores da contemporaneidade sem, contudo, deixarem de refletir sobre eles mesmos. O trabalho descritivo recorre constantemente ao trabalho crítico, portanto, com base em valores, para que possa conhecer a si próprio.

O estudo do nosso objeto, por fim, revelou-nos, além dessas outras observações, que precisamos de fundamentos éticos sólidos para agir em sociedade. Uma *práxis social* efetiva não pode ser vítima das influências ideológicas de seu contexto econômico e político, nem tampouco distanciar-se dos reais fundamentos éticos que devem constituir a ação em uma determinada sociedade. Por detrás das políticas econômicas e de comunicação existem princípios democráticos que dirigem uma determinada sociedade. Orientar-se por princípios democráticos é evitar prender-se nas leis, nos discursos determinados por atores hegemônicos e no cálculo frio da economia com a finalidade de reproduzir um certo sistema social. Não obstante, restamos boicotar o que torna o sistema vivo: as informações que retornam ao sistema para que permaneça em ordem, ou o *feedback*. Um boicote ao *feedback* hoje seria risível: como viver sem aquilo que torna a própria vida possível? Isto é, como viver sem informação e sem comunicação? Como viver sem controle? Manter-se em silêncio é também comunicar. Como haveria de o silêncio ser silêncio se ele não comunicasse o seu sentido? O silêncio também é comunicação. Informação, comunicação e controle nos são constantes. Não podemos viver sem

eles, mas podemos exigir que funcionem de forma ética. Daí pensar os limites à informação, à comunicação e ao controle.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. Seleção de textos: Jorge Mattos Brito de Almeida. Traduzido por Juba Elisabeth Levy... [et al.]. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARISTÓTELES. **Econômicos**. Tradução de Delfim F. Leão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- ARNOLD, M. e RODRÍGUEZ, D. *Sociedad y teoría de sistemas*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1991.
- ARSENAULT, A. H; CASTELLS, M. *The structure and dynamics of global multi-media business networks*. International Journal Of Communication 2. University of Southern California, 2008, p. 707-748.
- BACHUR, J. P. **Distanciamento e crítica**: limites e possibilidades da teoria de sistemas de Niklas Luhmann. Universidade de São Paulo: 2009. (Tese de Doutorado).
- BAGDIKIAN, B. H. **Sociologia da comunicação**: máquinas de informar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- _____. *The new media monopoly*. Boston: Beacon Press, 2004.
- BAUMAN, Z. **Vigilância líquida**: diálogos com David Lyon. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1973.
- BENIGER, J. R. *The control revolution: technological and economic origins of the information society*. Massachusetts: Harvard University Press, 1986.
- BERLE, A. A.; MEANS, G. C. **A moderna sociedade anônima e a propriedade privada**. 2. ed. Tradução de Dinah de Azevedo Abreu. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BITELLI, M. A. S (Org.). **Coletânea de legislação de comunicação social**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Debate de 16 de Fevereiro de 2004. In: **Concentração da Mídia: Debates no Conselho de Comunicação Social**. Brasília: Congresso Nacional, 2004.

_____. **Qual a Lógica das Políticas de Comunicação no Brasil?** São Paulo. Ed. Paulus, 2007.

_____. Mercado brasileiro de televisão: 40 anos depois. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). **Rede Globo: 40 Anos de Poder e Hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

BOLAÑO, C. R. S.; HERSCOVICI, A. **Estratégias comparadas dos agentes da comunicação na Europa Ocidental e no sul da América Latina**. Intercom – Rev. Bras. de Com.. São Paulo, Vol. XVI, nº 1, p. 112-118. jan/jun 1993.

BORELLI, S. H. S. Telenovelas: padrão de produção e matrizes populares. In: BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (Org.). **Rede Globo: 40 anos de Poder e Hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

BRITTOS, V. C. **As Organizações Globo e a reordenação das comunicações**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v.23, n.1, p. 57-76. jan./jun., 2000.

_____. Globo, Transnacionalização e Capitalismo. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). **Rede Globo: 40 anos de Poder e Hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). **Rede Globo: 40 Anos de Poder e Hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

CABRAL, E. D. T. **Estratégias de internacionalização da mídia brasileira**. LOGOS 28: Globalização e comunicação internacional. Ano 15, 1º semestre 2008, p. 73-83.

CALABRE, L. O Poder nas Ondas do Rádio: a construção do sistema globo de rádio. In: BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (Org.). **Rede Globo: 40 anos de Poder e Hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

CANGUILHEM, G. **O conhecimento da vida**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CAPPARELLI, S; SANTOS, S. dos. Coronelismo, Radiodifusão e Voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (Org.). **Rede Globo: 40 anos de Poder e Hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

CARVALHO, M. A. R. de. **Irineu Marinho**: Imprensa e cidade. Pesquisa Memória Globo. São Paulo: Globo, 2012.

CARVALHO, J. M. Prefácio. In.: CARVALHO, M. A. R. de. **Irineu Marinho**: Imprensa e cidade. Pesquisa Memória Globo. São Paulo: Globo, 2012.

CASTELLS, M. *Communication power*. New York: Oxford University Press, 2009.

CHOMSKY, N. **O Lucro ou as Pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Media control: the spectacular achievements of propaganda*. 2ª. ed. New York: Seven Stories Press/An open media book, 2002.

COMPARATO, F. K; SALOMÃO FILHO, C. **O poder de controle na sociedade anônima**. 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2014.

DE LA HAYE, Y. (Ed.). *Marx and Engels on the means of communication: the movement of commodities, people, information and capital*. New York: International General, 1979.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 3. 2. ed. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolik. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, G. **Conversações**. 3ª. ed. Tradução de Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2013.

DEUTSCH, K. W. *The nerves of government: models of political communication and control*. New York: The Free Press, 1966.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

ESTEVEVES, J. P. **Apresentação**. In: LUHMANN, N. A improbabilidade da comunicação. 3. ed. Tradução de Anabela Carvalho. Lisboa: Vega, 2001.

FADUL, A. **A Internacionalização da Mídia Brasileira**. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo, v. 30, p. 67-91, 1998.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 15ª. ed. Volumes I e II. São Paulo: Globo, 2000.

FERRAZ JUNIOR, T. S. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Vigiar e punir**. 41. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

FUCHS, C. *Some theoretical foundations of critical media studies: reflections on Karl Marx and the media*. *International Journal of Communication*, 3. 2009. p. 369-402.

FURTADO, C. **O Capitalismo global**. 5ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Os ares do mundo**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GALLOWAY, A. R. *Protocol: how control exists after decentralization*. Massachusetts: The MIT Press, 2004.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Unesp, 2011.

HARAWAY, D. *Simians, Cyborgs, and Women: the Reinvention of Nature*. London: Free Association Books, 1991.

HARDT, M. **A sociedade mundial de controle**. In: Alliez, Éric. Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 1996.

HARDT, M; NEGRI, A. *Empire*. Massachusetts: Harvard University Press, 2000.

HERZ, D. **A história secreta da Rede Globo**. 8ª. ed. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

HOWARD, H. E. *Territory in bird life*. London: John Murray, 1920.

JAMESON, F. **A Cultura do Dinheiro: ensaios sobre globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LIMA, Venício A. Globo e Política: “tudo a ver”. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). **Rede Globo: 40 anos de Poder e Hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

LOPES, M. I. V. de. **Pesquisa em comunicação**. 7ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LUHMANN, N. **A improbabilidade da comunicação**. 3. ed. Tradução de Anabela Carvalho. Lisboa: Vega, 2001.

_____. *Ecological Communication*. Tradução de John Berdnarz Jr. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

_____. **Introdução à teoria dos sistemas**. 3. ed. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. *Organización y decisión. Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo*. Tradução de Darío Rodríguez Mansilla. Barcelona: Anthropos Editorial, 2005.

_____. **Poder**. 2. ed. Tradução de Martine Creusot de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

_____. *Sociedad y sistema: la ambición de la teoría*. Tradução de Santiago López Petit y Dorothee Schmitz. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1990.

_____. *What is communication?*. Communication Theory. Munique: v. 2. pp. 251-259. 2006.

LUXEMBURGO, R. *Introdução à economia política* (1925). Tradução de Carlos Leite. São Paulo: Martins Fontes.

LYON, D. *Surveillance society: monitoring everyday life*. Philadelphia: Open University Press, 2011.

LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 12ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

_____. **Por que filosofar?** Tradução de Marcos Marcionillo. São Paulo: Parábola, 2013.

MALINOWSKI, B. **Crime e costume na sociedade selvagem**. Tradução de Marua Clara Corrêa Dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MARCONDES, D. **Textos básicos de Filosofia** – dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARCUSE, H. **O homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. Tradução de Roberespierre de Oliveira, Deborah Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. São Paulo: Edipro, 2015.

_____. Prólogo. In: MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINUZZO, J. A. **A política na rede**: tecnologias de comunicação e reprodução do paradigma de mercado. Niterói: 2003, UFF. (Dissertação de mestrado).

_____. **Os públicos justificam os meios**: mídias customizadas e comunicação organizacional na economia da atenção. São Paulo: Summus, 2014.

_____. **Seis questões fundamentais da assessoria de imprensa estratégica em rede**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2013.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2012.

MATTOS, F; SIMÕES C. F. Elementos Históricos-Regulatórios da Televisão Brasileira. In: BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (Org.). **Rede Globo: 40 anos de Poder e Hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Pensar as mídias**. Tradução de Ana Paula Castellani. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MATURANA, H.; VARELA, F. J. **De máquinas e seres vivos: autopoiese – a organização do vivo**. 3. ed. Tradução de Juan Acuña Llorens. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

McCHESNEY, R. W. **Rich media, poor democracy: communication politics in dubious times**. New York: The New Press, 1999.

_____. **The political economy of media: enduring issues, emerging dilemmas**. New York: Monthly Review Press, 2008.

MORAES, D. de. **Planeta Mídia: Tendências da Comunicação na Era Global**. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 13. ed. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

_____. **Em busca dos fundamentos perdidos**: textos sobre o marxismo. 2. ed. Tradução de Maria Lucia Rodrigues. Porto Alegre: Sulina, 2010b.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2011a.

_____. **Meus filósofos**. 2. ed. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2014.

_____. **O método I**: a natureza da natureza. 3. ed. Tradução de Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2013.

_____. **O método II**: a vida da vida. Tradução de Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2011b.

_____. **O método III**: o conhecimento do conhecimento. 4. ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2012a.

_____. **O método IV**: as ideias: habitat, vida, costumes, organização. 6. ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011c.

_____. **O método V**: a humanidade da humanidade. 5. ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2012b.

_____. **O método VI**: ética. 4. ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011d.

MORIN, E; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-pátria**. 5. ed. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOSCO, V. *The digital sublime: myth, power, and cyberspace*. Massachusetts: The MIT Press, 2004.

_____. *The political economy of communication*. 2. ed. Los Angeles: Sage, 2009.

_____. *The political economy of communication: rethinking and renewal*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1996.

_____. *To the cloud: big data in a turbulent world*. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.

MULGAN, G. J. *Communication and control: networks and the new economies of communication*. New York: The Guilford Press, 1991.

_____. *Connexity: how to live in a connected world*. Massachusetts: Harvard Business School Press, 1997.

_____. *Politics in an antipolitical age*. Massachusetts: Polity Press, 1994.

MURDOCK, G. e GOLDING, P. *Culture, Communications and Political Economy*. In: CURRAN, J. e GUREVITCH, M. *Mass Media and Society*. 3. ed. London: Arnold, 2000.

NAFARRATE, J. T. **Introdução**. In: LUHMANN, N. *Introdução à teoria dos sistemas*. 3. ed. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2011.

NOAM, E. M. *Media ownership and concentration in America*. New York: Oxford University Press, 2009.

NOBLAT, R. **A arte de fazer um jornal diário**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PARSONS, T. **A estrutura da ação social**: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes. Vol. I: Marshall, Pareto, Durkheim. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **A estrutura da ação social**: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes. Vol. II: Weber. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2010.

PICARD, R. G. *Environmental and Market Changes Driving Strategic Planning in Media Firms*, pp. 1-17. In: Robert G. Picard, (ed.) *Strategic Responses to Media Market Changes*. Jönköping, Sweden: Jönköping International Business School, 2004.

RAFFESTIN, C. *Foucault aurait-il pu révolutionner la géographie?* In: Au risque de Foucault. Paris: Éditions de Centre Pompidou, 1997, 141-9.

_____. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

_____. *Territoriality. A reflection of the discrepancies between the organization of space and individual liberty.* International Political Science Review, 1984, vol. 5, n. 2, pp. 139-146.

RAMONET, I. **A Tirania da Comunicação.** Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RAMOS, M. C. A Força de um Aparelho Privado de Hegemonia. In: BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (Org.). **Rede Globo: 40 anos de Poder e Hegemonia.** São Paulo: Paulus, 2005.

RAMOS, M. C.; SANTOS, S. dos (Orgs.). **Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas.** São Paulo: Paulus, 2007.

REBOUÇAS, E. **Indústrias culturais e economia política da comunicação: conceitos, referências, proposições (slide).** Apresentado durante aula no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades.

_____. **Os atores sociais do lobby nas políticas de radiodifusão no Brasil.** In: BEZZON, L. A. C. Comunicação, política e sociedade. Campinas: Editora Alínea, 2005.

ROPPO, E. **O contrato.** Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SACK, R. D. *Human territoriality: a theory.* Annals of the Association of American Geographers, 73:1, pp. 55-74, 1983.

_____. *The consumer's world: place as context.* Annals of the Association of American Geographers. 78:4, pp. 642-664, 1988.

SCHILLER, D. *Digital capitalism: networking the global market system.* Massachusetts: The MIT Press, 1999.

SCHILLER, H. *Informacion y economia em tempo de crisis.* Tradução de Ildefonso Pérez Rodríguez. Madrid: Fundesco e Editorial Tecnos, 1986.

_____. *Mass communications and american empire*. Boston: Beacon Press, 1971.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. *The mathematical theory of communication*. Chicago: University of Illinois Press, 1949.

SHAPIRO, A. L. *The control revolution: how the internet is putting individuals in charge and changing the world we know*. New York: PublicAffairs, 1999.

SMYTHE, D. W. *Communications: Blindspot of western marxism*. *Canadian Journal of Political and Social Theory*. Vol. 1. n. 3. 1977. p. 1-27.

SOJA, E. W. *Keeping space open*. *Annals of the Association of American Geographers*. 89:2, pp. 348-353. 1999

_____. *The political organization of space*. Washington, D.C., Association of American Geographers, 1971.

_____. *The socio-spatial dialectic*. *Annals of the Association of American Geographers*. 70:2, pp. 207-225. 1980

SOKAL, A.; BRICMONT, J. *Imposturas intelectuais*. 4^a. ed. Traduzido por Max Altman. Rio de Janeiro: Record, 2010.

STOURDZÉ, Y. *Espace, circulation, pouvoir*. In: *L'Homme et la société*, n 29-30, 1973. Analyse institutionnelle et socianalyse. pp. 97-105.

STRAUBHAAR, J. D. **Brazilian television: the decline of american influence**. *Communication Research*: April, 1984.

WEAVER, W. *Science and complexity*. *American Scientist*, 36, 1948, pp. 536-544.

WIENER, N. **Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos**. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1954.

_____. **Cibernética: Ou controle e comunicação no animal e na máquina**. Tradução de Gita Ghinzberg. São Paulo: Polígono, 1970.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. 3.ed. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

Sites consultados:

COMERCIAL REDE GLOBO. **Exibidoras Globo**. Disponível em: <<http://comercial2.redeglobo.com.br/atlasdecobertura/paginas/home.aspx?mp=Brasil>>. Acesso em: 14. nov. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **TV Globo recebeu R\$ 6,2 bilhões de publicidade federal com PT no Planalto**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1649933-tv-globo-recebeu-r-62-bilhoes-de-publicidade-federal-com-pt-no-planalto.shtml>>. Acesso em: 12. set. 2015.

G1. **Globo anuncia novo modelo de gestão do entretenimento**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2014/11/globo-anuncia-novo-modelo-de-gestao-do-entretenimento.html>>. Acesso em: 17. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **Aos 50, TV Globo**. Disponível em: <http://www.grupoglobo.globo.com/noticias/entrevista_50_anos_tv_globo.php>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **Áreas de atuação do Grupo Globo**. Disponível em: <<http://www.grupoglobo.globo.com/index.php>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **Editora Globo**. Disponível em: <http://www.grupoglobo.globo.com/editora_globo.php>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **Estrutura corporativa**. Disponível em: <http://www.grupoglobo.globo.com/estrutura_corporativa.php>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **Globo.com**. Disponível em: <<http://www.grupoglobo.globo.com/globocom.php>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **Globosat**. Disponível em: <<http://www.grupoglobo.globo.com/globosat.php>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **Grupo Globo alcança 17ª posição em ranking dos maiores grupos de mídia do mundo**. Disponível em: <http://www.grupoglobo.globo.com/noticias/grupo_globo_17_posicao_ranking_midia.php>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **Grupo Globo é destaque no Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.** Disponível em: <http://www.grupoglobo.globo.com/noticias/grupo_globo_premio_vladimir_herzog.php>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **Infoglobo.** Disponível em: <<http://www.grupoglobo.globo.com/infoglobo.php>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **Marca Grupo Globo substitui Organizações Globo.** Disponível em: <http://www.grupoglobo.globo.com/noticias/marca_grupo_globo.php>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **Princípios editoriais do Grupo Globo.** Disponível em: <http://grupoglobo.globo.com/principios_editoriais.php>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **Responsabilidade social.** Disponível em: <<http://www.grupoglobo.globo.com/responsabilidade-social.php>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **Sistema Globo de Rádio.** Disponível em: <http://www.grupoglobo.globo.com/sistema_globo_de_radio.php>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **Som Livre.** Disponível em: <http://www.grupoglobo.globo.com/som_livre.php>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **TV Globo.** Disponível em: <http://www.grupoglobo.globo.com/tv_globo.php>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **Visão, missão e princípios.** Disponível em: <<http://www.grupoglobo.globo.com/index.php>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

GRUPO GLOBO. **ZAP.** Disponível em: <<http://www.grupoglobo.globo.com/zap.php>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Origem da Governança Corporativa.** Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18166>>. Acesso em: 19. Set. 2015.

JUSBRASIL. **Globopar suspende pagamento de suas dívidas.** Disponível em: <<http://expresso-noticia.jusbrasil.com.br/noticias/136275/globopar-suspende-pagamento-de-suas-dividas>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

MEIO&MENSAGEM. **Globo coloca a marca em movimento.** Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2014/04/03/Globo-coloca-a-marca-em-movimento>>. Acesso em: 17. nov. 2014.

MEIO&MENSAGEM. **Globo reorganiza entretenimento.** Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2014/11/17/Globo-reorganiza-Entretenimento.html>>. Acesso em: 17. nov. 2014.

MEIO&MENSAGEM. **Globo: mais ousadia e flexibilidade.** Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2014/04/03/Mais-ousadia-e-flexibilidade-na-Globo.html>>. Acesso em: 17. nov. 2014.

MEMÓRIA ROBERTO MARINHO. **Rede Globo.** Disponível em: <<http://www.robertomarinho.com.br/obra/tv-globo.htm>>. Acesso em: 10. Jul. 2014.

MEMÓRIA ROBERTO MARINHO. **Sistema Globo de Rádio.** Disponível em: <<http://www.robertomarinho.com.br/obra/sistema-globo-de-radio>>. Acesso em: 10. Jul. 2014.

O GLOBO. **Grupo Globo é o 17º maior conglomerado de mídia do mundo.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/grupo-globo-o-17-maior-conglomerado-de-midia-do-mundo-16159426>>. Acesso em: 14. set. 2015.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Organizações globo têm nova governança.** Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/_ed713_organizacoes_globo_tem_nova_governanca/>. Acesso em: 12. set. 2015.

TERRA. **Cúpula da globo enfim se mexe para não perder o reinado.** Disponível em: <<http://diversao.terra.com.br/tv/sala-de-tv/blog/2014/11/13/cupula-da-globo-enfim-se-mexe-para-nao-perder-o-reinado/>>. Acesso em: 14. nov. 2014.

THE ECONOMIST. **Television in Brasil: Globo Domination.** Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21603472>>. Acesso em: 21. dez. 2014.

UOL. **Globo não vai renovar com quem não trabalha.** Disponível em: <<http://televisao.uol.com.br/colunas/flavio-ricco/2014/11/13/globo-nao-vai-renovar-com-quem-nao-trabalha.htm>>. Acesso em: 14. nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **Capital fechado valoriza-se em tempos de turbulência.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4152048/capital-fechado-valoriza-se-em-tempos-de-turbulencia#>>. Acesso em: 12. set. 2015.

VALOR ECONÔMICO. **Comunicação tem papel mais amplo na Globo.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/3672264/comunicacao-tem-papel-mais-amplo-na-globo>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **Família Marinho é a mais rica do Brasil, diz Forbes.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3547766/familia-marinho-e-mais-rica-do-brasil-diz-forbes>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **Globo cria holding para atrair investimentos.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/1000055291/globo-cria-holding-para-atrair-investimentos>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **Globo Educação faz parcerias e amplia agenda.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3139124/globo-educacao-faz-parcerias-e-amplia-agenda>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **Globo turns 50 looking at opportunities in the future.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/international/news/4019372/globo-group-turns-50-looking-opportunities-future>>. Acesso em: 13. set. 2015.

VALOR ECONÔMICO. **Grupo Globo privilegia a integração.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3691236/grupo-globo-privilegia-integracao>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **Integração, marca do ‘novo’ Grupo Globo.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3691162/integracao-marca-do-novo-grupo-globo>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **Lula participa de festa de 10 anos do Valor.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/659161/lula-participa-de-festa-de-10-anos-do-valor>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **Novo conselho reúne-se hoje.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/1000055290/novo-conselho-reune-se-hoje>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **O homem que bola o que rola.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/3429800/o-homem-que-bola-o-que-rola>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **O homem que se liga em você.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/1120052/o-homem-que-se-liga-em-voce>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **Organizações Globo anunciam criação da holding Globo S.A.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/294515/organizacoes-globo-anunciam-criacao-da-holding-globo-sa>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **Organizações Globo anunciam mudanças na diretoria geral da TV.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2836126/organizacoes-globo-anunciam-mudancas-na-diretoria-geral-da-tv>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **Presidente das Organizações Globo receberá prêmio Emmy.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3632582/presidente-das-organizacoes-globo-recebera-premio-emmy>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **Rede Globo muda comando e governança.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2836838/rede-globo-muda-comando-e-governanca>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **Web trouxe desafios e mais leitores aos jornais.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3660348/web-trouxe-desafios-e-mais-leitores-aos-jornais>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - 1ª PROPOSTA DE ENTREVISTA À REDE GLOBO

Sugestão de Profissionais:

Sr. CARLOS SCHRÖDER

Sr. SÉRGIO MARQUES

Sra. RENATA FROTA PESSOA

Sra. CRISTIANE DELACRODE

1 – Quais estratégias de produção de conteúdo a Rede Globo têm adotado para atender a um público com acesso cada vez mais amplo a novas tecnologias de informação e comunicação, principalmente a Internet?

2 – Quais parcerias – em âmbito local (Brasil e América Latina) e global – com conglomerados/empresas de mídia a Rede Globo procura obter a partir de um cenário de crescente mundialização e concentração das comunicações?

3 – Como o contexto econômico globalizado contemporâneo e a presença de técnicas digitais têm influenciado no modo de gestão interno da empresa Rede Globo?

4 – Nossa pesquisa, além de refletir como sobrevive economicamente a empresa em determinado contexto, também quer saber como a Rede Globo tem procurado entender e se portar politicamente diante da pressão de movimentos sociais, por exemplo, aqueles que têm ecoado os dizeres “abaixo a Rede Globo, o povo não é bobo”, em vários episódios.

5 – Gostaríamos de saber qual a posição da Rede Globo com relação ao tema da democratização da mídia, principalmente a respeito da criação de novas políticas de comunicação, como a Lei de Meios na Argentina, sancionada em 2009.

6 – Por fim, estamos interessados em saber como a Rede Globo procura se relacionar com o campo científico e com a crítica acadêmica daí recorrente.

APÊNDICE B - 2ª PROPOSTA DE ENTREVISTA À REDE GLOBO

Sugestão de Profissionais:

Quaisquer profissionais que podem responder por decisões estratégicas tomadas nas áreas de produção de conteúdo (grade de programação), relações institucionais, contratos (jurídico), *marketing* (posicionamento estratégico), principalmente.

1 – Nos Princípios Editoriais do Grupo Globo, logo na primeira página, temos a seguinte colocação da empresa: “A Era Digital é absolutamente bem-vinda, e, mais ainda, essa multidão de indivíduos (isolados ou mesmo em grupo) que utiliza a internet para se comunicar e se expressar livremente. Ao mesmo tempo, porém, ela obriga a que todas as empresas que se dedicam a fazer jornalismo expressem de maneira formal os princípios que seguem cotidianamente. O objetivo é não somente diferenciar-se, mas facilitar o julgamento do público sobre o trabalho dos veículos, permitindo, de forma transparente, que qualquer um verifique se a prática é condizente com a crença. As Organizações Globo [hoje Grupo Globo], diante dessa necessidade, oferecem ao público o documento “Princípios Editoriais das Organizações Globo” [hoje “Princípios Editoriais do Grupo Globo”]. Além desses princípios editoriais, quais outras medidas tem tomado a Rede Globo (no jornalismo e demais áreas), no mesmo sentido, para formalizar suas ações e facilitar o controle e julgamento do público da Era Digital sobre o trabalho da empresa? Acompanhado a isso, quais são as práticas que a Rede Globo promove para prestar contas à sociedade (*accountability*) sobre seus serviços de comunicação social? Como sua responsabilidade social é afetada e pensada a partir de uma Era Digital?

2 – Manuel Castells nos afirma em *Communication Power* (2009) que, observando a configuração das maiores corporações globalizadas de mídia (Time Warner, Disney, News Corporation, Bertelsmann, NBC Universal, Viacom e CBS) podemos identificar a tendência de que a propriedade midiática, de uma maneira geral, está se tornando cada vez mais concentrada na Era Digital. Quais parcerias/contratos, aquisições etc – em âmbito local (Brasil e América Latina) e global – a Rede Globo têm executado a partir desse cenário de mundialização e crescente concentração das empresas de comunicação?

3 – Como o contexto econômico globalizado contemporâneo e a presença de técnicas digitais têm influenciado na mentalidade de administração interna da empresa Rede Globo, com adoção de programas e estratégias organizacionais voltados a fins específicos? Houve quais mudanças

de lideranças, criação de setores, investimentos em pessoal, por exemplo, no sentido de proporcionar à empresa maior adaptação às exigências econômicas desta globalização?

4 – Nossa pesquisa, enquanto reflete sobre como sobrevive economicamente a empresa em determinado contexto, também quer saber como a Rede Globo tem procurado entender e se portar diante da pressão de movimentos sociais, por exemplo, aqueles que têm ecoado os dizeres “abaixo a Rede Globo, o povo não é bobo”, em vários episódios; não obstante, diante de pautas políticas que afetam direta ou indiretamente a empresa, como o assunto da democratização da mídia (trazida, por exemplo, pela Lei de Meios na Argentina, sancionada em 2009). Podemos dizer que há influências das pautas políticas sobre decisões na produção de conteúdo, por exemplo, na ideia do programa *Esquentando* e a abordagem constante da homossexualidade nas novelas? Há quais ajustes organizacionais, decisões internas, inclusive na produção de conteúdo das diferentes áreas, que objetivam dialogar com as contradições e dar a elas um *feedback*?

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM A REDE GLOBO

Perguntas respondidas:

Entrevista: Diretoria de Responsabilidade Social - Comunicação Globo

Como sua responsabilidade social é afetada e pensada a partir de uma Era Digital?

As mídias digitais são uma importante ferramenta de comunicação com os telespectadores. O Programa *Como Será?*, parceria do Jornalismo e da área de Responsabilidade Social da Globo com a Fundação Roberto Marinho, tem como objetivo compartilhar com o público experiências transformadoras, exemplos de cidadania e colaborar para a construção de um futuro melhor ao tratar de maneira integrada temas como educação, ecologia, mobilização social, trabalho e inovação. É um espaço para apresentar, conhecer e incluir pessoas e ideias, que conta com a interatividade nas redes sociais como grande aliada.

Campanhas sociais também contam com essas ferramentas para mobilização. Um exemplo é a Campanha “Toda Gestação dura 1000 dias”, veiculada durante o mês de maio de 2015 na programação da TV Globo. A campanha, realizada em parceria com a Pastoral da Criança, incentiva os cuidados intensivos do início da gestação ao segundo ano de vida da criança. Nas mídias sociais, dez dicas dadas pelo elenco e gestantes engajaram mais de 1,1 milhão de pessoas.

Podemos dizer que há influências das pautas políticas sobre decisões na produção de conteúdo, por exemplo, na ideia do programa *Esquenta* e a abordagem constante da homossexualidade nas novelas?

Um país tão diverso e com uma agenda social tão complexa como o Brasil inspira e reflete o conteúdo em sua programação. A missão do Grupo Globo é criar, produzir e distribuir conteúdos de qualidade que informem, divirtam, contribuam para a educação e permitam aos indivíduos e comunidades construir relações que tornem a vida melhor.

A Globo acredita que, através de suas novelas, pode ajudar a transformar a realidade da sociedade, promovendo valores e princípios éticos e universais, estimulando a mudança de atitudes e também a adoção de novos comportamentos. Desde a novela "O Espigão" (1974), que debateu ecologia e planejamento urbano, a programação manteve uma antena na vida real. Outros exemplos são a minissérie "O Portador" (1991), sobre a urgência da prevenção à Aids;

a novela "O Rei do Gado" (1996) que discutiu o explosivo tema da reforma agrária; "Laços de Família" (2000), que incentivou a doação de medula óssea; "O Clone" (2001) que tratou sem retoques a tragédia da dependência química. Ao abordar os maus-tratos a idosos, as mortes por armas de fogo e a violência doméstica contra mulheres, o sucesso "Mulheres Apaixonadas" (2003), de Manoel Carlos, contribuiu para a aprovação dos estatutos do Idoso e do Desarmamento, além da lei que tipifica o crime de violência doméstica. Em 2004, "Senhora do Destino", escrita por Aguinaldo Silva, mostrou a gravidez adolescente. "América" (2005), de Glória Perez, tratou dos direitos das pessoas com deficiências, na abordagem sobre a deficiência visual. "Páginas da Vida" (2006-7), outra novela de Manoel Carlos, incorporou a temática da Síndrome de Down, discutindo educação inclusiva, diversidade e preconceito, com grande impacto social. Em "Duas Caras" (2007-8), de Aguinaldo Silva, houve uma ação contundente de combate ao preconceito racial, enquanto "Sete Pecados", de Walcyr Carrasco, mostrou o papel central da educação no desenvolvimento social. Em "Insensato coração" (2010), de Gilberto Braga, Ricardo Linhares, sexualidade e relações afetivas foram abordadas, o que se desdobrou no prêmio "Rio sem Preconceito". Em "Cheias de Charme" (2012) de Felipe Miguez e Izabel de Oliveira, os direitos das trabalhadoras domésticas foram discutidos. Ao término da novela foi veiculada uma campanha com cena da trama, em parceria com ONU Mulheres e OIT. A discussão contribuiu com a aprovação da PEC das domésticas ainda no mesmo ano. Em 2013, "Lado a lado" de Claudia Lage e João Ximenes Braga valorizaram a história e a cultura de matriz africana no Brasil. A novela conquistou o prêmio Camélia da Liberdade e Emmy internacional de melhor novela. Em 2013, "Salve Jorge" de Glória Perez abordou o tráfico de pessoas para exploração sexual. A trama inspirou "Disque Salve", desenvolvida pela organização não governamental Viva Rio. O serviço recebeu ligações de vítimas de oito países distintos: Brasil, Espanha, Estados Unidos, Bolívia, Panamá, Venezuela, França e Israel. Em 2014, "Em família" de Manoel Carlos, abordou transplante de coração por meio do personagem Cadu interpretado por Reynaldo Gianicchini e impulsionou a doação de órgãos no país, recebendo homenagem do Ministério da Saúde.

Há quais ajustes organizacionais, decisões internas, inclusive na produção de conteúdo das diferentes áreas, que objetivam dialogar com as contradições e dar a elas um feedback?

Entender os anseios da Juventude, conhecer o comportamento e as características dessa importante parcela da população é hoje fundamental para compreender os caminhos e as demandas que o país terá pela frente. O número de jovens atingiu, na última década, um recorde

no Brasil. São mais de 50 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, mais de um quarto da população do país. Isso é fruto de um fenômeno chamado pelos demógrafos de “onda jovem”, iniciado em 2003 e que deve perdurar até meados da próxima década. Quem é esse jovem de hoje? Quais são seus interesses, suas preocupações, seus desejos e seus medos?

Escutar para conhecer, conhecer para se relacionar. Foi com este espírito que a Globo lançou o Menos30, uma plataforma permanente de relacionamento com os jovens, que consiste em seminários, publicações, conteúdos multimídia sobre e para a juventude.

Na época do seu lançamento o diretor de Comunicação da Globo, Sergio Valente, resumiu. “O Menos30 pretende criar espaços de reflexão e dar voz para que o jovem fale de si mesmo como protagonista da transformação social. Mais do que buscar padrões de comportamento ou de aspirações, a nossa proposta é criar um ambiente de encontro e conversa permanente. Um encontro de gerações, de ideias, de similaridades e diferenças. O Menos30 é uma plataforma de reflexão deste encontro”.

O ponto de partida foram dois seminários que aconteceram em novembro de 2014: um na Pinacoteca do Estado de São Paulo e outro na Fundação Progresso, no Rio de Janeiro. O debate foi conduzido por eixos temáticos: ação, relações humanas e conhecimento.

Em dezembro, dentro desta mesma plataforma, a Responsabilidade Social da Globo promoveu um encontro com 40 jovens mobilizadores. O encontro teve curadoria de Marcus Faustini, articulista do jornal O Globo e criador da Agência Redes para Juventudes.

Vindos dos mais diversos cantos do Brasil, todos representam uma geração conectada e empreendedora que busca fazer a diferença com o engajamento em temas relevantes para a sociedade. No Papus, eles tiveram a oportunidade de contar um pouco sobre suas histórias de vida, apresentar suas iniciativas e projetos, e também conhecer as ações sociais da Globo. Ao longo do encontro, foram realizadas dinâmicas temáticas com a participação de profissionais de diversas áreas e programas da emissora para estimular o diálogo e a construção colaborativa de conteúdo. Além disso, os jovens também conheceram de perto o modo de fazer da Globo por meio de uma visita ao Projac. O encontro gerou reflexões internas e conteúdo na programação como a divulgação da Campanha Jovem Negro Vivo, um personagem inspirado em um dos jovens em Malhação e o quadro “Um por todos e todos por um” no Caldeirão do Huck, que contou a história do jovem empreendedor social Zeca que desenvolve trabalho social em um circo na cidade de Rio Bonito, no estado do Rio de Janeiro.

APÊNDICE D – CONVERSA COM O PROFESSOR EMÉRITO VINCENT MOSCO, PH.D.

Conversa com o Professor Emérito Vincent Mosco, Ph.D., do Departamento de Sociologia da Queen's University, 2015 (via Facebook).

(...)

(12/12/2014 22:34) Wagner Piassaroli Mantovaneli

Hi, professor Mosco. Have you developed any work on your definition of political economy as control and survival in social life (as you said in the book, this was suggested to you by Smythe)? I discovered a few works which treat the control topic related to communication (Mulgan and Beniger), but none of them relate to your definition clearly. Would you have one to indicate me? I would be glad and honoured.

(14/12/2014 21:01) Vincent Mosco

Hi Wagner, Thanks for the note. I cannot point you to a specific work since the point of the definition is that all political economy is about both. However, I do emphasize control in my research on surveillance (see my book *To the Cloud*) and on the military.

(14/12/2014 21:02) Wagner Piassaroli Mantovaneli

Thank you so much, Professor. That'll help me a lot!

(14/12/2014 21:02) Vincent Mosco

You are welcome. Good luck!

(...)

(1/8/2015 20:45) Wagner Piassaroli Mantovaneli

Professor Mosco, how are you? Sorry bothering again. I was trying to develop some issues about control and survival on your theory of the political economy of communication. So control is a very interesting and complex concept but yet easy to find references to it in theories like cybernetics (Wiener), systems theory (Luhmann) communication and information theory

(Shannon, Weaver). I have found a lot of authors. But when I try to analyze "survival" it becomes difficult for me to find authors who address this as a central concept as those who address control concepts. Control and communication are fundamental to living systems, what becomes easy for us to relate them to political systems. But I'm really not finding a centrality for "survival", since control and communication seem to be processes to make living systems survive, including economy. Beniger addresses almost everything as control issues, being "survival" implicitly consider a sort of goal for those living systems. I'm following your tip when you said control and survival are really difficult to separate. And i really can see that they are inseparable. But my question is: how can we define better survival as a concept since control seems to embrace everything on its own? In what sense authors may show us that survival means as much as control so that both become inseparable? Could you suggest something for me about the survival part?

(1/8/2015 20:59) Vincent Mosco

Thanks Wagner. Survival has to do with producing what is necessary for social reproduction. In contemporary language, it is the "economic" in political economy. The primary writer on this subject is Marx and more recently it is carried forward in the work of Smythe, Fuchs, and Dan Schiller. An essential work but one that you might find hard to track down is Marx and Engles on the Means of Communication. But it is also useful to keep in mind that these are metaphors and it would be easy to allow either control or survival to overdetermine the other in a definition or in its application to a research field. The point is to capture conceptually and in research their mutual constitution.

(1/8/2015 21:16) Wagner Piassaroli Mantovaneli

Thank you so much for the answer, Professor. I'll thank you formally on my work when it's finished and I promise i'll get you a translated copy if you wish. I owe you a lot for the attentive considerations.

(1/8/2015 21:17) Vincent Mosco

My pleasure.

(1/8/2015 21:39) Wagner Piassaroli Mantovaneli

Do you think bringing back the old discussion about "ought" and "is", or process and programming would be a good point to capture that mutual constitution? I'm already writing on this, and I always find myself stuck on this relationship. That seems fundamental.

(1/8/2015 21:46) Vincent Mosco

No, I don't think so. It is about the relationship between social reproduction (the economic) and social power (the political). Reproduction always contains political elements and social power always contains economic elements. Hence, mutual constitution.

(1/8/2015 22:12) Wagner Piassaroli Mantovaneli

Yes, I really understand this. Sometimes I think I'm complicating too much, but I actually see this broad definition, as you wrote, very ambitious, and sometimes enough to lead someone on and on and on forever, as trying to find "the blindspot" he will never. Or maybe only trying to discuss old problems anew.

(1/8/2015 22:17) Vincent Mosco

I understand. The control and survival definition is a useful general definition that gives people a sense of the breadth of political economy. For practical purposes of research, I focus on the more specific definition: the study of the social relations, particularly the power relations, that mutually constitute the production, distribution, and exchange of resources- in our field we concentrate on communication resources.

(1/8/2015 22:30) Wagner Piassaroli Mantovaneli

Yes. That breadth, I think, is what we miss in the communication's field. I am majored in social communications and that deepness, at least here in Brazil, is always missing. People are careless here about more profound analysis that can lead to a sense of totality and, then, finally understand that communication has a central role in this totality. There's a lack of an epistemological concern and, as you wrote on your book, important developments are being taken on science studies, for example, but people here tend to let it aside and prefer to be "pragmatic".

(1/8/2015 22:35) Wagner Piassaroli Mantovaneli

I get your book here, and maybe what I am trying to do with your definition is what you said STS are intending to: "(...) In this respect, STS moves beyond even the most ambitious

definition of political economy, which calls for the study of control and survival in social or even organic life".

(1/8/2015 22:35) Wagner Piassaroli Mantovaneli

(p. 234-235) and after reading Beniger, that's what i think he did
he maybe went beyond this

(1/8/2015 22:44) Vincent Mosco

I commend your ambition and wish you success. Just keep in mind that in pursuing the most general one can lose the specificity that often provides a greater depth of meaning. I do believe that this is a problem with work like that of Beniger's. In graduate school I studied with one of the great generalists of sociology Talcott Parsons and with one of the great sociologists whose work was grounded in specificity, Daniel Bell. Over the years, I realized that the work of the latter has proven more useful.

(...)

(16/8/2015 20:11) Wagner Piassaroli Mantovaneli

Hello, Professor Mosco. Was this "Letter to the author" you refer to in your References of The Political Economy of Communication (p. 258) a letter wrote by Dallas Smythe to you in 1991 concerned to the broad definition of political economy? I'm writing about this now, it is just a curiosity. Thank you.

(16/8/2015 20:17) Vincent Mosco

Yes it was.

(16/8/2015 20:17) Wagner Piassaroli Mantovaneli

Thank you!

ANEXOS

ANEXO A – TABELA DE SÍNTESE DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS MODERNAS DESDE 1950 (BENIGER, 1986)

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS MODERNAS IDENTIFICADAS DESDE 1950 (Tabela com conteúdo reproduzido da obra <i>The control revolution</i> – James Beniger) (1986, p. 4-5)		
ANO	TRANSFORMAÇÃO	FONTES
1950	Lonely crowd Posthistoric man	Riesman 1950 Seidenberg 1950
1953	Organizational revolution	Boulding 1953
1956	Organization man	Whyte 1956
1957	New social class	Djilas 1957; Gouldner 1979
1958	Meritocracy	Young 1958
1959	Educational revolution Postcapitalist society	Drucker 1959 Dahrendorf 1959
1960	End of ideology Postmaturity economy	Bell 1960 Rostow 1960
1961	Industrial society	Aron 1961; 1966
1962	Computer revolution Knowledge economy	Berkeley 1962; Tomeski 1970; Hawkes 1971 Machlup 1962; 1980; Drucker 1969
1963	New working class Postbourgeois society	Mallet 1963; Gintis 1970; Gallie 1978 Lichtheim 1963
1964	Global village Managerial capitalismo One-dimensional man Postcivilized era Service class society Technological society	McLuhan 1964 Marris 1964 Marcuse 1964 Boulding 1964 Dahrendorf 1964 Ellul 1964
1967	New industrial state	Galbraith 1967 Richta 1967; Daghlish 1972; Prague Academy 1973
1968	Dual economy Neocapitalism Postmodern society Technocracy Unprepared society	Averitt 1968 Gorz 1968 Etzioni 1968; Breed 1971 Meynaud 1968 Michael 1968

1969	Age of discontinuity Postcollectivist society Postideological society	Drucker 1969 Beer 1969 Feuer 1969
1970	Computerized society Personal society Posteconomic society Postliberal age Prefigurative culture Technetronic era	Martin and Norman 1970 Halmos 1970 Kahn 1970 Vickers 1970 Mead 1970 Brzezinski 1970
1971	Age of information Communications Postindustrial society Self-guiding society Superindustrial society	Helvey 1971 Oettinger 1971 Touraine 1971; Bell 1973 Breed 1971 Toffler 1971
1972	Limits to growth Posttraditional society World without borders	Meadows 1972; Cole 1973 Eisenstadt 1972 Brown 1972
1973	New service society Stalled society	Lewis 1973 Crozier 1973
1974	Consumer vanguard Information revolution	Gartner and Riessman 1974 Lamberton 1974
1975	Communication age Mediacracy Third industrial revolution	Phillips 1975 Phillips 1975 Stine 1975; Stonier 1979
1976	Industrial-technological society Megacorp	Ionescu 1976 Eichner 1976
1977	Electronics revolution Information economy	Evans 1977 Porat 1977
1978	Anticipatory democracy Network nation Republic of technology Telematic society Wired society	Bezold 1978 Hiltz and Turoff 1978 Boorstin 1978 Nora and Minc 1978; Martin 1981 Martin 1978
1979	Collapse of work Computer age Credential society Micro millennium	Jenkins and Sherman 1979 Dertouzos and Moses 1979 Collins 1979 Evans 1979
1980	Micro revolution Microelectronics revolution Third wave	Large 1980, 1984; Laurie 1981 Forester 1980 Toffler 1980
1981	Information society Network marketplace	Martin and Butler 1981 Dordick 1981

1982	Communications revolution Information age	Williams 1982 Dizard 1982
1983	Computer state Gene age	Burnham 1983 Sylverster and Klotz 1983
1984	Second industrial divide	Piore and Sabel 1984

ANEXO B – ENTREVISTA DOS ACIONISTAS DO GRUPO GLOBO AO VALOR ECONÔMICO

AOS 50, TV GLOBO

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, acionistas do Grupo Globo falam dos 50 anos da Globo e analisam as projeções para o setor de mídia no Brasil.



Globo/Tomás Arthuzzi

Por ocasião dos 50 anos da Rede Globo, que serão celebrados no domingo, o Valor entrevistou Roberto Irineu Marinho, presidente do Grupo Globo - acionista do Valor em parceria com o Grupo Folha, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho, vice-presidentes. Eles falam dos primórdios da Globo, das relações com o regime militar e com a censura, das dificuldades com os bancos, da concorrência, da estrutura do grupo e de sua situação financeira, da preparação de "O Globo" como jornal digital e dos projetos da Fundação Roberto Marinho.

Valor: Por que Roberto Marinho decidiu entrar na televisão já no início da década de 1950?

Roberto Irineu Marinho: Papai era um homem moderno e apaixonado pela comunicação de massa em todas as suas possibilidades. Em 1925 começou a trabalhar no "Globo", tornou-se diretor em 1931. Em

1937 passou a publicar revistas e em 1944 criou a Rádio Globo. Nada mais natural que, quando a televisão chegasse ao Brasil, ele pedisse ao governo uma concessão para explorá-la. Estava convencido de que uma emissora de televisão era necessidade imprescindível para quem vivia do ramo da comunicação. Em janeiro de 1951, a Rádio Globo encaminhou pedido de concessão de um canal de televisão. Em julho de 1957, Juscelino Kubitschek aprovou a concessão do Canal 4 do Rio de Janeiro para a Globo.

Valor: Por que ele fez da TV um projeto pessoal e não do grupo empresarial?

Roberto Irineu: Quando foi aprovada a concessão, a composição acionária da TV Globo era a mesma do jornal "O Globo" e da Rádio Globo. Os sócios eram Roberto Marinho e seus irmãos. Como o projeto da televisão estava custando a dar retorno, seus irmãos decidiram, em 1966, não continuar no investimento, não acreditavam que fosse possível reverter a situação. A família continuou sócia no jornal e nas rádios, mas a televisão tornou-se um negócio do Roberto Marinho. A participação deles foi sendo diluída ao longo do tempo até que, em 1995, compramos as ações remanescentes. A TV Globo só parou de dar prejuízos no início de 1971, operou no vermelho por cinco anos. Hoje o Grupo Globo é gerido por uma empresa holding, a OGP, sociedade anônima de capital fechado, e todas as ações pertencem a membros da família Marinho.

Valor: Como nasceu o acordo com a TimeLife?

João Roberto Marinho: Quando a família decidiu investir em uma emissora de televisão, papai fez um acordo com o grupo de mídia americano TimeLife para o desenvolvimento do projeto.

Roberto Irineu: Foram firmados dois acordos em 1962: um de assistência técnica e outro de joint venture, que seria base para um acordo societário na produtora de programas. Na ocasião, o grupo americano repassou um adiantamento financeiro para investimentos, mediante a garantia de uma promissória. O contrato de assistência técnica vigorou efetivamente. A TimeLife se comprometeu a enviar à TV Globo, na qualidade de assessor da diretoria, pessoas capacitadas no campo de contabilidade e finanças e assegurava também o treinamento da equipe da TV Globo nas especialidades necessárias para a operação técnica. Mas a parte que tinha joint venture na produção de programas nunca se realizou. Com o dinheiro que eles tinham adiantado para isso, compraram o prédio e cobravam aluguel do prédio. Quando a gente acabou não formando a tal joint venture para fazer uma produtora de programas, eles disseram: "Não? Então dá o prédio como garantia". Aí o papai fez empréstimo para recomprar o prédio e encerrar o contrato de assistência técnica.

Valor: Sorte da Globo, não é? Porque a partir daí começou a ganhar dinheiro. Compartilhar o lucro ia ser duro, hein? (Risos)

Roberto Irineu: Quem deu o empréstimo foi o Citibank, com aval do BEG [Banco do Estado da Guanabara]. Para dar o aval, o BEG listou 100% dos bens do papai, todos os carros, o barco, todas as casas, os quadros, as ações de todas as empresas. Assim, 100% dos bens hipotecados. Assinei como avalista, porque, como ele tinha 65 anos, na época, pela lei brasileira, os filhos poderiam dizer que ele estava fora de juízo por ter assinado esse contrato. Assinei como dizendo "os filhos avalizam essa coisa". Foi o primeiro grande contrato que assinei na vida! [Risos]. Pouco menos de US\$ 5 milhões. E foi uma imensa dificuldade para cumprir o pagamento. O contrato venceu dois anos depois e não tínhamos o dinheiro. Evidentemente, o Citi não queria renovar, e quem emprestou um novo dinheiro foi o Banco Nacional.

Valor: Foi o José Luiz de Magalhães Lins?

Roberto Irineu: Sim. Essa noite foi dramática, porque para aquela quantidade de dinheiro eles precisavam autorização do conselho do banco.

João Roberto: Foi fantástico, porque papai vinha negociando com outro banco, estava muito bem encaminhada a negociação, mas faltando dois ou três dias para a data final...

Roberto Irineu: Foi na véspera. O telefonema para o Zé Luiz foi de manhã, eu estava em casa e vi. O Zé Luiz chegou para conversar com ele, eram 5 horas da tarde. A conversa foi no quarto do papai. O Zé Luiz saiu dali, foi conversar com o Magalhães Pinto. O Magalhães Pinto autorizou a fazer a operação. No dia seguinte de manhã ele foi ao Banco Central entrar no redesconto para levantar o dinheiro, porque não tinha o saldo, e apresentou ao conselho do banco, que aprovou. O dinheiro saiu até as 6 h da tarde.

Valor: Foi pelo fio de um cabelo, hein?

Roberto Irineu: É, porque o outro banco cometeu a traição. Aliás, foram dois momentos dramáticos. Primeiro a hipoteca de tudo e segundo a renovação.

Valor: E ainda havia a campanha do Carlos Lacerda [governador da Guanabara]...

Roberto Irineu: Eu me lembro do papai, que nunca foi um bom orador, desesperado, ensaiando em casa porque ia aparecer na televisão para responder às acusações do Lacerda. Ele realmente tinha dificuldade de falar em público. Você sabe por que foi a briga com o Lacerda? Ele queria ser candidato a presidente da República, queria que "O Globo" se engajasse na campanha e o papai disse que não ia apoiá-lo, que ia ficar neutro. Ele ficou furioso e começou toda a coisa.

Valor: E depois apoiou o Negrão de Lima para...

Roberto Irineu: ... governador do Rio.

Valor: Aí ele ficou mais furioso, não? Porque ele queria emplacar o...

João Roberto: ... Flexa Ribeiro.

Roberto Irineu: O Lacerda fez duas maldades: a primeira foi desapropriar o Parque Lage. O projeto Parque Lage era mais ou menos o projeto do Parque Guinle: o parque no meio e prédios nas duas bordas. Mas o Lacerda disse que ia desapropriar porque o papai ia botar abaixo todas as árvores e ia fazer um cemitério de crianças ali. E desapropriou o parque pagando o correspondente a um Volkswagen, na época.

Valor: Porque ele usou o valor do pagamento do imposto territorial do parque, que era um parque protegido, então o imposto era baixo.

Roberto Irineu: Mas para mim a maldade maior é que o Lacerda era um grande orador e os discursos do Lacerda não eram brincadeira não, eram terríveis! E coitado do papai respondendo, sendo um péssimo orador! [Risos]

João Roberto: Era covardia...

Roberto Irineu: Quem assistiu ao Lacerda falar... era um negócio sensacional, shakespeariano.

Valor: E aí veio a campanha no Congresso...

João Roberto: A Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada em 1966 para investigar a constitucionalidade do acordo entre Globo e TimeLife e teve muita repercussão devido à campanha que o deputado João Calmon (diretor dos Diários Associados, grupo proprietário da Rede Tupi) e o Lacerda moveram contra a Globo. A CPI, presidida pelo deputado Roberto Saturnino Braga com o deputado Djalma Marinho como relator, deu parecer desfavorável à Globo, alegando que a empresa americana estaria participando da orientação intelectual e administrativa da emissora. Em fevereiro de 1967, o governo mudou a legislação sobre concessões de telecomunicações, criou restrições aos empréstimos de origem externa e à contratação de assistência técnica do exterior, mas reconheceu a legalidade dos contratos anteriores entre Globo e TimeLife.

Valor: Como foi a relação da TV Globo com o regime militar?

João Roberto: Roberto Marinho acreditava na vocação democrática do presidente Castello Branco e na eficácia da política econômica do Roberto Campos e Octavio Gouvêa de Bulhões. Nunca negou sua simpatia em relação a Castello. Em 7 de outubro de 1984, no editorial "O Julgamento da Revolução", publicado em "O Globo", fez um balanço dos anos de autoritarismo, dando ênfase aos ganhos econômicos proporcionados pelos governos militares. Em 1988, em entrevista à "Folha de S.Paulo", admitiu ter apoiado a "ação construtiva" desses governos, mas disse que "fez questão de não obter favores". Nunca pegou empréstimo de grande valor em bancos oficiais, com exceção do aval fornecido em 1966 pelo BEG. Também nunca ganhou concessão de TV dos militares. As duas únicas concessões recebidas foram outorgadas em 1957, por JK, e em 1962, por João Goulart. Os outros canais foram comprados diretamente de empresários. A Globo enfrentou dificuldades para expandir-se porque novas concessões lhe eram negadas, enquanto o governo militar se esforçava por criar redes concorrentes, outorgando diversas concessões ligadas ao Adolpho Bloch, do Grupo Manchete, e ao Silvio Santos para formação de redes nacionais. A Globo jamais demitiu um profissional em consequência de suas ideias. Apesar da pressão, mantinha sob contrato vários profissionais de esquerda, alguns ligados ao Partido Comunista, como Oduvaldo Viana Filho, Dias Gomes, Mário Lago, Gianfrancesco Guarnieri, Carlos Vereza, entre outros.

Valor: Quais foram os efeitos da censura nas telenovelas e no "Jornal Nacional"?

Roberto Irineu: O "Jornal Nacional", como o principal telejornal da Globo e do país, foi censurado desde a estreia. Investimos no jornalismo internacional, já que não podíamos cobrir o Brasil como desejávamos. De 1968 a 1988, praticamente todas as telenovelas tiveram algum problema com a censura, e algumas foram proibidas de ir ao ar, como "Roque Santeiro" (1975) e "Despedida de Casado" (1977). Em 1984, no período de abertura, a Globo ainda sofria forte ação da censura. No movimento das Diretas Já, por exemplo, papai foi pressionado diversas vezes.

Valor: E em que momento a Globo começa a virar o jogo?

Roberto Irineu: A passagem para o primeiro lugar foi em 1971. Em 1970 já tivemos alguns programas que atingiam o primeiro lugar aqui no Rio ou em São Paulo. Tinha o Chacrinha, Silvio Santos, Dercy Gonçalves. Como programação de meio-dia à meia noite foi a partir de 1971.

Valor: E a virada financeira da empresa?

Roberto Irineu: A partir do final de 71 já começou a se equilibrar e em 72 começou a dar lucro. Papai reinvestiu na empresa praticamente tudo o que ganhava em equipamentos novos, aumento da capacidade de produção. Isso fez diferença.

Valor: A que vocês creditam o crescimento da Globo?

João Roberto: A TV Globo cresceu apoiada em pilares: excelência técnica, talento criativo e profunda sintonia com a sociedade brasileira. Inovou em toda tecnologia de gravação e transmissão, culminando na criação do Projac, maior conjunto de estúdios televisivos das Américas. Foi pioneira na transmissão de programação nacional por satélite e, em 1969, colocou no ar o "Jornal Nacional", primeiro telejornal de rede do país. Implantou a grade de programação horizontal, com conteúdos locais e nacionais combinados em rede. Criou novos formatos, inventou a interatividade televisiva antes mesmo de surgirem as tecnologias digitais ("Você Decide" é um exemplo). Esteve sempre profundamente sintonizada com a alma brasileira, tanto no telejornalismo como na teledramaturgia. Coberturas jornalísticas e narrativas de ficção ficaram impregnadas na memória afetiva dos brasileiros durante os últimos 50 anos, campanhas de merchandising social mobilizaram a sociedade com resultados surpreendentes avaliados por diversas instituições internacionais. Foi isso que permitiu a consolidação do que ficou conhecido como "Padrão Globo de Qualidade".

Valor: Por que decidiu ser quase autossuficiente em produção, em programação? Foi de longe a maior das grandes emissoras do mundo nessa linha.

João Roberto: Até hoje é. A estratégia de meu pai era criar a diferenciação pela identificação com a nação brasileira, a cultura brasileira. Esse processo de identificação do que estava no ar com as pessoas, com a população, foi virando um casamento muito forte.

Valor: Nos Estados Unidos, empresas de cinema forneciam muito programa para a televisão aberta. Foi diferente aqui.

Roberto Irineu: A TV americana nasce do cinema e da capacidade de produção do cinema. A TV brasileira nasce do rádio, com a programação do rádio. As novelas de rádio se tornaram novelas de televisão com a adição da imagem. "Jerônimo, Herói do Sertão": Rádio Nacional às 6 horas da tarde. Depois tinha a "Hora do Brasil", depois o "Repórter Esso". O hábito da programação horizontal do rádio formou a programação de TV horizontal. O Brasil é o único país do mundo que tem a programação horizontal. Nos Estados Unidos, cada dia é diferente no horário nobre, só o jornal é no mesmo horário.

Valor: Como avaliam as experiências da TV Globo no exterior?

Roberto Irineu: A atuação internacional da Globo ocorre há quase 40 anos, de forma muito bem sucedida. Em 1976, começou a exportar programas para países da América Latina, com a novela "O Bem Amado", de Dias Gomes, no Uruguai. Dois anos depois, a novela "Gabriela", do romance "Gabriela, Cravo e Canela", de Jorge Amado, foi vendida para Portugal, a primeira exportada para outro continente. Um imenso sucesso. A partir dos anos 1980, a teledramaturgia da Globo passou a ser exportada para centenas de países de todo o mundo, transformando-se em uma das principais divulgadoras da história e da cultura brasileiras. "Escrava Isaura", fenômeno de venda, alcançou até mesmo os países do então bloco comunista, como Cuba e China. Outro exemplo é o das coproduções. Em 2002, a Globo se associou à Telemundo, rede americana voltada para o público hispânico, e estreou "Vale Tudo" de Gilberto Braga e em 2010 coproduziu "El Clon" de Gloria Perez. Em Portugal nos associamos, em 1987, na criação da SIC, primeiro canal privado português com uma participação de 25%. A SIC em dois anos assumiu o primeiro lugar aliando os programas da Globo com a produção própria. A parceria perdura até hoje, embora tenhamos vendido as ações durante a reestruturação financeira. Em 2010, por exemplo, coproduzimos a novela "Laços de Sangue", que venceu o Prêmio Emmy, concedido pela Academia Internacional de Artes e Ciências de Televisão, dos EUA, como melhor telenovela do ano. Temos a TV Globo Internacional, disponível via cabo, satélite ou IPTV e chega a cerca de 120 países. Tivemos uma má experiência com a compra de uma emissora na Itália, a Telemontecarlo.

Valor: Como foi a entrada na TV por assinatura, por que investiu simultaneamente em TV por cabo e satélite; em programação e distribuição; em telecomunicações e num período em que o grupo avançava no lançamento e compra de novos jornais, de revistas e na renovação do parque gráfico?

João Roberto: No fim dos anos 1980 e início dos 90, ao verificarmos o crescimento da TV fechada em diversos países do mundo, identificamos o potencial para esse investimento no Brasil. Roberto Irineu sugeriu ao governo federal a criação de um sistema de televisão educativa que chegasse a cada comunidade do país usando a banda C dos satélites, como hoje é o Canal Futura. Faríamos o projeto, que seria doado ao governo. Mas o governo não teve interesse. No início dos anos 90, o grupo decidiu investir na produção e programação de conteúdos segmentados e nos meios para distribuí-los. Em 1991, iniciamos a Globosat distribuindo seus conteúdos por satélite (inicialmente grandes antenas instaladas em condomínios; depois, com a distribuição por banda KU, adotou-se pequenas antenas). Em seguida, compramos autorizações de TV a cabo de particulares e passamos a distribuir a programação dos canais Globosat também pelo cabo. Em 1993, separamos a produção e programação do conteúdo da

distribuição por tratar-se de dois negócios diferentes (um de conteúdo, outro de telecomunicações). Optamos por manter a Globosat voltada para a produção e programação de conteúdos para TVs por assinatura. Novos canais foram criados e distribuídos por todo o país por meio de diversas operadoras.

Valor: Durante a crise de 2002, a TV Globo vendeu sua participação em emissoras da rede em várias regiões do país. No mesmo período, a Globopar vendeu a maior parte das ações e o controle das operadoras de TV paga Sky, por satélite, e Net por cabo. Hoje, o segmento da TV paga é maior, em faturamento, que a televisão aberta, com a qual compete, e a diferença está aumentando. Olhando de maneira retrospectiva: essas vendas foram necessárias?

Roberto Irineu: Tomamos a decisão de vender vários ativos da família e colocar o dinheiro no caixa da empresa para viabilizar a reestruturação financeira. Vendemos participações em operações regionais, a casa do papai em Angra dos Reis, os aviões, fazendas, terrenos, um hotel, um banco de investimento, uma seguradora, empresas de celular, as ações da SIC portuguesa e vários projetos imobiliários. Ao longo do período de renegociação da dívida com os credores, entre 2002 e 2005, vendemos também o controle da Sky e participação na então Globocabo, hoje Net. Essa última venda viabilizou nosso acordo final com os credores porque tornou possível que fizéssemos uma oferta de compra à vista para aqueles debenturistas que optaram por não financiar seus créditos. Hoje acho que, apesar de termos vendido por preço baixo (a velocidade de venda era muito importante), foi uma decisão correta. Passamos a nos concentrar na produção de conteúdo e temos a cada dia aumentado nossa qualidade seja na criação, seja na realização. Posteriormente, a Lei nº 12.485 proibiu que produtores e programadores de conteúdo de TV paga controlassem ativos de distribuição e telecomunicações, e vice-versa a chamada "quebra da cadeia de valor". Assim, manter o controle de Net e Sky hoje não seria possível.

Valor: Em que situação estava a Globopar quando entrou na moratória?

Roberto Irineu: A Globopar devia em 2002 US\$ 1,7 bilhão, com garantias da TV Globo. Quando o real começou a perder valor em relação ao dólar, ficou impossível pagar a dívida sem renegociá-la. Nossos negócios, principalmente a TV Globo, eram lucrativos: a crise financeira foi causada por um descasamento entre os investimentos na Globocabo e Sky, que demoravam a dar retorno, a alta do dólar e a recessão econômica de 2002. Depois de declarada a moratória, em outubro de 2002, o grupo montou um comitê de negociação para tratar com os credores. Eram dois grupos, os detentores internacionais de bonds, muito pulverizados, e os bancos nacionais e internacionais. Dado o volume da dívida, pode-se imaginar a enorme pressão por parte dos credores, que pretendiam contratar um especialista em mídia para cuidar da Globo. Preservar a gestão da emissora dependia da credibilidade do seu modelo de negócio. Isso só foi possível após a realização de duas auditorias, a primeira dos dados contábeis, fiscais e jurídicos feita pela Deloitte e uma operacional na televisão feita pela Price Waterhouse Media, as duas

contratadas pelos credores. O resultado da auditoria foi extremamente positivo para a imagem da Globo, classificada como um negócio bem gerido e altamente rentável. Nós nos recusamos a entregar ações e dar assento aos credores na direção da Globo, quisemos preservar a gestão da principal empresa do grupo. A emissora registrou os melhores índices de audiência em toda a sua história justamente durante o processo de renegociação, comprometeu-se com o pagamento integral da dívida em troca do seu não acionamento legal, e isso contribuiu para consolidar o clima amigável nas negociações. Com o pagamento integral dos bonds no mercado internacional e o refinanciamento da dívida com os bancos brasileiros, em outubro de 2006, estava resolvida a situação financeira do grupo, e sem uso de recursos do BNDES ou de bancos estatais.

Valor: Como ficou a Globosat?

Roberto Irineu: A Globosat é uma empresa inteiramente voltada para a produção e programação de conteúdo para TV fechada. Seus 36 canais são distribuídos no Brasil pelas diversas operadoras do mercado e atendem a diversos segmentos, como esportes, notícias, entretenimento, filmes, conteúdos infantis e outros. Seus canais concorrem com grandes empresas internacionais, como Disney, Turner, Discovery e Fox. Somos líderes de audiência na TV paga no Brasil. Estimulamos a produção de conteúdo brasileiro através das mais de cem produtoras independentes que contratamos.

Valor: Estão agora trabalhando mais com produtores independentes. Como fica o padrão de qualidade?

Roberto Irineu: O [Fernando] Meirelles fez uma belíssima, agora. Foi a O2. Hoje [dia 9/4] estreia um outro programa espetacular. Chama-se "Os Experientes", série de quatro episódios feitos pelo Fernando Meirelles também. Ele gravou três anos atrás para nós e estava na prateleira. São histórias de pessoas mais velhas que resolvem, de alguma maneira, alguma situação complicada.

João Roberto: A ideia é trazer olhares novos de fora, de quem tem muito talento, para interagir com as nossas equipes. Outro exemplo, aquela minissérie que foi no rio São Francisco...

Roberto Irineu: Ah! "Amores Roubados", maravilhosa.

João Roberto: Fotografia do Walter Carvalho, fotografia linda, negócio de melhor cinema internacional. A gente emula as nossas equipes com um outro olhar.

Valor: Trabalhar com essas produtoras reduz custo para a Globo?

Roberto Irineu: Nosso custo interno está próximo. Porque o custo é em função da encomenda. A Globosat tem canais para os quais ela encomenda produções de R\$ 30 mil a hora. E são maravilhosas.

Tem outros que encomenda com valor mais alto, R\$ 100 mil. A Rede Globo tem outro tamanho, quando investe numa produção, investe muito mais e faz com muito mais cuidado e paga muito mais do que a Globosat pode pagar.

Valor: Como é a concorrência entre TV aberta e TV paga?

Roberto Irineu: São ferozes concorrentes disputando a atenção dos telespectadores. Os canais de TV aberta já perderam mais de 15% de participação na audiência total para os mais de 200 canais da TV paga.

Valor: A que atribui o declínio da audiência da TV aberta?

Roberto Irineu: Não acho que a TV aberta esteja em declínio. Enquanto estivermos gerando conteúdo de qualidade, com relevância para as pessoas, elas vão continuar se ligando em nós. O que vemos são transformações na sociedade que impactaram o mercado como um todo e ampliaram as ofertas "Estamos fazendo uma grande revolução neste momento na gestão e no processo criativo", afirma Roberto Irineu de entretenimento, criaram oportunidades para o desenvolvimento de novos concorrentes e possibilitaram o maior acesso da população a outros meios de comunicação. No início dos anos 90, havia a Globo e quatro redes nacionais no mercado. Agora, temos outros 200 canais por assinatura, TVs conectadas, internet etc. Ainda assim, a Globo se mantém na preferência do seu público e do mercado publicitário, com participação que gira em torno de 50% do mercado de TV, considerando a TV aberta e fechada. O conteúdo da cultura nacional, os atores nacionais, os temas nacionais hoje talvez tenham, se eu somar o conteúdo nacional em todas as redes abertas, uns 70% da audiência. Com o desenvolvimento do país e o aumento do poder aquisitivo, a população brasileira cresceu, assim como o número de lares com aparelhos de TV, as horas assistidas e a nossa cobertura. Hoje temos uma audiência muito maior do que tínhamos há 20 anos, atingimos um número bem maior de pessoas com potencial de consumo, principal medida de eficiência do investimento em mídia, ainda que os índices [percentuais] de audiência sejam ligeiramente menores em números absolutos. Numa conta rápida, 30 pontos de audiência da Globo em 1997 [ano do início da medição PNT] equivaliam a 10.106.038 de domicílios com TV. Em 2014, os mesmos 30 pontos correspondiam a 18.146.208 domicílios com TV, um aumento de 79,6%. Mesmo com a grande e variada oferta de canais, a maior audiência na TV paga é da Globo. Em 2014, no universo dos domicílios com TV paga, quatro em cada dez lares com a TV ligada estavam sintonizados na Globo. O que há é uma mudança de hábitos. As pessoas querem mais flexibilidade para consumir mídia, em horários e equipamentos diferentes. O que não podemos é nos desconectarmos das pessoas e das mudanças pelas quais elas passam continuamente.

Valor: Como vê a ameaça da TV pela internet, a web TV? Como a TV Globo se prepara para enfrentar a Netflix, Amazon TV, YouTube?

João Roberto: Não vemos como ameaça, vemos como oportunidade. Acreditamos que é a relevância do conteúdo que gera audiência. Tudo o que você cita na sua pergunta são plataformas de distribuição que necessitam de conteúdo para distribuir. Temos uma receita vencedora que alia conteúdo de qualidade com capacidade de distribuição. Em qualquer tela, nosso conteúdo sempre irá procurar levar emoção e relevância para a vida das pessoas. O que está mudando são os canais de distribuição, não a essência do que produzimos. E o público valoriza o conteúdo. É o que engaja, emociona, informa, entretém. É o que fideliza o relacionamento. Ou seja, a proliferação de plataformas de distribuição só valoriza quem produz conteúdo de qualidade.

Valor: A TV Globo pretende distribuir conteúdo pago pela internet como estão fazendo as emissoras americanas?

Roberto Irineu: Já distribuimos nossos conteúdos pela internet no portal Globo.com há mais de cinco anos. Estamos evoluindo e criando novas versões dos aplicativos para as nossas plataformas para computadores, celulares e tablets. E temos as plataformas de VOD vídeo on demand Globo TV+, Globosat Play e Telecine Play. Há muitas novidades sendo preparadas para tornar ainda mais atrativa essa oferta.

Valor: Qual é a receita que a TV Globo obtém dessas novas mídias?

João Roberto: Costumamos olhar essas receitas como parte do mesmo negócio e não como elementos estanques. Por exemplo, os serviços da Globosat Play e Telecine Play representam uma maior comodidade para os assinantes de TV paga, que enriquecem a assinatura que pagam. Os conteúdos que disponibilizamos em novas plataformas, apesar de gerar uma receita publicitária adicional, ou mesmo de venda de conteúdo, são principalmente uma forma de estimular a fidelidade do nosso espectador.

Valor: As empresas estão anunciando mais na internet, mas com muito cuidado porque não conseguem mensurar a eficiência.

Roberto Irineu: Você sabe quanto é que, no Brasil, a internet, Google e Facebook recolhem de publicidade por ano?

Valor: Uns 3% a 4%, segundo o InterMeios.

Roberto Irineu: Não. De R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões por ano. É a segunda no Brasil, logo depois da Rede Globo. InterMeios não mede internet, mede Globo.com, UOL, Terra. Não mede Facebook, não mede Google porque os dois não dão os números, não informam. E esse valor é remetido para o exterior, não paga imposto no Brasil, uma festa. Mas, de qualquer maneira, é um volume monumental. Não é tão pequeno assim.

Valor: A participação da receita de conteúdo na receita em relação à publicidade está aumentando?

Roberto Irineu: Está aumentando por causa da TV por assinatura. No ano 2000 tínhamos 2,8 milhões de assinantes. Hoje são 19 e tanto, multiplicou por 9.

Valor: Está chegando agora à projeção que a Anatel e os analistas de bancos tinham feito para o ano 2000.

Roberto Irineu: Em 1995 dei uma entrevista dizendo que no ano 2000, ao contrário do que todo mundo dizia, seriam no máximo 3 milhões de assinantes. Infelizmente acertei. Preferia ter errado.

Valor: A TV aberta está preparada para o "apagão analógico"?

João Roberto: A Globo vem se preparando desde 2007 para o fim da transmissão analógica. No ano passado levamos a cobertura do sinal digital a 70% do território brasileiro. Continuaremos investindo, considerando que a previsão é que o sinal analógico seja desligado em todo o Brasil entre 2016 e 2018. Mas há uma questão que é a disponibilidade de cobertura do sinal digital e a capacidade de recepção desse sinal. Uma grande parcela da população ainda depende do sinal analógico. De acordo com pesquisa do Ibope, em 2014, cerca de 61% da população da Região Metropolitana de São Paulo ainda tinha pelo menos uma TV de tubo em casa, e 35% tinha apenas a TV de tubo; ou seja, depende do sinal analógico da TV aberta. Para a população continuar recebendo gratuitamente o sinal da TV aberta, é preciso que estejamos todos empenhados em oferecer condições necessárias para garantir a migração para o sinal digital.

Valor: Que investimentos em tecnologia está fazendo a TV?

Roberto Irineu: A Globo é pioneira em inovações em tecnologia. No ano passado fizemos a primeira transmissão ao vivo de jogos da Copa do Mundo em 4K. Também fizemos a primeira obra integralmente produzida em 4K desde a captação até a pós-produção na televisão brasileira, a minissérie "Dupla

Identidade". Já realizamos testes com o 8K, que tem resolução 16 vezes superior ao HD e só deverá chegar ao mercado japonês em 2020. É um momento muito especial para a TV aberta. Estamos atentos às inovações e às tendências, como temos sido também com outras evoluções tecnológicas que enriquecem a experiência de assistir à TV, como a TV conectada, a interatividade, o consumo móvel via 1seg, o vídeo on demand.

Valor: Quais foram o faturamento e o lucro líquido da TV Globo e do grupo no ano passado?

Roberto Irineu: Em 2014, o Grupo Globo teve R\$ 17 bilhões de receita líquida, 10% a mais que em 2013, e R\$ 4,7 bilhões de resultado antes de impostos, juros e depreciação (16% superior a 2013). Nosso lucro líquido foi de R\$ 2,3 bilhões e pagamos R\$ 2,3 bilhões só de imposto de renda e contribuição social (sem considerar demais impostos). Nossa dívida é de aproximadamente US\$ 1 bilhão, a quase totalidade vencendo a partir de 2022, e temos caixa suficiente para pagá-la hoje se assim desejarmos. Aliás, é bom dizer que não temos dívida com o BNDES, como muitos propagam.

Valor: E a expectativa para este ano? Como o Grupo Globo enfrenta a situação atual, em que a economia parece estar em recessão e os negócios estão diminuindo?

João Roberto: Temos que separar as mudanças conjunturais deste ano e do próximo das mudanças estruturais na nossa indústria de mídia. Este ano está muito difícil e certamente perderemos um pouco de faturamento e rentabilidade. Mas nosso planejamento, há três anos, já mostrava que este ano seria muito difícil pela análise da situação fiscal e econômica do Brasil e preparamos as empresas. Só não planejamos os efeitos da crise que a corrupção nas empresas estatais trouxe ao Brasil. Do ponto de vista estrutural, os negócios não estão diminuindo, mas se reconfigurando. As receitas de venda de conteúdo, na TV paga e na TV aberta, passam a ser tão importantes quanto as receitas publicitárias. Verificamos nos últimos anos um enorme crescimento da TV paga nos lares brasileiros, o que se reflete num aumento de demanda pela TV Globo e de nossos canais segmentados nos serviços pagos de TV por assinatura.

Valor: Como veem o futuro da TV Globo?

Roberto Irineu: Com muito trabalho, muitos desafios e muito sucesso. Estamos fazendo uma grande revolução neste momento na gestão e no processo criativo. Fizemos e faremos grandes investimentos. Só para dar um exemplo, se considerarmos os anos de 2013 a 2017, o Grupo Globo vai investir mais de R\$ 3 bilhões, sendo que a maior parte disso é em televisão.

Valor: Os jornais vêm sendo muito afetados. O grupo começou com o jornal em 1925, há 90 anos. Também em tempos difíceis, não?

Roberto Irineu: Irineu Marinho lançou "O Globo" num momento de adversidade, poucos meses depois de haver perdido o controle acionário do "A Noite", vespertino que havia fundado em 1911. Com recursos financeiros limitados e maquinário de segunda mão, "O Globo" chegou às bancas ancorado, sobretudo, na experiência de Irineu Marinho e dos companheiros que o seguiram nessa empreitada. A redação e as oficinas foram instaladas num antigo prédio no largo da Carioca nas salas emprestadas pelo Liceu de Artes e Ofícios e com máquinas usadas. Menos de um mês depois de ter fundado "O Globo", Irineu Marinho morreu, vítima de um infarto. O jornal passou a ser conduzido pelo jornalista Eurycles de Mattos, que morreu seis anos depois, em 1931. Roberto Marinho, que ocupava o cargo de secretário e havia adquirido experiência em todas as áreas do jornal, assumiu a direção, aos 26 anos. Junto com essas dificuldades, o cenário de meados da década de 1920 era de grande instabilidade econômica e política. Havia também uma concorrência muito acirrada na imprensa carioca, com diversos títulos de vespertinos. A insatisfação com as velhas oligarquias acabou resultando na Revolução de 1930. Aos poucos "O Globo" foi conquistando espaço entre os leitores, incorporando inovações editoriais e gráficas e vencendo dificuldades. Só em 1954 ganhou sede própria, na rua Irineu Marinho, especialmente construída para abrigar todos os seus serviços.

Valor: Foi fundado como jornal vespertino e posteriormente se transformou em matutino. Não foi uma mudança apenas de horário, mas também de perfil e de atitude editorial. Por que a mudança?

João Roberto: No fim da década de 1940, "O Globo" já havia consolidado sua liderança entre os vespertinos do Rio de Janeiro, mas começou a antecipar o seu fechamento. Papai anteviu que os vespertinos perderiam a razão de existir com a chegada da televisão. Dizia que queria antecipar minutos a cada dia para que o público não percebesse a mudança, mas fosse beneficiado por ela. E só em 1972 "O Globo" passou definitivamente de vespertino a matutino. Esse foi um momento marcado por grandes transformações no jornal. Em dezembro de 1971, Evandro Carlos de Andrade havia assumido o cargo de diretor de redação. Sob o seu comando, "O Globo" passou por uma ampla reforma e modernização. Um dos primeiros passos foi a reformulação da redação, com a reorganização das editorias e a expansão do corpo de repórteres e redatores. As faixas salariais foram reformuladas e o noticiário foi agilizado. O jornal se preparava para a competição com o "Jornal do Brasil". Esse cenário incluiu também a criação da edição de domingo, a renovação da gráfica, o uso da cor no jornal, a conquista de anunciantes e leitores nos subúrbios e a criação de novos suplementos.

Valor: Por que, depois de décadas de rumores, "O Globo" decidiu avançar em São Paulo com a compra do "Diário Popular" e por que desistiu?

João Roberto: A Infoglobo responsável pela produção dos jornais "O Globo" e "Extra" decidiu comprar o "Diário Popular", em 2001, para atuar em São Paulo, o maior mercado brasileiro. No ano anterior, o grupo já tinha se associado à "Folha de S. Paulo" para lançar o jornal Valor Econômico. A compra do "Diário Popular", portanto, fazia parte de uma estratégia de ampliar os investimentos do grupo na área de impressos. A experiência com o "Diário Popular" [que passou a se chamar "Diário de S. Paulo"] não deu (...) "Não tem fronteiras mais, você tem 200 canais fechados, dos 200 acho que 50 são produzidos no Brasil, se tanto", afirma Roberto Irineu retorno esperado. Naquele momento, o Grupo Globo já se encontrava em dificuldades financeiras, com endividamentos que levariam ao pedido de moratória em 2002. Além disso, a imprensa já começava seu processo de crise devido à nova configuração do mercado com a emergência das mídias digitais e com a popularização da TV por assinatura.

Valor: Ao contrário dos outros dois jornais de referência, "Folha de S.Paulo" e "O Estado de S. Paulo", que têm uma distribuição geográfica mais ampla, "O Globo" se concentra na Grande Rio e, excepcionalmente, dá atenção a Brasília. Não está abdicando de ampliar sua influência fora dessa área?

Roberto Irineu: Acreditamos que o jornal é muito ligado à comunidade onde circula. Ele deve refletir o pensamento de sua comunidade. Claro que pode ser lido fora de sua comunidade, mas a grande venda será sempre local. O "New York Times" é lido no mundo, mas a concentração de sua venda em Nova York é enorme. As tentativas de fazer um jornal nacional ou ainda internacional não obtiveram grande sucesso no exterior.

Valor: Os cortes recentes no "Globo" foram uma tentativa de adequar as despesas à receita?

Roberto Irineu: Todos os jornais do mundo estão tendo que reduzir seus custos e se tornar mais eficientes. Nossos cortes estão concentrados mais nas áreas de suporte e menos na redação, onde se produz o conteúdo. Todas as nossas empresas trabalham intensamente para estar preparadas para o futuro. No jornal estamos investindo R\$ 200 milhões em um novo prédio com instalações que vão trazer grandes economias operacionais e maior eficiência na produção integrada com o digital.

Valor: No futuro "O Globo" será um jornal unicamente digital? O que será o jornal no conjunto de conteúdo distribuído para as plataformas?

João Roberto: No futuro todos os jornais serão digitais. A gente tem a estratégia de dividir um pouco os públicos. O G1 é muito mais de massa e "O Globo" se posiciona um pouco acima na pirâmide da

sociedade. O G1 é um produto mais horizontal e o jornal, mais voltado para quem procura um pouco mais de reflexão. Vemos uma diferenciação assim para o futuro. Se vai dar certo ou não, a ver. Também achamos que haverá menos sustentação pela publicidade e mais sustentação pelo pagamento.

Roberto Irineu: Não sei dizer qual vai ser o formato, mas a informação benfeita e importante será sempre valorizada dentro da internet. Acho que você vai ter aquela confusão que é Facebooks da vida dando informação que são todas misturadas e sem muita credibilidade e vai ter alguns lugares, um bloco com arrumações de informações mais ligeiras corretas, mas mais ligeiras e outro com mais profundidade. Se isso vamos chamar de jornal ou vamos chamar de "flor" eu não sei, mas a informação de qualidade terá sempre o seu...

Valor: O jornal tem um formato. A redação trabalha o dia inteiro, prepara no começo da noite e no dia seguinte ele circula...

Roberto Irineu: Era assim.

Valor: Era. Agora está virando informação contínua, quase como uma agência de notícias. Aí muda muito a natureza do jornal. Como se mantém a personalidade, a identidade do jornal?

Roberto Irineu: Acho que basicamente com o estilo de cada jornal, porque os jornais são diferentes entre si. Com o estilo de cada jornal e com a qualidade que esse jornal pretende para a informação.

Valor: Mas uma questão importante no jornal impresso é a edição, o peso que o jornal está dando ao assunto que está na manchete, para o que é editado na primeira página. Em meio digital, os leitores chegam diretamente a matérias de seu interesse por meio de buscas na web. Parece que a edição perdeu a relevância e o jornal, sua influência.

Roberto Irineu: Como vocês leem o jornal? No papel? Começam pela primeira página? Eu começo pela primeira página e vou para a última e volto ao contrário, exatamente igual a você. Cada um de nós tem uma maneira de gostar do jornal. Tem gente que vai direto na página de editorial e tem gente que vai direto num outro lugar. Então, pode ser que no futuro mais pessoas passarão a ir direto a determinadas coisas, mas, para mim, a primeira página do jornal é fundamental, porque me dá a importância de cada uma das matérias.

Valor: Sim, mas na internet quem vai, por exemplo, no Esporte, depois do Esporte vai para a primeira página do jornal ou não. O impresso, além de dar a informação que você está

procurando, dá satisfação de encontrar coisas que você não estava procurando. Isso a internet dificilmente vai dar, porque o formato é diferente.

João Roberto: A garotada lê jornal pelo Facebook, entra no nosso site a partir do Facebook, mas entra, lê aquela notícia e sai. A gente está desenvolvendo, o mais possível, técnicas para que entre e encontre aí ramificações para ir a outras partes do nosso site. Na internet, o jornal agora está tendo que colocar imagem, filmes, som. Isto é, está sendo mais que um jornal. Está sendo quase multimídia, gráficos interativos... O jornal ficou muito mais complexo.

Roberto Irineu: No início dos anos 2000, a grande discussão era "a internet é uma nova mídia ou é simplesmente uma plataforma de distribuição das outras mídias?" Eu gastei um mês em uma tese sobre esse tema e nem me lembro se concluí uma coisa ou outra... Mas, definitivamente, não é uma mídia própria. A mídia é o que está ali dentro. A internet é uma belíssima plataforma.

Valor: Mas muda o conteúdo. O caráter...

Roberto Irineu: Pode mudar. Como ela oferece muito mais possibilidade de exposição do conteúdo, ela muda o conteúdo, porque ela permite que você enriqueça o conteúdo.

Valor: A natureza do meio muda o conteúdo.

Roberto Irineu: A natureza do meio permite interatividade, permite uma série de coisas que mudam o conteúdo. É essa tarefa que a gente tem que arrumar o jeito e o talento... E está aí, o pessoal está trabalhando como poucas vezes vi na Globo, em todos os setores, em gestão, inclusive.

Valor: Porque enfrenta um futuro totalmente desconhecido, ninguém sabe para onde vai isso.

Roberto Irineu: Olha, os meios tecnológicos não têm limite. Enquanto era analógico tinha. Depois que virou digital, não tem. Atualmente estão vendendo por US\$ 15 ou US\$ 30 um computadorzinho que é mais potente do que era qualquer computador dos anos 90 e é menor que um maço de cigarro, do tamanho do seu gravador. O que vai ser determinante é o hábito das pessoas. Fazemos, de dois em dois anos, um seminário para discutir o futuro. Há algum tempo a gente proíbe projeção de PowerPoint. O primeiro foi em 2006, quando acabou a reestruturação financeira. Fui para Roma falar com um amigo, Domenico de Masi. Queria saber como seria a sociedade em 20 anos, em 2025. Ele fez uma apresentação com grandes tendências. Ele tem um livro chamado "O Futuro Chegou", que surgiu durante esse seminário. Queríamos saber como seria o comportamento da família, se vai ficar junta durante mais tempo, ou se os filhos vão sair de casa aos 20 anos, ou 18 anos. Porque o comportamento das pessoas e a maneira como vão interagir com a realidade em volta é que passam a ser determinantes de como vão

se divertir, como é que vão se entreter, como é que vão se informar... Ele disse coisas interessantes que ficaram na minha cabeça. A primeira é que os filhos vão sair de casa muito mais tarde, por volta de 28, 30 anos. Ou seja: só vão sair quando o pai resolver colocá-los para fora de casa. A segunda coisa é que as famílias vão se voltar muito para dentro de casa. A terceira é que filhos só vão ter empregos quando os pais se aposentarem, porque o número de emprego não será suficiente para toda a população. Ah! Disse que o mundo será mais gay. Os anúncios de roupa para homem são muito mais gays do que "A fundação nasceu da convicção, do meu pai, de que a comunicação tinha uma colaboração maior a dar, ao promover a educação", diz José Roberto as roupas que a gente usava, é tudo apertadinho e agora as pessoas se raspam todas... [Risos] Mas é assim! Os homens querem parecer femininos e as meninas querem parecer... Vai tudo ficando muito igual. E por aí ele foi dando várias tendências. Esse estudo que a gente repete a cada dois anos, cada vez com um formato diferente, é muito mais determinante para nós do que a tecnologia em si. A alta qualidade da HD e o preço da televisão caindo estão fazendo com que a televisão volte para a sala de visitas. Em um futuro muito próximo, estamos falando aí de cinco anos no máximo, a televisão vai ser uma tela que você vai colar na parede, você desenrola, cola, corta do tamanho que você quiser e pluga... (o erro nesta resposta é da própria fonte que disponibilizou a entrevista).

Valor: Todos foram cada um para seu quarto. Voltam a se reunir na sala?

Roberto Irineu: Na minha casa, cada um tem no seu quarto sua televisão, seu computador, cada um vai para o seu quarto. Tem certa hora em que começam a voltar, para ver o filme junto, a novela, um programa. Se isso é uma tendência real, é muito mais determinante do que o iPad, iPod. O desafio é: me descreva o mundo daqui a 20 anos.

Valor: Hoje, com a internet, não há mais barreiras para atuação de empresas estrangeiras. As leis ficaram obsoletas.

Roberto Irineu: Por isso que estava dizendo: os desafios da televisão, que eram imensos há 20 anos, eram mínimos se comparados aos desafios de hoje, que são exatamente essa invasão. Não tem fronteiras mais, você tem 200 canais fechados, dos 200 acho que 50 são produzidos no Brasil, se tanto... O resto é invasão, canais mundiais, empresas muito maiores, que faturam US\$ 80 bilhões/ano.

Valor: Dá para competir com essas empresas?

Roberto Irineu: Eu acho. Os americanos têm uma sabedoria e ganham muito dinheiro, sabem produzir um produto internacional. É praticamente impossível competir com americano para fazer um produto blockbuster. Eles sabem produzir esse filme internacional de grande sucesso, seriados também. A

competência da Globo é saber produzir um produto muito brasileiro. Nunca seremos um blockbuster no exterior porque produzimos para o Brasil. Se queremos ser um blockbuster no exterior, temos que aprender a fazer produto internacional. Aí perdemos um pouco do público brasileiro.

Valor: Pretende abrir o capital do grupo ou de alguma das empresas?

Roberto Irineu: No futuro poderemos pensar em abrir parte de nosso capital no Grupo Globo com a família mantendo o controle, mas isso não faz parte dos planos a curto prazo. Entendemos que um grupo de mídia, ao ser fechado, preserva grande vantagem competitiva. Podemos planejar o futuro e fazer apostas a longo prazo sem ter que mostrar bons resultados a cada trimestre.

Valor: Desde sua origem, a empresa sempre teve forte ligação com a comunidade. Como é, na atualidade, a relação da Fundação Roberto Marinho com a cidade do Rio de Janeiro?

José Roberto Marinho: A fundação participa, neste momento, de dois projetos no Rio: o Museu do Amanhã, na região portuária, e a nova sede do Museu da Imagem e do Som, o novo MIS, na praia de Copacabana. Um é um museu de ciências, o outro é dedicado à cultura. E os dois se unem ao MAR, Museu de Arte do Rio, que teve também criação e implantação da fundação e completou dois anos neste mês. Este se dedica às artes visuais, como um conjunto de museus que são âncoras em suas áreas geográficas e de atuação. A fundação trabalha no país inteiro para preservar a memória e o patrimônio material e imaterial. Mas o Rio é a nossa origem, onde a fundação foi criada, há quase 40 anos. Participamos da recuperação e acessibilidade do Cristo Redentor, da revitalização do Jardim Botânico, da restauração de igrejas populares, como o Convento de Santo Antônio e a Antiga Sé um projeto que marcou as comemorações dos 200 anos da chegada da Família Real ao Brasil, entre tantas outras iniciativas.

Valor: Como colabora nas áreas de educação e cultura?

José Roberto: A educação é a razão de ser de todos os nossos projetos. A fundação nasceu da convicção, do meu pai, de que a comunicação tinha uma colaboração maior a dar, ao promover a educação. Dessa convicção nasceu o Telecurso e esta é também a diretriz para nossa atuação em cultura e preservação do patrimônio histórico, porque conhecer a história e a cultura do Brasil é uma forma de educação. Além da educação básica, a empregabilidade de jovens e adultos é uma preocupação da fundação. Os programas Aprendiz Legal e Qualifica são iniciativas que oferecem a chance do primeiro emprego e a qualificação profissional inclusive para jovens que cumprem medidas socioeducativas, valorizando o empreendedorismo e a autonomia. Na educação ambiental, levamos o projeto Florestabilidade a seis Estados da Amazônia para estimular o uso sustentável da floresta. Temos ainda o Canal Futura, que

nasceu da nossa experiência em articular parcerias com instituições públicas e privadas e utilizar as melhores técnicas audiovisuais a serviço da educação. O Futura combina uma programação que aborda temas relevantes, como infância, juventude, saúde e cidadania, a ações de mobilização social em todo o país.

Valor: Depois de iniciativas de grande impacto, como o Museu da Língua Portuguesa, a Casa França Brasil, o Centro da Cultura de Paraty, o Museu de Arte do Rio, o Paço do Frevo e outros, em que empreendimentos está trabalhando a fundação?

José Roberto: Estamos preparando o Museu do Amanhã e o MIS, dois projetos que chegam num momento muito especial para a cidade e para o carioca, com os 450 anos e a Olimpíada. O Museu do Amanhã aborda, na minha opinião, um dos grandes temas atuais: o chamado antropoceno, uma época em que o homem se tornou uma força capaz de gerar impacto no planeta, alterando o clima, degradando biomas e interferindo nos ecossistemas. O museu está sendo construído no Píer Mauá, uma das portas de entrada da cidade, junto aos Morros da Conceição e de São Bento. O Museu da Imagem e do Som é a cara do que a fundação faz: um museu em que o audiovisual é o próprio acervo e o Rio de Janeiro é o tema. Esses dois museus são herdeiros das gratificantes experiências que tivemos em São Paulo, onde participamos da revitalização de dois prédios históricos que hoje abrigam dois dos museus mais visitados do país: o Museu da Língua Portuguesa, na Estação da Luz, e o do Futebol, no estádio do Pacaembu.

Valor: Quais são os resultados da experiência do Telecurso?

José Roberto: Mais de sete milhões de estudantes já conseguiram terminar seus estudos pelo Telecurso, e 40 mil professores se formaram pela metodologia do programa, que valoriza a construção coletiva do conhecimento e a autonomia e utiliza os melhores recursos da comunicação para promover a educação. O Telecurso é hoje política pública reconhecida pelo MEC.

Desafios de um veículo poderoso

O maior e mais poderoso veículo de comunicação do país, a Rede Globo, completa 50 anos no domingo. Chega a 99% dos lares brasileiros por meio de suas cinco emissoras e 118 retransmissoras. Sua audiência supera facilmente a da concorrência. A receita de publicidade ultrapassa a de todas as outras redes somadas. É considerada a segunda maior cadeia de televisão do mundo, atrás unicamente da americana ABC e na frente das também americanas NBC, CBS e Fox. Há alguns anos, o seu então diretor-geral Octávio Florisbal se orgulhava de que a audiência do "Jornal Nacional" era maior que a dos telejornais das quatro principais cadeias dos Estados Unidos juntas.

A influência da rede se estende tanto à vida social, através das novelas, como à vida política por meio do "Jornal Nacional" e dos programas de telejornalismo. Seu fundador, Roberto Marinho (1904-2003), dono também do jornal "O Globo", chegou a ser consultado por presidentes da República antes de nomearem ministros. Quando o presidente eleito Tancredo Neves convidou Antônio Carlos Magalhães para a pasta das Comunicações, Ulysses Guimarães, homem forte da transição democrática, disse que o PMDB romperia com ele. Tancredo bateu na sua perna e disse: "Olha, Ulysses, eu brigo com o papa, eu brigo com a Igreja Católica, eu brigo com o PMDB, eu brigo com todo mundo, eu só não brigo com o doutor Roberto".

Mas a predominância e influência no passado e no presente não garantem à Globo futuro tranquilo. O mundo das comunicações encontra-se num redemoinho provocado pela digitalização, que vem afetando não apenas os jornais, mas os outros meios tradicionais, como revistas, rádio e TV aberta, que perdem leitores, ouvintes e espectadores. A TV aberta tem que disputar espectadores e anunciantes com a TV por assinatura, a TV pela internet e a TV móvel.

A Globo começou a funcionar em abril de 1965, mas o interesse de Roberto Marinho pela televisão é muito anterior. Nos últimos dias do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, em 5 de janeiro de 1951, a Rádio Globo entrou com pedido de concessão de uma emissora de televisão. Foi aprovado por Getúlio Vargas, que assumia pela segunda vez a Presidência da República. Dois anos mais tarde Vargas revogava a concessão. Em 1957, porém, o presidente Juscelino Kubitschek aprovou de novo o pedido. Outra concessão, para operar em Brasília, foi dada em 1962 por João Goulart. O presidente Ernesto Geisel negou pedidos para emissoras em João Pessoa e Curitiba.

Roberto Marinho começou a instalação da Globo em 1961 e no ano seguinte se associou ao grupo de mídia americano TimeLife. Assinou acordos de parceria e assistência técnica, sem envolver participação acionária, pelos quais pagaria 45% do lucro líquido da emissora do Rio mais 3% do faturamento em conceito de assistência técnica, até um total de 49% dos lucros. Os americanos fizeram adiantamentos mediante a garantia de promissórias.

Os primeiros tempos foram difíceis. A Globo era a última em audiência das quatro emissoras do Rio. Seu diretor-geral, Rubens Amaral, que dirigira a Rádio Globo, não tinha experiência de televisão. Os gastos cresciam muito mais que a receita. Os irmãos de Roberto Marinho, Ricardo e Rogério, preocupados com os problemas iniciais, decidiram sair. Roberto tornou-se o único dono da TV Globo.

Inesperadamente, e sem avisar seus parceiros americanos, Marinho comprou a TV Paulista, Canal 5, de São Paulo, das Organizações Victor Costa, que estava em péssima situação financeira e técnica e em último lugar no ranking da audiência.

Um executivo que a TimeLife mandou ao Rio, Joe Wallach, comentou que o desentendimento interno na Globo era total, "ninguém mandava em ninguém"; não existia planejamento nem sequer orçamento. A audiência não decolava e com frequência era "traço" inferior a um ponto. Sua opinião sobre a televisão

brasileira: "São loucos. Todos loucos". Racionalizar a gestão levou anos. Ele ganhou a confiança de Marinho.

Roberto Marinho entendia muito de jornal, sua grande paixão, mas nada de TV. Seu mérito foi reconhecer que não entendia, procurar quem entendesse, não interferir e controlar tudo a distância. Contratou Walter Clark Bueno, um jovem de 29 anos, com salário inferior ao que ganhava na TV Rio, seu emprego anterior, mas receberia 1% do faturamento. Com o crescimento da empresa, Clark ficou rico. "The New York Times" escreveu que ganhava mais que os presidentes da General Motors e da Ford. Segundo Wallach, tornou-se o executivo mais bem pago do mundo.

Clark recebeu carta branca. Sua principal contribuição foi a programação, a organização da grade. A emissora precisava desesperadamente de índices de audiência e ele lançou programas popularescos. A Globo deu um salto no verão de 1966, quando o Rio foi castigado por chuvas torrenciais e muitas pessoas morreram. Clark mandou instalar câmeras na marquise do prédio, frente a uma favela, que durante três dias, com transmissão contínua e boa narração, registraram a tragédia e o desespero das pessoas. Lançou uma campanha que recolhia cobertores, roupa, alimentos e remédios para os desabrigados. A emissora passou a ser vista de maneira diferente pelos cariocas.

Clark era considerado o melhor programador da TV, mas reconheceu: "Eu organizava perfeitamente o cardápio, mas não era 'expert' na cozinha". Contratou o melhor mestre-cozua imaginável: José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, que se encarregou da produção. Com ele, extremamente rigoroso, a qualidade dos programas deu um enorme salto.

A Globo passava por momentos difíceis por causa da TV Paulista, canal 5. Era a última em audiência e perdia muito dinheiro. O transmissor mal funcionava e não cobria todos os bairros. O único caminhão de externas ganhou o apelido de "Globossauro". Os oficiais de Justiça batiam na porta, para levar o terreno e o transmissor. O sindicato ameaçava entrar em greve. Um dia, Dercy Gonçalves abandonou a gravação e voltou para o aeroporto: só gravava depois de receber. No Rio também havia atrasos por causa dos problemas em São Paulo.

Os banqueiros salvaram a situação. José Luiz de Magalhães Lins, do Banco Nacional, emprestou 400 milhões de cruzeiros, que só seriam quitados muitos anos depois. Quando a TV Globo ainda lutava pela sobrevivência, teve que enfrentar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) por causa de seu contrato com a TimeLife. A origem foi um desentendimento com Carlos Lacerda, então governador do Estado da Guanabara. Houve um momento em que Marinho se sentiu ofendido e tomou de um revólver, disposto a atirar em Lacerda que, avisado, saiu de sua casa a tempo.

Roberto Irineu lembra que seu pai era muito forte, mas tímido. Nunca foi bom orador e ficava em casa ensaiando como ia aparecer na TV para responder às acusações de Lacerda. "Ele realmente tinha dificuldade para falar em público, a mesma que tenho." Lacerda era um grande orador e seus "discursos não eram brincadeira não, eram terríveis! E coitado do papai, respondendo, sendo um péssimo orador".

Lacerda pediu ao ministro da Justiça o fechamento da emissora. Segundo uma surpreendente afirmação de Walter Clark, Andrew Heiskell, presidente do conselho de administração da TimeLife, lhe disse que foi o próprio Lacerda quem lhe recomendara o acordo com Roberto Marinho.

A campanha de Lacerda teve enorme ressonância. Uma CPI concluiu que os contratos com a TimeLife feriam a Constituição. No entanto, uma comissão instalada pelo presidente Castello Branco interpretou que os contratos da TV Globo eram legais. Mas foi aprovada uma lei que proibia acordos semelhantes no futuro.

Preocupada com o fato de ser objeto de uma comissão de inquérito constituída por causa de uma associação que lhe dava prejuízo, a TimeLife parou de mandar dinheiro já em 1966 e quis sair do Brasil. Tinha colocado uns US\$ 6 milhões na emissora. Marinho viu uma oportunidade de cortar seus vínculos com os americanos. Negociou um acordo pelo qual recebia um desconto sobre a dívida, que seria paga em prestações. Conseguiu um empréstimo do então First National City Bank, de Nova York, atual Citibank, com o aval do Banco do Estado da Guanabara, que hipotecou todos os bens de Marinho. Para pagar essa dívida, ele enfrentaria momentos dramáticos.

Segundo Luiz Eduardo Borgerth, diretor da empresa, com a CPI, a TV Globo ganhou na sorte grande. Nenhum concorrente podia fazer acordo semelhante ao que a beneficiou. E Marinho se livrava de um parceiro que levaria quase metade dos lucros futuros do negócio. A emissora começou a ter lucro em 1971.

No fim dos anos 60, a Globo ganhava musculatura. A junção de Clark na estratégia e na programação, de Boni na produção e de Wallach na administração, deixados livres para operar por Marinho, foi, certamente, a turbina que fez a Globo decolar. Em 1969 era líder de audiência no Rio e em São Paulo.

Em julho de 1969, em menos de 48 horas, três incêndios em São Paulo destruíram as instalações da Record, Globo e Bandeirantes. Essa extraordinária coincidência nunca foi esclarecida. A hipótese mais provável é a de terrorismo. Mas a ditadura não podia admitir que os incêndios fossem obra da guerrilha e as cláusulas de seguro das emissoras não previam a sabotagem. Todo mundo fingiu acreditar em acidentes. A indenização reforçou as finanças das empresas. Segundo Clark, os jovens idealistas de esquerda deram o empurrão que faltava à Globo. Em 1971, a emissora enfrentaria outro incêndio, dessa vez no Rio, e outro, muito maior, em 1976.

Para Clark e Boni, o futuro da TV estava na operação em rede, como ocorria nos Estados Unidos. No Brasil, as Emissoras Associadas, espalhadas pelo território nacional, tinham todas as condições para funcionar em rede, mas lhes faltara visão e estratégia.

A Globo utilizou o serviço de microondas instalado pela Embratel, a estatal de comunicações de longa distância, para expandir-se no interior paulista e para mandar, inicialmente, seus sinais a emissoras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, seguindo o tronco Sul da Embratel. O primeiro programa em rede foi o "Jornal Nacional". Entrou no ar em 1º de setembro de 1969 e, apesar da complexidade

operacional da transmissão, não houve falhas: "E o Boeing decolou", escreveu Armando Nogueira, seu editor. Mas já nasceu censurado: não pôde colocar no ar a reportagem sobre o derrame do presidente Costa e Silva e se limitou a dar a nota oficial.

O "Jornal Nacional" tornou-se excelente fonte de receita e uma das principais, se não a principal fonte de informação do país, conseguindo uma extraordinária influência, o que o tornou alvo constante da censura. Os militares ficavam irritados até pela entonação de voz de Cid Moreira lendo as notícias. Havia um censor permanente na redação e em mais de uma ocasião ameaçaram tirar a licença da emissora. O peso da censura era proporcional à audiência. Ao presidente Emílio Médici é atribuída a frase: "Fico feliz todas as noites quando assisto ao noticiário. Porque, no noticiário da Globo, o mundo está um caos, mas o Brasil está em paz" como se ele ignorasse que a censura não permitia à emissora dar uma visão mais realista do que acontecia no país.

Alguns dos profissionais comentaram que a beleza plástica do telejornal não era acompanhada pelo conteúdo. Segundo Nogueira, "trabalhávamos em cima da técnica e da estética, deixando de lado, um pouco, a ética de fazer jornalismo". No fim da ditadura, a redação teve que se adaptar à abertura política. Se antes sabiam o que não podiam dizer, depois tiveram que aprender a contar o que podiam dizer.

Na opinião de Renato Janine Ribeiro, atual ministro da Educação, "o 'Jornal Nacional' mostrava políticos, em geral nordestinos, que depois de servir a todos os ditadores haviam se reciclado com a volta da democracia. Apareciam como grandes homens da República. Meia hora depois, a principal novela da mesma Globo expunha clones deles como emblemas do que há de pior em nossa sociedade".

As telenovelas foram outro pilar na construção da Globo. Clark convenceu a cubana Gloria Magadán, famosa por seus dramalhões delirantes, a escrever novos folhetins fantasiosos para a emissora, que depois foram substituídos pelos enredos mais elaborados e mais bem construídos de Janete Clair. Ela e seu marido, Dias Gomes, irritavam os militares e foram visados pela censura. Num capítulo de "O Bem Amado", de Dias Gomes, um censor mandou retirar a palavra "coroné" sempre que alguém a pronunciava umas 30 vezes num capítulo para evitar que o "coronel" Odorico Paraguaçu, um político corrupto, fosse confundido com um coronel do Exército.

Pior foi o destino de "Roque Santeiro", também de Dias Gomes. Depois da aprovação da sinopse da novela e da gravação de 36 capítulos, a censura fez cortes e não autorizou que fosse ao ar no horário previsto. Roberto Marinho mandou ler um editorial no "Jornal Nacional" denunciando a censura. Só em 1985 "Roque Santeiro", regravada, seria exibida na TV. O último capítulo deu um pico de 100% de audiência. De 1968 a 1988, praticamente todas as novelas tiveram algum problema com a censura.

A produção das telenovelas brasileiras é vista com surpresa no exterior. Roberto Irineu Marinho diz que, quando trabalhava na rede americana ABC, o famoso produtor Fred Silverman não podia acreditar que a Globo encerrasse novelas com mais de 40% de audiência nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Austrália, as "soap operas" chegam a durar décadas. "Por que vocês não continuam?" Marinho tentou

explicar que, depois dos 40%, um dia a audiência cai e vai dar 10%, e levantar de novo nesse horário a audiência para 40% é muito difícil. "Mas isso na cabeça dele não funcionava."

A atitude da Globo durante a ditadura foi um reflexo das relações de Roberto Marinho com o poder. Conservador, ele apoiara o golpe de 1964, pois tinha medo do comunismo e contribuiu para a consolidação do regime militar. Não ignorou as arbitrariedades do sistema, embora não o combatesse, e não se curvava aos militares. Percebeu que o sistema não duraria para sempre. Partia do raciocínio de que os generais passam, mas a Globo fica.

Roberto Marinho contratou jornalistas de diversas ideologias e se recusou a demiti-los quando pediram suas cabeças. Ao compositor e ator Mário Lago, notório comunista, Marinho disse em tom de brincadeira: "Se os comunistas assumirem o poder, peça para me enforcarem com uma corda de seda... bem fininha".

Segundo Clark, os "duros" da repressão odiavam a altivez imperial de Roberto Marinho. Os governos militares acharam que ele se tornara poderoso demais e estimularam a criação de redes alternativas de televisão. Grupos de extremistas ligados ao regime fizeram um atentado à bomba contra Marinho em sua residência, que, por incompetência, não foi bem sucedido. A censura proibiu publicar a notícia.

Com o fechamento da Excelsior e a decadência das Emissoras Associadas, a TV Globo, firmemente consolidada, se tornara um excelente negócio. O número de domicílios com aparelho de televisão aumentava de maneira contínua. Passou de 4,3 milhões, em 1970, que representavam 24,1% do total, para 14,1 milhões (56,1%) em 1980 e 26,2 milhões (73,7%) em 1990 e chegaria a 38,9 milhões (87%) em 2000 e a 61 milhões (97,2%) em 2013. A emissora estava em quase todos os lares graças à construção da Rede Globo, que tinha afiliadas nas principais regiões do país.

No mercado interno, a Globo decidiu diversificar suas atividades entrando na televisão por assinatura, que nos anos 90 parecia um negócio promissor e estava em crescente expansão no mundo inteiro. Em 1994 havia no Brasil apenas 400 mil assinantes, que chegaram a 1,8 milhão dois anos mais tarde, com uma penetração de 4,7% dos domicílios com TV, uma das mais baixas do mundo.

Um relatório de 1996 do Serviço Comercial dos Estados Unidos no Brasil afirmava que o mercado da TV paga local era o mais atraente da região e estava preparado para um "crescimento dramático". Alguns analistas projetaram de 6 a 7 milhões de assinantes em 2002 e a Anatel, a entidade reguladora das comunicações, esperava 10,1 milhões para 2003, com uma penetração de 21,1%, e 16,5 milhões em 2005.

A Globopar, holding do grupo, investiu pesadamente na Globo Cabo e na televisão por satélite Sky. Tornou-se a maior operadora de TV paga do país. Mas o mercado não cresceu como se esperava. Em 2002 tinha apenas 3,5 milhões de assinantes, com uma penetração de 8% dos domicílios com TV. Na Argentina a penetração era de 69%; no Chile, de 24%; e na média da América Latina, de 17,6%.

Um estudo do BNDES apontava os preços elevados das mensalidades e a programação da TV aberta como um obstáculo à TV paga. Observou também que o setor cometera o equívoco de não direcionar seus esforços à grande massa dos espectadores da classe C.

No fim dos anos 90, a Globopar se endividara em excesso, principalmente em dólares. Em 2002, com a desvalorização do real e a crise econômica, a empresa sentiu a pressão dos credores e vendeu ativos apressadamente, entre eles bens da família, a casa de Roberto Marinho em Angra dos Reis, fazendas, terrenos, as ações da Sociedade Independente de Comunicação (SIC), portuguesa, e a participação em diversas emissoras afiliadas à Rede Globo, por preços bem inferiores a seu valor real.

Em outubro de 2002, a Globopar entrava em moratória. Nesse ano, o balanço mostrava um patrimônio negativo de R\$ 3,5 bilhões, prejuízo operacional de R\$ 5,6 bilhões e déficits acumulados de R\$ 6,9 bilhões. A dívida era de R\$ 4,6 bilhões. Net, Sky, Infoglobo, holding dos jornais do grupo, e o sistema de rádio iniciaram renegociações separadas.

A Globopar precisou renegociar dívidas de US\$ 1,7 bilhão, avalizadas pela TV Globo. As conversações foram difíceis. A Globopar e a TV Globo se fundiram numa nova sociedade, a Globopar Comunicação e Participações. Com a reativação da economia, a nova Globopar conseguiu pagar o serviço da dívida sem recursos de órgãos oficiais ou do BNDES, diz Roberto Irineu. Um ano depois da renegociação, em 2006, antecipou alguns pagamentos.

Como disse João Roberto Marinho ao Valor, o grupo aproveitou a reestruturação financeira para fazer uma grande reorganização, melhorando o planejamento e a gestão, o que aumentou a eficiência. E mudou a estratégia. O grupo, que antes tinha negócios como banco, seguradora, imóveis, telefonia celular e operadora de TV por assinatura, decidiu concentrar-se no que acha ser sua vocação: fazer conteúdo, empacotá-lo e programá-lo para distribuição por diversos canais. Hoje, para adaptar-se ao mundo digital, o grupo está investindo R\$ 3,5 bilhões em cinco anos, R\$ 3 bilhões na TV e R\$ 500 milhões no jornal negócios fora da mídia. Na definição de João Roberto: "Somos contadores de histórias, somos produtores de conteúdo". Distribuição, segundo ele, é um negócio diferente, do setor de telecomunicações.

Roberto Marinho, o fundador da rede, morreu em 2003. Ele preparara a sucessão. Seus três filhos, que já estavam no comando, herdaram uma empresa em que, como disse João Roberto no ano passado numa entrevista ao Valor, "o dono era uma referência de todo mundo. Para onde ele apontava, todos iam. (...) Nenhum de nós queria ser Roberto Marinho, ter uma imagem pública forte. Queríamos ter uma atitude mais discreta", e trabalharmos os três juntos.

Roberto Irineu Marinho tornou-se presidente do grupo e seus irmãos João Roberto e José Roberto, vice-presidentes. Ficaram na orientação estratégica e delegaram a gestão executiva. Segundo Roberto Irineu: "Quando as Organizações Globo tinham apenas um acionista, a governança era simples, por ser centralizada em meu pai. Depois viemos nós, João Roberto, José Roberto e eu, com um modelo de

gestão colegiada, mais tarde substituído pelo modelo atual, com um conselho de administração e uma presidência executiva do grupo, exercida por mim".

No futuro, o grupo poderá abrir o capital, com a família mantendo o controle, mas por enquanto essa possibilidade não faz parte dos planos. Hoje, diz Roberto Irineu, um grupo de mídia fechado tem uma grande vantagem competitiva, pois pode planejar o futuro e fazer apostas a longo prazo, sem mostrar bons resultados a cada trimestre.

Os membros das novas gerações da família se tornam acionistas da holding de controle, a OGP, quando têm 25 anos. Hoje são dez acionistas. Há um programa de formação e carreira para os que pretendem trabalhar no grupo. Dois membros da quarta geração cumpriram o programa e são executivos de empresas do grupo.

A Globo tem tido boas relações com os governos do PT, assim como teve com os governos anteriores. Roberto Irineu lembra que sempre houve um discurso político do PT de crítica à imprensa, de regulação "como se não houvesse uma regulação extensíssima no nosso setor". Mas no dia a dia, na relação com o ministério [a Secretaria de Comunicação SocialSecom], nenhum problema, diz ele. "Nós sempre tivemos uma relação ótima durante tanto o governo Lula quanto o governo Dilma. Nenhum problema." No entanto, depois do mensalão, a empresa passou a ter uma presença de fiscais como nunca houve antes. Desde então, há um "fiscal [da Receita Federal] residente" numa sala da Globo. "Vocês nunca ouviram essa expressão antes, 'fiscal residente', né?"

Os governos do PT não alteraram significativamente as verbas publicitárias. A TV Globo recebe do governo um pouco menos anúncios, proporcionalmente, que do setor privado. Foi assim com José Sarney, Fernando Henrique Cardoso. No governo Lula, a partir da estratégia adotada por Franklin Martins na Secom, de canalizar mais publicidade para os veículos do interior, anunciada "de forma transparente", como assinala Roberto Irineu, a proporção de anúncios para a Globo caiu ligeiramente. Mas não foi muito diferente do que era.

"Acho até que o governo sempre tem um pouco de medo de parecer que está beneficiando a Globo", afirma. Acrescenta que é muito pequena a dependência da verba do governo e que o total da União, dos Estados, das empresas estatais representa 5% da receita. Segundo ele, "a publicidade vai para o veículo que é mais eficiente para vender o produto do cliente. Ou seja: a Ford ou a Fiat não vão botar dinheiro num lugar onde ela não vende como produto. Se anuncia e concentra na Globo, não é porque a Globo é bonitinha ou porque tem 'império'. É porque é o veículo mais eficiente para ela".

A TV Globo vem crescendo rapidamente. Em 2006, a Globopar teve uma receita operacional líquida de R\$ 4,8 bilhões; em 2010, de R\$ 11 bilhões; e em 2014, de R\$ 16,2 bilhões. Este ano, porém, está muito difícil e o grupo calcula perder faturamento e rentabilidade, disse Roberto Irineu. A queda já era esperada, e as diversas empresas se prepararam para isso, mas os efeitos da corrupção nas estatais não foram previstos.

O desempenho do grupo é invejável, mas não garante o futuro no longo prazo, que depende da capacidade de adaptação da televisão à concorrência do novo mundo digital. Por enquanto, a TV aberta vem mostrando uma solidez inesperada. Apesar da queda de audiência, tem conseguido convencer os anunciantes de que é o melhor veículo de massa disponível e cobra caro por isso. Nos Estados Unidos, as redes abertas aumentam consistentemente suas tabelas de publicidade e suas receitas.

No Brasil, a TV aberta recebe dois terços de toda a publicidade feita no país. Além disso, as redes obtêm uma boa receita vendendo programação para as operadoras de TV por assinatura e da internet. A Netflix, por exemplo, paga cerca de US\$ 3 bilhões por ano pela exibição de filmes e seriados, mas tanto ela como a Amazon TV, por exemplo, estão aumentando a produção própria. No Brasil, a Globo, embora em números absolutos mantenha elevado o número de espectadores, em razão do aumento da população e do número de domicílios com televisão, em termos relativos à audiência vem caindo, embora mantenha uma folgada liderança no mercado.

A TV aberta e a TV paga são ferozes concorrentes na disputa pela atenção dos telespectadores e os canais de TV aberta já perderam participação na audiência total para os mais de 200 canais da concorrência.

Mas a TV por assinatura, que cresceu de 2,8 milhões de assinantes em 2000 para quase 20 milhões hoje, é um excelente mercado para o conteúdo da Globo. Quanto mais cresce a TV paga, mais a Globosat, seu principal fornecedor, fatura com a venda de programas. Além disso, a maior audiência na TV paga é da Globo. Em 2014, no universo dos assinantes dessa TV, quatro em cada dez lares com a TV ligada estavam sintonizados na Globo no "prime time".

Como disse uma vez Florisbal: "Acho que o pessoal da Globosat não vai gostar, mas 70% da audiência das TVs pagas (...) é das emissoras abertas e com predominância da Rede Globo". Segundo Roberto Irineu Marinho, "quem é produtor de conteúdo de qualidade só pode celebrar a multiplicação de plataformas" de distribuição. O hábito de consumo do espectador já mudou um pouco e mudará mais, mas, de acordo com ele, o bom conteúdo permanece.

A venda de programação está se tornando uma crescente fonte de renda para o Grupo Globo. Hoje, a receita obtida com o conteúdo cresce mais rapidamente que a venda de anúncios. Mas enfrenta uma forte concorrência de grupos multinacionais, como o CBS e o NBC, que faturam R\$ 80 bilhões por ano, diz Roberto Irineu.

A Globo prepara conteúdo para a própria plataforma na internet. Opera diretamente na rede com a GloboTV+, que oferece por R\$ 12,90 mensais acesso completo, sem anúncios e sob demanda, a toda a programação da rede, como novelas, "reality shows", jornalismo, esporte etc., inclusive séries que saíram da programação, e o "Big Brother Brasil" 24 horas por dia. Por R\$ 9,90, permite acesso às novelas sem cortes nem anúncios. Conta também com a Globosat Play e o Telecine Play. Na TV móvel, a Globo

desenvolveu aplicativos para a programação por "smartphones" e tablets. Lançou também o site Gshow de entretenimento, com comédias curtas produzidas pela emissora.

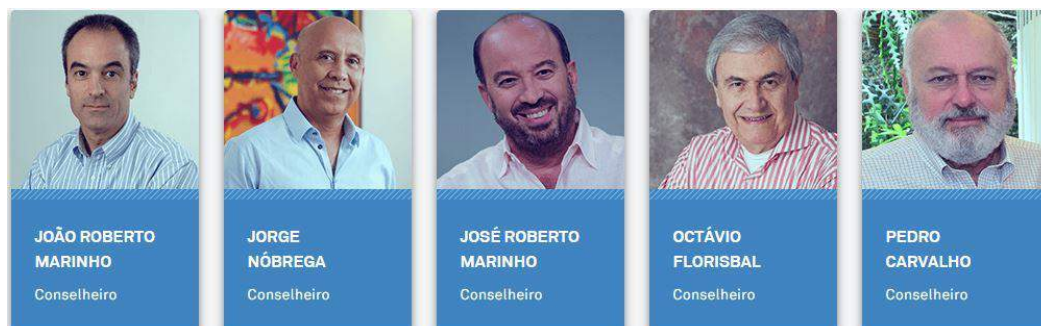
Para crescer e adaptar-se ao mundo digital, o Grupo Globo está investindo R\$ 3,5 bilhões em cinco anos, R\$ 3 bilhões na TV e R\$ 500 milhões no jornal. "Nós estamos fazendo uma grande revolução neste momento, na gestão e no processo criativo", diz Roberto Irineu.

Matías M. Molina é autor do livro "Os Melhores Jornais do Mundo", em segunda edição, e do recém lançado "**História dos Jornais no Brasil**" (Companhia das Letras).

E-mail: matias.molina@terra.com.br

GRUPO GLOBO. **Aos 50, TV Globo**. Disponível em: <http://www.grupoglobo.globo.com/noticias/entrevista_50_anos_tv_globo.php>. Acesso em: 15. nov. 2014.

ANEXO C – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO GRUPO GLOBO



Disponível em: <<http://www.grupoglobo.globo.com/>>. Acesso: 17. Set. 2015.

ANEXO D – EXECUTIVOS DO GRUPO GLOBO



ANEXO E – EMPRESAS DO GRUPO GLOBO



ANEXO F – “ESSÊNCIA GLOBO”: VISÃO E MISSÃO

ESSÊNCIA GLOBO

ESSÊNCIA É O QUE
CONTINUA VALENDO
ENQUANTO O MUNDO
VAI MUDANDO.



VISÃO
QUEREMOS SER O AMBIENTE
ONDE TODOS SE ENCONTRAM,
E ENCONTRAM INFORMAÇÃO,
DIVERSÃO E CULTURA,
INSTRUMENTOS ESSENCIAIS
PARA UMA SOCIEDADE QUE
BUSCA A FELICIDADE
DE TODOS E DE CADA UM.



MISSÃO
CRIAR, PRODUZIR E DISTRIBUIR
CONTEÚDOS DE QUALIDADE
QUE INFORMEM, DIVERTAM,
CONTRIBUAM PARA A EDUCAÇÃO
E PERMITAM AOS INDIVÍDUOS
E COMUNIDADES CONSTRUIR
RELAÇÕES QUE TORNEM
A VIDA MELHOR.

ANEXO G – “ESSÊNCIA GLOBO”: PRINCÍPIOS

TODAS AS NOSSAS OPINIÕES, DECISÕES E AÇÕES DEVEM SE SUSTENTAR EM NOSSOS PRINCÍPIOS. SÃO ELES QUE NOS DEFINEM, ASSEGURAM NOSSA INTEGRIDADE, NOSSA FORÇA E OS BONS RESULTADOS DOS NOSSOS NEGÓCIOS.



PAIXÃO POR COMUNICAÇÃO

A comunicação nos apasiona em todas as suas dimensões. Na elaboração do nosso trabalho, nos vínculos com o nosso público e no impacto positivo que pode proporcionar à sociedade.



BRASILIDADE

O Brasil é a nossa origem e a nossa fonte de inspiração. Acreditamos que a cultura brasileira tem uma contribuição a dar ao mundo.



ATITUDE OTIMISTA

Somos otimistas em nossas atitudes e em nossos objetivos; investimos num futuro melhor e nos comprometemos com ele, fazendo hoje todo o necessário para construí-lo.



TALENTO E LIDERANÇA

Desde a origem, nossa marca tem sido trabalhar com os melhores talentos e dar a eles condições para sua realização profissional. Esta é a base para se alcançar a liderança.



RESPEITO À DIVERSIDADE

O respeito ao outro, a valorização da diversidade e a convicção de que todos dependem de todos são componentes essenciais da nossa identidade.



QUALIDADE E INOVAÇÃO

Buscamos qualidade em tudo o que fazemos. Queremos que nosso público perceba nossos produtos como os melhores, os mais criativos e mais inovadores, atendendo às suas necessidades e superando suas expectativas.



ESTÉTICA

Somos comprometidos com a estética. Tudo que resulta deste compromisso encanta, educa e enriquece a vida das pessoas.



CRESCER JUNTOS

Nossa atuação deve ser benéfica para todos que se relacionam conosco e assim ser percebida.

ANEXO H – EVOLUÇÃO DA MARCA DA REDE GLOBO



2014



1965



1970



1974



1975



1988



1993



1995



2000



2005



2008

ANEXO I – NOVA MARCA DO GRUPO GLOBO

The logo for Grupo Globo features the word "GRUPO" in a thin, blue, sans-serif font. To its right is a stylized blue icon of a globe with a white dot at the top. To the right of the icon is the word "GLOBO" in a bold, blue, sans-serif font.

Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/organizacoes-globo-adotam-nova-marca-grupo-globo-13739502>>. Acesso em: 23. Set. 2015.

ANEXO J – EXIBIDORAS DA REDE GLOBO



Disponível em: <<http://comercial2.redeglobo.com.br/atlasdecobertura/Paginas/Home.aspx>>. Acesso em: 22. Set. 2015.

ANEXO K – PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

Desde 1925, quando *O Globo* foi fundado por Irineu Marinho, as empresas jornalísticas das Organizações Globo [*hoje Grupo Globo*], comandadas por quase oito décadas por Roberto Marinho, agem de acordo com princípios que as conduziram a posições de grande sucesso: o êxito é decorrência direta do bom jornalismo que praticam. Certamente houve erros, mas a posição de sucesso em que se encontram hoje mostra que os acertos foram em maior número. Tais princípios foram praticados por gerações e gerações de maneira intuitiva, sem que estivessem formalizados ordenadamente num código. Cada uma de nossas redações sempre esteve imbuída deles, e todas puderam, até aqui, se pautar por eles. Por que, então, formalizá-los neste documento?

Com a consolidação da Era Digital, em que o indivíduo isolado tem facilmente acesso a uma audiência potencialmente ampla para divulgar o que quer que seja, nota-se certa confusão entre o que é ou não jornalismo, quem é ou não jornalista, como se deve ou não proceder quando se tem em mente produzir informação de qualidade. A Era Digital é absolutamente bem-vinda, e, mais ainda, essa multidão de indivíduos (isolados ou mesmo em grupo) que utiliza a internet para se comunicar e se expressar livremente. Ao mesmo tempo, porém, ela obriga a que todas as empresas que se dedicam a fazer jornalismo expressem de maneira formal os princípios que seguem cotidianamente. O objetivo é não somente diferenciar-se, mas facilitar o julgamento do público sobre o trabalho dos veículos, permitindo, de forma transparente, que qualquer um verifique se a prática é condizente com a crença. As Organizações Globo [*hoje Grupo Globo*], diante dessa necessidade, oferecem ao público o documento “Princípios Editoriais das Organizações Globo” [*hoje “Princípios Editoriais do Grupo Globo”*].

É possível que, para a maioria, ele não traga novidades. Se isso acontecer, será algo positivo: um sinal de que a maior parte das pessoas reconhece uma informação de qualidade, mesmo neste mundo em que basta ter um computador conectado à internet para se comunicar.

Desde logo, é preciso esclarecer que não se tratou de elaborar um manual de redação. O que se pretendeu foi explicitar o que é imprescindível ao exercício, com integridade, da prática jornalística, para que, a partir dessa base, os veículos das Organizações Globo [*hoje Grupo Globo*] possam atualizar ou construir os seus manuais, consideradas as especificidades de cada um. O trabalho tem o preâmbulo “Breve definição de jornalismo” e três seções: a) Os atributos da informação de qualidade; b) Como o jornalista deve proceder diante das fontes, do público, dos colegas e do veículo para o qual trabalha; c) Os valores cuja defesa é um imperativo do jornalismo.

O documento resultou de muita reflexão, e sua matéria-prima foi a nossa experiência cotidiana de quase nove décadas. Levou em conta os nossos acertos, para que sejam reiterados, mas também os nossos erros, para que seja possível evitá-los. O que nele está escrito é um compromisso com o público, que agora assinamos em nosso nome e de nossos filhos e netos.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 2011

Roberto Irineu Marinho

João Roberto Marinho

José Roberto Marinho

BREVE DEFINIÇÃO DE JORNALISMO

De todas as definições possíveis de jornalismo, a que o Grupo Globo adota é esta: jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. Qualquer fato e qualquer pessoa: uma crise política grave, decisões governamentais com grande impacto na sociedade, uma guerra, uma descoberta científica, um desastre ambiental, mas também a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada, o surgimento de um buraco na rua, a descrição de um assalto à loja da esquina, um casamento real na Europa, as novas regras para a declaração do Imposto de Renda ou mesmo a biografia das celebridades instantâneas. O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade.

Antes, costumava-se dizer que o jornalismo era a busca pela verdade dos fatos. Com a popularização confusa de uma discussão que remonta ao surgimento da filosofia (existe uma verdade e, se existe, é possível alcançá-la?), essa definição clássica passou a ser vítima de toda sorte de mal-entendidos. A simplificação chegou a tal ponto que, hoje, não é raro ouvir que, não existindo nem verdade nem objetividade, o jornalismo como busca da verdade não passa de uma utopia. É um entendimento equivocado. Não se trata aqui de enveredar por uma discussão sem fim, mas a tradição filosófica mais densa dirá que a verdade pode ser inesgotável, inalcançável em sua plenitude, mas existe; e que, se a objetividade total certamente não é possível, há técnicas que permitem ao homem, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo.

É para contornar essa simplificação em torno da “verdade” que se opta aqui por definir o jornalismo como uma atividade que produz conhecimento. Um conhecimento que será constantemente aprofundado, primeiro pelo próprio jornalismo, em reportagens analíticas de maior fôlego, e, depois, pelas ciências sociais, em especial pela História. Quando uma crise política eclode, por exemplo, o entendimento que se tem dela é superficial, mas ele vai se adensando ao longo do tempo, com fatos que vão sendo descobertos, investigações que vão sendo feitas, personagens que resolvem falar. A crise só será mais bem entendida, porém, e jamais totalmente, anos depois, quando trabalhada por historiadores, com o estudo de documentos inacessíveis no momento em que ela surgiu. Dizer, portanto, que o jornalismo produz conhecimento, um primeiro conhecimento, é o mesmo que dizer que busca a verdade dos fatos, mas traduz com mais humildade o caráter da atividade. E evita confusões.

Dito isso, fica mais fácil dar um passo adiante. Pratica jornalismo todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar. O veículo cujo objetivo central seja convencer, atrair adeptos, defender uma causa faz propaganda. Um está na órbita do conhecimento; o outro, da luta político-ideológica. Um jornal de um partido político, por exemplo, não deixa de ser um jornal, mas não pratica jornalismo, não como aqui definido: noticia os fatos, analisa-os, opina, mas sempre por um prisma, sempre com um viés, o viés do partido. E sempre com um propósito: o de conquistar seguidores. Faz propaganda. Algo bem diverso de um jornal generalista de informação: este noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas. Produz conhecimento. O Grupo Globo terá sempre e apenas veículos cujo propósito seja conhecer, produzir conhecimento, informar.

É claro que um jornal impresso, uma revista, um telejornal, um noticiário de rádio e um site noticioso na internet podem ter diversas seções e abrigam muitos gêneros: o noticiário propriamente dito, os editoriais com a opinião do veículo, análises de especialistas, artigos opinativos de colaboradores, cronistas, críticos. E é igualmente evidente que a opinião do veículo vê a realidade sob o prisma das crenças e valores do próprio veículo. Da mesma forma, um cronista comentará a realidade impregnado de seu subjetivismo, assim como os articulistas convidados a fazer as análises. Livre de prismas e de vieses, pelo menos em intenção, restará apenas o noticiário. Mas, se de fato o objetivo do veículo for conhecer, informar, haverá um esforço consciente para que a sua opinião seja contradita por outras e para que haja cronistas, articulistas e analistas de várias tendências.

Em resumo, portanto, jornalismo é uma atividade cujo propósito central é produzir um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas.

SEÇÃO I

OS ATRIBUTOS DA INFORMAÇÃO DE QUALIDADE

Para que o jornalismo produza conhecimento, que princípios deve seguir? O trabalho jornalístico tem de ser feito buscando-se isenção, correção e agilidade. Porque só tem valor a informação jornalística que seja isenta, correta e prestada com rapidez, os seus três atributos de qualidade.

1) A isenção:

Isenção é a palavra-chave em jornalismo. E tão problemática quanto “verdade”. Sem isenção, a informação fica enviesada, viciada, perde qualidade. Diante, porém, da pergunta eterna – é possível ter 100% de isenção? – a resposta é um simples não. Assim como a verdade é inexaurível, é impossível que alguém possa se despir totalmente do seu subjetivismo. Isso não quer dizer, contudo, que seja impossível atingir um grau bastante elevado de isenção. É possível, desde que haja um esforço consciente do veículo e de seus profissionais para que isso aconteça. E que certos princípios sejam seguidos. São eles:

- a) Os veículos jornalísticos do Grupo Globo devem ter a isenção como um objetivo consciente e formalmente declarado. Todos os seus níveis hierárquicos, nos vários departamentos, devem levar em conta este objetivo em todas as decisões;
- b) Na apuração, edição e publicação de uma reportagem, seja ela factual ou analítica, os diversos ângulos que cercam os acontecimentos que ela busca retratar ou analisar devem ser abordados. O contraditório deve ser sempre acolhido, o que implica dizer que todos os diretamente envolvidos no assunto têm direito à sua versão sobre os fatos, à expressão de seus pontos de vista ou a dar as explicações que considerarem convenientes;
- c) Isso não quer dizer que o relato e/ou a análise de fatos serão sempre uma justaposição de versões. Ao contrário, o jornalista deve se esforçar para deixar claro o que realmente aconteceu, quando isso for possível. Se uma apuração, durante a qual se ouvem várias fontes, estabelecer como fato que certa autoridade disse isso ou aquilo durante uma reunião fechada, o relato deve ser assertivo, sem o uso do condicional. Será dito que “a autoridade disse isso e aquilo”, em vez de “a autoridade teria dito isso e aquilo”. Se a autoridade negar a afirmação publicamente, deve-se registrar a atitude, não para invalidar a apuração, mas porque a negativa

passa a ser ela própria uma informação para o julgamento do público. O condicional só será usado quando a apuração não for suficiente para que o jornalista consolide uma convicção;

d) Não pode haver assuntos tabus. Tudo aquilo que for de interesse público, tudo aquilo que for notícia, deve ser publicado, analisado, discutido;

e) Ninguém pode ser perseguido por se recusar a participar de uma reportagem; da mesma forma, ninguém pode ser favorecido por fazê-lo;

f) Todos os jornalistas envolvidos na apuração, edição e publicação de uma reportagem, em qualquer nível hierárquico, devem se esforçar ao máximo para deixar de lado suas idiosincrasias e gostos pessoais. Gostar ou não de um assunto ou personagem não é critério para que algo seja ou não publicado. O critério é ser notícia;

g) A hierarquia, numa redação, é fundamental para que o trabalho jornalístico possa ser feito a tempo e a hora. E a decisão final caberá sempre àquele que estiver no comando. Ocupantes de cargos de chefia e direção devem, contudo, ter ouvidos abertos a críticas e argumentações contrárias. O trabalho jornalístico é essencialmente coletivo, e errarão menos aqueles que ouvirem mais. Porque aquilo que pode parecer certo, acima de dúvidas, confrontado com outros argumentos, pode se revelar apenas fruto de gosto pessoal, idiosincrasia ou preconceito;

h) É imperativo que não haja filtros na composição das redações. Quanto mais diversa for uma redação – em termos de gostos, crenças, tendências políticas, orientação sexual, origens social e geográfica – mais isenta será a escolha dos assuntos a serem cobertos, discutidos e analisados, e mais abrangente a acolhida dos pontos de vista em torno deles. Esse objetivo não se alcança estabelecendo-se cotas, mas simplesmente evitando-se filtros. Os jornalistas devem ser escolhidos entre os mais capazes em suas áreas e funções, entre aqueles que têm a democracia e a liberdade de expressão como valores absolutos e universais;

i) O Grupo Globo é apertadário, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos;

j) O Grupo Globo é laico, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos;

k) O Grupo Globo repudia todas as formas de preconceito, e seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos;

l) O Grupo Globo é independente de governos, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos;

m) O Grupo Globo é independente de grupos econômicos, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos. Por esse motivo, as decisões editoriais sobre reportagens envolvendo anunciantes serão tomadas a partir dos mesmos critérios usados em relação aos que não sejam anunciantes;

n) O Grupo Globo é entusiasta do Brasil, de sua diversidade, de sua cultura e de seu povo, tema principal de seus veículos. Isso em nenhuma hipótese abrirá espaço para a xenofobia ou desdém em relação a outros povos e culturas;

o) Os jornalistas do Grupo Globo devem evitar situações que possam provocar dúvidas sobre o seu compromisso com a isenção. Por exemplo, pode acontecer que atividades sociais ou econômicas de parentes tenham impacto no trabalho cotidiano ou eventual dos jornalistas. É possível também que haja relação de amizade entre jornalistas e personalidades públicas ou personagens que estejam em destaque no noticiário ou que venham a estar. Em casos dessa natureza ou assemelhados, os jornalistas nessa situação devem comunicar o fato a seus superiores, que deverão encontrar meios de superar o conflito. Jornalistas em cargo de chefia ou que lidem diretamente com assuntos econômicos não podem fazer investimentos diretos em empresas ou em suas ações na Bolsa de Valores para que não venham a ser acusados de publicar reportagens positivas ou

negativas sobre elas em benefício próprio (o investimento em fundos é permitido). De maneira geral, todo jornalista, na administração de seus investimentos, deve evitar negócios com empresas ou instituições cujas atividades cubra cotidianamente. Em caso de dúvida, a direção deve ser consultada;

p) É inadmissível que jornalistas do Grupo Globo façam reportagens em benefício próprio ou que deixem de fazer aquelas que prejudiquem seus interesses;

q) Os jornalistas do Grupo Globo não podem se engajar em campanhas políticas, de forma alguma: nelas trabalhando, anunciando publicamente apoio a candidatos ou usando adereços que os vinculem a partidos. Em seus manuais de redação, os veículos devem criar normas de quarentena para receber de volta jornalistas que tenham pedido demissão a fim de trabalhar para partidos, candidatos ou governos;

r) Os veículos do Grupo Globo devem ser transparentes em suas ações e em seus propósitos. Isso significa que o público será sempre informado sobre as condições em que forem feitas reportagens que fujam ao padrão. Assim, para citar um exemplo, se for imperativo aceitar carona num avião governamental em determinada cobertura, isso será dito ao público claramente e, sempre que possível, o governo será ressarcido das despesas. Da mesma forma, quando uma decisão editorial provocar questionamentos relevantes, abrangentes e legítimos, os motivos que levaram a tal decisão devem ser esclarecidos;

s) Os veículos do Grupo Globo estabelecerão normas, em seus manuais de redação, sobre como devem proceder seus jornalistas diante de convites e presentes. A regra geral é que nada de valor deve ser aceito;

t) Todo esforço deve ser feito para que o público possa diferenciar o que é publicado como comentário, como opinião, do que é publicado como notícia, como informação. Fora do noticiário propriamente dito, os veículos do Grupo Globo buscarão ter um corpo de comentaristas, cronistas e colaboradores, fixos ou eventuais, que seja plural, representando o arco mais amplo de tendências legítimas em uma sociedade democrática. Articulistas, cronistas e colaboradores fixos têm de zelar para que os dados objetivos usados para sustentar suas opiniões estejam corretos. O mesmo deve acontecer com convidados, embora, neste caso, a responsabilidade pelo que é dito seja deles e não do veículo;

u) Os jornalistas do Grupo Globo agirão sempre dentro da lei, procurando adaptar seus métodos de apuração ao arcabouço jurídico do país. Como o interesse público deve vir sempre em primeiro lugar, buscarão o auxílio de especialistas para que não sejam vítimas de interpretações superficiais da legislação;

v) Uma pessoa poderá ser apresentada como suspeita de crime ou irregularidade quando investigações jornalísticas, feitas segundo os preceitos deste documento, assim permitirem. A reportagem terá de trazer a versão da pessoa acusada, de forma ampla, se ela se dispuser a falar;

w) Denúncia anônima não é notícia; é pauta, mesmo se a fonte for uma autoridade pública: a denúncia deve ser investigada à exaustão antes de ser publicada (ver seção II item 4-e);

x) Denúncias e acusações, feitas em entrevistas por pessoas devidamente identificadas, que desfrutem de credibilidade, seja pelo cargo que ocupam, seja pela história de vida, podem ser publicadas, sem investigação própria, mas, necessariamente, acompanhadas pela versão dos acusados, de preferência no mesmo dia, quando estes se dispuserem a falar. Denúncias feitas em entrevistas por pessoas sem credibilidade, como criminosos, por exemplo, mesmo se identificadas, devem ser exaustivamente investigadas, antes de ser publicadas;

y) Uma reportagem pode legitimamente apresentar uma pessoa como suspeita de crime ou irregularidade quando a suspeição partir oficialmente de alguma autoridade pública e estiver registrada em documento ou entrevista. O anúncio oficial de que alguém é suspeito de crime ou irregularidade é um fato, que pode ser

registrado dependendo de sua relevância para a sociedade. Ao jornalista, cabe informar sobre o estágio em que se encontram as investigações, devendo sempre cobrar os indícios que levaram a autoridade a sustentar suas suposições, publicando-os, acompanhados da versão da pessoa acusada, se ela se dispuser a falar. Se a autoridade errar e culpar um inocente, o fato deve ser publicado com o mesmo destaque, e a polícia deve ser cobrada por seus erros;

z) Os veículos jornalísticos do Grupo Globo devem priorizar sempre suas próprias investigações e publicar o que resultar delas apenas se houver convicção formada de que a reportagem é legítima. Dessa forma, não é automática a publicação de repercussões sobre reportagens de outros veículos. Isso só deve ocorrer se o exame da reportagem produzir, de imediato, a convicção de que nela há elementos de verdade. Do contrário, é imperioso que haja investigação própria e, somente depois, se for o caso, repercutir a reportagem. Há ocasiões em que a mera publicação de uma reportagem produz efeitos instantâneos. Quando for assim, publicam-se os efeitos, descreve-se a reportagem, mas ressaltando-se a sua origem e de modo algum acolhendo-a como verdadeira. Tudo dependerá do caso, do assunto, do momento e dos efeitos que ela produzir. Mas pode-se dizer, de modo geral e a título de exemplo, que um ministro emitir uma nota respondendo a uma reportagem não é motivo suficiente para que um veículo do Grupo Globo a repercuta, antes de investigação própria; a queda do ministro, porém, sim, justifica a publicação.

2) A correção:

Correção é aquilo que dá credibilidade ao trabalho jornalístico: nada mais danoso para a reputação de um veículo do que uma reportagem errada ou uma análise feita a partir de dados equivocados. O compromisso com o acerto deve ser, portanto, inabalável em todos os veículos do Grupo Globo. É evidente que, depois de tudo o que aqui já foi dito sobre o conceito de “verdade”, não é demais dizer que estar correto é procurar descrever e analisar os fatos da maneira mais acurada, dadas as circunstâncias do momento. Nesse sentido, a correção é um processo, uma construção que vai se dando dia após dia. O jornalista investiga os fatos, pouco a pouco, e vai montando um quebra-cabeça. O retrato final estará ainda incompleto, à espera da História, mas terá de ser já, necessariamente, uma silhueta com contornos visíveis. Não há fórmula, e nem jamais haverá, que torne o jornalismo imune a erros, porém. Quando eles acontecem, é obrigação do veículo corrigi-los de maneira transparente, sem subterfúgios, num movimento que é ele próprio essencial à busca da informação correta. Um dos mecanismos que mais contribuem no controle de qualidade posterior à publicação das informações é a reação do público. É essencial, portanto, que todos os veículos do Grupo Globo tenham, cada um à sua maneira, estruturas que recebam amplamente as observações do público, críticas ou elogiosas, para processá-las, entendê-las e dar seguimento a elas. Na busca pela correção, é necessário seguir os princípios:

a) Informações, para ser publicadas, devem ser confirmadas pelo maior número de fontes possível. Exceção feita às informações oficiais, de entidades públicas ou privadas;

b) Informações e imagens enviadas pelo público pela internet só devem ser publicadas depois de averiguação quanto à sua veracidade. Na cobertura de eventos em que o trabalho de jornalistas esteja cerceado, haverá casos em que será necessária a publicação de informações e imagens assim obtidas, sem averiguação, mas o público deverá ser avisado de que não há como confirmar se são verdadeiras;

- c) O rigor com minúcias não é exagero, mas obrigação. Todos os dados de uma reportagem – nomes, datas, locais, horários, idades, endereços, referências históricas, descrições de processos, definições científicas, termos de um contrato, explicações sobre formas de governo, enfim, tudo o que de objetivo houver numa reportagem – devem ser exatos, corretos, sem erros;
- d) Todo repórter é responsável pela exatidão daquilo que apura, mas, como em jornalismo quase tudo se faz coletivamente, todos os envolvidos na edição de uma reportagem devem estar atentos para perceber inexactidões. Expressar dúvidas sobre dados de uma reportagem antes de sua publicação é a melhor maneira de torná-la mais exata;
- e) A revisão não é uma forma de controle ou censura. É parte integrante e fundamental do processo jornalístico, e sua principal função é evitar erros. Se o processo jornalístico prescindiu da figura clássica do revisor, foi apenas porque todos os envolvidos numa reportagem se tornaram revisores. Nesse sentido, nenhuma reportagem deve ser publicada apenas com o exame do autor: é indispensável que outros envolvidos no processo participem desse exame;
- f) Ferramentas tecnológicas hoje permitem o acesso rápido a bancos de dados confiáveis. Todas as redações do Grupo Globo devem viabilizar tal acesso, e seus jornalistas devem se impor como obrigação consultar tais arquivos;
- g) Em reportagens que requeiram conhecimento técnico, a consulta a especialistas deve ser obrigatória. Nenhum jornalista precisa ser médico, químico, biólogo ou historiador. Mas, por isso mesmo, para não errar em assuntos técnicos, todo jornalista precisa se socorrer de assessoria especializada, ouvindo sempre mais de um técnico toda vez que o assunto for controverso;
- h) Quanto mais diversificado for o interesse dos jornalistas por disciplinas que não fazem parte de sua formação universitária básica, mais equipada estará uma redação para tratar dos múltiplos assuntos com que lida diariamente. Ilustrar-se continuamente é dever intransferível de todo jornalista: num mundo em constante evolução, nenhum jornalista deixa de estar em aprendizado contínuo. Os veículos do Grupo Globo, no entanto, devem montar programas e estruturas de treinamento para auxiliar seus jornalistas, subsidiariamente, nessa tarefa;
- i) Com esse mesmo objetivo, embora o Grupo Globo deva manter a prática de recrutar majoritariamente seus profissionais nas faculdades de Comunicação, seus veículos devem estar sempre abertos a acolher profissionais de outros campos que decidam se dedicar ao jornalismo, desde que demonstrem aptidão para tal;
- j) A análise crítica das edições passadas é um imperativo. É a verificação cotidiana de pontos negativos e positivos das reportagens que permite o aperfeiçoamento contínuo delas e a adesão a estes princípios editoriais. Todos os veículos do Grupo Globo devem ter as suas estruturas de análise, escolhendo aquelas que melhor se adaptam ao seu perfil;
- k) Os veículos do Grupo Globo devem ter estruturas para receber e processar as observações, positivas e negativas, vindas do público de uma maneira geral: os consumidores de suas informações, as fontes, os especialistas e os personagens de suas reportagens. Não se trata aqui de publicar ou deixar de publicar uma informação porque esta agrada a amplas camadas ou porque lhes desagradam: o dever de informar vem sempre em primeiro lugar. Conhecer a reação do público é fundamental porque contribui para a melhoria da qualidade da informação de muitas formas. Ajuda a conhecer possíveis erros, facilita o recebimento de novas informações sobre alguma cobertura e pode revelar o que é um fato em si mesmo: a própria reação do público.

Essas estruturas devem ser capazes de discernir o que é manifestação espontânea e o que, em tempos de internet, é orquestração. Não há um modelo único: cada veículo deve encontrar aquele mais condizente com o seu perfil;

l) Os erros devem ser corrigidos, sem subterfúgios e com destaque. Não há erro maior do que deixar os que ocorrem sem a devida correção;

m) Os veículos do Grupo Globo usarão a norma culta da Língua Portuguesa, levando sempre em conta a sua evolução e as múltiplas possibilidades que ela acolhe. Gírias e neologismos serão evitados, sendo aceitos em declaração de entrevistados ou em reportagens mais leves, acompanhados, quando necessário, da explicação sobre seu significado. Cada veículo estabelecerá, em seu manual de redação, a padronização que considerar a mais apropriada. Mas editores evitarão que suas idiossincrasias em relação à língua se tornem norma;

n) Os veículos do Grupo Globo têm obrigação de se fazer entender. Uma notícia tem de ser publicada de forma clara, para que o público a compreenda sem dificuldades. Nesse sentido, na edição de reportagens, recursos explicativos que facilitem o entendimento são uma obrigação.

3) A agilidade:

A agilidade da produção jornalística é o que compensa, em larga medida, as suas imperfeições, se a compararmos a outras formas de conhecer a realidade. Em outras palavras, há um duplo sentido na afirmação de que o jornalismo produz uma primeira imagem dos fatos: a imagem é primeira porque dela ainda não se têm os contornos definitivos; mas, também, é primeira porque é traçada logo após o ocorrido. A informação tem de ser prestada no menor espaço de tempo da melhor maneira possível, eis a equação diante da qual os jornalistas se veem todos os dias. Portanto, é atributo fundamental da qualidade da informação jornalística ser produzida com rapidez. Se a História pode dispor de anos de trabalho para fazer aflorar a realidade, o jornalismo dispõe de algumas horas (no máximo, de alguns dias, se a publicação for semanal ou mensal). É a celeridade com que traça o primeiro retrato dos fatos que ao mesmo tempo dá utilidade à produção jornalística e justifica as suas lacunas. A notícia tem pressa. E é por essa razão que os seguintes princípios devem ser perseguidos:

a) Os veículos do Grupo Globo terão sempre como prioridade investir em tecnologia capaz de dar celeridade ao trabalho jornalístico e à sua difusão. Deverão estar atualizados com o que de melhor houver em maquinaria, equipamentos, softwares e meios de transporte;

b) A burocracia que envolve o lado administrativo das empresas jornalísticas deve levar sempre em conta a necessidade de dar celeridade ao trabalho jornalístico. Os veículos devem desenvolver processos que controlem orçamentos e despesas sem que estes se transformem em entraves à agilidade que o jornalismo requer;

c) A rapidez necessária ao trabalho jornalístico não se confunde com precipitação: nenhuma reportagem será publicada sem que esteja apurada dentro de parâmetros seguros de qualidade;

d) Deve-se perseguir o furo jornalístico, a informação exclusiva, em primeira mão, mas jamais se descuidar dos outros atributos da informação de qualidade: a isenção com que é produzida, ouvindo-se todos os lados nela envolvidos, e a correção dos dados nela apresentados. Notícia errada ou enviesada não é furo; é um golpe na credibilidade do veículo;

e) Como princípio geral, não se deve guardar notícia. Em geral, informação confirmada é informação publicada. Os veículos, no entanto, devem julgar quando uma reportagem deve ser publicada de imediato, quando pode esperar a próxima edição ordinária ou, se houver convicção de sua exclusividade, quando pode esperar por uma edição especial. O critério é a certeza de que a reportagem continuará a ser dada em primeira mão, e que a demora em publicá-la não acarretará prejuízos à sociedade. Quanto mais postergada for uma reportagem, mais completa e mais trabalhada ela deve ser;

f) Deve-se ter humildade diante de furos de veículos concorrentes. Diante de casos assim, não se deve negar a realidade, mas entrar no assunto o mais rapidamente possível, tentando fazer mais e melhor, dando o crédito a quem de direito;

g) Essa postura em nada se confunde com a adesão acrítica a reportagens veiculadas por concorrentes. Antes de serem publicadas em veículos do Grupo Globo, todas têm de ser confirmadas por verificações próprias. Isso é especialmente verdadeiro quando se trata de denúncias, de acordo com os procedimentos descritos no item 1-z desta seção.

SEÇÃO II

COMO O JORNALISTA DEVE PROCEDER DIANTE DAS FONTES, DO PÚBLICO, DOS COLEGAS E DO VEÍCULO PARA O QUAL TRABALHA

1) Diante das fontes:

a) Fazer e manter boas fontes é um dever de todo jornalista. Como a isenção deve ser um objetivo permanente, é altamente recomendável que a relação com a fonte, por mais próxima que seja, não se transforme em relação de amizade. A lealdade do jornalista é com a notícia;

b) Se a relação de amizade com uma fonte for anterior à vida profissional do jornalista, este deve manter a direção do veículo informada, para que os conflitos possam ser evitados. O mesmo deve acontecer caso a relação fonte-jornalista, apesar dos esforços em sentido contrário, torne-se uma amizade ou algo maior;

c) O respeito e a transparência devem marcar a relação dos jornalistas com suas fontes. Quando indagado por elas sobre o destino da informação que acaba de lhe dar, o jornalista deve responder com a exatidão possível;

d) Deve-se sempre respeitar compromisso assumido com as fontes, principalmente aqueles relativos à preservação da identidade delas. Por esse motivo, esse tipo de compromisso deve ser apenas firmado com fontes de cuja credibilidade não se possa desconfiar (ver item 4-e, desta seção);

e) Concedida uma entrevista exclusiva, uma fonte pode pedir alterações, acréscimos ou supressões, mas o jornalista julgará se o pedido se justifica. Haverá vezes em que o jornalista não concordará com a mudança, sendo, nestes casos, necessário registrar que a mudança foi solicitada, mas não aceita.

2) Diante do público:

a) O público será sempre tratado com respeito, consideração e cortesia, em todas as formas de interação com os jornalistas e seus veículos: seja como consumidor da informação publicada, seja como fonte dela;

- b) Cada veículo tem um público-alvo e deve agir de acordo com as características dele, adaptando a elas pauta, linguagem e formato. Mas, para o Grupo Globo, todo público tem um alto poder de discernimento e entendimento: o menos culto dos homens é capaz de decidir o que é melhor para si, escolhe visando à qualidade e entende tudo o que lhe é relatado de forma competente. Essa convicção deve ser levada em conta especialmente pelos veículos de massa que produzem informação para pessoas de todos os níveis de instrução. Nesse caso, a linguagem e o formato não devem ser rebuscados a ponto de afastar os menos letrados nem simplórios a ponto de afastar os mais instruídos. Se informarem em linguagem clara sobre assuntos de interesse de todos, serão sempre bem entendidos;
- c) Nenhum veículo do Grupo Globo fará uso de sensacionalismo, a deformação da realidade de modo a causar escândalo e explorar sentimentos e emoções com o objetivo de atrair uma audiência maior. O bom jornalismo é incompatível com tal prática. Algo distinto, e legítimo, é um jornalismo popular, mais coloquial, às vezes com um toque de humor, mas sem abrir mão de informar corretamente;
- d) A sensibilidade do público será levada em conta. Cenas chocantes receberão o tratamento devido de acordo com as características do público-alvo. Quanto mais indistinto o público, mais cuidados são necessários. Nesses casos, o público deve ter sempre a confiança de que não será surpreendido por cenas que afrontem os valores médios presumidos da sociedade. A título de exemplo, talvez seja necessário mostrar o vídeo ou a foto de um homem-bomba explodindo, mas a cena pode ser congelada segundos antes do dilaceramento. Em resumo, a decisão de publicar ou não cenas potencialmente chocantes e de como tratá-las deve sempre levar em conta a sua relevância para o entendimento da questão abordada. A melhor saída é submeter a decisão à opinião do maior número de jornalistas de uma redação. De um grupo, sempre emerge mais facilmente o bom-senso;
- e) Todo veículo jornalístico tem uma responsabilidade social. Se é verdade que nenhum jornalista tem o condão de, certamente, escolher que informações são “boas” ou “más”, é legítima a preocupação com os efeitos maléficos que uma informação possa causar à sociedade. Esse é um tema complexo, e sempre dependente da análise do momento. A regra de ouro é divulgar tudo, na suposição de que a sociedade é adulta e tem o direito de ser informada. A crença de que os veículos jornalísticos, ao não fazerem restrições a temas, estimulam comportamentos desviantes é apenas isso: uma crença;
- f) O jornalismo, contudo, não é insensível a riscos evidentes, mas estes são evitáveis quando se respeita outra regra de ouro: só se divulga informação relevante. Para citar um exemplo, um vídeo divulgado por um assassino em série pode e deve ser divulgado naquilo que é importante, mas não faz sentido deixar o criminoso ensinar como se articula um plano de assassinato em massa. Da mesma forma, não se publicam informações úteis para grupos criminosos, como o local aonde a polícia irá à cata de um sequestrador. E respeitam-se pedidos de pessoas que se considerem em risco com a publicação de informações que lhes digam respeito, como um policial que matou em ação um traficante perigoso e pode ser vítima de represália de seus comparsas;
- g) Notícias sobre sequestros serão sempre publicadas. Estudos de experiências internacionais levaram o Grupo Globo à convicção de que a publicação de que uma pessoa foi sequestrada não põe a vítima em risco, mas a protege. A notícia será publicada com todas as ressalvas, de modo a não revelar ao bandido o planejamento da polícia e da família, nem dar informações que mostrem a situação econômica da vítima. Isso obriga o veículo a um acompanhamento do sequestro mais sóbrio, sem necessariamente a publicação diária de

reportagens a respeito. O registro de solidariedade pública, quando relevante, ou de fatos que ajudem a família ou a polícia deve ser feito;

h) A privacidade das pessoas será respeitada, especialmente em seu lar e em seu lugar de trabalho. A menos que esteja agindo contra a lei, ninguém será obrigado a participar de reportagens;

i) Pessoas públicas – celebridades, artistas, políticos, autoridades religiosas, servidores públicos em cargos de direção, atletas e líderes empresariais, entre outros – por definição abdicam em larga medida de seu direito à privacidade. Além disso, aspectos de suas vidas privadas podem ser relevantes para o julgamento de suas vidas públicas e para a definição de suas personalidades e estilos de vida e, por isso, merecem atenção. Cada caso é um caso, e a decisão a respeito, como sempre, deve ser tomada após reflexão, de preferência que envolva o maior número possível de pessoas;

j) O uso de microcâmeras e gravadores escondidos, visando à publicação de reportagens, é legítimo se este for o único método capaz de registrar condutas ilícitas, criminosas ou contrárias ao interesse público. Deve ser feito com parcimônia, e em casos de gravidade. Seu uso deve ser precedido da análise, pelas chefias imediatas, dos riscos que correrão os jornalistas caso venham a ser descobertos. A imagem e/ou o áudio de pessoas que não estejam envolvidas diretamente no que estiver sendo denunciado devem ser protegidos. Em seus manuais de redação, os veículos devem estabelecer suas normas de uso.

3) Diante dos colegas:

a) De jornalistas de um mesmo veículo do Grupo Globo, espera-se espírito de colaboração. Todos numa redação têm de cooperar entre si, para que o trabalho seja o melhor possível;

b) Os envolvidos numa mesma reportagem – da apuração à edição – são responsáveis por sua qualidade. Devem agir como revisores uns dos outros, para bem do trabalho;

c) Os jornalistas não devem nunca se furtar de opinar sobre reportagens que estejam sendo feitas por colegas, criticando, sugerindo, ajudando a encontrar caminhos. A decisão de publicar ou não uma reportagem, e de como tratá-la, é do editor responsável por ela, mas ele errará se menosprezar a opinião de colegas de qualquer nível hierárquico. Errará ainda mais quando se conduzir de tal modo que iniba os jornalistas a opinar ou ponderar a respeito do que está sendo feito. Vale sempre repetir: jornalismo é uma obra coletiva, e terá tanto mais êxito quanto mais pessoas participarem do processo;

d) As redações dos veículos do Grupo Globo são absolutamente independentes umas das outras e competem entre si pelo furo, pela reportagem exclusiva. Esta é uma tradição que vem desde a origem do grupo e que tem se mostrado profícua: evita a pasteurização do noticiário e estimula o pluralismo de abordagens. Isso não quer dizer que, levando-se em conta a convergência de mídias, não seja possível a construção de sinergias em torno do chamado noticiário básico – aquelas notícias obrigatórias a que todos os veículos têm acesso. Em outras palavras, faz sentido a disputa por assuntos exclusivos, faz sentido dar mais ênfase a determinados temas e não a outros, mas não há mal algum na troca de informações sobre a dimensão de um temporal ou a ocorrência de um assalto, por exemplo.

4) Diante do veículo:

- a) As redações são independentes na busca por notícias, mas há uma união de princípios sobre como obtê-las, sendo estes princípios editoriais sua maior expressão. Nenhum jornalista do Grupo Globo justificará falhas alegando desconhecer este código. Desconhecê-lo será considerado um erro ainda maior;
- b) Os veículos do Grupo Globo expressam, em seus editoriais, uma opinião comum sobre os temas em voga. Os textos podem e devem divergir no estilo, no enfoque, na ênfase nesse ou naquele argumento, mas a essência é a mesma. Essa opinião deve refletir a visão do seu conselho editorial, composto por membros da família Marinho e jornalistas que dirigem as redações. Nenhum outro jornalista do grupo precisa, porém, concordar com tais opiniões, que, em nenhuma hipótese, influenciarão as coberturas dos fatos. Estas, como exposto aqui extensivamente, devem se pautar por critérios de isenção;
- c) Os jornalistas têm um dever de lealdade com os veículos para os quais trabalham. As informações a que têm acesso se destinam ao veículo e com ele devem ser divididas. Ninguém, somente o veículo, deve decidir o que fazer com elas, sendo certo que o seu destino será a publicação, se estiverem de acordo com os princípios explicitados neste documento. Da mesma forma, os veículos têm um dever de lealdade com seus jornalistas, e tudo devem fazer para protegê-los em sua atividade, fornecer-lhes meios adequados de trabalho e ampará-los em disputas provocadas por reportagens que publicam;
- d) A participação de jornalistas do Grupo Globo em plataformas da internet como blogs pessoais, redes sociais e sites colaborativos deve levar em conta três pressupostos: notícias por eles apuradas devem ser divulgadas exclusivamente pelos veículos para os quais trabalham ou por estes autorizados; procedimentos internos, projetos, ideias, planos para o futuro ou quaisquer outras informações relativas ao dia a dia das redações não devem ser divulgados, sob pena de tornar vulnerável o veículo em que trabalham em relação a seus concorrentes; os jornalistas são em grande medida responsáveis pela imagem dos veículos para os quais trabalham e devem levar isso em conta em suas atividades públicas, evitando tudo aquilo que possa comprometer a percepção de que exercem a profissão com isenção e correção. Com base nestas premissas, cada veículo deve ter políticas próprias para a presença de seus profissionais na internet, e que todos os jornalistas se obrigam a cumprir;
- e) O sigilo sobre as fontes é inviolável, e os veículos do Grupo Globo protegerão seus jornalistas na tarefa de mantê-lo em todas as instâncias, sob qualquer circunstância. O jornalista, porém, pode e deve dividi-lo com a direção do veículo, sempre que isso for fundamental para a tomada de decisão sobre publicar ou não uma informação. Isso não é quebra de sigilo, pois a direção se obriga a guardá-lo em todos os casos. Fontes que deliberadamente mintam para o jornalista, levando-o propositadamente a erro, podem ter seu nome revelado, não como represália, mas se essa medida for fundamental para a correção que o veículo terá de publicar na edição seguinte.

SEÇÃO III

OS VALORES CUJA DEFESA É UM IMPERATIVO DO JORNALISMO

O Grupo Globo será sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade, como estabelecido aqui de forma minuciosa. Não será, portanto, nem a favor nem

contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza. Para os propósitos deste documento, não cabe defender a importância de cada um desses valores; ela é evidente por si só. O que se quer é frisar que todas as ações que possam ameaçá-los devem merecer atenção especial, devem ter uma cobertura capaz de jogar luz sobre elas. Não haverá, contudo, apriorismos. Essas ações devem ser retratadas com espírito isento e pluralista, acolhendo-se amplamente o contraditório, de acordo com os princípios aqui descritos, de modo a que o público possa concluir se há ou não riscos e como se posicionar diante deles.

A afirmação destes valores é também uma forma de garantir a própria atividade jornalística. Sem a democracia, a livre iniciativa e a liberdade de expressão, é impossível praticar o modelo de jornalismo de que trata este documento, e é imperioso defendê-lo de qualquer tentativa de controle estatal ou paraestatal. Os limites do jornalista e das empresas de comunicação são as leis do país, e a liberdade de informar nunca pode ser considerada excessiva.

Esta postura vigilante gera incômodo, e muitas vezes acusações de partidarismos. Deve-se entender o incômodo, mas passar ao largo das acusações, porque o jornalismo não pode abdicar desse seu papel: não se trata de partidarismos, mas de esmiuçar toda e qualquer ação, de qualquer grupo, em especial de governos, capaz de ameaçar aqueles valores. Este é um imperativo do jornalismo do qual não se pode abrir mão.

Isso não se confunde com a crença, partilhada por muitos, de que o jornalismo deva ser sempre do contra, deva sempre ter uma postura agressiva, de crítica permanente. Não é isso. Não se trata de ser contra sempre (nem a favor), mas de cobrir tudo aquilo que possa pôr em perigo os valores sem os quais o homem, em síntese, fica tolhido na sua busca por felicidade. Essa postura está absolutamente em linha com o que rege as ações do Grupo Globo. No documento “Visão, Princípios e Valores”, de 1997, está dito logo na abertura: “Queremos ser o ambiente onde todos se encontram. Entendemos mídia como instrumento de uma organização social que viabilize a felicidade”.

O jornalismo que praticamos seguirá sempre este postulado.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais>>.

Acesso em: 17. Set. 2015.

